

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**RAMON FELIPHE SOUZA**

**Fé, Foice, Facão e Fuzil: Igreja Católica, Desenvolvimento e Saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964)**

**RIO DE JANEIRO  
2022**

**RAMON FELIPHE SOUZA**

**Fé, Foice, Facão e Fuzil: Igreja Católica, Desenvolvimento e Saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman

**RIO DE JANEIRO  
2022**

## **RAMON FELIPHE SOUZA**

### **Fé, Foice, Facão e Fuzil: Igreja Católica, Desenvolvimento e Saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz) – Orientador.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Rosa Corrêa (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC).

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Keila Auxiliadora Carvalho (Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM).

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tamara Rangel Vieira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz).

---

Prof. Dr. Rômulo de Paula Andrade (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz).

#### **SUPLENTE**

---

Prof. Dr. Thiago da Costa Lopes (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz).

---

Prof. Dr. Paulo César Gomes (Departamento de História Universidade Federal de Fluminense – UFF).

**RIO DE JANEIRO**  
**2022**

Ficha catalográfica

S729f Souza, Ramon Felipe.  
Fé, foice, facão e fuzil : Igreja Católica, desenvolvimento e  
saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964) / Ramon Felipe  
Souza. – Rio de Janeiro, 2022.  
367 f. : il. color.

Orientador: Gilberto Hochman.  
Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) –  
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.  
Bibliografia: f. 346-359.

1. Catolicismo. 2. Guerras e Conflitos Armados. 3.  
Desenvolvimento Regional. 4. História do Século XX.  
5. Brasil.

CDD 282

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas  
da Fiocruz com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Responsável pela Ficha Catalográfica: Marise Terra - CRB-6-351

## AGRADECIMENTOS

Durante esta seção de agradecimentos, brevemente destaco minha trajetória mencionando parte da rede que a envolve. São citadas pessoas que, embora não tenham contribuído diretamente em termos acadêmicos, merecem destaque pois diante uma miríade de atravessamentos que, sob o risco de morte, ameaçaram interromper esta pesquisa como negacionismo científico, insegurança, os boletos, desvalorização profissional e uma pandemia, a tese pôde ser produzida e essa versão apresentada. Assim, embora tenha sido fundamental o financiamento da bolsa FIOCRUZ para esta pesquisa – a qual agradeço – os aspectos que viabilizaram a finalização da pesquisa foram além desses recursos. Nesses aproximados quatro anos, recebi ajuda financeira, emocional e psicológica de vários lados. Reconhecer esse apoio não diminui e nem compromete a análise técnica e científica para a qual este estudo foi desenhado e desenvolvido, tampouco há perda de qualidade ou enfraquecimento da autonomia científica. Pelo contrário, destacar essa faceta ajuda a entender como as questões científicas emergem e se entrelaçam com as trajetórias pessoais.

As questões debatidas nesta tese, em particular o tema da religião e o mundo rural, me atravessaram de diversas maneiras. A primeira como uma experiência adquirida no meu convívio familiar e que por muito tempo situou minha visão e compreensão de mundo. A religião (evangélica - neopentecostal) por muito tempo foi o crivo pelo qual eu me situava e desenhava minha trajetória. Participei ativamente em diversas denominações, mas durante a graduação em História numa universidade pública, pude adquirir cada vez mais consciência da minha existência enquanto um homem negro e gay. Diante disso, eu passei a ter uma visão mais perspicaz sobre situações que, dentro da própria religião, me atingiam e atacavam (me refiro diretamente a agressões vindas do seio da própria Igreja). Através dessa experiência vivida, pude constatar que as religiões são suscetíveis a contradições e ambiguidades pois, obviamente, enquanto praticante da fé, também vivi bons momentos e conheci pessoas queridas e de amor incondicional. Assim, na qualidade de investigador, ao perseguir e analisar a história da ação de um segmento do catolicismo junto ao estado brasileiro, procurei considerar a fé religiosa não como uma dimensão desprezível, uma vez que – como eu bem vivi – ela tem efeitos específicos como dar sentido e explicações para o mundo com efeitos estruturais.

As questões relativas ao mundo rural, por sua vez, como a relação com a propriedade de terra e o êxodo rural, marcam a história da minha família, e portanto, a minha própria trajetória. Nasci e vivi grande parte de minha vida no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, região historicamente marcada pela restrição de terra, pelas queimadas, degradação e êxodo rural. Foi onde eu cresci vendo irmãos e amigos se mudarem para grandes centros como Belo Horizonte em busca de uma vida melhor. Por muitas vezes, pensei ser esse um destino inevitável, mas em 2005, diante de um conjunto

de políticas nacionais de incentivo a educação (incluindo uma política de ampliação do ensino superior), foi criada nessa região uma universidade pública, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) ampliando as possibilidades de permanência e existência naquele espaço. Meu ingresso nessa instituição se deu logo após o término do meu ensino médio, em 2009. Nesse mesmo ano, tive a alegria de dividir essa formatura com minha mãe, que também concluiu o seu ensino médio. Ainda que a situação de ingressar na universidade em um curso de humanas tenha se apresentado quase por imposição – pois os cursos de licenciatura em sua maioria eram noturnos e pouco flexíveis – a profissão virou um sentimento. Todo percurso no campo da História naquele período e ainda hoje segue mudando minha forma de compreender o mundo e, além disso, de me situar nele.

A universidade fez diferença não apenas para mim, mas para toda minha família. Enquanto a noite eu a frequentava como aluno do curso de licenciatura, pelo dia meu pai trabalhava nas obras de construção civil do campus. Portanto, chegar ao ponto de estar concluindo esse processo de doutoramento, no Rio de Janeiro, tem vários significados. Agradeço a minha família, pela paciência, por compreender minhas ausências e reservas neste período de imersão tão grande. Meus pais, meus irmãos Josedayk, Jordânia e Ana Paula, com seu apoio, me deram coragem e me inspiraram a persistir neste projeto. Agradeço ainda a Angelita, Fabinho, meus sobrinhos Gabriel, Julia, Geovane, Giovana e Raick, e aos meus amigos que viraram família, Adeilton e Lídia.

Agradeço a todos os professores do período da graduação e também aos meus professores do ensino fundamental. Quando trabalhei na rede pública de ensino em Minas Gerais, tive o prazer de ser colega de alguns deles, como Analdete, Vera, Lucinéia, Cristiane, Virgínia e Fernanda.

Aos pesquisadores e professores da Casa de Oswaldo Cruz, sempre solícitos, especialmente aqueles que tive contato por meio das disciplinas ministradas, como Diego, Simone, Luiz, Ana, Dilene, Elizabeth, Juliana, Jaime, Nara, Tamara, Kaori, Lorelai, Gisele, Tânia, Marcus e Gabriel.

Aos queridos Sandro, Paulo, Maria e Amanda que dão o tom de disposição e simpatia à marcante secretaria da COC.

A todos os servidores das bibliotecas e arquivos que consultei. Especialmente, ao Cláudio e Poliana do Arquivo da Arquidiocese de Natal. Da consulta neste arquivo, também surgiu uma boa parceria com a querida Roselía, a qual agradeço as conversas e indicações sempre enriquecedoras.

Aos amigos que fiz na Casa de Oswaldo Cruz (COC) como a querida Mônica, Fernanda, Harumi, Gabriela, Luiz e Thaís.

Aos amigos do alojamento Hélio Fraga, um campus lindo, que lembrarei com carinho e que me acolheu desde o início do desenvolvimento da pesquisa de mestrado em 2016 até a finalização desta tese. Nesse lugar fiz amigos e laços que levarei para vida toda. Um agradecimento especial a

Romão, Lucindo, Breno, Juliana, Neiva, Meydson, Emylli, Miguel, Anabel, Camilla e Braian. Obrigado pela boa convivência e amizade. Em especial, agradeço a Anne e Gabriel, meus amigos que tornaram mais leves os meus dias e que me inspiraram e ensinaram o valor da amizade.

Com carinho eu não poderia deixar de mencionar os amigos que fiz no Rio de Janeiro e que me cercaram de companheirismo, risos e boas lembranças. À Paulo, Wesley, Marcelo, e especialmente à Jorge e Rodolfo, com quem convivi durante alguns dos dias mais duros da pandemia, compartilhamos medos, anseios e esperanças de dias melhores, a troca foi fundamental para suportarmos aquele tenso período. A meu querido Douglas, que com sua companhia e sorriso vem embelezando meus dias.

Aos egressos de 2018 que foram verdadeiros parceiros no processo de construção e debate da tese. A troca de experiências, os ouvidos emprestados para ouvir as mesmas queixas. O apoio, as ligações e os encorajamentos que trocamos foram fundamentais. Agradeço a todos, especialmente Josiane, Janine, Roberta, Analice, Adnete, Diego, Matheus e a Thayane.

Agradeço aos membros da banca avaliadora, os professores Larissa, Tamara, Keila e Rômulo. Em particular, a Tamara e Keila que desde a qualificação vieram acompanhando e contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores suplentes, Paulo e Thiago, que prontamente aceitaram o convite. Especialmente ao professor Thiago que além das excelentes pesquisas, participou desse processo quando generosamente tivemos um encontro virtual para discutir algumas das minhas ideias.

Agradeço ao professor Rafael Ioris, que mesmo em Denver, EUA, se dispôs, por mais de duas horas por vídeo chamada, a conversar comigo sobre minhas inquietações em relação ao desenvolvimento, discussão as quais ele é uma das referências fundamentais.

Agradeço ao professor Gilberto Hochman que desde o mestrado me orientou de modo muito generoso. Além de um leitor atento, suas críticas sempre vêm com direções, possibilidades e respeitando minha opinião como autor. Quando passei por uma situação de racismo dentro da instituição, o seu apoio irrestrito e imediato foi fundamental.

Por último, mas não menos importante, agradeço a mim mesmo, por não ter sucumbido, por ter persistido, atravessado o rio e insistido em ser doutor em um país de maioria negra onde apenas 16,2% de pessoas negras ocupam lugar junto a pesquisadores e professores nas universidades públicas e privadas.

## RESUMO

A tese examina o papel da Igreja Católica, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dos bispos do Nordeste no apoio a projetos de desenvolvimento no Brasil. Percorre o período que vai da criação da CNBB, em 1952, que representou a reorganização da hierarquia católica com forte liderança dos bispos nordestinos até o ano de 1964, quando a influência desses bispos e a experiência democrática foram interrompidas pelo golpe civil-militar. Nesse período, a CNBB incorporou ciência e tecnologia como léxico fundamental, investiu na intersecção entre diferentes agências, atores nacionais e internacionais na busca pelo desenvolvimento no contexto da Guerra Fria. As Semanas Ruralistas e os I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande-1956 e Natal-1959) foram espaços e estratégias dessa instituição religiosa para sua associação com o governo federal e com governos locais. A tese discute como um segmento do catolicismo incorporou temas como agricultura, educação, saúde, higiene e também metodologias no campo da sociologia rural, percebida à época como instrumento fundamental para a transformação das comunidades rurais – alvo principal de suas preocupações e ações diante da crescente influência do PCB nas áreas rurais. A partir da análise das Semanas Ruralistas e dos Encontros dos Bispos do Nordeste, a pesquisa ilustra como muitas propostas dos bispos foram convertidas em leis, decretos e compromissos firmados pelo governo federal, em especial para a região Nordeste, considerada a mais subdesenvolvida e que assistia a crescente mobilização dos trabalhadores rurais pela reforma agrária. O estudo expõe que foi durante a administração Juscelino Kubitschek que a cooperação entre a CNBB, liderada por D. Helder Câmara, e agências governamentais, atingiu seu ápice. Os projetos resultantes dessa relação envolveram a construção de ferrovias, açudes, estradas, eletrificação, colonização, modernização agrícola, bem como campanhas sanitárias e distribuição de medicamentos. Ao final da administração de Juscelino Kubitschek (JK), a criação de um órgão para o desenvolvimento regional (SUDENE) foi compreendida como uma conquista também derivada das demandas dos bispos do Nordeste. Entretanto, os desdobramentos e efeitos das ações provenientes da associação entre Igreja e Estado nem sempre realizaram os objetivos iniciais. Embora advertido por setores reformistas da Igreja Católica sobre os limites de um modelo de desenvolvimento que fosse estritamente econômico, o Estado brasileiro privilegiou a industrialização, a construção de uma nova capital e não enfrentou o tema da reforma agrária. Como consequência, a crise social se acentuou a ponto de que, para evitar impulsos reformadores, as tradicionais elites econômicas e políticas, com colaboração de segmentos dentro do próprio catolicismo, apoiaram um golpe de estado que instaurou uma violenta ditadura militar. Baseada em múltiplas fontes primárias de diferentes cidades brasileiras e literatura especializada, a pesquisa expõe o inédito e vigoroso envolvimento de setores da Igreja Católica brasileira não apenas no debate sobre o desenvolvimento nacional, mas na demanda e na formulação de políticas governamentais voltadas para o Nordeste brasileiro na era do desenvolvimentismo e da Guerra Fria.

**PALAVRAS – CHAVE:** Desenvolvimento, Igreja Católica, Semana Ruralista, Juscelino Kubitschek, SUDENE.



## ABSTRACT

The thesis examines the role of the Brazilian Catholic Church and the bishops of the Northeast in supporting development projects in Brazil. It examines the period from the creation of the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) in 1952, which represented the reorganization of the Catholic hierarchy with the strong leadership of the Northeastern bishops until 1964 when the influence of these bishops and the democratic experience was interrupted by The Civil-Military Coup. In the period studied, the CNBB incorporated science and technology as a central lexicon and invested in the intersection between different public agencies and national and international actors in the search for development in the context of the Cold War. The main focus of the research is the Ruralist Weeks and the I and II Meetings of the Bishops of the Northeast (Campina Grande-1956 and Natal-1959) as spaces and strategies of the CNBB for promoting its connection with the federal and local governments. The thesis discusses the incorporation by sectors of the Brazilian Church of issues such as agriculture, education, health, and hygiene - as well as methodologies in the field of rural sociology, perceived at the time as a fundamental instrument for the transformation of rural communities - the main target of its concerns and actions, given the growing influence of the PCB in rural areas. The thesis illustrates how the bishops' proposals became laws, decrees, and commitments signed by the federal government, especially for the Northeast region, considered the most underdeveloped and witnessed the growing mobilization of rural workers for agrarian reform. The research shows that during the Juscelino Kubitschek administration, cooperation between the CNBB, led by D. Helder Câmara, and government agencies reached its apex. The projects resulting from this relationship involved the construction of railways, dams, roads, electrification, colonization, agricultural modernization, sanitary campaigns, and distribution of medicines. At the end of the Juscelino Kubitschek (JK) administration, the creation of an agency for regional development (SUDENE) was understood as a significant achievement. However, the consequences of the actions arising from the association between Church and State did not consistently achieve the initial objectives. Although warned by reformist sectors of the Catholic Church about the limits of a strictly economic development model, the Brazilian State favored industrialization and the construction of a new capital and did not address the issue of agrarian reform. As a result, the social crisis worsened to the point that, to avoid reform impulses, the traditional economic and political elites, with the collaboration of segments within the Catholic Church itself, supported a coup d'état that established a violent military dictatorship. Based on multiple primary sources from different Brazilian cities and specialized literature, the thesis shows the unprecedented and vigorous involvement of sectors of the Brazilian Catholic Church not only in the debate on national development but in the demand and formulation of government policies aimed at the Brazilian Northeast in the era of developmentalism and the Cold War.

**KEY WORDS:** Development, Catholic Church, Rural Week, Juscelino Kubitschek, SUDENE.

## **SIGLAS**

**ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

**ACAR-MG** – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

**ACB** – Ação Católica Brasileira

**ACR** - Ação Católica Rural

**AIB** – Ação Integralista Brasileira

**AIIA** – Institute of Inter American Afair

**AEAD**- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

**AMAN** - Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal

**APC** -Action Popular Cultural

**BANFOP** - Banco de Fomento da Produção

**BNB** – Banco do Nordeste do Brasil S. A

**BNDS** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CA** - Clubes Agrícolas

**CBAR** – Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais

**CD** - Conselho de Desenvolvimento

**CEAA** - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

**CEI** - Congresso Internacional Eucarístico

**CELAM** - Conferência Episcopal da América Latina

**CHESF** - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

**CNER** - Campanha Nacional de Educação Rural

**CEE** -Comunidade Econômica Europeia

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina

**CIVC** - Congressos Internacional de Vida Católica

**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**CNER** – Campanha Nacional de Educação Rural

**CNI** -Confederação Nacional da Indústria

**CNPA** - Comissão Nacional de Política Agrária

**CODENO** - Conselho do Desenvolvimento Econômico do Nordeste

**COMUDE** – Comissão Municipal de Desenvolvimento

**DENERU** – Departamento Nacional de Endemias Rurais

**DDT** - Dicloro-Difenil Tricloroetano

**DI** – Desenvolvimento Integral

**DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda

**DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**EBN** – Encontro dos Bispos do Nordeste

**ESAV** - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

**ETA** – Escritório Técnico Americano

**ETENE** – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

**EUA** – Estados Unidos da América

**FBOs** – Organizações Baseadas na Fé

**FADAN** – Fundo de Desenvolvimento

**FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

**FURNE** – Universidade Regional do Nordeste

**GTDN** - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

**IAIA** - Instituto de Assuntos Interamericanos

**IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICS**- Instituto de Ciências Sociais

**INIC** - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

**INERU** - Instituto Nacional de Endemias Rurais

**IOC** - Instituto Oswaldo Cruz

**IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**JUC** – Juventude Universitária Católica

**LEC** - Liga Eleitoral Católica

**MA** – Ministério da Agricultura

**MEB** - Movimento Educação de Base

**MES** – Ministério da Educação e Saúde

**NCRLC** - National Catholic Rural Life

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**ONU**- Organização das Nações Unidas

**OPA** – Operação Pan-Americana

**OPENO** - Operação Nordeste

**PCB** – Partido Comunista do Brasil

**PSD** - Partido Social Democrata

**PEI** - Política Externa Independente

**SAAT** – Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

**SAR** – Serviço de Assistência Rural

**SR** – Semana Ruralista

**SIA** – Serviço de Informação Agrícola

**SESP** - Serviço Especial de Saúde Pública

**SLPB** – Sociedade Luiz Pereira Barreto

**SENASA** – Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima

**SEARA**- Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência

**SNA** – Sociedade Nacional de Agricultura

**SSR** - Serviço Social Rural

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**UDAS** - Unidades Distribuidoras de Auxílios Sanitários

**UDN** – União Democrática Nacional

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**USAID** – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## MAPAS

<b>MAPA 1.</b> Edições de Semanas Ruralistas da década de 1930.....	79
<b>MAPA 2.</b> Edições de Semanas Ruralistas da década de 1940.....	89
<b>MAPA 3.</b> Edições de Semanas Ruralistas da década de 1950.....	109
<b>MAPA 4.</b> DENERU – Setor Diamantina (Peste Bubônica, 1956).....	181
<b>MAPA 5.</b> DENERU – Setor Diamantina (Malária, 1956).....	181
<b>MAPA 6.</b> Localização de Campina Grande no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil.....	194
<b>MAPA 7.</b> Recorte da Revista da Semana sobre as obras do IEBN.....	229
<b>MAPA 8.</b> Mancha da expansão urbana de Natal, entre as décadas de 1920 e 1990.....	251
<b>MAPA 9.</b> Edições das Semanas Ruralistas realizadas pelo SAR.....	259

## ILUSTRAÇÕES

### ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Programa das semanas paroquiais.....	140
<b>Quadro 2.</b> Programação da Primeira Semana Ruralista Diamantina.....	151
<b>Quadro 3.</b> Programação da Segunda Semana Ruralista de Diamantina.....	166
<b>Quadro 4.</b> Temário do I Encontro dos Bispos do Nordest(1956).....	212
<b>Quadro 5.</b> Programação do IIEBN em Natal.....	308

### ÍNDICE DE FIGURA

<b>Figura 1.</b> Organograma do catolicismo brasileiro.....	36
<b>Figura 2.</b> Pavilhão de atividades da Primeira Semana Ruralista do Brasil.....	70
<b>Figura 3.</b> Imagens do artigo: “Educação Rural: as margens das semanas rurais”.....	87
<b>Figura 4.</b> Recortes Jornais: Engajamento do clero católico e a temática rural.....	104
<b>Figura 5.</b> Recorte jornal: “O Bispo Sanitarista”.....	105
<b>Figura 6.</b> Detalhe Fachada da Catedral Metropolitana de Diamantina durante IISRD (1956).....	122
<b>Figura 7.</b> Recorte de Jornal A Voz de Diamantina (1955).....	135
<b>Figura 8.</b> Vitória de Juscelino Kubitschek 1956.....	136
<b>Figura 9.</b> Conferência de Dom Hélder Câmara na Catedral de Diamantina 1956.....	176
<b>Figura 10.</b> Presidente Juscelino Kubitschek e os bispos nordestinos durante o IEBN.....	191
<b>Figura 11.</b> Juscelino e os bispos do Nordeste no Palácio dos Bispos em Campina Grande.....	222
<b>Figura 12.</b> Chapelaria durante uma das reuniões do IEBN.....	238
<b>Figura 13.</b> Bispos durante o IEBN.....	239
<b>Figura 14.</b> Presidente Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara.....	240
<b>Figura 15.</b> Registro de atividades nos Postos de Imigração.....	290

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
O estado da arte dos estudos sobre Religião e Desenvolvimento.....	8
Fontes, arquivos e estrutura da tese .....	14
<b>CAPÍTULO 1: A Igreja Coloca Deus nas ciências sociais: Desenvolvimento, Igreja Católica e Ciência no Brasil da Guerra Fria</b> .....	<b>21</b>
1.1 O paradigma do Desenvolvimento: Desenvolvimento Integral, uma alternativa cristã .....	27
1.2 Igreja Católica e Política no Brasil .....	35
1.3 Igreja Global: Bem-estar no meio rural da América Latina .....	47
1.4 Considerações Finais .....	61
<b>CAPÍTULO 2: A missão do padre não está confinada a sacristia: As semanas ruralistas do Brasil e o engajamento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil</b> .....	<b>64</b>
2.2 Grito em defesa de nossa gente rural: A I Semana Ruralista do Brasil .....	68
2.3. “Distribuir elementos de trabalho”: Semanas Ruralistas nos anos de 1940 .....	80
2.4 “Conosco, Sem Nós ou Contra Nós”: A colaboração do catolicismo no debate sobre bem-estar e desenvolvimento rural .....	92
2.5. Considerações Finais .....	115
<b>CAPÍTULO 3: A Igreja sozinha não pode fazer tudo: As Semanas Ruralistas da Arquidiocese de Diamantina (1955 – 1956)</b> .....	<b>118</b>
3.1 Por um mundo melhor: A Arquidiocese de Diamantina.....	119
3.2 A Semente em Terra Fértil: Igreja Católica e Juscelino Kubitschek de Oliveira .....	127
3.3. Cruzada Ruralista: As semanas paroquiais e a preparação para a ISRD .....	137
3.3.1 O heroísmo dos párocos :A I Semana Ruralista de Diamantina .....	148
3.4 Unidos na Intenção e na Ação: A Segunda Semana Ruralista de Diamantina.....	157
3.5. Considerações Finais .....	184
<b>CAPÍTULO 4: Juscelino Fará e a Igreja Vigiará: O I Encontro dos Bispos do Nordeste</b> .....	<b>188</b>
4.1. Campina Grande, esquina do Nordeste e experiência piloto .....	190
4.2 Juscelino Kubitschek e Campina Grande .....	200
4.3 Outros nordestes: O I Encontro dos Bispos do Nordeste .....	207
4.4 Repercussão do IEBN e seus primeiros resultados.....	230
4.5 Considerações Finais .....	243
<b>CAPÍTULO 5: A Igreja Católica, o governo Juscelino e o Nordeste: O IIEBN, antecedentes e primeiros resultados</b> .....	<b>246</b>
5.1 A Igreja em Movimento: A arquidiocese de Natal .....	251
5.1.1 Paróquia Local, Igreja Global: Dom Eugênio Salles e as redes católicas no continente Americano ..	262
5.2 Antecedentes do IIEBN: O governo JK e agravamento da crise social no Nordeste .....	268
5.2.1 “Operação Pan-Americana” .....	269
5.2.2 “Operação Nordeste” .....	282
5.3 Fé e esperança: II Encontro dos Bispos do Nordeste.....	302

5.4 Repercussão e primeiros resultados: A Criação da Sudene .....	315
5.5 Considerações Finais .....	321
<b>CAPÍTULO 6: “A democracia e a Igreja podem perder a América Latina”: A CNBB e o início dos anos 1960 .....</b>	<b>325</b>
6.1 A CNBB e os governos de Quadro e Goulart.....	326
6.2 Novos encontros e atores .....	328
6.2 Considerações Finais .....	351
Considerações Finais .....	354
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>356</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>372</b>
Formação e vínculos de alguns membros da SAAT.....	372



Mil nações  
Moldaram minha cara  
Minha voz  
Uso pra dizer o que se cala  
O meu país  
É meu lugar de fala (...)

(O Que se Cala, Elza Soares).

"Em 1950 mais de dois milhões de nordestinos viviam fora dos seus estados natais. 10% da população do Ceará emigrou. 13% do Piauí! 15% da Bahia!! 17% de Alagoas!" (Carcará, Maria Bethânia, 1965).

## INTRODUÇÃO

Passada a crise sanitária, a pior reação seria cair ainda mais num consumismo febril e em novas formas de autoproteção egoísta. No fim, oxalá já não existam “os outros”, mas apenas um «nós». Oxalá não seja mais um grave episódio da história, cuja lição não fomos capazes de aprender. Oxalá não nos esqueçamos dos idosos que morreram por falta de respiradores, em parte como resultado de sistemas de saúde que foram sendo desmantelados ano após ano. Oxalá não seja inútil tanto sofrimento, mas tenhamos dado um salto para uma nova forma de viver e descubramos, enfim, que precisamos e somos devedores uns dos outros, para que a humanidade renasça com todos os rostos, todas as mãos e todas as vozes, livre das fronteiras que criamos.

Se não conseguirmos recuperar a paixão compartilhada por uma comunidade de pertença e solidariedade, à qual saibamos destinar tempo, esforço e bens, desabará ruinosamente a ilusão global que nos engana e deixará muitos à mercê da náusea e do vazio. Além disso, não se deveria ignorar, ingenuamente, que “a obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca”. O princípio “salve-se quem puder” traduzir-se-á rapidamente no lema “todos contra todos”, e isso será pior que uma pandemia.<sup>1</sup>

Acima destacamos o discurso do Papa Francisco I na *Fratelli Tutti* (2020) – uma carta encíclica que discutiu a fraternidade e a amizade global. O papa é líder de cerca de 1,34 bilhão de fiéis em todo o mundo. Mas sua encíclica, como o mesmo enfatizou no documento, é dirigida não apenas aos fiéis católicos, mas a toda a humanidade.<sup>2</sup> Jorge Mario Bergoglio, nome de batismo do pontífice, chamou a atenção para a necessidade de “unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral” e deu destaque a pandemia de COVID-19, que teve início na Ásia e espalhou-se para o mundo ao final de 2019. No dia 27 de março de 2020, este papa, em transmissão ao vivo via internet, eternizou a imagem da praça de São Pedro em Roma, vazia diante uma das medidas necessárias de isolamento social para a prevenção dos efeitos da pandemia. Na ocasião, Francisco I concedeu a benção *Urbi et Orbi*, para a cidade de Roma e para o mundo.

Desde que assumiu seu pontificado, após a renúncia de Bento XVI em meio a uma série de escândalos relacionados à abusos sexuais por parte de sacerdotes e corrupção financeira no Banco do Vaticano, o papa não apenas diagnosticou a crise global, mas se destacou por convocar diversos e diferentes segmentos sociais para negociar e superar diferenças para o bem comum. Em outra encíclica, *Laudato Si* (2018), na qual também se dirigiu ao mundo, o líder católico refletiu sobre as dimensões ecológicas conclamando a humanidade para o cuidado com a casa comum.

Os discursos do pontífice vêm conformando a chamada “Cultura do Encontro”, pela qual o

---

<sup>1</sup> *Fratelli Tutti*, 2020.:35.

<sup>2</sup> Vídeo disponível no Youtube com título “Fratelli Tutti, um roteiro para a humanidade pós-pandemia” com reportagem e comentários do Papa Francisco sobre a referida encíclica, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xgYLzlgW0Sk>. Acesso 07/06/2022.

papa busca aproximações e diálogos com campos como a ciência, outras religiões e mesmo segmentos ateus. A sua perspectiva é a de que as diferenças não devem ser desprezadas, mas sim, encorajadas, pois isso permitirá abertura de caminhos para paz, justiça e direito humano e ambiental para toda humanidade independente da fé que particularmente cada pessoa professe. Juntas, as encíclicas mencionadas apontam a fraternidade humana e o cuidado da criação como o caminho necessário para a construção de um desenvolvimento integral e a paz.

Essa conjuntura deixa evidente que o engajamento religioso atinge facetas do trabalho de desenvolvimento como políticas econômicas, educação, a proteção de comunidades vulneráveis e como na citação em destaque, no campo da saúde pública. Todas essas questões vêm sendo cada vez mais elaboradas em perspectiva global. Assim, por mais difícil que seja de se sustentar, a chamada cultura do encontro de Francisco I pretende-se uma alternativa viável para negociações e a superação de diferenças para o bem comum global, apontando para a necessidade de ação compartilhada em questões que vão desde as mudanças climáticas até o desenvolvimento econômico.<sup>3</sup>

No entanto, apesar deste e de outros exemplos, o tema permanece em grande parte inexplorado na historiografia, em particular, no que se refere ao papel exercido por segmentos religiosos e na agenda de desenvolvimento que na segunda metade do século XX se constituiu como um processo necessário a todas as nações do globo, inclusive no Brasil. A relação entre instituições religiosas e a política é intrincada na história brasileira, e na medida em que se estruturou, foi também um elemento de arranjo da sociedade. Essa dimensão precisa ser analisada também com uma das partes complexas do processo de desenvolvimento que, como veremos, constitui-se como produto de um discurso colonizador essencialmente ocidental. Diante disso, mais estudos históricos são essenciais para entender como essa relação se expressou, evoluiu e quais são seus efeitos. Um primeiro aspecto metodológico a considerar, é que existem claras diferenças teológicas e culturais entre as diferentes religiões e até mesmo dentro de uma mesma fé (SILVEIRA, 2017: 4). E, com efeito, essa diversidade pode levar a visões profundamente divergentes sobre o que significa desenvolvimento. O outro ponto implica em entender que apenas afirmar que religião necessariamente tem impacto na política (e nos processos de desenvolvimento) não resolve; é preciso analisar e compreender como são esses vínculos (MAINWARING, 1986) e quais seus efeitos mais diretos. Pois, como aponta James, as próprias religiões também estão “em desenvolvimento” (JAMES, 2009: 3).

---

<sup>3</sup> Tendo como inspiração a encíclica *Fratelli Tutti*, o Berkley Center for Religion, Peace, and World Affairs da Universidade de Georgetown, nos EUA, lançou um novo projeto sobre a Cultura do Encontro e a Agenda Global. Nesse fórum, a instituição convida acadêmicos e profissionais a refletir sobre os desafios e possibilidades de criar uma cultura de encontro, proposta por Francisco. Disponível em: <https://cultureofencounter.georgetown.edu/>. Acesso em: 05/07/2022.

A compreensão dos processos de desenvolvimento e seus efeitos deve considerar que, abraçar o desenvolvimento humano requer levar a sério as visões de mundo das pessoas (JAMES:2011: 112) – e isso por excelência é domínio da religião. Haja vista que as instituições e crenças religiosas, além de fornecerem serviços vitais para os mais marginalizados e necessitados, dão esperança às pessoas (JAMES, 2009: 3). Em nosso texto, interpretamos a religião de modo amplo, abrangendo todas as formas de instituições religiosas, comunidades, redes, cenas, culturas e fenômenos (ÖHLMANN, 2022). O desenvolvimento, por sua vez, funciona como múltiplos processos de dinâmicas sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais em todas as partes do mundo, especialmente, a partir do contexto pós-segunda guerra mundial.

Francisco I esteve no Brasil durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) realizada no Rio de Janeiro em 2013. A JMJ foi a primeira viagem internacional do pontificado do Papa Francisco – e a época sinalizou a importância do Brasil como o maior país católico da atualidade. Quando situamos o papa argentino - que é o primeiro pontífice latino-americano e primeiro papa não europeu desde o século VIII, dentro da experiência espiritual e religiosa latino-americana do século XX - da qual recebeu direta influência, não nos causa estranhamento o seu convite ao encontro e ao chamado *Desenvolvimento Humano Integral*.

Em perspectiva histórica, são recorrentemente citados acerca da tradição católica latino-americana: a) O Concílio Vaticano II (1962-1965), que introduziu reformas endossadas e promovidas por muitos membros do episcopado latino-americano; b) A Teologia da libertação, que desafiou as estruturas sociais estabelecidas e promoveu a organização de base ao apelar à “opção preferencial pelos pobres” e c) A posição da Igreja, em particular no fim dos anos 1960 e 1970, frente os governos ditatoriais instaurados na América Latina, ora com setores expressivos servindo de aliado conservador, ora protegendo vítimas e denunciando a violência liderada pelo Estado (ANDES & YOUNG, 2016:XIII-XXIX). Neste contexto, pouco foi abordado sobre a relação entre religião e desenvolvimento durante a década de 1950. A tese visa preencher essa lacuna ao examinar o papel da Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na mobilização e apoio de projetos de desenvolvimentos entre as décadas de 1950 e 1960, especialmente no Nordeste do país – região que à época foi percebida como uma das regiões mais subdesenvolvidas do mundo.

Discutimos nesta tese, como um segmento do catolicismo brasileiro diagnosticou os problemas do país e incitou o Estado a promover ações em busca de soluções para a miríade de problemas socioeconômicos nas áreas rurais – onde se localizava a maior parte da população. O engajamento desse segmento religioso favoreceu iniciativas em busca da educação, higiene, alimentação e ainda reformas mais estruturais, como a reforma agrária em detrimento a alta concentração fundiária brasileira. Sobre a reforma agrária, havia o cuidado de destacar que esse

processo não implicaria na distribuição compulsória de terras, mas do incremento e modernização das técnicas e ferramentas agrícolas utilizadas e da integração do pequeno agricultor ao mercado. Essa perspectiva tecia afinidades, com debates sobre a reforma agrária que importantes intelectuais e agências no período também vinham reclamando, como o nutrólogo e político, Josué de Castro (1908-1973) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e seus técnicos – essa última trata-se de uma agência especializada da ONU em alimentação e agricultura fundada em 1945 (DALMAZ, 2018: 6).

Entre a série de estratégias da CNBB para se engajar no debate sobre o desenvolvimento brasileiro estão os eventos denominados Semanas Ruralistas (SR) e o I e II Encontro dos Bispos do Nordeste (I e IIEBN). Nosso objetivo na tese é descrevê-los e analisá-los. Esses eventos - de formatos e proporções distintas, mas intimamente relacionados, fizeram parte do repertório de ações dessa instituição para articular nacionalmente as dioceses do país que - como toda a Igreja Católica na América Latina, se percebia diante da escassez de clero e dispersos por um vasto território. As zonas rurais do país, mais do que o reduto da família católica, por excelência, tornaram-se temas e foco de muitas ações do catolicismo num cenário cada vez mais competitivo com outras ideologias e religiões – como o comunismo e protestantes. Assim, a participação desse segmento religioso se desdobrou em várias ações – incluindo as já mencionadas, que envolveram a circulação de conhecimento científico, de experiências pastorais, a urbanização das favelas do Rio de Janeiro, a forte mobilização em torno da solução dos problemas prementes da economia do Nordeste e entrosamento com o Ministério da Agricultura para ministração de modernas práticas e tecnologias agrícolas tendo nas paróquias – mesmo nos sertões do país, uma estrutura de apoio importante.

Neste estudo, discutimos como esse envolvimento ocorreu vinculado a outras importantes agências públicas com o Ministério da Saúde. Esse último, especialmente a partir das ações do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERU), criado em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, sistematicamente distribuiu remédios, inseticidas, arrolou inquéritos sanitários em espaços rurais mais isolados do país utilizando a influência, alcance e estrutura de dioceses e paróquias católicas. Sendo este, mais um exemplo do papel potencial da religião como recurso e não obstáculo ao desenvolvimento.

O marco inicial da pesquisa é a criação da CNBB em 1952. Essa instituição representou a hierarquia católica no Brasil e buscou dar maior coerência as suas ações ao longo do território nacional. Nessa década, em que quaisquer programas de desenvolvimento e saúde para áreas rurais no Brasil exigiria mediadores (HOCHMAN, 2022: 204)- instituições e indivíduos enraizados e conhecedores das realidades, analisamos iniciativas elaboradas por meio da CNBB, particularmente as relacionadas ao convênio de colaboração entre as dioceses brasileiras e do Serviço de Informação

Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura para a realização das semanas ruralistas.<sup>4</sup> Como limite de nossa análise, escolhemos o ano de 1964, quando ocorreu o golpe que instituiu a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), pois nessa conjuntura os grupo de bispos nordestinos - que por dez anos eram a maioria na cúpula da CNBB e lideraram tais iniciativas, foram desarticulados e viram sua influência no debate sobre desenvolvimento do país diminuir. O então secretário-geral da conferência, o bispo cearense Dom Hélder Câmara (1909-1999), deixou de exercer protagonismo e de ser o seu principal articulador das atividades desse órgão.

As semanas ruralistas ocorriam no país desde os anos de 1930, mas foi na década de 1950, com a colaboração da Igreja Católica, que esses eventos tiveram a sua melhor fase. A partir desse último período em todas as regiões do país, dioceses católicas se mobilizaram, via CNBB, em articulação com órgãos públicos brasileiros – e também entidades privadas, com a intenção de convocar as comunidades rurais a serem participes do seu próprio desenvolvimento. Esse engajamento estava orientado pelas encíclicas papais do período que davam forma a uma doutrina social da Igreja Católica - nome dado a tradição papal manifestada em encíclicas e mensagens sobre questões socioeconômicas desde o Papa Leão XIII em 1891.

Foi na ocasião de uma semana ruralista, em 1950 - como veremos, que os bispos católicos apresentaram uma primeira declaração sobre a reforma agrária, um tema sensível e que já vinha marcando presença nos debates de muitos segmentos sociais no período. A atenção especial votou-se as áreas rurais do país – que cada vez mais se mobilizava em organizações emergentes e reclamava a ausência do estado em vários níveis. Para facilitar o desenvolvimento dessas regiões, líderes religiosos junto a segmentos católicos organizados e leigos especializaram-se em temas como a doutrina católica, agricultura, educação e higiene - e também em métodos de sociologia rural percebida como instrumento fundamental para o conhecimento e transformação das comunidades rurais. Entretanto, não apenas estudou-se os problemas econômicos e sociais, mas foram promovidos em paróquias católicas a formação e especialização de lideranças rurais em diversas localidades com a participação de técnicos de agências públicas e privadas.

No entanto, o engajamento da instituição religiosa não se restringiu ao campo teológico, pois também foi informado pela dinâmica da Guerra Fria e a emergência do desenvolvimento como discurso e prática. Na época, os chamados estudos de comunidade da sociologia rural de inspiração estadunidense projetavam-se para a América Latina em uma conjuntura que se relacionava com os interesses da política externa e influência daquele país em relação ao continente. Além disso, também estavam envolvidos os próprios interesses dos profissionais da referida área como sociólogos e

---

<sup>4</sup> O Serviço de Informação Agrícola era um dos órgãos do Ministério da Agricultura. O SIA foi criado em 1940 e, segundo Nicolau, tinha a função de ser “agente comunicador, gerador e disseminador de tecnologia” (NICOLAU, 2016: 51).

economistas, por exemplo. Assim, a partir das semanas ruralistas, com auxílio de métodos sociológicos, um segmento do catolicismo elaborou e sistematizou dados sobre as comunidades rurais do país. Durante esses eventos e em suas conclusões, predominantemente bispos nordestinos reclamaram uma perspectiva de desenvolvimento mais incluyente e assente em conhecimento científico.

Com uma visão alternativa de desenvolvimento integral, a CNBB mobilizou semanas ruralistas que ajudaram a construir um conjunto de diagnósticos e alertas aos governos brasileiros sobre a realidade nesses espaços, particularmente durante a administração de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Nesse governo, muitas sugestões dos bispos foram convertidas em leis, decretos e uma infinidade de compromissos voltados, principalmente, para o Nordeste do país, indicado no período sua região mais subdesenvolvida. Os projetos envolviam construção de ferrovias, açudes, estradas, eletrificação, colonização, modernização agrícola, bem como campanhas sanitárias e distribuição de medicamentos. A perspectiva não era apenas produzir bem-estar, mas também criar meios de manter nas áreas rurais valores católicos. Antecipar-se a possíveis “agitações sociais”. Mais do que uma mudança na ação pastoral dos clérigos, esse engajamento ajudou a colocar em evidência conhecimentos sociológicos em espaços não institucionais como nas paróquias católicas.

A mobilização dessa instituição religiosa se cruzou de diversas formas com a ciência e o desenvolvimento que emergia com força no cenário global. As reflexões sociológicas de caráter prático e suas propostas de intervenções para transformação das áreas rurais, por exemplo, apontavam para a reforma das estruturas sociais do campo e a multiplicação de formas de associativismo civil no país. Essas características aproximaram essa ciência e seus produtos de alguns segmentos do catolicismo que com espírito comunitarista, acreditavam em medidas que caminhavam na mesma direção.

Inspirados nas semanas ruralistas, que a partir da CNBB foram realizadas em todas as regiões brasileiras, bispos nordestinos organizaram no Nordeste, os chamados Encontros dos Bispos do Nordeste, que serviram para sustentar denúncias, sugestões e reivindicações como as apresentadas nas *Declarações dos Bispos do Nordeste*. As duas edições dos EBN ocorreram, respectivamente, em Campina Grande (1956) e Natal (1959). Nesses eventos os bispos nordestinos, com anuência da CNBB, alertavam ao governo federal para o risco de um desenvolvimento “inumano e real” que não preconizasse apenas crescimento econômico.<sup>5</sup> Como resultado, decretos e compromissos foram assinados pelo governo federal, dos quais se destacaram os projetos de assistência a migrantes – vide o crescimento vertiginoso do êxodo rural no período, eletrificação, melhorias na infraestrutura rodoviária e portuária, intensificação na modernização da agricultura e na industrialização da região.

---

<sup>5</sup> Declaração dos Bispos do Nordeste, 1959: 1.

A visão dos sacerdotes não se opunha à perspectiva de desenvolvimento que, desde os anos 1930, vinha sendo preconizada pelo governo brasileiro e que se pautava, especialmente, no incremento da promoção industrial para fins de crescimento econômico centrado especialmente nas áreas urbanas. No entanto, os clérigos chamavam atenção para o fato de que o desenvolvimento deveria considerar a melhoria na qualidade de vida levando em conta aspectos que iam desde o melhoramento físico, material, econômico, considerando até mesmo dimensões como os âmbito cultural e espiritual. Essa visão de desenvolvimento teve impacto no desenho e formulação de políticas públicas do período. Os mencionados EBN, por exemplo, foram um dos estímulos que levaram o governo Kubitschek a propor novas saídas para o desenvolvimento daquela região. Em 1959, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), até então a expressão mais forte das políticas que visavam desenvolver a região.

Essa autarquia teve uma área de atuação abrangente, embora criada para a região Nordeste do país, abarcou outros territórios como parte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, compreendidos na região denominada Polígono das Secas. A esperança era de que o novo órgão acabaria com a corrupção e a ineficiência na prestação de ajuda ao Nordeste e de todo polígono (BUCKLEY, 2022: 223). Essa conjuntura era amplamente denunciada pelos bispos nordestinos.

A ação da CNBB no período sinalizava mudanças antes mesmo do Concílio Vaticano II, que é recorrentemente citado como o mais importante evento da Igreja Católica do século XX.<sup>6</sup> Caracterizado por seu engajamento em relação a aspectos como justiça social, organização leiga e ativismo clerical, o envolvimento desse segmento religioso indica que a busca pelo desenvolvimento interessou e mobilizou não apenas políticos, intelectuais, técnicos como burocratas ou economistas – como tradicionalmente tem-se analisado. Com efeito, essa colaboração não esteve isenta de críticas e precisou ser negociada e se acomodar com outros interesses. Pois, além do estado brasileiro, principalmente, a partir da década de 1960, cada vez mais atores e instituições globais, incluindo agências que nasceram da dinâmica da Guerra Fria, como a *United States Agency for International Development* (USAID) se mobilizaram nesse sentido.

Embora não seja novidade que a ética religiosa e os sistemas econômicos estejam inter-relacionados, a participação da religião no contexto do desenvolvimento ainda não foi objeto de muitos estudos, especialmente no campo historiográfico. O exame do papel exercido por um segmento do catolicismo e suas particularidades indica que não havia uma definição compartilhada sobre o desenvolvimento brasileiro no período, mas várias. A bibliografia sobre a história do nacional desenvolvimentismo no Brasil reconhece esse papel, mas não o detalha analiticamente. A seguir,

---

<sup>6</sup> O Concílio foi dividido em quatro sessões que ocorreram entre 1962 e 1965. Convocado por João XXIII, o evento foi continuado por Paulo VI, seu predecessor. Ferreira apresenta um breve resumo dos antecedentes, realização, documentos e primeiros resultados do evento que procurava estabelecer um diálogo com o mundo moderno. (FERREIRA, 2017:304)



apresentamos uma revisão bibliográfica que norteia as discussões aqui apresentadas, com o objetivo de indicar um panorama dos estudos sobre o tema.

## **O estado da arte dos estudos sobre Religião e Desenvolvimento**

Por excelência, os estudos sobre as conexões entre religião e desenvolvimento são interdisciplinares e envolvem não apenas acadêmicos, ou profissionais de desenvolvimento, mas também líderes e membros de comunidades religiosas que procuram documentar o impacto dos grupos religiosos. Estudos recentes sobre essa discussão indicam como grandes visões religiosas, sejam elas cristãs, judaicas, islâmicas, hinduístas, entre outras, produzem efeitos na agenda de desenvolvimento (CRUZ ESQUIVEL & MALLIMACI, 2017:72-86). Em seu conjunto, essas pesquisas e relatórios de políticas lidam com contextos contemporâneos e recentes e confrontam algumas certezas e continuidade do século XIX e XX, como a secularização. Isto é, a ideia de que a humanidade estaria se tornando cada vez mais laica, por exemplo. Portanto, os estudos indicam que, em vez do declínio previsto em adesão religiosa, na maioria das partes do mundo em desenvolvimento observa-se que a influência e número de adeptos de diversas denominações religiosas vem continuamente aumentando (JAMES, 2009, 2011). Apesar disso, James observa que nem estudiosos do desenvolvimento e nem os praticantes dão atenção à religião em seu trabalho; em vez disso, eles parecem evitar conscientemente o tópico, refletindo uma concepção fortemente secularista da religião como, na melhor das hipóteses, irrelevante, na pior, um obstáculo ao desenvolvimento (IDEM: 2000:31). Por certo, o mesmo autor afirma que nos últimos anos, isso tem mudado drasticamente, e a religião sem dúvida deixou de ser um tabu para uma tendência no trabalho de desenvolvimento. Entre os profissionais e estudiosos do desenvolvimento, há uma verdadeira explosão de conferências, seminários, relatórios, projetos e outras iniciativas que tratam de diferentes maneiras do papel e da relevância da religião no desenvolvimento.

Atualmente, centros de estudo com ênfase na chave analítica: religião e desenvolvimento, vem ganhando cada vez mais destaque. Mencionamos, por exemplo, o Berkley Center na Universidade de Georgetown, nos EUA. Outro esforço de pesquisa nessa direção vem da Universidade de Birmingham, no Reino Unido. Instituições cujas pesquisas sinalizam como as religiões atravessam os indivíduos e as sociedades, compondo e recompondo formas de conceber o mundo (ÖHLMANN, 2021). Para uma excelente explanação dessa conjuntura, destacamos a pioneira e importante edição do periódico *Religion & Development*, que em sua carta editorial apresenta interessante reflexão sobre o movimento em direção ao desenvolvimento sustentável como o atual paradigma dominante; o revigoramento do debate pós-desenvolvimento; e o emergente

campo acadêmico, político e prático da religião e do desenvolvimento. A referida publicação arrola um conjunto de obras que se dedicam a esse novo campo para o contexto Europeu, Asiático e Africano (ÖHLMANN, 2021:5-18). Ao apresentar vários exemplos empíricos extraídos, especialmente, das tradições religiosas cristãs e islâmicas o editorial ainda nos oferece uma estrutura conceitual para analisar o papel da religião no desenvolvimento, tornando-se, portanto, uma referência crucial para estudantes, pensadores do desenvolvimento e profissionais que desejam compreender melhor do papel que a religião desempenha nesse processo:

O crescente interesse no tema, como atesta James, deixa evidente que é consenso o valor agregado da fé por meio das organizações baseadas na fé (FBOs) no processo de desenvolvimento dos países. Nas palavras deste autor: “A fé está mais uma vez sob os holofotes” (JAMES: 2011:111), pois muitos estão percebendo que as abordagens seculares e materiais do passado estão falhando em produzir a mudança prevista com a secularização, por exemplo. Bem sinteticamente, baseados na referida discussão, apresentamos algumas das diversas maneiras que o entrecruzamento entre religião e desenvolvimento pode ocorrer:

- a) Pela capacidade de prestação de serviços de desenvolvimento eficientes;
- b) Por alcançar os mais pobres nas bases;
- c) Por sua presença sustentável de longo prazo;
- d) Por ser legítimo e valorizado pelos mais pobres;
- e) Por fornecer uma alternativa a uma teoria secular do desenvolvimento;
- f) Por eliciar serviço motivado e voluntário;
- g) Por incentivar a advocacia da sociedade civil (IDEM:111).

Não faltam exemplos do papel exercido por FBOs na vanguarda na prestação de serviços vitais aos pobres, principalmente em termos de saúde e educação (IDEM:112). Wyatt e Welton (2022), por exemplo, demonstram como alguns fatores - incluindo fé e espiritualidade, tiveram influência no processo de recuperação de trauma de jovens cambojanos, particularmente, dos indivíduos relacionados as consequências do genocídio do Khmer Vermelho (KR) (1975-1979), que resultou na diáspora cambojana. Enfatizando que a recuperação do trauma, além de desafiadora, tem abordagens que variam entre culturas e modelos, os autores exploram os fatores de resiliência em pessoas que sofreram traumas em uma população predominantemente budista. A capacidade de se recuperar de circunstâncias traumáticas e adversidades é o que o estudo considera resiliência. Concluiu-se que quanto mais ativamente os cambojanos estavam engajados em sua cultura e religião, mais eles pareciam prosperar e se recuperar. Os participantes envolvidos no estudo encontraram conforto e consolo em sua fé e práticas religiosas como uma forma de navegar pelas emoções negativas e entender o que havia acontecido com eles. Além disso, muitos dos participantes descreveram como encontraram um sentimento de pertencimento por meio da conexão social em suas comunidades de fé, o que influenciou em sua resiliência e bem-estar. Assim, os autores

concluem que muitos dos jovens foram capazes de criar significado pós-trauma através das lentes de sua fé (WYATT & WELTON, 2022:15-16). No entanto, o estudo indica que apesar do papel desempenhado no processo de cura, a espiritualidade segue sendo um aspecto negligenciado na elaboração de diagnósticos médicos e tratamento psiquiátrico naquele país.

Outro exemplo, especificamente relacionado ao campo da saúde, relaciona-se com dados de 2005 apresentados pelo antigo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID)<sup>7</sup>, órgão do governo do Reino Unido responsável pela administração da ajuda externa. Segundo James, um relatório dessa instituição aponta que organizações baseadas em fé forneceram 50% dos serviços de saúde e educação na África subsaariana. O autor destaca que o relatório indicava que a provisão baseada na fé só não seria mais eficiente do que os serviços administrados pelo Estado, mas porque muitas vezes seria subsidiada pela comunidade religiosa sendo menos onerosa para o Estado (JAMES, 2011:112).

O papel desempenhado por algumas religiões, contudo, não se limita ao apoio em termos de serviços e infraestrutura, há de se considerar sua contribuição no que se refere às visões alternativas ao discurso de desenvolvimento ocidental. Du Toit (2019) no artigo – que em tradução literal se intitularia “a fé importa?”, e que foi fruto de um estudo que examinou o papel das organizações religiosas como atores da sociedade civil, afirma que as comunidades religiosas têm demonstrado um potencial fundamental para descentralizar e descolonizar o debate sobre os processos de desenvolvimento. Algumas religiões elaboram visões de mundo que muitas vezes contrastam e desafiam o secularismo inerente ao pensamento convencional de desenvolvimento (DU TOIT, 2019) e isso tem reflexos específicos na compreensão de dimensões relacionadas a direitos humanos, ecologia, saúde, por exemplo.

Em perspectiva semelhante, tomando como ponto de partida a crítica pós-colonial e o debate pós-desenvolvimento<sup>8</sup> Sartorius (2022) indica aspectos da filosofia africana de origem religiosa, denominada Ubuntu como uma alternativa às ideias de desenvolvimento ocidental. Em sua análise, o autor destaca que as alternativas e projetos de “desenvolvimento” têm sido muitas vezes uma história de intervenção e dominação (pós)colonial. E que essas definições colonialistas, por sua vez,

---

<sup>7</sup> O DFID era o departamento do governo do Reino Unido responsável pela administração da ajuda externa. Seu objetivo era “promover o desenvolvimento sustentável e eliminar a pobreza mundial”, tendo como principais áreas de atuação: Educação, Saúde, Serviços Sociais, Abastecimento de Água e Saneamento, Governo e Sociedade Civil, Setor Econômico (incluindo Infraestrutura, Setores Produtivos e Planejamento do Desenvolvimento), Proteção Ambiental, Pesquisa e Assistência Humanitária.

<sup>8</sup> Segundo Acosta, a lista de autores que abordam a crítica ao desenvolvimento e a construção de alternativas a esse processo está cada vez maior (ACOSTA, 2015:309). O autor afirma que a partir dos anos 1960 apareceram distintas visões ao desenvolvimento, com críticas no terreno econômico, social e, posteriormente, ambiental. Nesse contexto, sua preocupação deteve-se para a América Latina e seu papel importante papel em produzir revisões ao processo de desenvolvimento como as elaboradas a partir do Bem-Viver. Seu estudo apresenta uma interessante discussão sobre pós-desenvolvimento. Além deste, para melhor entendimento dessa conjuntura recomemos também a leitura do dossiê *Religion and Development*, e os estudos Escobar (2007).

tendem a desconsiderar conhecimentos e valores daquelas pessoas que deveriam ser servidas pelo “desenvolvimento”. Nesse sentido, ao examinar a contribuição do Ubuntu ao debate “desenvolvimento”, Sartorius indica a importância de aprender com outras alternativas, como as elaboradas pelo chamado Sul-global. Para ele, não há uma definição canônica para o termo Ubuntu, que às vezes é interpretado como uma antropologia, uma filosofia, uma ética (religiosa) uma cosmologia ou um modo de vida (SARTORIUS; 2022: 101). Em geral, o Ubuntu considera a comunidade como de extrema importância. Por isso, recomenda um afastamento das perspectivas universalistas, predominantes no Norte-Global, apontando um desenvolvimento de ações sociais e com o empoderamento das pessoas de que são capazes de proverem a si mesmas; além disso, essa noção preconiza a primazia da dignidade humana sobre a riqueza. Segundo o autor, não existe uma noção única de “desenvolvimento” no Ubuntu – existem muitas!”.

Outro exemplo pode ser observado nas discussões de Kuhn e Costa (2017) que analisaram o Bem Viver – termo que vem sendo difundido no debate do novo movimento da sociedade, sobretudo da população indígena na América Latina. As autoras apresentam bem viver como uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul e argumentam que a busca pelo bem viver implica em igualdade de condições e se constituiu como o oposto de viver melhor, pautado no egoísmo, desinteressado pelos demais e na lógica do individualismo. Essa concepção indica que o desenvolvimento não é a solução para as crises atuais, é a causa delas. As autoras têm o cuidado de destacar ainda que no entanto, não se percebe o Bem Viver como aquele que nega a ciência ocidental, mas que a considera como mais um saber entre outros tantos, e reconhece que não é o seu saber completo, ainda que deva ser respeitado (KUHN & COSTA, 2019:55). Kuhn e Costa afirmam ainda que essa alternativa já mobilizou duas experiências de normatização nas constituições da Bolívia e do Equador e constituem-se como exemplos importantes para além dos povos que as integram, por mostrarem a concretização de outra possibilidade de regramentos e de valores constitucionais (IDEM:54).

Entretanto, é preciso frisar que por outro lado, se as crenças e instituições baseadas em fé podem desempenhar papel importante no desenvolvimento, elas também carregam ambivalências que podem impedi-lo. James afirma - em artigo cuja tradução literal do título seria “manuseie com cuidado”, que a fé pode ser um combustível poderoso – mas inflamável – para mudança. Considerando, por exemplo, o fato de que grande parte dos que vem perpetuando o discurso religioso serem homens brancos cujo as visões produzem efeitos específicos que se refletem em relação aos direitos das mulheres como o fato de existirem poucas lideranças religiosas femininas e em termos de outras minorias sociais, como homossexuais (JAMES, 2011).

O estudo de Cubas nos dá um exemplo, a partir de uma perspectiva que considera as relações

de gênero, a autora examinou a atuação de freiras em tempo de ditadura militar no Brasil e chamou atenção para como o espaço de atuação dessas mulheres são mais restritos a ação pastoral, comunidades de base, escolas, asilos e hospitais. Em seu argumento, falar de freiras é trazer à tona personagens que, encerradas em hábitos ou narradas pelos homens da Igreja, foram, durante séculos coadjuvantes na escrita da história (CUBAS, 2018: 29). Se aproximando das considerações de Ranke-Heineman, a qual afirma que “a história do cristianismo é quase a história de como mulheres foram silenciadas e privadas de seus direitos” (RANKE-HEINEMANN, 2019:140).

Portanto, reconhecer que o papel da religião pode ser ambíguo, como afirma Thomsen (2017: 28), só prova que ela é importante, pois pode ser fator de mobilização para o desenvolvimento ou bloqueio a esse processo, mas nunca é irrelevante para o mesmo. Partir desse pressuposto, é reconhecer que a própria noção de desenvolvimento não é considerada como *a priori* ideologicamente neutra, mas pode constituir ela própria uma ideologia carregada de valores (ESCOBAR, 2007 & ZIAI, 2014).

O estudo examina o papel de um segmento do catolicismo brasileiro em um período marcado pela dinâmica da Guerra Fria. O foco recai nos efeitos dessa participação na agenda de desenvolvimento do país, especialmente para a região Nordeste que foi indicada como uma das mais subdesenvolvidas do período e que era o local de origem dos bispos que, junto a CNBB, tiveram papel ativo na cena pública no período em prol da referida região. Essa história revela outras facetas relacionadas às dinâmicas da busca pelo desenvolvimento, na medida que privilegia atores que tradicionalmente não são percebidos como importantes na conformação e provisão de políticas públicas, portanto, com efeitos diretos na agenda de desenvolvimento – como é o caso dos segmentos religiosos. A compreensão histórica dessa relação é relevante e abre caminhos para reflexões relacionadas a evolução da participação social na elaboração de ações e políticas públicas, por exemplo.

Apesar do fato de que os principais desafios do desenvolvimento na década de 1950 estiveram circunscritos às questões econômicas, elas não eram as únicas. A maioria da produção historiográfica sobre esse período em particular, sobre o governo Kubitschek, tem se dedicado a temas relacionados aos aspectos econômicos, políticos e às relações internacionais (BENEVIDES, 1976; VIZENTINI, 1996; DULCI, 1999; LAFFER, 2002; GOMES, 2002), além do grande marco de sua gestão, a construção de Brasília (HOCHMAN, 2009: 315-316). Os aspectos sociais e relacionados a saúde ainda são alvo de poucos estudos, porém merece destaque a tese de Silva (2008), dissertação de Muniz (2009) e os artigos (HOCHMAN, 2009, SILVA & HOCHAM, 2011; SILVA & PAIVA, 2015). Em nossa discussão pretendemos demonstrar que, embora as questões sociais e de saúde não tenham sido prioritárias de um ponto de vista da agenda política brasileira, o seu estudo pretende

apresentar novas lentes sobre esse período, ampliando a compreensão do efeito da agenda internacional sobre a política brasileira, novas instituições e atores como a Igreja Católica.

Outro elemento importante deste período e que merece mais atenção refere-se ao regime democrático sob o qual esse contexto se desenrolava. A dinâmica democrática implicou em competição, conflito e cooperação em torno de projetos para desenvolver o país. A defesa ao regime democrático recorrentemente presente nos discursos de JK, embora estivesse relacionada muito mais a manutenção do regime político ao invés de ampliação da cidadania, possibilitou que diversas agências e atores apresentassem visões alternativas sobre a promoção do desenvolvimento brasileiro. Hochman, por exemplo, destaca a trajetória do médico declaradamente comunista e participante do Partido Comunista do Brasil (PCB), Samuel Pessoa (1898 - 1976). Esse médico colaborou diretamente com o Departamento Nacional de Endemias Rurais – que foi o principal órgão de saúde pública durante o governo JK. Segundo Hochman, a contribuição original de Pessoa, ia no sentido de apontar as relações estrutura agrária e endemias rurais, entre latifúndio e doença e a adesão a um projeto de transformação da sociedade brasileira (HOCHMAN, 2014:426).

Outro caso nos é apresentado por Ioris (2017), em sua riquíssima pesquisa sobre os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista. Ao nos destacar a perspectiva do Instituto Superior dos Estudos Brasileiros (ISEB) e de trabalhadores metalúrgicos – a primeira, marcada por uma visão de desenvolvimento voltada para Inclusão Social promovida pelo Estado e a segunda, indicava um caminho que se pretendia mais popular para o desenvolvimento.

Os estudos deixam evidente que o período analisado foi marcado por um intercâmbio, demandas, debates, colaborações e conflitos vindos de diversas direções. Essa dinâmica pode existir vigorosamente na cena pública brasileira durante uma das curtas experiências democráticas que o país viveu no século XX. A ideia da participação dos indivíduos na esfera pública debatendo e deliberando acerca de questões coletivas que dizem respeito às suas vidas, sempre foi um dos elementos essenciais da democracia e da política. Além dos princípios de igualdade e de liberdade, o ideal democrático pressupõe ação, participação, corresponsabilidade e interação entre diferentes sujeitos (CICONELLO & MORONI, 2005: 31). Nosso estudo explora uma das diferentes visões sobre desenvolvimento brasileiro no período que foi beneficiada pela referida conjuntura política.

Historicamente, as igrejas cristãs foram das primeiras (senão mesmo as primeiras) interventoras no campo do desenvolvimento em países particularmente vulneráveis (ainda que numa lógica questionável numa fase inicial), tendo uma proximidade privilegiada com estes territórios de intervenção, dada a sua implementação e abrangência praticamente mundial (CARVALHO, 2014:1). Entretanto, o engajamento do catolicismo tinha como perspectiva não de apenas produzir bem-estar, mas também criar meios de manter nas áreas rurais valores católicos e esse aspecto produziu efeitos

específicos. Além disso, se durante o período estudado bispos nordestinos reclamaram uma perspectiva de desenvolvimento mais incluyente e assente em conhecimento científico, de outro, considerando a heterogeneidade na prática da religião no espaço e no tempo, observamos um grupo de bispos mais conservadores que defenderam explicitamente interesses e estruturas políticas tradicionais e líderes ditatoriais, recorrendo a circulação de imagens conspiratórias e na contramão de indicações e estudos que já à época sugeriram reformas que poderiam produzir transformações sociais mais profundas.

Nesse sentido, a tese pretende demonstrar como o engajamento religioso pode transformar, mas também deformar formas mais participativas do processo desenvolvimento. A perspectiva é chamar atenção para a necessidade de ampliar os debates sobre os aspectos envolvidos nas diretrizes sobre desenvolvimento e seus projetos. De modo mais amplo, pretende-se ajudar na compreensão dos emaranhados entre desenvolvimento, democracia e ciências. Compreender historicamente essa experiência pode oferecer *insights* para uma visão crítica sobre os limites de desenvolvimento.<sup>9</sup>

### **Fontes, arquivos e estrutura da tese**

As instituições e crenças baseadas em fé são diversas e acessam facetas locais, nacionais e transnacionais, mas isso ainda é pouco apreciado como um dos componentes que envolve o processo de desenvolvimento. Exigindo, portanto, entendimentos contextuais em diversos níveis. Diante dessa conjuntura, para a feitura da tese, além de revisão bibliográfica, a nossa investigação relacionou documentos de tipo e origens que foram coletados em diversos arquivos públicos e privados em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte. Foram utilizados documentos eclesiais (Cartas Pastorais, Encíclicas Papais, correspondências recebidas por sacerdotes); documentos oficiais (Relatórios, Ofícios, decretos, publicações Serviço de Documentação), periódicos católicos e seculares nacionais e de alcance mais restrito. Foram realizadas consultas nas seguintes localidades: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Campina Grande – PB), Arquivo Dom Lamartine (Recife), Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (RN) e Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de

---

<sup>9</sup> Essa discussão pode ser útil, principalmente, no contexto atual em que o mundo discute o paradigma do desenvolvimento. Referimo-nos, em particular, aos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o chamado desenvolvimento sustentável, que em setembro de 2015 aprovou por unanimidade a resolução “Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development” (United Nations 2015), substituindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como marco internacional de referência em política de desenvolvimento por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Com essa mudança, o conceito de sustentabilidade passou a ocupar o centro das atenções na política de desenvolvimento global e mesmo os países do chamado Norte Global são categorizados como países “em desenvolvimento”. Contudo, há poucas menções a crenças e instituições baseadas na fé nos ODS apresentados. Sobre essa discussão e a reação com crenças e instituições religiosas ver Öhlmann *et al* (2022, 1-24).

Janeiro.<sup>10</sup> Além dos acervos físicos, recorreremos ainda a edições de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital (Jornal o Dia, Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa), ao acervo digital do periódico *A Voz de Diamantina*<sup>11</sup>, do *Catholic Research Resources Alliance*.<sup>12</sup>

Especificamente sobre os arquivos eclesiásticos, é importante frisar que se constituem como acervos importantes e que registram fatos e acontecimentos que vão além do interesse da Igreja. Contudo, diante a natureza privada dos mesmos, a manutenção e acesso nem sempre coincidem com o interesse público (FERREIRA, 2017:7). O uso de fontes dessa natureza enriquece o diálogo junto as fontes oficiais, além de ampliar as possibilidades interpretativas do período. Para esta pesquisa, por exemplo, encontramos algumas dificuldades para acessar alguns documentos sendo necessário, em alguns casos, insistência ou mediação de terceiros. As dificuldades de acesso se intensificaram, ainda mais no período de pico da pandemia de Covid-19, pois a maioria dos arquivos mantiveram-se fechados mediante o isolamento necessário. Em grande parte dos referidos arquivos as ferramentas de pesquisa para consulta digital eram limitadas ou inexistiam. Uma sugestão que pode ser interessante, tanto em termos institucionais quanto para os interessados em acessar acervos eclesiásticos, pode ser uma colaboração entre eventuais pesquisadores e os respectivos administradores dos arquivos. Os primeiros, por exemplo, poderiam digitalizar e sistematizar as fontes que arrolar para seu uso e, em seguida, disponibilizá-las no novo formato para o arquivo de origem. Por outro lado, admitimos que a sugestão ao mesmo tempo atribuiu mais ônus aos pesquisadores que vêm desenvolvendo seus estudos com poucos recursos e incentivos.<sup>13</sup> De todo modo, não se trata apenas de delegar uma tarefa técnica a acadêmicos especializados na área, mas de criar um conjunto de dispositivos que assegurem a salvaguarda, análise e valorização da inclusão destes importantes documentos de relevância simbólica e histórica.

A tese está estruturada em oito seções, sendo a primeira esta introdução, seguida de seis capítulos e as considerações finais. Ao longo do texto, sempre que necessário, foram feitas digressões. Assim, embora os capítulos indiquem uma narrativa cronológica, quando necessário para fins de contextualizar e balizar nosso argumento, os eventos analisados escaparam ao escopo temporal proposto. O que se percebe de forma explícita nos dois primeiros capítulos, inicialmente quando apresentamos a origem do conceito de desenvolvimento e a evolução política da Igreja Católica no Brasil com o propósito de compreender o papel dessa instituição no período analisado e

---

<sup>10</sup> Para realizar consulta em todos esses arquivos é necessário a solicitação de acesso aos documentos previamente, o procedimento pode ser feito via e-mail ou telefone das referidas organizações.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.museutipografia.com.br/hemeroteca/colecao-digital-2/>. Acesso em 30/09/2022.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://thecatholicnewsarchive.org/?a=p&p=home&e=-----en-20--61--txt-txIN-Brazil----->. Acesso em 05/10/2022.

<sup>13</sup> Além do fato de nem todos aprovados em uma seleção de PPG receberem bolsas, as bolsas de pós-graduação não passam por reajuste a pouco mais de uma década. Sobre essa discussão, ver: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sem-reajuste-ha-nove-anos-bolsa-de-pos-graduacao-se-aproxima-do-salario-minimo/> Acesso em: 17/11/2022.



aspectos de sua visão sobre o desenvolvimento. E ainda no segundo capítulo, quando contemplamos debates da década de 1930 sobre as áreas rurais do país para demonstrar o contexto de emergência das semanas ruralistas como um projeto de extensão rural. Nos capítulos seguintes, em momentos específicos em que abordamos a trajetória de Juscelino Kubitschek passando por períodos relacionados à sua passagem como candidato, presidente e, posteriormente, quando o ex-presidente enquanto senador da república viu seus direitos políticos cassados após o golpe de 1964.

O primeiro capítulo intitulado “*A Igreja Coloca Deus nas ciências sociais*”, mostra como a CNBB se relacionou e envolveu com o desenvolvimento enquanto discurso e prática. Para tal, por meio de revisão bibliográfica, análise de periódicos e de eventos organizados pela Igreja Católica, o capítulo explana a origem e repercussão das teorias de Desenvolvimento e os seus efeitos no Brasil da segunda metade do século XX. Discutimos em seguida, aspectos relacionados à história e evolução da Igreja Católica no Brasil até a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952. O argumento evidencia como especialmente a partir desse órgão a Igreja Católica pôde expressar uma visão alternativa sobre o desenvolvimento que à época acusava ser muito estruturalista. Por fim, considerando que esse contexto foi atravessado pela dinâmica da Guerra Fria, discutimos como a ciência e seus produtos foram apropriados e recomendados como importantes para se alcançar o desenvolvimento numa perspectiva engendrada pelos EUA. Especialmente a sociologia rural de referência estadunidense ofereceu instrumentos percebidos como indispensáveis para que a Igreja tivesse legitimidade ao se juntar ao debate público sobre desenvolvimento. O argumento vai no sentido de demonstrar como a resposta católica aos novos desafios que a modernidade representava para a Igreja na América Latina da segunda metade do século XX, não seguiu uma linha reta, ao contrário, foi um caminho tortuoso, moldado por uma combinação de circulação de conhecimento científico, política internacional, orientação papal, iniciativa local e modelos europeus e debatidos desde o próprio continente americano.

Uma das contribuições principais deste capítulo, portanto, é evidenciar como as estratégias da Igreja, como as semanas ruralistas e os Encontros dos Bispos do Nordeste, abordadas nos capítulos seguintes embora debatessem questões regionais, foram engendrados dentro de uma dinâmica global que envolveu a expansão do desenvolvimento como discurso e prática, bem como a circulação de conhecimento e produtos científicos. Um processo complexo que demandou de estratégias diversas e que surgiram de uma combinação de iniciativas que respondiam às condições locais, continentais e também desde Roma.

O segundo capítulo intitulado: “*A missão do padre não está confinada a sacristia: As semanas ruralistas do Brasil e a contribuição dos sacerdotes católicos na busca pelo desenvolvimento*”, analisa as semanas ruralistas como um projeto de extensão rural desenvolvido no

Brasil durante o século XX. Com base na análise de importantes periódicos nacionais como *O Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, de relatórios do Serviço de Informação Agrícola (SIA), de relatório sobre edições destes eventos disponíveis em arquivos eclesiásticos e de revisão bibliográfica de autores que se debruçam sobre questões relativas às dinâmicas, leis e políticas voltadas ao mundo rural no século XX (MENDONÇA, 2009, 2010; SILVA, 2009 & NICOLAU, 2016), o capítulo apresenta a trajetória desses eventos cujas primeiras edições remontam a década de 1930 e foram promovidas por organizações privadas. Em seguida, aborda as edições realizadas ao longo das décadas de 1940 e 1950, quando outras organizações da sociedade civil e política, como a Igreja Católica, por exemplo, também passaram a promover esses eventos. O foco recai sobre a Igreja, especialmente quando em 1955, houve um aspecto crucial para o aumento das edições das SR's, que foi o estabelecimento de um acordo entre a CNBB e o Ministério da Agricultura. Por meio deste acordo, as dioceses católicas tornaram-se as principais organizadoras e executoras dos programas de semanas ruralistas no país. Na ocasião, todas as regiões brasileiras receberam ao menos uma ocorrência desse evento com a colaboração do catolicismo. O capítulo argumenta que as semanas ruralistas foram identificadas pela hierarquia católica como meio de atualização de sua ação pastoral no campo social e também de revalidação de sua posição junto ao Estado brasileiro que no referido contexto vivia os reflexos da era do desenvolvimento. Com a perspectiva de criar uma “nova mentalidade” nas populações do Brasil rural, as semanas ruralistas se acomodaram bem ao interesse do catolicismo e do estado no período.

O terceiro capítulo: “*A Igreja sozinha não pode fazer tudo: As Semanas Ruralistas da Arquidiocese de Diamantina (1955 – 1956)*”, analisa duas edições de SR's realizadas pela arquidiocese de Diamantina entre 1955 e 1956, no Norte de Minas Gerais. A época da centenária diocese de Diamantina abrangia 40 municípios. As edições diamantinenses das SR's foram favorecidas pela posição política assumida por Juscelino Kubitschek, nativo daquela cidade, e ganharam projeção nacional. A partir de revisão bibliográfica sobre a cidade de Diamantina e sua arquidiocese (MARTINS, 2014, GOODWIN JR, 2007 & FERNANDES, 2005), de relatórios e de edições de periódicos diamantinenses, como o jornal católico *A Estrela Polar*, do jornal *A Voz de Diamantina*, de relatórios do Ministério da Agricultura, de cartas trocadas entre o arcebispo de Diamantina e demais autoridades eclesiásticas, o capítulo demonstra como os eventos de Diamantina constituíram-se na ocasião como mais uma via de aproximação da Igreja Católica o Estado. Na segunda edição do evento, em 1956, por exemplo, a realização do evento contou com a presença de importantes autoridades da sociedade civil e política, como JK, como presidente da República e Dom Hélder Câmara. Na ocasião, a Igreja acusou a ausência estatal na região em vários níveis. Procurando articular os objetivos e resultados da IISRD nacionalmente, o secretário geral da CNBB, Dom

Hélder, solicitou a arquidiocese de Diamantina enviasse os seus relatórios e conclusões para contribuir nos debates que em proporções maiores, apontava denúncias e soluções para o diagnóstico de subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro que era indicado no período como uma das áreas mais “vulneráveis” do Brasil. De modo mais amplo, a partir deste estudo de caso, o capítulo demonstra como as diversas semanas ruralistas realizadas no país informaram e elaboraram junto a CNBB diagnósticos sobre os aspectos das áreas rurais brasileiras. Esses diagnósticos embasaram denúncias mais contundentes apresentadas pelos bispos nordestinos nas duas edições de seus encontros, que chegaram a ser definidas como semanas ruralistas de modo mais amplo. As duas edições do ENB serão analisadas, respectivamente, nos quartos e quintos capítulos.

Os encontros dos bispos nordestinos, convocados e gerenciados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foram momentos privilegiados para que ocorressem discussões acerca das ideias e ações possíveis para proteção e socorro das populações nordestinas dos efeitos da pobreza, em um contexto muito específico: a Guerra Fria. Ao final das duas edições, o então presidente, Juscelino Kubitschek (1956-1961), assumiu compromissos de ordem distintas. Destacaram-se projetos de eletrificação, de melhorias na infraestrutura rodoviária e portuária, de intensificação na modernização da agricultura e na industrialização da região. Apenas ao final da segunda edição, em 1959, foram assinados por JK 30 novos decretos. Essas medidas foram frutos de debates coordenados e mediados por sacerdotes brasileiros. Recorrentemente citados na historiografia, os I e IIEBN são destacados como o momento em que a Igreja Católica teria reafirmado sua influência junto ao Estado. Mas, de modo geral, as referências a esses eventos se resumem apenas a menções e pouco aprofundam sobre a elaboração, repercussão e efeitos mais duradouros. Assim, fica comprometida a compreensão dos objetivos e os elementos dos debates em cada uma das ocasiões que, embora parecem ser os mesmos e, como veremos, foram bem distintos. Os eventos tiveram uma elaboração complexa e que envolveu muitos debates entre a comunidade científica, política e religiosa do país e de fora dele, sobretudo, oriundos dos Estados Unidos e Europa. Os encontros são interpretados, portanto, como parte de um amplo projeto que foi iniciado pela hierarquia da Igreja Católica desde sua primeira semana ruralista, em 1950.

Por conseguinte, o quarto capítulo, “*Juscelino Fará e a Igreja Vigiará: O I Encontro dos Bispos do Nordeste*”, analisa a primeira edição do EBN. Por seis dias, a cidade paraibana de Campina Grande recebeu 27 bispos nordestinos que indicavam sugestões para que o Nordeste pudesse superar os principais obstáculos de seu subdesenvolvimento. Os bispos nordestinos acusaram uma falta de densidade no tratamento do governo federal e seus órgãos sobre os aspectos sociais na região e indicavam que o seu respectivo desenvolvimento era, portanto, uma questão nacional. O êxodo rural foi associado ao desordenado crescimento das favelas em áreas urbanas. Era preciso, na visão dos

bispos, uma ação estatal coordenada com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, conter o comunismo e reverter o fluxo migratório para a cidade e a concomitante expansão das favelas brasileiras. Essas sugestões – como os mesmos buscavam enfatizar, estavam assentes nas ciências sociais e em “dados concretos” sobre a realidade rural brasileira – que teriam sido sistematizados com o auxílio das semanas ruralistas que as dioceses e paróquias católicas vinha realizando – as dioceses nordestinas foram uma das mais receptivas a esses eventos. Com boa repercussão, a colaboração projetou positivamente a imagem de Juscelino Kubitschek em período de crise e instabilidade política.

O quinto capítulo, “A Igreja Católica, o governo Juscelino e o Nordeste: O IIEBN, antecedentes e primeiros resultados”, analisa a segunda edição do Encontro dos Bispos do Nordeste, dessa vez realizada na capital potiguar, Natal, em 1959. Três anos depois da edição de Campina Grande, a CNBB convocou mais uma vez os bispos nordestinos para a discussão dos problemas da região. O evento pretendia propor uma análise das medidas que vieram sendo desenvolvidas desde a primeira edição, em 1956. Mais que isso, o propósito era apresentar uma avaliação do próprio governo JK que já se aproximava do final de sua gestão. Por meio de relatórios do evento, de sua Declaração e conclusões, considerando ainda jornais de circulação Nacional e regional (*Diário de Natal, Tribuna do Norte*), além de correspondências e ofícios trocados entre a arquidioceses brasileiras e agências públicas, o capítulo analisa a nova edição, quando a dinâmica da Guerra Fria se tornou mais tensa e teve reflexos nos debates dos bispos. Na ocasião, final da década de 1950 – além de uma forte seca que agravou a crise social no Nordeste do país, em 1958, a Revolução Cubana de janeiro de 1959, contribuiu para que o anticomunismo se tornasse um elemento mais latente dos debates políticos do país. Além de desenvolvimento e democracia, passou-se a ser recorrente a audiência para as palavras que evocavam tensões e agitação social, por exemplo: seca, fome, reforma agrária, revolução, reformas de base, conspiração e comunismo. Foi crescente a pressão para que temas que receberam pouco destaque na edição anterior como, por exemplo, a reforma agrária, não fossem evitados.

Contudo, um dos primeiros resultados do IIEBN foi a avaliação positiva que os bispos deram à ação do governo na região. Essa avaliação parecia atenuar uma série de fatores - de ordem econômicas, sanitárias, ambientais e seus efeitos que aumentaram a demanda de diversos segmentos da sociedade por novas formas de tratamento da região. Já parecia evidente que apesar das contribuições importantes dos bispos católicos, como os robustos projetos de infraestrutura que resultaram dos seus encontros, foi apenas, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela lei criada nº 3.692 de 1959, isto é, ao final do governo Juscelino, que efetivamente foi organizada um plano para o desenvolvimento e industrialização do Nordeste.

Argumentamos que apesar de complacente com algumas ações do governo, a CNBB não deixou de fazer suas críticas e apontar soluções consideradas mais viáveis para o estabelecimento de um desenvolvimento integral.

Nesses termos, ao final da década de 1950 se esvaziava cada vez mais o discurso de harmonização de interesses que a Igreja vinha adotando. Assim, nem mesmo o discurso anticomunista, presente desde as primeiras semanas ruralistas que a CNBB vinha realizando – considerando uma perspectiva de antecipar-se em relação a possíveis agitações sociais, foi suficiente para evitar críticas ao seu engajamento em relação ao tema. Dentro da hierarquia católica, bispos mais conservadores se articularam e manifestaram posições contrárias ao grupo que por meio da CNBB vinha estabelecendo importantes vínculos com as agências públicas do período. E, contribuindo para o estabelecimento de um regime golpista, que interromperia a colaboração de um segmento catolicista mais progressista no período e as agências públicas.

O sexto capítulo, “*A democracia e a Igreja podem perder a América Latina: A CNBB e o início dos anos 1960*”, examina a relação entre Igreja Católica e Estado até o golpe civil-militar de 1964. Por meio de revisão bibliográfica sobre o período e da análise de jornais nacionais, documentos da CNBB e referências bibliográficas, demonstramos como em um momento tenso da Guerra Fria, diferenças dentro da própria hierarquia católica se cruzaram com a questão do desenvolvimento. No período, ocorreu uma reorganização da CNBB e o encerramento de um período de quase dez anos de hegemonia e colaboração dos bispos nordestinos capitaneados por Dom Hélder Câmara, como seu secretário-geral. No início dos anos 1960, um segmento mais conservador da Igreja brasileira, embora professassem a mesma fé, preferiu se alinhar a interesses tradicionais, prestando apoio a um movimento golpista que encerrou um período de debate virtuoso do estado, não apenas com um segmento do episcopado católico, mas com outros segmentos da sociedade. O argumento evidencia como o engajamento religioso pode transformar, mas também deformar formas mais participativas do processo desenvolvimento.

Por fim, passamos às “Considerações Finais”, em que pretendemos matizar as reflexões sobre o contexto analisado. Ao examinar o papel do catolicismo e suas particularidades, o estudo indica que não havia uma definição compartilhada sobre o desenvolvimento brasileiro no período, mas várias – o que incluía uma visão alternativa sobre o processo elaborada desde o catolicismo. A perspectiva do *Desenvolvimento Integral* não era apenas produzir bem-estar, mas também criar meios de manutenção dos valores católicos, especialmente nas áreas rurais. Esse engajamento teve impacto no contexto de elaboração de um conjunto de diagnósticos e alertas aos governos brasileiros sobre o país, particularmente durante a administração Kubitschek, e só pode existir durante uma das curtas experiências democráticas que o país viveu no século XX.

## **CAPÍTULO 1: A Igreja Coloca Deus nas ciências sociais: Desenvolvimento, Igreja Católica e Ciência no Brasil da Guerra Fria**

Como o sangue que tinge e fecunda a SOCIOLOGIA, o sal que a preserva das aberrações corruptoras, a luz que lhes descortina mais vastos e seguros horizontes, a IGREJA coloca DEUS nas ciências sociais, não teimando em fazer triunfar as suas ideias, por boas que sejam, mas dispostas a sacrificá-las ao bem comum, para que em tudo e sobretudo reine e impere JESUS CRISTO.

A IGREJA sabe que um MUNDO VELHO está ruindo. Que novas ideias, novas técnicas e crenças estão aparecendo. O Brasil parte integrante do POVO DE DEUS, está sendo sacolejado em seus alicerces, se há perigos reais a ameaçá-lo, ele não vai desaparecer como na ativação dos novos SPENGLER. Ou perder-se do caminho herdado das nações matrizes – ESPANHA e PORTUGAL. A IGREJA que é universal, de todos os tempos e de todos os lugares, não liga nunca sua sorte e formas transitórias das sociedades políticas, que tem destinos transitórios, que nascem e se transformam segundo as necessidades dos tempos e aspirações sociais (.....).<sup>14</sup>

Segundo Hobsbawm, não há dúvida de que o século XX foi aquele em que a ciência transformou tanto o mundo, quanto o nosso conhecimento dele. Para esse autor, devemos esperar que as ideologias do século XX se regozijem com os triunfos da ciência - que são os triunfos da mente humana, como fizeram as ideologias seculares do século XIX. Na verdade, devíamos ter esperado até mesmo que enfraquecesse a oposição das ideologias religiosas tradicionais, grandes redutos de resistência à ciência do século XIX. Ela não apenas afrouxou o domínio das religiões tradicionais na maior parte do século e a própria religião se tornou tão dependente da ciência da tecnologia baseada na alta ciência quanto qualquer outra atividade humana no mundo desenvolvido (HOBSBAWN, 1995:504-537).

Foi especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, que a preocupação em fazer da ciência uma ferramenta que contribuísse para a resolução dos problemas da humanidade emergiu como parte do projeto em países do Ocidente com o objetivo de colocar em prática uma agenda para o desenvolvimento por meio de discursos e práticas. Nessa conjuntura, o mundo assistiu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e de suas agências especializadas que tiveram papel importante ao irradiar políticas e ações no sentido de universalizar o conhecimento científico em nome de melhorias das condições de vida, difundindo, dessa forma, os benefícios do desenvolvimento econômico em escala mundial. Ao transformarem as ideias de desenvolvimento em planos concretos de ação, concomitantemente estabeleceu-se uma série de saberes e normas, bem como formas de intervenção no mundo, que acabaram gerando o que Escobar (2007) chamou de “aparato de desenvolvimento”, responsável pela produção de novos arranjos de conhecimento e

---

<sup>14</sup> [Grifos da Fonte], *A Cruz* [Rio de Janeiro] 06/05/1960: 1.

poder, novas práticas, teorias e estratégias que passaram a pautar as relações entre os países centrais e os ditos periféricos.

Esse debate não se restringiu a grupos como às esferas da administração pública, onde técnicos e economistas, inseridos nas esferas de poder, procuravam influenciar as decisões relativas ao desenvolvimento. A citação destacada no início do capítulo, por exemplo, publicada no jornal católico *A Cruz* manifesta o entusiasmo da Igreja Católica em relação a sociologia. No destaque, é manifestada a percepção de que, particularmente, as ciências sociais e seus produtos estavam incorporadas as dinâmicas da prática católica do período. A reportagem é do início dos anos 1960 – quando a Igreja já passava por reconhecidas transformações por meio do Concílio Vaticano II e a ideia de povo de Deus estava se constituindo. Esse período recebe atenção especial de analistas seja pela realização do referido concílio ou pelo fato de que, nas décadas seguintes, particularmente na década de 1970, seriam publicadas obras que dariam forma a “Teologia da Libertação”, em que era proposto não um caminho entre o “comunismo e o capitalismo”, mas uma libertação desses modelos, sugerindo até mesmo uma ruptura com total com capitalismo. Esse movimento não ocorreu de modo estanque, as décadas anteriores assistiram uma série de mobilização de segmentos do catolicismo inclinados a questões sociais. Esse amplo processo foi intitulado por Löwy – podemos chamar de “Cristianismo da Libertação” – com consequências políticas de grande alcance (LÖWY, 2016: 28). A perspectiva do autor chama atenção de que se trata de um movimento mais profundo e amplo que uma mera corrente teológica.

Essa conjuntura de intensa mobilização de segmentos do catolicismo em prol das questões sociais levou a valorização da ciência e da tecnologia como ferramentas de transformação da realidade social. Pois, conforme Maio, “os afazeres científicos não seriam mais vistos apenas como instrumentos de civilização a passo que assumiriam funções estratégicas nas esferas do desenvolvimento econômico e do planejamento”. Desse modo, os países subdesenvolvidos deveriam receber conhecimentos e tecnologias no sentido de superarem seu “atraso”, o que preencheria os “fossos” entre as nações, levando ao rompimento dos então chamados “círculos de pobreza” (MAIO, 2001: 51).

Particularmente, sobre a sociologia rural – que parecia mais interessar a Igreja, o seu crescimento ocorreu na esteira da política externa estadunidense na região da América Latina ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para Lopes e Maio, os sociólogos rurais desempenharam importante papel na interpretação e na tradução das culturas e formas de vida social da América Latina em uma linguagem e em um conjunto de categorias inteligíveis para o Estado e para a sociedade norte-americana (LOPES & MAIO: 2021:). Esses atores deveriam atuar simultaneamente como cientistas e *experts* capazes de orientar políticas de assistência técnica nos campos da educação,

da saúde e da agricultura que vieram à luz a partir de acordos de cooperação entre os EUA e as demais nações do continente durante a guerra. Entretanto, continua os autores, esses profissionais não foram “instrumentos utilizados na persecução dos interesses geopolíticos do país”. Antes, foram informados por um pensamento próprio, de matriz comunitarista, que os permitiram não apenas se afastar de perspectivas triunfalistas e otimistas sobre a modernidade, mas alguns destes sociólogos enxergaram a América Latina como palco de experimentos sociais originais. Essa perspectiva apostava que os países da região pudessem enveredar por formas mais comunitárias de desenvolvimento e contornar os efeitos deletérios da modernização nos EUA, como o individualismo agudo e a proletarização dos agricultores. Sendo assim,

Foi com essas questões em mente que os sociólogos rurais voltaram seu olhar para a América Latina: procurando por sinais que indicassem ser possível conciliar a mecanização da agricultura com a construção de robusta vida associativa local no campo. Assim, em que pesem as lacunas e deficiências que identificavam, como as técnicas produtivas rudimentares e a estrutura fundiária concentracionista, eles avaliavam, a partir de imagens por vezes bastante idealizadas da região, que seu progresso técnico e material poderia transcorrer segundo linhas comunitárias. A aposta dos cientistas sociais era a de que os povos latino-americanos contornassem o individualismo exacerbado característico do fazendeiro médio dos EUA, envolvido com uma agricultura de tipo comercial (*cash crop*) e orientado quase exclusivamente pela busca do lucro (LOPES & MAIO, 2021:15).

O argumento dos autores, portanto, vai na direção de que os diagnósticos que os sociólogos rurais norte-americanos produziram sobre a América Latina nos anos 1940 convidam-nos a repensar e a matizar as compreensões tradicionais acerca das ideias de desenvolvimento que circularam entre as Américas. Longe de terem aderido sem reservas e de modo triunfalista à ideia de que a modernização capitalista da vida rural redundaria automaticamente em bem-estar social, aqueles cientistas sociais que se empenharam em projetos por diversos países do continente latino-americano apontaram para os entraves que a urbanização e a industrialização, associadas ao individualismo moderno, haviam criado para o estabelecimento de laços de solidariedade social em nível local.

Destacar essa conjuntura é fundamental, pois a forma como a sociologia rural avaliou os desafios postos para a modernização da vida rural na América Latina foi um dos aspectos que facilitaram o entrecruzamento entre essa ciência e o catolicismo brasileiro. A Igreja Católica pelos países da América Latina em geral, via nas áreas rurais um espaço de influência que precisava de proteção. Tão antiga quanto a relação entre catolicismo e Estado no Brasil, é a questão agrária marcada pela desigualdade, violência e expulsão de populações sem acesso à terra para outras áreas, por exemplo. Uma das marcas do período analisado era o acirramento e dos conflitos agrários e formação de sindicatos e outros movimentos camponeses. Assim, o engajamento do catolicismo se deu de várias formas. Os estudos de comunidade que marcaram a primeira fase da sociologia rural



norte-americana<sup>15</sup>, caracterizados pela descrição empírica detendo-se sobre as condições de vida das populações rurais, foram pioneiros na aplicação de *survey* (questionários) e na coleta de dados qualitativos (BUTTEL *et al.*, 1991:11), chamaram atenção da Igreja Católica.

Para essa instituição religiosa, desde Roma, era urgente conhecer o território, suas novas expressões diante as grandes mudanças e face aos desafios a serem enfrentados naquele momento. Especialmente na América Latina que, já em meados do século XX, era apontado como o maior continente católico, mas ao mesmo tempo vinha sofrendo com a escassez de clero. Nesse sentido, como veremos, recomendações do próprio papa repercutiam na década de 1950 – bem como por novos métodos pastorais que ganhavam evidência deixam claro facetas das relações entre ciência, política e sociedade. Particularmente no Brasil, foi a partir dos esforços da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada em 1952, que se buscou, assente em ciências sociais, a primazia no enfrentamento das questões sociais.

Em uma conjuntura internacional cada vez mais orientada pelo instrumental teórico e prático de organismos internacionais, como a ONU e suas agências, particularmente no que se referia ao tratamento de questões como fome, doença e pobreza - temas que, como destacou Hochman (2012), chamavam cada vez mais atenção em um mundo claramente dividido da Guerra Fria, o diálogo e uso da ciência e seus produtos abriu um leque de entradas para a Igreja Católica. Defendeu-se que, por excelência, em um país rural como o Brasil poderiam ser encontradas soluções viáveis na sociologia rural. Mais do que qualquer outra instituição, a Igreja Católica reivindicava ser detentora de notório saber sobre as características e necessidades das populações latino-americanas.

Uma série de complexidades caracterizam as relações entre ciência e religião. Dias, por exemplo, apresenta aspectos sobre essa relação no Brasil a partir da relação entre psicanalistas e católicos que compartilhavam da mesma estratégia de popularização da educação sexual. A contribuição da autora vai no sentido de assinalar aspectos da dimensão coletiva e social da produção de conhecimentos e fatos científicos. Cientistas e clérigos desempenharam o papel de intelectuais mediadores, isto é, produtores e divulgadores de conhecimento para um público não especializado. Nesse sentido, Dias demonstra que longe de constituir um bloco monolítico, as relações entre ciência e religião são atravessadas por aspectos históricos e culturais específicos, o que permite identificar

---

<sup>15</sup> A sociologia rural nasceu nos Estados Unidos quando instituições religiosas, especialmente protestantes, com o apoio do governo, iniciaram estudos mais sistematizados sobre o meio rural daquele país. O contexto de seu surgimento foi a crise agrícola desencadeada pela Guerra Civil Americana (1861-1865), que acentuou a percepção dos problemas agrários, em particular: os conflitos de terras, o aumento dos fretes ferroviários e das taxas de crédito. Nesse sentido, a vida rural como um todo, especialmente a família rural, a religião, as instituições e a comunidade, passou a ser de interesse público e a receber manifestações políticas. Este interesse resultou na criação da Comissão de Vida no Campo (Commission of Country Life), em 1908, pelo então Presidente Theodore Roosevelt. Em 1911, essa Comissão, chefiada por Liberty Hyde Bailey, apresentou um relatório sobre a vida rural que deu grande ímpeto ao estudo das comunidades rurais americanas. Os estudos produzidos no escopo desta Comissão constituem-se nos primeiros trabalhos identificados como “community studies”.

aproximações e diálogos entre os campos e refutar o “mito do conflito” que durante muito tempo classificava tais interações apenas como pares de oposição. No mesmo estudo há uma revisão historiográfica que discute como ressaltar a rigidez das fronteiras entre ciência e religião também constitui um fenômeno histórico e circunscrito aos séculos XIX e XX, período marcado pela profissionalização dos cientistas, pela privatização das vivências religiosas e o consequente distanciamento entre essas duas esferas.

Nessa perspectiva, somos apresentados a uma concepção de ciência enquanto algo dinâmico que se modifica e é atualizado nas interações entre os grupos. Essa concepção visa romper com uma abordagem difusionista que entende o conhecimento científico como algo universal que se expande dos “centros produtores” para as “periferias passivas”, além de contribuir para a incorporação de outros atores envolvidos no processo de circulação de conhecimento. Segmentos do catolicismo brasileiro, da hierarquia a grupos leigos especializados introduziam discussões sobre conhecimentos úteis e que contribuíssem para superar condições de subdesenvolvimento. Em nossa análise, por exemplo, verificamos que em algumas paróquias católicas foram criados jornais totalmente dedicados ou com seções que buscavam encorajar o desenvolvimento ao divulgar noções relacionadas a modernização do campo, higiene e incremento da produção, organização de comunidades, na arquidiocese de Diamantina-MG foi criada no jornal arquidiocesano uma seção intitulada *A Estrela Ruralista*, na arquidiocese de Natal -RN foi fundado um pequeno impresso intitulado *O ruralista*, na ocasião de uma semana ruralista no Rio de Janeiro, fundado o pequeno jornal, *O Semeador*. Publicações que tinham o esforço e especializar não apenas os fiéis, mas o próprio clero – que foi recomendado a aprender conteúdo especializado em técnicas agrícolas, higiene, sociologia entre outros.

Mas, o otimismo do período tanto de agências públicas quanto de segmentos católicos – em particular no que se refere a ênfase nas tecnologias, não foram suficientes para alavancar – particularmente nos país percebidos como de Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos, o tão reclamado desenvolvimento. De modo geral, assim como em outros país periféricos, a busca pelo desenvolvimento brasileiro, em particular nas áreas rurais, foi marcada por contradições. Das quais, como aponta Dalmaz *et al* (2018), podemos elencar:

(...) a primeira, buscar a melhoria das condições de vida da população rural pobre sem alterar a estrutura agrária, isto é, sem a socialização dos meios de produção para reproduzir sua existência; a segunda, incluir apenas os possuidores de meios de produção no processo de desenvolvimento, deixando à margem a maioria da população rural pobre e sem-terra; a terceira, aumentar a produtividade sem a desconcentração de terras, beneficiando apenas o capital industrial, financeiro e comercial de pesticidas, fertilizantes, equipamentos e máquinas agrícolas que, em muitos casos, levaram os pequenos produtores à aquisição de dívidas e à perda de

suas terras, aumentando ainda mais a concentração de terras e riquezas (DALMAZ *et al*, 2018:11 ).

Assim, apesar do engajamento que mobilizou os bispos, os efeitos mais duradouros quando não produziram apenas os efeitos desejados, em alguns casos, ao contrário, ajudaram a aprofundar problemas já existentes. A questão da estrutura agrária altamente concentrada era pouco questionada. Esse problema histórico do país, se organizava desigual desde as capitanias hereditárias, posteriormente, com o estabelecimento da Lei de Terras, em 1850, que excluía negros e indígenas do acesso as mesmas. E segue até os dias atuais limitando o acesso a terra e ao desenvolvimento da agricultura familiar no país.

Procedemos ao capítulo discutindo como o debate sobre desenvolvimento se cruzou com as questões relacionadas a Igreja Católica e como o conhecimento científico, especialmente no que se refere a sociologia rural, foi percebido como um dos elementos capazes de alavancar o processo de desenvolvimento almejado. Mais do que recorrer aos frutos da ciência, os prelados católicos procuraram também se especializar tornando crescente o intercâmbio entre especialistas e sacerdotes. O papel da Igreja na construção de uma agenda comum que reunia alguns especialistas, para a elaboração e divulgação de ideias e experiências que pudessem ser úteis no projeto de desenvolver as áreas rurais do país, é o que chama nossa atenção. Argumentamos que a aproximação de um segmento da Igreja Católica e esse campo de conhecimento favoreceu não só a coleta de dados mais precisos sobre a realidade brasileira - por meio da realização de suas observações, mas também contribuiu para a própria institucionalização da sociologia no país, bem como com a legitimidade dos cientistas envolvidos.

O capítulo demonstra como durante a década de 1950 se intensificou o debate entre a hierarquia católica, ativistas leigos, as estruturas do Estado e agências internacionais na busca pela manutenção de uma sociedade mais inclusiva. A mudança de linguagem e ação por parte da Igreja Católica não foi um fenômeno exclusivo no Brasil, esteve em consonância com o que ocorria na Igreja universal. Diversos cursos, conferências e seminários católicos ocorreram em países da América Latina com o objetivo de debater e divulgar a nova mentalidade religiosa orientada para as questões sociais. Para a compreensão dessa conjuntura, em um primeiro momento, discutimos sobre o conceito de Desenvolvimento para, em seguida, observarmos como um segmento do catolicismo elaborou sua própria alternativa sobre esse processo. A Igreja Católica no período passava por profundas transformações e buscava responder questões morais do pós-Segunda Guerra. Portanto, para compreensão de seu engajamento no debate sobre desenvolvimento naquela ocasião, consideramos importante tratar sobre a história e evolução política da Igreja no Brasil. Por fim, observamos como emergiu nos anos 1950, por meio da CNBB, um movimento dinâmico de ativismo

católico, encorajado especialmente por um grupo de bispos nordestinos, que em consonância com debates junto ao clero latino-americano e técnicos de agências públicas ou privadas, propunha a construção de um caminho para o desenvolvimento integral.

### **1.1 O paradigma do Desenvolvimento: Desenvolvimento Integral, uma alternativa cristã**

Como qualquer conceito, o *Desenvolvimento* também é polissêmico e evoca muitos significados.<sup>16</sup> Comumente, a sua origem é atribuída ao discurso de 20 de janeiro de 1949, do presidente estadunidense Harry S. Truman (1945-1953), a partir do qual foram criadas as condições para que a política externa dos EUA fosse estendida, buscando reproduzir em todo mundo características das sociedades avançadas da época. Esse contexto foi marcado por forte ênfase nas áreas da ciência e tecnologia, concomitante, a expansão do modelo econômico capitalista. E por marcar o início da Guerra Fria, associado a outros eventos como o Plano Marshal (1947), conclusão da OTAN (1949), Guerra da Coreia (1950-1953) e a Doutrina Truman (1947) (RIBEIRO, 2008)<sup>17</sup>.

Especificamente sobre o discurso de 1949, observamos que no "Quarto Ponto" apresentado ao Congresso dos EUA, Truman definiu a maior parte do mundo como "subdesenvolvido". E anunciou que todas as sociedades teriam que seguir o mesmo caminho e aspirar a um único objetivo: o "desenvolvimento." Desde então, o desenvolvimento foi fortemente projetado para o resto do mundo foi sendo mobilizado diversos tipos de esforços para alcançá-lo (ACOSTA, 2015:302).

Inspirado no pensamento do filósofo francês Foucault - sobre a capacidade dos discursos de produzir, Escobar (2007) argumenta ainda que, como discurso, o desenvolvimento serviu para criar e produzir [de várias formas] regiões ao redor do globo, como a América Latina, Ásia e África. Territórios que, a partir de então, foram situados naquilo que se convencionou chamar de Terceiro Mundo ou países subdesenvolvidos. Nesse sentido, é preciso considerar que essas visões de desenvolvimento elaboradas desde o Norte Global em geral são excludentes, imperiais, eurocêntricas e contam com produções abissais – extrativistas e pós-coloniais – de conhecimento (SOUSA SANTOS, 2018), aspectos que explanam os limites desses modelos. Nesse sentido, como Mendonça (2010) e os autores mencionados chamam atenção, tomar *desenvolvimento* como um discurso historicamente situado, contribui para a construção de uma análise mais profunda sobre suas

---

<sup>16</sup> Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos (KOSELLECK, 2006:108).

<sup>17</sup> Essa é uma periodização bem sintética desse período que foi alvo de importantes revisões e estudos. É importante também frisar que há um fenômeno intitulado de "Guerra Fria Cultural" que é anterior a Guerra Fria diplomática do pós guerra e tem sua origem na luta entre comunismo e capitalismo no século XIX (IBER, 2012).

condições e efeitos.

Entre as definições mais recorrentes deste conceito, figuram o desenvolvimento econômico, social e sustentável. Termos que, como indica Lima, sucederam desde o final da década de 1950 múltiplos significados e concepções divergentes (LIMA, 2002: 82), e que foram viabilizados a partir de “discursos e práticas pautados pela ideia de crescimento econômico e seus supostos benefícios” (MENDONÇA, 2010:191). Obviamente, esse processo não ocorreu de maneira assimétrica. Mas por certo, independentemente do nome que recebeu, a busca pelo desenvolvimento desdobrou-se em um aparato institucional extremamente eficiente, destinado à produção de saberes/práticas que se refletiu a partir de “várias agências e agentes surgidos entre 1945-1955, que não cessaram de produzir novas teorias e estratégias” (MENDONÇA, 2010: 144). Considerar, portanto, o desenvolvimento como uma construção histórica, implica analisar os mecanismos por meio do qual esse processo se tornou ativo como um conjunto de práticas. Posto isso, ignorar como um segmento religioso buscou exercer sua fé no desenvolvimento pode limitar a compreensão sobre as dinâmicas e efeitos mais amplos desse processo.

Na historiografia brasileira é consensual que o chamado Nacional Desenvolvimento foi impulsionado pela intervenção estatal e tenha emergido como eixo central das políticas governamentais na década de 1930. Nesse período, sob a liderança de Getúlio Vargas (1930-1945), o Brasil passou por diversas transformações sociais, econômicas e institucionais. Entretanto, esse processo não foi fruto de um evento factual como a crise do café causada pela Grande Depressão de 1929 e o fim da chamada Primeira República (1889-1930). Antes, desde o último quartel do século XIX, quando a economia brasileira se tornou mais aberta ao comércio internacional, um conjunto de ideias sobre industrialização já figurava nos debates intelectuais do país, como os discursos e debates do presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, por exemplo (GOMES, 2005:292-297).

O auge desse processo teria ocorrido, no entanto, apenas nos anos 1950. Esse período foi marcado por diferentes governos. Resumidamente, seriam o primeiro governo e o fim da ditadura varguista (1930-1945), passando pela presidência do general Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), até a volta do ex-ditador – dessa vez em vias democráticas, mas logo interrompida por seu suicídio (1951–1954). Em seguida, o breve governo Café Filho (1954-1955) sucedido por Juscelino Kubitschek (1956-1961), que ao ser eleito em 1955, viu tentativas de golpe na sua posse. Ao longo desse conturbado período, são observáveis várias ações que visavam cooperar, controlar e planejar a economia brasileira com fins de desenvolvimento (LAFER, 2002: 29). Para citar alguns exemplos, podemos observar a criação de grandes empresas públicas como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, posteriormente, a Petrobrás, em 1953. Foram ainda criadas empresas estatais com fins de realizarem empréstimos para atingir o desenvolvimento como o Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ambos fundados no ano de 1952.

Outras agências de desenvolvimento são observadas a partir da fundação e mobilização de organismos multilaterais na época, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que, com sede no Chile, desde o final dos anos 1940 buscou pensar a questão do subdesenvolvimento latino-americano desde a perspectiva da América Latina. Podemos mencionar ainda a Missão Cooke (1942-1943); a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953) que elaboraram diagnósticos da situação econômica; o Plano Salte (1948) que representou esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário, limitando-se a setores do café e do petróleo e, ainda, o Plano de Metas (1956-1961), que pela complexidade de suas formulações (e pela profundidade de seu impacto), quando comparado com as tentativas anteriores, é indicado como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil (LAFER, 2002: 30).

Essa conjuntura era acompanhada de um otimismo científico e tecnológico dos pós Segunda Guerra Mundial que destacamos no início do capítulo. Predominava a percepção de que a ciência e seus produtos poderiam incrementar aspectos relacionados a saúde e produção agrícola, com efeito, sendo úteis no combate a aspectos percebidos como empecilhos ao desenvolvimento. No campo sanitário, por exemplo, essa perspectiva ocorreu baseando-se na disponibilidade dos novos recursos preventivos e terapêuticos: inseticidas, antibióticos, sulfas e antimaláricos<sup>18</sup> (HOCHMAN, 2009: 315-316). Tecnologias como o inseticida de ação residual Dicloro-Difenil Tricloroetano (DDT) com incentivo da OMS foram recomendados a diversos governos e programas de saúde internacionais na esperança de erradicar doenças (CUETO, 2007). Como exemplo, observamos que foram variadas as ações do governo dos Estados Unidos, por meio do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA). Segundo Campos (2006), na década de 1940 ainda nos bastidores do conflito mundial, o IAIA estabeleceu convênios bilaterais com 18 repúblicas latino-americanas para a condução de programas de saúde, nutrição e saneamento em áreas onde eram instaladas bases militares norte-americanas em regiões produtoras de matérias-primas estratégicas para a indústria bélica daquele país. Na esteira deste processo, no Brasil ocorreu a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que atuou em diferentes áreas do país, com destaques à política sanitária exercida na Amazônia, visando o controle de doenças por conta das migrações para o esforço de guerra na colheita da borracha, e em regiões mineradoras de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce e nas regiões produtoras da mica

---

<sup>18</sup> A penicilina, por exemplo, foi indicada como o tratamento eficaz de muitas doenças no período. Esse medicamento juntamente com o DDT foram verdadeiras “armas químicas” (KROPF, 2006: 279) e “balas mágicas”, isto é, potenciais soluções contra o subdesenvolvimento e as doenças endêmicas a ele diretamente associadas.

(CAMPOS, 2006: 28-29).<sup>19</sup>

Na agricultura não foi diferente, a ênfase na tecnologia se refletiu no uso de máquinas e sementes – integrando um movimento amplo, a chamada Revolução Verde, que consistiu em uma série de inovações no setor agrícola nos mais variados aspectos: no laboratório, no campo e no mercado. Dos EUA, essa inovação se estendeu a outros pontos do globo, a partir da colaboração de instituições como a Fundação Rockefeller que vinha desenvolvendo projetos que visavam incrementar a produção agrícola em países da América do Sul e na Ásia, especialmente, culturas de milho e trigo. A perspectiva era que a produção agrícola forneceria os elementos necessários para a sustentação da vida nas comunidades pobres, uma vez que a venda de colheitas geraria dinheiro, infraestrutura, educação, dentre outros serviços vitais, portanto, prosperidade (WATERHOUSE, 2013: 12-16).

O já mencionado Programa Ponto IV, do discurso de Truman que germinou o desenvolvimento para o mundo, foi fundamental para estimular o entusiasmo do período, pois refletia o entendimento de que seria necessário que esse país exercesse um papel mais ativo na modernização do continente. Como destacou Silva, a perspectiva era desenvolver tecnicamente a agricultura e sua modernização por meio do incremento da “industrialização, urbanização, crescimento da produção material e dos níveis de vida e ideais educacionais e culturais modernos”. (SILVA, 2015:37). No Brasil, o primeiro compromisso relacionado ao referido programa foi a formação da Comissão Brasileiro- Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) (MENDONÇA, 2010:190). Outro exemplo diretamente relacionado a essa conjuntura refere-se as ações da agência filantrópica, *Inter-American Affairs Association* (AIA), cuja iniciativa é geralmente atribuída a Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979) (SILVA: 2015:37). A AIA desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas pró-saneamento e alfabetização. Fundada em 1946 e extinta em 1968, a AIA teve atuação no Brasil e na Venezuela e em alguns países asiáticos (IDEM: 37).

Mas foi principalmente, na administração de JK que o desenvolvimento e os debates ao seu respeito ganharam protagonismo. Desenvolvimento e industrialização são as marcas mais salientes nas interpretações sobre o governo juscelinista, mas não as únicas. Nosso argumento mostra como a relação de Juscelino com a Igreja Católica, via CNBB, ajudou a colocar em marcha dimensões sociais de seu governo, como a robusta colaboração e intersecção entre alguns órgãos públicos e campos

---

<sup>19</sup> Campos argumenta que embora a criação do SESP tivesse respondido aos problemas imediatos do pós-Segunda Guerra Mundial, ela se acomodou bem às mudanças na conjuntura internacional e atendeu tão satisfatoriamente às necessidades domésticas em diferentes momentos, que logrou continuar em operação por muito mais tempo do que o inicialmente previsto. Assim, os objetivos e ações deste órgão gradativamente foram se ampliando. Nos anos 1950, por exemplo, contexto de emergência do paradigma do desenvolvimento e de certo “otimismo sanitário”, o SESP e o impulso à cooperação técnica permaneceram atuando no país. Especialmente nos últimos capítulos de sua obra, respectivamente, 7,8 e 9, o autor analisa essa conjuntura (CAMPOS, 2006).

como agricultura, educação e saúde pública, por exemplo.

Durante a sua campanha à presidência do Brasil, JK apresentou em seu programa de governo um “Programa de Saúde”. Pela primeira vez na história republicana, o tópico de saúde e assistência recebeu destaque numa campanha eleitoral para a presidência. Usando a posição de médico e de político oriundo do interior, Juscelino fez seu diagnóstico da saúde do país e propôs 18 metas para superação do que considerava os principais problemas sanitários do Brasil, buscando mudar e se contrapor a imagem do país emoldurada no aforismo do médico Miguel Pereira, que no início daquele século afirmava: o Brasil era um imenso hospital. Assim, com seu programa de saúde, Juscelino recuperava para debate público sob a alcunha de “doenças de massa”, as endemias rurais, doenças conhecidas pela sociedade brasileira, que se referiam basicamente a doenças infecciosas e parasitárias (MUNIZ, 2014 & HOCHMAN, 2009).

Uma vez eleito em outubro de 1955, JK de forma bastante coerente com o programa de quando candidato, assim que tomou posse, autorizou a criação, em março de 1956, do DNERU. Esse órgão unificava vários serviços nacionais criados em 1941 para lidar com as doenças tais como malária, leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariose, hidatidose, bócio endêmico, boubá e tracoma. Vários centros de pesquisa do Ministério da Saúde, inclusive o Instituto de Malariologia, foram unificados no Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERU), subordinado ao DNERU. Esse departamento uniu as preocupações com a saúde ao projeto de desenvolvimento econômico de JK, na medida que articulava o combate às endemias rurais – malária, esquistossomose, boubá e bócio endêmico – com o que eram vistos como suas causas, ou seja, pobreza, fome, desemprego. As ações do novo órgão expressaram claramente o otimismo científico do século XX que viemos discutindo. Além disso, essas ações visavam incorporar novos territórios à dinâmica capitalista, transformando regiões insalubres e improdutivas em áreas de expansão agrícola. Entretanto, como afirma Hochman, embora o programa setorial para saúde e assistência era um desdobramento do Plano de Metas de JK, que, por outro lado, não falava especificamente sobre saúde nas suas 30 metas”.

A percepção de que as tecnologias disponíveis seriam eficientes no incremento da agricultura, controle das endemias rurais e da erradicação das “doenças de massa”, criou condições para que interesses pudessem se encontrar, pois tanto religiosos como técnicos públicos compartilhavam do otimismo do período. Um exemplo disso foi a distribuição de tecnologias (sementes, ferramentas), medicamentos, cartilhas e conteúdo relacionados à função de criar uma “nova mentalidade rural”. Assim, não chega a surpreender, por exemplo, que para facilitar os objetivos de desenvolvimento muitas das campanhas sanitárias do DNERU foram estimuladas e divulgadas dentro de dioceses e paróquias católicas.



À medida que Juscelino, ao menos retoricamente mostrava-se comprometido com a democracia, um nicho importante do catolicismo brasileiro viu um ambiente favorável para engajar-se com auxílio governamental. Em âmbito estatal, o governo JK recomendava engajamento privado e de diversos setores - além de ressaltar a importância da democracia – Juscelino buscou dar exemplos de que estava disposto a ouvir diferentes vozes da cena brasileira do período. Esse aspecto, se deu sobretudo, devido a sua conturbada posse e a necessidade de projetar uma imagem diferente da ditadura varguista para o país.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se engajavam neste otimismo científico e tecnológico, a CNBB, os bispos e movimentos leigos partícipes dessa mobilização, também estavam convencidos que eram preciso reformas mais profundas questionando – ainda que timidamente, questões como a educação, estrutura sanitária e agrária que atravessavam e comprometiam a qualidade de vida da sociedade brasileira. De modo geral, assentes na busca pelo desenvolvimento integral, esse segmento do catolicismo indicava que a erradicação de uma determinada doença, por exemplo, não promoveria por si só a eliminação da pobreza, mais do que uma resposta as orientações vindas de Roma, observaremos como no período ideologicamente tenso da Guerra Fria, membros da hierarquia católica operacionalizaram o léxico do período: desenvolvimento, subdesenvolvimento, capitalismo e comunismo, em busca de posicionar-se no debate como uma “Terceira Via”, isto é, uma saída espiritual para os problemas que atravessavam o mundo naquele momento. Essa visão alternativa precisou negociar e se acomodar com outros interesses, considerando, por exemplo, o fato de que os esforços governamentais no período, especialmente na gestão JK, preconizavam desenvolver o país tendo como motor do processo a industrialização. Nesse sentido, industrialização, agricultura, alimentação e saúde estavam hierarquicamente conectados nesse projeto. Ao priorizar os interesses econômicos, os demais ficaram comprometidos.

O desenvolvimento defendido pela hierarquia católica brasileira via conferência dos bispos, foi chamado por Godoy de o “pouco lembrado desenvolvimentismo católico” (GODOY, 2016:187), e na interpretação de Löwy recebeu a alcunha de “Teologia do Desenvolvimento” (LÖWY, 2016: 91). Em nosso texto a denominamos de *Desenvolvimento Integral* (DI). O DI trata-se de uma visão cristã sobre o processo de desenvolvimento e está baseada nas ciências sociais. Essa alternativa preconizava que para alcançar o desenvolvimento seria necessário considerar o ser humano em sua completude. Fugindo ao individualismo capitalista e ao ateísmo e autoritarismo comunista, o DI considerava que as comunidades deveriam ser autodeterminantes nesse processo e que aspectos relacionados as condições de saúde, ecológicas, educação, cultura e que porventura viessem a potencializar e promover o bem-estar do ser humano - incluindo ainda as emoções e questões de espiritualidade, não eram menos importantes que o crescimento econômico. Embora essa alternativa

tivesse tido repercussão teórica e aplicada no transcurso das décadas de 1940 a 1960 no Brasil, o “desenvolvimentismo católico” ainda não foi estudado. Godoy explana mais aspectos desta concepção de desenvolvimento, para esse autor:

Essa linhagem de pensamento, que orientou parte das ações da esquerda católica desde os anos 1940 e contribuiu, a partir dos anos 1970, para a formulação da Teologia da Libertação. Esta linhagem desenvolvimentista do pensamento católico progressista foi importante na construção de um conjunto de métodos de diagnóstico econômico e social e técnicas para o planejamento estatal, intervindo intensamente na formulação de políticas industriais e urbanas, inicialmente na França e, depois, em várias regiões do mundo, estendendo influências a todos os continentes. No Brasil, essa linhagem de pensamento foi introduzida por Le Bret, Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain, entre outros (GODOY, 2016:190).

Em momento e contextos diferentes, os pensadores destacados por Godoy, exerceram influência no catolicismo brasileiros, especialmente a partir dos anos 1930. Certamente, é preciso considerar que intelectuais católicos não respondem ou falam pela Igreja. Mas muitos autores corroboram que os citados tiveram impacto no discurso da instituição religiosa. Foi apenas na década de 1950, em um período mais democrático, que essa visão de um desenvolvimento mais inclusivo, com perfil anticomunista, comunitarista e cooperativista, e que também defendida maior ativismo estatal, repercutiu na cena pública brasileira. É importante frisar, como veremos ao longo da tese, que essa visão não se opunha a industrialização, antes, considerava que outras áreas mereciam igual tratamento. Para esse setor da Igreja era importante solucionar os problemas rurais do Brasil dos anos 1950 que, buscava a sua industrialização, mas ainda era essencialmente um país rural. Mas foi especialmente o discurso anticomunista, somado ao otimismo tecnológico do pós Guerra, que conectou a tradição católica, a sociologia e o aparelho do estado brasileiro no período, pelo menos, até o golpe de 1964.

Interpretado mais como processo do que um conceito, observamos nesta tese que o Desenvolvimento Integral circulou pelas redes católicas no Brasil, tendo na CNBB importantes aliados. É nessa conjuntura que argumentamos que os eventos e estratégias articuladas pela CNBB no período – sobretudo, as diversas semanas ruralistas realizadas em dioceses e paróquias católicas com anuência desse órgão e ainda as duas edições do Encontros dos Bispos do Nordeste (1956,1959), devem ser compreendidos.

Contudo, apesar do ponto de vista alternativo sobre o desenvolvimento, que parecia avançar para apelos que indicassem a necessidade de mudanças mais estruturais, as medidas e ações dadas pelas agências públicas – que insistiam em modelos verticais e com forte ênfase tecnológica, que se resumiam em ações temporárias não provocavam reformas profundas que, ao final, mudassem as condições de vida da população alvo. As campanhas contra doenças, por exemplo, voltam-se para a eliminação de uma doença específica utilizando uma dada tecnologia, sem buscar alterar as

condições de vida da população alvo, desconsiderando também seus hábitos e tradições. Como observou Muniz (2013) ao tratar da campanha da Boubá – doença de pele altamente contagiosa causada pela bactéria *treponema pertenue* (IDEM:36), as equipes de campanha contra as doenças tiveram que lidar também com aspectos como, por exemplo, a má alimentação da população (MUNIZ, 2013: 85-87). Ampliando essa conjuntura para a América Latina, Cueto (2015) afirma que no período estava vigente um entendimento de saúde limitado e que seria parte de uma cultura que assumia que a população de baixa renda deveria apenas sobreviver. Nesse sentido, muitas campanhas que visavam assistir esse segmento da sociedade pouco levam em conta aspectos como saúde, a qualidade de vida e o direito à cidadania, à educação e à saúde pública gratuita e de qualidade. Para o autor, essa “Cultura da Sobrevivência” teve entre suas principais características: a ênfase excessiva nas tecnologias médicas, a fragmentação dos sistemas de saúde, a descontinuidade das políticas de saúde e a promoção de um conceito de saúde pública como resposta temporal às emergências. Portanto, uma saída transitória para emergências. Há de se considerar ainda o léxico, usados nestas campanhas, termos como “doutrina” - assumida em discursos de muitos programas de erradicação, demonstrando facetas autoritárias das medidas que a aproximava do jargão militar (CUETO, 2015: 256).

Nesse sentido, especialmente no Brasil, observamos um segmento da Igreja que buscou seu desenvolvimento integral que, embora tenha acusado a ausência de estado em vários níveis e que deveriam ser postas em medidas mais profundas que enfrentassem a origem da pobreza entre outros problemas que assolavam as populações do período, teve um papel ambíguo. Ao mesmo tempo em que procurou se especializar e informar aspectos da realidade, a Igreja Católica foi cautelosa em relação ao aprofundamento de algumas pautas como a reforma agrária – a fim de evitar ser relacionado a qualquer agenda comunista. Como efeito, as respostas e ações públicas, ainda que modernas, pareciam cada vez pouco eficazes e em relação a questão agrária, estavam mais associadas a modernização agrícola e incremento da produção, do que em uma reforma na estrutura fundiária.

De todo modo, a participação ativa de um segmento religioso, fora da estrutura estatal, ajudou a reduzir as assimetrias entre algumas questões envolvidas no processo de desenvolvimento e a inserir esse debate a luz de um contexto global – considerando que a Igreja Católica se constituiu como uma rede transnacional coesa. Essa interface, como veremos, contribuiu para colocar em circulação não apenas as ideias, mas materiais, atores e instituições que ajudaram a materializar o desenvolvimento. Nesse sentido, para compreendermos melhor a atuação da Igreja Católica na história do desenvolvimento brasileiro, no tópico a seguir, faremos uma digressão para apresentar a evolução política dessa instituição no Brasil até a fundação da CNBB. É preciso analisar essa conjuntura, pois a forma como a Igreja atuou na política dependeu fundamentalmente da forma como

ela percebia sua missão religiosa (LIMA, 1979: 21).

## 1.2 Igreja Católica e Política no Brasil

Neste tópico, apresentamos uma discussão sobre a história da Igreja Católica<sup>20</sup> no Brasil percorrendo desde o início da colonização até períodos da década de 1950, quando foi fundada a CNBB que buscou articular os bispos e dioceses do país diante dos principais problemas sociais do período em contexto de acentuada busca pelo desenvolvimento. Para arrolar esse contexto nos aprofundamos na história da Igreja Católica no Brasil considerando variados temas: catolicismo e trabalho (AMARAL, 2018), a política (ALVES, 1979 & MORAES, 1982), direitos sociais (FIGUEIREDO, 2010; SALEM, 1981), a questão agrária (AMADO, 1996), gênero, política e antecedentes do golpe de 1964 (SILVA, 2018 & CUBAS, 2018), igrejas protestantes no período (LIMA, 2008 & VILELA, 2014) e um tema pouco frequentado: a relação entre a Igreja, desenvolvimento, anticomunismo e Guerra Fria (RODEGHERO, 2002). Privilegiamos artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas que versavam sobre o período em que o país viveu a curta experiência democrática, entre o final da Era Vargas, em 1945, e o golpe civil-militar de 1964. Recorreremos também a biografias que contemplassem a trajetória de importantes atores e sacerdotes católicos no período proposto.

Lima, em sua obra *Evolução política dos Católicos e da Igreja no Brasil*, de 1979, apresenta um estudo robusto sobre a história das relações sociais da Igreja Católica no Brasil.<sup>21</sup> Um ponto que enriquece a análise do autor é a sua indicação de que para uma interpretação sócio-política da instituição “Igreja” deve-se haver uma separação conceitual entre católicos e Igreja. Os primeiros seriam os seguidores da fé, leigos, os segundos, por sua vez, corresponderiam a hierarquia clerical, composta por cardeais, bispos, padres etc. Segundo o autor essa conceitualização sociológica é pertinente, uma vez que estabelece níveis institucionais de uma entidade que é ampla e se relaciona diferentemente com os conflitos sociais de um país tão amplo quanto. O texto é denso, apresenta

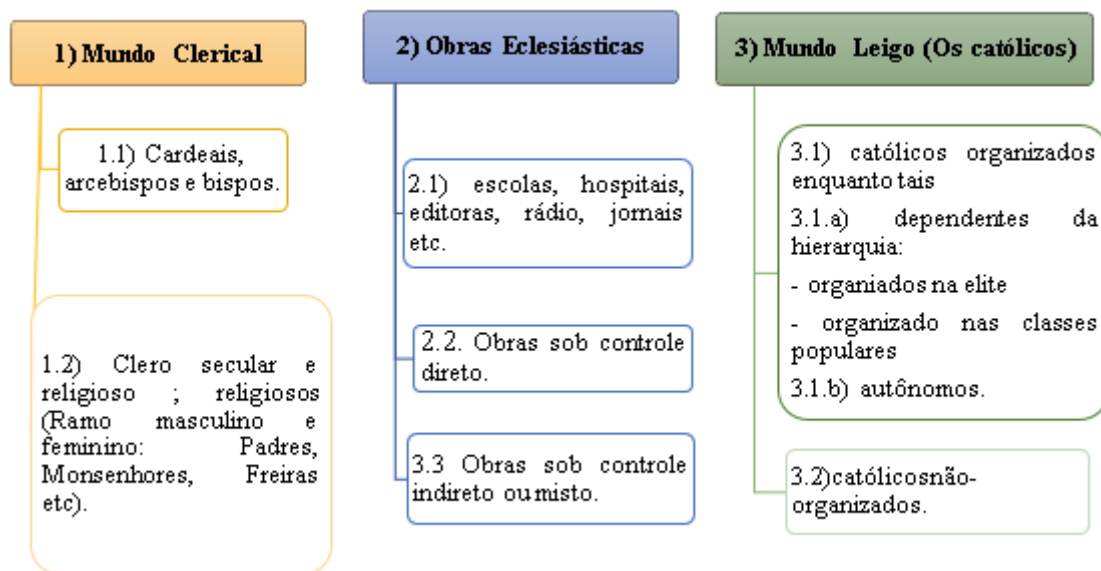
---

<sup>20</sup> O primeiro capítulo da obra de Alves intitulado “A Igreja e a História do Brasil” apresenta uma boa trajetória desde os tempos do Brasil colônia até a fundação da Conferência dos Bispos do Brasil (ALVES 1979:17-41).

<sup>21</sup> A obra foi publicada em um período que o país ainda estava submetido ao regime ditatorial, assim, a perspectiva levantada pelo autor foi fortemente marcada pelo contexto em que estava inserido. Por isso no texto, Lima ressalva a atuação de setores do catolicismo no Brasil para a conquista de liberdades democráticas e para a realização de transformações sociais. Resumidamente, esse autor indica que a evolução política dos católicos e da Igreja brasileira passou pelas seguintes etapas: a) reorientação institucional, passando de uma dependência orgânica do Estado (Colônia e Império) para uma maior autonomia; b) relação com as classes sociais, mudança na base social essencialmente oligárquica e uma extensão para setores como camponeses, operários, marginalizados; c) Ideológica, a instituição deixou de se exprimir através de uma concepção reacionária, a libertação e emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade tornaram-se recorrentes (parecia fundamental também o reestabelecimento da ordem democrática) e d) Estrutura Organizativa, novas formas de organização permitiram que a instituição e os católicos pudessem desenvolver relações privilegiadas com as classes dominadas (LIMA, 1979).

vários conjuntos conceituais. Ao tratar sobre os leigos, por exemplo, o autor enfatiza que eles podem ser católicos organizados enquanto tais, organizados em classes populares ou entre as elites e podem ser autônomos, não organizados. Baseado nos argumentos do autor apresentamos a seguir um organograma do catolicismo brasileiro

**Figura 1.** Organograma do catolicismo brasileiro



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir da proposta apresentada por Lima (LIMA, 1979: 12).

A perspectiva de Lima chama atenção para a complexidade da realidade da Igreja Católica no país considerando variados níveis que, ao mesmo tempo, agem verticalmente e horizontalmente. A análise dessa instituição como unidade, destaca o autor, pode facilitar o trabalho de quem analisa, mas não é a melhor maneira para se compreender aspectos da participação do catolicismo (LIMA, 1979:57). Nesta tese, abordamos especialmente as ações da CNBB como representante da hierarquia católica. Especialmente, como discutiremos melhor, nos dedicamos a um grupo de bispos nordestinos, portanto, membros do clero secular. Nos referimos a eles como um setor do catolicismo que, apesar de não serem maioria, conseguiram exercer influência sobre os bispos brasileiros durante os anos de 1950 (COSTA, 2014).

O Brasil, entre a Colônia, Império, República e regimes ditatoriais viu como a Igreja Católica e seus símbolos moldaram a identidade de diferentes classes e instituições sociais do país. Especificamente, do período colonial até o fim do império, a relação com esse segmento religioso ocorreu por meio do modelo europeu chamado de Cristandade. A Cristandade possuía como uma de suas principais características o padroado, que era uma espécie de recompensa ao engajamento do

Estado na conquista e conversão dos novos povos. O papado concedia ao Estado o controle sobre as novas Igrejas a serem construídas nos territórios invadidos e conquistados no Novo Mundo. Como consequência, a Igreja brasileira dependia mais do Estado do que do papado, uma vez que o Estado detinha, por exemplo, a possibilidade de impor a Igreja uma orientação que poderia divergir das propostas do Vaticano (LIMA, 1979: 13-14).<sup>22</sup> Sobre esse regime, Schallenmüller (2011) destacou que “ao mesmo tempo em que garantia um nicho de influência da Igreja por meio da utilização da estrutura do Estado, bem como de seu reconhecimento enquanto a religião oficial do país, subordinava os interesses católicos no Brasil ao poder temporal” (SCHALLENMÜELLER, 2011:19).

Foi a partir da primeira constituição republicana (1891) que a separação entre Estado e Igreja foi oficializada. Quando o Estado se tornou laico, o país possuía 14 milhões de habitantes, 700 padres, 12 dioceses, 13 bispos e 9 seminários. Essa situação era desfavorável para a Igreja brasileira em comparação com outras nações do continente americano (LIMA, 1979: 15). A partir daí a instituição passou a ter dois objetivos principais: “a) conquistar sua autonomia de fato em relação ao Estado (modernizando-se de acordo com a orientação romana, em detrimento, ao antigo modelo pautado no padroado) e b) voltar a ser a religião oficial do Estado, para usar suas estruturas e recursos” (LIMA, 1979: 16).

As relações da Igreja brasileira com o Vaticano passaram a ser diretas. Esse aspecto intensificou o seu “processo de modernização e reorganização” (IDEM: 16). As primeiras ações nesse sentido começaram a se concretizar com a criação, em 1901, de uma nunciatura apostólica no país<sup>23</sup> e, em 1903, com a nomeação do primeiro Cardeal da América Latina, Dom Joaquim Arcoverde (1850-1930).

Mas foi a partir de 1916 que se inaugurou uma nova perspectiva na história da Igreja Católica, a partir do modelo conhecido como Neocristandade. Segundo o brasilianista Mainwaring (1989), o surgimento da neocristandade foi marcado pela publicação da Carta Pastoral redigida por Dom Sebastião Leme (1882-1942), recém-nomeado arcebispo de Recife e de Olinda.<sup>24</sup> Na pastoral, Dom Leme chamava atenção para a fragilidade institucional da Igreja Católica no país. Destacava ainda a deficiência das práticas religiosas populares, a falta de padres, a precária educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a situação das finanças e da influência política da Igreja

---

<sup>22</sup> Segundo o autor, o Estado poderia censurar documentos oficiais, nomear bispos, construir templos; Todas as comunicações da Igreja universal chegavam ao Brasil através da administração portuguesa; somente depois de 1830 as informações e instruções do Vaticano passaram a chegar diretamente à Igreja brasileira (LIMA, 1979: 13).

<sup>23</sup> É o equivalente a uma embaixada da Santa Sé no país.

<sup>24</sup> Segundo Mainwaring (1989), Dom Sebastião Leme foi nomeado pelo Vaticano em 26 de abril de 1916 para a arquidiocese de Olinda (que só em 1918 passou a se chamar arquidiocese de Olinda e Recife), vaga com a morte de dom Luís de Brito. Foi arcebispo do Rio de Janeiro e eminente líder da Igreja brasileira de 1921 até sua morte em 1942 (MAINWARING, 1989: 41).

(MAINWARING, 1989: 42). Segundo Schallenmüller (2011), foi grande a repercussão da carta de Dom Leme entre sacerdotes. Por isso, é importante frisar também que a carta de Dom Leme abre margem para situarmos que nesse período – e antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores, esse território era permeado por práticas diversas relacionadas a dimensão espiritual, metafísica, extraordinária. Esse aspecto fica bem evidente quando na Pastoral, o arcebispo de Recife e de Olinda sinalizou sua preocupação com o que chamou de “deficiência das práticas populares”, isto é, a aproximação com ritos que não eram participes dos dogmas católicos.

Em linhas gerais, a neocristandade constituiu-se como uma maneira de lidar com a fragilidade institucional da Igreja Católica sem modificar de maneira significativa a sua natureza conservadora (MAINWARING, 1989: 43). A perspectiva, portanto, seria revitalizar a presença da Igreja dentro da sociedade. O apogeu da neocristandade foi entre os anos de 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas, com quem Dom Leme tinha amizade, foi presidente do Brasil (LIMA, 1979, SCHALLENMÜELLER, 2011, AZEVEDO, 2004).

Com a articulação de Dom Leme, foi fundado em 1922 por Jackson Figueiredo (1891-1928), seu “íntimo colaborador” (MAINWARING, 1989: 46), o Centro Dom Vital (CDV). A função dessa instituição era reunir à intelectualidade leiga católica e realizar publicações que pudessem alcançar um maior número de pessoas, especialmente, as elites que se viam há tempos afastadas da influência cultural e política do catolicismo. Segundo Mainwaring, prestigiaram o CDV muitos intelectuais que assumiram papéis importantes na Igreja e política brasileira (IDEM: 47). Esse periódico foi importante para introduzir novas perspectivas teológicas que estavam atraindo a muitos prelados e leigos do catolicismo brasileiro, dentre essas novas perspectivas estava a obra *O Humanismo Integral* (1936), do filósofo cristão neotomista de origem francesa, Jacques Maritain (1882-1973). Essa obra teve enorme repercussão no pensamento católico do Brasil e, sinteticamente, apresentava os princípios cristãos de liberdade, solidariedade e justiça, a partir de um humanismo teocêntrico que não distinguiria o cristão e o não cristão, mas reconhecia a importância de um regime pluralista com base na democracia cristã, em oposição ao humanismo antropocêntrico, no qual o ser humano seria o “homem” da burguesia, abstrato, amputado, rasteiro, ou seja, individual. De acordo com Carminati (2019), a principal influência desse filósofo no Brasil se deu por meio de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde, pseudônimo do crítico literário), líder do laicato católico e do Centro Dom Vital considerado o principal reduto teórico dos católicos na época. Assim, produções acerca do pensamento maritainiano ocuparam espaço em publicações com ampla circulação entre os órgãos católicos CDV, Sociedade Jurídica Santo Ivo (SJSI) e instituições ligadas à Ação Católica Brasileira.

No pensamento de Maritain, o humanismo integral supõe a valorização do homem em todos os âmbitos e em todas as suas nobres potencialidades. É a promoção “de todo homem e do homem

todo”, como mais tarde, em 1965, viria a afirmar o Papa – e seu amigo – Paulo VI na sua encíclica *Populorum Progressio*<sup>25</sup>, documento no qual a Igreja Católica endossou oficialmente a perspectiva do humanismo integral. A obra de Maritain, além de posicionar-se em defesa da democracia cristã, expunha a necessidade do engajamento dos cidadãos em torno das questões sociais, na defesa dos princípios de justiça e liberdade e na constituição de um governo democrático, em detrimento ao humanismo antropocêntrico, inclinado às formas de governos totalitarista. O pensamento deste autor se estruturou em um período que repercutia a ascensão de regimes totalitários na Europa, Humanismo Integral, por exemplo, foi publicado em contexto de plena Revolução Espanhola.

A educação, a ética, a política, enfim, as várias áreas do saber e da vida humana, sob o prisma do humanismo maritainiano deveriam convergir para o mesmo objetivo: olhar o homem a partir de Deus e valorizá-lo por sua grandeza, buscando meios para que tal grandeza seja de fato defendida diante das feridas sociais que ameaçam a vida humana. E esse pensamento vigorou no Brasil, em tempos que se fortalecia o apelo por seu desenvolvimento, no contexto do primeiro governo Vargas aos anos que se seguiram.

Em abril de 1930, faleceu o Cardeal Arcoverde no Rio de Janeiro. O seu lugar foi assumido por Dom Sebastião Leme, que desde a publicação de seu texto pastoral de 1916 destacava-se como eminente líder da Igreja brasileira – característica que manteve até sua morte em 1942 (SCHALLENMÜELLER, 2011:20). No período, havia a percepção de que a situação do catolicismo no país tendia a piorar com o processo de urbanização que se acentuava, considerando que o campo era o principal nicho de influência católica. Havia ainda o temor da secularização que, contudo, mostrou-se não ser um processo linear.

Dom Leme era amigo pessoal de Vargas e pôde influenciar em muitas de suas decisões. De acordo com Schamllenmüller, esse prelado soube aproveitar as oportunidades para que a Igreja não fosse descartada como uma importante aliada política. Exemplo disso é o fato de que, embora a constituição de 1934 tenha mantido a separação entre Igreja e Estado, ela deixou claro que o poder civil poderia contribuir financeiramente com a Igreja e incluía a promulgação da constituição em nome de “deus”. Além disso, os sacerdotes passariam a ter o direito ao voto, a Igreja poderia comandar alguns hospitais (o que antes de 1934 era proibido) e, segundo o autor – a maior vitória de todas: a educação religiosa foi garantida nas escolas públicas (SCHAMLLENMÜLLER, 2011: 22). Segundo o brasilianista, Kenneth P. Serbin, a constituição de 1934 continha todas as propostas feitas pela Liga Eleitoral Católica (LEC), grupo de pressão política de Dom Leme (SERBIN, 1996: 728).

Dom Leme dentre suas preocupações institucionais buscava reorganizar o papel da Igreja a partir do que foi convencionado chamar neocrisandade. Nesse sentido, muitas outras organizações

---

<sup>25</sup> PAULO VI, 1967:10.



foram fundadas: os Círculos Operários (1930), a Juventude Universitária Católica (1930), a Liga Eleitoral Católica (LEC, 1932) e a Ação Católica Brasileira (1935) (MAINWARING, 1989: 47), essa última contando com a forte presença e participação de leigos. Aspecto cada vez mais estimulado pela hierarquia católica que se percebia cada vez mais escassa no continente latino-americano.

De acordo com Silva (2014), a ACB em seus esforços de ampliação, transitou do modelo corporativo italiano que dividia o laicato em homens, mulheres, jovens e adultos para o modelo especializado franco-belga, cuja inserção se fazia pelos vínculos sociais. Assim, nucleando os militantes em estudantes secundaristas, universitários, operários e camponeses, o laicato tornava-se cada vez mais ativo e, segundo o autor, quase todos os assistentes eclesiásticos dos vários ramos da ACB (como a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC). É importante frisar que por toda a América Latina movimentações da Igreja Católica em perspectiva semelhante estavam ocorrendo envolvendo também o engajamento de segmentos leigos especializados.

No período merece destaque ainda a metodologia cristã: *Ver, julgar e Agir* que era fruto de uma experiência difundida na Europa pelo padre belga Joseph Cardijn, em 1923 também inspirou católicos brasileiros desde os anos 1930 e foi também abraçada pela Ação Católica. O método jocista foi destaque entre os operários ao discutir temas como as condições de trabalho nas fábricas, intervalos para almoço e outros aspectos relacionados à realidade do trabalhador urbano. Em geral, VJA preconizava a investigação de situações cotidianas a partir da observação, planejamento e organização de ações específicas para gerar uma mudança positiva. As declarações publicadas pelos bispos do nordeste na ocasião dos seus importantes encontros com o governo federal na década de 1950 destacavam, por exemplo, que essa metodologia teria sido adotada para a organização dos documentos.

Esse método partia do pressuposto de que a realidade social deveria ser vista, enxergada com base no princípio das ciências sociais, sobretudo, a sociologia. Mediação sócio-analítica como *ver*, a mediação hermenêutica enquanto *julgar* e, por fim, a agir como mediação prática. Assim, essa perspectiva se aproximava de aspectos preconizados pelos Estudos de Comunidade – especialidade da sociologia rural<sup>26</sup>. Constituindo-se assim como mais uma das formas que contribuíram para o entrecruzamento entre a nova *práxis* que vinha sendo desenvolvida por segmentos católicos em relação a doutrina social como as ciências sociais. O método foi bem recepcionado no Brasil<sup>27</sup>,

---

<sup>26</sup> Segundo Oliveira e Chor, os estudos de comunidade podem ser identificados como uma interface entre Antropologia e Sociologia, pois embora tivessem marcas metodológicas afins à Antropologia, a perspectiva dos estudos era fortemente sociológica, na medida em que, ao conhecer as comunidades, buscava-se identificar a mudança social, tema caro à Sociologia. (OLIVEIRA & CHOR, 2011:529).

<sup>27</sup> O sacerdote potiguar, monsenhor Expedito, nos dá indícios do referido método no contexto dos anos 1950. Na sua biografia, o monsenhor afirma essa década foi “tão cheia de atividades voltadas para o povo”, e que no período um dos

embora também só tenha sido oficialmente reconhecido pela Igreja em 1965 com o papa Paulo VI.

Além dos leigos em torno da ACB e dos bispos entorno da CNBB cada vez mais próximos dessas discussões. É importante frisar também que esses segmentos do catolicismo também estavam ativamente na cena pública do país. Mainwaring afirma, por exemplo, que lideranças da Igreja, além de darem apoio, trabalharam diretamente com administrações de presidentes como Epiácio Pessoa (1918-1922) e Artur Bernardes (1922-1926). Mas, ainda segundo o autor, foi nos governos de Vargas (1930-1945 e 1951-1954) que a relação Estado e Igreja ganhou uma “proximidade excepcional” (MAINWARING, 1989: 47). O autor afirma ainda que embora a liderança eclesiástica não tenha endossado apoio de uma maneira oficial ao governo varguista, a maioria dos sacerdotes e leigos do país apoiou o governo. Os segmentos católicos envolvidos, portanto, agiram como mediadores culturais no período, buscaram interpretar e modificar, na perspectiva do desenvolvimento cristão, o contexto em que estavam inseridos. Denúncias e sugestões que iam em direção do que vinham sendo expostos por organismos de desenvolvimento como a CEPAL, que desde 1948 pensava uma abordagem desse processo desde a América Latina a partir dos pontos chamados pontos de estrangulamento.

Esse apoio se dava não apenas por conta dos privilégios que a instituição recebeu, mas também por conta da afinidade política que teciam, em especial, a partir da ênfase atribuída a aspectos como: ordem, nacionalismo, patriotismo e anticomunismo (IDEM:47). Essa característica foi um dos elos de afinidade entre Vargas e a Igreja, além da amizade com o Cardeal Leme, foi também o anticomunismo. Exemplo disso foi o fato de que, a pedido do Cardeal Leme, Vargas não estabeleceu relações comerciais com a União Soviética (URSS) (SCHAMLLLENMÜLLER, 2011: 22). Mesmo com a ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945) e a nova constituição de 1937, o campo político continuou a operar de forma favorável a boa relação com a Igreja Católica – embora o texto constitucional não tenha tratado diretamente da Igreja. Outro exemplo, é evidente com o decreto do Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, nº 19.941 de 30 de abril de 1931, que autoriza o ensino religioso nas escolas públicas e, depois, com o ministro Gustavo Capanema, com aprovação das emendas religiosas, em 1934, prevendo a invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto constitucional e o restabelecimento da colaboração entre a Igreja Católica e o governo (CARMINATI & SILVA, 2019:210).

O Cardeal Leme faleceu no ano de 1942, em seu lugar assumiu Dom Jaime de Barros Câmara.

---

acontecimentos que o fizeram “descer do pedestal do status social” onde se encontrava foi a aproximação da Ação Católica, por meio da Juventude Agrária Católica (JAC), “tão incentivada pelos papas e o episcopado nacional”. O método *Ver, Julgar e Agir*, afirma o monsenhor, mais tarde “reconhecido pelo Concílio, dava uma visão do plano de Deus”. A partir desse relato, observamos a aproximação do episcopado nacional a este método. Tal como os bispos, Dom Hélder Câmara - que dentre suas funções foi secretário geral da Ação Católica brasileira, e Eugenio Sales, bispo de Natal, Arquidiocese a qual o padre Expedito respondia.

Segundo Schamllennmüller (2011: 24), a partir desse último voltou a existir uma falta de coesão na liderança da cúpula eclesiástica brasileira. Esse aspecto só se alteraria nos anos 1950, com a criação da primeira Conferência Episcopal da América Latina (CELAM) (MAINWARING, 1989: 67) e a quinta conferência episcopal constituída no mundo<sup>28</sup>, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A constituição de 1946 inaugurou a democracia, mas guardava pouca diferença em relação a constituição de 1934 em termos da aproximação entre Igreja Católica e o Estado. A democratização da sociedade, com o fim da ditadura varguista, “facilitou a permeabilidade de ideias como o pluralismo da política e a democracia cristã” no catolicismo brasileiro (SCHAMLLENMULLER, 2011:46). No período, a Igreja foi uma das poucas instituições com vigor e hegemonia cultural suficiente para posicionar-se frente ao Estado.

O contexto democrático facilitou a permeabilidade da movimentação e engajamento que viemos descrevendo tais como as ideias de pluralismo político, democracia cristã. Ideias essas que encontraram terreno fértil no catolicismo brasileiro de meados dos anos 1940. A receptividade e o revigoramento dessas novas reflexões teológicas contribuíram para uma maior oposição da Igreja à ditadura varguista (1937- 1945), alguns sacerdotes que à princípio tinham se aproximado de movimentos autoritários como o Integralismo de Plínio Salgado se converteram a abordagem do humanismo integral. Exemplo disso foi o próprio sacerdote Hélder Câmara. Esse sacerdote cearense por intermédio de Amoroso Lima, teve contato com as leituras dos teólogos mencionados, sobretudo, *O Humanismo Integral* de Maritain, e voltou-se as questões relacionadas a uma doutrina social.

O contexto arrolado mostra que - ao contrário do que somos levados a pensar em um primeiro momento, a imposição republicana que conformou a separação entre Igreja e Estado contribuiu para que a Igreja Católica passasse a ter maior autonomia e ingerência diante do poder temporal. Como destacou um dos primeiros estudiosos do tema do catolicismo no Brasil, o sociólogo Thales Azevedo, se sob o regime do padroado havia no país apenas uma arquidiocese (São Salvador da Bahia) e umas dezenas de bispados no Brasil – uma estratégia episcopal a fim de evitar a intervenção do poder monárquico a partir da escolha de novos prelados -, cerca de 20 anos após o estabelecimento da República, já se somavam 17 arquidioceses, 65 bispados, 25 prelazias.<sup>29</sup> Essa conjuntura nos indica que a modernização e a secularização não são processos lineares e necessariamente não implicaram, portanto, na perda de influência religiosa.

A CNBB foi instalada, no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro 14 de outubro de 1952, “em uma reunião que contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Carlo Chiarlo (1946-1954), de dois Cardeais (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal

---

<sup>28</sup> A primeira foi a Conferência dos Bispos Alemães de 1848, seguida por sua congênere suíça de 1963, posteriormente, pela canadense de 1943, pela italiana em janeiro de 1952 e a brasileira em outubro do mesmo ano (SILVA, 2014: 114).

<sup>29</sup> AZEVEDO, 1954: 32.

arcebispo de São Paulo, e Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro) e mais dezoito arcebispos brasileiros” (COSTA, 2014: 109). Sua criação foi fruto da mobilização do então padre, Hélder Câmara que desde a segunda metade da década de 1940 vinha promovendo iniciativas que favoreceriam a criação da conferência, como exemplo sua atuação como secretário nacional de Ação Católica e a edição da *Revista Assistente Eclesiástico*, sob sua responsabilidade em 1947 (COSTA, 2014: 111).

Oito entre os nove fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), eram nordestinos, a saber: Carlos Gouveia Coelho (PB - 907-1964), Eugênio de Araújo Sales (RN - 1920-2012), Fernando Gomes dos Santos (PB - 1910-1985), Hélder Pessoa Câmara (CE - 1909-1999), José de Medeiros Delgado (PB – 1905-1988); José Vicente Távora (1910-1970), Luís do Amaral Mousinho (PE – 1912-1962) (IDEM:117). Esse grupo, como destacou Costa, construiu sua hegemonia não apenas no âmbito do episcopado nacional como também na esfera de segmentos importantes da sociedade brasileira, a exemplo de setores dirigentes do Estado e das organizações populares (COSTA, 2014: 109). Portanto, como destaca o autor, não se trata meramente da historicidade (pelo fato de terem sido fundadores) mas da centralidade por eles exercida (COSTA, 2014: 118). Muitos destes são recorrentemente citados nos capítulos desta tese.

O interessante deste contexto será notar, como salientou Schamllennmuller, que a Igreja se apoiou nos seus tradicionais prestígio e imagem para difundir uma nova visão de fé. Em um processo em que o antigo não se foi e o novo não teria acabado de chegar. Como consequência, veremos como a participação desse segmento em relação as reformas sociais foram marcadas por contradições.

Quando a CNBB foi fundada o país estava sobre o comando de Vargas (1951- 1954), Schamllennmüller afirma que a luz do que ocorreu no Governo Provisório e no Estado Novo, a CNBB desfrutou de crescimento das afinidades com o poder estatal (SCHAMLLENMÜLLER, 2011: 66). De sua fundação ao ano de 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar, a CNBB foi dirigida por uma mesma Comissão Permanente (COSTA, 2014: 110). A concentração episcopal em torno da CNBB tinha em sua maioria bispos nordestinos, sensíveis as mudanças pastorais pelas quais passava o catolicismo internacional. Sob direção do cearense Dom Helder Câmara, o discurso político desse órgão segundo Schamllennmuller girava em torno dos seguintes eixos: Desenvolvimento socioeconômico país deveria ser impulsionado pela industrialização, pelos investimentos estatais em infraestrutura, diversificação da produção agrícola e redistribuição de terras.

Foi a partir da CNBB, que a Igreja Católica brasileira voltaria a ter certa coesão e buscar maior articulação e planejamento em suas ações nacionalmente. Dom Hélder Câmara buscou articular as ações do episcopado brasileiro e possibilitou dar protagonismo as ações da CNBB na cena política do período. Com esse órgão, a perspectiva era que a Igreja não dependesse da ação de

alguns poucos líderes que muitas vezes ficavam isolados nas dioceses. Assim, na pluralidade do catolicismo, além leigos organizados também vinham desenvolvendo suas ações – os bispos nas áreas urbanas e áreas rurais. A sua influência foi considerável, pois como afirma Mainwaring (1989: 66-67) entre 1955 e 1964, a CNBB foi a força mais importante para os impulsos reformistas da Igreja brasileira. As mudanças endossadas por essa conferência interagem com as orientações e métodos arrolados anteriormente e com as encíclicas papais que vinham chamando atenção da Igreja Católica para questões da modernidade. No período, o país também serem criados aparatos públicos para o seu desenvolvimento, com a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (1952), Banco do Nordeste na mesma data.

A encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1878-1903), publicada em 1891, inaugurou o que a literatura denominou de “doutrina social da Igreja” (AMARAL, 2018: 49). E conferência também exerceu influência sobre os leigos no período, os ramos organizados da ação católica (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC ) se articularam em todo de Hélder Câmara, a CNBB, portanto, mantinha gerência sob as ações dos mesmos (IDEM:122).

Antes da publicação da *Rerum Novarum*, o envolvimento e ação mais progressista<sup>30</sup> da Igreja Católica com o tema foi rarefeito (SCHALLENMÜELLER, 2011: 26). Amaral afirma que a partir da encíclica papal *Rerum Novarum*, a Igreja Católica criou um “modelo normativo e comportamental para difundir entre os fiéis” (AMARAL, 2018: 59). Segundo esse autor, no contexto de sua publicação havia a necessidade de organizar uma sociedade que naturalizasse a divisão social entre classes, que deveriam se relacionar de forma harmônica e em cooperação. Para tal fim, “os princípios cristãos deveriam ser praticados por todas as classes, que agiriam em cooperação” (IDEM: 59).

A reafirmação da doutrina social leonina se deu em 1931, por Pio XI (1922-1939), quando foi publicada a encíclica *Quadragesimo Anno*, em comemoração as quatro décadas de publicação da *Rerum Novarum*. Para Amaral, mais do que uma comemoração, o novo texto retomou a doutrina leonina sem contestá-la e, ainda, propôs uma adaptação para os desafios daquele momento relacionados a pior crise da história do capitalismo no ano de 1929. Esse papa na encíclica *Divini Redemptoris* (1937) teceu críticas ao comunismo – considerando o contexto do período da guerra Civil na Espanha (SCHALLENMÜELLER, 2011:32).

---

<sup>30</sup> É importante destacar que há autores que divergem atribuição de titulação de “bispos progressistas”, considerando que muitos dos bispos citados, posteriormente, não estarão associados a pautas desta ordem nos anos subsequentes ao golpe de 1964, com exceção, por exemplo, de Dom Hélder Câmara que será, inclusive, perseguido pelo regime golpista. Chamar atenção para esse aspecto é enfatizar que nossa análise privilegiará o grupo de bispos que esteve envolvido nas ações articuladas por Dom Hélder, especialmente, via CNBB. Portanto, trata-se de um segmento específico da hierarquia católica no período. Em um país diverso e continental como o Brasil, nas diversas regiões haviam demandas diferentes, e mesmo entre os bispos da CNBB, havia divergências, como ficará evidente nesta tese quando tratamos do início dos anos 1960 quando Dom Hélder e Dom Eugenio Sales por divergências em relação a ação dos setores leigos militantes do catolicismo no período, irão romper o modo conjunto de atuação.

Outro pontífice importante para a doutrina social da Igreja Internacional foi Pio XII (1939-1958). Embora não tenha publicado encíclicas sociais, em seus discursos, em especial no rádio, a mensagem de Natal sobre democracia (1944) e a alocução ao Congresso Católico Internacional da Vida Rural (1951) – eventos organizados por segmentos do catolicismo dos EUA e que serão analisados mais a frente, são indicados por Schallenmüller como momentos em que o pontífice faz referências a essas questões (SCHALLENMÜELLER, 2011: 37). Schamllennmuller (2011) analisa algumas destas encíclicas apontando que a partir delas aspectos com temáticas sociais (terra, desigualdade, justiça social etc.) emergiram com força.

É importante destacar que não foram só as encíclicas que influenciaram o envolvimento da Igreja com essas questões. Sobretudo, pelo fato de que esses documentos, inclusive, repercutiram de formas diferentes pelos países latino-americanos. Situar esse aspecto significa que esses países não estavam à mercê das orientações de Roma, antes, contextos domésticos influenciavam – tal como observamos anteriormente no contexto do Brasil Império e o padroado. É importante lembrar, por exemplo, que no período de luta pelos direitos humanos se fortalecia como uma questão moral diante os horrores da Segunda Guerra Mundial, tendo o seu marco com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Todavia, situações adversas e de pobreza não eram novidades para uma instituição milenar como a Igreja, portanto, por si só não justificam o maior envolvimento dessa instituição em questões sociais. Como Lima (1979) destacou, não foi a miséria que estimulou esse comportamento por parte da Igreja, mas sim, a ação dos miseráveis dentro da situação de conflito. A mobilização dos pobres, especialmente, por meio do êxodo rural, fugindo não apenas das secas, mas do abandono governamental da expulsão de terras para moradia e plantio e ainda se organizando em movimentos sociais reivindicativos impeliu a ação e resposta da Igreja e de outras instituições. Estavam à quente no momento questões: a fixação do homem no solo, os usos da terra, a pobreza e doenças, foram pautas levantadas pelos movimentos leigos e coordenadas pela CNBB. Portanto, mais do que debates e ações que envolviam Estado e Igreja, essa história sobre a população brasileira, sobre sua movimentação, sobre suas escolhas de fé, busca de saídas para as mazelas sociais que o estado insistia em não enfrentar.

Estudos que destacam a maior aproximação da Igreja Católica com as questões sociais entre as décadas de 1940, 50 e 60 (PASSOS & NEVES, 2017, SCHALLENMUELLER, 2011), o foco recai especialmente neste último período, quando a expressão máxima dessas mudanças dentro da Igreja ocorreu no papado de João XXIII (1958-1963) e no Concílio do Vaticano II realizado entre 1962 e 1965. A hierarquia católica brasileira antecipou-se em muitos aspectos que foram institucionalizados a partir desse evento, especialmente no que se refere a questão social

influenciando experiências mesmo fora do país. Schallenmuller destaca que esse engajamento ocorreu a partir de dois pilares: desenvolvimento e democracia.

Assim, é complexa a análise da atuação progressista da Igreja Católica. Ela teve seu impulso em um cenário político global que reclamava ares democráticos, mas que também era também era de disputa da Guerra Fria. Portanto, um período vigoroso de transformações que repercutia dos terrenos político ao social, econômico, teológico e também litúrgico e pastoral. Algumas dessas mudanças iniciaram-se desde os fins do século XIX. Diante disso, uma via de mão única não pode ser a explicação do envolvimento da Igreja nessas questões. Essa perspectiva nos ajuda a situar que os discursos da Igreja Católica não apenas sob a égide de um caráter puramente político, mas, antes, como um discurso teológico-político. Chamar atenção para esses aspectos é enfatizar que os debates que contavam com a anuência da CNBB incorporavam novas discussões teológicas que ampliavam o espaço e ação dos católicos, se inclinando ao corpo e necessidades humanas. Indicando, portanto, as transformações da Igreja não estavam relacionadas apenas as posições particulares dentro da Igreja (LIMA, 1979:26). O antagonismo entre bispos e comunismo é real, mas não foi o principal motivo das ações.

Quando o país atravessava sua segunda experiência democrática no século XX, a sociedade civil brasileira ainda era diminuta e não haviam sido criadas instituições livres para tomar a cena política. Segmentos da Igreja Católica, como a CNBB, se despontaram como força de mobilização política e cultural sobre grande parte da população. As áreas rurais do país foram percebidas como vulneráveis a ideologias externas e entregue as doenças. No período de maior inclinação da Igreja a realidade rural, a cena política era favorável. Além do regime democrático, havia sido criado o Serviço Social Rural além de outras campanhas – que seguindo o espírito do tempo, engajavam-se na solução para os problemas do país. O SSR, por exemplo, preconizava a prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne: E tornou ainda mais favorável a participação da Igreja, contribuindo com recursos e materiais.

A CNBB, oficialmente fora da estrutura representativa e burocrática do país, reivindicava ter autoridade moral e conhecimento para participar desses debates e do planejamento dos conteúdos de políticas governamentais. Um dos pontos altos da colaboração entre Igreja e os setores do catolicismo - e que é recorrentemente citado na historiografia, refere-se ao programa habitacional liderado por Dom Hélder Câmara na cidade do Rio de Janeiro, a Cruzada de São Sebastião que ocorreu no âmbito do 36º Congresso Internacional Eucarístico (CEI), realizado em 1955, que discutiremos brevemente no tópico a seguir.

O nosso argumento considera que sacerdotes, técnicos e leigos católicos surfaram nas redes

católicas nacionais e transfronteiriças, via CNBB. Nesse movimento, eles levaram, compartilharam e também trouxeram consigo leituras e novas percepções sobre a realidade em que estavam inseridos, especialmente da América Latina. As ações desenvolvidas como fruto desse intercâmbio não implicaram em uma mera reprodução das experiências observadas, mas foram orientadas por reflexões de ordem teológica e também assente em preceitos científicos, em especial os da sociologia. Atestam essa mobilização uma série de correspondências, ofícios e acordos com agências públicas, empresariados, organismos católicos estrangeiros, teólogos, cientistas entre outros, compõem algumas das estratégias da Igreja Católica no período, tornando o desenvolvimento como discurso e prática<sup>31</sup> Especificamente no caso Brasileiro, o contexto democrático que o país vivenciou entre o fim do governo Vargas e o golpe de 1964, favoreceu o fluxo de ideias e materiais entre os países e, com efeito, contribuiu para que cada vez mais repercutisse as ações e propostas desse segmento religioso. Posto isto, procedemos ao último tópico do capítulo, onde contextualizamos e apresentamos o engajamento transnacional da CNBB. A perspectiva é evidenciar como a mobilização da Igreja naquele período, não ocorreu de modo isolado, antes, compôs um movimento moldado por uma combinação de orientação papal, iniciativa local, engajamento e circulação de conhecimento científico, interesses transnacionais e ligados, inclusive, a dinâmica da Guerra Fria.

### **1.3 Igreja Global: Bem-estar no meio rural da América Latina**

Três anos de sua fundação, em 1955, a CNBB foi incumbida de preparar o país para receber eventos importantes, sendo um deles foi o Congresso Eucarístico Internacional. Esse evento foi oportunidade para Igreja Católica no Brasil em vários sentidos. Foi na ocasião do CEI – em que estiveram presentes todos os bispos brasileiros, que ocorreram reuniões e debates que propiciaram a fundação do Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), um órgão de âmbito continental, que teria por objetivo articular as conferências nacionais do episcopado católico na América Latina. Outro evento importante que aconteceu nos auspícios deste congresso foi a assinatura de um convênio de cooperação entre a CNBB e o Ministério da Agricultura para a realização das chamadas Semanas Ruralistas, em diversos pontos do país. As primeiras semanas foram realizadas nos anos 1930 e foram promovidas por organizações privadas. Não obstante, entre 1940 e 1950, outras organizações passaram a promovê-las. Foi com a colaboração da Igreja, a partir dos anos 1950, que a realização desses eventos aumentou exponencialmente. Esses eventos foram encampados pela Igreja como um meio bem sucedido para se inserir no debate político e atualizar

---

<sup>31</sup> A documentação disponível para consulta no acervo do Arquivo de Natal representa um excelente material para observação deste contexto. Especialmente no que se refere a documentação relativa ao Serviço de Assistência Rural (SAR).



sua *praxes* na sociedade brasileira. Toda essa movimentação nacional, veio acompanhada também do intercâmbio de ideias e experiências entre dioceses católicas da América Latina e de outros territórios, e contribuiu para promover debates sobre os possíveis caminhos do desenvolvimento continental. O estudo dessa conjuntura nos auxilia a compreender a relação da religião com o desenvolvimento nos níveis individual, comunitário e nacional.

Os congressos eucarísticos surgiram na França em 1881 e foram fruto da reação da Igreja Católica diante a crescente secularização e perseguição pós Revolução Francesa (1789-1799). Os congressos se espalharam rapidamente para outros países. Em julho de 1955, foi a vez do Brasil receber o evento, do qual, o arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara foi o secretário geral (SERBIN, 1996: 6). A edição do evento no Rio realizada em 1955 reuniu na então capital federal cerca de um 1,5 milhão de pessoas de vários países do mundo, incluindo 300 bispos, 20 cardeais e milhares de sacerdotes e visitantes de todo o mundo.

O atendimento foi impressionante, dada a população do Rio (segundo o censo de 1950) de 2,3 milhões (SERBIN, 1996: 732). Subsídios públicos ajudaram a Igreja a realizar esse evento. O último decreto assinado por Vargas antes de se suicidar em agosto de 1954, quase um ano antes do evento, determinava a doação de 14 milhões de cruzeiros para a sua realização. Segundo Lima (1979), esse valor concedido pelo Congresso Nacional com a aprovação de Vargas, equivalia a aproximadamente 165.000 dólares, uma quantia elevada na época.<sup>32</sup> Aspecto que corrobora com a afirmação Serbin, que o 36º CEI “no Rio foi uma imensa demonstração de piedade, mas também de luxo, eficiência e poder” (SERBIN, 1996: 731[Tradução Nossa]). Esse autor destaca ainda que no Brasil finanças e a fé se misturavam no complexo mosaico de religião, política e sociedade. Contudo, na medida que essa interação contribuiu para que a instituição religiosa expandisse suas obras sociais e religiosas, também criou maior dependência do Estado.

O CEI afetou o desenvolvimento urbano do Rio, o turismo brasileiro e, em particular, a carreira de Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro e secretário-geral do evento. De acordo com Serbin (1996), o padre cearense se tornou o mais influente bispo latino-americano do século XX. A convite do Cardeal do Rio de Janeiro, católicos de vários pontos do país se mobilizaram para participar do evento. A CNBB teve papel importante nessa mobilização. Assim, Dom Hélder, à frente dos preparativos do evento e da CNBB, foi visto na época como o articulador do evento.

O bispo cearense mostrava-se cada vez mais consciente dos efeitos da pobreza no Brasil. No evento, por meio da CNBB procurou chamar atenção para o crescimento das favelas no país, em

---

<sup>32</sup> Outro subsídio de 10 milhões de cruzeiros, ou aproximadamente US \$ 110.000, veio do gabinete do prefeito. Esses fundos proporcionaram 29% do orçamento oficial da IEC da Igreja de mais de 74 milhões de cruzeiros, o que na verdade gerou um superávit de 10% (LIMA: 739).

particular, no Distrito Federal, a então cidade do Rio de Janeiro. A favela (“favela”), símbolo da pobreza urbana, era vista como o resultado mais perverso do subdesenvolvimento e foi o foco de atenção de padres católicos e leigos. O secretário geral da CNBB procurou relacionar o desordenado crescimento urbano e a “favelização” ao êxodo rural – que marcava fortemente a realidade de sua região de origem, o Nordeste. Fugindo a dualismos comuns na leitura e no pensamento social brasileiro como o dualismo sertão e litoral, a visão endossada por Dom Hélder articulava e relacionava a realidade nas áreas rurais e centros urbanos do país.

Foi a partir da mobilização de Dom Hélder, por exemplo, que cerca de oito milhões de cruzeiros excedentes do Congresso Eucarístico, foram angariados pelo bispo para fundar a Cruzada São Sebastião, um programa habitacional nomeado em homenagem ao padroeiro do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo Serbin, Pierre Cardinal Gerlier, arcebispo de Lyon e amigo de Dom Hélder, visitou as favelas cariocas e se assustou com o contraste entre sua pobreza e o esplendor do IEC (SERBIN, 1996: 40-41). Dom Hélder colocou os esforços da igreja em favor do modelo de desenvolvimento corporativista. Utilizando os bancos desmontados doados para a Praça do CEI, com a cruzada de São Sebastião o bispo mobilizou um engajamento para a construção de novas moradias para os pobres cariocas. A Cruzada de São Sebastião teve seu *slogan* com base em ideias do movimento Economia e Humanismo, a saber: “é preciso subir o morro antes que os comunistas desçam” (SOBRAL: 2012:6). Nos âmbitos da Cruzada de São Sebastião, o bispo cearense organizou também o Banco da Providência.

Sobre toda essa mobilização é preciso destacar que no período os estudos desenvolvidos sobre as favelas do Rio de Janeiro não eram um esforço solitário de Dom Hélder, mas convergiu com outros interesses com a atuação no país do padre dominicano Lebreton e outros profissionais como o sociólogo e confessadamente católico, José Arthur Rios (LIMA & MAIO, 2010). Esse último, segundo Lopes, foi um ator que transitou por diferentes instituições científicas, agências governamentais brasileiras e mesmo organismos internacionais. Declaradamente católico, Arthur Rios teve importante papel na busca por delimitar espaços de aplicação para as ciências sociais mediante a produção de diagnósticos sociológicos destinados à reforma das estruturas sociais das zonas rurais brasileiras. Assim, o engajamento religioso, de diversas formas aproximava círculos de políticos, intelectuais, reformadores e cientistas sociais.

Também se articulou junto Dom Hélder Câmara o padre Lebreton. Esse sacerdote visitou o Brasil produzindo pesquisas e relatórios, inclusive, defendendo a supracitada perspectiva de desenvolvimento. Segundo Schamllennmüller, foi a partir dessa movimentação que seus textos ganharam atenção nos debates e na formação de leigos de vários movimentos especializados da Ação Católica, principalmente da Juventude Universitária Católica, a JUC (SCHAMLLENNMÜLLER,

2011:53).

Além desses debates oriundos no pensamento maritainiano, o padre dominicano defendia que para a garantia de um desenvolvimento integral, em primeiro plano, deveria destacar a necessidade de suprimento de quantidades de alimentos suficientes em calorias, glicídios, proteínas e lipídios. Além do suprimento regular de uma alimentação adequada, também deveria constar entre suas necessidades fundamentais: a vestimenta, o trabalho, o lazer, a garantia de alojamentos saudáveis, mobiliário básico, e ainda o acesso à água, luz e calor. Para Lebret, além dessas necessidades, era preciso ainda acesso a serviços médicos e farmacêuticos, e a educação e o contato permanente com a leitura, com os conhecimentos históricos, políticos e religiosos. Outras “necessidades de dignidade” também estariam no rol dos princípios ao desenvolvimento humano, como a manutenção de relacionamentos sociais, o acesso à arte e à literatura. Lebret destacava também as necessidades pessoais “terciárias”, envolvendo o tempo para a reflexão, o estudo, a contemplação e meditação, a oração e a produção artística e literária (BOSI, 2012). Conhecedor da realidade brasileira, Lebret também se preocupou em entender o Brasil desde o Brasil tendo sido responsável, por exemplo, pela tradução em língua francesa da obra *Geografia da Fome*. Godoy analisou, por exemplo, a forte influência exercida por Lebret em relatórios que foram cruciais na escolha da região de Suape em Pernambuco como importante porto nordestino (GODOY, 2020).

Godoy (2016) afirma que “ainda que não saibamos exatamente quando os dois [Lebret e Dom Hélder Câmara] se encontraram, podemos afirmar que os laços estabelecidos após essa primeira colaboração foram muito fortes”. O autor destaca que tal aproximação teria ocorrido a partir de uma de suas pesquisas realizadas em São Paulo. Foi nessa conjuntura que “Dom Helder passou a confiar na competência desse Padre-pesquisador”, que era Lebret. Em perspectiva semelhante, Valladares afirma que as orientações teórico-políticas do Padre Lebret eram totalmente compatíveis com as de Dom Helder (VALLADARES, 2005:84).

De todo modo, é importante frisar que o alinhamento de perspectivas, entre ciências sociais e o âmbito teológico, permitiu que, em termos práticos e teóricos, o ambiente fosse frutífero para o setor da Igreja, por meio da CNBB, que se envolveu nos debates sobre o desenvolvimento brasileiro. Entretanto, apesar da historiografia recorrentemente mencionar a Cruzada de São Sebastião como uma mobilização de êxito no que se refere a cooperação entre Igreja e Estado (SERBIN, 1996: 748) é visível seu insucesso. Segundo Serbin (1996), por conta da interferência de políticos clientelistas e outros atores como especuladores de terras, os moradores da Praia do Pinto, alvos das ações da Cruzada de São Sebastião foram removidos para conjuntos habitacionais na Zona Oeste do Rio, portanto, longe de seus empregos, sendo uma das marcas do insucesso da campanha. Ainda de acordo com esse autor, Dom Hélder afirmou que ao menos a ação serviu para chamar, pela primeira vez, a

atenção das autoridades para as favelas (SERBIN, 1996, p. 42). Embora o autor enfatize o insucesso da campanha, é inegável a importância desses acontecimentos para a carreira de Dom Hélder Câmara que, como o próprio autor destaca, foi sem dúvida o bispo latino-americano mais influente do século 20 (IDEM, 1996: 05).

Dessa conjuntura a novidade é o destaque que damos para sua configuração como um projeto mais robusto. Como parte de ações que foram articuladas pela CNBB e que envolveram não só a urbanização das favelas do Rio de Janeiro, mas também o entrosamento com agências públicas e privadas, nacionais ou não. Concomitantemente a Cruzada, a CNBB, com conhecimento e orientação de Dom Hélder, atuava no Nordeste considerando o Movimento de Natal ou o Movimento Educação de Base (MEB), mobilizações as quais estiveram à frente Eugênio Sales e Dom José Távora, respectivamente e ainda o encontro dos bispos da Amazonia, e as amplamente citadas edições dos Encontros dos Bispos do Nordeste. Entretanto, muitas análises destacam pouco o caráter nacionalmente articulado desses eventos. Essa conjuntura evidencia como no período anterior ao Concílio do Vaticano II, segmentos do catolicismo já operavam numa esfera global e dinâmica.

Destarte, recorrer a ao referencial analítico e metodológico da história global, ainda que com restrições - em termos de recursos disponíveis e de acessos a alguns arquivos, temos a intenção de sinalizar em nossa análise que um determinado instrumental de códigos e significados foi compartilhado além dos limites nacionais e regionais e, a partir de diferentes escalas, tendo sido a dinâmica religiosa fundamental nesse processo. No caso específico, interessam-nos como ideias e práticas relacionadas ao desenvolvimento e os meios para alcançá-lo foram compartilhadas com a influência do catolicismo, e quais foram os aspectos da visão compartilhada por esse segmento religioso e os seus efeitos mais diretos na agenda de desenvolvimento brasileiro do período.

Apesar do papel significativo da religião durante a Guerra Fria - considerando a influência poderosa do cristianismo na vida de milhões de pessoas em ambos os lados da chamada “Cortina de Ferro” e ainda a natureza ateísta do comunismo, Kirby (2003) afirma que o assunto é pouco debatido entre os historiadores. A Igreja Católica é um ator global, mas profundamente enraizado localmente a partir de suas instituições mais políticas como as conferências de bispos e arcebispos, como a CNBB. Considerar essa dimensão, com efeito, ajuda a questionar o centrismo nacional e incluir novos atores (PURCEL, 2014:134), o que se refere ao desenho de uma agenda de desenvolvimento no período. Ademais, em termos de Guerra Fria, esse ponto de vista narrativa foge a binarismos que em geral permeiam as interpretações que se preocupam com contextos históricos que se desdobraram em meio a esse conflito.

O artigo publicado na revista *A Ordem*, fornece informações sobre a movimentação da hierarquia católica nos anos 1950. Ressaltando que o Rio de Janeiro, seria sede de duas conferências

nacionais e de caráter permanente: a CNBB (1952) e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRS, 1954), foram indicadas no impresso reuniões realizadas pelo episcopado nacional,

Foi em outubro de 1952 que o Episcopado do Brasil instituiu, com autorização expressa da Congregação Consistorial, a Conferência dos Bispos do Brasil. Uma organização mais ou menos parecida com a “*National Catholic Welfare Conference*” dos Estados Unidos. A primeira reunião ordinária da conferência nacional dos Bispos do Brasil realizou-se em Belém do Pará de 12 a 19 de Agosto de 1953. A segunda, em Aparecida, de 9 a 11 de setembro de 1955. A terceira em Serra Negra, de 10 a 12 de novembro de 1956. A quarta, em Goiânia, em julho de 1958. Antes da criação da Conferência Nacional dos Bispos, houve dois encontros regionais muito interessantes: o Encontro dos Bispos do Vale do São Francisco, em Aracaju, de 25 a 28 de agosto de 1952, e o Encontro dos Prelados da Amazonia, em Manaus, de 2 a 6 de julho de 1952. A primeira reunião dos Prelados “Nullius” foi também promovida pela CNBB: na cidade de Belém, de 24 a 29 de janeiro de 1954. E um pouco depois a reunião dos bispos do Nordeste, em Campina Grande, de 21 a 26 de maio de 1956.<sup>33</sup>

Segundo o articulista, “a Igreja está viva entre nós”, aquela seria a primeira vez na história do Brasil que “nossos bispos se encontraram com tanta frequência – para discussão dos problemas religiosos e sociais”<sup>34</sup>. A perspectiva que prevalecia no artigo era: se são muitos os desafios para a Igreja, também deveriam ser muitas as estratégias da instituição para enfrentá-los. Identificar toda a movimentação da hierarquia católica incorre sob o risco de falhas. O importante é considerar que, tal engajamento não era uma particularidade da Igreja Católica no Brasil. Na citação, observamos, por exemplo, a clara influência do órgão católico estadunidense *National Catholic RuralLife* (NCRLC)<sup>35</sup>, sobre o qual discorreremos mais adiante.

Também foi mencionado no artigo de *A Ordem*, a Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM). O caráter desses eventos é eminentemente pastoral, a convocação normalmente é feita pelo papa, que é quem “convoca, nomeia seus presidentes, envia os representantes da Cúria Romana e aprova (ou não) a participação dos delegados eleitos pelos bispos em nível local. A primeira reunião do CELAM foi convocada por iniciativa direta da Santa Sé e a CNBB ajudou o Vaticano a realizá-lo, visto que não havia outras conferências episcopais na AL.

Piletti e Praxedes (2008), biógrafos de Dom Hélder, afirmam que no final de 1954, enquanto secretário geral da CNBB, esse bispo teria recebido uma carta por meio da Nunciatura, perguntando sobre a possibilidade de realizar uma reunião entre os bispos da América latina, em um dos trechos foi declarado

a preparação para o Congresso Eucarístico se encontra suficientemente avançada para que se possa pensar em convocar no Rio de Janeiro, ao final do Congresso, e como fruto dele, uma primeira assembleia- latino-americana dos bispos, e que poderia ser eventualmente o início de uma conferência episcopal latino-americana?

<sup>33</sup> *A Ordem* [Rio de Janeiro], 1959: 350.

<sup>34</sup> IDEM: 350.

<sup>35</sup> Atualmente Vida Rural Católica (CRL).

(PILETTI & PRAXEDES, 2008: 45).

Dom Hélder respondeu afirmativamente à proposta. Nos últimos meses que antecederam o Congresso Eucarístico, a comissão organizadora foi confiada ao seu amigo e também bispo auxiliar do Rio, o sergipano Dom José Távora. E, assim, Dom Helder procurou auxiliar na preparação da reunião com os príncipes da Igreja Católica na América Latina. Assim, concomitantemente ao encerramento do CEI no Rio de Janeiro, por 10 dias consecutivos, de 25 de julho a 4 de agosto, foi realizada a Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe que fundava o CELAM. O pedido foi encaminhado ao Papa Pio XII, e nele recebeu aprovação pontifícia, sendo o CELAM criado em 2 de novembro de 1955.

Os temas centrais do encontro do CELAM no Rio de Janeiro foram as vocações sacerdotais, a questão social, a educação, o desafio do que se considerava os dois principais inimigos: o marxismo e a expansão protestante. Estiveram presentes 37 arcebispos e 58 bispos reunidos no Colégio *Sacré Coeur* de Copacabana, representando 66 arquidioceses, 218 dioceses, 33 prelados, 43 vicariatos e 15 prefeituras apostólicas (SOUZA, 2008: 130). No total, a assembleia seria composta por representantes diretos de 23 países, 60 províncias, 350 circunscrições eclesiais e 150 milhões de católicos - o que se refere ao número da população católica latino-americana no período. Sete cardeais latino-americanos também participaram das sessões de trabalho, exceto os dois da Argentina, devido aos impedimentos causados pelo regime peronista<sup>36</sup>.

O Cardeal Adeodato Giovanni Piazza (1884-1957), secretário da Sagrada Congregação Consistorial, presidiu o evento. Na sessão de abertura, leu uma carta do papa Pio XII, *Ad Ecclesiam Christi*, que foi tomada como horizonte de orientação dos trabalhos dos bispos. Na carta o papa sinalizou os inimigos da Igreja no período, a saber: “truques maçônicos, propaganda protestante, as várias formas de secularismo, superstição e espiritismo”. Como orientação para enfrentá-los, o Pontífice recomendava à Igreja que

Para conseguir el cumplimiento de estos votos nuestros es preciso, sin embargo, obrar con prontitud, con generoso valor, con energía; no echando a perder preciosas energías, sino coordinándolas de manera que resulten casi multiplicadas; recurriendo, si es necesario a nuevas formas y nuevos métodos de apostolado que, aun dentro de la fidelidad a la tradición eclesial, respondan mejor a las necesidades de los tiempos y aprovechen los medios del moderno progreso que, si desgraciadamente a menudo sirven para el mal, pueden también y deben ser en

---

<sup>36</sup> A Aliança da Igreja Católica com o Estado peronista manteve-se forte até a segunda eleição de Perón, quando o regime passou a ter características autoritárias. Segundo Gomes e Olivando (2007), a atitude conservadora da Igreja e sua atuação do campo da política deram margem para que o Estado passasse a observá-la como uma instituição subversiva. Diante disso, o governo peronista rompe com a instituição religiosa. Os autores destacam dentre as medidas governamentais que mais atingiram a Igreja, a revogação do ensino religioso obrigatório, a legalização do divórcio, a retirada do apoio oficial aos estabelecimentos católicos de ensino. Mas, a posição mais contundente do governo com relação a essa questão, ocorreu em 1955, a saber: “a aprovação pelo congresso de uma lei declarando a necessidade de se alterar a Constituição justicialista para consolidar a separação entre Igreja e Estado.” Diante dessa situação a Igreja passa a representar uma instituição de vanguarda na luta contra o regime (GOMES & OLIVANDO, 2007: 11).

manos de los buenos, instrumento para obrar valientemente por el triunfo de la virtud y la difusión de la verdad.

Es por ese motivo que nos ha parecido oportuno, recogiendo además el voto que Nos presentó el Episcopado de la América Latina, que la Jerarquía Latinoamericana se reuniera para proceder al estudio a fondo de los problemas y de los medios más aptos para resolverlos con esa prontitud y plenitud que las necesidades exigen.

Por lo tanto, una vez que los Sagrados Pastores han terminado la labor preparatoria de examen del estado actual y de meditación de los remedios, próximamente se reunirán en Conferencia General los representantes delegados de las diversas Provincias Eclesiásticas y de las circunscripciones misioneras de América Latina para poner en común los resultados del estudio llevado a cabo y llegar de mutuo acuerdo a conclusiones prácticas para un florecimiento más vigoroso de la vida católica en todo el continente.<sup>37</sup>

Do ponto de vista do papa, a escassez de clero impelia que fosse espalhada e incutida a palavra sagrada de forma mais eficaz nas almas, precedida, portanto, pelos esforços acima mencionados no âmbito da “luta em defesa do reino de Deus e por sua difusão cada vez mais ampla.” Embora as questões sociais não tenham sido o tema principal do evento - em detrimento a questão das vocações sacerdotais e a escassez de clero no continente, a orientação do Pontífice era que o episcopado estudasse a fundo os problemas do continente e os respectivos meios para superá-los. Para tanto, advertiu que uma das necessidades seria um exame da realidade realizado em colaboração “cordial e bem-organizada” entre os prelados da América Latina. Esse esforço deveria contar com o apoio dos leigos, de meios técnicos modernos como a imprensa e o rádio.

A partir dessas recomendações, ao longo das reflexões realizadas durante os dez dias de evento, foi produzido um documento conclusivo sucinto. Para sua elaboração, os bispos reunidos no Rio de Janeiro foram divididos em comissões e subcomissões. Ao todo foram sete, além da comissão geral, que se ocuparam dos temas diretamente sugeridos por Pio XII. Os títulos, no documento, foram destacados como: Clero; Auxiliares do Clero; Meios de Apostolado (Rádio e imprensa); Protestantismo e movimentos anticatólicos; Atividades Sociais; Missões, Índios e Gente de cor.

A sede do CELAM foi estabelecida no continente, aspecto importante. Por meio de eleições a capital colombiana, Bogotá, foi escolhida concorrendo com cidades como o Rio de Janeiro, Roma. O conselho do novo órgão contava com 9 cardeais, 64 arcebispos, 326 bispos, 31.000 padres e 75.000 religiosas.<sup>38</sup>

O evento, bem como o documento produzido no Rio, muitas vezes é interpretado como de menor importância em comparação com as edições posteriores, como Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007). O destaque recai especialmente sobre a edição de Medellín, quando a Igreja brasileira passou a exercer influência sobre o desenvolvimento do

---

<sup>37</sup>PIO XII. Carta Ad Ecclesiam Christi. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/es/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19550629\\_adecclesiam-christi.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/es/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19550629_adecclesiam-christi.html). Acesso em 22/06/2021.

<sup>38</sup> A Cruz [Rio de Janeiro], 03/06/1956: 1.

catolicismo mundial (LIMA, 1979). A interpretação de Ferreira, por exemplo, destaca que o evento realizado no Rio “não se insere num universo de novidades e/ou mudanças, e sim de continuidade das ações eclesiais já praticadas no continente” (FERREIRA, 2016: 173). Para o autor, a edição carioca se insere num contexto pré-conciliar, isto é, em outras palavras, antes das propostas modernas do Vaticano II. Por isso, em sua perspectiva, esta edição não teria sido tão visionária como posteriores (IDEM:176). Segundo este autor, o trabalho que ficou como grande destaque do evento de 1955, teria sido a formalização do pedido para a criação do CELAM.

Em contraponto, Londoño (1996), em artigo que celebrava os quarenta anos de realização da conferência de 1955 e de fundação do CELAM, chamou atenção para o grande silêncio em relação à conferência realizada no Rio, afirmando que a maioria dos textos que tratam dessa edição do evento apenas a mencionam associada à sua fundação. Esse autor, com o qual concordamos, discorda de analistas que interpretam essa edição como pouco reveladora e enquanto apenas mais um dos últimos episódios de um modelo de Igreja que seria superada pelo Vaticano II. Seu argumento, sinaliza que a particularidade a edição do Rio – e aspecto que marcará o nascimento do CELAM, foi a forma como o encontro foi preparado. Londoño chama atenção, por exemplo, que o Cardeal Piazza, que presidiu o evento, considerou que a conferência deveria partir da realidade sociorreligiosa da Igreja na América Latina. No encerramento da conferência, Piazza afirmou:

Se entendió, pues, que para preparar la conferencia se debería hacer un levantamiento de la situación pastoral, espiritual y social de cada diócesis, que permitiese, en las palabras del Cardenal Piazza, descubrir el rostro de Dios, sus facciones, pero también las deformaciones y las sombras. Más que descripciones se necesitaba reunir datos y cifras que constituyesen un fiel retrato de la realidad. Los censos y estadísticas, también denominados «mapas», deberían después ser considerados en las asambleas provinciales y enviados a la asamblea de Río de Janeiro, para su discusión (LONDOÑO, 1996: 408-409).

A análise da realidade da Igreja na América Latina, como sublinha Londoño (1996), chama a atenção não só pela mobilização que provocou ou ainda porque foi “o levantamento mais completo da situação, da qual há memória”, mas especialmente pela confiança respaldada em técnicas de pesquisas quantitativas e estatísticas. Portanto, mais do que descrições, a reunião dos dados buscava ser um retrato fiel da realidade, assim as cifras e fatos reunidos chamados de “mapas” deveriam ser considerados nas assembleias provinciais e enviados à assembleia do Rio de Janeiro para discussão. Segundo o autor,

Más de veinte países hicieron estos levantamientos y los enviaron a la Comisión Central de Preparación de la primera Conferencia. Esta fotografía de la Iglesia exigió un enorme esfuerzo de las diócesis y de las provincias no sólo en la recogida de los datos, sino también en su sistematización. Al mismo tiempo, se abrió un espacio para que apareciesen informaciones nuevas y situaciones que, a pesar de su importancia pastoral, no eran tan evidentes en el conjunto. Sólo en Brasil se llegaron a levantar 340 mapas de las veinte provincias eclesiásticas.



Las informaciones sobre la archidiócesis de Sao Paulo ofrecen una idea del trabajo realizado. Sobre una población de 3.000.000 de habitantes, se tenían 2.721.000 católicos distribuidos en 160 parroquias, con 593 iglesias, capillas y oratorios. Atendían a esta población 210 sacerdotes del clero secular, 601 del clero regular, 526 religiosos no sacerdotes y 2.526 religiosas. A pesar del elevado número de católicos, sólo 17% de los fieles asistían a la misa dominical y sólo 30% cumplían con el precepto pascual. Al mismo tiempo, se vendían anualmente 47 millones de entradas a los 208 cines de la capital, en la cual también había veintitrés periódicos laicos y ninguno católico (IDEM: 409).

Houve, portanto, um esforço considerável das dioceses e das províncias não apenas na coleta de dados sobre a realidade latino-americana, mas também na sua sistematização. Desse modo, a conferência do Rio “daba muestras de nuevas actitudes y sensibilidades que, si no eran del todo predominantes, ya se enunciaban claramente apesar de ser formuladas en un vocabulario pre-conciliar” (IBIDEM: 415). Nessa direção, o autor afirma que a postura da Igreja latino-americana foi fiel, do Rio ao Vaticano II, em medir a fé nas cifras, voltando-se quase com devoção às ciências estatísticas, e em particular à sociologia, para compreender melhor a realidade.

Outro exemplo de movimentação transaccional da Igreja e de aproximação com as ciências sociais pode ser observada na influência significativa, mas pouco conhecida, da Igreja Católica dos EUA (YOUNG, 2016: 247), especialmente do clero católico e de entidades como a National Catholic Rural Life” NCRLC<sup>39</sup> de Des Moines, estado estadunidense de Iowa. Esse órgão foi fundado nos anos de 1920, mas foi especialmente a partir da direção executiva do monsenhor Luigi G. Ligutti que esse órgão se tornou símbolo pessoal do movimento católico da vida rural. Esse sacerdote atuou como representante do Vaticano na FAO (BOVÉE, 2016).

Ligutti exerceu influência no campo dos assuntos internacionais abordando problemas da fome mundial, reforma agrária e países subdesenvolvidos. Como a gama de solução que o NCRL explorou estava colonização de terras, correspondência religiosa, escolas, escolas de férias, trabalho missionário nos lares, cooperativas, convenções e uma série de publicações. Ligutti e o NCRLC se tornariam forças centrais na missão dos EUA na América Latina. Antes mesmo da fundação do CELAM, esse órgão já vinha procurando formular uma visão conjunta das dioceses latino-americanas para os problemas continentais fortemente embasada em perspectivas sociológicas.

A proximidade de técnicos brasileiros que trabalhavam na FAO, facilitou o câmbio e contato entre o NCRLC. João Gonçalves de Azevedo, técnico do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura, que era também leigo influente na Igreja Católica, havia sido ex-presidente da Ação Católica Rural (ACR) e foi o representante do Brasil durante o primeiro Congresso Internacional de Vida Católica (CIVC) em Roma. Essa primeira edição do evento foi

---

<sup>39</sup> Atualmente Vida Rural Católica (CRL). Para mais informações, ver: <https://catholicrurallife.org/>. Acesso em 05/10/2022.

organizada por Ligutti, que também tinha funções junto a FAO, e ocorreu em junho de 1951 em Castel Gandolfo, na Itália (SILVA: 2014:138).

Os CIVC foram uma das expressões mais marcantes da atuação da organização NCRLC, no continente latino-americano. João Gonçalves esteve presente em algumas edições, assim como esteve presente em muitos debates e ações – como as semanas ruralistas, promovidos pela CNBB e, por seu amigo e líder espiritual, Dom Helder Câmara. Em nossa perspectiva, João foi um dos elos que aproximaram o diretor da instituição americana de sacerdotes como Hélder Câmara. Era 1946, João Gonçalves assinou no jornal carioca *A Cruz* – impresso do qual foi diretor, um artigo intitulado “Os Estados Unidos por dentro: Atividades Católicas na Vida Rural. Nesse artigo, o autor apresentava ações e cursos sobre a vida rural que o monsenhor Luigi Ligutti realizava desde os EUA e os que havia em suas visitas ao Brasil<sup>40</sup>. Certamente, pelo intermédio do João, Ligutti esteve presente na I Semana Ruralista realizada no Brasil por meio de uma diocese católica, no município mineiro de Campanha em 1950. Na ocasião, sobre a qual discorreremos melhor no próximo capítulo, viu muitas das bandeiras que levantava frente ao NCRLC, como a reforma agrária encontrarem eco na realidade da hierarquia católica brasileira.

Os Congressos Internacionais de Vida Católica começaram a ser organizados na década de 1950 por iniciativa da NCRLC. Essas agências estiveram envoltas em uma série de intervenções nas mais diversas regiões do país, como a distribuição de leite em pó, ações com foco em educação alimentar e no incentivo à formação de técnico. Os recursos para a realização destes eventos eram do governo dos EUA. Esses eventos estiveram envolvidos nos esforços relativos a política externa desse país no continente no período foram diversas as formas intervenções e influências dos EUA no período, buscando mobilizar grupos da sociedade brasileira, junto com governos estaduais e setores mais conservadores. Tais intervenções iam desde medidas de caráter militar, projetos culturais, esforços diplomáticos, entre outras (PURCELL, 2014: 131).

A primeira edição foi em Roma, sede da FAO, e que em um primeiro momento explica a realização do evento nessa cidade, haja vista a proximidade do monsenhor Ligutti. com a instituição. Posteriormente, a edição em Roma, houve a preocupação que as edições do congresso ocorressem na América Latina. O primeiro em Roma (1951), Colômbia (195), Panamá (1955), Chile (1957), (1961).

Merece destaque particular – para fins desta pesquisa, a IVCIVC realizado em Santiago do Chile, de 1 a 6 de abril de 1957. Para uma ideia do que estaria em pauta no evento, procedemos ao publicado em um jornal brasileiro do período,

---

<sup>40</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 21/04/1946:1 e 6.

É do trabalho dos campos que nascem as civilizações mais sadias e mais sólidas, porque há um misterioso elo entre a terra desafiadora e o homem que a cultiva, um poder que dignifica o homem, dando-lhe aquela tranquilidade e aquele salutar ritmo de vida muitas vezes desconhecido do homem citadino. Contudo, a vida rural apresenta, em nossas terras americanas, falhas muito graves. O homem do campo vive, em sua generalidade, abandonado pelas leis e os governantes, entre a seus sérios problemas, a sua carência de instrução, a sua incapacidade de tomar consciência, por si mesmo, da importância e do sentido da realidade social que forma.

Os problemas do camponês estão aí mesmo, em todos os recantos da nossa imensa América, e com eles os inimigos conscientes do camponês. Quando falamos em “inimigo consciente”, referimo-nos especialmente ao comunismo, que encontra nas terras sul-americanas, por estas falhas tremendas de nossa vida rural, terreno fértil e fácil pra progredir. Sempre é mais fácil a uma enfermidade, contaminar um depauperado do que um robusto. Tanto são os problemas e as definições da vida rural, na América do sul, que se lhe pode atribuir uma debilidade semelhante a de um homem subnutrido, exposto as mais graves doenças. O comunismo é, sem dúvida a pior das doenças sociais da nossa época. Ataca tal como o câncer, dissimuladamente, ousadamente, estendendo seus tentáculos subterrâneos pelo organismo inteiro, e dando o golpe de misericórdia quando ele já não pode ser aparado. O problema da infiltração comunista em nossos meios rurais será, por certo, tema de especial relevo nesse próximo congresso em Santiago.<sup>41</sup>

O anúncio talvez comente em termos excessivamente sombrios a extensão e o peso da ameaça comunista nos meios rurais sul-americanos – considerando, sobretudo, que em alguns países – como o Brasil, mesmo estando em um período democrático havia restrições a criação de partido e organizações comunistas. Contudo, chama vigorosamente atenção o fato de que tais problemas poderiam “sem dúvidas assumir proporções dramáticas”, predominava do ponto de vista da Igreja, portanto, a necessidade de se antecipar na resolução dos problemas sociais.

A edição chilena teve como tema “O homem e Terra na América Latina” e seu objetivo foi buscar uma visão em conjunto sobre os principais problemas latino-americanos, que na ocasião foram indicados como: divisão da terra, família, educação, moradia, salubridade, alimentação e alcoolismo. Desta visão de conjunto, declaravam os organizadores, dependia o futuro da América Latina. “A solução cristã do problema assegura o porvir democrático da América.” Na ocasião, a Igreja brasileira já vinha desenvolvendo importantes ações - como o já mencionado programa habitacional das favelas do Rio. Além disso, o clero brasileiro vinha atuando com destaque na execução de um programa de extensão rural chamado semanas ruralistas e na realização de uma edição do Encontro dos Bispos do Nordeste (1956).

Nesta edição o número de participantes inscritos foi superior a 600, dos quais 75 estrangeiros, representando treze países da Europa e Maricas. Os maiores delegados depois da chilena, foram a argentina e peruana, com 23 ao menos cada uma, segundo a norte americana com 7. Durante as reuniões – com sessões plenárias pela manhã e debates a tarde, alcançaram a repercussão as palestras

---

<sup>41</sup> *Jornal do Dia* [Porto Alegre], 22/2/1957: 4.

sobre o comunismo nos países da Cortina de Ferro, as reformas agrárias executadas em várias nações da Europa, Ásia, e sobre os trabalhos de cooperação entre a Igreja e o Estado, nos setores educativos e assistências.

Na ocasião, o jornalista José Vieira, católico e diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA), representou o Ministério da Agricultura e o secretário da ação social da CNBB e proferiu um discurso intitulado “Cooperação entre a Igreja e o Estado em benefício das populações rurais”. Vieira apresentou dados da ONU sobre a situação dos países subdesenvolvidos e destacou a ação em prol da urbanização das favelas no Rio de Janeiro com a cruzada de São Sebastião. Citando Dom Hélder, o palestrante destacou as palavras do prelado que declarava ser "grande a habilidade do comunismo de se levantar junto a massa subdesenvolvida, que seria invencível e asseguraria a vitória a lado para onde pender: bandeira anticolonialista, embora, a seu modo, escravize a pretexto de implantar suas famosas repúblicas populares; bandeira da reforma agrária, que surge como esperança para a massa esmagadora de trabalhadores rurais; bandeira de ódio de classes para os trabalhadores industriais, invencíveis quando arrastarem, nas grandes cidades, a massa do subproletariado que se aglomera nas "favelas". É preciso denunciar como irreal - disse o prelado - todo e qualquer plano de reforma econômica que não ponha em destaque essa aguda e explosiva realidade social.

Esse quadro sério, continuou Vieira em seu discurso, exigiria cooperação, coragem, energia e o desenvolvimento de ações práticas permanentes. Por isso as “forças legítimas”, se referindo ao governo e Igreja, deveriam se mobilizar. Em seu discurso destacou ainda a responsabilidades das elites dirigentes, as quais - "nem sempre estariam a altura de atender as necessidades populares". Deu destaque também ao papel da mídia, rádio, cinema, divulgação imprensa que, em suas palavras, cometeriam desvios imperdoáveis, quando não “esposando doutrinas perigosas, sensacionalismos” que afetariam a moral cristã ou induziriam a prática de crimes e atos reprováveis.

Vieira destacou que a própria Igreja teria compreendido, dentro da orientação do papa Pio XII, a necessidade de atualizar-se. E que por toda a América Latina seria observável obras no campo educativo e em caráter assistencial, mas que ainda assim a Igreja reconhecia que era necessário entender e aprofundar a sua atuação. No tocante a Vida Rural, o jornalista afirmou a cooperação da Igreja com autoridades federais, estaduais e municipais, e ainda entidades particulares, ligadas aos setores agrícola, de saúde e educação, especialmente a partir da realização das semanas ruralistas. O jornalista afirmou que o convênio assinado pela CNBB e o Ministério da Agricultura, em 1955, foi ponto alto em “favor da produção e, sobretudo, do bem-estar social e econômico da população do interior”. Em suas palavras, seria longo descrever todos os pontos destacados provenientes da referida colaboração. De um modo geral, como consequência desse convênio, observava-se no ensino agrícola- a Igreja estimulando a criação de escolas de ensino médio nas dioceses onde as

necessidades são mais vivas; das pesquisas agronômicas e zootécnicas, aproximando os agricultores dos estabelecimentos técnicos no setor de fomento e defesa da produção, apoiando e incentivando as práticas modernas de mecanização, irrigação, adubação, conservação do solo e dos recursos naturais, combate a praga e doenças, uso de sementes selecionadas, vacinação dos rebanhos, revenda de instrumentos agrícolas, etc. No setor da organização das classes rurais, o clero vem oferecendo a sua colaboração visando a uma arregimentação maior dos lavradores e criadores, para dinamizar as entidades associativas (...) <sup>42</sup>.

As semanas ruralistas já realizadas tem merecido completo apoio da Igreja Seus resultados são animadores. Diversas sugestões e recomendações desses certames são aproveitadas e postas em prática. Serviços públicos, que nunca haviam trabalhado em estreita colaboração, passaram a fazê-lo, graças à coordenação geral dos bispos. E, afirmava, o clero brasileiro está sendo progressivamente mobilizado para as campanhas ruralistas. <sup>43</sup> De modo geral, o discurso de Vieira procurou dar destaque as ações de um segmento do catolicismo brasileiro que se mostrava articulado e interessado no desenvolvimento integral não apenas no Brasil, mas de toda a América Latina. Defendendo uma agenda que estreitasse os laços da instituição com as comunidades rurais e, ao mesmo tempo, que sugerisse caminhos não socialistas para a reforma agrária, tornava-se cada vez mais evidente que era preciso recomendar aos governos que garantissem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Para o caso brasileiro, isso implicava especialmente a redução das desigualdades e injustiça social, o combate ao êxodo rural que, conseqüentemente, protegeria as cidades brasileiras da “favelização”.

Se aproximando ao final de seu discurso, Vieira, em nome da experiência que vinha sendo realizada no Brasil, recomendava que os próprios sacerdotes precisam preparar-se melhor parte estes trabalhos. O documento indicava ainda que seria urgente também a seleção e formação de líderes católicos rurais para uma completa mobilização de quantos possam trabalhar pelo bem comum. Dentre as várias medidas sugeridas relacionada a vocação pastoral, destacamos as seguintes:

- 1) Aconselhar os professores dos seminários a desenvolverem capítulos especiais sobre problemas humanos da vida rural, organização de comunidades, serviço social de grupo, fundação de entidades associativas, educativas de base e temas de moderna sociológica científica;
- 2) Insistir que o ensino teórico da sociologia, pedagógica catequética e da ação católica em particular seja, durante o ano, acompanhado por trabalhos práticos de pesquisas sociais nas zonas próximas dos seminários;
- 3) Solicitar dos reitores que proporcionem aos seminaristas em férias cursos de extensão agrícola, bem assim cursos rápidos sobre temas de lavoura e pecuária;

---

<sup>42</sup> SIA[AMAN], 1957:1-4.

<sup>43</sup> IBIDEM: 4.

- 4) Introduzir o trabalho em equipes na vida interna dos seminários, visando combater o individualismo tão prejudicial ao trabalho apostólico;
- 5) Fomentar, sob coordenação de clube agrícola, nas áreas dos seminários menores, atividades das pequenas lavouras e criações;
- 6) Elaborar e executar, sob supervisão técnica, nos seminários sempre que possível, planos de moderna agricultura, criando áreas modelos de aproveitamento agrícola para fins de educação especializada;
- 7) Procurem os atuais sacerdotes influenciar a eleição de bons dirigentes para as associações rurais
- 8) Realizarem os seminários Semanas Ruralistas para orientar as paróquias sobre programas de bem estar rural, coordenar instituições, manter as dioceses atualizadas quanto aos problemas agrários e estimular a criação de órgãos dioceses de ação social rural.<sup>44</sup>

As recomendações, de modo geral, buscaram racionalizar os esforços da Igreja. Insistiam na boa formação e capacitação não apenas das populações alvo das transformações almejadas, mas também dos próprios sacerdotes. Aos seminaristas, por exemplo, recomendava-se uma formação voltada aos aspectos da realidade em que o mesmo estaria inserido. As semanas ruralistas, além do destaque que receberam no discurso do representante da delegação brasileira, foram recomendadas e apresentadas como espaços para estimular a atualização das dioceses as questões do novo mundo.

Tal como sugere o título deste capítulo, a Igreja percebia que novas ideias e novas técnicas estavam disponíveis. Nesse sentido, as semanas ruralistas - que desde sua primeira edição nos anos 1930 possuíam um caráter especialmente relacionado a divulgação, foram identificadas como estratégia ideal para aquele contexto. Entretanto, como será discutido mais a frente, os resultados derivados desse engajamento não foram inequivocamente positivos. Muitos agricultores pobres se viam cada vez mais excluídos dos serviços voltados as áreas rurais, considerando que muitas vezes as ações e resultados esperados envolviam médios e grandes produtores e seus respectivos interesses. Sem acesso aos mesmos recursos, substituídos por máquinas e insumos (no caso dos trabalhadores rurais), e pressionados pelos concorrentes mais consolidados, ao contrário do esperando, muitas vezes contribuía para acentuar o êxodo rural. O estudo do engajamento da CNBB, portanto, revela aspectos do papel dos bispos como mediadores culturais capazes de propor projetos para o país, mas como veremos mostra também ambiguidades e limites das ciências e tecnologias como alavancas para o desenvolvimento.

#### **1.4 Considerações Finais**

Em tempos em que a ideia de desenvolvimento se tornava o paradigma dominante e perseguido por todos os países do mundo foi crescente o intercâmbio entre especialistas e sacerdotes

---

<sup>44</sup> IBIDEM:4.

católicos. Foi grande a mobilização da Igreja Católica na construção de uma agenda comum que reunia alguns especialistas, para a elaboração e divulgação de ideias e experiências que pudessem ser úteis no projeto de desenvolver as áreas rurais do país. Especificamente sobre a Igreja e o conhecimento sociológico, é importante enfatizar que essa aproximação favoreceu não só a coleta de dados mais precisos sobre a realidade brasileira, por meio da realização de suas observações, mas também contribuiu para a própria institucionalização da sociologia no país, bem como com a legitimidade dos cientistas envolvidos.

Ao demandar a presença e orientação de técnicos e pesquisadores desse ramo de conhecimento, a Igreja abriu mais uma entrada para a legitimação desse campo científico e dos seus profissionais no país. Alguns desses profissionais se diziam católicos e dialogavam diretamente, com as perspectivas e entendimento que a Igreja possuía. Como exemplo, podemos citar o caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955. Segundo Paiva (1992), esse órgão teve importante papel na divulgação do ideário nacionalista-desenvolvimentista no país – muito influenciado pelas ideias da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) – órgão criado nos anos 1940 e que preconizava um desenvolvimento autônomo e nacionalista. Citando, Paiva (1980: 54), a autora afirma que o ideário isebiano não se encontrava muito distante do pensamento católico, pois não apenas diversos intelectuais isebianos se diziam católicos, como também alguns deles provinham do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), criado, em 1949, pela Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), que reunia filósofos em sua maioria católicos, seguidores das orientações de Jackson de Figueiredo e depois de Alceu Amoroso Lima, na fase anterior aos anos 40 (PAIVA, 1992: 32).

Outro exemplo, que indica a crescente participação desse perfil profissional na cena nacional, bem como a aproximação com a Igreja Católica, refere-se à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), fundada em 1952, que foi fortemente marcada pelas concepções vindas da Igreja Católica. Segundo Barreiro (2010), todos os cargos de Executores de Projetos da CNER, do Norte e Nordeste, foram ocupados por bispos e padres. Tratavam-se, segundo a autora, “de cargos de extrema confiança, que entre outras funções definia os coordenadores locais de trabalho nas regiões e representava publicamente o programa” (BARREIRO, 2010: 99). Outro indício de aproximação da Igreja Católica com as ciências sociais refere-se ao fato dessa instituição ter fundado várias faculdades nas décadas de 1930 e 1940, com a meta de reformar a sociedade numa perspectiva cristã. As primeiras escolas de serviço social no Brasil pautaram-se nessas premissas, são exemplos, a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) quanto a do Rio de Janeiro (1937) surgiram para formar ideologicamente os quadros da Igreja, especialmente dos militantes da Ação Católica (IDEM: 74).

Por outro lado, é preciso considerar também que se a Igreja gerou um estímulo às pesquisas sociológicas, essa conjuntura foi ao mesmo tempo contradição e oportunidade. Enquanto sociólogos católicos tinham presença constante nos debates convocados pela Igreja, há indícios de que profissionais não católicos, por outro lado, sofriam retaliações. O depoimento da socióloga Alzira Alves de Abreu em dezembro de 2018 constitui-se como uma importante fonte para o resgate da memória do Instituto de Ciências Sociais (ICS), centro de pesquisas da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), criado em 1958. Segundo Lopes, a trajetória de Alzira “se entrelaça com momentos significativos por que passaram as ciências sociais no Rio de Janeiro em seus esforços de institucionalização acadêmica e consolidação enquanto campo disciplinar”. Questionada sobre “clivagens político-ideológicas” no ambiente acadêmico do período em que era aluna do Instituto, a socióloga que iniciou sua graduação em 1954 afirmou: “Na época, isso para nós já era uma questão. Havia uma perseguição. Isso começa depois que eu saio da faculdade. Então veio 1964. É aí que começa. Mas já havia uma diferença em relação a quem era de direita, católico e essa coisa toda”. O entrevistador insiste na pergunta: “Havia essa marca de um professor católico? Isso estava colocado?”, no que a entrevistada responde: “Estava, se defendiam posições católicas e tudo o mais.” O contexto destacado acima, compõe aspectos da ambiguidade que envolve a participação da religião no processo de desenvolvimento. Em alguns casos observamos a religião se reformando para debater questões modernas, em outros, contudo, parecendo desempenhar um papel conservador, impedindo a participação de outros segmentos no debate. Na contramão portanto do discurso inclusivo que retoricamente defenderam e sugeriram.

De todo modo, o capítulo deixa evidente como a Igreja Católica brasileira, representada pela CNBB teve papel importante na articulação de agências públicas, privadas, interesses internacionais, regionais entre outros em prol do desenvolvimento. E, como vimos na ocasião do Congresso Internacional de Vida Católica, a experiência que a Igreja brasileira vinha desenvolvendo, buscava se orientar por conhecimentos sociológicos recomendados pela alta hierarquia desde Roma. Dentre as estratégias adotadas pelo catolicismo brasileiro, interessa as semanas ruralistas que, em parceria com agências públicas, foram percebidas como uma ótima oportunidade para arrolar informações sobre as áreas rurais do país. Além de, se constituírem como espaço para divulgação de novas técnicas e também para o exercício da nova *práxis* pastoral que a Igreja vinha desenvolvendo. A seguir analisamos as “semanas ruralistas” que foram adotadas pela CNBB como uma de suas estratégias de ação nos anos 1950, mas que já ocorriam no país desde 1930.



## **CAPÍTULO 2: A missão do padre não está confinada a sacristia: As semanas ruralistas do Brasil e o engajamento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil**

O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.<sup>45</sup>

Acima observamos o veredito de Alberto Torres (1865-1917) sobre a vocação agrícola do Brasil. Esse político e pensador social fluminense, publicou obras que o consagraram como um dos expoentes do pensamento nacionalista e ruralista brasileiro. Dentre os seus principais livros destacam-se: *Vers la Paix* (1909), *Le Problème Mondial* (1913), *A Organização Nacional* (1914), *O Problema Nacional Brasileiro* (1914) e *As Fontes da Vida no Brasil* (1915) (BARIANI, 2007: 161). Era o início do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) como presidente do Brasil quando, postumamente, o reconhecimento das obras de Torres ocorreu.<sup>46</sup> O pensamento deste autor foi marcado por forte nacionalismo, higienismo e a defesa da integração e agricultura nacional (GÓIS JUNIOR, 2014, ECAR, 2017 & MONARCHA, 2019).

Discípulos do pensamento torreano, acompanhados de um descontentamento com o regime republicano, realizaram algumas críticas ao contexto de vertiginoso crescimento urbano e industrial que o país experimentava. Endossando um discurso ruralista que englobava aspectos como: maior autonomia aos poderes municipais, modernização e incremento da produtividade agrícola, associativismo/cooperativismo. Muitos intelectuais recuperaram aspectos do pensamento de Torres. Foi nesse contexto que foi organizada, por exemplo, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT), uma das principais entidades a valorizar e divulgar a obra e o pensamento torreano.

Fundada em 1932, no estado do Rio de Janeiro, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a SAAT teve como principal objetivo discutir problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres, possuindo núcleos em vários estados brasileiros.<sup>47</sup> Entre seus fundadores e primeiros associados estavam figuras como Arthur Torres Filho (1889-1960), Belisario Penna (1868-1939), Oliveira Vianna (1883-1951) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983), esse último conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Ataíde, importante intelectual católico de influência no

---

<sup>45</sup> TORRES, 2002 [1914]: 165.

<sup>46</sup> Segundo Fernandes, as obras de Alberto Torres foram reconhecidas a partir dos anos 30, “quando a atmosfera política contribuía para uma reinterpretação de seu pensamento à luz das novas doutrinas em voga. A crise do sistema capitalista mundial e das democracias liberais, a ascensão de regimes autoritários e totalitários e a definitiva feição da União Soviética sob o domínio de Stálin, no plano externo; e a ascensão de Getúlio, a destruição do modelo político da Primeira República e a centralização do poder, no plano interno; trouxeram Alberto Torres de volta à cena, praticamente quinze anos após a sua morte” (FERNANDES, M., 2011: 1).

<sup>47</sup> De acordo com Pinho, “tudo indica que a SAAT surgiu a partir da SNA, com quem manteria sempre relações muito próximas. No mês de novembro de 1932, a SNA realizou uma série de conferências em homenagem a Alberto Torres. No mesmo mês, foi fundada a SAAT, e não só sua conferência inaugural, como suas primeiras reuniões foram realizadas nos salões da SNA” (PINHO, 2007: 174).

catolicismo do país nas primeiras décadas do século XX (ANEXO I – Formação e vínculos de alguns membros da SAAT ).

Em sua interpretação sobre a SAAT, Pinho afirma que teria sido “uma associação civil bastante ativa, organizada e, ao que tudo indica, poderosa, cujo objetivo era tanto divulgar as ideias de seu mestre, como realizar ações diversas que contribuíssem para a nação (PINHO, 2007:169). Marcada pela presença de intelectuais, cientistas, diplomatas e políticos importantes, essa sociedade dispunha de capital político para pôr em prática diversas ações (IDEM:177). Segundo Santos, “por muitos desconhecida ou, no mínimo, pouco mencionada na historiografia”. No período de sua existência, entre 1932 e 1945, a SAAT buscou interagir e agir com o poder político e administrativo estadual e em outras áreas como saúde pública, cultura e educação (IDEM, 2015:218). Orientada por forte cunho nacionalista e prerrogativas de maior integração entre as regiões brasileiras, “uma de suas principais bandeiras era a mudança educacional no país, com maior incentivo para o ensino rural” (SANTOS, 2018: 170). As principais realizações da SAAT foram os Clubes Agrícolas (CA’s) e as Semanas Ruralistas (SR’s). Foram produzidas dissertações, teses e artigos sobre os primeiros. Estes últimos, por sua vez, seguem sendo pouco explorados pela historiografia.

Os CA’s, resumidamente, foram instituições educacionais “extraescolares” que estiveram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e foram anexadas as escolas primárias rurais que, por sua vez, eram subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde (MES). Os primeiros clubes agrícolas foram registrados no início do século XX com forte inspiração no modelo de escolas dos Estados Unidos. Nicolau (2016) analisou o modo de organização e proliferação dessas instituições no Brasil no período de 1942 e 1958, quando a política do Estado em relação à criação dos clubes se tornou mais ampla.<sup>48</sup> Ecar (2007) também apresenta estudo interessante contextualizando a atuação da SAAT e a criação do Clube Agrícola do Butantan no estado de São Paulo. Muitos destes CA’s foram fundados durante edições de semanas ruralistas.

As SR’s foram eventos que duravam, em média, sete dias e ocorreram em vários pontos do país. A realização destes eventos escapou a um padrão de organização, visto que muitas instituições e atores, como veremos, se inspiraram na proposta da SAAT e passaram a promover eventos homônimos, inclusive, com apoio técnico da mesma. Durante as “semanas” eram realizados debates sobre questões do mundo rural, destacando-se a necessidade do aumento da produção agrícola e pecuária, o combate ao êxodo rural, à pobreza e a insuficiente estrutura sanitária e o combate a pragas

---

<sup>48</sup> Em sua pesquisa a autora acompanha diferentes debates que mobilizaram intelectuais na formulação de projetos de educação rural ao longo das décadas de 1930 a 1950. Posteriormente, busca compreender como o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e a imprensa, destacadamente, a revista Brincar e Aprender: uma revista para os Clubes Agrícolas, contribuíram para o projeto de expansão e sustentação dos Clubes Agrícolas no país (NICOLAU, 2016).

que atacavam lavouras no país. Eram ministradas palestras, aulas práticas. Havia também a distribuição de sementes, materiais impressos, criação de hortas, jardins e bosques, fundação de clubes agrícolas, exposição de produtos agrícolas regionais, exibição de filmes educativos e de novas técnicas e tecnologias voltadas para o campo.

Foi em um contexto em que a integração das diferentes áreas brasileiras se tornou o mote do projeto de país ideal do período (MONARCHA, 2010), que as semanas ruralistas começaram a ser realizadas. A iniciativa do SAAT de realizar esses eventos foi bem recebida no período, especialmente considerando que o governo Vargas, à época, defendia uma maior centralização do Estado, que se acentuou com a ditadura civil do Estado Novo, a partir de 1937. Nas décadas de 1940 e 1950, outras organizações da sociedade, como a Igreja Católica, também passaram a promover esses eventos, que continuariam a ser realizados, influenciados pela tendência centralizadora que ainda imperava no país.

Na literatura, prevalecem argumentos que fazem breves menções às semanas ruralistas, quando não as apresentam com caráter esporádicos e essencialmente locais (BARREIRO, 2010 & FIGUEIREDO, 2010). Destaque para a análise da edição realizada em Feira de Santana (1935) na interpretação de Sousa (2016), a análise Figueiredo (2010) sobre as Semanas Ruralistas em Diamantina (1955-1956), de Rodeghero (1997) sobre uma série de semanas ruralistas no Rio Grande do Sul, e de Paiva (1992) sobre as semanas estaduais do Rio Grande do Norte. Há estudos que mencionam esses eventos como organizados pela SAAT em várias regiões do país em parceria com órgãos públicos, mas que pouco aprofundam aspectos relacionados a sua organização e objetivos mais amplos (PINHO, 2007:183-184). Além disso, essa bibliografia não considera as distintas fases desse projeto.

Nosso trabalho, é o primeiro estudo sistemático acerca das SR's. Interessa-nos, especialmente, as semanas ruralistas amplamente organizadas pela Igreja Católica na década de 1950. É época em que esses eventos passaram a compor o repertório de estratégias dos segmentos do catolicismo que no período vinham se aproximando, especialmente, das questões sociais relacionadas ao mundo moderno. Para fins deste estudo, subdividimos o processo de realização das semanas ruralistas em três, indo desde o início de sua implementação até se tornar uma estratégia da Igreja Católica via CNBB. Considerando os seguintes períodos: a) nos anos 1930, como iniciativa da sociedade privada; b) anos 1940, como ação subvencionada por agências públicas e c) anos 1950, como um projeto coordenado pela hierarquia católica, em torno da Conferência dos Bispos do Brasil, em cooperação com agências públicas nacionais, organismos internacionais e entidades privadas.

Nesse sentido, o capítulo analisa o processo de consolidação desses eventos no país, dando ênfase à cooperação da Igreja Católica na sua promoção. As SR's foram percebidas por alguns

setores do clero como um meio de atualizar suas respectivas ações pastorais no campo social. Em interação com a doutrina social da Igreja que no período ganhou forma a partir de encíclicas papais e dos debates de importantes pensadores e organismos católicos internacionais mencionados na introdução desta tese.

Nas fontes arroladas ao longo desta pesquisa, localizamos poucas referências sobre a inspiração e origem para a concepção das semanas ruralistas. Um dos elementos para a falta de documentação pode estar relacionado a um incêndio ocorrido na sede da SAAT<sup>49</sup>, que, apesar de outros núcleos estaduais, perdeu a maior parte de seus documentos, inclusive sobre as primeiras edições de semanas ruralistas realizadas na década de 1930. Nesse sentido, nosso estudo acompanhou a trajetória desses eventos, especialmente através das páginas de impressos do período. Foram considerados jornais, revistas de circulação nacional e também de caráter estritamente local.

Temos uma pista sobre a inspiração para as SR's, no *Jornal do Comércio*, em artigo assinado por Raul de Paula, que destacava que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, “com recursos financeiros ínfimos e com grande capital moral,” por meio das semanas ruralistas, estava realizando obras semelhantes às Missões culturais que ocorriam no México.<sup>50</sup> Há referência semelhante no *Jornal do Brasil*, onde as semanas ruralistas foram definidas como um “programa construtivo de semear realidades concretas por todo o Brasil”. Nesta edição do impresso carioca, foi destacado que o programa da SAAT estaria executado “parcialmente, dentro das possibilidades de um grupo de homens abnegados, a obra de penetração cultural que o governo do México faz há tantos anos em seus centros rurais, por intermédio das caravanas de técnicos.” Segue um trecho do artigo,

No Brasil, o sistema mexicano, se fosse generalizado, daria resultados ainda mais eficientes, porque não temos o terrível problema da incorporação dos índios que, naquele país, ainda está muito longe de ser solucionado.

No Brasil só há civilização litorânea e esta mesma deficiente, incongruente e postiça. O sertão vive como um século de atraso. Assim, a vida urbana sofre de uma constante asfixia, porque o sertão que fornece a cidade o sangue e a seiva, enlanguece na infecção e na atrofia.

Os governos do Brasil ainda não se voltaram ao problema rural (...).<sup>51</sup>

As chamadas caravanas mexicanas ocorreram uma década antes das semanas ruralistas, em 1923, quando esse país se encontrava sob o governo do presidente geral Álvaro Obregón (1880-

---

<sup>49</sup> Pinho apresenta mais informações sobre este evento. Segundo a autora, a sede da SAAT ficava no mesmo prédio da sede do *Jornal do Comércio*, na Av. Rio Branco, número 117, salas 110 e 111, no Rio de Janeiro. Por isso, em seus anos mais ativos, entre 1932 e 1937, o SAAT teve uma presença “impressionante” nas páginas desse periódico. No entanto, um incêndio teria acarretado na perda de toda a documentação da SAAT. Nas palavras de Edgar Teixeira Leite, que foi um dos presidentes da SAAT, “o magnífico arquivo” daquela sociedade, assim como “a ‘tarja’ de bronze em que mandei inscrever o pensamento central de Alberto Torres, foi devorado pelas chamas, no incêndio que destruiu o antigo *Jornal do Comércio*. Assim, “os documentos que restam dela são aqueles que pertenciam aos sócios e que estão espalhados (quando conservados) nos acervos individuais destes” (PINHO, 2007:173).

<sup>50</sup> *Jornal do Comercio* [Rio de Janeiro], 19/09/1935:5.

<sup>51</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 06/06/1934:12.

1928). Nesse período, a sociedade mexicana acabava de encerrar um intenso período de luta armada devido à sua guerra civil (1910-1917). Foi nessa conjuntura que em de 1923, diante de uma crise aguda no país, foram organizadas as caravanas ou missões culturais mexicanas. Segundo Molina, esses projetos eram uma “acción para dar vigoroso impulso a la educación rural y teniendo como objetivo preparar adecuada y eficazmente a los maestros rurales en servicio proporcionándoles los conocimientos necesarios en relación con las características y necesidades de la región” (MOLINA, 2007: 131-132). O programa dessas missões contemplava: técnica de ensino, práticas agrícolas, pequenas indústrias, vacinação e atendimento aos doentes, educação física e recreação (IDEM: 132).

Rodriguez e Rojas afirmam que as caravanas mexicanas estiveram impregnadas de um humanismo e forte nacionalismo. A partir delas, artistas e intelectuais se uniram às tarefas com o propósito de impulsionar uma grande cruzada alfabetizadora no México por meio da criação de escolas, bibliotecas entre outras ações (RODRIGUEZ & ROJAS, 2018: 16-17). Para isso, técnicos em agricultura, saúde e outras diversas áreas se reuniram com as prerrogativas de produzir conhecimento sobre as condições de vida da população mexicana.

Quando em 1934 floresceram no Brasil eventos com perspectiva semelhantes – sob a alcunha de semanas ruralistas, o país encontrava-se com uma população de quarenta milhões de pessoas, a maioria localizada na zona rural. As semanas ruralistas - assim como as missões culturais para o contexto mexicano, atravessaram décadas do século XX na história brasileira e são objetos riquíssimos de análise para os interessados em diversas facetas de sua história. Desde aspectos relacionados à agricultura, ciência, saúde e o contexto internacional com o qual o país interagiu. Nos tópicos seguintes analisamos as edições desses eventos realizados nos anos 1930, 1940 e 1950.

## **2.2 Grito em defesa de nossa gente rural: A I Semana Ruralista do Brasil**

Entre 13 e 20 de julho de 1934, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres promoveu no sul de Minas Gerais, na cidade de Itanhandu, em cooperação com o Ministério da Agricultura, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV)<sup>52</sup> e a Prefeitura Local, aquela que foi a I Semana Ruralista do Brasil (ISRB). Esse evento deu início a uma série de outros que foram realizados em várias regiões do país com perspectiva semelhante. Segundo o *Correio da Manhã*, a semana tinha como objetivo discutir assuntos rurais de interesse local a fim de educar e aperfeiçoar homens e mulheres do campo em atividades essenciais para o incremento e melhorias em seu modo de vida.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Criada pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, a ESAV corresponde atualmente à Universidade Federal de Viçosa. Para mais informações, ver: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso 01/08/2022.

<sup>53</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 06/07/ 1934: 7.

Em outras palavras – e para utilizar o jargão utilizado no período, o objetivo principal era criar uma nova “mentalidade” para o país, em defesa especialmente de sua vocação agrícola.

A perspectiva dessa edição do evento e que se manteve nas edições que o sucederam, buscava diferenciar-se dos determinismos e explicações raciais sobre a realidade brasileira que, entre a virada do XIX para o XX, eram indicadas como justificativa para o atraso especialmente no interior do país, isto é, em seus sertões. Para citar um exemplo, diversos intelectuais desse período, como a primeira fase literária de Monteiro Lobato com o personagem Jeca Tatu<sup>54</sup>, que, embora se referisse especificamente à realidade da população do interior paulista, repercutiu com representação nacional das populações sertanejas como portadoras de uma “doença crônica”, caracterizada, sobretudo, por sua miséria, preguiça e improdutividade (CAMPOS, 1986). No entanto, de diferentes formas e contextos, determinantes raciais e ambientais passaram a ser confrontados por elementos como a subnutrição, a ignorância e pobreza. Nesse contexto, destacam-se os relatórios produzidos a partir das expedições científicas do marechal Cândido Rondon (1915) e dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (Carlos Chagas, 1913, Oswaldo Cruz, 1913 e 1910, Belisario Penna e Arthur Neiva, 1916).

Nos anos 1930, portanto, momento em que os intelectuais engajados da SAAT elaboravam e debatiam ideias torreas, a explicação primeira para a precária situação de abandono no meio rural do país era cada vez mais atribuída à falta de responsabilidade e à ausência dos poderes públicos. É nesse sentido, que argumentamos que a SAAT recuperava aspectos do vigoroso movimento sanitário – o qual, também com caráter nacionalista, por meio da politização da saúde e da doença, teriam denunciado a atuação do poder público nas primeiras décadas do século XX (HOCHMAN, 1998). A intersecção entre esses projetos foi facilitada pelos vínculos e trajetórias particulares de alguns integrantes da SAAT, como o médico mineiro Belisário Pena, principal articulador do movimento sanitário e que era fortemente inspirado pelo pensamento de Torres (CARVALHO, 2019).

Foi nessa conjuntura que foi organizada pela SAAT a Primeira Semana Ruralista do Brasil,

---

<sup>54</sup> Na coletânea de contos intitulada “Urupês”, publicada em 1914, Lobato nos apresenta a figura de Jeca Tatu em um conto que leva o mesmo nome da obra. Urupês, é o nome de um fugo, uma praga que se proliferava no solo paulista. No conto, o Jeca representava o mesmo desconforto que essa praga, pois seria marcado por uma “doença crônica”, caracterizada, sobretudo, por sua miséria, preguiça e improdutividade. Obviamente, essa perspectiva foi totalmente enviesada pelas visões racistas da época. De qualquer forma, o Jeca ficou famoso e se tornou uma representação das populações rurais brasileiras. Segundo Campos (1986), a criação do personagem chamou a atenção para uma grande força de trabalho potencial – formada por trabalhadores rurais – que não estavam integrados ao mercado. No entanto, na obra “O Problema Vital” (1919), Lobato recuperou a imagem de Jeca Tatu, deslocando a explicação para suas precárias condições do fator raça. A frase: “o Jeca não é assim: ele está assim”, por exemplo, sinaliza essa mudança. Segundo Leal, a frase expressa bem o apoio de Lobato ao ideário sanitário em voga no período, que chamava atenção para a ausência do poder público e a falta de tratamento de algumas doenças como explicações para a compreensão das mazelas do Brasil. Leal analisou esse contexto, discutindo como a trajetória de Lobato interagiu com a do cientista Arthur Neiva, médico sanitário importante para a “conversão” de Lobato às ideias sanitárias (LEAL, 2020:30).

em Itanhandu. Essa “semana” teria o propósito de se aproximar e debater a realidade regional do sul mineiro ao convocar: patrões, fazendeiros, trabalhadores rurais, mulheres, homens e jovens. Nesse evento, bem como nas edições posteriores, as diferenças sociais e de privilégio entre os segmentos convidados a participar foi assunto pouco debatido.

**Figura 2.** Pavilhão de atividades da Primeira Semana Ruralista do Brasil



**FONTE:** *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 17/06/ 1934:12.

A semana foi aberta por Noraldinho de Lima (1885-1951), então secretário da Educação de Minas Gerais. Os principais temas debatidos no certame envolveram: queimadas, política florestal, cultura do algodão, higiene e a necessidade de conhecimentos úteis em agricultura e pecuária. No jornal carioca *Correio da Manhã* foi divulgado que os participantes do evento eram “desde as altas autoridades até o mais humilde dos seus representantes rurais”. Destacada pelo mesmo jornal como o “grito primeiro em realização e em defesa da nossa gente [rural]”, a ISRB pretendia demonstrar que, a despeito das mazelas em que se encontrava, o “lavrador brasileiro” seria absolutamente capaz, inteligente e laborioso. O evento reclamava o seu pioneirismo e a necessidade de que outros “gritos” em favor da população rural pudessem ser ouvidos.<sup>55</sup>

No *Jornal do Brasil*, edição de 10 de agosto de 1934, foi publicado o artigo: “Alguns Aspectos da Primeira Semana Ruralista do Brasil”. O texto assinado pelo agrônomo Itagyba

<sup>55</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 17/06/ 1934: 12.

Barçante, da Diretoria de Plantas Têxteis do Ministério da Agricultura, enfatizava o caráter de “brasilidade” do evento, apontando-o como “o despertar, ansioso” da nossa “inteligente, laboriosa e empreendedora população rural”. O mesmo texto foi publicado na edição de 11 de agosto de 1934 do *Correio da Manhã*. Tratando sobre a questão da educação técnica, o agrônomo afirmou em um dos trechos que “o maior erro da educação rural brasileira era desconsiderar as condições materiais e intelectuais da população”. Portanto, o evento teria sido útil na medida em que pôde ilustrar:

[...] como os grandes fazendeiros aceitam e confiam nos ensinamentos que lhes são ministrados por técnicos honestos que procuram, antes de mais nada, auscultar, de perto, os problemas que mais lhes interessam, afastando os motivos de uma técnica absurda pregada pelos cientistas de gabinete e que, em absoluto, não condiz com o momento moralista do Brasil. É preciso educar começando-o dos princípios preliminares e que estejam de acordo com as condições financeiras e grau educacional do nosso povo. Quem desconhece as primeiras letras não pode estudar gramática, ou, quem não conhece as quatro operações fundamentais, não pode se emaranhar nos transcendentais problemas de matemática superior. Este tem sido o grande erro daquele que procuram educar a nossa população rural, iniciando com ensinamentos próprios a uma escola de agronomia.<sup>56</sup>

Itagyba Barçante citou como exemplo real de uma educação de caráter aplicado, comprometida com as necessidades e condições materiais das áreas rurais do país, aquelas promovidas pelos técnicos envolvidos na ISRB. Para ele:

Os técnicos componentes da caravana dos Amigos de Alberto Torres procuravam dar lições práticas e ao alcance de todos, ensinando mesmo como o próprio lavrador pode, com os recursos que tem em mãos, preparar algumas pequenas máquinas de utilidade na agricultura prática, principalmente na pequena lavoura. E os lavradores de Itanhandu ficaram satisfeitos. Colocados em um ambiente próprio, podiam eles, com franquezas, emitir parecer sobre as alegações dos técnicos que eram constantemente aparteados pelos modestos, mais inteligentes lavradores. E se não tivessem grande familiaridade com os assuntos por eles expendidos teriam, por certo, de passar um mau bocado.<sup>57</sup>

A cultura do algodão em Itanhandu foi o exemplo pragmático apresentado por Itagyba Barçante do quão importante seria o ensino e assistência técnica. Para esse agrônomo, nessa cidade o plantio de algodão que teria começado em 1933, foi marcado por “pequenos enganos” dos “lavradores, especialmente no que diz respeito a época de plantio e distanciamento das plantas”. Contudo, continua o autor, mesmo sem “nenhum ensinamento ou assistência técnica, com uma cultura que lhes era absolutamente desconhecida”, os resultados foram considerados “lisonjeiros”. Os lavradores, com os recursos e limites que possuíam, obtiveram uma produção média de 1.500 kg por hectare e fibra de 28/40 milímetro de comprimento. Além disso, o algodão colhido apresentava

---

<sup>56</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 11/08/ 1934: 12.

<sup>57</sup> *IBIDEM*:12.



um ótimo aspecto. Sua perspectiva era, portanto, de que com a instrução especializada, Itanhandu poderia se tornar um dos maiores municípios algodoeiros de Minas. O agrônomo terminou seu texto solicitando: “dê o governo mãos fortes a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e ela, em pouco tempo, revolucionará o Brasil”. O autor reforçou que o sentido principal das ações da SAAT, seria melhorar as condições do campo e, conseqüentemente, despertar “do Amazonas ao Rio Grande” o país por meio da força do trabalhador rural.<sup>58</sup>No artigo, nenhuma menção foi feita aos pequenos agricultores que não dispunham de terras para plantio. A perspectiva que figurava é a de uma educação essencialmente prática e voltada ao incremento da produção. No ano de 1935, Itagyba Barçante foi eleito como 1º secretário da SAAT.

Apesar da defesa a uma educação rural, e do otimismo em relação à distribuição e influência de dispositivos tecnológicos e da ciência para o cumprimento deste propósito, observamos que também havia divergências entre os próprios membros da SAAT que promoviam as semanas ruralistas. Na ocasião da semana ruralista realizada na cidade paulista de Franca, em 22 de abril de 1935, o discurso de abertura dos trabalhos do evento, proferido por Máximo de Moura Santos, defendia a perspectiva de que as semanas ruralistas seriam úteis numa tentativa de provocar uma mudança de mentalidade nas zonas rurais. No entanto, o discurso destacou que esse processo seria uma “evolução social” e isso não permitiria saltos. Para isso, “o ruralismo” deveria “se basear na escola primária”, a qual deveria preocupar-se em “apresentar aos alunos questões de sua própria realidade”. Além disso, esse técnico destacou que era preciso mais propaganda nessa perspectiva, mesmo “entre as elites”, afirmando: “mesmo em São Paulo. Ainda há técnicos que não evoluíram, ainda há técnicos que afirmam não concordar com a necessidade de formação especializada.”<sup>59</sup> Esse contexto reforça premissas historiográficas que indicam que no Brasil do início do século XX, a educação rural foi um campo de embates (MENDONÇA, 2005 & NICOLAU, 2016).

A ISRB contou ainda com a participação do então secretário da Agricultura e Indústria de Minas Gerais (1934-1942), Israel Pinheiro (1896-1973) que ficou responsável pelo seu encerramento.<sup>60</sup> No período em que assumiu a secretaria, o então secretário mostrava-se empenhado em seguir as lições do seu pai, João Pinheiro (1860-1908), presidente do estado de Minas Gerais entre 1906 e 1908 – quando faleceu no cargo aos 47 anos.<sup>61</sup> Algumas análises associam a esse último a gênese do desenvolvimento mineiro. Israel Pinheiro declarou-se continuador do programa

---

<sup>58</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 11/08/1934:12.

<sup>59</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 22/04/1935:1.

<sup>60</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 13/07/ 1934: 5.

<sup>61</sup> De acordo com Otávio Dulci, sob o comando de Israel Pinheiro, seria um programa voltado a lavouras destinadas ao uso industrial que bebeu em fontes anteriores, mas ao mesmo tempo procurou atender aos novos aspectos da realidade regional e também do contexto global. A política à frente da secretaria, sob o governo de Valadares, era semelhante àquela introduzida pelo governo João Pinheiro, no que diz respeito a ideia de uma substituição evolutiva das importações, a partir da agricultura, que se estenderia aos ramos tecnologicamente mais complexos (DULCI, 1999:.65-66).

delineado por seu pai, enfatizando que sua perspectiva seria a de trabalhar para o desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, pronto desde 1935 e publicado em 1937, seria reflexo do pioneirismo de Israel Pinheiro a frente da secretaria estadual. Dividido nos setores de produção vegetal, animal e mineral, o referido plano voltava-se especialmente ao ensino agrícola e industrial (GOMES, 2005: 292-297). Conjuntura que foi favorável e simpática abordagem defendida pela SAAT, indicando como vários projetos se encontraram e dialogaram a partir das semanas ruralistas. Assim, o programa das semanas ruralistas representava o fomento de espaços e momentos privilegiados para a difusão de imagens sobre como o Brasil rural deveria ser.<sup>62</sup>

Ainda em 1934, entre 30 de setembro e 7 de outubro, na zona da mata mineira, em Ponte Nova, a SAAT promoveu a II Semana Ruralista do Brasil (IISRB). Esse evento contou com a cooperação de mais atores e instituições que o anterior, a saber: os Ministérios da Agricultura e da Educação, as Secretarias de Educação e Agricultura de Minas Gerais, as municipalidades da Zona da Mata, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, a ESAV, a Estação Serícola de Barbacena e a Escola de Agricultura de Piracicaba. Além desses, a Estrada de Ferro Central do Brasil, a fim de incentivar a participação na semana ruralista, concedeu o abatimento de 50% no preço das passagens para agricultores e fretes de produtos destinados à exibição no evento.<sup>63</sup>

Odilon Braga (1894-1958), ministro da agricultura, foi o convidado para abrir as atividades da IISRB. O evento tinha como programa principal: a) exposição de produtos regionais; b) Curso para professoras, ministrado por Magalhães Correia, da Escola de Belas Artes; c) Curso de sericultura, ministrado por Mário Vilhena que representava a Inspetoria Regional de Sericultura de Barbacena; d) Curso rápido de leprologia, ministrado por H. C. de Souza Araújo do Instituto Oswaldo Cruz; e) Curso de agronomia para fazendeiros e professores; e, ainda, v) curso sobre organização do museu regional a cargo de José Vidal do Museu Nacional.<sup>64</sup>

Os trabalhos da semana, sob os auspícios da SAAT e com o apoio do prefeito de Ponte Nova, coronel Candito Drummond, se consolidaram e, assim como na primeira edição do evento, os palestrantes enfatizaram o legado de Alberto Torres e também a importância do ensino técnico rural. Exibição de filmes, conferências, exposição regional e a promessa de fundação da Biblioteca Municipal e de um leprosário, fizeram parte do repertório de atividades do certame.<sup>65</sup>

Durante o evento, o semanista - termo utilizado para se referir aos participantes - e jurista

---

<sup>62</sup> Segundo Pesavento, ao longo de sua história as sociedades elaboram sistemas de ideias e imagens de representação coletiva, por meio das quais atribuem a si mesmas condutas, valores etc. Essas representações coletivas podem ser chamadas de imaginário social, são compostas por: imagens, discursos e, não são, necessariamente, reflexos concretos do real (PESAVENTO, 1994).

<sup>63</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 14/09/ 1934: 9.

<sup>64</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 10/10/ 1934: 10.

<sup>65</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 03/10/1934: 5.

Alberto Saboia Lima teceu críticas ao abandono político do campo – segundo o qual precisava se modernizar com a disponibilização de crédito rural, máquinas e também com melhores condições sanitárias, em detrimento do “verniz” do litoral brasileiro.<sup>66</sup> No seu entendimento, “a política que quisesse construir, de fato, o Brasil começaria pela roça, onde a cidade encontra as fontes naturais de vida”. A orientação mais justa seria “a distribuição mais equitativa e mais econômica dos latifúndios feudais, pelo estímulo ao trabalho, pela facilidade do crédito e dos transportes”. Assim, se proporcionaria a redenção do homem campestre “pela saúde e pela instrução e transformando as terras abandonadas de hoje no paraíso de abundância que se poderia ser”.<sup>67</sup> Em sua denúncia acerca do abandono das zonas rurais brasileiras, continuou Saboia Lima:

No norte, nos sertões do sul, em torno do Rio, pelas margens do Paraíba, pelas alteplanuras de Minas Gerais, mais forte aqui, mais atenuado além se nos depara o mesmo cenário de abandono, de ruína de uma raça condenada, que esperasse a morte, numa resignação estúpida, incapaz de um gesto de defesa ou de um grito de revolta. Alhures, nos países em que a civilização seguiu a sua marcha natural de periferia para o centro, em que as capitais crescem sobre bases próprias e não sobre o criminoso artifício dos governantes, o campo é uma visão de trabalho, de paz e fartura [...].

O atraso a miséria do interior do país, é a consequência lógica da política monstruosa, que vem orientando os nossos dirigentes há um século de vida soberana: é o crime do Império, na sua indiferença literária pelos aspectos econômicos e sociais da nossa formação; e o crime da República, velha e agravada na nova, nesses 45 anos de urbanismo, de politicalha e de negócios escusos.

Para onde foram os milhões de contos arrancados ao contribuinte pelo fisco federal e estadual? Onde se inverteram o ouro dos sucessivos empréstimos estrangeiros e o papel das contínuas emissões do Tesouro? Para a cidade, para o verniz do litoral, para os portos e avenidas luxuosas, para um industrialismo artificial e extemporâneo, para a burocracia insaciável, para as clientelas partidárias de uma política sem destinos e sem ideais [...].<sup>68</sup>

A influência do pensamento torreano é evidente. O discurso em defesa da autonomia dos municípios foi recorrente ao longo das semanas ruralistas realizadas no país e caminhava na direção de críticas e descontentamento com a centralização e o regime republicana.<sup>69</sup> Outros membros da SAAT, como Belisário Pena, também defendiam a unidade nacional, esse último sob a bandeira do

---

<sup>66</sup> Augusto Saboia Lima foi jurista e magistrado no Distrito Federal (Juizado de Menores e Vara Criminal). Considerando “pupilo de Alberto Torres”, Saboia Lima publicou em 1918: “Alberto Torres e sua obra” (NICOLAU, 2016: 30).

<sup>67</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 10/10/ 1934: 10.

<sup>68</sup> IDEM: 10.

<sup>69</sup> O discurso de Raphael Xavier, Diretor da Estatística do Ministério da Agricultura e presidente da federação brasileira de clubs agrícolas escolares, durante a ISRB afirmava, por exemplo, que naquela altura, 1934, a média no último decênio para o período no que se refere a arrecadação pública do Brasil teria sido distribuída da seguinte forma: União (54,7%, Estados (30,4%), Municípios (14,9%). Diante desses dados, na visão deste técnico e entre outras edições de semanas ruralistas realizadas, foi destacado que os municípios seriam a base do regime federativo. O autor ainda se perguntavam: para onde iriam os “recursos extorquidos do interior do Brasil?”. Nesse sentido, era preciso “realizar uma grande cruzada nacional pela integração do município na sua verdadeira finalidade”, tal como os postulados de Alberto Torres sobre a organização nacional, se referindo a uma obra publicada por Torres em 1914 (ABC [Rio de Janeiro] 02/07/1934:14).

sanitarismo. Para citar um exemplo, em 1918, Penna publicou uma obra criticando a falta de autonomia e recursos dos municípios de seu estado natal, Minas Gerais, em relação à saúde pública.<sup>70</sup>

O rápido crescimento das áreas urbanas, a ênfase na industrialização entre outros fatores dos primeiros anos do governo Vargas, parecia colocar em questão uma das únicas certezas aparentes de que se percebia sobre o Brasil: sua vocação agrícola – havia a percepção de que os campos se esvaziavam. A dualidade litoral/sertão predominante nas interpretações do país, naquele período ganhava novos contornos com aquilo que parecia ser recuperado nos dualismos: campo/cidade, rural/urbano. Entretanto, anos mais tarde, quando a Igreja Católica assumiu a direção das semanas ruralistas, o desenvolvimento e bem estar na zona rural e nas áreas urbanas foram percebidos como processos intrínsecos. Isto é, o desenvolvimento de um destes espaços não poderia prescindir do outro. Nesse sentido, como veremos, ao realizar as semanas ruralistas a Igreja não se colocou contra a industrialização, mas defendia igual investimento à agricultura, apelava ainda para medidas que houvesse harmonia entre os interesses dos patrões cristãos e dos trabalhadores.

Em janeiro de 1935, os membros da SAAT se reuniram para debater a agenda de atividades do novo ano. Apostaram em 12 frentes de trabalho, e, entre elas, observamos a permanência da pauta “Semana Ruralista”, a qual estaria sob a direção de Humberto Bruno, agrônomo e professor na ESAV.<sup>71</sup> A perspectiva de continuidade em relação à realização desse evento indica que as primeiras semanas realizadas foram percebidas como exitosas. O programa que deveria orientar e padronizar a promoção simultânea das Semanas Ruralistas brasileiras deveria abranger:

- 1) Curso para fazendeiros; 2) Curso para professoras primárias; 3) Conferências públicas; 4) Cursos populares sobre problemas de higiene e saúde pública; 5) Cinema educativo; 6) Organização da Biblioteca Municipal; 7) Organização do Museu Escolar Regional; 8) Exposição dos produtos da região; 9) Distribuição gratuita de publicações, especialmente sobre assuntos agrícolas educativos; 10) Plantio de um bosque com essências florestais nacionais (...).<sup>72</sup>

O programa apresentou detalhes de como os 10 pontos destacados deveriam ocorrer. Estabeleceu ainda que as aulas práticas teriam a duração de uma hora e que os cursos dedicados à agricultura deveriam ser estruturados dentro da seguinte orientação: a) preparo do solo, roçada, deslocamento, aração, gradagem e nivelamento; b) adubos c) sementeiras; d) viveiros; e) tratamentos culturais; f) colheitas; g) seleção; h) beneficiamento; i) defesa vegetal. Além disso, recomendou que aspectos como o funcionamento de máquinas agrícolas e o valor econômico do trabalho mecânico

---

<sup>70</sup> Penna, na obra *Minas e Rio Grande do Sul: O Estado da doença e o Estado da Saúde* (1918) comparou as câmaras municipais de Minas às células doentes de um organismo também doente (PENNA, 1918:6-10).

<sup>71</sup> Os programas a serem debatidos em 1935 seriam: Imigração, Nordeste, Semana Ruralista, Proteção à natureza, Museus e Exposições Escolares, Inspetoria Escolar, Estudo da obra de Alberto Torres, Rio São Francisco, Clube Agrícolas, Educação, Reflorestamento e Publicidade. *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 06/07/1934: 9.

<sup>72</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 23 /01/1935: 9.

no solo fossem temas abordados durante as semanas.<sup>73</sup> Em 1935 os eventos deveriam ocorrer em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará e Piauí.<sup>74</sup> As semanas ruralistas eram projetadas para distintas regiões do país e, como fica evidente em seu programa, os eventos foram atravessados por vários interesses, relacionados a questões ambientais, sanitárias e projetos de educação, entre outros.

No jornal carioca *Correio da Manhã* foram recorrentes artigos que apresentavam as SR's sob os epítetos: “grande semana de brasilianidade”, “semana patriota”, “deslumbrante e encantadora”. O caráter nacionalista continuamente em destaque nos eventos estava em harmonia com a centralização estatal no período varguista. Aos 02 de fevereiro de 1935 o Ministério da Agricultura mobilizou a exibição, no cinema Império, no Distrito Federal (RJ), de “um filme sobre os trabalhos realizados na Segunda Semana Ruralista do Brasil promovida pela SAAT em Ponte Nova”. O filme, descreveu o jornal, não só mostrava os vários trabalhos que constituíram o programa do evento, como também aspectos da cidade e da Usina de Açúcar Anna Florência, a maior de Minas Gerais. A entrada era franca.<sup>75</sup>

Como resultado contínuo da repercussão dos eventos da SAAT, diferentes instituições e atores sociais passaram não apenas a cooperar, mas também a promover também eventos semelhantes e com nome homônimo. Assim, as semanas ruralistas extrapolaram o programa proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Por essa característica, as semanas não ocorriam dentro de uma lógica temporal ou um padrão organizacional – observamos que experiências eram compartilhadas e anunciadas em jornais, e que alguns órgãos além da SAAT, em momentos distintos, procuram elaborar e apresentar seus próprios programas. Destacamos alguns eventos promovidos nessa perspectiva: a Semana de Jatobá, em 1935, promovida pelo deputado estadual Hildebrando Menezes no município pernambucano de Tacarutu<sup>76</sup>; a Semana de Piracicaba, em 1936, no estado de São Paulo, da qual a Sociedade Luiz Pereira Barreto (SLPB) esteve à frente<sup>77</sup>; no mesmo ano, a Semana Agrícola de Campo Belo promovida pela prefeitura municipal, pelo Banco Mineiro do Café e pelo Serviço Técnico do Café do estado de Minas Gerais<sup>78</sup> dentre outros.

O crescimento do número desses eventos nos indica que a proposta da SAAT foi bem recepcionada por distintos setores da sociedade civil e política brasileira no período. As diferentes edições das semanas ruralistas instrumentalizaram as denúncias das mazelas em que viviam as populações do campo para reivindicar mudanças no ensino rural, visando, com auxílio do incremento

---

<sup>73</sup> IBIDEM:9.

<sup>74</sup> IBIDEM:9.

<sup>75</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 10/08/ 1935: 10.

<sup>76</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 02/02/1935: 1.

<sup>77</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 26/06/1936, s/p.

<sup>78</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 11/11/1936: 12.

técnico, potencializar a produção rural do país. No entanto, esses eventos debateram melhorias para o meio rural brasileiro sem criticar a estrutura fundiária desigual marcada pelo imenso latifúndio e exclusão do acesso à terra pela maioria da população, por exemplo. Esse aspecto mostra, mais uma vez, que houve nesses eventos uma tendência a acreditar que a distribuição de sementes, panfletos e máquinas agrícolas bastaria, por exemplo, em detrimento a um aprofundamento e questionamento das condições mais estruturais que estariam na raiz dos problemas do meio rural.

Outra sociedade que se inspirou na SAAT, foi fundada em 1935 no estado de São Paulo, a Sociedade Luiz Pereira Barreto. A SLPB era presidida pela professora e, posteriormente, deputada estadual, Chiquinha Rodrigues (1896-1966). Essa instituição possuía como objetivo a divulgação de conhecimentos de ensino, agricultura, saúde e economia doméstica (ECAR, 2017: 87). Chama-nos atenção a “semana” realizada em 1936 na cidade paulista Piracicaba<sup>79</sup>, que foi organizada pela SLPB. Essa edição do evento contou com a participação de 82 semanistas do sexo feminino e, diferentemente de outras SR’s ocorridas até o então, na ocasião as alunas tiveram liberdade para escolherem quais as aulas gostariam de se matricular<sup>80</sup>, não se restringindo, como em outras edições, as aulas separadas exclusivamente para mulheres que, em geral, resumiam-se, aos temas: costura, economia doméstica e puericultura. O evento contou ainda com estudos agrícolas, uma série de palestras com práticas de higiene. Toda essa edição foi filmada com o propósito: “para que o Brasil conheça as ótimas instalações da Escola Agrícola, além das belezas de Piracicaba.”<sup>81</sup>

Não apenas na referida edição, mas em todas as semanas ruralistas realizadas – embora tenha sido pouco enfatizado nas manchetes e discursos que repercutiram, a contribuição direta ou indireta de mulheres foi imprescindível. O envolvimento feminino envolveu desde a presença e frequência nas aulas ministradas, como a ministração de palestras e cursos, organização de exposições, concursos, aulas práticas etc.

Na esteira da boa aceitação e repercussão das semanas ruralistas alçadas pela SAAT, observamos em 1936, a grande expectativa que trouxe a possível realização de uma edição em Goiânia, a recém fundada capital goiana (1933). A imprensa publicou notas sobre os preparativos do evento. Uma grande exposição estadual seria preparada e a presença de Pedro Ludovico Teixeira, ex-interventor federal indicado por Vargas, já estava confirmada. Essa edição buscou estimular os prefeitos dos municípios goianos e mineiros a participarem de um concurso que seria um “preciosíssimo mostruário de produtos agrícolas e pecuários”.<sup>82</sup> A perspectiva era que aquela SR

---

<sup>79</sup> Essa também era a cidade da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), fundada em 1901, que tal como ESAV, em Minas Gerais, havia tomado parte no convênio com os EUA.

<sup>80</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 01/06/11.

<sup>81</sup> *A Federação* [Porto Alegre], 23 /06/1936: 1.

<sup>82</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 01/04/ 1936: 7.

contribuiria para divulgar as potencialidades do estado. Apesar das expectativas, o evento não foi realizado, pois os hotéis modelos da nova capital não seriam concluídos em tempo hábil.<sup>83</sup> Entre as questões levantadas na divulgação desta semana, também não houve menção à propriedade de terra.

Conduzida especialmente por intelectuais, a atuação do SAAT ganhou destaque em repetidas manchetes nos jornais de todo o país – muitas escritas, inclusive, por integrantes daquela sociedade. A realização dos eventos fugiu do programa SAAT, e os mesmos passaram a ser organizados e realizados por diferentes atores. Apesar da colaboração com órgãos públicos ter sido recorrente em todas as edições, os recursos investidos, as questões debatidas e os locais atingidos foram diversos. Diante disso, a indicação geral de todas as edições realizadas, para este ou outros períodos, corre o risco de insucesso. No mapa abaixo, o que apresentamos são edições que tiveram ampla repercussão em alguns periódicos nacionais ou locais brasileiros. Essa tendência também se manterá nos mapas apresentados posteriormente.

---

<sup>83</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 13/06/1936: 3.

**MAPA 1.** Edições de Semanas Ruralistas da década de 1930.



**Convenções Cartográficas**

- |                                |                                   |                                       |                              |
|--------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|
| ● Capitais Estaduais 1933      | ▲ Jatobá - PE (1935)              | ▲ Piracicaba - SP (1936)              | ▲ Getúlio Vargas - RS (1936) |
| □ Limites Municipais 1933      | ▲ Juazeiro - BA (1935)            | ▲ Passa Quatro - MG (1936)            | ▲ Machado - MG (1937)        |
| ▲ Itanhandú - MG (1934)        | ▲ Barbacena - MG (1935)           | ▲ Cachoeiro do Itapemirim - ES (1936) | ▲ Rio Pombo - MG (1937)      |
| ▲ Ponte Nova - MG (1935)       | ▲ Baurú - SP (1935)               | ▲ Rio de Janeiro - RJ (1936)          | ▲ Rio Verde - GO (1937)      |
| ▲ Lavras - MG (1935/1939)      | ▲ Campina Grande - PB (1935)      | ▲ Campo Grande - RJ (1936)            | ▲ Mococa - SP (1937)         |
| ▲ Franca - SP (1935)           | ▲ Itajubá - MG (1935)             | ▲ Campo Bello - MG (1936)             | ▲ Quixeramobim - CE (1938)   |
| ▲ Feira de Santana - BA (1935) | ▲ São José dos Campos - SP (1935) | ▲ Tubarão - SC (1936)                 | ▲ Itaperuna - RJ (1939)      |
| ▲ Guaratinguetá - SP (1935)    | ▲ Teresina - PI (1935)            | ▲ Limeira - SP (1936)                 |                              |
| ▲ Tacaratu - PE (1935)         | ▲ Esperança - PB (1935)           | ▲ Parnahyba - PI (1936)               |                              |

**FONTE:** Essas informações são fruto de uma pesquisa seriada realizada em edições da década de 1930 dos jornais disponíveis na plataforma digital Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A chave de busca foi: “semanas ruralistas”. Elaborado pelo autor.



As SR's deste período priorizavam cidades de fácil acesso e localizadas próximas a importantes rodovias e ferrovias. As atividades realizadas nessas edições contribuíram para que questões como ensino técnico, fixação do homem no campo e incentivos a maior produção da agricultura fossem debatidos com mais frequência no período. Um exemplo dessa conjuntura, refere-se a fundação do modesto jornal “O sementeiro”, como resultado da semana ruralista organizada pela 14ª circunscrição de educação do Distrito Federal, no bairro da zona rural carioca, Campo Grande. Com o objetivo de orientar, intensificar e divulgar o ensino nas escolas rurais, a professora Maria do Carmo Vidigal Pereira das Neves, foi responsável pela publicação do primeiro número deste jornal. Entre os colaboradores do impresso estavam também outros professores atuantes na circunscrição, além de funcionários técnicos ou administrativos. Os organizadores afirmavam que a publicação era “simples na forma, sincero e sereno no feitio, semeando ideias para colher boas sementes.”<sup>84</sup>

As “semanas” ajudaram ainda na circulação de informações e materiais com o propósito de integrar e compartilhar experiências entre regiões rurais do país. Em 1936, por exemplo, na cidade de Tubarão, no sul santacatarinense, atendendo a uma solicitação do SAAT, a Inspetoria de Sericultura de Barbacena, em Minas Gerais, enviou à primeira cidade e seus arredores, como o município de Blumenau, cerca de 10.000 mudas de amoreiras para os lavradores da região. A sericultura foi um dos aspectos abordados durante a edição da SR de Tubarão.<sup>85</sup> Analisando essas experiências, observamos que os integrantes da SAAT – e demais atores que estiveram envolvidos na produção de semanas ruralistas inspiradas em seu programa, constituíram-se como importantes mediadores culturais (GOMES & HANSEN, 2016), difundindo conhecimentos e materiais especialmente em agricultura e saúde.

Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a entrada do Brasil no conflito, a promoção de semanas ruralistas foi reduzida no início da década de 1940. No entanto, com o fim da guerra, a questão da produtividade rural ganhou força – especialmente no contexto internacional, pois o fim do conflito em 1945 liberou os espíritos, mas “não liberou os estômagos”<sup>86</sup>. Nessa conjuntura, não poderiam ficar de fora as semanas ruralistas que na década anterior já haviam sinalizado seu potencial no processo de criação de uma nova mentalidade rural.

### **2.3. “Distribuir elementos de trabalho”: Semanas Ruralistas nos anos de 1940**

No contexto após a Segunda Guerra Mundial fortaleceu-se a crença de que a ciência teria a capacidade de incrementar a produção agrícola e mesmo erradicar doenças por meio de novos

---

<sup>84</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 30/11/1935: 7

<sup>85</sup> *O Estado* [Florianópolis] 03/08/1936: 6.

<sup>86</sup> *Revista Estradas de Ferro* [Rio de Janeiro], 09/ 1947: 4793.

recursos tecnológicos e terapêuticos – o que se convencionou chamar de “otimismo sanitário” (GARRET, 1995: 39-59). No período, houve ainda o avanço no combate ao comunismo que levou a intensificação do processo de desenvolvimento de regiões percebidas como de maior vulnerabilidade social e que, portanto, poderiam chamar a atenção de comunistas em um mundo dividido pela Guerra Fria. Foi nessa conjuntura que o Brasil se alinhou aos interesses do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. O estreitamento das relações entre esses dois países consolidou-se por meio da assinatura de inúmeros acordos de cooperação técnica. Mendonça afirma que tais acordos mudaram os rumos da Extensão Rural brasileira. O Programa Ponto IV - mencionado na introdução desta tese, foi um deles.

Por esse programa, o modelo de desenvolvimento estadunidense buscou se projetar para outras partes do mundo. O ponto IV identificava como política dos EUA o incentivo a um programa de assistência técnico-financeira às áreas de países percebidos como subdesenvolvidos (MENDONÇA, 2010 & SILVA, 2015). Essa aproximação, como Mendonça afirma, nos indica que os países do inventado Terceiro Mundo, e isso inclui o Brasil, longe de serem periféricos, foram percebidos como elementos centrais para assegurar a dinâmica de crescimento econômico dos países desenvolvidos por meio do fornecimento de matérias-primas e alimentos (MENDONÇA, 2010:191).

A perspectiva, além de modernizar o campo, era incorporar novos territórios à dinâmica capitalista, remodelando as regiões insalubres e não produtivas do país e potencializando o seu desenvolvimento agrícola. A expectativa era, portanto, realinhar as ações adotadas visando a superação das condições de subdesenvolvimento. No Brasil isso se refletiu no maior interesse de algumas instituições privadas como a *Inter-American Affairs Association* (AIA), do estadunidense Nelson Rockefeller. A AIA foi uma agência filantrópica que ficou conhecida por introduzir de forma sistemática programas de extensão rural aos moldes estadunidenses (SILVA, 2015: 25-32). Exemplo disso é a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) fundada no estado de Minas Gerais em 1948. Fruto de um convênio estabelecido entre o governo mineiro e a AIA, o modelo da ACAR foi difundido posteriormente para todos os estados brasileiros e teve seu ápice quando foi nacionalizado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, tornando-se a ABCAR em 1956 (SILVA, 2009:185-200).

Essa conjuntura influenciou a forma como as semanas ruralistas foram organizadas na década de 1940. Se, num primeiro momento, esses eventos foram concebidos por entidades privadas e locais, no novo contexto o Estado brasileiro - através do Ministério da Agricultura, com a cooperação e o financiamento do AIA, tornou-se o principal articulador desses eventos. Outra mudança que se refletiu na promoção das semanas foi a dissolução do SAAT em 1945 (SANTOS, 2018:177).

Assim, a partir da década de 1940, a promoção das semanas ruralistas assumiu uma nova

orientação. No período, os eventos foram promovidos pelo Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura. Este órgão, anteriormente denominado Serviço de Publicidade Agrícola, foi criado pelo decreto-lei n.º 2.094, de 28 de março de 1940, e entre as suas principais funções estava a “guarda, coordenação e publicação de textos, relatórios, dados estatísticos e outros elementos discriminatórios das atividades daquele ministério, a execução e direção de obras cinematográficas, bem como a manutenção de um serviço de orientação, informação e reclamação para atendimento ao público, principalmente agricultores e criadores.” O estatuto da SIA determinava que nas capitais e principais cidades dos estados houvesse correspondentes estaduais para a agência.

O SIA passou a realizar “semanas ruralistas” em conjunto com as secretarias estaduais de saúde e agricultura e com a colaboração de prefeituras e associações rurais. A perspectiva, como nas edições anteriores, era estabelecer processos de trabalho racionais e obter possíveis soluções para problemas regionais. No entanto, é importante notar que mesmo quando mobilizadas diretamente pelos órgãos públicos, nos relatórios do Ministério da Agricultura, das décadas de 1930 a 1950, há poucas referências às semanas ruralistas e, quando brevemente mencionadas, foram relacionadas à “vulgarização técnica”.

Por meio do SIA, foi facilitado o acesso a materiais impressos elaborados por agências públicas brasileiras. Em 1942, uma semana ruralista foi realizada em Goiânia. Um caminhão-escola da Comissão Nacional de Gasogênio saiu do Rio de Janeiro com destino a cidade Goiana com 3 mil quilos de material de propaganda agrícola.<sup>87</sup> Foi destacado no jornal *A Manhã*, que o evento integrou “o batismo cultural” da nova capital e teve um caráter essencialmente prático e utilitário.<sup>88</sup> O impresso destaca ainda que ao final do evento, o ministro da agricultura foi solicitado a retomar o programa de semanas ruralistas da década anterior.

A SR de Goiânia destacou o papel dos veterinários e biólogos como importantes técnicos para o futuro do país, sendo esse mais um exemplo de como muitos interesses estiveram envolvidos na promoção e realização desses eventos, incluindo segmentos profissionais que buscavam consolidar seu espaço de atuação.<sup>89</sup> Apesar do apelo para a retomada das semanas ruralistas, apenas a partir da semana ruralista na cidade fluminense de Cordeiro, em 1946, que deslançou uma série de novas edições destes eventos. O jornal carioca *A Manhã*, nos apresenta esse contexto, indicando

---

<sup>87</sup> *A Manhã* [Rio de Janeiro], 12 /07/1942:

<sup>88</sup> *A Manhã* [Rio de Janeiro], 22 /06/ 1943:03.

<sup>89</sup> Especialmente sobre a participação de segmentos profissionais no cenário público, recomendamos a dissertação de Silva que analisou as formas de combate às formigas saúvas (*Atta spp*), no período entre 1928 e 1936, no estado de Minas Gerais. Especialmente a partir textos produzidos por profissionais técnicos ligados à agricultura, principalmente agrônomos, Silva identificou como o combate a esse inseto-praga era visto por esses profissionais e de que maneira traduziam as demandas dos agricultores e da sociedade (SILVA, 2007).

que após uma míngua na promoção das semanas ruralistas, para além da edição de Cordeiro, ocorreriam novas “semanas”:

Durante uma Semana Ruralista – quando nela todos se reúnem para agir com honestidade – pode-se estimular os produtores rurais para o exame de assuntos de que eles nunca cogitaram, pode-se despertar a sua curiosidade para novas culturas e novas criações, que estudarão detidamente depois da “Semana” e graças aos debates conduzidos durante a mesma. Quando a “Semana Ruralista, como no caso de Cordeiro é associada a uma exposição de animais ou de produtos agrícolas da região – é fundamental que os problemas regionais constituam a parte mais interessante das atividades – então mais interessantes e proveitosas são as aulas, palestras e demonstrações práticas, mais duradouros e profundos são os resultados obtidos pelos técnicos que participam da “Semana”. A colaboração dos agricultores é essencial ao êxito das “Semanas Ruralistas” de nada valendo a competência e o entusiasmos de técnicos que se reúnem para ensinar a simples curiosos: é preciso que lavradores e criadores participem ativamente da “semana”, expondo aos agrônomos e veterinários as suas dificuldades e adotando os seus ensinamentos. (Além da semana de BH), mais duas (Campo Grande e Pelotas), intensificando a prática de um dos mais eficientes processos de divulgação rural para o nosso país e que estava suspenso desde 1937. Durante uma “semana ruralista” não se visa formar técnicos, mas despertar o interesse dos agricultores para métodos racionais de lavoura e criação, conveniência de novas atividades, promover medidas que assegurem mais saúde e mais conforto para os que vivem da terra, as “semanas ruralistas” objetivam, ainda, ruralizar o ensino das escolas sediadas no interior, interessando as professoras na inadiável obra que todos nós temos de conduzir em benefício das agriculturas brasileiras.<sup>90</sup>

A semana ruralista de Cordeiro registrou a participação de 1.937 pessoas – com destaque a frequência de professoras. O evento contou com 6 palestras e 17 sessões cinematográficas – que foram destacadas como uma de suas atividades mais proveitosas. Além disso, na SR de Cordeiro houve o serviço de consultas sobre temas diversos, contando com 11 técnicos diários que estiveram à disposição dos semanistas interessados.<sup>91</sup>

No período, o debate sobre a produção agrícola era impulsionado a âmbito mundial, a partir da experiência estadunidense que logo se espalhou para outros países do globo, na conjuntura do que foi chamado de Revolução Verde. Nessa perspectiva, a produção agrícola foi percebida como uma das formas de produzir e alcançar o desenvolvimento. Esse aspecto tornou-se ainda mais nítido ao fim da ditadura varguista, quando sob o mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) o país se caracterizara por uma dependência relativamente passiva frente aos Estados Unidos (VIZENTINI, 2003:198). Nesse contexto, é importante destacar que além do SIA e das agências de financiamento mencionadas anteriormente, cada vez mais dinâmicas internacionais e seus atores também integraram seus interesses na realidade brasileira, e também durante as semanas ruralistas.

---

<sup>90</sup> *A Manhã* [Rio de Janeiro], 26/05/1946:14.

<sup>91</sup> *O Jornal* [Rio de Janeiro] 08/06/1946: 6.

Foram importantes, por exemplo, as contribuições da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) para a realização das semanas.

A CBAR foi o segundo grande acordo firmado com a AIA, e destinava-se exclusivamente à qualificação profissional de trabalhadores rurais adultos (MENDONÇA, 2010: 191). Esse órgão contribuiu orientando e articulando atividades a serem realizadas nas semanas ruralistas. Exemplos de algumas semanas promovidas sob essa cooperação foram: além da edição de Cordeiro, a Semana de Belo Horizonte, Minas Gerais, em abril 1946, em dezembro do mesmo ano, a “semana” de Areias, no estado da Paraíba.

No jornal *Gazeta de Notícias*, o redator Alves de Oliveira, sob o título de “Iniciativa Louvável”, apontava:

Por maiores e mais justas que sejam nossas aspirações no setor das indústrias, que constituem etapa avançada na escola do progresso humano, não podemos esquecer-nos de que o Brasil ainda precisa ser, por muito tempo, senão essencialmente, pelo menos larga e intensivamente país de civilização agropecuária. Nossa imensidade de terras fertilíssimas aguarda, ainda, em grandes porções, o momento de se transformarem em campos e em lavouras, garantindo folgadoamente a nossa subsistência e opulentando, com as suas reservas e sobras, todos os celeiros do mundo.<sup>92</sup>

A referência defendida era que a realização das SR's deveria ser repetida “o tempo em que fosse necessário [...] até que se crie, de fato, verdadeira e adiantada mentalidade ruralista” nos brasileiros. O redator concluiu afirmando que essa seria “a orientação esclarecida e segura com que o Exmo. Sr. General Eurico Dutra se propõe a encaminhar para a rápida e breve solução, o grande problema da educação agrária da nossa pátria.” Como deixa evidente os apontamentos deste impresso, o Estado brasileiro encampou as semanas ruralistas para torná-las parte de seu programa de extensionismo rural.<sup>93</sup>

Opiniões em tom semelhante à do jornal *Gazeta de Notícias* a respeito do caráter educacional e técnico desses eventos foram recorrentes. Na edição de setembro de 1947 da *Revista Estradas de Ferro*, o artigo intitulado “Conjugação De Esforços Para Um Objetivo Comum” com forte inspiração nas ideias torreanas enfatizava a necessidade de mais semanas ruralistas no país, pois havia a perspectiva que com esses eventos pudessem renascer alguns mercados e ferrovias às “margens e simultaneamente com as reuniões ruralistas”. O artigo em questão referia-se especialmente às Estrada de Ferro Mogiana e da Paulista.<sup>94</sup> O interessante texto se iniciou contextualizando regiões da Europa e Ásia que após a Segunda Guerra Mundial passaram a demandar “quantidades de

---

<sup>92</sup> *Gazeta de Notícias* [Rio de Janeiro], 16/06/ 1946: 2.

<sup>93</sup> IDEM: 2.

<sup>94</sup> *IBIDEM*: 4794.

alimentos que o resto do mundo não se achava apto a produzir.” Assim, continuou o texto, a subalimentação preparava terreno para que doenças, tal como a “a tuberculose” reaparecessem “no velho mundo sob forma epidêmica.”<sup>95</sup> Essa conjuntura, por consequência, reduzia ainda mais a capacidade de recuperação daqueles continentes.<sup>96</sup> Considerando esses aspectos, o artigo sugeriu que nesse “mundo conturbado [...] por dever de humanidade, por solidariedade cristã, e, depois, em defesa da própria paz e da sobrevivência da civilização”, o Brasil deveria se libertar da escravidão da monocultura. Toda essa conjuntura deixava claro o abalo na “supremacia quantitativa do café”. Diante disso, no texto foi feita a pergunta: “Que é que viera então a substituir o nosso maior produtor de exportação?”. A resposta dada em seguida foi: “com energia, a ação do poder público. Só um caminho nos pode conduzir a salvação: um trabalho inflexível, seguro, hábil e tão profundo quanto extenso de preparação de nova mentalidade ruralista”.

No artigo foi destacado ainda que “Alberto Torres deveria estar presente, agora, mais do que nunca, no espírito de legisladores, dirigentes e técnicos da produção.” A mudança de mentalidade de um povo não se constituiria como realização de um dia – “sobretudo quando esse povo vive mergulhado num nível baixo de cultura”.<sup>97</sup> Nesse contexto, as semanas ruralistas com sua origem nos braços da SAAT, foram citadas como um bom exemplo para o cumprimento destes esforços.

Portanto, as semanas que no início dos anos 1940 diminuíram seu ritmo devido ao conflito mundial, não poderiam ser deixadas de lado. Quando as demandas por alimento aumentaram, a perspectiva era a de que o Brasil - por sua vocação agrícola, deveria se modernizar e exercer plenamente sua função, a perspectiva era essa. O meio de divulgar o moderno seriam as semanas ruralistas. Segue um trecho do impresso:

A oportunidade permite que se comprove a conveniência das Semanas Ruralistas. Essas reuniões, iniciadas há anos pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, depois encampadas pelo Ministério da Agricultura e já agora, em sua atual fase, se desdobrando por diversas secretarias de agricultura são de todo uteis, quiçá indispensáveis. Por quê? Simplesmente porque pelo seu intermédio se quebra o tabu da máquina burocrática. Os técnicos oficiais entram em proveitoso contato com os produtores rurais. Estes se sentem à vontade para expor-lhes suas queixas e reivindicações e seus propósitos ou projetos, sem os entraves dos papéis selados e das delongas burocráticas. Os outros, vão colher diretamente na fonte preciosas observações, proceder a reparos, sondar meios diversos e mentalidades muitas vezes surpreendentemente aptas a assimilar o progresso, mas até então insultadas pelas barreiras da rotina. Logo, o fazendeiro, o sitiante ou o simples chacareiro sempre recolhem algo de proveitoso nessas reuniões. E o estado arrecada valiosos elementos para a remodelação do meio rural.<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> *Revista Estradas de Ferro* [Rio de Janeiro], 09/1947: 4793.

<sup>96</sup> É importante enfatizar que no contexto em que a supracitada revista foi produzida, anos 1940, as análises da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), da qual o economista Celso Furtado foi o brasileiro mais destacado, apontavam para a necessidade de diversificação da produção agrícola como uma via do desenvolvimento para a região

<sup>97</sup> *IDEM*: 4793.

<sup>98</sup> *IDEM*: 4793.

O artigo sugere que com as semanas ruralistas todos os envolvidos ganhariam e destaca o caráter dinâmico e agregador desses eventos. Características que, posteriormente, chamariam atenção e inspirariam sacerdotes católicos em seus interesses pastorais e políticos.

As SR's contribuiriam com agências públicas agilizando-as diante a burocracia, alcançando territórios, que seria dever do estado zelar. Esse aspecto que fica evidente no texto quando foi destacado que nas semanas não haveriam apenas a divulgação direta de ensinamentos práticos, mas, também a produção de conhecimentos e diagnósticos a partir dos quais “o poder público” poderia se orientar de forma segura “quanto ao desenvolvimento dos trabalhos rurais numa dada região ou em um ou mais estados.” Quem também se beneficiaria com esses eventos seriam os lavradores, que por sua vez, com auxílio de suporte técnico – enviado pelas agências públicas, do acesso a créditos teria mais oportunidades para se assegurar e incrementar sua produção.

Na mesma perspectiva das edições realizadas em 1930, a ênfase permanecia em tecnologias e políticas que pouco abordavam questões sociais que reformassem aspectos estruturais que garantiriam, por exemplo, à maioria das populações rurais acesso à terra, a renda ou direitos trabalhistas que já vinham se estabelecendo em áreas urbanas. Também é importante ressaltar que, embora não fique tão evidente no texto, se beneficiariam ainda com as atividades e repercussão das semanas ruralistas os responsáveis pelo fornecimento do que à época se percebia como necessário e moderno, tais como sementes, inseticidas e adubos químicos, capitais e materiais cuja maioria era origem estadunidense.

Dando mais aspectos do perfil das edições de semanas realizadas na década de 1940, observamos a publicação de *O Jornal*, edição de 05 de outubro de 1947, no qual o artigo “Utilidades das Semanas Ruralistas”, destacava que naquele período as SR's teriam perdido o “caráter acadêmico e protocolar dos anos 1930” e teriam se transformado “em trabalho vivo, movimentado, com constantes demonstrações práticas”. O texto destacou que durante as “semanas”, os debates entre “técnicos e agricultores” ocorriam com inteira liberdade, com “todos apresentando objeções aos agrônomos e veterinários”. Citando exemplos: “foi assim em Belo Horizonte, em abril, como foi assim em Cordeiro, em maio de 1946, foi assim agora em Campo Grande, Mato Grosso, e será assim nas demais Semanas Ruralistas que o Serviço de Informação Agrícola (SIA) ainda realizará em todo o território nacional”.

O texto ressalva ainda que um outro ponto importante nas “semanas” realizadas naquele período seria o “fornecimento de ferramentas, sementes, máquinas etc., aos que precisam dessa assistência”. Assim, o governo não estava se contentando apenas em ensinar, “mas a distribuir elementos de trabalho”. O grau de cultura e educação das populações rurais era percebido como fruto da ausência de um ensino adequado, voltado a sua realidade e necessidades, que seria competência

das autoridades públicas. Nesse sentido , na visão do articulista, a utilidade das semanas ruralistas consistia em sua contribuição “na restauração da confiança dos agricultores no governo, no Ministério da Agricultura que tanto pode e deve fazer em favor dos produtores rurais”. Para assegurar a continuidade dessas medidas, o artigo sugeriu que fosse aprovado o orçamento de 1948 – que estava para ser votado no Congresso Nacional. O articulista finalizou afirmando: “ainda está em tempo de senadores e deputados contribuírem para o melhoramento da vida de nossas populações rurais”.<sup>99</sup>

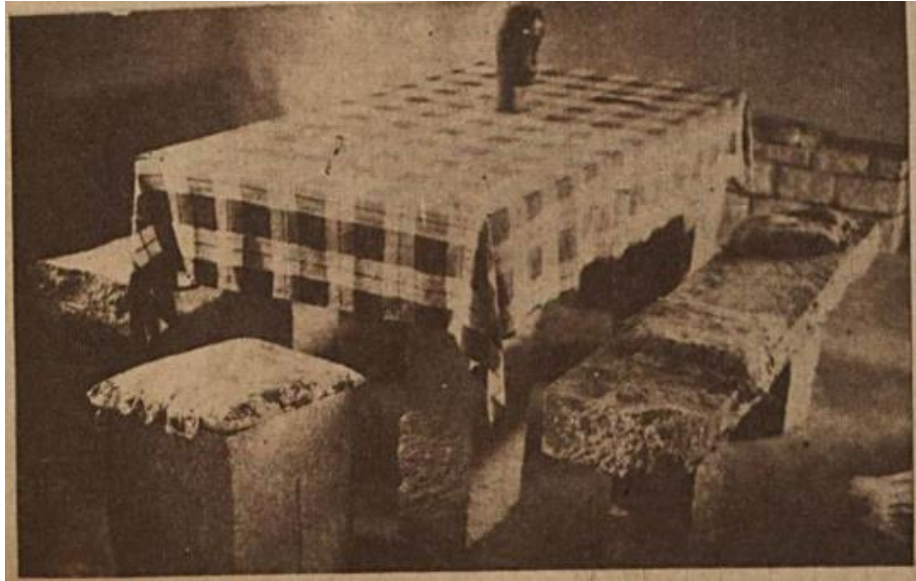
As semanas ruralistas da década de 1940 tiveram uma maior gestão do Estado brasileiro por meio de seus órgãos, principalmente através do SIA que organizou e financiou os eventos. Em sintonia com o “otimismo” do pós-guerra e influenciado pela Revolução Verde, esse órgão público encampou o projeto que teria sido especialmente articulado pela sociedade civil na década anterior. Como um dos efeitos diretos da crença nas novas tecnologias e, na vontade de acompanhar os debates internacionais sobre desenvolvimento, muitas das imagens e representações que circularam no país durante as SR’s pareciam distantes da realidade que o país vivia. O impresso carioca *Vamos Ler*, por exemplo, ao mesmo tempo em que solicitava que o governo brasileiro recomendasse sempre a realização das “semanas ruralistas para que as populações rurais do Brasil pudessem ampliar os seus conhecimentos e melhorar o nível de sua cultura”, apresentou produtos culturais de fora que contrastavam com a realidade das localidades onde as SR’s se realizariam:

**Figura 3.** Imagens do artigo: “Educação Rural: as margens das semanas rurais”



<sup>99</sup> *O Jornal* [Rio de Janeiro], 05/10/ 1947, s/p.





FONTE: *Vamos Ler* [Rio de Janeiro], 18/07/1946:55.

As imagens reproduzidas no impresso projetavam aspectos de uma realidade rural distintamente estadunidense, cuja arquitetura, por exemplo, era diferente do pauperismo e insalubridade que as casas em áreas rurais do Brasil em sua maioria tinham, sem latrina, sem proteção contra insetos etc. Características essas que tornavam epidemiologicamente as populações brasileiras mais vulneráveis, como as casas de taipa, cujas paredes de barro eram favoráveis à proliferação de insetos como o barbeiro— hospedeiro do protozoário *Trypanosoma cruzi*, vetor da doença de Chagas. As imagens referentes às “semanas”, portanto, revelavam representações do que poderia ser, mas também ocultavam condições que, em cada conjuntura, contribuíam para a reprodução da miséria das populações.

Apesar desses esforços, como indica o estudo de Campbell, era real também no período o medo de mudanças tecnológicas aceleradas e, na medida que a homogeneidade cultural que parecia avançar, estimulava tentativas de preservar a cultura local, definir o folclore autêntico e catalogar arquétipos regionais vistos como enraizados no passado (CAMPBELL & MOYERS, 2022:5). Assim, ao mesmo tempo que os ideais de progresso e desenvolvimento se intensificavam, foram acompanhados pela identificação de regiões como “atrasadas”. Foi recorrente a necessidade de afirmação para a população de que se tratavam de eventos acessíveis e simples, indica que a recepção das semanas ruralistas entre as populações das áreas rurais brasileiras parecia tímido. O alcance do público alvo parecia um constante desafio. O mapa a seguir indica semanas ruralistas realizadas nos anos 1940.

**MAPA 2.** Edições de Semanas Ruralistas dá década de 1940.



**Convenções Cartográficas**

- |                           |                                       |                                   |                                 |
|---------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| ● Capitais Estaduais 1940 | ▲ Cachoeiro de Itapemirim - ES (1946) | ▲ Mato Grosso - MT (1947)         | ▲ Londrina - PR (1948)          |
| □ Limites Estaduais 1940  | ▲ Areia - PB (1946)                   | ▲ Rio de Janeiro - RJ (1947/1948) | ▲ Juazeiro do Norte - CE (1948) |
| ▲ Goiana - PE (1942)      | ▲ Bananeiras - PB (1946)              | ▲ Campo Grande - RJ (1947)        | ▲ Juiz de Fora - MG (1948)      |
| ▲ Poconé - MT (1942)      | ▲ Carangola - MG (1947)               | ▲ Belo Horizonte - MG (1947)      | ▲ Ouro Fino - MG (1948)         |
| ▲ Rio Verde - GO (1944)   | ▲ Satuba - AL (1947)                  | ▲ Pelotas - RS (1947)             | ▲ Resende - RJ (1948)           |
| ▲ Cordeiro - RJ (1946)    | ▲ Macaé - RJ (1947)                   | ▲ Barreiros - PE (1947/1948)      | ▲ Taquari - RS (1949)           |

**FONTE:** Essas informações são resultado de uma pesquisa seriada realizada em edições da década de 1940 dos jornais disponíveis na plataforma digital Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A chave de busca foi: “semanas ruralistas”. Elaborado pelo autor.

As SR's realizadas nos anos 1940, não foram tão diferentes das edições realizadas na década anterior, pois os eventos permaneceram muito relacionados às ideias de Alberto Torres. O seu programa ainda mantinha a estrutura similar: aulas teóricas e práticas, palestras e cursos (agricultura, higiene etc), exposições de produtos locais e também de tecnologias para o campo. Nessas edições, prevaleceu a preocupação com o aumento da produção agrícola e questões relativas à concessão de crédito rural para pequenos lavradores. E, também como no período anterior, pouco foi abordado questões relacionadas às reformas sociais que poderiam mudar, efetivamente, a situação dos segmentos mais marginalizados do período. A ênfase, acompanhando o espírito da época, permaneceu em um discurso nacionalista e de valorização das áreas rurais por meio do incremento de novas tecnologias e de uma educação instrumental e técnica.

Foi na segunda metade dos anos 1940 que as “semanas” voltaram a ser realizadas com mais afinco. O novo fôlego na promoção desses eventos ocorreu em um contexto cada vez mais marcado pela busca do desenvolvimento. Para tal, era preciso combater o seu avesso - o subdesenvolvimento, que por seu turno, seria qualificado pela pobreza, subnutrição, pela agricultura atrasada e pouco modernizada, entre outros aspectos.

Em artigos publicados no período, que tinham a preocupação em convocar a sociedade para participarem das semanas ruralistas, é manifesta a visão de que entre as camadas mais simples – e principal alvo das ações das “semanas”, predominava a percepção de que as semanas ruralistas seriam um evento “rebuscado ou demasiadamente científico”. Um bom exemplo disso pode ser observado no artigo “Redondamente Enganado”, publicado na edição de 16 de abril de 1948 do jornal cearense *Ecos da Semana*,

Se você, amigo lavrador, está pensando que durante a “semana ruralista” de Juazeiro, a realizar-se de dia 25 a 30 de maio corrente, organizada pelo SIA, com a cooperação da secretaria de agricultura do estado e das dependências do ministério da agricultura, sediadas no Ceará, vai tratar com doutores convencidos, superiores e bem falantes, está redondamente enganado.

Aqui entre nós: você acha que a secretaria de agricultura e o ministério, iam realizar uma despesa danada de grande, com o transporte a estadia de despesas de técnicos, para fazer simples discursos aos lavradores do Cariri?

Comparece a semana ruralista, para com os seus olhos mesmos, verificar uma coisa impressionante deveras:

- dezenas dos mais categorizados técnicos brasileiros, em agronomia e veterinária, durante uma semana, em maio, estarão ao inteiro dispor dos lavradores, esclarecendo, ensinado, resolvendo pequenos problemas de todo o dia, indicando assim meios e modos eficazes para que você realmente, obtenha lucros mais compensadores, na exploração da sua propriedade agrícola.

Esta é uma oportunidade única, para que dela você tire o maior proveito possível.

Siga o nosso conselho de amigo: durante os cursos que se realizarão durante a “semana”, não fique de braços cruzados. Escutando somente, não. Indague. Faça

perguntas. Procure aprender o “porquê das coisas que o técnico está explicando no momento”. Somente assim – você comparecendo, entrando em contato com os técnicos, ponderar obter os resultados práticos que justifiquem a presença de tão grande número de técnicos, durante uma “semana”, em Juazeiro.<sup>100</sup>

Foi nesse contexto que diante a busca de estratégias para maior participação e interação com segmentos mais marginalizados da sociedade, abriu-se a oportunidade ideal para que se cruzassem os interesses de segmentos do catolicismo cada vez mais engajados socialmente com a agenda governamental a partir do projeto extensionista das semanas nas áreas rurais do país – meio percebido como espaço tradicional do domínio católico no Brasil.

Assim, além dos técnicos do governo, setores do catolicismo como sacerdotes católicos e leigos que vinham se interessando e engajando cada vez mais em discussões sobre aspectos sociais da realidade brasileira a luz das doutrinas papais e também de pressupostos sociológicos cada vez mais recomendados. Do mesmo modo, não apenas acompanhando as mudanças teológicas que recomendavam a construção e busca de democracia cristã e um desenvolvimento integral, mas também na prática, vendo, julgando e agindo, alguns segmentos do catolicismo no período buscaram elaborar soluções efetivas para a realidade que estavam inseridos – tal como a perspectiva dos estudos de comunidade. O maior engajamento da Igreja vinha sendo favorecido, especialmente ao fim da ditadura varguista. O entrecruzamento entre o otimismo do período, também compartilhado pelos bispos, o contexto mais democrático e a busca por mais intervenção e ação do estado, favoreceu essa movimentação de leigos e da hierarquia católica.

Além das semanas ruralistas, na década de 1940, importantes discursos e obras sobre a questão da alimentação repercutiam no cenário público do país. Um dos melhores exemplos que podemos destacar refere-se às contribuições como do político e intelectuais Josué de Castro (1908-1973) e sua obra *Geografia da Fome* (1946). Esse intelectual nordestino foi importante no estudo e na denúncia da fome no Brasil da época e sua obra teve impacto importante no debate internacional sobre agricultura e nutrição. Segundo Hochman, Josué de Castro cunhou uma das expressões mais significativas sobre o dilema do desenvolvimento brasileiro: “Pão ou Aço”. Essa perspectiva coaduna, segundo o autor, com a visão de Kubitschek o aumento da produção agrícola também seria uma resposta ao problema da fome e da desnutrição. Com vínculos estreitos com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Castro também era católico e era próximo do padre Lebret - citado na introdução desta tese. Foi por meio desse padre que as obras de Castro foram traduzidas para uma língua estrangeira, primeiro para o francês. Essa foi mais uma das diversas formas que cruzaram os interesses de segmentos católicos com as questões sociais no período.

Nesse sentido, em diversos pontos do país, já nos anos de 1940, quando as respostas dadas

---

<sup>100</sup> *Ecos da Semana* [Crato], 16/04/1948:5.

às necessidades rurais até aquele momento, indicavam ser insuficientes, cada vez mais é possível observar o engajamento de leigos e da hierarquia católica nas questões sociais e na cobrança por respostas mais eficientes do governo. Na ocasião, a sociedade civil brasileira ainda era diminuta e com poucas instituições livres para tomar espaço na cena política (SOUZA, 1983). Essa conjuntura foi oportuna para que novos e tradicionais atores ganhassem evidência na cena pública, este foi o caso da Igreja Católica que à época “despontava com a instituição da sociedade civil que tinha mais força política e cultural no país (SCHALLENMUELLER, 2011: 10).

#### **2.4 “*Conosco, Sem Nós ou Contra Nós*”: A colaboração do catolicismo no debate sobre bem-estar e desenvolvimento rural**

A promoção das semanas ruralistas nas décadas de 1930 e 1940 teve como objetivo criar uma nova mentalidade nas populações rurais do Brasil, e fez parte do cenário otimista do século XX, onde a ciência e a tecnologia eram percebidas como elementos capazes de materializar o desenvolvimento. Ou seja, fazer desse processo mais do que discurso e torná-lo uma ação. Essa conjuntura, como aponta Escobar (2007), foi responsável pela produção de novos arranjos de saber e poder, novas práticas, teorias e estratégias com o surgimento dos “aparatos do desenvolvimento” que passaram a orientar tanto os países centrais quanto os chamados periféricos. Assim, além das SR, muitas outras estratégias foram desenhadas com o propósito de contribuir para a institucionalização do desenvolvimento.

Todavia, a busca pelo desenvolvimento não foi exclusiva da administração pública ou de agências especializadas, onde técnicos e economistas influenciavam as decisões relativas à elaboração de uma agenda. Concomitantemente ao esforço desses setores, a Igreja Católica - nacional e mundial, com o objetivo de reformar a sociedade a partir de uma perspectiva cristã, também se engajou nas discussões sobre o processo de desenvolvimento e seus efeitos. Em um primeiro momento, essa mobilização tomou forma no catolicismo brasileiro por meio do engajamento de militantes da Ação Católica.

Segundo Lima, a ACB foi protagonista no deslocamento da Igreja e dos católicos brasileiros de suas bases sociais tradicionais. Esse processo se refletiu no ativismo desse segmento religioso em atividades junto a camponeses e estudantes, por exemplo (LIMA, 1979:36).

A Ação Católica recebeu influência do método europeu *Ver, Julgar e Agir* – que era fortemente orientado pelas ciências sociais e os estudos de comunidade (EC). Os EC foram concebidos com o propósito prático de oferecer subsídios ao trabalho de técnicos responsáveis pela implantação de projetos de desenvolvimento e mudança social. No Brasil, os EC abordaram um leque variado de temas, alguns relacionados a relações raciais, por exemplo. Esse método teve um

papel fundamental na institucionalização das Ciências Sociais, que então passavam por um momento de afirmação de sua cientificidade. (OLIVEIRA, 2010:21). Técnicos e segmentos do catolicismo brasileiro viram nos estudos de comunidade uma possível solução para a realidade rural do país.

A mobilização do catolicismo no sentido de aproximar-se das ciências sociais não se restringiu apenas os segmentos da ACB. Entre as décadas de 1930 e 1940, por exemplo, foram criadas as primeiras escolas de serviço social no Brasil que se pautaram em premissas cristãs. Segundo Barreiro, são exemplos a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e a do Rio de Janeiro (1937) que surgiram para formar ideologicamente os quadros da Igreja, especialmente dos militantes da Ação Católica (BARREIRO, 2010). O crescente intercâmbio entre especialistas e sacerdotes católicos, e o papel da Igreja na construção de uma agenda comum que reunia alguns especialistas, para a elaboração e divulgação de ideias e experiências que pudessem ser úteis no projeto de desenvolver as áreas rurais do país, é o que chama nossa atenção.

As ciências sociais e seus produtos, portanto, estavam incorporadas às dinâmicas da nova prática católica. Como indicou Löwy, muitas foram as equipes de especialistas que “constituíam uma espécie de aparelho intelectual leigo da Igreja, que introduzia na instituição os últimos acontecimentos nas ciências sociais”. Trabalharam para os bispos e conferências episcopais preparando instruções e propondo planos para as pastorais e, algumas vezes, redigindo suas declarações: economistas, sociólogos, planejadores urbanos, teólogos e advogados (LÖWY, 2016: 87). Embora o autor se refira ao final da década de 1960, demonstramos como, sobretudo através das semanas ruralistas, a relação entre segmentos do catolicismo e profissionais das ciências sociais era assídua. E, mais do que recorrer aos frutos da ciência, os prelados católicos também buscaram se especializar.<sup>101</sup>

Ao longo deste tópico, demonstramos como toda essa mobilização não ocorreu de forma isolada, mas exigiu esforços para articular as diferentes experiências que estavam sendo realizadas. O padre cearense Hélder Câmara foi uma das figuras mais destacadas nesse sentido. Além de ser assistente da Ação Católica na década de 1940 - período em que já tentava retirar as demandas regionais em cada diocese e articulá-las em nível nacional (SCHALLENMÜELLER, 2011: 66). O

---

<sup>101</sup>A arquidiocese de Natal, por exemplo, organizou vários cursos para a formação de líderes rurais, os quais em seu conteúdo programático consideravam a sociologia rural e os de comunidade. No arquivo eclesiástico desta instituição, localizamos a referência e o fichamento da obra do sociólogo estadunidense J. Roy Leevy (1900-1958), que escreveu vários artigos sobre educação e sociologia. No fichamento da obra, há sugestões sobre como fazer um levantamento sociológico, bem como a conceituação do conceito de comunidade, a saber: “chama-se comunidade a unidade de um país, estado, cidade ou nação, a qual possui pessoas e instituições diferentes. É composta de indivíduos que têm certos interesses comuns, morais, costumes e folkways.” Segundo o registro, o levantamento seria um tipo de estudo que forneceria uma oportunidade pura para investigar e analisar processos sociais, nas suas várias relações, e obter exemplos concretos dos diferentes aspectos dos fenômenos sociais. Esse panorama do meio social dos arredores ofereceria um cabedal para uma variedade de problemas especiais que são criados pelas associadas humanas. Cientificamente, segue o registro, seria uma tentativa para definir os problemas de pesquisa e abstrair dos dados concretos os padrões de organização social, bem como os processos que os produziram.

sacerdote cearense foi nomeado bispo em 1952, especialmente para assumir a recém-fundada Conferência Nacional dos Bispos, a CNBB, onde manteve a perspectiva a favor da coesão institucional da Igreja Católica. Contudo, apesar de durante todo esse período esse segmento do catolicismo adotasse um discurso de neutralidade, observamos que a perspectiva de desenvolver as áreas rurais, com efeito, também tinha a intenção de tornar esses espaços menos suscetíveis a influência e propaganda de outras ideologias, como outras religiões ou a indesejável ideologia comunista.

Prevalencia a percepção de que não só no Brasil, mas em toda a América do Sul, a Igreja sofria com a falta de clero. A título de exemplo, em artigo publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, destacou-se que seria necessário que a América Latina, que continha 32% dos católicos do mundo, tivesse um sacerdote para cada 1.000 habitantes, como a Europa, cerca de 154.000 sacerdotes, no entanto, essa última só possuía pouco mais de 29.000, “menos que a Espanha sozinha”.<sup>102</sup> Nesse cenário, nas gigantescas áreas rurais que predominavam no continente, além de berço genuíno de valores comunitários – como cooperativismo, por exemplo, seriam um nicho de influência católica que, pela precariedade que se encontrava, carecia de proteção, especialmente do comunismo. No mesmo período, militantes de esquerda permaneceram atuantes na cena pública do país (RIBEIRO, 2008) e apontaram soluções para alguns problemas da época, como uma proposta de reforma agrária apresentada pela bancada do PCB na época da constituinte de 1940.

No entanto, embora o antagonismo ao comunismo tenha sido real, não explica por si só o envolvimento da Igreja nessas ações (LIMA, 1979). Como já salientamos, destaca-se também uma conjuntura de abertura dessa instituição religiosa para o mundo moderno no período, e o compartilhamento e aproximação da sociologia e seus produtos – inclusive, como parte de uma agenda da política externa americana onde estavam em voga desde os anos 1920 (OLIVEIRA, 2010:12). Assim, com uma perspectiva de “antecipar-se das soluções comunistas”, promovendo-se como o *Middle Way* (BOVÉE, 2016), isto é, uma “Terceira Via”, alguns segmentos do catolicismo nacional (e transnacional) passaram a chamar cada vez mais atenção para dimensões sociais do processo de desenvolvimento. Para desenvolver-se o país teria de estar atento a todas as áreas importantes de uma nação de modo que industrialização, saúde e educação estariam interligadas.

Ao mesmo tempo em que segmentos da Igreja estavam nessa mobilização, como já mencionado, a nova conjuntura internacional estimulou diversas iniciativas especialmente influenciadas por um discurso ocidental de expansão e progresso capitalista. Essa foi a conjuntura ideal para o estabelecimento de diversos acordos visando garantir o desenvolvimento econômico dos países mais pobres. Extrapolando o contexto doméstico brasileiro, no período observamos a criação

---

<sup>102</sup> REB [Rio de Janeiro], 06/1955: 380.

da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e suas agências especializadas como a UNESCO e a FAO. A primeira com ações voltadas ao ensino e combate ao analfabetismo e essa última especialmente interessada na questão da produção agrícola e alimentar. Para ambas agências, além da necessidade de modernização, seria fundamental a compreensão, organização e melhoria nas condições das comunidades rurais como um dos passos cruciais para o desenvolvimento se consolidar.

No Brasil, essa conjuntura deu forma a um período de interação e colaboração de vários atores em ações voltadas a estudar as comunidades e apoiá-las em diversas áreas, como educação, agricultura e saúde. Alguns exemplos são os acordos bilaterais, como a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), de 1947, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro Americano (ETA), de 1953. Havia ainda as iniciativas de caráter essencialmente nacional – o que não implicava necessariamente na falta de participação de interesses internacionais, como o Serviço Social Rural (SSR), de 1951, que se destinava a prestação de serviços médicos-sanitários, ao desenvolvimento da economia doméstica, artesanato, e a criação de indústrias rurais e caseiras e educação de base. Em perspectiva semelhante podemos destacar também a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) do Ministério da Educação e Saúde, que esteve em atividade entre 1947 a 1963, e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), entre 1952 e 1963 (BARREIRO, 2010).

Observamos, portanto, que havia um cenário de atores e agentes que, em projetos isolados ou em colaborativos, mobilizaram assistência técnica e materiais estratégicos de diversos órgãos para sustentar inquéritos, pesquisas, projetos, programas e políticas com fins de alcançar o desenvolvimento rural. Logo, várias agendas estavam em jogo, incluindo aquelas elaboradas pela Igreja. Em comum, muitos dos segmentos envolvidos na questão do desenvolvimento rural compartilhavam o entusiasmo pela ciência e tecnologia como elementos fundamentais para criar condições para multiplicar os elementos característicos desse processo em todo o Brasil. Esta conjuntura mais participativa foi certamente favorecida pela conjuntura da experiência democrática, no final do Estado Novo (1945).

Quando, no final dos anos 1940, a promoção de semanas ruralistas voltou com mais vigor à cena pública, percebeu-se a necessidade de estratégias de aproximação com comunidades rurais mais distantes. Nesse sentido, a partir de 1950, essas “semanas” passaram a ser promovidas por dioceses e paróquias católicas e patrocinadas por agências públicas. Articular eventos como as “semanas” – que desde sua origem foram percebidos de forma positiva e com caráter moderno e próximo às comunidades, ajudaria a expressar facetas que a própria Igreja Católica pretendia manifestar no período, dada seu maior comprometimento com as questões sociais. Ao colaborar com esses



processos, a Igreja também apontou suas sugestões, especialmente pautadas pelo discurso de uma Terceira Via, para indicar um caminho cristão para a agenda de desenvolvimento que se desenhava.

As SR's buscaram apresentar novidades que impactassem de alguma forma na sociedade rural do período. A perspectiva não era restringir os debates a especialistas, mas a todos os segmentos envolvidos. Com a colaboração da Igreja, esses eventos serviriam também como palco de debates sobre o mundo rural a partir de uma perspectiva sociológica, que buscava por meio da organização das comunidades propor caminhos mais participativos para o desenvolvimento. No entanto, como veremos, apesar das importantes contribuições, durante as "semanas" como em outras estratégias e políticas traçadas no período, o avanço na agenda social ainda foi limitado. Especificamente sobre as semanas ruralistas dos anos 1950, assim como em edições das décadas anteriores, além do otimismo com a ciência, havia uma tendência a uma postura acrítica em relação às diferenças de classe entre os setores convidados a colaborar e participar dos eventos.

Entre as atividades e campanhas inauguradas durante as semanas ruralistas que ocorreram sob a colaboração do catolicismo e estado, estiveram a fundação de clubes agrícolas, instalação de missões rurais (MR's) e centro de treinamento para formação líderes comunitários, sindicais, instalação de núcleos de distribuição de medicamentos – esse último especialmente durante governo de Juscelino Kubitschek, a partir das campanhas promovidas pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais. Essas atividades muitas vezes ocorreram de modo entrelaçado, sendo marcadas por certo grau de solidariedade e, em muitos registros do período ou mesmo em alguns estudos recentes, há certa confusão sobre a origem, organização e trajetória de alguns destes eventos. Talvez por isso, no relatório oficial da 1ª Missão Rural realizada em Itaperuna, Rio de Janeiro, tenha sido enfatizado que a experiência se limitava apenas àquele município e ainda foi destacado: “algumas ‘missões rurais’ e ‘centros sociais rurais’, de que o público tem tomado conhecimento pela imprensa, não se prendem ao nosso trabalho, nem tampouco se assemelham aos processos e métodos utilizados”.<sup>103</sup>

A Missão Rural de Itaperuna, definida como uma experiência de organização de comunidade<sup>104</sup> foi o ponto de partida para a Campanha Nacional de Educação Rural. Essas “missões”

---

<sup>103</sup> Missão Rural de Itaperuna, 1952:11-14.

<sup>104</sup> Em 1949, ocorreu em Petrópolis o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, promovido pelo Governo Brasileiro, UNESCO e União Pan-Americana. Participaram do encontro José Irineu Cabral, Diretor do Serviço de Informação Agropecuária, e Manuel Bergström Lourenço Filho, então Diretor da Secretaria Nacional de Educação, que, em linha com os entendimentos defendidos e por experiências que vinham se desenrolando desde a década de 1940, propuseram um ensino da educação básica voltado para a recuperação e desenvolvimento das comunidades rurais (FERREIRA & DE LIMA, 2020: 951). Lourenço Filho, por exemplo, foi um importante ator para a circulação de ideias de educação rural no Brasil e no México, entre as décadas de 1940 e 1950, uma vez que as Missões Rurais também foram inspiradas em projetos de extensão rural mexicanos (SILVA: 2021). De acordo com Barreiro, a combinação da Experiência de Itaperuna com as informações sobre a educação rural no México, trazidas por Lourenço Filho, acrescida do trabalho da Comissão Brasileira de Assistência a Populações Rurais (CBER) subsidiaram a formação de uma equipe de técnicos, três dos quais oriundos da CBAR, que constituíram o núcleo inicial da CNER, em 1951, com os seguintes

referiam-se a uma proposta de desenvolvimento comunitário por meio da educação. Orientadas pela CNER, as MR's eram constituídas por caravanas de vários técnicos que permaneciam cerca de 2 a 5 dias em cada local, reunindo centenas de pessoas e ministrando-lhes aulas de higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem e trabalhos manuais. Mais tarde, o caráter “móvel” foi deixado de lado e as missões tornaram-se fixas, podendo se estender por meses e até anos (BARREIRO, 2010:53).

O relatório oficial que tratava da experiência de Itaperuna (1952) recomendou que realizações semelhantes fossem organizadas em todo o país. No documento buscou-se esclarecer que a despeito de tantas ações divulgadas na imprensa sob o título de missões, estariam engendradas diretamente na colaboração e experiência realizada em Itaperuna, as iniciativas no Rio Grande do Norte (Serviço de Assistência Rural) e no sul de Minas (Diocese de Campanha), descritas como os frutos mais sérios da experiência de Itaperuna. Esta última representou a primeira semana ruralista da Ação Católica brasileira e talvez uma das edições mais importantes desse evento na década de 1950.

Entre 03 e 10 de setembro de 1950, na cidade mineira de Caxambu, a diocese de Campanha realizou a sua primeira SR, sob a liderança de Dom Inocêncio Engelke (1881-1960). O evento foi organizado aos moldes das campanhas que o Serviço de Informação Agrícola vinha desenvolvendo nas décadas anteriores<sup>105</sup>. Foram 8 dias de evento, contando com a presença de 250 fazendeiros, 270 professoras rurais, além de religiosos e religiosas representando os estabelecimentos de ensino secundário – cuja maior parte dos alunos provinha de regiões agrícolas.

A diocese de Campanha estava localizada no sul de Minas Gerais, uma região que à época era palco de intensa disputa de terras entre posseiros oriundos do Nordeste e fazendeiros, sobretudo em razão da construção da estrada Rio-Bahia. Pouco antes daquela que foi a primeira semana ruralista realizada por uma arquidiocese católica, o partido comunista havia acabado de lançar o manifesto de agosto de 1950 (SOUZA MARTINS, 1985:52). Dentre suas reivindicações, esse documento indicava a confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc, as camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura (...) (PCB *apud* MONTENEGRO, 2008: 5).

Em setembro de 1950, Dom Inocêncio Engelk, liderou uma semana ruralista que teve seus

---

componentes: José Arthur Rios, sociólogo rural (coordenador); Osvaldo Medrado e Abelardo Vieira Miranda, médicos sanitários; Bolívar de Miranda Lima e Renato Xavier, agrônomos; entre outros especialistas (BARREIRO, 2010:33). Muitos destes, como o sociólogo Arthur Rios também participaram das semanas ruralistas realizadas pela Igreja.

<sup>105</sup> *A Manhã* [Rio de Janeiro], 27/0/1950:1.

debates assentados em três grupos: sacerdotes, educadores e fazendeiros. Esses grupos discutiram o bem-estar das populações rurais do sul mineiro. Em primeiro momento, a realização desta SR pode ser entendida como uma das estratégias elaboradas pelo Serviço de Informação Agrícola para certa aproximação com as populações rurais. Em um contexto também de reação à movimentação comunista.

A “semana” de Caxambu também contou com a presença do monsenhor Luigi Ligutti, enviado pela embaixada dos EUA no Rio de Janeiro.<sup>106</sup> Esse sacerdote, diretor executivo do *National Catholic Rural Life Conference* (NCRCL), já havia visitado o país em 1945 como secretário da Conferência Nacional Católica da Vida Rural<sup>107</sup> – evento assente em preceitos sociológicos que com auxílio de recursos do governo estadunidense buscou mobilizar o clero da América Latina na melhoria de condições e produção nas áreas rurais. Vale destacar a presença do monsenhor Ligutti no evento, considerando seu importante acesso internacional, vide sua atuação junto à FAO, por exemplo. Esse sacerdote recomendou a reforma agrária entre outras medidas mais estruturais como fundamentais para a América Latina. Sua participação na SR de Caxambu certamente foi favorecida por suas ligações com o técnico do Ministério da Agricultura, o jornalista católico João Gonçalves de Souza – que, além de católico, também mantinha atividades junto a FAO. Como vimos anteriormente, João Gonçalves participou da primeira edição do Congresso Internacional de Vida Rural Católico, cujos principais temas de debate foram: a escassez de clero e a formação dos novos sacerdotes na América Latina, o avanço do comunismo e do protestantismo e questões sociais: especialmente a situação rural de todo o continente.

A semana ruralista de Caxambu, portanto, reuniu muitos interesses. Sobre esta edição do evento, em artigo publicado em 29 de setembro de 1950, o jornal católico *A Cruz* destacou,

Sendo como é um trabalho típico destinado a recuperar econômica e socialmente populações ainda um pouco evoluídas, a base do esforço conjunto dos interessados e das próprias comunidades, em consequência de um programa sério de educação extensiva e de base para gentes do campo, mereceu ele imediatamente o apoio franco e largo dos drs. Lourenço Filho e Murilo Marroquim, respectivamente, Diretor do Departamento Nacional de Educação (Ministério da Educação) e do Serviço de Informação Agrícola (Ministério da Agricultura).

Se os resultados desta missão forem os que se esperam, poderá ela ser adotada por outras dioceses brasileiras, aí estando, possivelmente a chave da solução de um problema educativo de base para o nosso homem do campo sobre o qual terá muito que fazer o governo que a nação neste instante se prepara para eleger.<sup>108</sup>

O evento de Campanha foi definido como uma “experiência piloto” de uma cooperação entre os poderes espiritual e temporal. Essa expressão fez parte do jargão usual dos bispos e técnicos no

---

<sup>106</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 29/09/ 1950: 2.

<sup>107</sup> *A Noite* [Rio de Janeiro], 17/02/1945: 2.

<sup>108</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 29 /09/1950: 2.

período. A perspectiva era que as ações sob essa alcunha, respaldadas em planejamento, deveriam apresentar resultados e, com efeito, se bem sucedidos ampliados para outras regiões. Durante a “semana” também se articulou a criação de uma missão rural ambulante –que visava atender 33 municípios e 54 paróquias subordinadas a diocese de Campanha levando assistência médica, técnico agrícola, social e religiosa. Essa mobilização teria o apoio oficial com despesas previstas em 800.000 Cr\$, dos quais cerca de Cr\$ 200.000, caberiam as dioceses e 400 mil ao ministério da educação e saúde e 200 mil ao da agricultura que fornecia ainda o pessoal técnico envolvido (agrônomo veterinário, técnico agrícola, operador de cinema e rádio etc.), publicações, sementes, pequenos instrumentos agrícolas para demonstrações e para os clubes agrícolas.<sup>109</sup>

Um dos resultados de maior repercussão do evento de Caxambu, foi a carta pastoral: “*Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural*”. Esse documento, publicado antes mesmo da fundação da CNBB, é reconhecidamente destacado pela historiografia como o documento que teria aberto as portas progressistas da Igreja à questão rural (AMADO, 1996). Segundo o brasilianista Mainwaring, constitui-se como a primeira declaração importante de um bispo brasileiro sobre a reforma agrária (1989: 72- 74). A jornalista Camargo (1991), por sua vez, enfatizou que a “Declaração de Campanha” iniciou movimento por parte da Igreja Católica que visava a manutenção de sua tradicional audiência rural.

A pastoral do bispo de Campanha apontava para condições “infra-humanas” em que vivia o trabalhador rural e para a necessidade de saná-las através da aplicação de um programa mínimo de assistência social. Impunha-se, em geral, estender ao trabalhador rural leis trabalhistas já em vigor para os trabalhadores urbanos desde os anos 1930. A Pastoral indicava como causa para o atraso rural daquela região no sul de Minas: a falta de escolas técnicas profissionais, as condições precárias de saúde por “alimentação deficiente, agravadas pela inexistência de serviços gerais de utilidade pública, como água, luz e esgoto”. Foram apontados pelos bispos presentes e que assinaram as conclusões que as soluções ou “remédios” – para usar o termo utilizado no documento – seriam a liberação de verbas federais, estaduais e municipais para as escolas. Os bispos recomendaram ainda que, enquanto não houvesse estrutura para atender as demandas de saúde e higiene, cursos rápidos e práticos sobre a “alimentação, higiene, puericultura etc., fossem ministrados nas paróquias.<sup>110</sup> A proposição era a utilização da infraestrutura religiosa para estabelecer as bases para o desenvolvimento regional. Para chegar a essas conclusões, os envolvidos nos três grupos de debate da semana ruralista (sacerdotes, educadores e fazendeiros) responderam a questionários e lançaram sugestões. Segue trecho do documento:

---

<sup>109</sup> A *Manhã* [Rio de Janeiro] 10/12/1950:11.

<sup>110</sup> IDEM:2.

Adianta pouco afirmar que, mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda é incomparavelmente melhor que a do operariado das cidades. Sem dúvida se nota que as desilusões poluam entre os que se deixam seduzir pela miragem dos grandes centros urbanos.

O fato que se põe, brutal, a nossos olhos é o êxodo rural. Fosse um paraíso o interior e a atração das cidades arrastariam apenas os aventureiros e não, como está sucedendo, famílias inteiras, populações inteiras.<sup>111</sup>

Para o bispo de Campanha – e como seria recorrentemente defendido por Dom Hélder mais a frente, por meio da CNBB, o crescimento das favelas e o êxodo rural estavam intimamente relacionados. Na visão de Dom Inocêncio seriam dois os fatores principais que ajudavam a despovoar o campo, especificamente, aquela região: o sistema escolar, que nas áreas rurais funcionavam de modo “artificialíssimo” e, por consequência, levava ao “desenraizamento dos filhos de fazendeiros”. Em segundo, os serviços militares feitos em quartéis urbanos “ sem o reconhecimento do trabalho agrícola como atividade de interesse para a defesa nacional.

A pastoral convocava aos cristãos, sobretudo, aos “patrões cristãos,” a anteciparem-se na legislação social agrária, por espírito cristão como “indica[v]am as diretrizes da Igreja”, pois “os agitadores” estariam “chegando ao campo.”<sup>112</sup> O bispo destacou que se os “agitadores” agissem com “inteligência”, não precisariam “inventar coisa alguma”. Bastaria apenas que “comentassem sobre a realidade da situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais.”<sup>113</sup>

Como está evidente, a preocupação de Dom Inocêncio era com a manutenção da ordem com o objetivo de assegurar que não ocorresse alguma agitação social provocada pelo comunismo e sua propaganda, que poderiam atrair e subverter valores cristãos. Assim, como uma Terceira via entre essas ideologias, a Igreja propunha uma demonstração política de negação da luta de classes” (VILAR DE CARVALHO, 1983:101). É clara e “cara a relevância da guerra fria” para a compreensão desse contexto, ampliando as possibilidades interpretativas de período para além de um choque entre impérios (IBER, 2012).

Entretanto, é preciso destacar que embora se destaque nas interpretações do período que o envolvimento da Igreja partiu de um desejo de responder às ameaças do comunismo e ao mesmo tempo encontrar um novo modelo de influência, que permitisse à instituição continuar dirigindo a sociedade. Esse envolvimento foi mais complexo e se deu, como chama a atenção Lima,

---

<sup>111</sup> Relatório SR de Caxambu [Diocese de Campanha], AMAN, 1950: 2.

<sup>112</sup> Foi destacado também que o engajamento em defesa das trabalhadoras e trabalhadores rurais seria parte de um movimento maior, constituía-se como um eco a doutrina social da Igreja Católica, e, de modo particular, resposta aos ensinamentos do papa Pio XII. Citando o Santo Padre, Dom Inocêncio rememorou o que chamou de sua “célebre confissão”, o discurso no qual o Pontífice afirmou que o “maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária” (ENGELKE, 1950:1-3).

<sup>113</sup> IDEM: 1-3.

principalmente por meio de uma conversão da instituição religiosa, que na época passava por uma transformação de “Nova Igreja”, baseada no estabelecimento de um compromisso social (LIMA, 1979, 32) E, como destacamos, desde Roma as encíclicas sociais e a aproximação dos métodos sociológicos vinham indicando uma maior inclinação da Igreja para as questões da sociedade.

Embora a autoria – bem como a liderança do evento, seja atribuída a Dom Inocêncio Engelk, biógrafos de Dom Hélder Câmara, atribuem a esse último, a autoria e redação do texto da Pastoral, quando o então padre Hélder atuava como vice-assistente nacional da Ação Católica no período (PILETTI & PRAXEDES, 200: 217). E, de fato, como demonstramos nesta tese, esse ator foi um dos grandes articuladores e mobilizadores da Igreja Católica a âmbito nacional. Como já discutimos, esse sacerdote vinha se destacando desde os anos 1940 nos debates sobre bem-estar, e tratando a questão do êxodo rural e crescimento das grandes cidades como indissociáveis. Na ocasião da semana ruralista de Campanha, o então padre esteve presente, assim como esteve na “semana” realizada em Natal no ano seguinte, em 1951.

A despeito da questão suscitada sob sua autoria, o documento desde o título é claro na intenção por parte da hierarquia católica de evitar a articulação entre o moderno e o comunismo, uma vez que esse último reivindicava muitas dessas pautas. Destarte, a percepção de que as áreas rurais do país eram vulneráveis, gradativamente, se acentuou, não pela pobreza em si, mas pela ordem que ela poderia abalar. Por isso era preciso antecipar-se. Sobre essa dimensão presente no documento, destacou Osmir Dombrowsk

A Carta de Campanha não revela, portanto, uma suposta identificação estratégica com as classes subalternas, ou com os excluídos. O que se tem enunciado nela, novamente, é um projeto que ainda privilegia a ordem. Mas uma ordem que não se vincula nem aos “patrões” nem aos “trabalhadores rurais”, e, sim, que coloca a Igreja acima de todas as classes como a grande condutora da humanidade (DOMBROWSK, 2006:10).

Esse autor apresenta algumas interessantes análises sobre a referida pastoral. O que fica evidente em sua observação, como na literatura que se dedica ao tema em geral, é que a Pastoral de Campanha foi uma tentativa de “promover uma harmoniosa e indispensável aproximação” das classes. Havia ainda o convite aos “patrões cristãos” – que deveriam ser os principais autores da reforma agrária (AMADO, 1996:33). Um exemplo à época de agitação social referia-se diretamente a movimentação de trabalhadores rurais nordestinos, reunidos em Ligas Camponesas, desde os anos 1940, que cada vez mais organizados passaram a reagir às arbitrariedades de grandes proprietários de terra.<sup>114</sup> Junto as ligas participaram ativamente integrantes e lideranças protestantes. Essa

---

<sup>114</sup> Pessoa, em sua dissertação de mestrado, apresenta uma revisão bibliográfica que considera Ligas Camponesas ainda na década de 1940. Porém, segundo o autor, na década de 1950, esse movimento se intensificou e tornou-se mais politizado quando em 1955, no estado nordestino de Pernambuco, trabalhadores rurais do Engenho da Galileia, orientados pelo advogado Francisco Julião, mobilizaram-se em prol de por melhores condições de trabalho no campo e empreenderam questionamentos a estrutura agrária vigente, logo o movimento se difundiu para outras regiões do país

conjuntura, certamente, contribuiu para que setores do catolicismo percebessem as áreas rurais mais vulneráveis às ideologias ou outros segmentos religiosos com reivindicações populares.

Logo após a experiência piloto em Campanha, a arquidiocese de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, também realizou semanas ruralistas – que serão melhor abordadas no último capítulo desta tese. Em Natal e arredores, desde meados da década de 1940, a arquidiocese e leigos por meio da Ação Católica vinham se mobilizando em um programa pioneiro de assistência rural que ficou conhecido como Movimento de Natal. O então padre Hélder – que esteve presente na Semana ruralista de Campanha, esteve presente na edição de Natal, onde o padre Eugênio Sales – um dos principais responsáveis pelas ações, realizou a primeira semana ruralista do Rio Grande do Norte. Além de estar presente, o padre Hélder levou as conclusões e primeiras impressões da edição mineira do evento realizada no ano anterior. Nesse primeiro momento, fica evidente o seu papel como importante articulador de um projeto que, via CNBB, ao longo da década de 1950 constituiria um movimento robusto da Igreja em prol do desenvolvimento.

Também ocorreram edições de semanas ruralistas nos estados nordestinos de Pernambuco e Bahia, pautadas pelo mesmo propósito de “antecipar a agitação social”.<sup>115</sup> Alguns periódicos, que circulavam no Rio de Janeiro, como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *A Manhã*, e também na imprensa católica – incluindo jornais diocesanos de caráter estritamente locais *A Ordem* (e sua congênere em Recife), *A Cruz*, *A Estrela Polar*, trataram repetidamente das semanas ruralistas realizadas pelo clero nesse período. Em muitos desses jornais foram divulgados os programas, os debates e os primeiros resultados das semanas ruralistas. E, em geral, nos artigos as SR's tiveram repercussão positiva.

Foi a partir da fundação da CNBB, em 1952, que a participação da Igreja Católica na promoção das semanas ruralistas pôde ocorrer mais intensa, ampla e coordenada. Essa conferência teve dois encontros regionais preparatórios: na Amazônia e no Vale do São Francisco, que foram mobilizados pelo então padre Hélder Câmara.<sup>116</sup> Assim, desde a fundação do novo órgão, em outubro de 1952, esse sacerdote foi o principal líder que tentou, através de suas ideias, fazer com que todo o episcopado nacional abraçasse o novo projeto para a Igreja (CONDINI, 2004:16). É importante frisar que havia o predomínio de bispos nordestinos na estrutura da CNBB (COSTA, 2014), aspecto que gradativamente contribuiu para que a colaboração entre estado e Igreja se expressasse mais

---

(PESSOA, 2015: 40).

<sup>115</sup>Relatório SR de Surubim [Pernambuco], AMAN, 1952: 04.

<sup>116</sup> Segundo Condini, naquela oportunidade, o padre Hélder enviou aos participantes cinco cadernos que apontavam os principais problemas brasileiros. Nestes cadernos, Dom Hélder sustentava posições que se diferenciavam das orientações da maioria do episcopado e punha a Ação Católica Brasileira à disposição para discutir e sugerir soluções para tais problemas. Com essa atitude, o padre enfatizou a necessidade de ser criada uma entidade nacional de caráter permanente do episcopado brasileiro para facilitar as discussões e debates, tendo como objetivo chegar às resoluções de maneira mais eficaz. (CONDINI, 2004:16).

claramente na região.

Em julho de 1955, entre 14 e 15 de julho, aproveitando a presença de todos os bispos católicos na capital federal, por ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional, a CNBB promoveu junto com representantes do Ministério da Agricultura, a assinatura de um acordo de cooperação entre as dioceses católicas e o Serviço de Informação Agrícola para a realização das semanas ruralistas. Esse acordo teve as conclusões básicas aprovadas e assinadas apenas no dia 29 de julho.<sup>117</sup> Entre os signatários estavam Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo de São Luís e ator extremamente engajado com as questões sociais como presidente do secretariado da Ação Social da CNBB. Também estiveram presentes Dom Otávio Aguiar, delegado da Ação Católica Rural e José Vieira, então diretor do SIA.

O relatório de atividades do SIA do ano de 1955 destacava que o entrosamento do Ministério com a Igreja Católica não significava “qualquer privilégio” e que com essa cooperação as semanas ruralistas estavam se “constituindo [como] promissoras sementeiras de ideias especialmente no que se refere a divulgação e extensão agrícolas.”<sup>118</sup> Ao final do ano de assinatura do acordo, o SIA distribuiu “350.000 exemplares de publicações, compreendendo livros, folhetos, jornais, revistas e outros, destinados aos mais variados interessados”.<sup>119</sup> Muitos destes materiais foram distribuídos nas paróquias.

O terreno material foi percebido como a esfera comum de colaboração entre os poderes temporal e espiritual. Na seção *Conclusões Básicas*, o documento indicava que a vida rural do brasileiro estava na esfera de ação tanto do Estado quanto da Igreja, pois os problemas seriam “de ordem material, técnica, social, moral e religiosa”. O acordo interessaria à Igreja pelo lado moral e espiritual - embora também se preocupasse com o lado temporal da questão, pois reconhecia a necessidade de “um mínimo de condições materiais”. O vasto território brasileiro, como destacava o texto, não poderia e nem deveria ser “inteiramente coberto pelos diversos órgãos do ministério da agricultura” [...]. Assim, para enfrentar essa dificuldade, o clero católico – “fundamentalmente originário do meio rural”, declarava ter percebido a necessidade de uma articulação mais “afetiva, orgânica e planejada” junto com as autoridades políticas.<sup>120</sup> As semanas e o seu caráter aglutinador de diversas agências constituíram um meio ideal para promover essa postura.

A repercussão do acordo entre Estado e a Igreja foi bem recebida nos jornais da época. Amplamente elogiado, o acordo foi tema em um dos artigos publicados no *Jornal do Dia*:

---

<sup>117</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 04/09/ 1955: 2.

<sup>118</sup> Os signatários foram Dom José de Medeiros Delgado, presidente do secretariado da Ação Social da CNBB; Otávio Aguiar, delegado da Ação Católica Rural e José Vieira, então diretor do SIA.

<sup>119</sup> Relatório de atividades SIA [Rio de Janeiro], AMADO, 1955:5.

<sup>120</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 04/09/1956: 2.



Bem haja, pois, esta cooperação entre a Igreja e o Estado, decorrente principalmente das conclusões básicas – de 14 de julho de 1955, entre o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e o secretariado da Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [...] Cooperação que a tendente a levar maior assistência ao homem do campo, cooperação esta feita em função do HOMEM, e não apenas da produção, porque nunca devemos aumentar e melhorar a produção, com abstração e, muito menos, à custa do homem como infelizmente tem praticado o desumano liberalismo econômico que subordina a pessoa humano a meros interesses de economia.<sup>121</sup>

O então bispo de Aracaju, Dom José Távora, também celebrou o acordo, destacando:

O Estado de Sergipe ainda é de economia agrícola, em grande parte. Daí o meu interesse em voltar as melhores preocupações para esse setor de atividade dos meus diocesanos. Nesse sentido cabe-me, desde logo, prestigiar e apoiar o convênio firmado em 1955, entre o Episcopado Nacional e o Ministério da Agricultura, por iniciativa do Serviço de Informação Agrícola.<sup>122</sup>

Logo após a repercussão positiva, o acordo começou a ser executado. E já em 1955, arcebispos, bispos e párocos trabalharam em conjunto com autoridades e técnicos do Ministério da Agricultura dos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Norte, Amazonas, Alagoas, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Pará e Maranhão. Especificamente sobre os recursos financeiros envolvidos, localizamos ofícios e notas recebidas para a realização de algumas edições desses eventos que registram auxílio do SIA no valor de Cr\$ 65 mil cruzeiros, mas também encontramos valores mais generosos, como a semana ruralista na Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia, na Paraíba, em 1955, que teve a liberação de recursos no valor de C\$ 100.000.<sup>123</sup>

As “semanas” não visavam apenas a formação de uma nova mentalidade para as populações rurais do país, mas observamos que freiras e padres passaram não apenas a defender melhorias na vida rural, mas também a se comprometer e se especializar, ingressando em cursos de diversos temas como: higiene, saúde, agricultura. Na Arquidiocese de Natal, por exemplo, na zona litorânea da cidade, em Ponta Negra, a SAR realizou encontros contínuos entre padres, religiosos e ativistas cristãos junto ao centro de formação de líderes para cursos de atualização, retiros, planejamento, etc. A seguir, destacamos algumas manchetes especificamente relacionadas às edições das semanas ruralistas realizadas no período e dedicadas a especializar também os segmentos do catolicismo:

---

<sup>121</sup> *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 04 /03/ 1956:5.

<sup>122</sup> IDEM: 4.

<sup>123</sup> Localizamos ainda recibos referentes a auxílios no mesmo valor (Cr\$ 65 mil cruzeiros) para pelo menos 4 edições de semanas ruralistas. Ofício recebimento de auxílio para a realização da VIII Semana Rural do RN. AMAN, 1956.

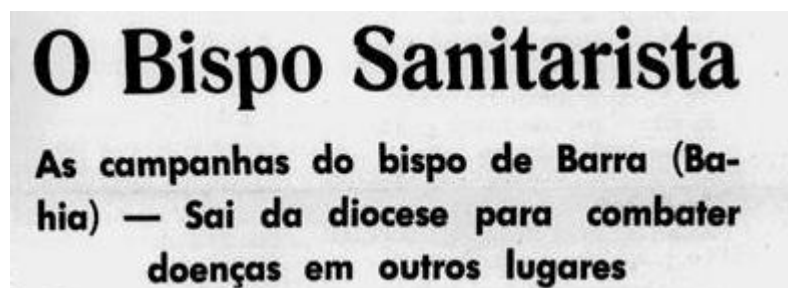
**Figura 4.** Recortes Jornais: Engajamento do clero católico e a temática rural



**FONTE:** *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 21/06/1956: 8; *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 23/05/1956: 4 & *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 23/11/ 1956: 7.

A arquidiocese da cidade baiana de Barra do Rio Grande, liderada por Dom João Muniz, entre 1942 a 1966, é um bom exemplo dessa conjuntura de especialização rural por parte dos religiosos. Desde 1950, essa diocese pioneira na realização de semanas ruralistas vinha discutindo questões relativas as áreas rurais. Por tal engajamento, em 1956, na ocasião da VIII Semana Ruralista do Médio São Francisco, um artigo publicado em diversos jornais (*Correio da Manhã*, *A Noite*, *Jornal do Comercio*, *Tribuna da Imprensa*), declarava: “Já se chamou D. João Muniz, bispo-lavrador, mas as suas campanhas sanitárias, em colaboração com o Governo, no combate e controle de doenças (malária, tracoma, esquistossomose, etc) dão-lhe outro título: bispo sanitarista”.<sup>124</sup>

**Figura 5.** Recorte jornal: “O Bispo Sanitarista”



**FONTE:** *O Lar Católica* [Juiz de Fora], 25/09/1955: 3.

<sup>124</sup> *O Lar Católica* [Juiz de Fora], 25/09/1955: 3.

Dom Muniz, comandou uma grande diocese que se projetava para uma área com o dobro do tamanho de Pernambuco (220 mil km<sup>2</sup>), beneficiando mais de quinhentas mil pessoas em 21 municípios. Com colaboração de órgãos públicos, no vale do médio São Francisco, esse bispo teria auxiliado no tratamento de 100 mil doentes de malárias, fundado cinco postos de combate ao tracoma, também mobilizou a formação de enfermeiras obstetras para combater a “febre puerperal e o tétano umbilical”.<sup>125</sup> Entre as atividades que visavam “elevar o padrão de vida no Vale”, além de organizar semanas ruralistas, foram fundadas associações com o Círculo Operário de Juazeiro (com mais de 750 inscritos), por exemplo.

Embora as semanas ruralistas tenham tido a colaboração oficializada junto ao Ministério da Agricultura, por meio do SIA, analisá-las implica entender que muitas outras agências públicas exerceram considerável colaboração na promoção das mesmas. Especialmente, durante o governo JK - com discutido no próximo capítulo, quando o combate às chamadas doenças de massas revigorou no debate público, as paróquias católicas apoiaram a distribuição não apenas gêneros relacionados a questões agrícolas, mas também de medicamentos, materiais relacionados à higiene e educação em saúde, com ampla colaboração do Ministério da Saúde. Dom Muniz e sua diocese no vale do Médio São Francisco, por exemplo, foram ativos no combate ao Tracoma em colaboração com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, fundado em 1956. Muitos setores pilotos desse órgão – que se foi o principal órgão de saúde pública durante os anos JK, foram inaugurados durante semanas ruralistas católicas.

Segundo José Vieira, então diretor do SIA, em 1958, mais de trinta arcebispos e bispos; além de números sacerdotes, já trabalhavam permanentemente em articulação com autoridades e técnicos do Ministério da agricultura, como “autênticos agentes as tarefas extensionistas em Benício das nessas comunidades rurais”.<sup>126</sup> A transcrição da entrevista concedida pelo Cardeal Jaime de Barros Câmara à rádio “Vera Cruz”, publicada na edição de 5 de agosto de 1956 do jornal católico *A Cruz* é elucidativa das formas como a Igreja Católica indicou, mediou e aproximou medidas públicas e a população brasileira no período. Destacando a ação do episcopado brasileiro na aplicação de medidas dirigidas aos habitantes da “hinterland” do país, Dom Jaime destacou que a população geralmente aceitava mais facilmente as recomendações de um sacerdote do que a de outro indivíduo. Dando conta da Igreja Católica no Norte do Brasil, nas ações de combate à malária entre as populações ribeirinhas do interior do Pará, o Cardeal destacou: “a simples chegada dos médicos na comitiva do padre desfazia a reserva com que olhavam os comprimidos de artebrina”, para o tratamento de malária. Os medicamentos eram gratuitamente distribuídos. No entanto, continua o Cardeal, em

---

<sup>125</sup> IBIDEM:3.

<sup>126</sup> *O Dia* [Curitiba] 06/07/1958:1.

outros povoados “já não se dava o mesmo, tornando-se necessária ação mais direta do sacerdote”.  
Segue a transcrição de seu discurso:

Eis o que se passou na região de Barcarena. Já para aceitarem os comprimidos, teve o missionário que mostrar aos fiéis que também ele aceitara dos doutores aqueles comprimidos amarelos. Então é que se decidiram recebe. Chega, porém o fim do dia, e ninguém tinha tomado o remédio. Queixaram-se disso os médicos. O padre reúne o povo na prática da tarde e lhe faz sentir de que nada servia receber o medicamento sem o engolir, como ele, padre, havia feito naquele mesmo dia. Mas isso, decreta um caboclo a meia voz, - é porque o Vigário primeiro benzeu o remédio que ele tomou[...].  
- Pois eu vou benzer o de vocês. Falou o Pe. Carlos. E só então é que se resolveram a ingerir os comprimidos de artebrina.<sup>127</sup>

Para o cardeal Câmara, a Igreja investia seu prestígio e não raro as autoridades apelavam à sua “mediação a fim de solucionar certos problemas de ordem popular”. Esse clérigo, ex-arcebispo de Belém do Pará, foi nomeado em 10 de julho de 1943, sucessor do cardeal Sebastião Leme, já falecido. À frente da arquidiocese do Rio, o novo arcebispo contava entre seus bispos auxiliares Dom Hélder Câmara e Dom José Távora, membros dinâmicos e com muita atuação pela arquidiocese carioca, e que logo chamariam mais atenção que o próprio Dom Jaime. Esses bispos desde a década de 1930, enquanto sacerdotes ainda no Nordeste, já trilhavam caminhos mais sociais. O então padre pernambucano José Távora fundou a Legião do Trabalho em Pernambuco, movimento que buscava organizar os trabalhadores segundo a doutrina social da Igreja. Em 1931, o padre cearense Helder Câmara já havia fundado, no Ceará, a Juventude Operária Cristã (NASCIMENTO, 2008: 32).

Diante da boa recepção e comprometimento de segmentos do catolicismo com as semanas ruralistas, especialmente pelo caráter disperso e aglutinador destes eventos que mobilizaram um grande número de colaboradores, privados e públicos, encontramos dificuldade em apontar um número total de atividades diretamente relacionadas a essa prática extensionista. Um dos poucos relatórios do Ministério da Agricultura que tratou o assunto indica que durante as edições de SR's realizadas em 1950-51 (Caxambu, Natal), foram ministradas 108 aulas e demonstrações práticas, com a participação de 7.200 interessados; distribuíram-se 12.665 publicações de divulgação agropecuária e foram levadas a efeito 32 sessões de cinema educativo cujos assistentes foram um total de 13.300 pessoas. No jornal paranaense *O Dia*, apresentando dados ainda mais robustos, destacou-se que não havia como negar a ação benéfica das semanas ruralistas. No impresso, foi indicado que a colaboração do SIA, entre 1946 e meados de 1958, realizaram-se cerca de cento e vinte SR's, “tendo cada vez mais acrescido o número de tais reuniões.” Citando um exemplo, se no biênio 1954-55 teriam ocorrido 24 semanas ruralistas, no biênio seguinte, considerando que este é o

---

<sup>127</sup>A Cruz [Diamantina], 05/08/1956: 2.

período de assinatura do acordo com a CNBB, os eventos realizados foram de 50 semanas, “tendo-se coberto quase todos os Estados da Federação”.<sup>128</sup>

Quanto à participação das populações rurais durante as atividades realizadas nas semanas ruralistas ,(exibição de filmes, aulas práticas e teóricas), o mesmo jornal discriminou que no biênio 1954-55 a frequência teria atingido cerca de 90.000 pessoas, e no biênio 1956-57 subiu para 260.000.<sup>129</sup> A participação das populações rurais, embora pouco discutida - dada a natureza das fontes, sinaliza um interesse político deste segmento e não apenas uma resposta ao engajamento social ou proselitismo da Igreja.

A seguir um mapa situando edições de semanas ruralistas realizadas sob os auspícios da Igreja Católica em colaboração com o SIA durante a década de 1950.

---

<sup>128</sup> *O Dia* [Curitiba], 06/07/195:1.

<sup>129</sup> IDEM:1.

**MAPA 3.** Edições de Semanas Ruralistas da década de 1950.



<b>Convenções Cartográficas</b>			
□ Limites estaduais 1950	▲ Surubim - PE (1952)	▲ Taipu - RN (1955)	▲ São Paulo do Potengi - RN (1956)
● Capitais Estaduais 1950	▲ Arari - MA (1953)	▲ Tapera - RS (1955)	▲ Curitiba - PR (1957)
▲ Barra - BA (1950)	▲ Boa Vista - RR (1953)	▲ Três Passos - RS (1955)	▲ Estrela - RS (1957)
▲ Carmópolis de Minas - MG (1950)	▲ Oliveira - MG (1953)	▲ Cerro Largo - RS (1956)	▲ Jaraguá - SC (1957)
▲ Caxambu - MG (1950)	▲ Nova Cruz - RN (1953)	▲ Divinópolis - MG (1956)	▲ Jaraguá do Sul - SC (1957)
▲ Bananeiras - PB (1951)	▲ Açu - RN (1954)	▲ Dois Irmãos - RS (1956)	▲ Maceió - AL (1957)
▲ Franca - SP (1951)	▲ Coroatá - MA (1954)	▲ Erechim - RS (1956)	▲ Uberaba - MG (1957)
▲ Jundiá - RN (1951)	▲ Itacoatiara - AM (1954)	▲ Guaporé - RS (1956)	▲ União dos Palmares - AL (1957)
▲ Pau dos Ferros - RN (1951)	▲ Parintins - AM (1954)	▲ Ijuí - RS (1956)	▲ Viçosa - MG (1957)
▲ Vaia do Souza - ES (1951)	▲ Petrolina - PE (1954)	▲ Natal - RN (1956)	▲ Santo Antônio da Patrulha - RS (1957)
▲ Satuba - AL (1951)	▲ Diamantina - MG (1955/1956)	▲ Viamão - RS (1956)	▲ Aracaju - SE (1958)
▲ Conceição de Macabu - RJ (1952)	▲ Touros - RN (1955)	▲ Teresina - PI (1956)	▲ Bento Gonçalves - RS (1958)
▲ Caicó - RN (1952)	▲ Ponta Porã - MT (1955)	▲ Tubarão - SC (1956)	▲ Caxias do Sul - RS (1958)
			▲ Colatina - ES (1958)
			▲ Farroupilha - RS (1958)
			▲ Garibaldi - RS (1958)
			▲ Gaurama - RS (1958)
			▲ Jaguarí - RS (1958)
			▲ Santiago - RS (1958)
			▲ Uruguiana - RS (1958)
			▲ Araçuaí - MG (1959)
			▲ Bacabal - MA (1959)
			▲ Benjamin Constant - AM (1959)
			▲ Florianópolis - RS (1959/1960)
			▲ Palhoça - SC (1959)
			▲ Pesqueira - PE (1959)
			▲ São José - SC (1959)

**FONTE:** Essas informações são resultado de uma pesquisa seriada realizada em edições da década de 1930 dos jornais disponíveis na plataforma digital Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A chave de busca foi: “semanas ruralistas”. Também consultamos impressos oficiais de alguns dos eventos citados que estavam disponíveis nos arquivos da arquidiocese de Natal – RN e Diamantina -MG. Elaborado pelo autor.

Com a colaboração da Igreja, as “semanas” começaram a acontecer para além dos grandes centros de produtores, ou ferrovias e vias importantes, mas também em espaços cada vez mais de difícil acesso. Em alguns casos, dadas as diferentes realidades conhecidas com o auxílio de pesquisas e métodos dos estudos de comunidade aplicados nas SR's, a busca por “antecipar a agitação social”, exigiu que os eventos ocorressem com dinâmicas e programações diferenciadas em alguns locais. Houve, por exemplo, edições itinerantes dos eventos e outras que precisavam negociar espaço com setores protestantes que também exerciam influência na região de atuação da diocese.

A semana ruralista organizada pela diocese de Porto Alegre, entre 1 a 15 de julho de 1956, percorreu os municípios de Guaporé, Dois Irmãos e Viamão. Essa mobilização envolveu cerca de 3.000 colonos, seminaristas, sacerdotes e a presença de oito bispos e técnicos federais e estaduais. Como a “semana” de Campanha – essa edição organizou um documento de conclusão indicando aspectos da região e suas possíveis soluções. O documento afirmava que sacerdotes e leigos precisavam acertar os ponteiros do seu tempo e do seu ambiente. Além disso, o texto reconhecia a necessidade de um trabalho conjunto, coordenado por órgãos públicos e da esfera administrativa com o trabalho de entidades privadas. O objetivo comum deveria ser: humanizar e valorizar a condição do campesino na sua prole, mediante métodos modernos de assistência técnica. Foram indicados três planos distintos para cumprir esse propósito: a) os problemas atinentes ao preparo do sacerdote para o meio rural; b), o que se referem ao lançamento futuro do seu trabalho apostólico nos vários quadros em que atua desenvolvendo os ramos masculinos e femininos da JAC e LAC, e c) os de interesses comuns a vários organismos, cuja forma concreta de entrosagem foi discutida e corretamente encaminhada. Dentre as medidas consideradas oportunas pela diocese de Porto Alegre, que tinha a sua frente Dom Vicente Scherer (1903-1996), foram indicados:

- 1) Aconselhar os professores dos seminários a incorporarem ou desenvolverem capítulos especiais sobre problemas humanos da vida rural, organização de comunidades, serviço social de grupo, fundação de entidades associativas, educação de base e temas de moderna sociologia científica;
- 2) Insistir que o ensino teórico da Sociologia, Pedagogia Catequética e da Ação Católica em particular seja, durante o ano, acompanhado de trabalhos práticos de pesquisas sociais nas zonas próximas aos seminários.
- 3) Solicitar dos reitores que proporcionem aos seminaristas em feiras cursos de extensão agrícola, bem assim cursos rápidos sobre temas de agricultura e pecuária;
- 4) Introduzir o trabalho em equipes na vida interna dos seminários, visando a combater o individualismo tão prejudicial ao trabalho apostólico.
- 5) fomentar sob a coordenação de um clube agrícola, nas áreas dos seminários menores, as atividades das pequenas lavouras e criações;
- 6) No caso especial de Viamão elaborar e executar, sob a supervisão de técnicos

um plano de moderna agricultura, criando uma área modelo de aproveitamento agrícola para fins de educação especializada:

- 7) Procurem os atuais sacerdotes influenciar, direta ou indiretamente, juntas municipais do novo serviço Social Rural no sentido de que elas se habilitem, através de elementos moral e profissionalmente capazes, para a realização, no município, das finalidades desta autarquia:
- 8) Realizem os Seminários Maiores, sempre que possível, Semanas Ruralistas como a de Viamão, para orientar as paróquias sobre programas de bem estar rural, coordenar instituições, manter as dioceses atualizadas quanto os problemas agrários e estimular a criação de órgão diocesanos de Ação Social Rural.<sup>130</sup>

As conclusões realizadas nesta semana são mais uma evidência de como o conhecimento sociológico circulava entre outros espaços não institucionais com o apoio de um segmento religioso. Chama atenção o caráter itinerante do evento, buscando ter uma cobertura mais ampla. Como aponta Rodeghero, as semanas ruralistas no Rio Grande do Sul – bem com as demais edições mobilizadas a partir do acordo com a CNBB, compartilhavam do pressuposto que a mudança tecnológica garantiria a permanência das populações no campo, preservando aí espaço de influência da Igreja. Ao mesmo tempo, como frisa a autora, esses eventos ajudavam a demonstrar como a Igreja tinha se transformando num importante agente mediador da modernização capitalista da agricultura (RODEGHERO, 1997:150). Nesse sentido, a modernização agrícola sobressaía-se sobre a questão da distribuição de terra sobre a reforma agrária.

Além do caráter itinerante, há menções a tensões e acomodações com outros segmentos religiosos. A edição na cidade gaúcha de Dois Irmãos (1956), “católicos viviam misturados com os protestantes” – e, esses últimos, como foi indicado no *Jornal do Dia*, também teriam “o direito aos ensinamentos da agricultura moderna”. Chama atenção a justificativa dada no mesmo artigo com objetivo de justificar uma aproximação entre os dois segmentos religiosos, a saber: “não se podia renunciar ao princípio fundamental e inalterável da colaboração entre as entidades religiosas e públicas.” Diante disso, na região a semana ruralista precisou atenuar a discussão mais religiosa, na medida em que “buscou-se também convidar pastores luteranos para juntos organizarem a edição da “semana”. Como foi destacado no artigo: “a igreja proíbe a mistura dos credos, o relaxamento na pureza dos dogmas, mas não proíbe a colaboração em assuntos de interesse comum, como se vê nos sindicatos cristãos e nos partidos democratas cristãos da Europa”.<sup>131</sup>

Entretanto, continuou a publicação, a situação em outra cidade perto dali não permitirá tal abertura. A situação no município de Ijuí foi considerada mais delicada, além dos luteranos, havia a percepção de que este município teria presente uma multidão de “seitas bem desiguais”. Segue texto:

---

<sup>130</sup> A Cruz [Rio de Janeiro], 05/08/1956:37.

<sup>131</sup> *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 14/03/1957:6.



“Algumas negam completamente a divindade de Cristo, perdendo todo o direito ao nome de “cristãos”. Aqueles que não poderiam ser chamados “cristãos”, certamente, refere-se a expressões religiosas diferentes da matriz judaico-cristã. Portanto, teria sido inconveniente o convidá-las. Assim: “Mas para não ofender a ninguém, fizeram-se todos os esforços para não acentuar o caráter religioso da iniciativa.” Na ocasião, os párocos não convidaram os fiéis durante as missas, e sim, isoladamente, não podendo atingi-los todos. Segundo *Jornal do Dia*, o templo protestante, por sua vez, esquivou-se das tentativas de aproximação, uma vez que “não se fez menção das conferências nem durante nem fora do púlpito”. De tal modo que apesar do esforço de “a “neutralização” ou “laicização” de tais iniciativas”, a grande maioria dos protestantes absteve-se da participação, pois ouvindo que a Semana foi organizada por padres, julgavam tratar-se de uma atividade católica. E os agricultores católicos não compreenderam bem que os seus padres se empenharam como tais. O impresso se encerrou declarando que a “neutralização” ou “laicização” de tais iniciativas, de caráter essencialmente religiosos, estraga tudo. No mesmo artigo é destacado ainda que o jornal protestante teria sido convidado, “com iguais direitos à imprensa católica”, mas não teria algum representante de um jornal protestante que tivesse assistido, por exemplo, as semanas. Por acaso não se deu, porque o jornal protestante que estava em questão, se interessava mais pela conservação da língua alemã entre os colonos do que menos do seu profissional.<sup>132</sup>

Essa experiência mostra que, mais do que atender às questões relacionadas às necessidades e características de cada região, bem como conhecer os espaços sob sua influência, a ação desse segmento da Igreja precisava negociar com outros atores de uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa. Essa experiência se relaciona ainda a uma dimensão importante para qualquer instituição religiosa, a coerência entre identidade e ação (JAMES, 2009:11). Portanto, o episódio também mostra como o segmento religioso envolvido na busca por um desenvolvimento mais participativo e democrático - para não contrariar essa orientação sustentada pelo menos retoricamente, teve que considerar que seu ponto de vista também pode apresentar obstáculos.

Essa experiência sinaliza também que tão importante quanto o engajamento é a compreensão e comprometimento respeitoso a outras percepções do processo - ainda mais importante para com a realidade da comunidade que se busca desenvolver. Como afirma James, em relatório que examina a contribuição de diferentes religiões no processo de desenvolvimento, além das agências, as próprias igrejas também estão “em desenvolvimento” (IDEM:1-36). De modo que, implica, para avançar num debate mais vigoroso e inclusivo, é preciso que sejam consideradas diferenças teológicas e culturais que existem, mesmo dentro de uma mesma fé, e que podem levar a visões profundamente divergentes sobre o que significa desenvolvimento (IDEM, 2011:109-117).

---

<sup>132</sup> IDEM:6.

As questões das áreas urbanas também foram discutidas durante as semanas ruralistas, afinal os problemas entre campo e cidade eram percebidos como indissociáveis. Dom Hélder afirmou repetidamente em seus discursos e nas semanas em que participou, não resolveria discutir os problemas das favelas sem abordar, por exemplo, o êxodo rural. Nesse sentido, para citar outro exemplo, o arcebispo de Curitiba, entre 1950 e 1970, Dom Manuel da Silveira d'Elboux (1904-1970), signatário do acordo de 1955, organizou a primeira semana ruralista em Curitiba. Esta edição, juntamente com a prefeitura municipal, discutiu propostas para uma ação social conjunta com o objetivo de combater o crescimento das favelas que surgiram na cidade. Segundo o arcebispo, o objetivo era enfrentar os problemas que dificultavam a vida no campo para evitar que as pessoas optassem pela busca por áreas urbanas. A questão também foi a “instalação de clínicas médicas e odontológicas em todos os bairros, principalmente nos mais pobres”.

Já ao fim de nossa discussão, é importante ressaltar que se reconhecia que para criar uma nova mentalidade, era preciso um trabalho sistemático, envolvendo a comunidade e a elevação de suas condições de vida em vários níveis. Isto é, um trabalho conjunto, planejado e duradouro. Nessa conjuntura, em muitas regiões onde se realizaram semanas ruralistas, em momentos distintos, entre as atividades relacionadas as semanas estava a inauguração de alguns órgãos diocesanos, paroquiais ou mesmo municipais com o objetivo de acompanhar a comunidade, formar lideranças, enfim, defender os valores apresentados e divulgados durante os eventos. Alguns exemplos são o Serviço de Assistência Rural (SAR), em Natal, a Missão Intermunicipal rural arquidiocesana (MIRA), em São Luís, o Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência (SEARA) em Diamantina. Apesar dos esforços, muitas das ações e sugestões como a própria Reforma Agrária que esteve presente e mobilizou a discussão e o convite feito na semana ruralista de Campanha nas conclusões da Pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós”, muitas das respostas e ações desenvolvidas não se aprofundaram no avanço desses temas. Um exemplo pode ser observado nas edições de semanas ruralistas realizadas no Rio Grande do Sul, Rodeghero afirma que o bispo de Porto Alegre, Dom Vicente, analisou de duas maneiras distintas as repercussões das semanas que sua diocese realizou (Guaporé, Dois Irmãos, Viamão entre outras). Segundo a autora, o bispo deu a entender que “no que dependia dos agricultores haviam surgido avanços, mas no que era de responsabilidade dos poderes públicos pouco ou quase nada havia se modificado. Nas palavras do bispo, destacou a autora, avaliava-se que “cada um desses certames rurais” redigiu e aprovou extensas listas de reivindicações e apelos aos poderes. Ficou tudo no papel e no ar e nem 5% das medidas pleiteadas foram executadas (RODEGHERO, 1997:164-165).

Outro ponto a se destacar refere-se ao fato de que a mobilização desse segmento do catolicismo não foi isenta de críticas, inclusive dentro da própria Igreja. Ao relatar aspectos de sua trajetória e

atividades pastorais desenvolvidas no interior do Rio Grande do Norte, monsenhor Expedito Sobral de Medeiros nos dá um bom exemplo. Em entrevista, o sacerdote afirmou que, junto com seus parceiros, caminhavam com “cautela”, pois, “no povo, havia alguma reação a esse tipo de trabalho da Igreja. Era uma novidade e chegaram até a dizer que os padres estavam ensinados a capar bode e foliar formiga!” (MEDEIROS, 2013: 37). Além do relato desse contemporâneo ao período analisado, chama atenção o artigo “Padres de Macacão” publicado no jornal católico chamado *A Ordem*.<sup>133</sup> Embora o articulista, Frei Alberto Chambert estivesse atento ao contexto das cidades, pois tratou sobre a ação pastoral de padres em ambientes urbanos, seu discurso reage à nova postura que vinha sendo assumida por segmentos do clero católico, que no texto foi denominada de “modernice” e fruto da secularização da sociedade.

No mesmo artigo, Frei Alberto lamentava por ter que escrever novamente sobre “padres-operários” - afirmou que havia ingenuamente introduzido o assunto nas colunas do *Mensageiro do Santo Rosário*, impresso dos Dominicanos do Leme, em 1947, e que em outra ocasião, nas *Cartas ao Mensageiro* que foi continuada pelo Frei João Batista dos Santos, em 1948. Segundo o articulista, havia um espanto em relação a forma como os sacerdotes vinham agindo, apontado como “um novo perigo que ameaçava o clero” brasileiro, o espanto se dava e se expressava por meio das figuras “o padre operário”, “o padre de macacão”. O autor afirmou que na época, inclusive, revistas católicas com articulistas desentendidos, viam a novidade como “estranha-moda”, “delírio contagioso”, estouro da boiada” que traria perigo aos arraiais. Mas, enfatizado que seria perda de tempo, “refutá-los um por um”, destacou que não haveria “coisa melhor a fazer [senão]: prestar ouvidos à voz que vem de Roma, e que tem autoridade para orientar no mundo inteiro o apostolado moderno dos sacerdotes e dos leigos: a Voz do Papa”. O articulista referia-se a Pio XII – e a doutrina social da Igreja. Após citar discursos pronunciados pelo pontífice acerca do trabalho dos padres juntos a operários, Frei Alberto afirma não ser preciso “esperar que as massas venham procurar o padre nas sacristias”, portanto, era preciso “aproveitar todas as oportunidades que o ministério das almas ainda oferece ao padre de estar em contato com as massas dos operários”, ou mesmo “ir mais longe: conviver – irmãos entre irmãos – com as massas proletárias.”<sup>134</sup>

Por fim, o artigo sobre “padres de macacão” terminou enfatizando que a abordagem dos padres não era sobre “modernice”, mas sobretudo era um “método”, que “viria em linha reta” do próprio “Jesus Cristo[pois]: também ele mesclava o seu suor com o dos operários”.<sup>135</sup> Essa perspectiva, como vimos estavam em consonância com as ações e debates promovidas no período

---

<sup>133</sup> *A Ordem* [Rio de Janeiro], julho-agosto/1949: 71-75.

<sup>134</sup> IDEM: 74.

<sup>135</sup> IDEM: 75.

por muitos bispos junto a CNBB, que vinham se se especializando em questões relacionadas à sociologia, agricultura ou higiene, por exemplo. Todo o contexto arrolado neste capítulo procurou evidenciar como um segmento do catolicismo participou ativamente em processos de desenvolvimento através das semanas ruralistas. Está evidente, nos discursos e nas ações, inclusive, foi durante uma das “semanas” promovidas por Dom Delgado, bispo de São Luís, que foi proferido o discurso que dá nome a este capítulo: que “a missão do padre não estaria mais confinada a sacristia”.<sup>136</sup>

## 2.5. Considerações Finais

O capítulo abordou parte da trajetória dos eventos denominados semanas ruralistas como práticas de extensão rural desenvolvidas no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950.<sup>137</sup> O contexto elencado até aqui destaca que foi especialmente a partir da década de 1950, com o envolvimento da Igreja, que esses eventos se tornaram ainda mais indispensáveis. E as paróquias católicas cada vez mais puderam mobilizar recursos locais para a agenda de desenvolvimento. No início da década de 1960, ocorreu o movimento do golpe militar, que assumiu a direção do país em 1964, e interrompeu a realização desses eventos, que na época eram organizados por dioceses católicas e tiveram uma recorrência considerável em todo o país.

Além do caráter anticomunista, as SR’ com grande poder aglutinador, convidaram diversos segmentos da sociedade brasileira para o debate sobre a situação rural, reunindo não apenas diferentes classes, como patrões e trabalhadores rurais, mas de forma mais ampla, buscando aproximar populações rurais do que era considerado moderno e necessário na época, para que as áreas rurais também pudessem ser desenvolvidas. Outros órgãos, além do SIA, foram fundamentais para a realização desses eventos, o ministério da saúde, a CNER e a SSR que publicaram e distribuíram, por exemplo, materiais didáticos sobre educação em saúde durante as “semanas” em regiões carentes de recursos assistenciais (BARREIRO, 2010).

Foi claro o papel mediador do catolicismo, e principalmente a partir do governo JK, como discutiremos mais adiante, essa ação tornou-se cada vez mais reivindicada e contribuiu para botar

---

<sup>136</sup> O Dia [Curitiba], 20/02/1958: 11.

<sup>137</sup> Localizamos a ocorrência de eventos com nome hormônio sendo realizadas até os dias atuais: 22ª SR de Estrela do Norte (2017), 17ª SR de Nova Iguaçu de Goiás (2022) ambas no estado de Goiás. . Obviamente, esses eventos recentes se inserem em outros contextos e interesses que carecem de mais estudos e fogem ao escopo desta pesquisa. Referências sobre essas edições estão disponíveis, respectivamente, em: a) <https://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/semana-ruralista-anima-cidade-17071741> b) <https://novaiguacu.go.gov.br/confira-a-Atualizacao-do-boletim-da-covid-19-em-nova-iguacu-de-goias/>. E ainda localizamos registro de gravação de uma música intitulada “Semanas Ruralistas” canção de Silveira & Barrinha, de 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xoYLBjkk3ho>. Acesso 08/08/2022.

em andamento algumas campanhas centrais do governo, como as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Endemias Rurais. O engajamento da CNBB buscou contemplar o ser humano em sua integralidade e deu forma a uma visão de desenvolvimento baseada em valores cristãos, o chamado desenvolvimento integral. Diante disso, os bispos colaboraram, mas também exigiram ações do poder público, endossando ao mesmo tempo a crítica e a necessidade de superar noções economicistas que apontavam para um desenvolvimento voltado para a industrialização, em detrimento de aspectos como educação, saúde, por exemplo. Esses elementos, de fato, poderiam garantir dignidade e elevação da qualidade de vida da sociedade brasileira da época, sobretudo, nas áreas rurais identificadas à época como abandonadas pelo poder público.

De todo modo, muitos dos resultados e ações desenvolvidas pelas semanas ruralistas mostraram-se insuficientes. Quando observamos de perto, especialmente em seus resultados finais, suas conclusões e decretos precisaram concorrer com uma clara tendência no período de priorizar o crescimento econômico via industrialização. Durante as SR's, a intenção de “antecipar-se de agitações sociais”, ou seja, em defesa da ordem vigente, não teve igual impacto em termos de compromisso, ampliação da cidadania e melhoria na condição de vida das populações. Assim, dimensões sociais que deveriam envolver o processo de desenvolvimento (saúde, educação, reforma agrária), foram temas pouco aprofundados, em grande parte devido à dinâmica da Guerra Fria, e uma cultura anticomunista tanto na CNBB quanto no governo. Na prática prevaleceu, como Rodeghero evidenciou ao analisar as edições das semanas ruralistas realizadas no sul do país, a ênfase na modernização da agricultura como uma forma de manter a população no campo. Pois, permanecendo no campo, essa população poderia manter seus valores tradicionais, preservando-se como uma “população rural, e população fiel”. Assim, entre a tradição e a modernidade, segmentos da igreja “buscaram se adaptar preservando elementos do passado” (RODEGHERO 1997:167).

Por fim, tendo em vista aspectos da trajetória, organização e recepção desses eventos, no capítulo seguinte apresentamos um estudo de caso, no qual analisamos duas edições de semanas ruralistas realizadas em Diamantina, Minas Gerais, nos anos de 1955 e 1956. A opção por essas edições de SR's deve-se ao fato de que à época de sua realização, o então presidente do Brasil era Juscelino Kubitschek que, além de nativo daquela cidade, havia sido bolsista do seminário arquidiocesano local. Esses aspectos contribuíram para dar destaque nacional à edição realizada em 1956, constituindo-se, assim, como mais um canal para que a CNBB pudesse estreitar sua relação com o poder temporal durante a gestão de JK. Na ocasião, o norte mineiro assistia um gradativo aumento do êxodo rural – problema que cada vez mais repercutia nacionalmente, haja vista que era diretamente relacionado ao crescimento desordenado das cidades, isto é, a favelização de alguns centros urbanos. Parte do território de Diamantina assim como grande parte do à época era percebido

como o Nordeste do Brasil, estavam incluídos na região denominada *Polígono das Secas*, onde a questão do êxodo se mostrava mais alarmante.

### **CAPÍTULO 3: *A Igreja sozinha não pode fazer tudo: As Semanas Ruralistas da Arquidiocese de Diamantina (1955 – 1956)***

O capítulo discute o papel da arquidiocese de Diamantina na mobilização pelo desenvolvimento regional do Norte de Minas Gerais e na sua relação com o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), a partir do exame de duas edições de semanas ruralistas realizadas na cidade entre os anos de 1955 e 1956. No período de realização desses eventos, a trajetória política de Juscelino, nativo daquela cidade e ex-aluno e bolsista do seminário arquidiocesano local, estava em ascensão nacional. Esse aspecto deu maior proeminência as ações desenvolvidas pela Igreja em Diamantina pois Kubitschek enquanto governador de Minas (1951-1955) e, posteriormente, presidente do Brasil (1956-1961), manteve amistosas relações com as autoridades eclesiásticas de sua cidade natal (e do clero mineiro em geral). A Igreja Católica em Diamantina valendo-se do seu lugar de prestígio junto a população e pela vasta região do norte mineiro - que atualmente abrange regiões como: Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas, Vale do Mucuri, declarou seu apoio a Juscelino nos âmbitos de sua trajetória política e prestou apoio a sua candidatura ao governo mineiro e para a presidência do país. Na segunda edição de uma semana ruralista na cidade, em julho de 1956, JK esteve presente e inaugurou uma série de obras e instituições que visavam promover o bem-estar rural na região e que demonstravam coerência com suas propostas de quando candidato nas eleições presidenciais de outubro de 1955. No capítulo, observamos de perto como as paróquias católicas se tornaram “núcleos dos quais emanavam novidades que visavam a recuperação social do campo”.<sup>138</sup>

Prevalecia o argumento de que, mais do que qualquer outra instituição, a Igreja seria detentora de notório saber sobre as características e necessidades das populações brasileiras e latino-americanas. Mas, para isso, a instituição religiosa teve que seguir o espírito da época, marcado cada vez mais pelo interesse e participação de organismos internacionais, como a ONU e suas agências, em problemas como fome, doença e pobreza - temas que, como destacou Hochman (2012), chamavam cada vez mais atenção em um mundo claramente dividido da Guerra Fria. O diálogo e uso da ciência e seus produtos abriu um leque de entradas para a Igreja Católica participar de um debate que se tornava cada vez mais global e pautado em termos científicos. Destaca-se também o feliz encontro com a agenda desenvolvimentista e democrática alçada, ainda que retoricamente, por JK.

A troca de cartas entre Dom Hélder Câmara e o arcebispo de Diamantina, Dom José Newton de Almeida Batista, sobre os preparativos para as edições de SR's naquela cidade, além de indicar

---

<sup>138</sup> AMAN, 1953.

mais aspectos do papel articulador de Dom Hélder, mostra como as semanas ruralistas se relacionaram diretamente com os Encontros dos Bispos do Nordeste (EBN's), eventos de grande proporção e sem igual na história republicana. Os EBN's foram fruto do engajamento de diversos bispos nordestinos que, por meio das semanas ruralistas, buscaram promover debates e ações para responder os problemas que tornavam o país “subdesenvolvido”. Os dados arrolados por meio das semanas ruralistas foram sistematizados e embasaram muitas sugestões e indicações realizadas durante os EBN's. Foi nessa perspectiva que o arcebispo metropolitano de Diamantina buscou enfatizar que a partir das semanas ruralistas que organizava, a sua arquidiocese se unia a Igreja Católica nacional na “intenção e na ação”.<sup>139</sup>

O capítulo deixa evidente como a Igreja Católica contribuiu com agências públicas na busca por integrar as áreas rurais do país. Esse segmento religioso colaborou com a sua estrutura, mas também mobilizando agentes voluntários, recolhendo e distribuindo um fluxo de informações, representações, discursos, expectativas e materiais para as regiões do Brasil rural, indicando e elaborando propostas de infraestrutura e de impacto social e econômico - especialmente nos locais diretamente sob o espaço de influência das suas dioceses. A partir do exame da I e II edições SR em Diamantina, o argumento mais geral deste capítulo é que o Estado brasileiro ao colaborar com a realização das semanas ruralistas, por meio de assistência técnica em agricultura e em saúde, bem como pela distribuição de material impresso sobre educação, alimentação, saúde e higiene, teve na infraestrutura religiosa um meio para alcançar os rincões do país, tendo os sacerdotes como um dos mediadores de seu processo de integração nacional. A influência importante exercida por segmentos católicos nas ações de desenvolvimento do período, também garantiram a expansão de seu patrimônio.

### **3.1 *Por um mundo melhor: A Arquidiocese de Diamantina***

No início dos anos 1950, a cidade de Diamantina assistiu a chegada do novo arcebispo local, Dom José Newton de Almeida Batista (1904 – 2001), em 1954. O arcebispo anterior, Dom Serafim Gomes Jardim (1875 – 1969), que esteve à frente da arquidiocese desde 1934, renunciou ao cargo por questões de saúde (FERNANDES, 2005: 55). Em correspondência, o núncio apostólico no Brasil, Dom Carlos Chiarlo, comunicou que a Santa Sé havia aceitado a demissão no cargo de arcebispo metropolitano de Diamantina, no entanto, o Pontífice informava a transferência de Dom Serafim para a sede arquiépiscopal, titular de Anasarte. Assim, “o cabido metropolitano reuniu-se e elegeu vigário capitular, em primeiro escrutínio, Dom João de Sousa Lima, até a nomeação e posse

---

<sup>139</sup> ISRD [AEAD], 1955: 2.



do novo arcebispo.” Dom Serafim passou então a arcebispo resignatário de Diamantina (FIGUEIREDO, 2010: 55).<sup>140</sup>

A nunciatura apostólica indicou a Santa Sé para o cargo de arcebispo de Diamantina, o então bispo de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Dom José Newton Batista. A escolha desse bispo estava em consonância com o projeto de expansão traçado pela Igreja Católica no estado de Minas Gerais (IDEM, 2010:55). Natural de Niterói, Rio de Janeiro, Dom José Newton esteve à frente de uma diocese no sul do país, por 10 anos.<sup>141</sup> Em 1954, quando assumiu a arquidiocese de Diamantina, era a ocasião em que a mesma comemorava também o centenário de sua criação.

O bispado de Diamantina foi criado em 1853 e a sua instalação ocorreu em 1864, com a posse de Dom João Antônio dos Santos. Essa cidade que tem sua origem fortemente embasada na economia mineradora, quando era reconhecida por Arraial do Tijuco foi uma das maiores centralidades urbanas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Já em meados do século XIX, não vinha apresentando o mesmo ritmo de crescimento que outros centros urbanos apresentaram nos períodos posteriores. Esse aspecto, em última instância, não implicou em mesma proporção na perda de influência política, a criação do bispado é um exemplo disso. Segundo Fernandes, esse foi um dos dois bispados criados no governo do Imperador Dom Pedro II, juntamente com o bispado do Ceará também em 1853, pela lei imperial 693, de 06 de agosto de 1853 (FERNANDES: 2005:21).<sup>142</sup> O bispado de Diamantina figurou entre os principais responsáveis pela introdução do pensamento conservador católico no Brasil desde sua criação até o início do século XX (IDEM: 9). Até a chegada de Dom José Newton, que liderou a arquidiocese de 1954 a 1960, os seus bispos antecessores foram Dom João dos Santos, Dom Joaquim Silvério (1905-1933) e Dom Serafim Gomes Jardim (1934-1954).

No dia 21 de agosto de 1954, Dom José Newton chegou ao aeroporto de Diamantina, acompanhado por Juscelino Kubitschek, então governador do estado de Minas Gerais. Recebeu uma arquidiocese que se espalhava por uma área de 120,000km<sup>2</sup> com mais de 700 mil habitantes<sup>143</sup>, e que contava com duas dioceses sufragâneas, o bispado de Araçuaí e de Montes Claros. No período, Diamantina era a 13ª cidade do estado em número de população e encontrava-se na *hall* dos 4% dos municípios mineiros com mais de 50 mil habitantes<sup>144</sup>. Sua população de acordo com o censo do IBGE de 1950, era constituída por 56.025 habitantes, dos quais 35.187 habitantes, ou seja, 62,89% se encontrava na zona rural. E cerca de 99% dessa população se declarava católicos. Tratava-se,

---

<sup>140</sup> Dom João de Sousa Lima permaneceu em Diamantina até ser nomeado em 1955 como Bispo da diocese de Nazaré da Mata, estado de Pernambuco.

<sup>141</sup> Coincidentemente, a fundação dessa cidade é atribuída ao diamantinense Domingos José de Almeida. *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 24 /01/1954: 1.

<sup>142</sup> Fernandes afirma que o bispado de Diamantina foi desdobramento de uma reforma eclesial empreendida por Dom Viçoso, no Bispado de Mariana a partir de 1844 (FERNANDES: 2005: 9).

<sup>143</sup> Conferência de Abertura da ISRS em 12/06/1955 – AEAD.

<sup>144</sup> IBGE, 03/06/1955:01-16.

portanto, de uma arquidiocese essencialmente rural e que vinha sentido o impacto do aumento do êxodo da população regional. Os demais municípios no território da arquidiocese não fugiam a esse quadro, majoritariamente católicos e rurais.

O novo arcebispo nomeou a sua carta pastoral de saudação com o título: *Por um Mundo Melhor* em adesão a uma mensagem proferida pelo Papa Pio XII. Antes mesmo de sua chegada a cidade, trechos desse documento foram publicados no jornal oficial da arquidiocese, *A Estrela Polar*. Esse periódico, que tinha como epígrafe: “A vocação do Brasil é agrícola”, apresentou à sociedade diamantinense a mensagem do novo bispo desde o dia 11 de julho de 1954.<sup>145</sup> Na pastoral, citando o papa, Dom José Newton sublinhou que a humanidade estava “cansada de vaguar fora do espírito do evangelho” uma vez que estaria “a mercê de violentos extremismos” – referindo-se ao liberalismo e ao comunismo, em consonância com a posição assumida na Pastoral de Campanha, de uma Terceira via. Em sua concepção, a alternativa para a crise no mundo ocorreria apenas com estabelecimento da “era de Jesus Cristo”. Esse seria “o pensamento que, nos últimos tempos,” preocupava o pontífice”, Pio XII, pois o Santo Padre “em seus discursos e documentos da maior repercussão”, preocupava-se em anunciar e encaminhar o mundo em uma cruzada “por um mundo melhor.”<sup>146</sup>

O “Movimento Por Um Mundo Melhor” foi lançado por Pio XII na ocasião em que proferia uma mensagem para fiéis italianos em 10 de fevereiro de 1952. O compromisso e a abertura dos trabalhos em prol do referido movimento, foi comparada pelo papa ao dia em que aceitou a tiara pontifícia: “como aceitamos um dia, hoje já distante, a pesada cruz do pontificado, por assim Deus o quis, da mesma maneira, submeto-me agora ao árduo dever de ser, enquanto nos permitem nossas débeis forças, arauto de um mundo melhor”.<sup>147</sup> O eco dessa bandeira foi percebido na aceitação de bispos em vários países, inclusive no Brasil. Algumas semanas ruralistas além das promovidas pela arquidiocese de Diamantina, por exemplo, escolheram como tema o chamado do pontífice. Para citar um exemplo, a semana promovida pela diocese de Santa Maria, no Rio Grande do sul, em 1956 que também teve como lema “por um mundo melhor”.

A legenda *Por um Mundo Melhor* também foi escolhida como lema das duas edições de semanas ruralistas da arquidiocese de Diamantina.<sup>148</sup> Na imagem a seguir referente a IISR:

---

<sup>145</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 11/07/ 1954: 1

<sup>146</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 18/07/1954: 3.

<sup>147</sup> *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 26/08/1956: 2.

<sup>148</sup> *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 26/02/ 1956:5.

**Figura 6.** Detalhe Fachada da Catedral Metropolitana de Diamantina durante IISRD (1956).



**FONTE:** Relatório ISRD, 1956 (AEDA).

Na Pastoral, o tópico “No terreno da Justiça e da Caridade” afirmava que o Brasil necessitava de maior justiça social e que a doutrina social cristã ainda não era suficientemente conhecida e propagada. É importante frisar a ênfase desse aspecto, pois, chama atenção para o fato de que as encíclicas papais não repercutiram de modo homogêneo. No documento, Dom José Newton citou ainda como obstáculos iniciais para um trabalho de assistência social a vacância das agências públicas: “o baixo nível cultural, a apatia ou indiferença, descrença nas iniciativas de ajuda ao povo (especialmente quando partidas do Governo), a deficiência de comunicação e de transportes, bem como de material de demonstração, além das dificuldades de financiamento ao pequeno produtor e da falta enorme de pessoal técnico para as funções ligadas ao desenvolvimento das populações rurais.

Nas observações e citações do arcebispo, notamos referências diretas a discursos e observações realizadas por proferidas por João Gonçalves de Souza, católico, e representante do país junto a FAO. Dom José Newton citou notas apresentadas por Gonçalves Souza, durante seu discurso na 11ª Semana de Estudos de Bem-estar Rural, evento realizado no Rio de Janeiro em 1953 e promovido pela ONU e pelo governo brasileiro. Citando Gonçalves, o arcebispo de Diamantina afirmava que a “cada grupo de 05 trabalhadores rurais, somente um possui terra própria para trabalhar e fixar a familiar.” Essa conjuntura, por sua vez, interagiu com a produção de gêneros alimentícios que, ao cabo, não acompanhava os índices de crescimento demográficos que, no Brasil, “estavam entre os mais altos do mundo.”<sup>149</sup> Destacar a menção do bispo ao técnico e ao evento organizado pela ONU, nos ajudam a pensar qual o lugar assumido pela Igreja Católica nos rumos do

---

<sup>149</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 15/08/ 1954: 2.

desenvolvimento que o país tomou. As conclusões do referido evento (colaboração, interação com o meio, presença de variados técnicos) orientaram a organização das semanas ruralistas de Diamantina, e foram citadas por Dom José Newton, dão dicas das perspectivas com as quais o bispo tangenciava.

Além das menções aos seus discursos, João Gonçalves ao lado de outros profissionais como sociólogos, agrônomos, teve constantes participações em edições de semanas ruralistas organizadas por dioceses católicas e, posteriormente. Durante a preparação da ISR de Diamantina, em 1955, esse técnico esteve presente e palestrou para alguns alunos no seminário diocesano. Essa conjuntura demonstra como a mobilização do catolicismo, por meio da CNBB, incluiu bispos e leigos. E, além disso, evidencia como foram diversas as formas as quais segmentos do catolicismo se cruzaram com conhecimento científico. Essa dinâmica fica ainda mais interessante se considerarmos que estava ocorrendo em um contexto que se tornava cada vez mais difícil a manutenção do regime democrático considerando a conjuntura de crises, maior engajamento da sociedade exigindo reformas, que se intensificavam no período. Portanto, parece evidente que, ainda que dentro de certos limites – aspecto que conseqüentemente demanda que esse regime político seja avaliado e aperfeiçoado, a democracia é crucial pois facilita ares de intercâmbio, circulação e mesmo possibilidade de debates e maior participação social de segmentos fora da burocracia estatal.

Em sua pastoral de saudação, o novo arcebispo de Diamantina procurou ressaltar os problemas “históricos” daquela região. Além das queimadas, o norte mineiro assistia o avanço da mortalidade infantil, das endemias, da seca, do crescente êxodo rural.<sup>150</sup> O prelado acrescentou ainda que “povo [dessa região] não estaria convencido de sua força eleitoral e ainda da importância que representavam os sindicatos”. Não obstante, Dom José Newton procurou justificar o tom de seu apelo sindical quando justificou sua afirmação em nota de rodapé, frisando que “a pluralidade sindical” seria um dispositivo constitucional. Segue trecho da nota: “evidentemente não compactuamos com os comunistas, que visam a fins políticos, através da desordem e da inquietação.”<sup>151</sup> Em um contexto marcado pela Guerra Fria, a fronteira entre justiça social e a subversão era tênue e, no caso específico, coube à religião o importante papel delimitar os espaços de ações entre essas duas instâncias.

Na visão do arcebispo, aquela saudação foi escrita em “momento de indisfarçável inquietação social” na região. Uma vez que, a despeito de “tantas fontes de riqueza”, a região estava em um “estado deplorável de miséria, de atraso e do mais primário desconforto” – parte dessa região também se localizava no chamado Polígono das Secas.

Essa região criada por lei em 7 de janeiro de 1936, durante o primeiro governo Vargas,

---

<sup>150</sup> IDEM: 3.

<sup>151</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 15/08/1954: 3.

englobava oito dos nove estados da região nordeste do Brasil (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) além de partes do território mineiro e do capixaba, na região centro-sul. Com uma extensão de cerca de seus mais de 1.000.000 km<sup>2</sup>, o Polígono das Secas<sup>152</sup> tinham seus limites considerando especialmente a manifestação da seca ao longo do território nacional.<sup>153</sup>

O bispo acusava que não havia uma consciência devidamente formada em relação aos problemas regionais. A causa dessa “encruzilhada” – como nomeou, seria a disputa das “duas facções em luta no mundo”, o liberalismo e o comunismo, os quais “cada uma encerrando, em seus princípios, gravíssimos defeitos”. Retomando o discurso de Terceira Via, Dom José Newton indicava: “De um lado o liberalismo individualista sem justiça social, do outro o totalitarismo socialista sem respeito à dignidade do homem”, contudo, segundo o arcebispo, havia alguns acertos. Em suas palavras, “o comunismo acertava - se assim se pôde dizer - ao se insurgir contra o escândalo de fortunas mal utilizadas e acumuladas em mãos de poucos, enquanto a miséria reduz multidões a viverem sem teto e sem alimento” ao passo que o capitalismo seria ajustado no aspecto “em que proclama a liberdade.” Nessa encruzilhada de erros e acertos, só “o Evangelho de Jesus Cristo indicaria o sendeiro a seguir”.<sup>154</sup>

É importante frisar que o engajamento para o bem-estar rural do Norte de Minas também teve repercussão fora do campo eclesiástico - ainda que sujeito a interferência dele. Em Diamantina e redondezas a efervescência da questão rural pode ser observada a partir de eventos como a inauguração de um escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em 1952. Segundo Silva (2015), no início dos anos 1950 a ACAR procurou atuar no atendimento de pequenos proprietários com crédito e assistência técnica. Contudo, essa instituição procurou ajustar as condições historicamente estabelecidas, ou seja, para instalar o seu programa de Crédito e Extensão Rural, a ACAR precisou negociar, enquanto representantes do conhecimento técnico, com grupos políticos, econômicos e religiosos (SILVA, 2015: 171- 184). A perspectiva do autor ajuda a compreender rumores que circularam em Diamantina, na edição de 10 de junho de 1956 do periódico de forte influência católica *A Voz de Diamantina*, de que “interferências do Arcebispo Metropolitano teriam provocado o afastamento de Ubiratã Novais Júnior, responsáveis pelas funções do escritório local” da ACAR.<sup>155</sup>

Às vésperas da inauguração desse escritório, ocorreu uma exposição agropecuária em

---

<sup>152</sup> BRASIL. LEI n. 175, de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição, Brasília, DF, jan, 1936.

<sup>153</sup> Em dezembro de 1968, após sucessivas mudanças ao longo tempo, alterando sua delimitação e instituindo particularidades, como o Decreto-Lei de nº 63.778, de 11 de dezembro daquele ano, ocorreu uma nova delimitação do Polígono das Secas (ARY, 2013:200).

<sup>154</sup>IDEM: 3.

<sup>155</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 20/05/1956: 2.

Curvelo, município próximo de Diamantina –conectado à cidade pelo ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil, em operação neste último município desde 1914. O evento contou com a presença do governador, Juscelino Kubitschek, e de outras autoridades como o secretário da agricultura Tristão da Cunha e seus técnicos e ocorreu entre os dias 20 e 24 de maio de 1951. Na exposição, dos 38 produtos apresentados por agricultores de Diamantina, 23 foram premiados. Outros municípios do Norte de Minas – e pertencentes ao território circunscrição da arquidiocese de Diamantina, também receberam prêmios e menções honrosas, a saber: Serro, Capelinha.<sup>156</sup>

No entanto, o êxito na exposição de Curvelo não parecia corresponder com o cotidiano revelado nas páginas do jornal *A Voz de Diamantina* e também de outros periódicos da região. Foram constantes as reclamações acerca dos elevados preços (e também a falta) de gêneros alimentícios de primeira necessidade. A edição de 17 de dezembro de 1950, por exemplo, destacou que adultos e crianças na cidade se achavam “magros, macilentos e famintos”, por conta da miséria e dos altos preços de produtos. Mesmo a rapadura teria atingido um preço inacessível e afirmava ainda que alguns “apenas já se alimentam com angu e feijão sem gordura. O álcool e o azeite desapareceram do comércio.” Nem mesmo “no matadouro municipal a pobreza não conta mais com os miúdos do boi”, a situação foi destacada como “de impressionar!”.<sup>157</sup> É importante enfatizar que o jornal *A Voz de Diamantina* estava ligado a instituição de caridade da cidade, O Pão de São Antônio, fundada pelo diretor do jornal em 1901, José Augusto Neves. Portanto, o seu apelo à pobreza tinha um tom mais dramático.

A precariedade estendia-se para outras áreas da cidade. A Saúde Pública, por exemplo, não possuía prédio próprio e era compartilhado com a delegacia de polícia.<sup>158</sup> A cidade não possuía um local para isolamento de pessoas com alguma moléstia contagiosa ou ainda um “quarto forte (...) destinados a loucos que aparecessem”. Recorrentemente também foi reclamado a necessidade de transporte para levar corpos ao cemitério municipal que foi destacado como longínquo e com ruas de acesso sinuosas e acidentadas.<sup>159</sup> Dados do IBGE do início dos anos 1950 indicam que na sede municipal haviam pelo menos 285 leitos e 5 médicos no exercício da profissão.<sup>160</sup>

Não obstante, ao mesmo tempo em que essas denúncias apareciam nas páginas do jornal diamantinense, as possíveis soluções também eram nelas apresentadas. Por exemplo, apelos para a construção de uma “escola profissional” em agricultura para a região. Uma instituição que seria útil para que os jovens se fixassem na terra e, via educação técnica, garantir um espaço de trabalho para

---

<sup>156</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 10 /06/1951: 3.

<sup>157</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 17/12/1950: 2.

<sup>158</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 22/01/ 1950: 1.

<sup>159</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 08/01/ 1950: 3.

<sup>160</sup> IBGE, 03/06/1955:1-16

os que se encontravam sujeitos a “ociosidade, más companhias e excessos de álcool”.<sup>161</sup> A responsabilidade pela promoção destas instituições era competência do Estado, ao qual, “sem dúvida, cabe, senão multiplicar esses estabelecimentos por seu vasto território, ao menos, auxiliar as prefeituras, as instituições que trabalham para esse fim.”<sup>162</sup>

Contudo, a despeito do quadro crítico apontado nas páginas dos jornais locais, Diamantina e região nos anos de 1950 recebeu destaque na cena nacional. Juscelino Kubitschek, proeminente político na cena mineira era um dos ilustres “filhos daquela terra” e uma das “sementes” de seu tradicional seminário diocesano. Desde que esse último assumiu o governo de Minas, entre 1951 e 1955, a sociedade diamantinense assistiu a uma série de transformações: a construção de uma torre de rádio, de uma penitenciária regional, do conservatório estadual de música e de uma sede do Banco do Brasil. Foram encomendados e construídos ainda um clube, um hotel, uma escola, uma faculdade e um aeroporto – esse último não foi concluído, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer (CALDAS, 2014: 189).

Ainda nessa década, a sociedade diamantinense celebrou outros acontecimentos importantes como o cinquentenário de fundação do Pão de Santo Antônio em 1951, o centenário de criação do bispado de Diamantina e a chegada do novo arcebispo metropolitano e os 50 anos da ordenação de Dom Serafim Gomes Jardim, no ano 1954. Muitos desses acontecimentos com influência e anuência da Igreja Católica. Como demonstra Dias, por exemplo, em relação a Escola Rural de Conselheiro Mata, distrito do Município de Diamantina. Segundo a autora, essa instituição “além de ocupar um prédio que pertencia ao bispado de Diamantina, foi nomeada com o nome do primeiro arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, através do decreto estadual n. 3.453. A indicação de seu nome para o Curso Normal de Conselheiro Mata reafirmou a influência da Igreja e da política local no empreendimento de instalação de uma escola normal rural na região de Diamantina.” (DIAS, 2017: 49).

No próximo item observamos como a relação favorecida entre a Igreja Católica em Diamantina e a circunstância de ser Juscelino Kubitschek importante político. Esse aspecto deu proeminência a Igreja Local a âmbito nacional e facilitou o diálogo entre o arcebispo de Diamantina e Dom Hélder Câmara, que em nome da CNBB, engendrou as questões regionais dentro de uma ação mais ampla e coordenada da Igreja Católica no Brasil.

---

<sup>161</sup> IDEM: 3.

<sup>162</sup> IDEM: 3.

### 3.2 A Semente em Terra Fértil: Igreja Católica e Juscelino Kubitschek de Oliveira

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina aos 12 de setembro de 1902.<sup>163</sup> Foi o filho mais novo de Júlia Kubitschek, professora primária, e de João César de Oliveira, servidor público. Sua irmã mais velha se chamava Maria da Conceição, a Naná, por isso o seu apelido, Nonô. Em janeiro de 1905, o pai de Juscelino morreu vítima de tuberculose. A partir de então a família passou a sobreviver com os vencimentos de professora de Júlia, sua mãe (COUTO, 2013).

Segundo Figueiredo, Dom Joaquim Silveiro, bispo de Diamantina entre os anos de 1905-1910, influenciado pela constatação de que boa parte dos estudantes do seminário arquidiocesano de Diamantina eram oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, fundou a Associação de São José em 1910. A receita da associação era obtida por “sócios beneméritos, remidos, efetivos e honorários. Dentre os seminaristas que foram contemplados com os benefícios de bolsas de São José, encontra-se Juscelino Kubitschek de Oliveira, que estudou no Seminário Diocesano de Diamantina, entre 1914 e 1919” (FIGUEIREDO, 2010:31).

Segundo o biógrafo Ronaldo Costa Couto, em 1921 Juscelino tendo sido aprovado no concurso de telegrafista-auxiliar mudou-se para Belo Horizonte. Logo depois, em 1922, consegue ingressar na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (COUTO, 2013: 22). Uma vez graduado, teve reconhecimento por sua proeminente atuação como médico durante a Revolução Constitucionalista de 1932 o que, além do casamento com Sarah Luísa Gomes de Sousa Lemos, “filha de um tradicional deputado federal, e a sogra era irmã de políticos influentes no período, Francisco Negrão de Lima e Octacílio Negrão de Lima (CARVALHO, 2016:77), contribuiu para o aproximar ainda mais da cena política.

No período em que sua atuação se pautava entre a medicina e política, Juscelino foi chefe de gabinete do interventor do estado mineiro Benedito Valadares, em 1933, no ano seguinte fora eleito deputado federal por Minas Gerais, no entanto, teve o seu mandato cassado no contexto do golpe do Estado Novo de Vargas. Retoma o exercício da medicina “no consultório do edifício Ibaté, no centro de Belo Horizonte, havia três anos que não pisava ali (COUTO, 2013: 42).

Em 1940, a convite do interventor de Vargas, Benedito Valadares, assumiu o cargo de prefeito de Belo Horizonte (1940-1946). Após sua passagem por ali, ficou conhecido como “Prefeito Furacão”, por conta da velocidade das obras e pelo conjunto arquitetônico da Pampulha que deu à

---

<sup>163</sup> Como destaca Carvalho, desde 1995, o dia de nascimento de JK passou a fazer parte o calendário das festas oficiais do estado de Minas Gerais por meio da Lei 11902, de 05/09/1995, que institucionalizou o ritual de entrega da chamada “Medalha Presidente Juscelino Kubitschek”. Esse evento anualmente realizado em Diamantina foi objeto de um artigo desta autora que buscou identificar processos de apropriação em torno da memória e trajetória de Juscelino e os seus diversos usos com o objetivo de criar narrativas e compreensões históricas (CARVALHO, 2016: 75-95).



capital mineira ares modernos.

Em 20 de julho, o PSD, seu partido, o lançou para a candidatura como governador mineiro. Cargo que exerceu entre 1951 e 1955, quando em março de 1955, se afastou para ser candidato à presidência da República, tendo assumido o governo mineiro, Clóvis Salgado (1906- 1978).

Em um contexto de rápidas transformações, o apoio da opinião pública constituiu-se como um aspecto importante para a manutenção da autoridade e legitimidade política. Obviamente, essa relação não foi novidade daquele contexto, mas sim, a preocupação de conciliar: liberdade, democracia e desenvolvimento, notadamente evidenciada nos discursos tanto dos clérigos como do político no período. Foram muitas as formas com que Juscelino Kubitschek foi representado (e se representou) junto à opinião pública. Hochman afirma que “Kubitschek se posicionava não apenas como político, mas como médico conhecedor das ‘dores do povo’”. E, Juscelino foi aclamado ainda como “presidente euclidiano” (HOCHMAN, 2009: 326). Outra imagem consagrada no pensamento social brasileiro ao seu respeito refere-se a figura de conciliador (BENEVIDES, 1976). Em nossa análise observamos ainda a imagem de devoto cristão.

Juscelino tinha devoção declarada a Nossa Senhora de Fátima. Para essa santa foram dedicadas muitas semanas ruralistas, como foi o caso das edições em Diamantina. Para ela também foi dedicado o primeiro templo católico que seria construído em Brasília. Em contexto de Guerra Fria, é muito interessante frisar a devoção, em particular, a essa santa, pois, como discutiremos mais adiante, ela foi escolhida como símbolo do Rosário – que no início dos anos 1960, repercutiu com força na sociedade brasileira como um sinal de fé frente e resistência ao comunismo. Essa aproximação, entre a santa e a luta anticomunista, certamente deve-se aos aspectos relacionados com a origem da devoção a Fátima, contexto que atravessou décadas do século XX. Aparecendo a três jovens portuguesas, a santa os teria revelado três segredos, os quais só foram revelados, posteriormente, em períodos diferentes do século XX. Especificamente, o terceiro segredo, pedia a conversão da Rússia ao Sagrado Coração de Jesus, em contexto que o país já havia passado pela revolução russa, convertendo-se ao comunismo e seu caráter ateísta.

A preocupação com a opinião pública buscava diferenciar seu governo do período anterior, tempo em que o Brasil havia vivido diante a ditadura Vargas. Mas também buscava fazer frente ao contexto da Guerra Fria, haja vista que a defesa da liberdade compunha a retórica do bloco capitalista com a intenção de se contrapor a alternativa socialista, que seria marcada pela supressão das liberdades individuais e um Estado máximo.

Uma publicação do jornal *A Voz de Diamantina* chama atenção pela disposição de elementos (imagem e texto) no impresso. Na parte superior da página há uma nota apresentando uma inscrição que, de acordo com o jornal, estaria gravada sob o frontal da porta de entrada do seminário

arquidiocesano da cidade, a saber: “*SPES Messis insemine*”, que significa: “a esperança da messe está na semente”. O texto continua: “a esperança desta arquidiocese está na semente das vocações plantadas no campo do nosso Seminário. Que ela, pois, dê frutos, muitos frutos, para Minas todo o Brasil.” Logo abaixo da seção há uma foto de Juscelino Kubitschek e um texto sobre a recepção de sua candidatura ao governo de Minas Gerais. Foi destacado que ninguém conheceria melhor “do que ele [Juscelino] as necessidades deste rincão de Minas, onde nasceu.”<sup>164</sup>

Em 1950, quando as eleições para o governo mineiro se aproximavam, Dom Serafim Gomes Jardim, à época arcebispo de Diamantina, enviou a seguinte correspondência ao candidato ao governo de Minas, Juscelino. O texto foi publicado no jornal *A Voz de Diamantina*,

Prezado Sr. Dr. Juscelino  
Bem poderá avaliar com quanta satisfação recebi seu telegrama, comunicando-me a sua indicação para Governador do Estado.  
Certo estou de que responderá aos quesitos da IEC, porque sei das suas convicções religiosas.  
Por isso, vou pedir ao Bom Deus vida, para que possa ter o prazer de, na urna de outubro, lança meu voto ao favor do caríssimo conterrâneo e ex-aluno do nosso Seminário.  
Agradecendo, abençoando e enviando-lhe a benção, o muito amigo e servo em Jesus,  
Dom Serafim, Arcebispo de Diamantina.<sup>165</sup>

Ressaltando as convicções religiosas de Juscelino e o fato de ter sido ex-aluno do seminário de Diamantina, o líder da Igreja no Norte de Minas declarou que seria dele o seu voto. Acompanhando o seu par, o bispo de Mariana, Dom Helvécio enviou felicitações ao Partido Social Democrata pela escolha de Juscelino como candidato e afirmou que confiava: “Deus o abençoaria caso fosse eleito”.<sup>166</sup>

Uma vez eleito, JK assumiu o governo de Minas Gerais em 31 de janeiro de 1951, com o lema: *Energia e Transportes*. Esse binômio denotava a ênfase em um desenvolvimento orientado para o incremento da industrialização, destacadamente o aspecto mais marcante nas interpretações sobre a trajetória política de Juscelino. Sua vitória no pleito, foi celebrada em Diamantina com uma missa solene dirigida pelo cônego Walter Almeida, com a assistência de Dom Serafim Gomes Jardim. O recém eleito não pôde assistir a solenidade e foi representado pelo prefeito municipal, José Machado Freire. Estiveram presentes José Augusto Neves, o poeta diamantinense Abílio Barreto (1883-1959) entre outras autoridades.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 27/08/ 1950: 3.

<sup>165</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 13/08/1950: 3.

<sup>166</sup> IDEM: 3.

<sup>167</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 18/02/1951:3.

Poucos dias depois, aos 25 de fevereiro de 1951, Juscelino fez a primeira viagem a Diamantina como chefe do executivo mineiro e foi recepcionado pelas autoridades locais. A visita foi rápida, o governador foi acompanhado por autoridades como o Major Nélio Cerqueira, Dom Serafim e o bispo auxiliar, Dom João de Souza Lima.<sup>168</sup>

Logo nos primeiros meses de seu governo, o novo governador recebeu críticas por conta de constantes viagens que em tão pouco tempo teria realizado. No jornal *Sul-Mineiro*, o bispo de Caxambu, Dom Inocêncio Elgelke – autor da Pastoral “Conosco, Sem nós ou Contra Nós”, saiu em sua defesa. O bispo afirmou que um importante dever a ser cumprido seria “amar a autoridade legitimamente instituída”, e considerou justa uma homenagem a Juscelino, proposta pelo *Correio do Sul*. Para esse prelado, as viagens de Juscelino indicavam como, em poucos meses de administração, seu governo já vinha manifestando o quanto era “guiado pelo espírito lúcido” e estaria empenhado “em reconduzir esta parcela do nosso país [Minas Gerais] a altura que lhe compete entre os demais estados do Brasil.” Portanto, tais viagens tinham o objetivo de tomar “o mais perfeito conhecimento da situação de uns e outros, para então agir” – corroborando com a perspectiva de bem-estar rural defendido pela Igreja, de conhecimento e interação “*in loco*”, com o bispo teria sinalizado na referida pastoral que assinou em 1950.<sup>169</sup>

Dom Inocêncio encerrou sua manifestação no jornal destacando a sua confiança no “altruísmo e espírito democrático” do governador eleito. O bispo declarou ainda que esperava verificá-la a partir da resolução dos projetos que anteriormente havia alçado na Semana Ruralista de Caxambu. O sacerdote concluiu afirmando que a Igreja não se ocuparia “somente, da parte espiritual, embora parte principal do homem, mas visa[ria] também em seus trabalhos, e com muito carinho a parte moral e material do indivíduo e da família”. Sugerindo, portanto, que Juscelino tinha zelo por esses aspectos. A publicação se encerrou afirmando: “foi assim que o chefe da Igreja Católica, nesta região, saudou o chefe do Governo do Estado, no banquete que lhe foi oferecido em Campos Gerais, e sobre o qual o *Sul Mineiro* – jornal que teceu críticas ao governador, “nem piou, embora nele estivesse presente, um dos responsáveis pela sua circulação!” O artigo foi encerrado com parabenizações ao bispo pela postura: “Muito bem, Sr. Bispo! Justiça para quem a merece!”<sup>170</sup>

O seminário Sagrado Coração de Jesus em Diamantina (1867), passava por obras desde 1950 e, com dificuldades, a arquidiocese buscava arrecadar fundos para a conclusão das mesmas (OLIVEIRA, 2014, 121-126). Dando um panorama geral dos seminários brasileiros, Serbin (1996) afirma que muitas foram as maneiras destas instituições funcionarem economicamente no Brasil. Em

---

<sup>168</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 25/02/1951: 1.

<sup>169</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 26/08/1951: 3.

<sup>170</sup> IDEM: 3.

Diamantina, por exemplo, parte da arrecadação de fundos para a conclusão das obras se deu por meio da contribuição de fiéis, da realização de festas religiosas, das vendas de ovos doados nas paróquias, além dos empreendimentos mantidos pela instituição como suas fábricas de tecido e uma vinícola. Mas, por certo, os auxílios concedidos pelo governo mineiro foram indispensáveis.

Em 1952, por exemplo, Juscelino autorizou que ao Seminário de Diamantina fosse concedido um auxílio de Cr\$. 1.500.000,00.<sup>171</sup> As atividades realizadas pelo seminário de Diamantina foram recorrentemente destacadas como sendo inestimáveis para “Minas Gerais e ao Brasil, não só ao norte do nosso Estado”. Essa tônica também era recorrente quando se tratavam de outros seminários do país (SERBIN, 1991: 6-15), mas em Diamantina, ganhava um grau de vitalidade considerando que “dele tem saído, não só Padres e Bispos, mas também numerosos homens conspícuos nas letras, no apartamento e na administração pública”, tal como, JK.<sup>172</sup>

Obviamente, os auxílios dados a Igreja em Diamantina não configuram um caso isolado. Em meados dos anos 1960, por exemplo, cerca de 200 seminários estavam recebendo algum tipo de auxílio do ministério da Saúde e mais tarde do ministério da Educação e Cultura, isso incluía ajudas especiais para manutenção (SERBIN, 1991:10). Pois, como destacou Serbin, os seminários tiveram um papel importante como escolas em muitas regiões onde a educação era um privilégio, “o próprio Juscelino Kubitschek (...) passou vários anos no seminário menor de Diamantina” (IDEM: 6). E esse aspecto só reforça o que temos destacado: que muitas foram as entradas do catolicismo no período.

Em 23 de setembro de 1951, Kubitschek, então exercendo o cargo de governador de Minas, recebeu um telegrama enviado por Dom Serafim. A correspondência tratava sobre Mário de Oliveira, funcionário do Banco do Brasil, que demandava a sua transferência para Belo Horizonte, pois assim “poderia frequentar a faculdade de direito.” O arcebispo solicitou a “proteção” de Juscelino para que o funcionário fosse transferido para Belo Horizonte. Afirmou que se o mesmo conseguisse o favorecimento, também ficaria contente “o bispo de Assis, que teve os maiores elogios ao candidato”, referindo-se ao período em que Juscelino havia concorrido ao governo de Minas

Em 1955, quando Juscelino já era candidato à presidência da República, a Igreja se posicionou mais uma vez como favorável à sua candidatura. Um telegrama, enviado de Belo Horizonte, intitulado “Sacerdotes Solidários com Juscelino” e publicado no jornal *A Voz de Diamantina*, ressaltava que o referido candidato era um “grande amigo do clero montanhês”. Os sacerdotes teceram “efusivos cumprimentos” a JK e indicaram que no mesmo “propósito piedoso do santo arcebispo de Diamantina (...) também em outubro” dariam votos ao diamantinense. Assinaram a carta 14 padres, a saber: os padres José Tavares de Moraes, Antônio Raimundo de Melo, José Cirilo

---

<sup>171</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 10/06/1952: 2.

<sup>172</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 25/02/1951: 1.

Pacheco, José Henrique de Carvalho, José Pires de Oliveira, José Sangalli, Dante Maria Pozzi, Geraldo Mendes, Manuel Mendes, José Lara, Ildeu Lara, José Alves, Aristeu Cândido e Alfredo Dehors.<sup>173</sup>

Em outro artigo publicado no mesmo jornal, foi destacado que Juscelino Kubitschek não tinha compromisso com os comunistas. O texto do jornal enfatizou que o repertório de calúnias e ódio não era variado, pois seriam “as mesmas armas em épocas diferentes”,

No Brasil, por exemplo, uma das armas desleais e odiantas de que se servem os adversários de um bom candidato a um alto cargo é acusá-lo de comunistas, “porque os comunistas vão votar nele.” Fazendo de conta que ignoram as distinções obrigatórias. Nesse assunto, procuram averiguar a quem vão os comunistas apoiar, e se apressam em lançar suspeita sobre o tal candidato, como se o fato do apoio dos vermelhos constituísse por si só uma sentença condenatória irreformável. É claro que o candidato que pleiteasse os votos dos comunistas e, para consegui-lo, assumisse com eles compromissos atentatórios aos interesses da Religião, da Pátria e da Democracia, mereceria a repulsa do eleitorado. Mas, quando esse apoio dos comunistas é dado espontaneamente e sem que haja compromisso algum do candidato para com eles, nenhum motivo existe de restrições a quem vai ser beneficiado com os seus votos. Como impedir que os eleitores comunistas, em pleno gozo dos seus direitos políticos, votem em quem lhes aprouver? Mesmo que o Partido Comunista não esteja registrado, como pretender que o comunista vote em qualquer candidato que não assumiu compromisso com a ideologia vermelha?<sup>174</sup>

Ao afirmar que: “a vida privada e pública de JK seria uma prova de sua dedicação à Igreja”, revela como a imagem de devoto cristão foi importante naquele período ideologicamente tenso. O texto do periódico se encerrou frisando o importante apoio prestado pela Igreja em um contexto semelhante ao daquela ocasião, referindo-se ao ano de 1947, críticas semelhantes teriam sido feitas na imprensa do período, identificando como comunista o então candidato ao governo de Minas, “Milton Campos, na pretensão de que a Igreja o condenasse, “só porque os comunistas lhe declararam apoio”.<sup>175</sup>

Outro exemplo da vigorosa e próxima relação, foi a condecoração de Dom Serafim com a Ordem Nacional do Mérito em abril de 1958, quando Juscelino já era presidente do país. Nas palavras deste último:

Ao fazer-lhe a entrega das insígnias de grande oficial da Ordem Nacional do Mérito – meu bem amado e venerável Arcebispo Dom Serafim – compreendo que essa homenagem nada acrescenta à sua vida gloriosa de Pastor, de homem que devotou toda uma existência, dilatada por Deus para nosso benefício, à bondade, à salvação de um rebanho, nem sempre fácil de conduzir.<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 27/02/1955: 2.

<sup>174</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 28/08/1955:3.

<sup>175</sup> IDEM: 3.

<sup>176</sup> BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. [Diamantina], 13/04/1958: 183.

Louvando o arcebispo, Juscelino afirmou que nada teria o governo brasileiro de melhor para ofertá-lo, e continuou: “mas, para quem resignou todas as honrarias deste reino terrestre, que significa uma simples condecoração, por mais alto que seja?”<sup>177</sup> JK destacou que a intenção não era a de premiar, mas a de “demonstrar um filial afeto, que não poderia jamais ser indiferente.” Para ele, Dom Serafim, que escolheu viver na pobreza e no anonimato, não deveria se afligir com o a premiação, pois a mesma seria “mais uma prova de aceitação dos desígnios de Deus.” Uma outra razão seria a de ser a mais frata caridade ao Arcebispo, “No júbilo com que um filho desta cidade de Diamantina, confere tal distinção a seu venerado Pastor.”<sup>178</sup> Na ocasião, JK citou ainda as ações que Dom José Newton vinha desenvolvendo. E, mais uma vez, já no final de seu discurso, Juscelino pediu que Dom Serafim aceitasse a honraria, justificando a “pomposidade” da seguinte maneira:

Aqui venho trazer-lhe estas insígnias e pedir-lhe que as aceite, Senhor arcebispo. Não desci, porém, como outrora, do alto do Grupiara, na vizinhança da Igreja da Luz, onde morei na meninice, e onde ainda me conheceu, e aos meus, Vossa Excelência Reverendíssima; não venho mais, ai de mim, nem para ajudar a Santa Missa na Igreja de Pedra, nem para receber, neste Seminário, as primeiras aulas, as primeiras luzes. Não sou mais o mesmo menino, que podia correr anonimamente alvoroçado, para não chegar atrasado à missa e aos deveres escolares; sou um homem que arca com responsabilidades imensas, como Chefe de Estado, numa hora particularmente difícil, não só para o nosso Brasil, como também para todos os povos do mundo.<sup>179</sup>

Pedindo bênçãos, o presidente encerrou:

Peço-lhe, Dom Serafim: neste momento em que lhe venho trazer uma prova do muito que merece Vossa Excelência aos nossos olhos, não apenas que receba o preito tão merecido de um Governo, como também me conceda a benção de que necessito, e, de maneira muito particular, para sair-me dignamente da minha missão tão difícil. Abençoe, Vossa Excelência Reverendíssima, este filho de Diamantina, Presidente da República, como outrora abençoava a Padre Serafim, do Pão de Santo Antônio, o mesmo menino que procurava um lugar ao sol; abençoe este povo diamantinense e também todos os brasileiros, que lutam e sofrem neste nosso imenso território e, especialmente, aqueles que tem deveres e encargos de Estado, para que possam agir com sabedoria, justiça e caridade.<sup>180</sup>

Mas essa relação não esteve isenta de críticas. O jornalista e político Carlos Lacerda (1914-1977) se manteve atento a relação de JK e os membros da Igreja. No jornal *Tribuna da Imprensa*, edição de 21 de junho de 1955, contexto próximo das eleições presidências, esse impresso carioca trazia uma nota destacando que Juscelino teria deixado o governo mineiro com um *déficit* milionário. Foi destacado também que os funcionários públicos de Minas estavam com os vencimentos em atraso

---

<sup>177</sup> IDEM: 183.

<sup>178</sup> IDEM: 185

<sup>179</sup> IDEM: 186.

<sup>180</sup> IDEM: 187.

havia oito meses. Referindo-se especialmente a primeira edição da Semana Ruralista da Arquidiocese de Diamantina, que teria ocorrido naquele mesmo ano como colaboração daquela arquidiocese, do governo federal e estadual, sob a gestão do conterrâneo Juscelino, o texto frisava: “não há dinheiro, mas houve para o banquete em Diamantina na ‘Semana Ruralista’, onde foram gastos, segundo os cálculos, 500.000 cruzeiros.”<sup>181</sup> Referia-se a realização da primeira edição da semana ruralista em Diamantina.

Em outra edição, o mesmo jornal destaca que Juscelino explorava a bondade do Bispo de Diamantina “com finalidades políticas”. A edição de 27 de outubro de 1955, afirmava que na ocasião das eleições presidenciais, JK teria visitado a Diamantina, sua terra natal, levando consigo “dezenas de jornalistas, radialistas, fotógrafos e correspondentes de jornais estrangeiros”. De acordo com o jornal, Juscelino os levou a cidade com o objetivo de se dizer “católico e que repele[ria] o comunismo”. Segundo jornal: a finalidade era “fotografar-se junto ao bispo, Dom José Newton de Almeida. Na perspectiva do jornal, Juscelino explorava a amizade com o representante da Igreja “visando impressionar a opinião pública brasileira.”<sup>182</sup>

As críticas de Lacerda ao apaixonado apoio diamantinense, em particular, do clero ao seu ilustre conterrâneo, não param por aí. Ainda no contexto das eleições presidenciais de 1955, Dom Serafim concedeu entrevista à imprensa belorizontina elogiando as realizações administrativas de Juscelino quando esse havia sido governador de Minas Gerais, em seguida, reforçou seu apoio como candidato à presidência da República. Como resposta, Lacerda publicou notas que foram consideradas ofensas diretas ao arcebispo resignatário de Diamantina. Como resposta, o órgão de imprensa oficial da arquidiocese de Diamantina mobilizou o recolhimento de, pelo menos, 700 assinaturas de autoridades e pessoas de destaque social da cidade contra o “infeliz e desrespeitoso” ato de Carlos Lacerda.<sup>183</sup>

Com JK, uma vez eleito, as críticas continuaram. O jornal *A Voz de Diamantina* trazia em uma de suas edições comemorando a conquista, um destaque afirmando que o triunfo de Juscelino nas urnas estava relacionado ao fato de que o mesmo era “católico sincero” e político de ação. O redator do período afirmou ainda que Juscelino iria “inteirar” a sexta águia sob o palácio do Catete. A seguir detalhes da primeira página do jornal:

---

<sup>181</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 21/06/1955: 3.

<sup>182</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 27/10/1955: 3.

<sup>183</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 06/02/1955: 1.

**Figura 7.** Recorte de Jornal A Voz de Diamantina (1955)



**FONTE:** *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 16/10/ 1955: 1.

O jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Carlos Lacerda, reagiu a publicação. Na ocasião, foi destacado no impresso carioca que o redator do jornal diamantinense ao colocar o subtítulo: “Aleluia! Aleluia!” expressava um servilismo, além disso, ao comparar Juscelino com uma águia estaria confessando que “as linhas mal traçadas” daquele jornal [*A Voz de Diamantina*] foram escritas às pressas, pois “comparar Juscelino a uma águia, mesmo a sexta de uma geração de bronze, é chamá-lo candidamente de ave de rapina!”<sup>184</sup>

Além das críticas à relação entre Juscelino e a Igreja, o jornal *Tribuna da Imprensa* apontou ainda que a mesma se estremecia diante algumas medidas tomadas por Juscelino. Segundo o jornal carioca, repercutiram notícias de que o clero de Diamantina estaria revoltado com a colaboração do presidente da República devido a sua contribuição com a impressão de 5 milhões de selos em comemoração ao centenário do espiritismo. O articulista do *Tribuna da Imprensa*, citando o jornal *A Voz de Diamantina*, destacou: “JK, que se vangloriava da amizade dos prelados do município, Dom Serafim Gomes Jardim (hoje, resignatário) e Dom José Newton Batista de Almeida, atual arcebispo, vai ter de dar-lhes explicações sobre o selo”. O destaque do impresso carioca era o fato de que seria no governo do “menino pobre de Diamantina, que descia a ladeira, descalço, para a missa”, que o Brasil, país católico, pela primeira vez imprimirá um selo de homenagem ao espiritismo.<sup>185</sup> A seguir imagem do selo comemorativo com a reprodução da imagem de Alan Kardec

<sup>184</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 27/10/1955: 3.

<sup>185</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 30 /01/1957: 7.



(1804-1869), destacado como o pai do espiritismo.

**Figura 8.** Vitória de Juscelino Kubitschek 1956.



FONTE: *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 30/01/1957: 1.

É interessante destacar esse aspecto, pois a aproximação de JK com outros segmentos religiosos é mais uma expressão de uma característica recorrentemente destacada nas interpretações sobre a trajetória política de Juscelino, o seu caráter conciliador (MOREIRA, 1998). A sua habilidade política de equilibrar diferentes perspectivas e interesses pode ser observada também em relação ao plural espaço religioso do período. Essa conjuntura, mostra também, a influência que outros segmentos religiosos também possuíam no período.

Um outro elo importante da relação entre o poder temporal e o espiritual se deu a partir das ações empreendidas por Sara Kubitschek (1908-1996). Segundo o jornal *A Voz de Diamantina*, pelo seu comprometimento com ações filantrópicas, o lema da primeira dama deveria ser “Caridade e Afeto”, em referência ao binômio, *Energia e Transporte*, da época que JK havia sido governador de Minas.<sup>186</sup> Sara fundou a Organização de Voluntárias que teve importante papel na prestação de assistência social a algumas regiões mineiras. Em Diamantina, isso refletiu-se com a inauguração do Lactário “Pedro Duarte” em dezembro de 1951.<sup>187</sup> Portanto, arrolamos esse contexto até aqui, para demonstrar como o contexto político foi favorável à realização das atividades realizadas pela Igreja Católica em Diamantina. No próximo item, analisamos a primeira edição de uma semana ruralista

<sup>186</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 16/09/ 1951: 2.

<sup>187</sup> *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 02/12/1951: 1.

realizada na cidade. Na ocasião deste evento, Juscelino já havia se afastado do cargo de governador de Minas Gerais para concorrer à presidência da República.

### **3.3. Cruzada Ruralista: As semanas paroquiais e a preparação para a ISRD**

Entre 12 e 19 de junho de 1955, ocorreu a I Semana Ruralista de Diamantina. Como era característico nos eventos realizados no período, esta edição contou com a colaboração das secretarias de Agricultura, Saúde e Educação do Estado de Minas Gerais, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), da Prefeitura Municipal, Ação Católica Brasileira e do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. O evento, como foi enfatizado pelo jornal daquela arquidiocese em execução à programação traçada na pastoral de saudação “Por um mundo Melhor”, assinada por Dom José Newton<sup>188</sup>. Durante a “semana” seriam tratados os aspectos relacionados à saúde, alimentação e agricultura nos 40 municípios pertencentes à arquidiocese de Diamantina.

Técnicos foram enviados pela Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, as secretarias de Assistência e Saúde, de Agricultura do estado de Minas Gerais, o Instituto Nacional de Migração e Colonização, o Instituto do Café e a Associação de Crédito e Assistência Rural. O Departamento de Ensino Agrário Ambulante, da secretaria de agricultura, enviou uma equipe composta por 6 profissionais que durante a ISRD “venderam máquinas e utensílios agrícolas, ferramentas e produtos veterinários pelo custo”. E, gratuitamente, realizaram consultas médicas, agrônômicas e veterinárias, além de terem distribuído medicamentos durante o evento.<sup>189</sup> Em seu relatório oficial, foi destacado que a ISRD, em meio aos “contrastos de uma terra rica, que se achava assolada pela pobreza”, a buscava ser “um grito de esperança e de otimismo, e um brado de alarme e de apelo às autoridades responsáveis (...) por um mundo melhor espiritualmente e materialmente.”<sup>190</sup>

Como em outras edições de semanas ruralistas, o evento em Diamantina também mobilizou diversas agências públicas e privadas. Ao longo da “semana” foram sorteados prêmios pela participação, foram distribuídas ferramentas, inseticidas, além das aulas e da exibição de filmes.<sup>191</sup> As sementes foram uma contribuição direta do Ministério da Agricultura, através da seção de fomento agrícola de Minas Gerais. Os filmes, como colaboração do Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIA), que enviou um cinematográfico a cargo do funcionário Milton Dias “que

---

<sup>188</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 20/02/1955: 1

<sup>189</sup> O relatório não especificou quais foram os medicamentos distribuídos. Relatório ISRD [AEAD], 1955: 3.

<sup>190</sup> IDEM: 3.

<sup>191</sup> A secretaria de Agricultura de Minas Gerais, por meio do departamento de produção vegetal, distribuiu ao semanistas alguns prêmios: 24 enxadões, 20 facões “jacaré”, 24 machados “suecos”, 10 pás de bico, 10 pás quadradas e 20 picaretas (IDEM: 3.)

apresentou projeções tipicamente ruralistas durante as sessões”.<sup>192</sup>

A ISRD teve uma organização prévia. Segundo Figueiredo (2010), o clero diamantinense tinha o costume de se dividir em duas turmas que se revezavam anualmente para um retiro espiritual. Contudo, em 1954, em decorrência de problemas de saúde do então arcebispo Dom Serafim Gomes Jardim, não houve retiro. Foi apenas no ano seguinte, com a renúncia de Dom Serafim e a chegada do novo arcebispo que as atividades relativas ao retiro foram retomadas e o clero voltou a se reunir. Assim que se instalou, Dom José Newton demandou o contato com “a totalidade dos sacerdotes arquidiocesanos” (FIGUEIREDO, 2010: 67).

O tradicional retiro ocorreu entre os dias 9 e 14 de fevereiro de 1955. Nos dois últimos dias, a pedido de Dom José Newton, foram realizadas três conferências contando com a presença de João Gonçalves de Souza, do presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Miguel Paes Loureiro e do encarregado das Semanas Rurais do Ministério da Agricultura, o agrônomo Wilson Alves.<sup>193</sup> A I Conferência ocorreu no dia 13 às 16 horas, após o encerramento das atividades do retiro espiritual. O assunto debatido foi o problema da imigração e migração interna, tomou a fala o presidente do INIC.

A II e III conferência ocorreram respectivamente no dia 14. Iniciada às 9 horas da manhã, a II conferência foi aberta pelo arcebispo e, seguiu - se com a fala de Gonçalves de Souza sobre variados temas, a saber: a invasão do meio rural pela mentalidade do rádio, deformação política do homem do campo, assistência médica, influência das equipes, conceituação do problema da terra e sua fragmentação, reforma agrária, instituições necessárias ao meio rural, função dos líderes rurais. Segundo, Figueiredo (2010) muitos sacerdotes mostraram-se interessados pelos assuntos em pauta.

No mesmo dia, depois do almoço, acompanhado por apresentações do coro de São Francisco, no refeitório do seminário, ocorreu a III conferência, que foi iniciada às 14 horas. Nesse momento, a fala de João Gonçalves se ocupou de temas como: casa popular, cooperativas agrícolas e associações rurais. Tomou parte nos debates também o agrônomo Ubiratan Viana Novais Filho, supervisor local da ACAR. Nessa conferência foi frisada que cursos seriam dados aos vigários e seminaristas para que esses não vivessem “afastados dos problemas de sua paróquia”.<sup>194</sup>

Na edição de 20 de fevereiro de 1955 do *A Estrela Polar*, o artigo “O homem do Campo” foi descrito o clero de Diamantina agia com “atitudes e soluções concretas”, em detrimento aos “figurinos demagógicos e políticos que só rendem promessas e parlendas pré-eleitorais”. O

---

<sup>192</sup> O Ministério da Agricultura, através de sua seção de fomento agrícola de Minas Gerais, enviou: 2 sacos de 100 kg de sementes de milho híbrido (preço unidade 10,00) (total Cr.\$ 1.000.00), dois sacos de 100 de sementes de arroz Honduras (9.50) e (950.00) Dois sacos de 100kg sementes de trigo Frontana. Também distribuídos gratuitamente como prêmio de frequências entre os semanistas (IDEM: 3.).

<sup>193</sup> IDEM:3.

<sup>194</sup> IDEM: 3.

articulista afirmava: “senti [satisfação] estes dias em Diamantina, quando observei, em um dos salões do nosso seminário, dois senhores Bispos e algumas dezenas de sacerdotes discutindo com três líderes oficiais e técnicos, vindo do Rio [de Janeiro] e de Belo Horizonte, as medidas imediatas que vão revolucionar o nosso meio rural.”<sup>195</sup> O autor estava se referindo às conferências mencionadas anteriormente no contexto do retiro do clero. O texto enfatizava ainda que era preciso prestar apoio a iniciativa do clero que tinha o objetivo de valorizar as terras da região e também de procurar medidas “para fixar” suas populações. Pois constituía-se um paradoxo “um povo nômade, num país rico e cheio de recursos naturais.” Posto que,

Saúde, alimentação, vestuário, moradia, métodos de exploração do solo, meios de comunicação, cooperativas agrícolas, associações rurais, tudo que está em pauta para ser examinado, corrigido e fixado em bases mais humanas, mais solidárias e mais cristãs. Ajudemos essa grande cruzada ruralista, e estaremos cumprindo o melhor dever de filhos da Igreja e Filhos do Brasil. Para que “o mundo seja melhor”, é preciso melhorarmos esta parcela dele que constituímos neste pedaço opulento de um país riquíssimo onde vivem na pobreza e no abandono milhares de sofrendores e famintos.<sup>196</sup>

Para alcançar resultados efetivos havia a percepção de que era preciso estudar a origem dos problemas – em perspectiva do que vinha sendo enfatizado em outros eventos pela CNBB e também nos eventos analisados e citados por Dom José Newton em sua pastoral de saudação. Para auxiliar o arcebispo metropolitano nessa “campanha ruralista”, foi organizada uma secretaria da qual cujo secretário geral foi o padre José Marques das Aleluias, que teve como auxiliar, a professora Maria Aparecida Monteiro. Assim, após o retiro de 1955 e das conferências mencionadas, foi determinado ao clero diamantinense a realização de semanas ruralistas nas 28 paróquias pertencentes ao arcebispado. Esses eventos menores teriam como objetivo “a preparação de ambiente para a semana arquidiocesana”.

Concomitante às semanas paroquiais, deveria ainda ocorrer a aplicação de um inquérito investigativo (*survey*) e um concurso de frases sobre o combate a queimadas – um problema que atinge a região até os dias atuais. Assim foram assentadas as bases da Semana Ruralista. A partir dos resultados dos inquéritos aplicados nas semanas menores seria elaborado o programa da ISRD.

A primeira adesão oficial à campanha arquidiocesana foi a do prefeito de Morro do Pilar, enviada por telegrama em março de 1955. Contudo, a primeira semana paroquial ocorreu no município de Curvelo entre os dias 21 e 27 de março daquele ano. Segundo o relatório da ISRD, as semanas paroquiais foram realizadas por párocos em colaboração das prefeituras locais, da Missão Rural de Sete Lagoas e da Comissão Brasileira de Assistência Educativa as Populações Rurais

---

<sup>195</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 20/02/ 1955: 1.

<sup>196</sup> IDEM: 1.

(CBAR) – mencionada anteriormente e diretamente vinculada aos interesses do Ponto IV da política externa dos EUA. ACBAR elaborou o programa dos eventos.<sup>197</sup> Segue modelo do programa seguido durante as semanas paroquiais:

**Quadro 1.** Programa das semanas paroquiais

Atividades	Programa
I	Demonstrações de práticas agrícolas
I I	Conselhos médicos e de práticas de saúde
I I I	Exibição de filmes educativos e recreativos

**FONTE:** Relatório ISRD [AEAD], 1955: 3.

O inquérito foi aplicado aos frequentadores das semanas paroquiais de Diamantina e foi publicado no jornal *A Estrela Polar*, desde fevereiro de 1955, na seção "*A Estrela Ruralista*". Segundo Dias, essa coluna foi publicada de 1950 a 1958, isto é, antes mesmo da chegada de Dom José Newton. Indicando um momento em que a questão rural recebeu destaque para o catolicismo em Diamantina. Essa coluna ocupou meia página e sempre aparecia na segunda folha do jornal. Os artigos publicados nessa seção eram assinados por técnicos na área (DIAS, 2017: 43-44). Diversos foram os tópicos desta coluna, tais como: “Devastação das Matas”<sup>198</sup>, “Produção de Sementes de Hortaliças”<sup>199</sup>, “Carnes e Aves”.<sup>200</sup>

Nessa mesma seção, os inquéritos e seus resultados foram tornados públicos, permitiria um amplo conhecimento das condições daquela arquidiocese que reclamava a vacância do estado em vários níveis. Segundo relatório da ISRD, essa investigação atingiu uma área de 71.628km<sup>2</sup> com uma população de 710.800 habitantes, o documento citou dados do recenseamento de 1953.<sup>201</sup>

Relativo ao campo da *Saúde* as questões do inquérito foram:

- 1) Quais as doenças mais comuns na região? Pode dar alguma estatística? Quais as doenças endêmicas dessa localidade (paróquia)? Em que proporção?
- 2) Qual o índice da mortalidade infantil, abaixo de 1 (um) ano de idade?
- 3) Como é obtida a água potável e de consumo doméstico? Há serviço público de água

<sup>197</sup> O representante mineiro da Comissão Brasileira de Assistência Educativa as Populações Rurais, Olavo Prates, encaminharam a Dom José Newton, aos 17 de abril de 1955, um comunicado enfatizando o quanto estava entusiasmado em verificar “que mais uma autoridade eclesíastica de espírito elevado estaria apoiando e colaborando com o governo na busca pela resolução de um “problema básico do Brasil”, seja ele: “a educação rural”. Prates reforçava o compromisso de colaborar com as semanas paroquiais (IDEM: 5).

<sup>198</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 26/01/1958:2.

<sup>199</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 06/02/1957:2

<sup>200</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 04/08/1957:2

<sup>201</sup> Relatório ISRD [AEDA], 1955: 5.

- e esgoto? É bem organizado? A água é tratada (decantada, dosada...)?
- 4) As moradias estão em boas condições? Qual a porcentagem de casas cobertas com palha? As de pau-a-pique (ou que servem de habitat para o “barbeiro”)? As com forro e assoalho? Sem forro e sem assoalho? Com fossa e sem fossa?
  - 5) Como acha que poderiam ser melhoradas as habitações? (p. ex.: a única profilaxia da moléstia de chagas é a demolição das casas de pau-a-pique, substituindo-as por construções de material)
  - 6) É frequente o costume de andar descalço (uma das causas da verminose)? Há rios ou córregos, portadores do caramujo da esquistossomose?
  - 7) É generalizado o hábito de tomar banho nos rios?
  - 8) Há serviços de saúde, federal, estadual ou particular? Quais?<sup>202</sup>

Em geral, a perspectiva era verificar as principais doenças, as condições sanitárias e a natureza dos serviços de saúde que eram prestados. Chama-nos atenção algumas questões que expressam a tentativa de incluir a população no debate de possíveis soluções para problemas de seu cotidiano, além de procurar identificar hábitos das mesmas. Mobilizar a própria comunidade a pensar as soluções, perspectiva muito influenciada também pelos estudos de comunidade. Além disso, observamos também a preocupação em identificar quais serviços em saúde (públicos ou privados) alcançavam a região. - Procedemos agora as perguntas voltadas ao campo *Alimentação*, sejam elas:

- 1) Quais os alimentos produzidos na região (paróquia)? Quais os adquiridos fora?
- 2) Qual a alimentação mais comum dessa população? É comum o uso do leite, das verduras e dos ovos? A alimentação costuma ser muito condimentada (pimenta, pimenta do reino, mostarda, gordura de porco em excesso)?
- 3) Como se poderia levar a população ao uso de uma alimentação em qualidade e quantidade?
- 4) As escolas públicas dão merenda (sopa) escolar? Em que consiste essa merenda? Se não dão, qual o motivo?
- 5) A propaganda SNES (Serviço Nacional de Educação Sanitária) atinge essa região? Com que resultado?
- 6) Seria interessante uma estatística sobre o abuso do álcool: qual o número ou a porcentagem de viciados?<sup>203</sup>

Observamos que os interesses extrapolaram questões relativas ao aspecto alimentar da população no Norte de Minas, houve também a intenção de acompanhar a extensão das políticas de saúde e assistência naquele território. A perspectiva, assente no otimismo sanitário do período, era de identificar as principais doenças e traçar estratégias para enfrentá-las, além da busca por identificar como era o quadro alimentar da região.

As questões relacionadas ao campo foram em maior número, sobre *Agricultura*:

- 1) Quais os produtos agrícolas da região (paróquia)? E a criação mais comum? Os

<sup>202</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 20/02/ 1955: 1.

<sup>203</sup> IDEM: 1.

- criadores (fazendeiros) plantam também? Por si, ou por outrem (arrendamento)? – E as principais indústrias? Há indústrias caseiras? Quais (farinha, rapadura, doces, conservas, laticínios, etc? para consumo da família? Para venda? Quais os trabalhos manuais mais comuns (renda, tecelagem, bordado, costura etc? São vendidos? Onde?
- 2) Para quais produtos agrícolas se prestam particularmente as terras da região? Quais os métodos usados na agricultura dessa região? Queimam o mato e os campos? Prepara-se (mecanicamente) e aduba-se a terra? Ou há o preconceito de que “a terra não presta/ Há preocupação de reflorestamento, diante da espantosa derrubada das matas?
  - 3) Há cooperativas agrícolas em associação rural? Funcionam bem?
  - 4) Há escola normal rural? Escolas profissionais?
  - 5) Há escolas primárias, tem clubes agrícolas? Se não, por que motivo?
  - 6) Qual a forma de trabalho agrícola mais comum (parceiro, meeiro, assalariado)? São feitos contratos de trabalho? Por escrito? Verbal? Qual o salário do trabalhador rural (com alimentação...sem alimentação? Os trabalhadores recebem algum benefício? Qual?
  - 7) As propriedades (terras) pequenas tem quantos hectares? E as médias? E as grandes? Quais as que existem em maior número?
  - 8) Os moradores em geral, possuem horta? Criação (galinhas, porcos etc)?
  - 9) Quais os maiores problemas para a agricultura nesta região? Quais as dificuldades (ou facilidades) que existem, quanto a transporte e crédito?
  - 10) Como poderiam ser resolvidos os problemas (alguns ou todos) da agricultura local? Como poderiam ser melhorados os métodos de trabalho agrícola?
  - 11) O Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura têm serviços no local ou na região? Como funcionam? Como poderiam melhorar esse serviço?
  - 12) Há, nessa paróquia, terras devolutas? Quantos hectares, aproximadamente?
  - 13) Quanto ao clima: a) qual a temperatura média na região? A máxima? A mínima? b) qual o regime das chuvas? c) na época da grande estiagem, secam os mananciais? d) está introduzido o sistema de poço artesiano, para irrigação em tempo de seca?
  - 14) Algumas pessoas (moça) da localidade já fizeram o curso de auxiliar rural? Onde?
  - 15) Qual a opinião que fazem da vida na roça? Em geral, desejam morar na cidade? Quais os motivos?
  - 16) Há elementos dessa paróquia que emigram (Sul de Minas, São Paulo, Paraná)? Só homens? Também a respectiva família? Qual o motivo dessa emigração? Qual a porcentagem dos que retornam? Trazem resultados positivos para a melhoria do teor da vida?
  - 17) Que se poderia fazer para fixar o homem à terra? Informe quanto custa uma viagem (passagem) daí a São Paulo, e daí a Belo Horizonte.
  - 18) As famílias se interessam pelo progresso da localidade? Como? Há harmonia e união, ou desavenças? O motivo principal destas?
  - 19) Os membros da família trabalham juntos em casa ou na lavoura? Quais as atividades que realizam juntos como ocupam o tempo aos domingos e feriados? Em geral, como ocupam o tempo fora dos trabalhos domésticos e da lavoura?<sup>204</sup>

Algumas das perguntas voltadas ao campo da Agricultura nos remetem a temas como alimentação ou mesmo a questões relativas à penetração de agências estatais pelo território. Os dois últimos itens (18 e 19) preocupados com a organização comunitária desses grupos, pautava-se também em uma demanda particular da Igreja Católica na região. Considerando o contexto de

<sup>204</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 27/02/1955: 1.

perseguição ao comunismo e de aumento progressivo no número de religiões protestantes, pentecostais e afro-brasileiras, situar os motivos principais de “desavenças” ou mesmo saber da ocupação das populações “aos domingos e feriados” poderia ser muito útil. O êxodo regional também foi uma preocupação.

Na medida em que as semanas paroquiais eram realizadas, os inquéritos eram aplicados, remetidos à arquidiocese e o jornal *A Estrela Polar* os noticiavam. Pelo menos 45 inquéritos foram remetidos a instituição, dos quais destacamos das seguintes localidades: Água Boa, Caetanópolis, Pirapuma, Morro do Pilar, São João Evangelista, Virginópolis, Peçanha, Córregos, Gouveia e Couto de Magalhães de Minas, Sebastião do Maranhão, São João Evangelista, Guanhões. Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro.

Como já mencionamos, a primeira semana paroquial ocorreu em Curvelo, entre o dia 21 e 27 de março de 1955. O prefeito municipal, Paulo Salvo, remeteu o telegrama, publicado no *A Estrela Polar*, enfatizando que ninguém poderia “negar o apoio de um estudo amplo dos nossos problemas rurais.” Em sua concepção, esses problemas deveriam ser “tratados dentro de um ambiente como estudo seguro”, pois o contexto era marcado pela luta da nação contra “ideias extremistas”, e o prefeito acreditava que isso ocorreria nas reuniões presididas pelo arcebispo.<sup>205</sup>

A semana paroquial do Serro, município vizinho, foi realizada entre 2 e 9 de junho, simultaneamente, a semana eucarística em preparação para o já mencionado nesta tese 36º Congresso Eucarístico Internacional, de julho de 1955. Essa “semana” contou com a presença de supervisores regionais da ACAR, como Waldemar Machado Calumby e Rita Hilária Gomes. Os assuntos tratados estiveram sob a responsabilidade dos médicos locais, Antônio Tolentino, Antonio Tolentino Junior, Eros Queiroga Couto, Jose Monteiro da Cunha Magalhães, e pelo diretor do posto agropecuário, o agrônomo, Célio Malta, seu auxiliar, Hélio Campos, e dois supervisores da Acar local, Rolando de Melo Viana e Lídia Maria Teixeira.<sup>206</sup>

A SR de Pirapoma ocorreu entre os dias 27 de abril e 01 de maio de 1955, foram dadas aulas sobre alimentação, saúde e agricultura, o pároco monsenhor Roque contribuiu com o técnico agrícola Fausto Ribas na realização das aulas. Também colaboraram professoras do grupo escolar e funcionários do posto de saúde local. No último dia, foi organizada uma festa “cívico-religiosa” como forma de chamar ‘atenção dos roceiros”, houve uma grande assembleia, na qual ocorreram conferências sobre assuntos agrícolas com a colaboração do técnico Fausto Ribas e a professor Nilda Ribas Diniz. A “semana” se encerrou com uma passeata “dos escolares e do povo que foram acompanhados pela banda municipal em homenagem ao arcebispo metropolitano”. Suas conclusões

---

<sup>205</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 20/02/1955: 1

<sup>206</sup> IDEM: 1.



foram as seguintes:” houve muito boa acolhida por parte do povo e pelas questões tratadas. Os alunos fizeram uma bela exposição de produtos agrícolas em um dos salões do grupo, que muito agradou a todos.”<sup>207</sup>

Algumas edições foram mais simples, como a semana paroquial realizada em Couto de Magalhães de Minas, antigo distrito diamantinense de Rio Manso, entre os dias 13 e 15 de maio de 1955. Essa cidade como outras ao redor, teve seu surgimento como local de pouso, alimentação, e de currais quando em finais do século XVIII o então Arraial do Tejuco, atual Diamantina, em função dos achados de ouro e, posteriormente, diamantes (1729) se constituía como um centro consumidor de importância na porção Norte de Minas Gerais. Segundo o padre João Gabriel da Mota, o pároco do local, a “semana” de Couto de Magalhães foi a mais modesta semana ruralista da arquidiocese. Colaboraram para sua realização as professoras do grupo escolar, o chefe do posto de saúde, João Antunes, o senhor Aarão Meira que emprestou o projetor de cinema, o técnico da ACAR, Ubiratan Novais e Hércio Ferreira, do Serviço de Reflorestamento estadual.<sup>208</sup>

Ao longo da realização das semanas paroquiais, as paróquias se constituíram não apenas como um espaço relativo ao campo da fé, ao passo que se tornaram núcleos de debate e desenvolvimento de ações relativas à alimentação, agricultura, conhecimentos em higiene e saúde pública etc. Variados filmes e programas de rádio educativos, material didático impresso enviados pelo Ministério da Saúde, da Agricultura por meio do SIA e também pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Entre os anos de 1950 e 1964, que compreende o período em que a arquidiocese esteve sob a influência de Dom José Newton e que as semanas ruralistas ocorreram, a sede municipal de Diamantina contava com nove igrejas. Cidades próximas como Conceição e Serro tinham três cada (OLIVEIRA, 2014: 129-130).

No total, 45 inquéritos foram enviados à arquidiocese. Em relação às questões da seção Saúde, os dados acusavam uma “porcentagem assustadora de doentes, raquíticos, opilados e na grande maioria das doenças há verminoses.” Apontava ainda que as moradias eram péssimas e miseráveis, “de pau a pique, cobertas de palha, sem assoalho e sem forro”: Segundo o levantamento, o número de casas nessas condições não era pequeno, nos municípios mais favorecidos chegava a 70% e para os municípios menos abastados o mesmo seria ainda mais elevado: Essas circunstâncias geravam o cenário propício a proliferação de barbeiros, insetos que transmitem o parasito para os humanos que, por sua vez, culmina no desenvolvimento da doença de Chagas. Foi nessa região, Norte de Minas, que em 1909 Carlos Chagas, médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), descreveu uma nova doença ao mesmo tempo em que identificou o protozoário que a causava.

---

<sup>207</sup> IDEM: 1.

<sup>208</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 29/05/1955: 3.

Pelo feito, a doença recebeu o nome dele.<sup>209</sup>

Apresentando um quadro sanitário mais amplo, o levantamento registrou que o uso de sapatos na região seria “coisa para a cidade, na zona rural ao menos 85% [das pessoas] andavam descalças”.

A seguir trecho do documento:

(...) Não há serviço de saúde, seja federal, estadual, seja particular. Vinte e um vigários responderam que simplesmente **não há**, portanto, em mais que a metade dos municípios dentro desta arquidiocese. Dezesseis responderam que serviço estadual, mais aí as vezes falta o médico está parado, como se dá em Cordisburgo. Existem na arquidiocese somente dez hospitais, catorze postos de saúde e higiene [Grifos Nossos].<sup>210</sup>

Em relação à *Alimentação*, foi indicado que “trabalha com a enxada comiam apenas feijão”, e também destacou: “e feijão cozido sem óleo. A gordura, segundo os dados, seria menos usada no meio pobre por conta de seu preço, quanto a pimenta é preferida porque estaria ao alcance de todos.”<sup>211</sup> Dados do IBGE para o mesmo período nos ajudam a compreender elementos que contribuíram diretamente para o drama divulgado na análise conjuntural elaborada pela Arquidiocese de Diamantina. O censo referente a década de 1950, indica que no conjunto de estabelecimentos agropecuários de Diamantina, a área destinada à pastagem seria quase cinco vezes superior à área cultivada. Além disso, a área coberta por matas seria quase o dobro em relação área cultivada. Considerando que esta situação se desenrola na Serra do Espinhaço, onde se localiza o município, podemos entender porque a situação parecia tão alarmante.

Além do pouco espaço para o cultivo, Diamantina está circunscrita a Serra do Espinhaço, um conjunto de terras altas de direção geral norte-sul e concavidade para oeste (SAADI, 1995). Com fisiografia predominantemente marcada por planaltos, onde as altitudes variam entre 1200 e 2000 metros, a serra no território de Diamantina apresenta solo com elevadas concentrações de metais pesados e é constituído por filitos e, predominantemente, por quartzitos VARAJÃO, 2015, CHRR AUGUSTIN *et al*, 2011 & CHAVES & BENITEZ, 2007). Características que, em modo geral, fazem esse território ser considerado adverso ao estabelecimento de agricultura em larga escala. O ambiente biofísico, somado à distribuição irregular de terras para cultivo, e aspectos sociais com a estrutura fundiária desigual e a falta de terra para a maioria da população certamente contribuíram para tornar mais dramática a situação da produção agrícola e a precária situação alimentar.

Desde o início de sua formação, como importante e dinâmico núcleo urbano,

---

<sup>209</sup> Segundo Kropf, em junho de 1907, Chagas foi contratado para combater uma epidemia de malária nas obras da Estrada de Ferro Central do Brasil, que na época ocorria entre os municípios mineiros de Corinto e Pirapora. Nesse trecho, na pequena cidade de Lassance, às margens do Rio das Velhas, o médico fez experimentos e percebeu que era uma doença nova (KROPF, 2009: 95-96). A cidade de Corinto estava conectada a Diamantina, pelo ramal da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

<sup>210</sup> ISRD [AEAD], 1955: 5.

<sup>211</sup> IDEM: 5.

Tijuco/Diamantina teve grande parte da oferta de diversos gêneros supridos pela produção da vasta região. De fato, muitas glebas e currais surgiram em torno dele para fins de abastecimento. Há estudos que destacam, por exemplo, o expressivo papel da tropa de muares no abastecimento da localidade até a década de 1960 (MARTINS, 2006). Mas, além disso, chamam a atenção também o fato de que também havia produção dentro da própria localidade como a produção de alimentos em quintais e chácaras, nas áreas de mineração (IDEM, 2020), e ainda a produção de vinho – que teve, inclusive, uma expressiva contribuição da Igreja, mas que não evoluiu para uma atividade vitivinícola em larga escala (MEIRA, 2019 & FERNANDES, 2005).

Em relação à parte mais extensa do levantamento, a seção dedicada à *Agricultura*, todos os 45 inquéritos indicaram que “os lavradores na sua quase totalidade costumavam queimar as matas”. Um aspecto que ajuda a engrossar o caldo de elementos anteriormente destacados com barreiras ao aumento da produção. Dos inquéritos, apenas nove mencionaram o uso de tratores e, em catorze locais, foi indicado o uso de arado, mas em geral foi apurado que os métodos eram primitivos”. A queimada, tradicionalmente utilizada como ferramenta de limpeza para abrir novas frentes de plantio, eliminar resíduos de culturas e manejar pastagens, dentre esses métodos atrasados, parecia ser um dos mais problemáticos, tanto que foi tema presentes nas duas edições de semana ruralista que a arquidiocese de Diamantina organizou.

As queimadas agravavam o quadro limitado da produção agrícola, com efeitos também na saúde e na alimentação das populações norte mineiras e já eram percebidas com ameaça que preocupavam a sociedade brasileira desde o século XVII (GONÇALVES, 2005: 1) No Norte de Minas, praticamente, onde ocorreu a colonização empreendida pelo avanço dos bandeirantes que deixaram gleba no caminho, as queimadas já foram largamente utilizadas (GONÇALVES, 2005: IDEM: 87). Assim, seja para abertura de caminhos ou para fins de cultivo, as queimadas provocavam impactos nessa região cujas vegetação é formada por “cerrado, com algumas transições para a mata atlântica, apresenta também espécies típicas da caatinga” (VARAJÃO, 2015:54).

Em seguida, o inquérito apontava ainda entre os métodos primitivos a ausência da “adubação [que] quase não se conhece e que a média salarial seria de um total de Cr\$ 30,00 por dia, com custos de uma alimentação que seria de Cr\$16,800.”<sup>212</sup> Trinta e cinco vigários informaram ainda que em suas paróquias não existiam cooperativas agrícolas, nem assistência rural, em geral, continua o documento “não há nada disso.” Acerca do trabalho agrícola foi destacado que na maioria dos lugares predominava diversas modalidades, o sistema de meeiros, dos mais injustos, os contratos que na maioria das vezes eram apenas verbais, e muitas vezes “sem contrato algum”. Toda essa conjuntura, consequentemente, favorecia a expulsão das populações da região.

---

<sup>212</sup> IDEM: 5.

Pelo menos trinta vigários responderam que em suas regiões não havia serviço algum do ministério e nem da secretária de Agricultura e apenas catorze indicaram a presença de algum desses órgãos, contudo, destacando que estariam “funcionando mal”.<sup>213</sup> Assim, nas conclusões foi destacado que a população em geral preferia morar nas cidades, pois na zona rural “não recebe[ria]m assistência.” Além disso, tratando acerca das escolas rurais o documento ainda indicava que eram “poucas e as que existiam estavam em estado precário”. Continua o documento: “a metade das crianças não têm ocasião de enfrentar a escola – e vindas de longe, são raras as escolas onde se dá merenda”.<sup>214</sup>

Reconhecia-se as limitações dos inquéritos, no documento foi enfatizado que apesar de suas falhas, aquele levantamento daria uma visão da situação de miséria em que vivia grande parte do Estado de Minas. O texto termina afirmando que “se os vigários não querem ver o perigo desta calamidade, outros há que veem e querem aproveitar-se deste perigo para obter vantagem com isso.”<sup>215</sup>

Portanto, a preparação para a realização da ISRD, por meio dos inquéritos aplicados pelos padres, ofereceu informações concretas para que a arquidiocese de Diamantina tivesse um panorama das condições em que se encontrava a região e, a partir disso, aquela instituição religiosa poderia agir e apresentar sugestões condizentes com a realidade local. Essa experiência lança luz sobre o papel desempenhado pelos religiosos na institucionalização e circulação das práticas científicas, bem como em projetos de desenvolvimento. Uma vez aplicados e sistematizados, os dados lançaram as bases para organização do programa da primeira semana ruralista de Diamantina.

As principais críticas relacionadas aos Estudos de Comunidades estiveram relacionadas ao caráter essencialmente descritivo, é importante destacar esse aspecto, pois mesmo entre os sociólogos havia divergências quanto aos usos dos dados de questionários. De todo modo, como evidenciam Oliveira e Maio (2011), que examinaram tanto os autores que avaliaram positivamente os EC, como daqueles que levantaram objeções à sua realização, esses estudos contribuíram sobremaneira para que a realidade social de comunidades rurais do país fossem conhecida, permanecendo os dados sociais e ecológicos contidos nesses estudos como fonte profícua para que pesquisadores possam produzir análises explicativas. Uma vez que, como os autores demonstram, muitos dados arrolados a partir deles constituíram material utilizado na compreensão da dinâmica social brasileira entre as décadas de 1940 e 1960. Os autores chamam atenção ainda que esses estudos, evidenciaram questões metodológicas e cognitivas que perpassam a produção intelectual

---

<sup>213</sup>IDEM: 6.

<sup>214</sup> IDEM: 6.

<sup>215</sup> IDEM: 6

sobre o país no período. E, portanto, constituíram uma marca importante na história das ciências sociais no Brasil, visto que estão ligados ao surgimento de instituições acadêmicas no campo das ciências sociais, constituíram meio de treinamento de diversos cientistas e relevante elo entre seus trabalhos e amplos projetos de pesquisa social em sintonia com a temática do desenvolvimento (OLIVEIRA & MAIO, 2011:543-544).

### **3.3.1 O heroísmo dos párocos :A I Semana Ruralista de Diamantina**

Após uma ampla mobilização, na sede municipal de Diamantina, realizou-se entre os dias 12 e 19 de junho, a sua edição de semana ruralista. Um palanque com 22x7.80 metros de comprimento, com uma torre de 4 metros dava destaque a imagem de Nossa Senhora de Fátima, que foi reverenciada como a rainha da Semana. Na abertura da “semana”, estavam presentes autoridades da cidade e circunvizinhança. Na ocasião foram lidas as bênçãos enviadas via telegrama pelo secretário de Pio XII, o arcebispo discursou:

Temos em mãos documentos, a mais impressionante, a retratar, em matéria de saúde, de alimentação e de agricultura, os 40 municípios por que se estende esta Arquidiocese. Trata-se de uma região habitada por mais de setecentas mil almas, gente moralmente sadia e que constitui verdade reserva do estado e da nação. Infelizmente, porém, é um povo abatido pela doença, pela falta de recursos e de assistência, é uma população subalimentada, são brasileiros abandonados à própria sorte, sem qualquer orientação educacional e se em qualquer benefício que sirva de estímulo a uma vida mais humana.<sup>216</sup>

Em seu discurso, Dom José Newton levantou a história da região, destacando a atuação dos bandeirantes que “a exploraram e a devastaram sem a retribuir”. Em sua perspectiva, esses exploradores partiram do litoral, “quente e pobre”, rumo ao interior a fim de “galgar[em] montanhas e vadear[em] rios” com a esperança de voltarem ricos. O único intento, portanto, era “apanhar o que a natureza dava.” Percurso histórico que fez com que “o Distrito Diamantino dourasse “palácios da Europa.”<sup>217</sup> Segundo o arcebispo, o bandeirante deixou a terra assolada. Contudo, em sua perspectiva, tratava-se de uma terra onde o tesouro era tanto “que ainda estava aguardando o seu verdadeiro dono, o pioneiro.” Citando o historiador Capistrano de Abreu, o arcebispo de Diamantina contrasta as representações entre o bandeirante e o pioneiro,

[o bandeirante] correm antes para despovoar do que para povoar trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos saltos as aldeias e aldeamentos, ora com maus tratos infligidos em viagem, ora terminando estas, pelas

---

<sup>216</sup> IDEM: 2.

<sup>217</sup> IDEM: 3.

O pioneiro, por sua vez, seria aquele “que conquista a terra palmo a palmo, plantando vilas e cidades.” Citando dessa vez o historiador Oliveira Viana, o prelado afirmou ainda que os bandeirantes além de não terem se fixado nos territórios percorridos, o bandeirismo seria história do passado e “não precisa, nem deve ser imitado”. Para Dom José Newton: “o merecimento de dilatar as fronteiras da Pátria, é glória que não se nega. Mas, lamentamos ter sido colonizados dessa maneira perdulária, que ainda vige como uma herança psicológica, de esbanjarmos as riquezas do Brasil, jogando-as fora.” Portanto, em suas palavras, “o espírito que deve animar o brasileiro hoje deve ser outro: o do pioneiro, que sabe restituir a terra e a natureza aquilo que delas colhe, que não é um aventureiro, mas um dono devotado e serviçal (...). A alcunha de “aventureiro”, naquele contexto, aplicava-se também aos que migravam para as áreas urbanas na esperança de se enriquecerem.<sup>219</sup> A perspectiva, com as semanas ruralistas até então realizadas, era, portanto, a de criar uma nova mentalidade para as populações rurais.

O arcebispo enfatizava também que era preciso acreditar na terra e no clima, quebrar “preconceitos” e se livrar de “aspectos arcaicos, tal como “o mal das queimadas, absolutamente dispensáveis”. Destacou ainda ser imprescindível a crença na “vantagem da imigração e da aplicação de capitais na própria região, dando os Bancos uma missão diferente de apenas guardar dinheiro.” A “falta de agricultura” em um país “essencialmente agrícola”, também foi alvo de suas críticas. Em sua perspectiva, a negação da vocação agrícola era o aspecto que situava o Brasil no “rol das populações subalimentadas do globo.” Destacou ainda “o heroísmo dos párocos” que, em sua perspectiva, era o “aspecto mais emocionante” da vida social, pois, os mesmos se consumiam “pelo bem espiritual e material do rebanho”, no entanto, reclamava: “a Igreja sozinha, não pode fazer tudo”, competia, naquele momento, “encontrar eco na boa vontade das autoridades.”<sup>220</sup>

Ao operacionalizar aspectos das tensões internacionais do momento e do léxico de desenvolvimento, Dom José Newton, recorreu ao contexto ideológico da Guerra Fria para avançar em sua agenda e visão. Evidenciando, como afirma Iber, que os protagonistas desse conflito incluíam não só agentes especializados e espinhões (IBER, 2012). A proposta ruralista da Igreja ampliava sua influência junto ao povo como “mãe zelosa”<sup>221</sup>, mas também estreitava seus vínculos com o Estado e suas agências. E, mais uma vez, destacando a posição defendida na edição de semana ruralista de Campanha em 1950, o prelado alertou que se tais sugestões não fossem acolhidas, quando a “hora

---

<sup>218</sup> IDEM: 3.

<sup>219</sup> IDEM: 3.

<sup>220</sup> IDEM: 4.

<sup>221</sup> IDEM: 4.

da desordem” ou “teorias exóticas lograrem levar as populações ao desespero e a luta que não se culpasse de incúria a Igreja”.

A seguir o programa oficial da ISRD:

**Quadro 2.** Programação da Primeira Semana Ruralista Diamantina

<b>PROGRAMAÇÃO</b>		
<b>Dia</b>	<b>Horário</b>	<b>Atividades</b>
<b>Domingo 12/06/1955</b>	<b>17h30</b>	<b>Missa Vespertina</b> (Catedral Metropolitana) Celebrada pelo arcebispo metropolitano; Apresentação da <i>Schola Cantorum</i> do Seminário, sob a direção do maestro padre Jorge Xavier.
<b>Seg. Feira 13/06/1955</b>	<b>06h45</b>	<b>Missa</b> (Catedral Metropolitana) Celebrada por Dom Serafim Gomes Jardim e explicada pelo arcebispo metropolitano.
	<b>8h00</b>	<b>Aulas para homens</b> (Posto de reflorestamento) Conservação do solo, dr. Flamarion Ferreira
	<b>10h00</b>	Reflorestamento, dr. Arlindo de Paula Gonçalves.
	<b>8h00</b>	<b>Aulas para senhoras, professoras e moças em geral</b> Higiene e ornamentação do lar – clube de mães, técnica da Acar. Conservação do solo e combate às queimadas, pelo Dr. Flamarion Ferreira.
	<b>14h00</b>	<b>Para Todos</b> <b>Mesa Redonda</b> Salários, condições de trabalho para o empregado rural, Antônio Gonçalves, professor da UREMG.  Cooperativas e associações rurais, pelo dr. José Maria Barbosa.
	<b>16h00</b>	<b>20h00</b>



<b>Terça</b> <b>14/06/1955</b>	<b>06h45</b>	<b>Missa</b> Celebrada pelo cônego Walter Almeida, Cúria da Catedral e explicada pelo padre Celso de Carvalho, chanceler do arcebispado.
	<b>8h00</b>	<b>Aulas para homens</b> (Chácara do sr. Orlandim) Cultura de Oliveira pelo Dr. Raimundo Pimentel Gomes. A Indústria do azeite, pelo mesmo.
	<b>10h00</b>	<b>Aulas para senhoras, professoras e moças em geral</b> (Escola Normal N. S. das Dores) Horta e Jardim, pelo Dr. Ferdinando Albrecht. Pomar, pelo Dr. Geraldo Correa (Clube Acayaca)
	<b>10h00</b>	<b>Mesa redonda.</b> Crédito agrícola e Acar: por um técnico da Acar.
	<b>14h00</b>	<b>Aula:</b> Doenças do meio rural: verminoses e esquistossomose, pelo Dr. Alcides V. Meira.
	<b>20h00</b>	Assembleia (Praça da Catedral) Presidente Dom Serafim Gomes Jardim, arcebispo titular de Anasarta. <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Saudação ao Clero Paroquial Rural, pelo padre José Pires de Oliveira Cm, reitor do seminário provincial.</li> <li>2) A solução do problema agrícola, fonte de saúde, pelo Dr. João Meira.</li> <li>3) Entrega do 2º prêmio do Concurso de Frases contra as Queimadas.</li> <li>4) Palavras do Presidente.</li> <li>5) Número de canto com alunas da E.N.R.J. Silveiro de Souza.</li> <li>6) Projeção de filmes ao ar livre para ilustração das aulas do dia.</li> </ol>
	<b>06h45</b>	<b>Missa</b> Celebrada pelo monsenhor Gabriel Amador dos Santos, arceidiago do Cabido Metropolitano, e explicada pelo arcebispo metropolitano.
	<b>8h00</b>	<b>Aulas para homens</b> (Chácara das Bicas) Cultura do milho, pelo Dr. Diogo Melo.
	<b>10h00</b>	Cultura do café, pelos Drs. Diogo Melo e Ferdinando Albrecht.
	<b>8h00</b>	<b>Aulas para senhoras, professoras e moças em geral</b> (Grupo Escolar Júlia Kubitschek) Indústrias caseiras e alimentícias, pela Prof. D. Maria de Lourdes Melo.

<p><b>Quarta-Feira</b> <b>15/06/1955</b></p>	<p><b>10h00</b></p> <p><b>14h00</b></p> <p><b>16h00</b></p> <p><b>20h00</b></p>	<p>Indústrias caseiras pró vestuário e utensílios, pela Prof. D. Elcilda Cesconetto.</p> <p><b>Para Todos</b> (Clube Acayaca) <b>Mesa Redonda</b> Ignorância e preconceitos a respeito de alimentação e saúde, pelo Dr. Celso Generoso Pereira, prefeito de Sabinópolis.</p> <p><b>Aula</b> Doenças do meio rural: Moléstia de Chagas bócio e frampoésia, pelo Dr. José Aristeu Andrade.</p> <p><b>Assembleia</b> (Praça da Catedral) Presidente Dom Eliseu Van de Weijer, bispo de Paracatu.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Saudação aos semanistas, pelo Revmo. Sr. Cônego Walter Almeida, cúria da Catedral Metropolitana</li> <li>2) A Doutrina Social: A Igreja e o problema agrícola do Brasil, pelo Dr. Joaquim Fernandes Braga, reitor da UREMG.</li> <li>3) Entrega do 3º prêmio do Concurso de Frases Contra as Queimadas</li> <li>4) Palavras do Presidente</li> <li>5) Número de canto com alunas do E. N. R. D. J. Silvério de Souza.</li> <li>6) Projeção de filmes alusivos às aulas do dia.</li> </ol>
	<p><b>06h45</b></p> <p><b>8h00</b></p> <p><b>8h00</b></p> <p><b>14h00</b></p>	<p><b>Missa</b> Celebrada pelo bispo de Paracatu, D. Eliseu van de Weijer e explicada pelo padre José Maria Pires.</p> <p><b>Aula Para Homens</b> (Chácara Quinta das Mil Oitavas) Cultura da Uva e a Indústria do Vinho, Professor Mendes da Fonseca.</p> <p><b>Aulas para senhoras, professoras e moças em geral</b> (G. E. Júlia Kubitschek) Puericultura e combate às endemias, pelo Dr. João Antunes. Merenda escolar, clubes agrícolas e indústrias caseiras na escola, Dra. Rute Guedes.</p> <p><b>Para Todos</b> <b>Mesa Redonda</b> Presidente secretário da educação, Dr. Bolívar de Freitas, que falou sobre Educação no meio rural. Dada a importância do tema e a autoridade pedagógica e administrativa do conferencista, o assunto provocou intensos e interessantes debates.</p> <p><b>Aula</b> Dr. Joaquim Braga, reitor da Universidade Rural de Viçosa, desenvolveu o tema "Formação de líderes no meio</p>

<p><b>Quinta Feira</b> <b>16/06/1955</b></p>	<p><b>16h00</b></p> <p><b>20h00</b></p>	<p>rural"</p> <p><b>Assembleia</b> Presidente Dom Luiz Vitor Sartore, bispo de Montes Claros. Após a abertura feita pelo arcebispo Metropolitano, o Padre Geraldo Guabirola, reitor do Colégio Diamantinense, saudou o episcopado brasileiro. Seguiu-se com a palavra o Dr. João Gonçalves de Sousa, Presidente do INCB. Os dotes oratórios do ilustre conferencista e os seus profundos conhecimentos técnicos do assunto de imigração e colonização deram à sua palestra um brilho e um interesse dos mais notáveis de toda a Semana Ruralista. O encerramento foi feito, em eloquente oração, pelo bispo de Montes Claros. Nos intervalos, o coro de São Francisco apresentou três apreciadíssimos números de arte. O número que mais agradou foi um arranjo em torno das frases premiadas do Concurso de combate às queimadas, letra e música de um anônimo. Terminada a assembleia, houve projeção de filmes.</p>
<p><b>Sexta Feira 17/06/1955</b></p>	<p><b>06h45</b></p> <p><b>8h00</b></p> <p><b>8h00</b></p> <p><b>14h00</b></p> <p><b>16h00</b></p> <p><b>20h00</b></p>	<p><b>Missa</b> Celebrada pelo bispo de Montes Claros e explicada pelo padre Celso de Carvalho.</p> <p><b>Aula para Homens (Seminário)</b> Suinocultura, pelo Dr. Stélio Mendes Barroca e apicultura, pelo Dr. Antônio Carlos.</p> <p><b>Para senhoras, professoras, moças em geral (G. E. Júlia Kubitschek)</b> Defeitos e qualidades da alimentação e Cardápio completo e econômico, pela Dra. Maria de Lourdes Melo.</p> <p><b>Para Todos</b> <b>Mesa Redonda</b> Pequena propriedade, fixação do homem à terra e medidas contra a migração interna", magnificamente desenvolvido pelo dr. João Gonçalves de Souza.</p> <p>Adubação química e orgânica, pelo Dr. Carlos Lourenço.</p> <p><b>Assembleia</b> Presidida pelo bispo de Araçuaí, D. José de H. Constou de uma saudação ao Santo Padre, pelo padre Celso do Carvalho, e uma conferência sobre "A Reforma Agrária se fará conosco, sem nós ou contra nós", pelo Dr. João Gonçalves de Souza. Os números de arte estiveram a cargo do Coro do Seminário Provincial. O discurso de encerramento pronunciado pelo bispo de Araçuaí foi uma exposição clara e eloquente do problema da pequena propriedade nas regiões do Mucuri. Houve ainda projeção de filmes, após a assembleia.</p>
	<p><b>06h45</b></p>	<p><b>Missa</b> Celebrada pelo bispo de Araçuaí e explicada pelo padre José Maria Pires.</p>

<b>Sábado 18/06/1955</b>	<b>8h00</b>	<b>Aula para Homens</b> (Chácara Mil Oitavas) Gado de corte e leiteiro, pelo Dr. José de Paula.
	<b>8h00</b>	<b>Para senhoras, professoras, moças em geral</b> (Colégio N. S. das Dores) Avicultura (aspecto alimentício e aspecto econômico), pelo Dr. Caio de Carvalho.
	<b>14h00</b>	<b>Para todos</b> <b>Mesa Redonda</b> (Clube Acayaca) Assistência técnica do meio rural por meio de agricultura e economia doméstica, por um técnico da ACAR
	<b>16h00</b>	<b>Aula</b> Combate às pragas (formigas, etc.), pelo prof. Euclides Martins.
	<b>20h00</b>	<b>Assembleia</b> Presidente Arcebispo Metropolitano. Houve um discurso do monsenhor José Pedro Costa acerca da adesão da Ia. Semana Ruralista Arquidiocesana de Diamantina ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Seguiu-se uma dissertação sobre "leis rurais e sua aplicação", pelo Dr. Antônio Gonçalves. No encerramento, o arcebispo Metropolitano deu conhecimento aos semanistas dos termos dos telegramas endereçados ao Santo Padre, ao Presidente da República, ao Governador do Estado e ao Cardeal Câmara. Em seguida, Dom José Newton leu as principais conclusões da Semana Ruralista, tendo empregado o final de sua oração em agradecimento às diversas entidades e particulares que deram apoio eficiente à realização vitoriosa da I Semana Ruralista da nossa Arquidiocese. A parte artística coube mais uma vez ao coro de São Francisco que apresentou diversos números muito aplaudidos, principalmente uma paródia do Hino do Congresso com adaptação ao combate às queimadas, por Olímpio de Cassia Miranda Pereira) e a "Congada", da ópera Contratador de Diamantes, de Francisco Mignone. Seguiu-se a última projeção cinematográfica.
<b>Domingo 19/06/1955</b>	<b>6h45 a 9h00</b>	<b>Missa</b> Celebrada a Santa Missa para comunhão geral dos semanistas com o arcebispo Metropolitano.

**FONTE:** *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 05/07/, 1955:1 & *A Voz de Diamantina* [Diamantina], 03/07/1955: 1.

A ISRD contou “pelo menos com dois participantes de cada paróquia” e que foi grande a frequência nas aulas e demais atos do evento. A média de frequência nas aulas teria sido de 30 a 50 pessoas. Nas mesas redondas de 400 pessoas. E, nas assembleias, em frente a catedral, “uma média de 1.000 a 1.200 pessoas.” Como em outras edições de semanas ruralistas realizadas no período, o evento contou com exposições, preparação de hortas, jardins. No dia 13 de julho, segundo dia de atividades do evento, o então governador de Minas, Clóvis Salgado, esteve presente e inaugurou o Posto de Reflorestamento e um ambulatório dentário do SESI. E ainda realizou visita a alguns pontos da cidade, como a estrutura do grupo escolar Júlio Kubitschek, de arquitetura modernista, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. No grupo escolar ocorreu uma exposição de produtos agrícolas e industriais, selecionados com a colaboração dos párocos de toda arquidiocese. O objetivo da exposição era “comprovar a fecundidade” dos municípios que integram a vasta região arquiocesana.<sup>222</sup>

Em suma, o panorama indicado pela arquidiocese de Diamantina nas conclusões do evento, indicavam que a região sob sua influência no setor de saúde assistia grassar “as mais terríveis endemias e, impera[vam], impiedosamente, a mortalidade infantil, não existindo hospitais, nem postos de saúde ou higiene nem médicos, nem enfermeiros.” Em relação a alimentação regional, por sua vez, seria “deficiente, tanto na qualidade quanto pela quantidade, deixando visíveis consequências. As condições de trabalho estariam sendo “prejudicadas pela enfermidade do desânimo” provocado álcool que era um degenerado “físico e mental.” Sob o aspecto mais latente das discussões do evento, a agricultura, foi constatado que, juntamente, com “a pecuária e a mineração”, eram precárias pois eram “praticadas por métodos rotineiros e desorganizados, quando não reina o triste estrangeiro.”<sup>223</sup>

Segundo Figueiredo, os reflexos da SR de Diamantina foram imediatos como a organização na cidade do Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência (SEARA). Esse órgão, semelhante a atuação de outros organismos criados em dioceses do período, procurou unificar todas as paróquias daquela Arquidiocese na luta por melhores condições na região. Os setores principais seriam: Educação e Saúde; Alimentação e Agricultura, Imigração e Colonização (FIGUEIREDO, 2010: 74-76).

Além disso, foi fundado mais um escritório da ACAR na região: Assim, além do já mencionado escritório de Diamantina aberto em 1952, inaugurou-se o escritório de Cordisburgo – cidade natal do escritor Guimarães Rosa eternizada nos versos de sua obra prima: *Grande Sertão: veredas*. No relatório da ISRD, foi indicado que o novo escritório contava com um agrônomo e uma

---

<sup>222</sup> IDEM: 7.

<sup>223</sup> IDEM: 7.

moça visitadora que “com a confiança e o apoio do vigário” era recebida pelas famílias que abriam “as portas das casas para a missão desinteressada desta visitadora”. A presença do sacerdote facilitava o encontro com as famílias, sobretudo, com as mulheres que eram alvo de ensinamentos em higiene, alimentação e também de costura e cozinha.<sup>224</sup>

O ISRD foi considerado bem-sucedido e prevaleceu a percepção de que durante esta edição teria sido possível verificar “o quanto pode a Igreja unida aos poderes públicos no trabalho de assistência.”<sup>225</sup> A boa repercussão do evento abriu caminho para uma segunda edição no ano seguinte. Os dados e resultados arrolados naquela região, como veremos, informariam a própria CNBB.

### **3.4 Unidos na Intenção e na Ação: A Segunda Semana Ruralista de Diamantina**

Após a ISRD, as atividades da arquidiocese para a criação de uma “nova mentalidade” rural continuaram, seja através da distribuição de materiais, seja através da realização de cursos, debates e missões rurais. Entre as atividades, por exemplo, observamos a distribuição de mudas na arquidiocese de Diamantina ao longo de 1955. No jornal *A Estrela Polar* foi noticiado que as mudas foram oferecidas pela seção estadual de fomento agrícola. Os interessados deveriam encaminhar os pedidos ao Palácio episcopal.<sup>226</sup> Contudo, apesar desse esforço, o jornal carioca *Correio da Manhã* destacou que o número de mudas prometidas pelas agências durante a ISRD não passou de algumas centenas. De acordo com o impresso, nem o fato de Juscelino Kubitschek ser presidente da República melhorou a sorte de Diamantina, pois fazendeiros, sitianteiros e chacareiros andavam ansiosos por mudas de oliveiras, videiras entre outras, aguardavam “alguns milhares [de mudas], como é natural”, entretanto, até àquela altura não teriam conseguido grande coisa. O artigo terminava enfatizando que, embora tenha sido admirável, a ISRD “ficou no lero-lero porque não atenderam concretamente os fazendeiros”. O artigo conclui afirmando que “boas falas não adiantam. Menos lero-lero e mais mudas e assistência técnica e financeira”. O exemplo mostra uma certa desilusão com os resultados da “semana ruralista”, que algumas atividades continuaram a ser realizadas por freguesias caóticas após as edições e que também a promoção da modernização agrícola - através da divulgação de técnicas e produtos - como eventos mudas divulgadas, permanência central. Essa perspectiva prescindiu de reformas mais profundas que trouxeram mudanças de pouco impacto na realidade da estrutura social.

Às vésperas da segunda edição do evento, a arquidiocese centenária de Diamantina assistia

---

<sup>224</sup> IDEM: 6.

<sup>225</sup> IDEM: 6.

<sup>226</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 27/11/1955:1

uma redução do território sob sua influência. Foi criada a diocese de Governador Valadares, que abrangeria os municípios de Governador Valadares, Acucena, Coroaci, Virgíópolis e Virgolândia. No século anterior, a arquidiocese de Diamantina já havia desmembrado outros territórios como o bispado de Araucaí e Montes Claros. Na década de 1950, em termos de regionalismo, a sociedade diamantina viu cada vez mais intensificar-se a influência da cidade de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.

Essa conjuntura, segundo Pereira (2006), foi se materializando no surgimento da Sociedade Rural de Montes Claros, em 1944, e da Associação Comercial e Industrial ACI, em 1949. Essa conjuntura seria central no surgimento de um novo regionalismo norte mineiro na segunda metade do século XX. O autor afirma ainda que nesse período esse território se diferenciava, mas sem contradizer, em relação às estratégias anteriores, pela presença organizada dos fazendeiros, comerciantes e alguns industriais, por meio de suas entidades, pela articulação com a fração estadual da burguesia e pela apresentação de um conjunto razoavelmente articulado de diretrizes gerais, ao invés de reivindicações isoladas (PEREIRA, 2006:52)

No jornal *A Estrela Polar*, Dom José Newton publicou um comunicado aos sacerdotes da diocese de Governador Valadares, segundo o qual, até a execução da bula de ereção da nova diocese, as referidas cidades continuariam sob a jurisdição do arcebispo de Diamantina. No aviso seguintes, publicado no mesmo número do jornal, os párocos foram convocados a colaborar com a caravana de uma Missão Rural da CBAR que aconteceria nos meses de maio e junho daquele ano (1956) em preparação da nova semana ruralista nas paróquias: Santa Maria do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão, Água Boa, Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio Preto, Mercês de Diamantina, Rio Manso, Mendanha, Gouveia, Datas, Conceição do Mato Dentro e Córregos.<sup>227</sup>

Ainda em preparação para IISRD, o médico identificado como D. J. Andrade realizou uma observação dos índices sanitários na sede municipal de Diamantina na época com cerca de 12 mil habitantes. A observação realizada em uma clínica exclusivamente de senhoras foi publicada no jornal *A Estrela Polar*. A publicação indicava que dos 976 exames parasitológicos de fezes realizados, sistematicamente, por métodos de concentração (Hoffmman e Graig-Faust), 11 (onze) foram negativos para qualquer parasita e, 965 positivos para helmintose, 903 positivos para protozoários dos quais 95% foi a "*Endamoeba Histolytica*". O artigo indicava, portanto, que o índice da amoebíase na cidade seria alarmante. Das 976 pessoas examinadas, somente 211 usavam sistematicamente água filtrada. "A maioria", destacou o médico no texto, "acha[va] desnecessário o uso do filtro, dizendo 'ser muito boa e pura a água de Diamantina, principalmente a do chafariz da Câmara'." Com tudo, o médico advertia: "A [água] do chafariz é possível que seja limpa, pois é

---

<sup>227</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 25/03/1956:1.

quase canalizada na sua nascente, mas, como todas as águas das regiões montanhosas são deficientes em substâncias minerais essenciais: iodo, fluoreto de sódio, cálcio, etc, por que seria a daqui uma exceção? ( ...). O modo de transmissão dos protozooses se dá pela gestão de água ou alimentos contaminados pelo parasita ou seus cistos”.<sup>228</sup>

Esse médico havia participado da ISRD de 1955 e havia proferido uma palestra sobre o tema "Bócio Endêmico". Naquela ocasião, Andrade afirmou que havia encontrado, entre os grupos escolares de Diamantina, um índice de 25% de bócio simples do 1º grau e 18,5% do 2º, isto é, bócio iodo privativos. Em suas observações em preparação para a IISRD, esse médico chamava atenção que “o modo de transmissão dos protozooses” seria pela “gestão de água ou alimentos contaminados pelo parasita ou seus cistos”. Diante disso, o médico indicava a “água” como “o principal veículo” e destacava que acreditava ser “precárias a canalização e a higiene da água nesta histórica cidade”. E assim, pode-se concluir, afirmava o médico, que a famosa e saborosa água das nascentes de Diamantina perdeu muito com sua civilização e, no momento, tem mais fama do que virtudes. E que a água deveria ser consumida “exclusivamente filtrada”.<sup>229</sup>

As representações dessa região como tendo boas águas e ares sadios, recordada por Andrade, era parte de uma percepção que foi favorecida pelas condições do meio biofísico da Serra Espinhaço. As características que distinguem a feição da serra, marcada por suas altitudes e biodiversidade, contribuíram para a elaboração de discursos sobre a cidade como sendo uma área altamente recomendada pela sua salubridade. A Serra do Espinhaço Meridional, onde se situa o município de Diamantina, é divisora de importantes bacias hidrográficas como o Rio São Francisco (a oeste), Rio Doce (a leste) e o Jequitinhonha (a nordeste). Entretanto, como deixou evidente as observações em preparação para a IISRD, a boa fama cada vez mais precisava concorrer também com a imagem de sertão doente.

A percepção de cidade doente veio se intensificando em Diamantina, particularmente, no final do século XIX para o XX, quando de um ponto de vista microbiológico e sob o impulso modernizador republicano, cada vez mais outros elementos eram indicados como causadores de doenças (SOUZA, 2020). Na década de 1950, período que estamos analisando e que foi marcado na busca pelo desenvolvimento, cada vez mais essa região passou a ser percebida com um território subdesenvolvido e distinguido também especialmente por sua pobreza. Observamos que o prosseguimento dos trabalhos em preparação para a segunda semana ruralista de Diamantina, mobilizado pelo catolicismo, ajudaram na produção de conhecimento sobre essa região que foi cada vez mais identificada como subdesenvolvida tendo com referências para seu diagnóstico as precárias

---

<sup>228</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 06/05/1956:2.

<sup>229</sup> IDEM:2.



condições sanitárias, a pobreza e o crescente êxodo, por exemplo.

IISRD foi mais abrangente que a sua primeira edição. As discussões realizadas excederam os limites daquela arquidiocese – que se tornavam menores, mas parecia não diminuir em influência. O tema do êxodo rural foi o aspecto que deu um tom nacionalista ao evento. A feliz coincidência do presidente do país ser um diamantinense possibilitou que o evento organizado por Dom José Newton tivesse repercussão, inclusive, dentro da própria hierarquia católica. A atenção da CNBB à proposta ruralista alçada por Diamantina passou a chamar atenção na conjuntura de ascensão política de JK a mais importante cargo administrativo do país. Correspondências trocadas entre o arcebispo de Diamantina e o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara (1894-1971) e também entre os bispo-auxiliares, Dom José Távora (1910-1970) e Dom Hélder Câmara, entre os anos de 1954 e 1956, foram arroladas para evidenciar melhor esse contexto.

Como já discutimos, em 1955, na ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro, a CNBB mobilizou a afirmação do acordo para a realização das Semanas Ruralistas. O Cardeal do Rio, enviou ofício às demais autoridades eclesiais brasileiras convocando-as a entenderem o CEI não como um compromisso apenas da capital brasileira, mas de todo o país.<sup>230</sup> Em resposta, o arcebispo de Diamantina reforçou o compromisso de sua arquidiocese com o evento, afirmando que o *A Estrela Polar*, “o jornalzinho” daquela instituição estava sendo “incansável” em sua propaganda. Como resultado, afirmava o bispo que não obstante a pobreza regional, surgia “no seio do clero e nas paróquias, intenso movimento de adesão e de inscrições de congressistas.” Dando continuidade à correspondência, Dom José Newton escreveu:

Mais ainda, conforme escrevi a Dom Hélder, em carta de 14/11/1954, até hoje sem resposta, a Arquidiocese de Diamantina está promovendo um grande movimento de adesão ao Congresso Eucarístico Internacional, por meio das Semanas Ruralistas Paroquiais, que terminarão em Diamantina, de 12 a 19 de junho (...) com a Primeira Semana Ruralista Arquidiocesana.<sup>231</sup>

O arcebispo de Diamantina não perdeu a oportunidade de mais uma vez anunciar o evento que pretendia promover. Entretanto, nos chama atenção o destaque que o mesmo dá a demora em obter resposta do bispo-auxiliar Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, que havia sido convidado a participar do evento, e não teria respondido ao convite. Naquela altura, já fazia pouco mais de três meses que havia sido realizada a ISRD. Ao fim e ao cabo, como vimos no item anterior, o evento ocorreu e não contou com a participação ou mesmo resposta de Dom Hélder.

No entanto, em outra correspondência, datada de 15 de maio de 1956, período em que

---

<sup>230</sup>Dom José Newton de Almeida. Correspondências Recebidas. - AEAD.

<sup>231</sup> IDEM.

Juscelino já estava no exercício da presidência, chama atenção. Dom José Távora (1910-1970), também arcebispo auxiliar do Rio, agradeceu ao arcebispo de Diamantina a confirmação dos recebimentos de donativos recebidos da Catholic Relief Services, NCWC (Conferência dos Bispos Norte Americanos) por intermédio CNBB. As doações referiam-se especialmente a remessas de envio de leite e fubá. Na correspondência, Dom Távora, amigo de Dom Hélder <sup>232</sup>, procurou aproximar os dois sacerdotes, indicando a Dom José Newton que, do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara preocupava-se com a problemática social das áreas rurais do país, entendia como sendo íntima sua relação com o crescimento das favelas. Segue trecho da carta:

Muito obrigado pela presteza em nos comunicar o recebimento dos donativos americanos.

A propósito de norte e sul, Dom Hélder anda muito preocupado em fazer uma reunião em Minas sobre o programa de contar o seu no seu mundo próprio, o homem rural.

De espírito e de coração, a escolha do local para essa reunião de Bispos, é Diamantina, além do mais, pela preocupação que o seu Arcebispo tem demonstrado por esses problemas. Quer tomar a iniciativa de propor isto a Dom Hélder?

Com uns grandes abraços seu irmão e amigo, José Távora.<sup>233</sup>

Para Dom Távora, por conta da repercussão de sua semana ruralista, a arquidiocese de Diamantina seria o local ideal para debater a questão do êxodo rural. A boa e reconhecida relação do presidente da República e a Igreja Católica, especialmente, com o clero de sua cidade natal, tornou crescente o interesse da cúpula da CNBB e de Dom Helder nos eventos promovidos pela Igreja de Diamantina. Mas, esse bispo não atuou sozinho, como fica evidente na mediação de Dom José Távora.

Pouco antes do envio da correspondência a Dom José Newton, aos 17 de abril de 1956, a CNBB havia organizado na cidade paraibana de Campina Grande o I Encontro dos Bispos do Nordeste, entre os dias 21 e 26 de maio de 1956 – que analisaremos no próximo capítulo. Nesse sentido, segue trecho da referida correspondência, na qual o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro propôs que a segunda IISRD que seria realizada em julho de 1956 estivesse alinhada aos interesses da CNBB e ganhasse proporção nacional,

Prezado amigo D. José Newton de Almeida (...)

---

<sup>232</sup> A amizade entre esses sacerdotes é descrita na obra biográfica de Nascimento sobre Dom Távora. O autor afirma que quando o então padre Helder Câmara foi nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, no dia 20 de abril de 1952, foi o seu amigo padre Távora, a pedido dele, que sugeriu o lema para seu ministério episcopal: *In Manus Tuas*, que traduzido significa “Em Tuas Mãos”, para indicar que toda a sua vida e caminhada deveriam ser entregues nas mãos de Deus. Quando o Papa Pio XII nomeou o padre José Vicente Távora como bispo auxiliar do Rio de Janeiro e Titular de Prussiae, no dia 25 de julho de 1954, foi a vez de Dom Hélder indicar o lema do amigo: *In manibus tuis sortes meae*, que podemos traduzir por “em tuas mãos coloco minha sorte” (NASCIMENTO, 2008: 28).

<sup>233</sup> Dom José Newton de Almeida. Correspondências Recebidas. - Arquivo Histórico Arquidiocese de Diamantina.

Por bondade, veja se é possível enviar-me alguns dados sobre a Semana Rural de Diamantina ligando-a ao mesmo movimento geral de atendimento ao homem rural por parte da Igreja.

O significado dessa notícia seria enorme para nós, sobretudo por deixar bem claro como estão unidos os nossos Bispos.

Animo-me a fazer-lhe este pedido porque V. Ex<sup>a</sup>. mesmo me disse que o seu pensamento era imprimir à Semana deste ano o cunho de preocupação com a fixação do homem ao solo.

Disponha sempre, prezado D. Newton, do amigo em Jesus Cristo  
Helder Câmara<sup>234</sup>

É clara a intenção de tornar o evento mais uma oportunidade da Igreja mostrar a coesão institucional, mas também havia a intenção de se destacar como alinhada do programa de desenvolvimento do governo - haja vista que interessava também ao Estado combater os empecilhos ao desenvolvimento do país, tal como as precárias condições do campo e o crescimento das favelas. Ainda na correspondência, chama atenção dois documentos anexados por Dom Helder. O primeiro refere-se a uma cópia da carta enviada aos Bispos do Nordeste e o segundo, por sua vez, a uma nota que, segundo Dom Hélder, teria sido amplamente divulgada pela imprensa do Rio de Janeiro. Os dois anexos se referiam diretamente ao IEBN, que será melhor analisado no capítulo seguinte:

A resposta de Dom José Newton foi enviada no dia 25 de abril de 1956, a demora foi justificada por conta de uma visita pastoral que o arcebispo fizera a mais de 100 km de Diamantina. Segue a transcrição de trechos da carta:

Estou remetendo alguns dados, em registrado à parte, pelos quais V. Exc<sup>ia</sup>, vai se inteirar a respeito do que fizemos na Ia, Semana Ruralista (1955) e pretendemos repetir na deste ano (4-11 de julho). Nossa iniciativa, desde o primeiro instante, visou a fixação do homem ao solo. Isto só será possível dando ao homem do interior meios de ter saúde, de se alimentar racionalmente e orientação para o trabalho. Sem isto, ele, desesperado, emigra para onde lhe parece que canta a sereia. Por outro lado, no que tange a nós, de Minas, devemos combater, jeitosamente, a mentalidade exclusivamente industrialista dos mineiros, inclusive do presidente. Eles não simpatizam, desgraçadamente, com a agricultura (...).<sup>235</sup>

“O canto da sereia”, isto é, o que atraía a população da região a migrar relacionava-se a situação de abandono dos mesmos pelas autoridades, pois se achavam sem “saúde, alimentação racional e orientação para o trabalho.” Ao defender a questão rural, a instituição religiosa procurava sinalizar que não se opunha ao debate moderno, mas criticou a ênfase sobre industrialização ao indicar que o atendimento às populações rurais deveriam ser proporcionais. Na visão do bispo, assim como para Dom Hélder – nos discursos e ações que vinha mobilizando, o rural-urbano estava vinculado especialmente devido ao êxodo rural.

---

<sup>234</sup> Dom José Newton de Almeida. Correspondências Recebidas. - AEAD.

<sup>235</sup> IDEM.

Foi nessa conjuntura que a IISRD foi percebida como uma oportunidade fértil para o debate dos problemas rurais em uma perspectiva mais nacional. E, mais ainda, para demonstrar, mais uma vez, o quanto a Igreja poderia mobilizar-se em diferentes pontos do país, tal como o recém realizado encontro dos bispos em Campina Grande. Continua na correspondência o arcebispo de Diamantina,

Temos aqui um serviço de assistência aos migrantes. O padre encarregado me acaba de dizer textualmente: “Já passaram por mim uns 45 (nosso serviço começou há apenas um mês e meio, na Estação de Diamantina, onde acorrem emigrantes do Nordeste Mineiro e do Norte do País. Estes se desviam, assim, da Rio-Bahia, em vista da proibição dos Pau-de-araras, e buscam saída na EFCB. O INIC sabe disto) – É triste e interessantíssima a conversa com eles”. Quanto a mim, tenho a experiência das Visitas pastorais: o quadro é dantesco – miséria, muita miséria em meio ao colossal acúmulo de riquezas (na sua maioria levadas pelo americano do norte, sem deixar um centavo!) com que Deus dotou este Estado, inclusive com terras ótimas para a agricultura e com um clima invejável e, pois, favorável a imigração (esta esbarra num problema intrincado e sumamente injusto: o das terras devolutas...). Nossa população é 100% doente e mal alimentada. Como encontrar nessa gente inclinação e aptidão para o trabalho?! Muito contribuirá para mostrar como andamos unidos, nós os bispos do Brasil, o fato de as iniciativas, visando o ambiente e os problemas da própria circunscrição, terem repercussão na CNBB. Padronizações inadaptáveis e constrangedoras redundam em ineficiência. Melhor é da periferia para o centro e, daí, com suma adaptabilidade, uma sábia orientação. O atendimento do homem rural é, sem dúvida, preocupação de muitíssimos de nossos Bispos. Se vossa excelência se inteirar do que foi nossa Semana Ruralista, verá quanto estamos unidos na intenção e na ação. Gratíssimo por ter vossa excelência aceito o convite para tomar parte em nosso programa de julho, terei o imenso prazer de comunicar oportunamente a v. excelência os seus pormenores.<sup>236</sup>

No período, Minas Gerais, juntamente com o Nordeste do país, vinha perdendo a participação de sua população no estado como um todo desde o início da década de 1950. Essa conjuntura foi ocasião propícia para debater o êxodo rural na região e ao mesmo tempo conectá-lo ao crescimento urbano e às favelas que vinha sendo debatido desde o Rio de Janeiro. Em resposta, Dom Hélder confirmou a sua presença no evento, mas salientou que seria rápido devido ao seu retiro de férias.<sup>237</sup>

É importante destacar que, ao mesmo tempo, o IEBN que ocorreu nos primeiros meses de JK, ajudaria a colocar em movimento aspectos da imagem pública do novo governo que, em um contexto de agravamento da crise do país, buscou definir sua agenda social por meio da qual, de forma limitada, defendeu as condições de vida da população e a manutenção da democracia brasileira. Mas as intenções se encontraram com interesses poderosos que opunham a reformas que pudessem ameaçar o *status quo*, ou seja, a ordem existente – mesmo dentro da Igreja observamos esse movimento. Em tempos de Guerra Fria, discutir e propor reformas, com o aval dos clérigos, distinguiria as ações em prol da melhoria da sociedade das reivindicações ou arbitrariedades

---

<sup>236</sup> IDEM.

<sup>237</sup> IDEM.

associadas aos comunistas no período.

Em nova carta enviada ao arcebispo de Diamantina, o bispo cearense afirmou que lhe parecia preferível que o conferencista – não há menção ao seu nome - convidado para sobre a temática de alimentação e saúde fosse outro. Pois, segundo Dom Hélder, o mesmo estaria “com ligação partidária com PTB muito acesa”. O comentário pretensamente “apolítico”, não procedia. O bispo acrescentou ainda: “quando propus que a Segunda Semana Ruralista tivesse uma articulação maior com a CNBB não havia nenhuma intenção de interferir na vida da semana (programa, métodos, conferencistas).<sup>238</sup>Entretanto, embora tenha feito essa afirmação, logo em seguida, Dom Hélder ainda apresentou mais uma sugestão:

Pensei apenas que em relação ao capítulo fixação do homem ao solo ganharíamos perante as autoridades oficiais, em apresentar o movimento como parte de um programa geral de atendimento ao meio rural. Mas compreendo muito bem seu receio de padronização e da parte da conferência, de excesso de interferência. Mandarei a vossa excelência, a título de troca de informação, o material relativo ao Encontro do Nordeste, vamos fazer, no Rio, uma reunião prévia com técnicos do Conselho Nacional do Desenvolvimento Econômico (secretaria do Nordeste), do Banco do Brasil, ( carteira de crédito agrícola e de colonização), do Banco do Nordeste, do Ministério da Agricultura, Ministério da Viação, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, INIC, Serviço Social Rural, Companhia hidroelétrica do São Francisco e Companhia do Vale do São Francisco, Fundação Getúlio Vargas etc, no afã de descobrir uns 3 ou 4 pontos vitais em todo dos quais se articule o trabalho de hoje disperso em vários órgãos, claro que nosso entrosamento não são esquecidos.<sup>239</sup>

Dom Hélder deu detalhes da preparação que ocorreu para a chamada experiência piloto, na cidade de Campina Grande, na Paraíba, naquele mesmo ano de 1956. A associação desses eventos fazia sentido porque parte do município de Diamantina era incluído no Polígono das Secas e compartilhavam problemas comuns. Desde Diamantina, por sua vez, Dom José Milton e o padre J. M. Aleluia, secretário geral da semana, vinham ajustando e estruturando uma programação para o evento. Foi solicitado que fosse indicado o número aproximado de representantes de cada paróquia, pois haveria acomodação gratuita para estudantes de duas semanas. Dom José fez viagens a Belo Horizonte e Rio, para discutir o IISRD e convidar pessoalmente alguns participantes.<sup>240</sup> Uma vez acertado esses aspectos, com apoio do SAI, entre 4 e 11 de julho de 1956, a arquidiocese de Diamantina deu início ao IISRD.

---

<sup>238</sup> IDEM.

<sup>239</sup> IDEM.

<sup>240</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina] 27/05/1956:1.

No jornal curitibano o *Diário do Paraná*, Dom Helder foi destacado como o coordenador desta edição do evento.<sup>241</sup> Em artigo no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, esse bispo afirmou que o evento em Diamantina seria uma continuação da conversa iniciada em Campina Grande o bispo cearense informava que o êxodo rural seria examinado pelos bispos do Norte de Minas Gerais e do Sul da Bahia durante a IISRD junto ao SIA, em cooperação de órgãos federais, estaduais e municipais. Em suas palavras:

Agora que vamos alargar a Campanha de urbanização das favelas cariocas, é importante continuar os senhores bispos do norte de Minas e do Sul da Bahia a conversa que, em breve, teremos com o Episcopado dos Vales do Rio Doce e do Paraíba e da Baixada Fluminense. Seria imprudência urbanizar as favelas no Rio sem o esforço de tentar fixar os nordestinos e mineiros, capixabas e fluminenses que aqui não chegam como migrantes propriamente ditos, mas, em muitos casos, como retirantes. A Cruzada São Sebastião não está a braços com um problema local, mas nacional: como não pretende apenas construir casas mais inserir nos bairros normais dos habitantes normais nossos irmãos que, nas favelas, levam vida infra-humana e aviltante<sup>242</sup>

Os retirantes repercutiam no imaginário do país, especialmente evocados pela tela *Retirantes* (1944) de Cândido Portinari (1903-1962). Embora a referência de Dom Hélder se detenha parcialmente em relação à obra, uma vez que não menciona as suas características ou diretamente o reconhecido artista por trás da obra, o título “retirantes” repercutiam no imaginário do país com os traços dramáticos de Portinari, que retratou uma família de feições tristes e desfigurados pela aspectos precários que marcava a sociedade brasileira. Na visão do bispo, a representação parecia revelar aspectos da condição de “vida infra-humana” nas favelas e áreas rurais brasileiras. Foi visando reverter esse quadro, que a CNBB se engajou em campanhas nesses espaços. A seguir a programação da IISRD:

---

<sup>241</sup> *Diário Paraná* [Curitiba] 8/06/1956:2.

<sup>242</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro] 10/07/1956/7.

**Quadro 3.** Programação da Segunda Semana Ruralista de Diamantina.

<b>PROGRAMAÇÃO</b>		
<b>Dia</b>	<b>Horário</b>	<b>Atividades</b>
<b>Domingo 04/06/1956</b>	<b>17h00</b>	<p><b>Missa</b> (Catedral Metropolitana) D. José Newton de Almeida Batista</p> <p><b>Apresentação</b> "Schola Canturum do Seminário Provincial. Coroação de Nossa Senhora de Fátima como a rainha do evento.</p> <p><b>Exposições:</b> A) de máquinas e produtos Agrícolas (Grupo Julia Kubitschek); B) de indústrias (Grupo Escolar Mata Machado); C) minérios, no Banco Hipotecário.</p>
<b>Seg. Feira 05/07/1956</b>	<b>06h45</b>	<p><b>Missa</b> (Catedral Metropolitana): Celebrada por Dom José de Almeida Batista, Bispo de Sete Lagoas, e explicada pelo padre Celso de Carvalho.</p>
	<b>8h00</b>	<p><b>Aula para homens</b> (Distrito Florestal): Preparo e conservação do solo. Curva de nível. Demonstração prática de arados e grades, Reflorestamento. Professores: Dr. Flamarion Ferreira e Dr. Geraldo S. Clemente.</p>
	<b>8h00</b>	<p><b>Aulas para senhoras e moças</b> (Colégio das Dôres) Horta e reflorestamento, pelo Dr. Ferdinando Albrecht.</p>
	<b>14h00</b>	<b>Para Todos</b>
	<b>14h00</b>	<p><b>Mesa Redonda</b> (Clube Acayaca) Saneamento, seu valor e formas para mobilizar recursos. Experiência do SESP. Doenças, carenciais e sua importância médico-social. Carência mineral, protéica e vitamínica. Valor do trabalho cooperativo da Saúde Pública com outras organizações. Dirigentes: Dr. Antônio Sobral da Cruz e Dr. Fernando Otto Von Sperling (médico e engenheiro do SESP).</p>
<b>20h00</b>	<p><b>Sessão Solene</b> (Praça da Catedral) Presidida pelo Dr. J. F. Bias Fortes, governador de Minas Gerais. 1. Saudação ao Senhor Governador, pelo Sr. Geraldo Edson Nascimento, presidente da Câmara de Vereadores de Diamantina.</p>	

		<p>2. Mensagem—pelo Dr. José Anastácio Vieira, DD. Diretor do Serviço de Informação Agrícola.</p> <p>3. A Cruzada de S. Sebastião pelo Exmo. e Revmo. Sr. Dom Helder Câmara, DD. Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro.</p> <p>4. Números de arte—pelo Coral Diamantinense.</p> <p>5. Projeção de filmes sobre temas rurais (saúde, alimentação e atividades do meio, rural).</p>
<p><b>Terça</b> <b>06/07/1956</b></p>	<b>06h45</b>	<p><b>Missa</b> (Catedral Metropolitana) Celebrada por Dom Helder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio, e explicada pelo Padre Celso de Carvalho, chanceler do arcebispado.</p>
	<b>8h00</b>	<p><b>Aula para Homens (Chácara de Jadir Orlandi)</b> Combate às pragas e doenças vegetais. Prática de adubação química e orgânica. Professores: dr. Roberto Nunes Machado e Dr. Petrônio Leite Rios, ambos da ACAR.</p>
	<b>8h00</b>	<p><b>Aulas para senhoras e moças</b> (Grupo Escolar Julia Kubitschek) Indústrias caseiras para ornamentação do lar e para a alimentação. Professoras: Rita Hilarina Gomes, técnica da ACAR e Maria de Lourdes Melo, Dietista formada pela Universidade Rural do Brasil</p>
	<b>14h00</b>	<p><b>Para Todos</b></p>
	<b>20h00</b>	<p><b>Mesa Redonda</b> (Clube Acayaca) Fixação do Homem ao Solo. Desfavelamento Causas da migração interna. Dirigente Dom Helder Câmara.</p> <p><b>Sessão Solene</b> (Praça da Catedral) Presidida por Dom José Medeiros Leite, bispo de Oliveira.</p> <p>1. Saudação ao Clero Paroquial Rural do Brasil, pelo padre Belchior Neto, reitor do Seminário Arquidiocesano.</p> <p>2. Combate as endemias rurais da Arquidiocese de Diamantina— Pelo Dr. Mário Pinotte, Diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais.</p> <p>3. Número de arte pela "Schola Cantorum" do Seminário.</p> <p>4. Projeção Cinematográfica</p>
	<b>06h45</b>	<p><b>Missa</b> (Catedral Metropolitana) Celebrada por Dom José Medeiros Leite, bispo de Oliveira, e explicação padre Celso de Carvalho, chanceler do arcebispado.</p>
	<b>8h00</b>	<p><b>Para Homens</b> (Distrito Florestal) Cultura do café e do milho. Prof. Diogo Melo.</p>



<p><b>Quarta Feira</b> <b>07/07/1956</b></p>	<p><b>8h00</b></p> <p><b>14h00</b></p> <p><b>15h00</b></p>	<p><b>Aula para senhoras e moças</b> (Grupo Escolar Julia Kubitschek) Puericultura, pelo <b>Dr. João Antunes de Oliveira</b>, e Educação Cristã e Moral dos filhos, por Dom Hélder Câmara.</p> <p style="text-align: center;"><b>Para Todos</b></p> <p><b>Conferência</b> (Banco Hipotecário) Mineralogia, pelo Prof. Silvio Fróes Abreu, Diretor do Instituto Etiológico Nacional.</p> <p><b>Mesa Redonda</b> (Clube Acayaca) Educação da criança e do adolescente rural pela escola primária, pela profissional e pelos centros de líderes rurais.</p>
<p><b>Quinta Feira</b> <b>08/07/1956</b></p>	<p><b>06h45</b></p> <p><b>8h00</b></p> <p><b>10h00-12h00</b></p> <p><b>15h00</b></p>	<p><b>Missa</b> Missas no horário costumeiro dos domingos.</p> <p><b>Missa</b> (Basílica do Seminário) Celebrada pelo arcebispo metropolitano, com a presença do presidente da República, autoridades do clero, semanistas e povo em geral. Coro a cargo da "Schola" do Seminário.</p> <p><b>Cerimônias de Inauguração</b> (Seminário) Presidida pelo presidente da República, no evento ocorreu a inauguração das obras de reconstrução do Seminário, da pedra fundamental do novo prédio da Escola Normal N. Sra. das Dôres e da inauguração do 11º Distrito Florestal de Diamantina.</p> <p><b>Desfile Agrário e histórico-regional</b> em homenagem ao Eminentíssimo Filho de Diamantina, dr. Juscelino Kubitschek, presidente da República.</p> <p><b>Ordem do Desfile:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Abertura—Banda de clarins.</li> <li>2) Desfile agrário.</li> <li>3) Camponesas com apresentação de produtos agrícolas.</li> <li>4) Carro alegórico (Árvore Acayaca - gentileza de Mota &amp; Durães).</li> <li>5) Caboclinhos.</li> <li>6) Desfile de bandeirantes.</li> <li>7) Carro alegórico: Representando a Raça (gentileza de Costa &amp; Cia).</li> <li>8) Desfile de garimpeiros.</li> </ol>

	<p><b>18h00</b></p>	<p>9) Carro alegórico: Descoberta do Diamante (gentileza dos diamantários do Município)  10) Apresentação de João Fernandes de Oliveira (contratador), roupa patrocinada pelos diamantários.  11) Apresentação de Chica da Silva e suas escravas (roupa de Chica da Silva patrocinada por Coelho &amp; irmãos Ltda. e roupa das escravas patrocinada por Medeiros Filhos Ltda. e Lopes &amp; Irmãos).  12) Exibição de uma liteira  13) Carro alegórico: Participação de Diamantina na Inconfidência Mineira (Padre Rolim), gentileza de José Orlando.  14) Isidoro, o mártir.  15) Comboio de escravos.  16) Catopés.  17) Carro alegórico: A queima do Livro Capa Verde (gentileza da Gurya).  18) Festa do Rosário (reinado).  19) Marujada.  20) Guarda romana (desfile)  21) Carro alegórico "Homenagem ao Clero da Arquidiocese" (gentileza de J. K. de Macedo Pimenta &amp; Cia.)  22) Festa do Divino (Império).  23) Carro alegórico "Homenagem à cultura diamantinense" (gentileza da Casa Ramos Diniz).  24) Desfile das Pastorinhas,  25) Carro alegórico: Apoteose a Juscelino Kubitschek de Oliveira" (gentileza de Irmãos Duarte S/A Têxtil e Comercial.</p> <p><b>Concerto</b> (Praça da Catedral):  Orquestra Sinfônica da Polícia Militar e do Coral Diamantinense, e apresentação de cenas coreográficas, pelas alunas da professora Natália Lessa</p>
	<p><b>06h45</b></p> <p><b>8h00</b></p> <p><b>8h00</b></p>	<p><b>Missa</b> (Catedral Metropolitana);  Celebrada por Dom Eliseu Van de Weijer, prelado de Paracatu, e explicação do padre Celso de Carvalho.</p> <p><b>Aula para homens</b> (Seminário)  Suincultura—Por Dr. Paulo Alfeu de M. Henriques</p> <p><b>Aula para senhoras e moças</b> (Grupo Escolar Júlia Kubitschek);  A alimentação boa. Pela Prof. D. Maria de Lourdes Melo.</p> <p style="text-align: center;"><b>Para Todos</b></p>

<b>Sexta Feira</b> <b>09/07/1956</b>	<b>14h00</b>	<b>Conferência</b> (Banco Hipotecário) Mineralogia pelo prof. Silvio Froes Abreu.
	<b>14h00</b>	<b>Mesa redonda</b> Debates sobre as endemias rurais da Região. Dirigentes: Uma equipe de médicos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, composta pelos Dr. Rubem Bahia Ribeiro, Levi Queiroga Lafetá, Raimundo Seabra de Brito e Néri Guimarães.
	<b>20h00</b>	<b>Sessão Solene</b> (Praça da Catedral) Presidida por Dom Eliseu Van de Weijer, prelado de Paracatú. 1. Homenagem ao Episcopado Brasileiro, pelo monsenhor José Pedro Costa. 2. O Município e as Semanas Ruralistas, pelo dr. Celso Generoso Pereira, prefeito de Sabinópolis. 3. Número de canto pela S. C. Seminário. 4. Projeção cinematográfica.
<b>Sábado</b> <b>10/07/1956</b>	<b>06h45</b>	<b>Missã</b> (Catedral Metropolitana) Celebrada pelo monsenhor Gustavo F. de Souza, vigário capitular de Montes Claros.
	<b>8h00</b>	<b>Aulas para Homens</b> (Quinta "Mil Oitavas) Alimentação e tratamento das principais doenças do gado suíno e vacum. Por um técnico da Secretaria da Agricultura.
	<b>8h00</b>	<b>Aula para senhora e moças</b> (E. Normal N.Sra. das Dôres) Criação de galinhas, pelo Prof. Dr. Joaquim F. Braga.
	<b>14h00</b>	<b>Para Todos</b> <b>Mesa Redonda</b> (Clube Acayaca) Assistência dentária; Flúor, dente, alimentação. Dirigente: Prof. José Severiano Brasil de Lima.
	<b>20h00</b>	<b>Sessão Solene</b> (Praça da Catedral) Presidida pelo arcebispo metropolitano. 1 – Homenagem ao santo padre Pio XII, gloriosamente reinante, pelo padre José Maria Pires, pároco de Curvelo. 2. Cooperativismo, pelo Dr. Túlio de Melo Franco 3. Número de arte pelo Coral Diamantinense. 4. Projeção cinematográfica.
<b>Domingo</b> <b>11/07/1956</b>	<b>07h00</b>	<b>Missã</b> (Catedral Metropolitana) Ação de Graças, celebrada pelo monsenhor João Tavares de Souza, vigário Geral da Arquidiocese.

Sobre os aspectos mais gerais desta edição, a IISRD teve as aulas voltadas para mulheres que tiveram como média de frequência entre 90 a 100 ouvintes. Para os homens a média foi de 40 a 50 indivíduos. “O comboio agrícola”, como foi chamada a equipe composta por técnicos enviados pela Secretaria de Agricultura, realizou durante a semana, um total de 454 consultas médicas, com distribuição de medicamentos gratuitos, além da realização de 22 consultas veterinárias e 10 consultas relativas às questões agrônômicas.<sup>243</sup> Como em outras semanas ruralistas realizadas no Brasil até aquele momento, durante essa edição ocorreram exposições de máquinas e produtos agrícolas.

Em sua alocução durante a abertura do evento, Dom José Newton discursou apresentando a importância e a natureza das semanas ruralistas, seus benefícios e lembrando aspectos da semana realizada um ano antes. Indicou como um dos mais graves problemas da região a questão da fixação das populações. O bispo criticou a visão unilateralmente industrialistas, porque a harmonia entre a agricultura e a indústria, entre o campo e a cidade, bem como a existência de vigorosa classe média (a diminuir assustadoramente) é que nos poderão tornar senhores do nosso destino como nação, na lúcida afirmativa do grande Pio XII. Em suas palavras:

Mas, de balde tentaremos fixar o homem no interior, em vão trabalharemos no desfavelamentos das grandes cidades – esses tremendos aglomerados, de costas para o Brasil, a lhe sugarem sangue vital, - se não dermos a esse homem aquele conforto que o fará compreender que a vida rural pode ser tão boa, senão até melhor, material, social, moral e religiosamente falando, do que a que se leva nos ajuntamentos urbanos.<sup>244</sup>

Em sua concepção a “solução” seria:

Para fixar a população do interior sob o céu abençoado, ali onde nasceu, urge dar-lhe saúde, ensiná-la a se alimentar e orientá-la para o trabalho – agricultura, ofícios técnicos, pequena indústria, sem que lhe falte o exemplo psicológico de escolhido imigrantes. Tudo resumido numa palavra mágica: educação. Educação, sobretudo, no sentido de risonhas escolas primárias e exemplares estabelecimentos profissionais, cuja inexistência é atestada, entre nós, por vergonhosa estatística, 70% de analfabetos, isto é, mais da metade dos brasileiros não sabem ler sequer! Não temos dúvida em acreditar que nosso país será grande quando, ao invés da vocação do asfalto, os brasileiros, os mineiros sentirem, cheio de entusiasmo, a vocação sadia da terra, a vocação dos campos, a vocação do Brasil.<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> IISRD [AEAD], 1956: 5

<sup>244</sup> IDEM: 2.

<sup>245</sup> IDEM: 2.

O seu discurso reforçou a premissa de que o Brasil seria um país essencialmente agrícola – lembrando que a defesa a essa vocação estava presente desde as semanas ruralistas dos anos 1930 assente nas ideias torreanas. A relação campo e cidade foi indicada como orgânica, isto é, interseccionadas e complementares, uma vez que a falta de estrutura no primeiro levava ao processo de favelização. Essa perspectiva coadunava com os discursos e colocações que Dom Hélder vinha indicando desde o Rio de Janeiro. E com a criação de órgãos e convênios no período como o SRR e a CNER, por exemplo.

Um concurso de frases relacionadas ao combate de queimadas foi organizado e claramente expressava uma demanda regional. Foram submetidas 481 frases por 138 pessoas de diversas localidades sob a influência daquela arquidiocese, a saber: Água Boa, Belo Horizonte, Braúnas, Caetanópolis, Capelinha, Carbonita, Conselheiro Mata, Corinto, Curvelo, Datas, Diamantina, Dom Joaquim, Felisberto Caldeira, Francisco Badaro, Guanhães, Juiz de Fora, Palmital, Paraopeba, Salto Grande, São Paulo, Serro, Três corações, Uberaba.<sup>246</sup> Apenas 04 frases foram selecionadas e receberam a premiação das mãos do governador. Em quarto lugar: “a devastação das matas, uma injustiça no passado, um crime no presente, uma desgraça no futuro”, apresentada pelo seminarista de Diamantina Ruy Candido da Silva, em terceiro: “quem com queimada planta, possivelmente almoça, não janta”, pelo Padre José de Ávila Garcia, de Dom Joaquim, em segundo: “homem do campo: terras queimadas? Riquezas dissipadas” e, em primeiro lugar, a frase de Lucia Silveira, de Curvelo: “queimar florestas é semear desertos”. Ao longo das sessões solenes da “semana” os vencedores foram convocados e premiados.<sup>247</sup> Houve ainda a distribuição de prêmios de frequência para os semanistas.

No dia 5 de julho, o evento contou com uma palestra do governador de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes (1956-1961). Em seu discurso, detendo-se sobre a conjuntura política em que JK, que recém eleito teria sido alvo de tentativas de golpe, o governador frisou que o ambiente de cidades históricas [ como Diamantina], “se mais vezes as procurássemos para uma pausa de medicação, com certeza nos preservaria de lamentável indiferença com que , nos últimos tempos, parecemos encarar alguns dos nossos deveres essenciais para com o Brasil. (...).Em suas palavras, os desentendimentos dos partidos, não seria “útil à saúde das democracias quando gravitam em torno de ideias,

---

<sup>246</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 15/05/55:3.

<sup>247</sup> ISRD [AEAD], 1955:5.

de princípios, de programas, tornando-se estéreis e condenáveis quando caçam raízes na paixão dos homens”. O governador dirigiu-se também aos diamantinenses destacando a ação empreendida pelo arcebispo metropolitano e afirmando que “empolgado pelo espetáculo desta cerimônia inesquecível”, sugeriu as “einentes preladados” que a iniciativa daquela arquidiocese se estendesse por outras regiões de Minas, afirmando: “que todos eles tomem a frente de movimentos como este, ajudando o Governo a levar a efeito o seu propósito fundamental que é o de tornar mais farta a mesa dos pobres e menos penosa a vida dos humildes.”<sup>248</sup>

O dia mais agitado desta edição foi no dia 8 quando o presidente da República e Dom Hélder Câmara estiveram presentes e discursaram no evento. Juscelino chegou no aeroporto de Diamantina e desse local se formou um cortejo até o centro da cidade. Durante o trajeto, a comitiva especial passou por alguns lugares onde o presidente realizou inaugurações, visitou obras entre outras formalidades. Foi inaugurando um distrito florestal (11ª distrito estadual) - com a função de preservar as matas e promover o reflorestamento do Nordeste do Estado de Minas, JK também lançou a pedra fundamental da ampliação do seminário de Diamantina. Outra inauguração – e que foi tendências em outras semanas ruralistas e dioceses brasileiras, foi o setor Departamento de Endemias Rurais, sobre o qual abordaremos melhor mais adiante.

Ao chegar no centro da cidade, o presidente assistiu a um desfile que destacava a história da região, que em carros alegóricos apresentava a trajetória e política de Diamantina destacando o período enquanto era o antigo Arraial do Tijuco, como a participação do diamantinense Padre Rolim na Inconfidência Mineira, a história do escravo Isidoro (mártir), representações de Chica da Silva e ainda um momento intitulado de “apoteose do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira”.<sup>249</sup> Mas os momentos altos do dia foram os discursos de JK e Dom Hélder.<sup>250</sup>

Agradecendo o banquete que lhe foi oferecido pela Prefeitura Municipal de Diamantina, no Hotel de Turismo, o presidente relembrou sua origem, saudou os arcebispos de Diamantina, Dom José Newton pela semana ruralista que se realizava e ainda a figura “exemplar” de Dom Serafim, que também esteve presente. Em síntese, o discurso do presidente procurava destacar os ares democráticos dado a conturbada conjuntura em que havia assumido. Isso fica evidente quando JK argumentou que no

---

<sup>248</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina] 15/07/1956:3

<sup>249</sup> IISRD [AEAD], 1956: 2.

<sup>250</sup> *Jornal do Comércio* [Rio de Janeiro] 19/06/1955: 6.

plano político a oposição seria elemento essencial para a estrutura do regime democrático e que estaria, cada vez mais convicto de que o país, com a colaboração interessada de suas elites responsáveis, encontraria um futuro próximo a sua redenção definitiva. A seguir alguns trechos de seu discurso:

Cada vez que regresso à terra que nasci e me reintegro nesta Diamantina tradicional onde transcorreu a primeira fase da minha existência, experimento a necessidade de interrogar-me, num recolhido exame de consciência, para me compeñar que não trai a vossa confiança nos atos de minha vida pública (...).

Mas a província não é apenas essa evasão sentimental, que nos restitui, em pensamento, quando estamos longe, à nossa gente e ao nosso passado. É, também a noção perene de nossas responsabilidades para com esse pretérito. Porquanto invariavelmente atuamos, foram de nossa província, em função do sagrado compromisso de honrar o bom nome e as melhores tradições da terra Natal.

Nos instantes decisivos da minha carreira política, habituei-me a invocar o julgamento possível de meus amigos de Diamantina, como a opinião de que intimamente necessito para me guiar na escolha das mais graves determinações. E sempre atual, nesses momentos supremos, como se me conduzisses com o vosso conselho e o vosso incitamento (...)

Quando me candidatei à Presidência da República, foi a Diamantina que acorria para a pedir a Deus, nos horizontes de minha infância, sob este céu amigo, que me desse força e tenacidade para levar adiante a minha tarefa. Dez meses depois, ao final de minhas batalhas, com a bandeira da vitória em minhas mãos, foi aqui que vim hasteá-la, para que tivesses mais uma vez a certeza de que não vos desencantei nas vossas esperanças.<sup>251</sup>

Em seguida, mais uma vez o presidente elogiou os arcebispos pelas iniciativas da IISRD, afirmou que desses arcebispos, dos quais teria recebido “no transe das grandes lutas, o conforto, o apoio e a solidariedade que me serviram de alento.

Através da voz providencial desses Pastores de Cristo, Deus me amparou na hora mais difícil da minha campanha política e eu pude estar sereno, quando se utilizavam todas as armas para me intimidar. Nestes cinco meses à frente do Governo da República, tenho procurado cumprir fielmente o meu programa de candidato. As minhas ideias de ontem são as mesmas ideias de hoje, apenas com a diferença de que estão sendo postos em execução., na medida dos recursos de que podemos presentemente dispor. Se não fiz milagre, ante a inviabilidade de praticá-los, pelo menos não esmoreci no proposito de levar o Brasil a mais altos destinos, pela conveniente valorização de suas inumeráveis possibilidades de evolução.

Continuo cada vez mais convicto de que o país, com a colaboração interessada de suas elites responsáveis, encontrará em um futuro próximo a sua redenção definitiva. O que devíamos fazer, neste

---

<sup>251</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina] 15/07/1956:3.

preludio de governo, está felizmente executado, com a vigência integral do regime democrático, na normalidade de seus poderes em ação. Aos sofistas de erro, aos solapadores do regime, aos pregoeiros do desrespeito às vontades populares, aos pessimistas calculados e aos cegos que não querem enxergar, contrapomos a firme decisão de cumprir a risca os mandamentos da Constituição, com a ordem pública efetivamente assegurada e a plena garantia de todos os direitos individuais.

O clima de concórdia, de que necessitamos para trabalhar, começa a mostrar os seus sinais de bom tempo, com a compenetração de que acima das paixões das pessoas que dividem os homens está a preservação do futuro da Pátria, que deve unificá-los. Há uma união nacional que se procede à revelia das vontades políticas e é aquela que nos inspira o progresso do país. A grandeza da Pátria não pode deixar de ser o ideal comum, conciliando os adversários mais extremados. Nem se compreende que, estando em causa a evolução nacional, haja opositores ou pessimistas, interessados em sacrificar o progresso do Brasil como o proveito mesquinho de suas intransigências individuais. A oposição, no plano político, é o elemento essencial de sua estrutura do regime. De sua atuação lúcida e vigilante na controvérsia das opiniões dependentes a sobrevivência do Estado em termos de democracia efetiva. Sua atuação fiscalizadora, sujeita a excessos por força das paixões radicais, de que por vezes se nutre, jamais intimida o homem de governo que se fiscaliza a si mesmo e que, humanamente suscetível de enganos ou equívocos, nada mais deseja do que ser alertado antes de errar. Tenho pautado os meus atos de Chefe de Estado com a plena convicção de que não me pertenço e sim ao programa que apresentei como candidato. Para a Integral tarefa é que escravizei todas as minhas horas de trabalho, sem direito a desfalecimentos ou desânimos. Meu resgate publicou ao fim de meu governo, há de ser a afirmação, que aqui também virei fazer – de que não decepcionei os meus amigos de Diamantina, nem faltei as esperanças do Brasil que me elegeram.<sup>252</sup>

Em contraste com o discurso presidencial que celebrou promessas, o jornal carioca *O Maquis* publicou, em três páginas, a reportagem “O pé de Vento”, assinada por Luiz Fernando. No impresso foi enfatizando que entre muitas coisas que Juscelino havia prometido em sua campanha eleitoral, uma ele vinha cumprido sistematicamente: a de viajar. O artigo criticava algumas viagens feitas por Juscelino, entre elas a que fez para estar presente na semana ruralista em Diamantina.<sup>253</sup>

Na onda de críticas às viagens do presidente, o jornal trouxe um episódio sobre a semana ruralista, indicando que nem tudo saiu como planejado pelos bispos. Durante o evento, o “banquete com “show” acabou mal, pois os músicos cantaram “Oito Mulheres” - esse é o título de um samba que diz que cada homem deve ter, pelo menos, oito mulheres. Assim, os padres, porque não concordaram, retiraram-se. O jornal frisou: o “bispo ficou,

---

<sup>252</sup> IDEM:3.

<sup>253</sup> *O Maquis* [Rio de Janeiro] (1ª quinzena) /08/1956: 37, 38 e 44.



coradíssimo, e JK, muito sem graça, voltou no dia imediato”. Essa experiência evidencia que se por um lado o presidente viu em sua relação com a Igreja um nicho importante para mobilizar positivamente sua imagem junta a cena pública, também foram explorados ruídos e atritos entre essa relação.<sup>254</sup>

Dom Hélder, em seu discurso durante o evento, tratou do tema fixação das populações rurais. Fugindo ao tom essencialmente regionalista - que em geral orientava as edições de semanas ruralistas - o bispo cearense procurou demarcar como estariam vinculados os problemas daquela região e do país como um todo. O bispo discursou sobre a Cruzada de São Sebastião no Rio. Dando a IISRD a finalidade de fincar as diretrizes básicas de uma política de contenção do êxodo só campo.

A seguir imagem de Dom Hélder proferindo sua fala conferência de abertura na IISRD:

**Figura 9.** Conferência de Dom Hélder Câmara na Catedral de Diamantina 1956.



FONTE: IISRD [AEAD].

Na imagem, no canto superior esquerdo, ao fundo, podemos ver algumas freiras e outras mulheres, provavelmente as técnicas que também falaram no evento.<sup>255</sup> O destaque na fotografia é o registro de Dom Hélder discursando em uma bancada onde foram fixados alguns cartazes relacionados ao combate às endemias regionais. Os cartazes em questão apelavam aos cuidados com a sífilis, afirmando: “num simples beijo você pode pegar sífilis”. O material fazia parte de uma campanha do Serviço Nacional de Educação

<sup>254</sup> IDEM: 37, 38 e 44.

<sup>255</sup> Uma participação importante refere-se a médica nutróloga Maria de Lourdes Melo. No AEAD há vários registros de artigos de autoria desta técnica sobre alimentação, nutrição, em jornais mineiros.

que contribuiu com 4 mil folhetos para serem distribuídos no evento, em “linguagem simples” para educar as populações sobre o combate a várias doenças. Da quantidade de material fornecido, pelo menos, 2.500 exemplares foram referentes a sífilis e a febre tifoide.<sup>256</sup>

O episódio é mais uma expressão de como as “semanas” tinham um caráter agregador e contaram com a colaboração de outros segmentos, além do Ministério da Agricultura. Deixa evidente ainda como a organização e iniciativa desse segmento religioso foi importante para superar as grandes distâncias e a precária infraestrutura dos órgãos públicos em suas ações sanitárias. A religião, portanto, como um recurso para a agenda de desenvolvimento na medida que na perspectiva do governo JK, saúde seria uma alavanca para se alcançar o desenvolvimento. Portanto, mais do que uma das vozes neste debate, a Igreja constituiu-se como parceira deste processo participando do debate e mobilizando recursos. O Departamento Nacional de Endemias Rurais, criado naquele ano de 1956, que reunia os serviços nacionais estabelecidos em 1941 sob o Estado Novo, por exemplo, foi um dos órgãos por meio do qual essa colaboração foi vigorosa.

O DENERU empreendeu um esforço significativo no emprego de campanhas educativas e sanitárias com o apoio de tecnologias biomédicas pautadas na busca do desenvolvimento. As doenças combatidas, porém, eram velhas conhecidas da sociedade brasileira, as chamadas endemias rurais, recuperadas nos discursos de JK como doenças de massa. Percebidas como um obstáculo ao desenvolvimento, pois comprometiam a força produtiva dos trabalhadores e, com efeito, o incremento da produção. A penicilina foi indicada como o tratamento eficaz para muitas doenças no período. Esse medicamento juntamente com o DDT foram verdadeiras “armas químicas” (KROPF, 2006: 279) contra o subdesenvolvimento e as doenças endêmicas a ele diretamente associadas. Essa conjuntura ajudou a estimular uma visão hierarquizada e instrumentalizada de saúde.

O novo departamento se tornou a principal estrutura de saúde pública do governo Kubitschek e, segundo Muniz, a sua atuação atingiu números robustos. Em sua importante interpretação da campanha contra a Boubá, afirmou que os “números inventariados impressionam”. Os dados para 1956, apenas para essa doença, sinalizavam que um milhão e seiscentas mil pessoas foram examinadas (MUNIZ, 2014:65). Em nossa pesquisa fica evidente que a contribuição da Igreja foi crucial para esse alcance expressivo. Partindo do pressuposto de que os problemas sanitários do país seriam

---

<sup>256</sup> A Cruz [Rio de Janeiro], 05/09/1956: 2.

resolvidos com novas tecnologias, em parceria com o DENERU, segmentos católicos contribuíram para a distribuição de medicamentos, realização de exames, aplicação de inquéritos a partir de estratégias como as semanas ruralistas.

O ministro da saúde durante os primeiros anos do governo JK, Maurício Medeiros, criou em maio de 1956, uma ação de “caráter experimental” as chamadas Unidades Distribuidoras de Auxílios Sanitários (UDAS). Centros de distribuição de materiais relacionados às campanhas do departamento a partir da colaboração voluntária de diversos atores, incluindo sacerdotes, e lançando mão dos mais variados meios de transporte – inclusive aviões da FAB, percorrendo os rincões afastados e conduzindo, como pequeno hospital volante, os recursos transportáveis da moderna medicina.<sup>257</sup> As UDAS teriam como objetivo “visitar as famílias e descobrindo os verdadeiros focos da doença e possibilitando aos especialistas os meios de combatê-los.”<sup>258</sup> Segundo o *Diário de Pernambuco*, a perspectiva das UDAS era recorrer ao “trabalho espontâneo e irremunerado”, contribuindo para aliviar a despesa com pessoal, que as magras verbas a disposição do DENERU, conseguiram superar.<sup>259</sup>

O trabalho em geral consistia em registros torácicos, aplicação de vacinas antimaláricas e de varíola, BCG e tratamento odontológico. Além disso, entre as atividades estava a aplicação de inquéritos sobre boubas, tracoma, bócio e leishmaniose, relativamente à incidência nas populações locais. Esse movimento foi acompanhado por ações de educação sanitária e exibição de filmes. Ocorreu ampla distribuição de material de propaganda sanitária fornecido pelo SESP.<sup>260</sup> Essas campanhas eram organizadas pelo DENERU.

Unindo aos esforços do ministério da saúde por meio do DENERU, algumas dioceses católicas exerceram papel importante para execução dessas campanhas. Durante semanas ruralistas não só foram inauguradas as áreas piloto do DENERU e de distribuição de medicamentos, como também foram criadas missões rurais e outros serviços.

Dando detalhes de como essa colaboração ocorria, o jornal *Diário de Pernambuco* afirmava que se tratava de um serviço ciclópico do saneamento do país que contava com o apoio de pessoas abnegadas, à altura de Dom João Muniz, indicava o jornal. Esse bispo

---

<sup>257</sup> *Correio de Manhã* [Rio de Janeiro] 3/03/1957:11.

<sup>258</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 6/01/1959:6.

<sup>259</sup> O jornal ainda foi destacado que se a campanha de alfabetização de adultos fosse entre ao clero, tendo à frente prelado do quilate de Dom Muniz, em termos de alfabetização “outro galo nos cantaria”. *Diário de Pernambuco* [Recife] 26/05/1957:23.

<sup>260</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 21/07/1957:6).

atuava na região do Médio São Francisco, à frente da arquidiocese na cidade baiana de Barra Grande, que foi pioneira na realização de semanas ruralistas. Por sua atuação no combate a doenças nessa região, Dom Muniz além da alcunha de “bispo lavrador e sanitaria” foi condecorado, em 1957, pela Liga Nacional Contra a Cegueira que lhe conferiu o prêmio de Honra ao Mérito ao bispo de Barra do Rio Grande, pelo que tinha feito no combate ao tracoma e outros males que afetam ao povo da sua diocese.<sup>261</sup>

O tracoma, como indicam Schellini e Sousa, é uma doença recorrente em locais com precárias condições de moradia, grande concentração populacional, saneamento básico precário e baixo nível educacional e cultural. Existem ainda outros fatores como a presença de insetos vetores, deslocamentos populacionais, presença de outras doenças oculares, precariedade no abastecimento de água e coleta de lixo e íntima relação com a estrutura social (SCHELLINI & SOUSA, 2012: 200)

No período, havia a percepção de que além de cegueira, havia a percepção que doenças como o tracoma ocasionaram prejuízo da ordem de bilhões de cruzeiros. Para o enfrentamento dessa doença, o meio “prático e econômico”, tinha como “arma” a “eletrocoagulação das lesões tracomatosos por meio de um conjunto portátil “alimentado à bateria”. O referido tratamento, além de ser definitivo e feito no próprio domicílio do trabalhador rural, era considerado a época quase cinco vezes mais econômico do que a terapia clássica. O aparelho da Siemens-Reiniger-Werker era utilizado no tratamento intensificado dos casos de enfermidade através de campanha móvel, nas zonas remotas uma vez que instalado na parte traseira de jipes auxiliava no desempenho da campanha contra a doença.<sup>262</sup>

Nessa conjuntura, merece destaque a atuação da diocese do Crato, no Ceará, com a atuação do bispo Dom Francisco de Assis Pereira Pires e do bispo auxiliar Dom Vicente de Paulo Araújo Matos participou ativamente nas campanhas desenvolvidas em parceria com o DENERU. No período era indicado que no país haveria cerca de 1 milhão de tracomatosos, desses pelo menos 260 mil se localizavam na região cearense sob influência desse bispo. Combinando de forma mais eficaz as preocupações da Igreja com a questão social e abordagens sociológicas. As campanhas visavam promover a saúde pública rural e assistência médico-social com um programa de recuperação das populações rurais mais vulneráveis e isoladas. Dom Vicente Matos que “vinha acompanhando pessoalmente todo

---

<sup>261</sup> A *Ordem* [Natal] 6/12/1950:1.

<sup>262</sup> IDEM:1.

o trabalho e forneceu o valioso contingente de uma operosa rede de cerca de 400 agentes que, praticamente, vasculharam todos os domicílios urbanos e rurais do município de Crato e Barbalha, quartel general da endemia na região. Assim, além da infraestrutura, esse segmento do catolicismo mobilizou recursos locais para a agenda de desenvolvimento e a proposta de saúde pública daquele órgão.

O relatório das UDAS referente ao ano de 1957 indicava que em quatorze meses de trabalho na região sul cearense, o trabalho já teria atingido 61.362 pessoas. Distribuíram e fiscalizaram a aplicação dos seguintes medicamentos contra o tracoma: sulfa – 3.039.416 comprimidos, pomadas de antibióticos – 54.914 tubos, colírios – 23.409 frascos. Do total de pessoas examinadas verificou-se uma porcentagem de mais de 75% de contaminados pela doença. O bispo afirmava que se tratava de uma situação de “calamidade pública”, recomendava mais ações do DENERU.

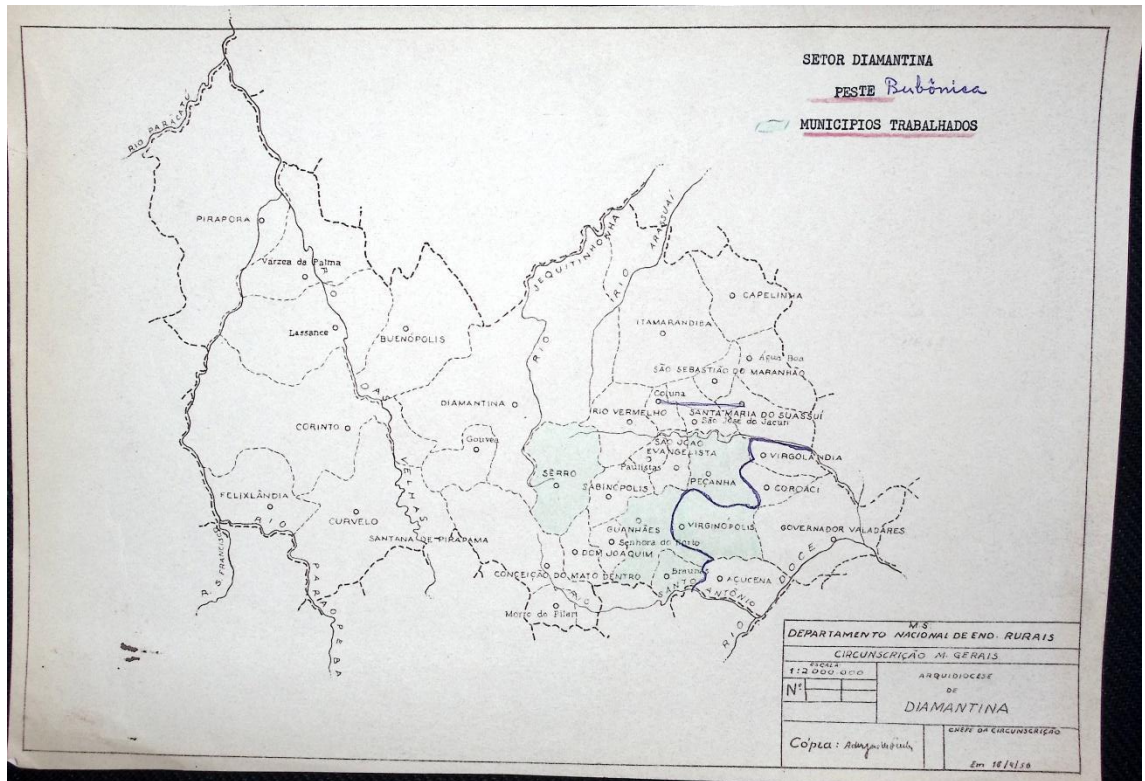
No jornal *A Cruz* foi destacado que a par do trabalho de distribuição de remédios, realizava-se um trabalho preventivo. A caminhonete da diocese, com alto-falantes e projetos de filmes e “slides”, percorreram todas as zonas, esclarecendo a população e promovendo uma intensa difusão de preceitos de higiene geral e de conhecimentos sobre tracoma. Para os casos em que a moléstia adquiriu resistência a tratamento pela sulfa, já se instalou no Catro, no Hospital São Francisco de Assis, um centro de Pesquisa oftálmica, onde se faz tratamento do tracoma pela diatermia.<sup>263</sup>

Durante a sua segunda semana ruralista, o município de Diamantina recebeu um setor piloto do DENERU. Na ocasião de sua inauguração esteve presente o médico sanitariano Mário Pinotti, então diretor do novo departamento. No arquivo metropolitano da arquidiocese da cidade, localizamos mapas das atividades realizadas pelo departamento na região. O que chama atenção é que as áreas indicadas nos documentos sinalizam que o departamento determinou o enfrentamento contra as endemias rurais no território de influência daquela diocese, naquela altura 54 paróquias. Seguem os mapas:

---

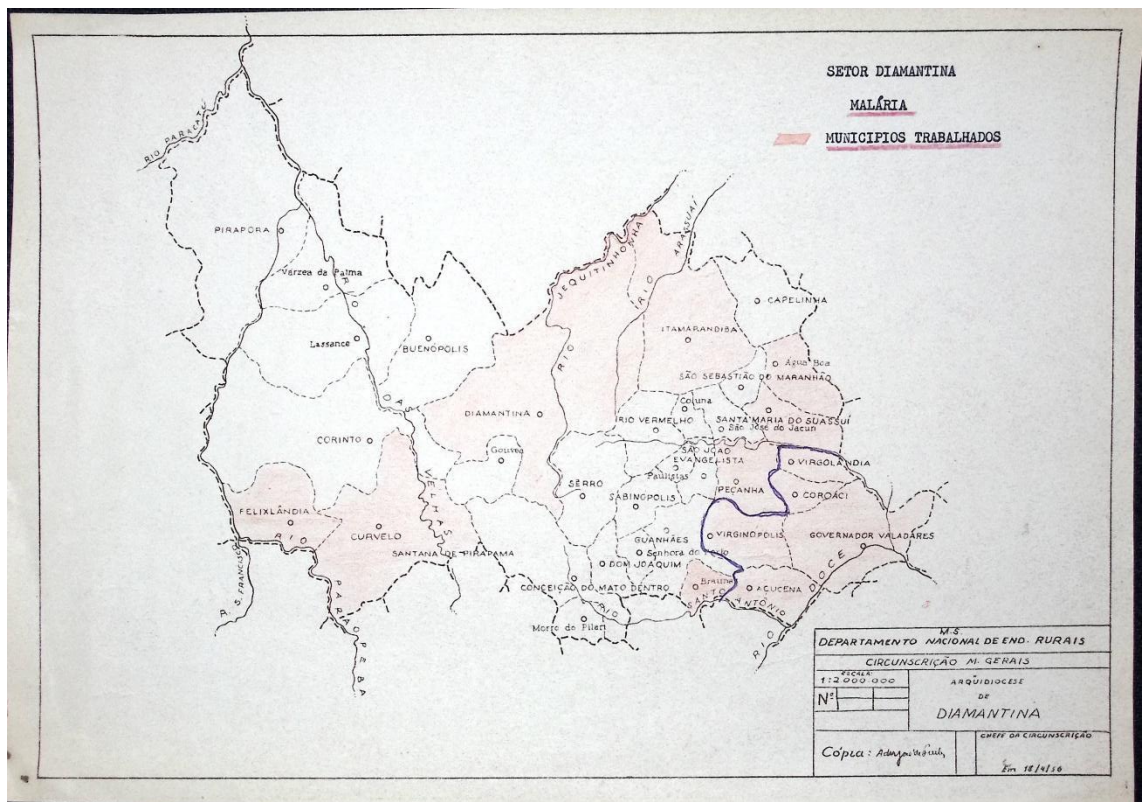
<sup>263</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro] 27/10/1957:3.

MAPA 4: DENERU – Setor Diamantina (Peste Bubônica, 1956).



FONTE :AEAD.

MAPA 5: DENERU – Setor Diamantina (Malária, 1956).



FONTE: AEAD.

Apesar dos esforços, como discutimos no capítulo anterior, a modernização e a tecnologia do período, embora possibilitassem melhorias e, em termos de saúde, uma terapêutica inovadora de modo eficiente, aplicável e baixo custo – como a penicilina para a Boubá e os métodos mais acessíveis para tratar o Tracoma, pouco foi feito para mudar a realidade que perpetuava as precárias condições de pobreza e desigualdade entre população. O estabelecimento de serviços fixos de saúde em grande escala, por exemplo, não esteve em questão. A importância recaiu sobre os produtos farmacêuticos – que não eram disponibilizados sem intenções, e pouco se avançou no debate e tratamento de questões que estavam a definir quem podia morrer ou viver. Pois, diante a falta de terras, a população estava sujeita à migração, exposta a fome, precária higiene, água potável e, portanto, epidemiologicamente mais exposta.

Essa visão limitada de saúde implicou muito menos gastos para o Estado. Diante dos custos de uma rede permanente de atendimento ou investimentos para a maior parte das regiões do país, ao invés de apenas ações pontuais, verticais, de controle de doenças, por exemplo. Esse contexto foi muito bem evidenciado por Muniz (2014). Entretanto, ares tensos com a radicalização da Guerra Fria, na virada para os anos 1960, tornaria mais difícil para a CNBB e os bispos nordestinos se apoiarem nesta colaboração com certa complacência em relação às respostas pouco eficientes, isto é, com discurso de antecipar-se em agitações sociais propondo harmonização entre as classes. Ao passo que as medidas pareciam paliativas, a própria mobilização camponesa sinalizava que era preciso avançar nas respostas dadas em direção a uma verdadeira reforma na sociedade brasileira. Era preciso retomar piamente o ideal inaugurado em campanha “fazer a revolução antes que a façam”.

O documento final da IISRD, com 15 páginas, aprovava 27 conclusões. As soluções destacavam a importância de se conquistar “a confiança do agricultor”, pois só assim o mesmo poderia abandonar “métodos ancestrais, tais como as queimadas e o plantio irracional”, por outros percebidos à época como “melhores e superiores, como a mecanização da lavoura, a irrigação artificial, a observância da curva de nível, a seleção das semanas, a rotação de cultura, a adubação.” Além disso, dentre os pontos destacados estava o apelo para que órgãos competentes, das esferas federal ou estadual, enviassem periodicamente técnicos agrícolas aos municípios da região, para darem orientação “in loco”, aos agricultores e criadores. As conclusões indicavam ainda a necessidade de medidas de reflorestamento e combate às queimadas, bem como que hortas fossem “plantadas racionalmente, em cada quintal”, além disso, que nos municípios da

arquidiocese fossem estimuladas as associações rurais, pois seriam um meio de desenvolvimento do progresso local e uma via para o cooperativismo longe de qualquer “partidarismo político”.<sup>264</sup>

No relatório final da IISRD foram dadas sugestões ao recém fundado DENERU, a saber: uma vez aprovada a lei do sal<sup>265</sup>, fossem fornecidos às prefeituras municipais e demais instituições que julgassem conveniente, o processo de análise que possibilite saber se o sal comercial está ou não iodado e em boas condições de uso, ampliando, portanto, as possibilidades de eficácia do método.<sup>266</sup> Ainda nas conclusões, a IISRD demandou que incluíssem a lista das endemias rurais a serem combatidas na região “febre maculosa” – doença causada pela picada de carrapato infectado por bactérias da família Rickettsia. Essa seção do evento também teceu recomendações às autoridades locais a acerca da necessidade de uma maior fiscalização por parte das Prefeituras Municipais a fim de se evitar a venda de carne contaminada e ainda acerca da contaminação de fontes de águas.<sup>267</sup>

A “semana” resolveu também: a) Solicitar ao Governo de Minas Gerais que fosse renovado o convênio com o SESP, através da Secretaria de Saúde e Assistência; b) Recomendar às Prefeituras Municipais e às demais instituições locais que realizassem contratos com o SESP, a fim de se beneficiarem com a respectiva contribuição em trabalhos de saúde pública. Em matéria de saúde pública, em Diamantina isso se refletiu no seu processo de ampliação de sua rede de tratamento de água e esgoto.<sup>268</sup>

Ao governo mineiro também foi recomendado que a) o orçamento das Secretarias da Educação e da Saúde contivessem verba especial para a aquisição de gabinetes dentários, a serem instalados nos Grupos Escolares; b) que, nas diversas instalações hidráulicas, as Prefeituras, com auxílio estadual ou federal, realizassem não só a depuração, mas também a “fluoração” do precioso elemento [água], além do emprego

---

<sup>264</sup> *Conclusões*. IISRD [Diamantina], 1956: 7-15.

<sup>265</sup> De acordo com Hochman o tema do desenvolvimento econômico baseado na industrialização e na modernização agrícola emergiu como eixo central das políticas governamentais na década de 1940 e esteve no centro do debate nacional na década de 1950. Nesse sentido, a fim de combater as enfermidades que mitigavam a força produtiva dos trabalhadores do interior do Brasil, o sal de cozinha foi eleito como o veículo por excelência para suprir a população de produtos profiláticos e terapêuticos contra determinadas enfermidades, especificamente a malária e o bócio endêmico. A perspectiva “para controlar e até mesmo eliminar tais doenças, o uso do sal de cozinha como veículo para fornecer iodo e uma droga antimalárica para a população, esbarra em fatores cognitivos, econômicos, sociais e culturais” (HOCHMAN, 2010: 158-193).

<sup>266</sup> IDEM: 7-15.

<sup>267</sup> IDEM: 7-15.

<sup>268</sup> IDEM: 7-15.



tópico de “flúor” pelos principalmente entre a população escolar. Quanto às autoridades locais, as conclusões do evento apontavam a importância de que dessem apoio e procurassem atrair os benefícios que alguns órgãos poderiam produzir – foi citado como exemplo a ACAR.<sup>269</sup>

Dias depois, aos 22 de julho de 1956, jornal *A Estrela Polar* destacou como um dos frutos da “semana” a aquisição de um “conjunto mecânico” (trator Ford NCA, arado de 2 discos, 1 grade de 20 discs entre outros), por parte do fazendeiro Victor Dumont, proprietário da Fazenda da “Firmeza”, no distrito diamantinense de Rio Preto (atual município de São Gonçalo do Rio Preto) o jornal arquidiocesano recomendava que exemplo fosse imitado, pois “não havia dúvidas que a mecanização da lavoura produziria aumento da produção. Foi destacado ainda que seria urgente a mecanização, mas importaria ainda orientar o agricultor considerando diversos fatores relativos ao campo: tipo de terreno, dimensões do campo, disponibilidade de mão de obra, conhecimentos mecânicos da parte do agricultor, economia da zona, etc. Era preciso, portanto, “satisfazer as precisões do fazendeiro e conquistar-lhe a confiança, com o fim de levá-lo a substituir os métodos ancestrais por outros seguramente superiores. Finalmente, ao mesmo tempo que se introduzem as máquinas, devem os responsáveis pensar em organizar cursos que ensina o seu uso, a sua reparação e a sua manutenção” .<sup>270</sup> O destaque do jornal é mais um exemplo da excessiva confiança no emprego de tecnologias e modernização agricultura com ferramentas úteis para incrementar a produção e solucionar problemas crônicos dos sertões sem cortejar movimentos marxistas, mas que também procurava não desafiar privilégios de segmentos da sociedade com suas elites agrárias.

### **3.5. Considerações Finais**

A preparação, execução, conclusões e primeiros resultados dos eventos realizados em Diamantina, mostra como as SR’s constituíram importante espaço para a produção de conhecimento sobre as regiões rurais brasileiras. Com cunho propagandístico – considerando também que estavam vinculadas ao setor de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, as semanas ruralistas deixam evidentes os laços transnacionais, nacionais e regionais do catolicismo brasileiro via CNBB. Esse engajamento mostrou-se um aliado valioso no processo de busca pelo desenvolvimento. A infraestrutura católica

---

<sup>269</sup> IDEM:7-15.

<sup>270</sup> *A Estrela Polar* [Diamantina], 22/06/1956:2.

além de seu alcance e entrecruzamentos nacional ou regional, como parceira do governo federal, seus ministérios e agências, mantinha também vínculos com a ONU e outros organismos internacionais.

As “semanas” de Diamantina, bem outras que ocorriam no período, indicam como os bispos brasileiros, via CNBB, estiveram afinados com compromissos assumidos pelo governo Juscelino. Essa conjuntura ficou mais evidente, especialmente, na IISR, em relação à política de saúde pública de JK que percebia a saúde como um meio necessário para criar no campo trabalhadores aptos ao trabalho por meio de campanhas verticais contra doenças endêmicas, por exemplo. Durante as “semanas”, além de sistematizar informações sobre os problemas que a região vivia, houve a intenção de oferecer aulas práticas (inclusive para os religiosos), além de debates com especialistas, bem como a distribuição de material impresso e de sessões de cinema e exposições que pudessem tecnologicamente e pedagogicamente assegurar melhores condições às populações rurais estimulando-as a se fixarem em seu território.

As resoluções finais da I e IISR – como em outras edições de SR, foram em sua grande maioria reivindicações ao poder público. Em comum, os promotores desses eventos tinham a percepção de que seria necessário um trabalho de longo prazo. No período após essas duas edições, o Norte de Minas Gerais, por exemplo, foi cada vez mais associado a uma região de miséria e subdesenvolvimento. Ao passo que a porção mais vinculada ao Polígono das Secas passou a receber cada vez mais influência do município de Montes Claros. O território do município de Diamantina, em termos regionais progressivamente foi identificado como Vale do Jequitinhonha e uma área rural ausente de um projeto de desenvolvimento regional estatal (SERVILHA, 2015).

A cidade não recebeu novas edições do evento, embora Dom José Newton tenha demonstrado desejo de realizar uma terceira semana ruralista a cargo daquela arquidiocese no município de São João Evangelista. Em 1960, este prelado foi nomeado arcebispo da nova capital do país, Brasília. A escolha de Dom José Newton como arcebispo da nova capital brasileira foi também reconhecimento a sua atuação e trajetória. Pois, como afirma Seidl, a ascensão ao episcopado representa uma das formas mais evidentes de distinção em face do corpo de profissionais da Igreja (SEIDL, 2017: 37). O arcebispado de Brasília, especificamente, constitui-se um caso especial, uma vez que as arquidioceses são metrópoles de circunscrições eclesiais compostas por dioceses

sufragâneas.<sup>271</sup> Desde a Capital do país, Dom José Newton permaneceu discutindo as questões rurais e se tornando referência nesta pauta. Exemplo disso pode ser observado na edição do *A Cruz* de 18 de setembro de 1960 quando esse bispo celebrou missa comemorativa ao centenário do Ministério da Agricultura. O seu discurso no evento foi elogiado pelo Vaticano e foi solicitado via carta da Ação Católica de Cuba uma “cópia para inclusão nos trabalhos de divulgação daquela entidade.”<sup>272</sup> Assumiu o posto de novo arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo Sigaud (1909-1999) - figura marcadamente anticomunista e, que como veremos mais adiante, tinha pouca simpatia as ideias da CNBB capitaneadas por Dom Hélder.

Antes mesmo da chegada de seu primeiro arcebispo, Brasília já havia confessado sua fé, foi construído um templo em devoção a Nossa Senhora de Fátima, santa a qual Juscelino afirmou devoção diversas vezes e a qual várias semanas ruralistas foram dedicadas. Na nova sede do governo, JK apressou-se em inaugurar a capela dedicada à santa. Ao mesmo tempo estava sendo construída a moderna Catedral de Brasília, o estado brasileiro reservou 22 locais na capital, que seria ocupada em 21 de abril de 1961 pelo governo, para edifícios paroquiais.<sup>273</sup>

Por fim, cabe frisar que os eventos realizados em Diamantina - especialmente a sua segunda edição, foram vinculados a um grande movimento da Igreja, articulado especialmente por Dom Hélder Câmara. Uma das preocupações do então secretário-geral da CNBB, era a de demonstrar uma movimentação coordenada da Igreja em prol da transformação social brasileira. Para os bispos, era necessário reduzir as desigualdades regionais, entre o norte e sul do país, para conter o comunismo e reverter o fluxo migratório do campo para as cidades que, na percepção dos prelados, ocorria concomitantemente a expansão das favelas brasileiras. Para esses clérigos, além de uma ação estatal mais coordenada, também era necessário que temas importantes como a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores rurais fossem incorporados à perspectiva de desenvolvimento. Entretanto, apesar dessa percepção, com o apoio da CNBB, muitas das respostas do estado seguiam negligenciando dimensões sociais importantes que comprometiam o resultado mais promissores, com os alarmantes quadros de subnutrição e a falta de acesso a terra de grande parte dos que dependiam dela para o plantio e sobrevivência, por exemplo.

---

<sup>271</sup> *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 21/1960:12.

<sup>272</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 18/09/1960:1.

<sup>273</sup> *The Catholic Standard and Times*, [Filadélfia] 04/03/1960:3.

As edições das SR's de Diamantina estiveram vinculadas aos esforços iniciados desde a Semana Ruralista de Campanha, Barra, Natal entre diversas outras realizadas do ano de 1950 até aquele momento. Toda essa mobilização, como exposto no capítulo, incluiu também o engajamento da urbanização do Rio de Janeiro iniciado com a Cruzada de São Sebastião, em 1955. Nesse sentido, o I Encontro dos Bispos do Nordeste realizado em 1956, em Campina Grande, só pode ser compreendido levando em conta essa mobilização mais ampla. Esse evento ocorreu no momento em que a relação entre Igreja e as agências públicas brasileiras em prol do desenvolvimento se expressou mais claramente, ou seja, durante o governo de JK. O Nordeste brasileiro, que passava por uma profunda crise social e se via cada vez mais pressionado por fenômenos naturais como as secas. Além de ter sido uma das regiões onde as semanas ruralistas tiveram boa repercussão, o próprio encontro dos bispos do Nordeste foi identificado como uma semana ruralista mais ampla. O intenso fluxo migratório do Nordeste para o centro-sul do país atraiu a atenção nacional por intermédio de ações da Igreja Católica, tendo em vista que essa região também foi o território de origem da maioria dos prelados que exerceram funções na hierarquia da CNBB.

#### **CAPÍTULO 4: Juscelino Fará e a Igreja Vigiará: O I Encontro dos Bispos do Nordeste**

O I Encontro dos Bispos do Nordeste (IEBN) aconteceu na cidade paraibana de Campina Grande entre os dias 21 a 26 de maio de 1956. Convocado pela CNBB, com anuência da Nunciatura Apostólica no Brasil, durante os seis dias de evento os bispos nordestinos fizeram críticas ao governo federal e apontaram caminhos para a superação do subdesenvolvimento da região, que se situava em grande parte do chamado “Polígono das Secas”. Em Campina Grande, os bispos nordestinos, assentes nas encíclicas sociais e baseados em “dados concretos” sobre a realidade rural brasileira – muitos deles arrolados e sistematizados com auxílio das semanas ruralistas e seus inquéritos – acusaram uma falta de densidade no tratamento do governo federal e seus órgãos sobre os aspectos sociais da região Nordeste do país, de onde origina-se a maior parte dos bispos na cúpula da CNBB, e que na época era indicada como a região mais subdesenvolvida do país.

Durante o IEBN, foram debatidas e sistematizadas sugestões que subsidiaram a *Declaração dos Bispos do Nordeste*, organizada por Dom Helder Câmara, relator geral do evento, e entregue ao presidente da república, que participou do encerramento do evento em 26 de maio de 1956. A elaboração dos diagnósticos e das sugestões apresentadas durante o IEBN foi complexa, além de ser um dos pontos altos do amplo projeto iniciado pela Igreja Católica a partir da Semana Ruralista de Campanha - MG (1950). A realização de semanas ruralistas ao longo da década de 1950, oficializada com o acordo junto ao Ministério da Agricultura em 1955, permitiu que esse segmento religioso adquirisse *expertise* na articulação de diversos órgãos, públicos e privados. Além disso, com ativo papel de mediadores, muitos religiosos contribuíram para que as “semanas” fossem um importante espaço de divulgação e produção ligadas ao setor de informação agrícola do MA.

Na ocasião do evento na cidade paraibana, Juscelino assinou 19 decretos de longo prazo e um em caráter emergencial. Em geral, os decretos acataram sugestões expressas pelos bispos. Os compromissos assumidos pelo presidente previam a construção de açudes, expansão hidroelétrica, melhorias na infraestrutura rodoviária e portuária, intensificação na modernização da agricultura e na industrialização da região e, em caráter imediato – o que foi amplamente destacado com objetivo de mostrar a eficiência daquela cooperação – foi autorizada a liberação de crédito para a construção de um novo açude em Campina Grande. Essa obra prometia ser a solução para os problemas crônicos na cidade sede do evento. O atrasado sistema hídrico somado à precária rede elétrica figurava

entre as principais necessidades da população campinense, e também de toda a região Nordeste. Os articuladores do IEBN compartilhavam o interesse de que o evento na cidade paraibana, denominado “experiência piloto”, apresentasse resultados imediatos do que uma perspectiva de desenvolvimento planejado, pautado pelo Estado, poderia produzir.

No evento, os prelados deram sua bênção ao governo de Juscelino sob críticas e com a promessa de contínua vigilância por parte da instituição religiosa sobre as medidas tomadas pelo governo federal em relação ao desenvolvimento regional. Mais do que uma das vozes do debate, esse segmento religioso se mostrou fundamental para a agenda de desenvolvimento, como vimos em relação às campanhas e metas estabelecidas pelo DENERU e a contribuição das dioceses católicas. O ambiente democrático que o país vivia foi crucial para essa postura e também para o intercâmbio de ideias e experiências entre dioceses católicas e agências públicas brasileiras, na medida em que estiveram presentes os princípios de cooperação entre a multiplicidade de agências e atores, dentro e fora do circuito estatal e internacional, imbricados no projeto de desenvolver o Brasil.

Entretanto, embora alguns segmentos da sociedade, como o representado pelos bispos nordestinos, buscassem informar o governo federal sobre uma perspectiva de desenvolvimento nacional centrado no Estado e socialmente inclusivo, “os principais formuladores intelectuais do governo federal tendiam a argumentar em favor de projetos industriais orientados para o mercado” (IORIS, 2017:17). O governo JK fomentava a industrialização como fator de crescimento econômico, portanto, desenvolvimento, sem contrariar os interesses poderosos das elites nacionais, inclusive as oligarquias rurais que, como demonstrou Moreira (1998), não se opunham à industrialização. Somado a esse cenário, segmentos dentro da própria Igreja demonstravam-se cada vez mais preocupados com o maior compromisso e engajamento social por parte da CNBB. Assim, tal como ocorreu durante muitas edições de semanas ruralistas, apesar da robustez e de temas importantes terem sido debatidos nos seis dias de evento em Campina Grande (como por exemplo, a indicação de desapropriação de algumas terras próximas a açudes públicos), na prática, não passaram de recomendações, pois receberam pouca atenção nos decretos assinados pelo presidente ao final do evento, tendo em vista a sua postura conciliatória.

Dito isso, o capítulo analisa os debates elaborados e compartilhados pelos bispos nordestinos durante o IEBN. Discutimos como experiências locais e regionais se cruzaram e sustentaram, a partir da influência e ação dos bispos nordestinos, um movimento que buscava dar cabo a um problema que na época tornava-se gradativamente

uma questão de segurança continental: o subdesenvolvimento do Nordeste. Em um primeiro momento, o capítulo analisa a cidade de Campina Grande, indicada com a “experiência piloto” do que poderia ser produzido no Nordeste a partir de uma ação mais planejada para o desenvolvimento. Nesse tópico, nos dedicamos a entender a realidade dessa cidade - e do Nordeste como um todo - às vésperas do evento. Em seguida, analisamos os seis dias do IEBN, com destaque para o discurso presidencial. A participação de Juscelino Kubitschek nesse evento, assim como ocorreu na IISRD, tinha como objetivo mobilizar expectativas otimistas para o seu recém-iniciado governo. Distintos projetos e concepções de desenvolvimento permearam os debates, as conclusões e as sugestões apresentadas à presidência da República. No terceiro tópico, analisamos a repercussão do evento e os seus primeiros resultados, como o estabelecimento de planos de execução imediata e de longo prazo para a região. Nosso argumento é o de que apesar das importantes contribuições do IEBN, como projetos robustos de infraestrutura, as medidas derivadas dos decretos ainda estavam vinculadas ao *modus operandi* dos órgãos públicos tradicionais que atuavam no Nordeste desde o final do século XIX. Muitos dos órgãos, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), foram acusados de se alinharem às prioridades das elites regionais e produzirem um padrão de investimento federal que reforçava o controle das elites nordestinas sobre a terra. Assim, as tecnologias que visavam assegurar melhorias, ao invés de construir meios pacíficos para contornar tensões regionais e, ao mesmo tempo, promover a mudança social, reforçavam as estruturas sociais já existentes (BUCKLEY, 2021:17-29).

#### **4.1. Campina Grande, esquina do Nordeste e experiência piloto**

**Figura 10.** Presidente Juscelino Kubitschek e os bispos nordestinos durante o IEBN.



**FONTE:** Arquivo Nacional - Fundo Nacional.

Acima observamos o registro do último dia do IEBN em Campina Grande no dia 26 de maio de 1956, quando o evento foi encerrado com a presença de Juscelino Kubitschek. A cena foi capturada por uma câmera de médio formato (informação fornecida pelo formato retângulo da imagem), um equipamento robusto, digno de um evento que comporia parte da propaganda oficial do governo brasileiro. Em consideração a isso, é pertinente destacar, como destacou Torquato, que o marketing não se restringe ao eixo da comunicação, mas, como destaca esse autor, “abriga, além da vasta rede de comunicação, outros vetores como a pesquisa, o discurso, a articulação social e política e a mobilização das massas”. Em tempos como os que analisamos nesta tese, quando no marketing político “a improvisação falava alto”<sup>274</sup>, Juscelino pôde se juntar a uma ação

---

<sup>274</sup> No prefácio da obra “Na arena do Marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras” (2006), Torquato afirma que foi na campanha presidencial de 1950, com Getúlio Vargas, que o espírito do marketing começou a se infiltrar no corpo político. Ao percorrer todos os estados brasileiros, fazendo pronunciamentos que expressavam a realidade imediata das localidades, demonstrando conhecer as demandas das populações locais (QUEIROZ, 2006: 9).



robusta que a Igreja vinha mobilizando desde o início da década com apoio do Serviço de Informação Agrícola. A relação com esse segmento religioso, seus resultados e boa repercussão foram positivos para a imagem de Juscelino, que além de simpático e devoto cristão, com a mediação da Igreja, acresceu à cena pública a imagem de um político comprometido com o desenvolvimento, a manutenção da democracia e a contenção de agitações sociais. A construção dessa imagem não esteve isenta de interesses políticos e econômicos e, como veremos, apesar de alguns discursos terem se materializado em ações específicas, como decretos federais, por exemplo, ocorreram dentro de certos limites e surtiram pouco efeito na redução das camadas mais pobres da sociedade brasileira no período, particularmente no Nordeste, região onde JK teria obtido poucos votos durante as eleições de 1955 para presidente da República.<sup>275</sup>

Assim, em um período em que movimentos da esquerda também reclamavam por mudanças e melhorias, que poderiam confrontar e modificar a ordem social vigente, a Igreja se apresentava como alternativa e, embora tecesse críticas ao capitalismo e comunismo, foi complacente, concordando e fomentando muitas das ações estatais para a crise regional. Nestes termos, nosso argumento é o de que a presença e postura de Juscelino no encontro dos bispos nordestinos deixam clara a intenção do recém-eleito presidente da República, de demonstrar sua atenção com a região, mas como veremos, esse amistoso encontro com o segmento religioso e sua perspectiva mais integral de desenvolvimento ocorreu sob a promessa de vigília da Igreja e críticas da oposição. Entre os principais resultados do IEBN estão a *Declaração dos Bispos do Nordeste*, assinada por 20 bispos que atuavam na região e a assinatura de 19 decretos federais acatando as sugestões indicadas no evento.

A precariedade da prestação dos serviços elétricos em Campina Grande fez com que as discussões de projetos robustos de desenvolvimento ocorressem à luz de velas, episódio que, considerado “de improviso” por alguns, como veremos, gerou críticas. A escolha dessa cidade paraibana para sediar um evento do porte que foi o IEBN, visto que foram convidados pela CNBB não apenas sacerdotes, mas também autoridades civis e representantes dos 33 órgãos públicos que atuavam na região, é bastante representativa do propósito do evento.

---

<sup>275</sup> JK foi eleito presidente com apenas 35% dos votos – Juarez Távora, da UDN, obteve cerca de 30% dos sufrágios e Adhemar de Barros, do PSP, 25%. A eleição por apertada margem agravou a instabilidade política no país. A ameaça de um golpe militar estimulado pelos setores derrotados exigiu um “contragolpe” preventivo liderado (PONTES, 2019: 54).

Naquela época, Campina Grande reunia várias dimensões do Nordeste subdesenvolvido que estava se desenhando, em particular, a partir dos discursos mobilizados pela CNBB. É importante frisar que institucionalmente o termo “Nordeste” ainda não era hegemônico, tampouco englobava algumas regiões como o estado do Maranhão – retomaremos esse assunto mais a frente na tese. Nosso argumento demonstra como segmentos do catolicismo ajudaram a delinear o que se convencionou chamar de Nordeste, bem como contribuíram para diagnosticar os elementos que compunham e caracterizavam seu subdesenvolvimento. No quadro de referências para essa condição, na cidade paraibana de Campina Grande, aspectos como abastecimento de água, energia elétrica e êxodo de nordestinos para o sul do país indicavam os empecilhos do desenvolvimento não só daquele município, mas de toda região.

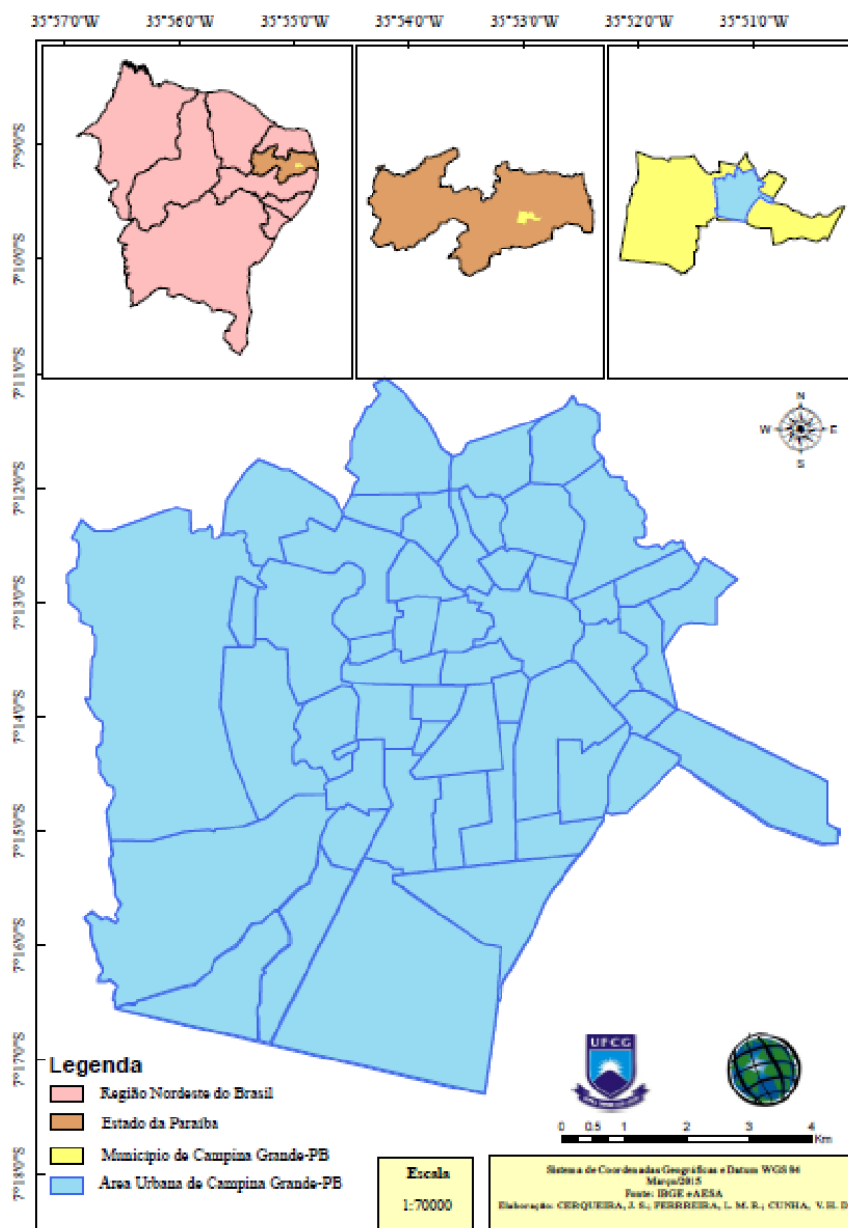
Haroldo Holanda, repórter da revista *Manchete*, enviado à Campina Grande para cobertura do evento dos bispos nordestinos, nos dá um quadro mais amplo das condições da cidade na ocasião. O repórter afirmou que “com seus cem mil habitantes, suas frotas de caminhões e seu grande movimento comercial”, Campina Grande seria “a esquina do Nordeste”, pois apresentava “a marca das coisas improvisadas”. Pois, além de não ter água encanada, “a usina elétrica poderia parar sem prejuízo da cidade”, uma vez que a “iluminação que ela forneceria não serviria para a leitura de um jornal”. Holanda descreveu ainda que “miseráveis pedintes, vindos de todos os pontos da região” enchiam as ruas de “maior movimento”. O repórter alegou ter encontrado dificuldades para realizar seu trabalho, e relatou ainda que ao tentar registrar casas de jogos, “algumas muito bem instaladas com gerador de luz particular”, foi necessário “voltar armado de revólver para terminar o serviço”.<sup>276</sup>

Essa cidade, datada de fins de século XVII, era reconhecida por sua “posição geográfica privilegiada, sendo ponto de ligação entre o sertão e a zona litorânea paraibana” (BRANDÃO, 2014: 29). A seguir, a localização da cidade, a 129 km de João Pessoa, capital da Paraíba.

---

<sup>276</sup> *Manchete* [Rio de Janeiro], 07/07/1956: 1.

**MAPA 6:** Localização de Campina Grande no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil.



FONTE: CUNHA, 2016: 24

Embora tenha chegado ao final da década de 1950 como o município mais populoso e mais importante economicamente da Paraíba, ostentando epítetos como “Capital do Nordeste Brasileiro” e “Rainha da Borborema” (SILVEIRA, 2014, BRANDÃO, 2014, SOUZA, 2013), a busca pelo desenvolvimento campinense – tal como para todo Nordeste – foi tudo, menos tranquila. A precariedade do abastecimento de água na cidade estava em um dos seus momentos mais críticos.

O sistema de abastecimento oriundo da barragem e adutora de Vaca Brava, em

Areia, cidade do brejo paraibano, estava em funcionamento em Campina Grande desde 1939. Segundo Souza (2013), ainda no início de suas obras, quando a cidade já somava mais de 22.000 habitantes, indicava-se que, em números reais, o abastecimento fornecido pelo açude seria suficiente para 35 mil habitantes. Portanto, em menos de uma década, a crise no abastecimento teria continuidade (SOUZA, 2013:45). Mas foi nos anos de 1950, como indica o autor, que Campina Grande enfrentou uma das suas piores fases no que diz respeito à escassez no abastecimento de água.

Com o colapso do sistema de abastecimento “Vaca Brava”, houve também um aumento no registro de doenças (tifo e varíola, por exemplo) diretamente relacionadas às precárias condições de salubridade nas imediações do açude, que ajudaram a acentuar o êxodo de campinenses fugindo da sede. Nesse quadro dramático, é preciso destacar, contudo, que a precariedade da água não significava que alguns segmentos da sociedade não foram beneficiados com a situação. Souza (2013) demonstrou, por exemplo, como havia práticas alternativas de obtenção de água em Campina Grande. Essa conjuntura envolveu não apenas os populares chamados de “aguadeiros”.<sup>277</sup> Segundo o autor, no início dos anos 1950 os jornais locais mapearam a atuação irregular dos chamados “tubarões da água doce”, termo pelo qual eram referenciados os funcionários do saneamento que transformavam o acesso à água “originalmente gratuito” em um “comércio alternativo” (IDEM: 141). Em todo o Nordeste, foi identificada ação semelhante que se convencionou chamar de Indústria Seca, que sinteticamente, como discutiremos mais adiante, trata-se do nome dado à estratégia corrupta de políticos, em particular as elites nordestinas, que se aproveitaram do cenário de seca na região do Polígono das Secas. As obras de infraestrutura favoreceram grupos privilegiados, quando eles próprios não criavam condições para a proliferação de doenças ou a expulsão de segmentos da população de determinados espaços, como as condições precárias nos postos de trabalho que, em tempos de intensas secas, eram abertos na região visando fixar a população.

Data de 1951, o início de um “ambicioso projeto”: a construção do Açude de Boqueirão das Cabeceiras, que exigiria também a construção de um sistema adutor. Essas obras visavam debelar a insuficiência do abastecimento do “Açude de Vaca Brava” e

---

<sup>277</sup> Segundo o autor, ofícios emitidos pelo saneamento e endereçados às autoridades policiais, bem como alguns periódicos da mídia impressa do período, atribuíam essas transgressões aos chamados “aguadeiros”. Na nota 301 de seu estudo, Souza argumenta que as “transgressões” seriam na verdade uma forma de “resposta”, ou seja, de “resistência” dos populares em oposição a esse projeto modernizador, uma vez que o mesmo poderia, em tese, “ameaçar” o seu sustento e o seu “modo de vida” (SOUZA, 2013:150).

sanar de uma vez por todas a escassez de água, “esse recurso indispensável” (SOUZA, 2013: 45). Os desafios seriam muitos, uma vez construído o novo açude, conforme destacou o jornal *Correio da Paraíba*, seria preciso captar a água e elevá-la a quase meio quilômetro de altura, para depois transportá-la a uma distância de cerca de 40 quilômetros<sup>278</sup>. Por isso, o projeto demandaria também a construção de um sistema de dutos, que só seria inaugurado em 1958, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Essa inauguração, embora mobilizasse debates antigos na cidade, ganhou espaço na propaganda oficial de Juscelino e foi diretamente identificada como um dos resultados do IENB, de 1596, realizado na cidade dois anos antes.

O fornecimento de energia elétrica em Campina Grande também era precário e incapaz de atender a demanda do município (BRANDÃO, 2014: 54). Inaugurado em 1920, o sistema elétrico não acompanhou o avanço da cidade, que na década de 1950 contava com cerca de 100.000 habitantes. A sociedade campinense tinha acesso restrito à eletricidade e apenas alguns espaços eram privilegiados e inviáveis ao longo de todo dia. Brandão destaca que, entre as décadas de 1940 a 1960, novas representações foram construídas em torno da energia elétrica da cidade, pois, com o surgimento de novos bairros, aumentou-se a demanda pela efetivação de planos de políticas que viabilizassem a eletrificação não apenas do perímetro central, mas também das regiões mais afastadas e, fundamentalmente, da zona rural (IDEM: 133). Assim, especialmente a partir do primeiro governo Vargas, afirma a autora, a expectativa da resolução dos problemas relacionados à energia elétrica na cidade foi sendo cada vez mais associada à exploração hidráulica do rio São Francisco, em especial, pelo decreto-lei de nº 8.031, de outubro de 1945, quando foi implantada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) (IDEM: 61).

Foi nessa conjuntura que o aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, município no território baiano, foi cada vez mais percebido como fundamental para atender às necessidades energéticas não apenas do estado da Paraíba - precariamente atendida por termelétricas - mas de todo Nordeste. O avanço da eletricidade pela região, especialmente a partir da CHESF, mobilizava esperanças para seu desenvolvimento, além da industrialização. Os bispos, que reclamavam igual atenção para todas as dimensões da vida e bem estar humano, acreditavam ser possível potencializar, a partir do recurso da eletricidade, exemplos típicos de áreas ricas de

---

<sup>278</sup> *Correio da Paraíba* [João Pessoa], 30/05/1956: 1.

colonização com instrumentos agrícolas modernos e ensino adequado. Contudo, como veremos, durante os seis dias de evento do IEBN, embora muitos projetos e questões aparecessem nos debates, nem sempre as conclusões e soluções indicadas pelos bispos se converteram em instrumentos reais de transformação social. Toda essa conjuntura, de otimismo na tecnologia e na ciência, nos remete à indagação proposta por Buckley (2022), quando analisou a ciência e a tecnologia, a partir das políticas contra as secas em termos de desenvolvimento do Brasil: “Até que ponto a ciência e seus produtos, no caso específico, a tecnologia pode resolver problemas sociais urgentes?” Mais a frente nos debruçaremos sobre esse aspecto, ao analisar os resultados do IEBN.

Tendo em vista a pouca produção e a escassez de recursos hídricos no Nordeste, a maior parte da produção de energia elétrica na Paraíba e em outros estados da região era feita por meio da termelétricidade (BRANDÃO, 2014: 60). Diante desse cenário, no interior dos estados, havia numerosas empresas de pequeno porte que forneciam energia com pouca capacidade de potência, tal era o caso de Campina Grande. Nesse contexto, a CHESF, tratando especialmente de dimensões relacionadas à “água e energia elétrica”, o que parecia crucial para o desenvolvimento regional, foi apontada como crucial para combater o êxodo das populações nordestinas, bem como para impulsionar a incipiente industrialização nordestina.

O jornal *Diário de Notícias* também nos dá um panorama da Campina Grande dos anos 1950, destacando aspectos das vias públicas campinenses que foram indicadas como “ruas de verduras, ruas dos queijos, ruas das rapaduras, rua das frutas, rua dos sapatos, rua das carnes, rua das cestas”. Por outro lado, continua o periódico, havia “pobreza” e “pauperismo”. Segue trecho da publicação,

[...] via-se uma grande massa de mendigos, de doentes, de aleijados, um pauperismo que se mostra às claras, em contraste com a riqueza que se sente existir na cidade com seus edifícios comerciais, suas casas residenciais, algumas belos solares, suas diversões (...), cegos pedem esmola cantando, aleijados também: cantadores de viola os vou encontrando: folhetos de literatura de cordel espalham-se.<sup>279</sup>

O quadro de pauperismo era denúncia recorrente, não só sobre a realidade campinense, mas como representativo de toda a região sujeita a longas estiagens e com uma estrutura agrária que perpetuava os coronelismos locais, latifúndios e a monocultura, expulsando populações de indivíduos sem-terra para outras regiões. Em termos de Polígono das Secas, o território nordestino correspondia a 14% da superfície brasileira.

---

<sup>279</sup> IDEM:3.

Essa região tão diversa, segundo dados do INIC, no período possuía superfície maior que “Alemanha Ocidental, França, Suíça, Holanda, Bélgica e Luxemburgo reunidos” (SOUZA, 1961: 24). No entanto, essa diversa região foi homogeneizada a partir do estigma da seca.

O sociólogo Anibal Teixeira de Souza, católico e ex-presidente do INIC, em obra de 1961 em que tratava sobre os Encontro dos Bispos no Nordeste e a questão das migrações internas, apresentou características importantes da região no período analisado. O autor chamava atenção para o fato de que:

O Nordeste não é homogêneo, apresentando várias sub-regiões ou zonas: a do litoral, a do brejo ou mata, a do agreste ou intermediário e a da caatinga. A preponderância da vegetação é a do tipo caatinga, numa proporção de 67%. A Zona da mata compreende pouco mais de 130 mil km<sup>2</sup>, enquanto São Paulo, com superfície menor, possui 200 mil km<sup>2</sup>. A zona da mata apresenta um clima quente e úmido, e se desdobra ao longo do litoral, tendo uma maior densidade de população bem como maior produtividade. O índice pluviométrico é alto, alcançando cerca de 1.500 mm por ano. O agreste é a zona intermediária entre a zona da mata ou litoral e a caatinga. O índice pluviométrico é de 800 a 1.000 mm por ano. O clima é quente e seco. A caatinga apresenta um clima mais seco, com temperatura oscilando entre 20° e 35°C. O índice pluviométrico é de 500 a 700 mm anuais. A vegetação é seca, havendo preponderância da atividade pastoril.<sup>280</sup>

Souza destacou que o Nordeste não sentia igualmente os efeitos das secas, dado as características particulares de regiões como as próximas a área úmida do litoral. Além disso, o autor resgata o aspecto histórico da região ser um dos mais antigos núcleos populacionais do país, salientando que o seu processo de colonização por parte dos europeus, iniciado no litoral, gradualmente se expandiu para o interior do território, seja em busca de nativos para escravizar, em busca de metais preciosos e, posteriormente, de forma mais intensa para o plantio de cana de açúcar e criação de gado. No período, o Nordeste contava com 16.4 milhões de habitantes, representando 32% da população brasileira. A densidade populacional era de 14 habitantes por km<sup>2</sup>, e nas zonas do litoral e da mata, esse índice subia a 100.<sup>281</sup>

Foi dessa região que, nos anos 1950, veio o maior volume migratório do país. Souza afirma que seriam de ordem diversas a causa do êxodo, entre elas: “secas, qualidade do solo, crescimento da população e sistema agrário insatisfatório<sup>282</sup>. Dados do censo brasileiro de 1940 e 1950 mostram o crescimento vertiginoso das “migrações

---

<sup>280</sup> SOUZA, 1961: 26.

<sup>281</sup> IDEM: 26.

<sup>282</sup> IDEM: 21.

internas no país”. Se no primeiro período o percentual de habitantes fora de seus estados de origem era de 8,54%, na década de 1950 o censo revelou que “tanto em números absolutos quanto em porcentagem, este número subia para 10,26% da população<sup>283</sup> Este último censo, segundo Souza, revelou que no período 5 milhões de brasileiros viviam fora de seus estados natais. O autor destacou ainda que das unidades da federação, as mais afetadas pelo êxodo seriam: Minas Gerais, seguida pela Bahia e “estados do Nordeste em geral”, porém, argumentou:

O fenômeno migratório, que atinge tão profundamente Minas Gerais, não se faz sentir de maneira dramática como a do Nordeste. A distância, a precariedade dos meios de comunicação e, sobretudo, o pauperismo do retirante, dão as migrações que se verificam do Nordeste para o Sul e Norte o aspecto de uma verdadeira apoteose em que o retirante é um batalhador da sobrevivência, às vezes impossível, antes de atingir seu destino. Por estas razões, e apesar de ter nascido em Minas Gerais, damos prioridade e relevo, neste trabalho, à migração nordestina cuja dramaticidade presenciamos dando, no campo prático, um pouco de nosso esforço para minorar o sofrimento de nossos irmãos.<sup>284</sup>

Foi para solucionar os problemas estruturais dessa área que a CNBB convocou os bispos nordestinos para o encontro em Campina Grande. Souza afirma que até o momento de realização do IEBN, as medidas e políticas formuladas para a região teriam dado pouca atenção a aspectos essenciais de caráter social, em detrimento da seca, fenômeno natural culpabilizado pela situação precária da população. Muitos temas relacionados de modo mais amplo ao quadro precário do Nordeste, já estavam em debate na cidade e possuíam possíveis soluções indicadas. Diante disso, essa cidade paraibana foi indicada como sede do Encontro dos Bispos do Nordeste pelo potencial que parecia ter para produzir resultados imediatos, e assim, com chances de mostrar-se uma experiência bem sucedida, tendo em vista projetos de desenvolvimentos que já estavam sendo elaborados na cidade. A conjuntura política do país no período era favorável à concretização de projetos regionais de desenvolvimento dessa envergadura.

Às vésperas do encontro, Campina Grande era também a maior cidade do interior nordestino e foi percebida como responsável pela retenção dos retirantes que procuravam a zona úmida do litoral paraibano. Segundo *Diário de Notícias*, que nos indicam um quadro econômico geral da localidade no ano de 1956, a cidade contava com pelo menos “200 estabelecimentos industriais com mais de cinco mil operários, cerca de 800 estabelecimentos comerciais, 1.233 propriedades rurais e 11 estabelecimentos de

---

<sup>283</sup> IBIDEM:21.

<sup>284</sup> IDEM:21.



crédito.” Os crônicos problemas do abastecimento de água e da energia elétrica também foram destacados. Segundo o impresso, o “grande problema” era a questão do abastecimento de água, pois o fornecimento de energia elétrica já estaria à beira de uma solução, em maio de 1956, a partir da energia proveniente de Paulo Afonso, pois “as redes de transmissão já estavam sendo instaladas”.<sup>285</sup> Assim como a semana ruralista de Diamantina buscou debater o êxodo do norte de Minas e sul baiano, havia a percepção de que a resolução dos problemas de Campina Grande, portanto, poderia produzir uma contenção das correntes migratórias de nordestinos para o sul do país. Nesse sentido, conforme foi destacado na primeira página do jornal católico *A Cruz* ao divulgar o evento, “em Campina Grande [estariam] as esperanças do Nordeste”.<sup>286</sup>

#### **4.2 Juscelino Kubitschek e Campina Grande**

O suicídio de Vargas em setembro de 1954 instaurou uma crise política no país. Na ocasião, houve perda de espaço da UDN, partido de oposição ao ex-presidente Vargas na câmara dos deputados federais, e também no Senado. Nessa conjuntura, os interessados em assumir o governo, tinham a consciência de que seria necessário ampliar os canais de comunicação com a sociedade. O PSD, de Juscelino Kubitschek, e o PTB, de João Goulart, ex-ministro do trabalho do governo Vargas, se uniram e tiveram sucesso no propósito de ampliar as bases eleitorais e dar cabo às eleições de 1955. Segundo Picolin (2006) desde seu governo em Minas Gerais, JK vinha abrindo espaço no cenário político nacional, – como vimos anteriormente – a própria postura de Juscelino com os bispos de sua cidade natal é um exemplo disso.

Quando Juscelino foi indicado como candidato pelo Diretório Nacional do PSD, ocorreram resistências dentro do próprio partido. Para contornar os entraves à sua candidatura, JK buscou se colocar em evidência em todo o território brasileiro. Assim, realizou visitas aos diretórios do PSD que o apoiaram na reunião do Diretório Nacional, no dia 10 de dezembro de 1954. Entretanto, tais visitas não se resumiam, exclusivamente, a um contato com os líderes políticos, diziam respeito, na verdade, a uma aproximação com o eleitorado dos outros estados. Picolin (2002) afirma que o candidato buscou conciliar os interesses das elites e da crescente população eleitoral que se expandia no período, realizando uma campanha que evocava um estilo diferenciado de administração,

---

<sup>285</sup> *Diário de Notícias* [Rio de Janeiro], 03/06/1956: 3.

<sup>286</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 27/05/1956: 1.

de contato com o público e de propaganda. Assim, JK procurou abrir todas as portas de que precisava para ser aclamado por onde passasse. Foi intenso o uso do avião (“JK tá cá e lá...”), segundo Queiroz no período de sua campanha, Juscelino levava sempre na pasta uma agenda pré-formatada de encontros, que incluíam os seguintes itens, invariavelmente, nesta ordem: a imprensa, a Igreja e, por fim, os políticos locais (PICOLIN, 2006: 14).

Em suas visitas aos diretórios do PSD, Juscelino passou por 28 municípios na Bahia, 23 em Pernambuco, 3 em Alagoas, 10 na Paraíba, 5 no Rio Grande do Norte, 4 em Sergipe, 7 no Ceará, 3 no Piauí e 2 no Maranhão. O diretório do PSD em Campina Grande também foi visitado pelo então candidato, que na ocasião foi recebido e hospedado na casa do alagoano residente na cidade, Alvino Pimentel (PICOLINI, 2002). Esse ator foi um importante comerciante de algodão e que posteriormente também passou a atuar no ramo automobilístico tornando-se concessionário da Mercedes-Benz do Brasil S. A em Campina Grande. Até os dias atuais, Pimentel é mencionado como uma das figuras mais ilustres e destacadas da cidade.<sup>287</sup>

Um relato da passagem de Juscelino pela região foi publicado na primeira página do periódico *O Jornal* na edição de 9 de agosto de 1955. No impresso foi destacado que a visita teria dado ao candidato da coligação PSD-PTB a oportunidade de conhecer vários dos grandes problemas que exigiam solução para a consolidação do desenvolvimento econômico daquela região brasileira. Foi afirmado que Juscelino ouviu do povo, pelas cidades nordestinas que passou, as suas principais reivindicações, relativas, em particular, ao combate às secas, à ampliação dos serviços de eletricidade e de transportes.<sup>288</sup>

Portanto, quando Juscelino assumiu a direção do país, em janeiro de 1956, já o fez sabendo que, para a realização de suas propostas de candidato, seria necessário agregar e mediar os interesses junto à sociedade. Para JK, o encontro de bispos nordestinos em Campina Grande, portanto, foi uma oportunidade para abordar uma região onde uma parte substancial do eleitorado lhe deu as costas em outubro de 1955, votando no candidato da coalizão de centro-direita, Juarez Távora (HOCHMAN, 2012). Além disso, para atender às demandas e seu ímpeto conciliador, o presidente deu outros diversos sinais. Assim que assumiu o governo do país, por exemplo, garantiu a liberdade de imprensa mesmo aos

---

<sup>287</sup> O documentário “Comprade Alvino”, produzido pela família do político nordestino, em caráter memorialístico, recupera a viagem e amizade entre JK e o patriarca da família. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=beTvBAauWf4&t=836s>. Acesso em 12/08/2022.

<sup>288</sup> *O jornal* [Rio de Janeiro], 09/05/1955: 1.

opositores (BIROLI, 2004), e concedeu anistia aos revoltosos do golpe de jacarandá.<sup>289</sup> Por isso, quatro meses após a posse, a participação de Juscelino no encerramento do IEBN, onde proferiu importante discurso, constitui-se como mais um dos seus esforços para a construção de sua imagem pública. O jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, de seu ferrenho opositor, Carlos Lacerda, chegou a afirmar que teria sido em Campina Grande o início de seu governo.<sup>290</sup>

Além da estabilidade política, JK também se preocupava com a execução e elaboração de uma agenda de desenvolvimento para o país. No primeiro dia de seu mandato, o novo presidente criou o Conselho de Desenvolvimento (CD), primeiro órgão central de planejamento central do Brasil (FARO & SILVA, 1991: 56). O secretário-geral do novo órgão criado por Juscelino foi o economista Lucas Lopes, que também exercia a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), além disso, também havia sido colaborador de JK no governo de Minas. Faro e Silva salientam que junto com outros economistas, como Roberto Campos (1917 -2001) – adepto do planejamento econômico e que também foi um dos participantes do IEBN – foi realizada a elaboração e execução do programa conhecido como “Plano de Metas”. Os referidos economistas fizeram refinado uso de conceitos como “pontos de estrangulamento” e “pontos de germinação”, que tinham como fundamento a identificação de quais setores, adequadamente estimulados, poderiam apresentar capacidade de crescimento. Com essa perspectiva, foi elaborado um programa que preconizava a necessidade de ampliação de setores de infraestrutura básica, especialmente, energia e transporte, previamente apontados como pontos de estrangulamento. Não fugindo às estratégias adotadas por JK como governador de Minas, o Conselho de Desenvolvimento elaborou um conjunto de 30 objetivos específicos, distribuídos em cinco setores, denominado de Plano de Metas (IDEM: 55-56).

Esse programa tornou-se o instrumento adequado para garantir apoio ao sistema e serviu para orientar o processo de tomada de decisões, em termos de maior racionalidade e eficiência na burocracia. Composto de 30 metas, em Brasília chamada de “a meta-síntese”, o programa abrangia cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Ao fim do mandato de JK, o Nordeste também seria alçado a

---

<sup>289</sup> Segundo Célia Maria Leite Costa, apesar da anistia concedida por JK aos militares envolvidos na Revolta de Jacareacanga, em fevereiro de 1956, o clima de insatisfação e conspiração contra o governo continuou, em particular, na aeronáutica. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarcas>. Acesso em 31/08/2021.

<sup>290</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 31/05/1956:3.

uma de suas metas, sendo, efetivamente, incorporado à agenda de planejamento com fins de desenvolvimento do governo federal. Esse processo foi permeado por tensões e negociações e a participação e mediação da Igreja ajuda a compreender melhor esse contexto.

Segundo Ioris (2017), no período JK observamos um otimismo em relação ao desenvolvimento não apenas em âmbito nacional, mas também em termos de América Latina e ainda em outras escalas (municipais e estaduais, por exemplo) uma vez que distintos segmentos da sociedade se sentiram partícipes do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, observamos como as elites campinenses se mobilizaram em torno dessa questão. Para a resolução de problemas percebidos como empecilhos ao desenvolvimento da cidade, foi organizada a Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE). Definida como um órgão técnico consultivo, essa comissão reuniu figuras ilustres da política e intelectualidade local, além dos chamados “homens de negócio”. Souza nos apresenta mais detalhes sobre o contexto de sua criação:

A iniciativa partiu de uma união de forças entre o diretório municipal do PSD – e de representantes da cúpula administrativa do Estado, que tomaram a iniciativa de convocar, em sua sede (PSD), todos os elementos interessados na solução do abastecimento de água na cidade, sob a presidência do então vice-governador do Estado, deputado Pedro Moreno Gondim, em nome do Governo de Flavio Ribeiro, e com a presença de Secretário das Finanças sr. Francisco de Paula Porto, Comandante do 8º Batalhão Ferroviário Cel. Onofre de Brito, representantes da Prefeitura e de outras entidades públicas e privadas (SOUZA, 2013:122).

Além dessa comissão, na década de 1950 a sociedade campinense veria serem criadas ainda a Escola Técnica de Campina Grande, a Fundação para o Desenvolvimento e da Técnica (1952), a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande e a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que daria seguimento a Universidade Regional do Nordeste (FURNE). Foram criadas ainda outras agências municipais de desenvolvimento, além da COMUDE, a SENESA (Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima), o FADAN (Fundo de Desenvolvimento), o BANFOP (Banco de Fomento da Produção) (MONTENEGRO, 2008:69-70).

Merece destaque também, em termos de busca pelo desenvolvimento, a atuação do prefeito de Campina Grande, o médico Elpído de Almeida (1893-1971), natural do município paraibano de Areia. A partir da COMUDE, Almeida organizou encontros em que se debateram os problemas da cidade, em particular, a questão do fornecimento de água. Prefeito de Campina Grande por dois mandatos pela UDN, respectivamente, entre

1947 a 1951 e, posteriormente, entre 1955 a 1959, durante sua gestão em meados da década de 1950, Elpídio teve como *slogan* o fato de ser o candidato dos pobres e da religião. Regina Silveira afirma que “a imagem de doutor e homem instruído foi usada” em seus objetivos políticos (SILVEIRA, 2014: 26).

No dia 4 de maio, a comissão reuniu-se sob a presidência do prefeito, com a presença de todos os conselheiros e de Aloísio Afonso Campos (1914-2002), campinense e figura de destaque nos circuitos políticos, econômicos e sociais da região. Campos foi um dos diretores do Banco do Nordeste, em Fortaleza - CE. Nessa reunião, o prefeito comunicou aos membros da COMUDE que os motores da barragem de Vaca Brava se encontravam quebrados. Elpídio afirmou que a cidade não podia esperar mais de quinze dias para a solução do seu problema de água, visto que se aproximavam dois acontecimentos importantes, sendo um deles o IEBN. A situação era agravante, e segundo o prefeito, se não houvesse pelo menos uma solução emergencial, em quinze dias a cidade “despovoaria ou correria o risco de uma epidemia”. Até àquela altura, segundo *O Norte*, “vários casos de varíola e tifo haviam sido registrados em alguns subúrbios locais, como sejam: moita, liberdade e conceição.”<sup>291</sup>

Também com objetivo de discutir a questão do abastecimento em Campina Grande, integrantes da COMUDE e Dom Otávio Aguiar, o novo bispo da cidade, estiveram no Rio de Janeiro, juntamente com autoridades federais.<sup>292</sup> Esse sacerdote foi assistente nacional da Ação Católica rural brasileira, nomeado bispo de Campina Grande em 24 de fevereiro de 1956, e com posse marcada para 19 de maio do mesmo ano. O tema era urgente, pois em pouco tempo a cidade seria “o ponto visado por todo o Brasil, com a realização de grandes congressos de repercussão nacional”.

A cidade também se preparava para sediar o Congresso dos Universitários Católicos e havia ainda a expectativa da inauguração da energia elétrica vinda de Paulo Afonso. Maio de 1956, portanto, seria um mês importante para os campinenses. Conforme a edição de 3 de maio de 1956 do jornal *O Norte*, a previsão era que até o dia 20 daquele mês a cidade receberia a energia proveniente da hidrelétrica de Paulo Afonso, senão para toda a cidade, pelo menos para grande parte dela<sup>293</sup>. Desta forma, Souza afirma que três importantes reuniões foram realizadas pela COMUDE no Rio de Janeiro. Duas deles no Ministério da Viação e Obras Públicas e uma no Palácio do Catete, nas quais o

---

<sup>291</sup> *O Norte* [João Pessoa], 05/05/1956:8.

<sup>292</sup> *O Norte* [João Pessoa], 07 /06/1956: 1.

<sup>293</sup> *O Norte* [João Pessoa], 03/05/1956: 8.

problema do abastecimento de água campinense foi “completamente esquadrihado e amplamente debatido” sob os olhares atentos do diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o engenheiro José Cândido Pessoa, chefe do escritório Saturnino de Brito Filho e do presidente, Juscelino Kubitschek (SOUZA, 2013: 123-124). Embora o autor não mencione datas específicas, acreditamos que essa última reunião estava relacionada às reuniões preparatórias para IEBN que ocorreram no Rio de Janeiro, analisadas no tópico a seguir.

A energia elétrica proveniente de Paulo Afonso foi inaugurada na cidade em maio de 1956, como planejado. Segundo Brandão, na ocasião de sua inauguração, “simbolicamente”, o bispo Dom Otávio Aguiar “abençoou as instalações”. A autora argumenta que a presença do bispo era uma “característica marcante em eventos dessa magnitude, como forma de trazer energias positivas aos rumos da eletrificação da cidade, que certamente mudaria por completo a iluminação em Campina Grande”. Contudo, como temos demonstrado nesta tese, a participação do bispo, mais que “simbólica”, estava ligada a uma perspectiva planejada a fim de alcançar a viabilização de uma obra importante para o desenvolvimento campinense. Portanto, na arena de debates sobre qual a forma ideal para o país alcançar o seu desenvolvimento incluiu a voz e articulação da Igreja. A participação do bispo de Campina Grande nas reuniões em que foram debatidos os problemas da cidade é outro exemplo disso.

Enquanto ocorriam os debates sobre os problemas que impediam o desenvolvimento campinense, a data para a realização do IEBN se aproximava. Entre 21 e 26 de maio de 1956 a agenda se relacionava ainda com as comemorações de posse do já mencionado novo bispo diocesano, Dom Otávio Aguiar. O monsenhor Severino Mariano, vigário capitular da diocese de Campina Grande, foi o responsável pela programação da homenagem ao novo bispo. Esse sacerdote manteve troca de telegramas com Dom Hélder Câmara tratando sobre o IEBN. Numa entrevista concedida ao jornal pessoense *O Norte*, o monsenhor Mariano afirmou ter recebido instruções de Dom Hélder e que o IEBN seria “como uma semana ruralista de sentido amplo, abrangendo toda uma região.”<sup>294</sup>

Foi recorrentemente destacado em jornais nordestinos - e pelo articulador do certame via CNBB, Dom Helder Câmara - que o evento estava vinculado à campanha que vinha sendo feita no Rio de Janeiro, no sentido de urbanizar as favelas daquele Estado, e

---

<sup>294</sup> *O Norte* [João Pessoa], 28/04/ 1956:1.

também à realização das semanas ruralistas. Como destacou o *Jornal do Comércio*, junto ao encontro na cidade paraibana deveriam ser considerados as campanhas pela extinção das favelas no Rio e o projeto de realização das semanas ruralistas, que se constituíam como um “trabalho pioneiro de articulação e conjugação de esforços de serviços atuantes no interior do país, em cooperação com o clero e entrosadas no programa da Conferência de Campina Grande.”<sup>295</sup>

As discussões sobre desenvolvimento e melhores condições no Nordeste já vinham mobilizando setores da sociedade além da Igreja, pois antes mesmo do encontro dos bispos de 1956, o Congresso de Salvação do Nordeste (CSN) havia sido realizado no Recife, entre 20 e 27 de agosto de 1955, por iniciativa da prefeitura da cidade e da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE). O temário do evento teve como assuntos debatidos: 1) energia elétrica, 2) secas, 3) terra, 4) indústria e comércio, 5) agricultura, 6) minérios, 7) transporte, 8) saúde, educação e cultura e 9) trabalho na cidade e no campo. O CSN aprovou por unanimidade um documento final intitulado “Carta de Salvação do Nordeste”, que contou com a assinatura de atores importantes no período como o nutrólogo e político Josué de Castro, o economista Celso Furtado, e Francisco Julião (PSB), deputado e líder do movimento camponês das Ligas Camponesas. Esse evento foi ao mesmo tempo um espaço importante para diálogo entre forças políticas pernambucanas, como industriais, intelectuais e segmentos como as Ligas Camponesas.

Durante o CSN, a perspectiva era a de que a união das forças políticas e sociais seria crucial para o desenvolvimento do país. Esse entendimento indica que o Nordeste não era apenas uma questão regional, mas um problema do Brasil e que caberia ao governo Federal a maior parcela de responsabilidade por sua solução. Nesse sentido, segundo Feldhues (2014), o documento final do evento aumentava a cobrança sobre o governo federal em pelo menos duas formas. A primeira, explícita, de acordo com o autor, era enquanto um recado aos candidatos à presidência, haja vista que o congresso teria ocorrido em ano eleitoral em agosto de 1955. A segunda, por sua vez, refere-se ao fato de que Nordeste debatido durante o evento não era “aquele entendido pelo DNOCS em seu afã de construir açudes e poços, mas um Nordeste cuja capacidade econômica latente deveria ser melhor aproveitada pelo capital privado, ampliando o mercado regional pela via da industrialização” (FELDHUES, 2014:37).

---

<sup>295</sup> *Jornal do Comercio* [Rio de Janeiro], 24/05/1956: 3

Além dos esforços do CNS, outros eventos também se preocuparam com o desenvolvimento do Nordeste. O Encontro de Salgueiro, em 1958, também em Pernambuco, contou com representantes do presidente da República e de governos estaduais da área. O Seminário de Garanhuns, em 1959, estudou com profundidade os problemas socioeconômicos da região. E ainda, as duas edições do encontro dos bispos nordestinos. Todo esse movimento de reivindicações e indicações engrossou o caldo sobre o avanço da agenda de desenvolvimento na região. Da “simbiose de reclamos regionais” (SOBRINHO, 1993:37) que incluiu a participação de importantes atores como o economista Celso Furtado e suas propostas – sobre as quais discorreremos melhor adiante – nasceria a SUDENE, uma agência para o desenvolvimento regional que tornaria o Nordeste uma das metas do programa de desenvolvimento de JK. Posto isto, na efervescência dos debates municipais e regionais sobre o desenvolvimento do país, o nosso foco recai sobre o papel da Igreja Católica, por meio da CNBB e dos bispos nordestinos.

#### **4.3 Outros nordestes: O I Encontro dos Bispos do Nordeste**

Foram realizados diversos encontros preparatórios para o encontro dos bispos em Campina Grande. Reunindo técnicos do governo federal e oposição política, esses encontros foram a oportunidade ideal para definir os projetos e o temário a ser seguido durante o IEBN. Podemos destacar uma reunião em caráter mais regional, que foi o encontro de autoridades civis com o bispo auxiliar de Natal, Rio Grande do Norte, Dom Eugênio Sales. A atuação desse bispo por meio do Serviço de Assistência Rural (SAR) desde a década de 1940, na capital potiguar e no interior daquele estado, ganhava destaque no período. Por isso, este bispo foi um dos principais articuladores do temário do IEBN. Em 1950, Dom Eugênio havia organizado a primeira de uma série de semanas ruralistas estaduais no Rio Grande do Norte, que serão discutidas no capítulo seguinte. Os eventos no estado potiguar estiveram vinculados aos trabalhos de Campanha, em Minas Gerais em 1950. Além do bispo, na discussão de autoridades sobre a agenda do IEBN, estiveram presentes onze autoridades, entre eles o governador do Rio Grande do Norte, entre 1956 e 1961, Dinarte de Medeiros Mariz da União Democrática Nacional (UDN), psicólogo, sociólogo, chefe do fomento agrícola federal, chefe do INIC, do INOC, do DERAS, chefe de polícia, membro da diretoria da Escola de Serviço Social e o gerente do Banco do



Nordeste.<sup>296</sup>

Na ocasião, Dom Eugênio perguntou a opinião do grupo sobre a corrente migratória do Nordeste, para o estado do Maranhão. As discussões deixam claro que esse estado não era percebido como parte do que convencionava-se tratar como Nordeste. O governador do Rio Grande do Norte, politicamente ligado às oligarquias conservadoras e um antigo agropecuário do Seridó, destacou a afirmação de que o Maranhão teria uma cultura 50 anos mais atrasada do que a nossa, firmava-se na opinião de Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo de São Luís. Na mesma reunião, o chefe do INIC, Antônio Malta deu interessantes esclarecimentos sobre o problema, dizendo que as terras do Maranhão eram extremamente férteis e excelentes para a agricultura. Verificação feita "in loco", de que a seção do fomento agrícola ficou a cargo. Além disso, foi destacado também que 60% dos habitantes do Maranhão são nordestinos. E que do ponto de vista sociológico teria se registrado uma assimilação do mesmo.

Em seguida, a discussão voltou-se para o aproveitamento dos vales úmidos, zona próxima à cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, e que esteve em pauta desde a primeira semana ruralista realizada naquele estado era de interesse. Foi discutido as melhores formas de uso da região, se por meio de projeto de colonização ou da construção de açudes públicos e particulares. Para os vales úmidos, após a primeira edição do encontro dos bispos nordestinos, foram mobilizados decretos e convênios da ordem de três milhões de cruzeiros para serem utilizados em serviços de limpeza de rios, construção de canais e drenagem, aquisição de materiais agrícolas. A Igreja Católica vinha realizando experiências-piloto de colonização e produção na região e apontando a ausência de planejamento e abandono das autoridades como um dos elementos que inibiam seu potencial no aumento da produção agrícola e nas experiências de colonização visando fixar a população na terra.

A posição do segmento religioso indicando a falta de planejamento, investimentos e coordenação ia de encontro às medidas tradicionais de combate à seca, como a construção de barragens. Na reunião preparatória, referindo-se ao tema do aproveitamento dos vales úmidos no Rio Grande do Norte, o governador Dinarte Mariz informou que considerava a região do município do Açu, no vale seco, mais interessante do que os vales úmidos. Em seu argumento, seria mais fácil a vinda de energia de Paulo Afonso do que a drenagem dos vales úmidos. O sociólogo Hélio Galvão e o diretor do

---

<sup>296</sup> Encontro em preparação para Campina Grande [AMAN]:1.

INIC, por sua vez, defenderam que as deficiências dos vales úmidos poderiam ser “facilmente corrigidas” para fins agrícolas. Os técnicos também argumentaram que o terreno era poroso para o armazenamento da água das chuvas.<sup>297</sup>

No registro sobre esta reunião, o destaque foi para o encerramento da exposição do governador, que frisou na ocasião: "Paulo Afonso é outro Nordeste ". Dinarte Mariz também defendeu a construção de açudes particulares, alegando que o RN seria um estado sem latifúndios. Na sua perspectiva, a aposta deveria ser na construção de açudes, dado o potencial desses na pecuária, que nas suas palavras, teria uma renda superior ao da agricultura. E citou como exemplo o município de Caicó, indicando o número de açudes particulares como elemento sumamente fomentador da pecuária na localidade.<sup>298</sup> Contrastando com a fala desse político, os dados do IBGE para o período indicavam que o Rio Grande do Norte tinha sérios problemas no campo com uma estrutura fundiária concentrada. É o que demonstra Rodrigues em sua interpretação sobre territórios rurais e desenvolvimento neste estado, o domínio de grande parte da propriedade era restrito a algumas famílias, e essas mesmas famílias dominavam a política estadual e a representação federal (RODRIGUES, 2016: 42).

Além deste tema, estiveram em debate nessa reunião preparatória a mecanização, do cooperativismo e do atraso de repasses de recursos financeiros do Banco do Brasil e Nordeste para algumas cooperativas, o sentido social da energia de Paulo Afonso também esteve em discussão, em termos de aproveitamento de faixas de terras para colonização. A questão da riqueza dos minérios, que também era indicada como de importância na fixação do homem ao solo, também foi discutida, mas não foi incluída no temário do evento de Campina Grande. Destacar brevemente esses debates preparatórios ajuda entender que os convênios e decretos executados após esse evento, foram produtos de negociações entre segmentos da sociedade que abraçaram visões diferentes de desenvolvimento.

Desde o Rio de Janeiro, então capital federal, ocorreram também duas reuniões preparatórias para o IEBN. A primeira, no dia 9 de maio de 1956, no Palácio do Catete. Essa reunião contou com a presença de ministros e dirigentes da administração pública de órgãos que atuavam no Nordeste. O presidente Juscelino, que também participou, solicitou que fosse entregue aos presentes “um questionário, levantando questões

---

<sup>297</sup> IDEM:2.

<sup>298</sup> IDEM:3.

objetivas e formulando perguntas sobre situações concretas do serviço público naquela região e a todos solicitou respostas para um prazo que fixou até dia e hora”. O prazo seria de dois dias. Segundo o presidente, “apesar de tão exíguo esse prazo, ninguém falhou”.<sup>299</sup>

Reportando essas reuniões, o jornal pessoense *O Norte* afirmou que nelas “foram então traçadas as diretrizes para a escolha dos pontos básicos em torno dos quais se obterá o entrosamento com vários órgãos públicos que atuam no Nordeste”. A nota continua: “Prestigiando a reunião dos bispos, a perspectiva do presidente da República era anunciar, pessoalmente, em Campina Grande, a articulação de vários serviços federais que somarão técnicos e verbas para empreendimentos capazes de atrair e fixar os nordestinos”.<sup>300</sup>

Segundo Dom Helder, a primeira reunião no Catete teve como objetivo discutir “a necessidade inadiável de entrosamento entre os vários órgãos que atuam no Nordeste”. O ponto central foi chamar a atenção para a “dispersão de recursos” verificada na região, queixa muito recorrente à época na imprensa nordestina. Nas palavras do presidente, as reuniões preparatórias do Catete teriam aberto espaço para “a esquematização de todo o material levantado com dados concretos e estudado nas fontes”. As reuniões do Catete permitiriam ao governo – nas palavras do presidente – pela primeira vez na história da República, trazer para um congresso planos de conjunto, abrangendo vários ministérios e praticamente todos os órgãos federais que atuavam numa determinada região. Assim, continuou Juscelino:

Ministros de Estado e dirigentes de órgãos federais, responderam algumas questões e fiz perguntas para fixar em cada uma os seguintes pontos: as obras que estão empreendendo no Nordeste; os recursos orçamentários que nelas se acham empenhados para seu prosseguimento; os recursos técnicos e orçamentários de que poderiam dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso. A meu ver, o problema no caso seria descobrir, em cada unidade federada no Nordeste, algum trabalho iniciado ou por iniciar, com estas duas características: prestar-se a atrair e fixar nordestinos tentados pela migração; dar margem à colaboração de diversos órgãos, cada qual dentro de sua esfera específica como de suas possibilidades reais em técnicos e verbas disponíveis.<sup>301</sup>

A ênfase na realização das reuniões preparatórias, que também consta na *Declaração dos Bispos do Nordeste* apresentada no final do IEBN, chama atenção em vários aspectos. Pela aparente necessidade de demonstrar a disposição do governo federal em relação à região; pela ênfase no caráter pragmático pretendido, baseado em dados,

---

<sup>299</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:24.

<sup>300</sup> *O Norte* [João Pessoa], 10/05/1956:1.

<sup>301</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:26.

planejamento, cooperação e defesa da democracia e das instituições. O entrosamento de vários órgãos para o debate sobre o subdesenvolvimento nordestino, portanto, precisava dar frutos.

As orientações distribuídas aos representantes dos órgãos que participaram das reuniões preparatórias foram: a) Que obras empreende no Nordeste?; b) Que recursos orçamentários estão empenhados no prosseguimento das mesmas? e c) De que recursos técnicos e orçamentários poderia dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso? A perspectiva era observar, em cada unidade federativa do Nordeste, trabalhos em andamento, capazes de preencher as seguintes características: a) Prestar-se a atrair e fixar nordestinos tentados a migrar; b) Dar margem à colaboração de diversos órgãos, cada qual dentro de sua esfera específica e de suas possibilidades reais em técnicos e verbas disponíveis. A preferência seria dada a trabalhos que: a) Possam ter início praticamente imediato; b) Importem em realizações que assegurem aproveitamento permanente de migrantes; c) Contribuam, a um tempo, para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores e respectivas famílias. As respostas recolhidas, no tempo expedido pelo presidente, serviram de base para a organização do IEBN e foram os pontos de partida para a realização da “experiência-piloto”.<sup>302</sup>

O conjunto das informações foram sistematizados e entregues na forma de um resumo mimeografado aos 20 bispos e demais participantes do evento em Campina Grande. Entre 21 e 26 de maio, os bispos nordestinos debateram um programa com seis temas fundamentais. Participaram dos trabalhos representantes de diversos órgãos oficiais, entre eles o Departamento de Obras contra as Secas, Departamento Nacional de Produção Animal, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço de Informação Agrícola, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Segundo o jornal paraibano, *A União*, o programa, que à primeira vista parecia excessivamente amplo, teve “a colocação dos problemas feita por técnicos devidamente articulados e profundo conhecedores da matéria.”<sup>303</sup> Os bispos nordestinos recorrentemente afirmaram que “não teriam propriamente soluções técnicas e temporais a apresentar”. Antes, suas especificidades se dariam quanto aos problemas de ordem

---

<sup>302</sup> IDEM: 108.

<sup>303</sup> *A União* [João Pessoa], 19/05/1956: 1.

econômica e social, reforçando o caráter de antecipar-se ante agitações sociais. Declarando-se movidos pela “fé, esperança e caridade”. Fé na Providência Divina, “esperança” no método “ver, julgar e agir” e caridade para com Deus e o próximo, os bispos convocaram diversos segmentos da sociedade e alçaram a questão do Nordeste ao cenário nacional.<sup>304</sup>

A seguir o temário do evento e detalhes da programação

**Quadro 4.** Temário do I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956)

<b>I- Agricultura e Colonização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Vale do S. Francisco, a Bahia e o Maranhão, exemplos típicos de áreas ricas de colonização acolhendo um povo pobre;</li> <li>- Como levar os açudes públicos e os vales úmidos a exercerem sua função legítima em favor do homem regional.</li> <li>- Como fixar, pela franquia do uso da terra, o agricultor migrante numa região onde o Estado não sabe os latifúndios que possui.</li> <li>- Políticas efetivas de fomento agropecuário para uma economia rural desassistida.</li> <li>- Que esperar do cooperativismo e do associativismo rural honestamente organizados e dirigidos.</li> </ul>
<b>II- Investimento e Crédito Rural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linhas de uma autêntica política de crédito rural para o médio e o pequeno agricultor, e para o lavrador sem-terra própria.</li> <li>- Banco do nordeste, fator de estímulo para o desenvolvimento da região seca.</li> </ul>
<b>III – Sentido social da Energia de Paulo Afonso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O conteúdo social – ainda não manifestado – de Paulo Afonso.</li> </ul>
<b>IV Serviços sociais e educativos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como fazer do serviço social rural uma força a serviço do bem-estar da população regional.</li> <li>- A industrialização do nordeste: unidades de grande, médio e pequeno porte. O artesanato rural.</li> <li>- Tipos de escola a adotar para as grandes necessidades do meio rural.</li> </ul>
<b>V – Planejamento na vida econômica na região</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição do tipo de economia conveniente na região sujeita a fortes estiagens.</li> <li>- Deficiências atuais no atendimento do homem rural e meios – de coordenar o respectivo planejamento.</li> <li>- O Estado, a Igreja e os particulares em torno de um programa realista, a longo prazo, em prol da região.</li> </ul>
<b>VI – Aspectos Espirituais do Problema</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Regional da ação católica e suas responsabilidades em face dos problemas espirituais e materiais do nordeste.</li> </ul>

**FONTE:** *A União* [João Pessoa], 06/05/1956: 1.

Os temas do IEBN foram apresentados por oradores com expertise na região em

<sup>304</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:30.

sessões abertas ao público. Os palestrantes dos seis temas do Encontro foram, respectivamente, *Planejamento*, o economista Rômulo de Almeida (1914-1988); *Agricultura, Crédito e Colonização*, relatado por João Gonçalves de Souza; *Serviço Social* pela técnica Aylda Pereira Reis (única fala feminina atribuída a um dos temas); *Energia Elétrica*, pelo técnico Edgar Amarante; Programas de Execução Imediata, por Manuel Diegues e, por fim, *A Igreja e os Problemas Sociais*, do bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José Távora. Além dos importantes discursos, os pronunciamentos de Dom Hélder, como Relator Geral e Juscelino Kubitschek.<sup>305</sup>

Nas manhãs dos 3 primeiros dias do Encontro ocorreram os primeiros debates. À medida que os temas foram apresentados, nas tardes dos 3 primeiros dias e nas manhãs e tardes seguintes, começaram a funcionar também grupos de estudos que reuniram os técnicos e os Bispos presentes no evento. Em todas as noites houve reuniões em caráter privado com participação de técnicos e bispos. Toda essa mobilização foi para cumprir a elaboração e expectativa de que ao final do encontro fosse apresentada uma Declaração dos Bispos do Nordeste. Segundo Benevides (1985), foi a partir desse encontro que a CNBB se afirmou como porta-voz política da alta hierarquia da Igreja (BENEVIDES, 1985: 96).

O fluxo de participantes do evento para Campina Grande começou no dia 20 de maio, chegando por diversos meios de transporte, principalmente por via aérea. Além dos bispos e técnicos públicos, compareceram políticos nordestinos e jornalistas de diversas regiões brasileiras. Dom Helder Câmara, chegou na tarde desse mesmo dia e foi recebido por Dom Otávio Aguiar. A cidade, segundo o jornal *A União*, tornou-se centro das atenções de todo o Nordeste, senão de todo o país, como sede do “certame que congrega todos os titulares das dioceses da região, para debates dos problemas do polígono das secas, especialmente do êxodo rural”. O movimento “incomum” superlotou os hotéis, sendo necessário, segundo o periódico, “hospedar algumas delegações em residências particulares ou em locais improvisados”<sup>306</sup> (ANEXO II: Lista dos Bispos signatários do IEBN).

A primeira sessão do congresso teve lugar pela manhã, na sede do time Campinense Clube, às nove da manhã. Os trabalhos foram abertos pelo prefeito de Campina Grande, Elpídio de Almeida que, após saudar as autoridades eclesiais

---

<sup>305</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 25/05/1956:7.

<sup>306</sup> *A União* [João Pessoa], 22/05/1956: 3.

presentes e realizar sua exposição, passou a presidência do conclave a Dom Otávio de Aguiar, o recém nomeado bispo de Campina Grande. O bispo cumprimentou os congressistas e cedeu a palavra ao campinense, Aloísio Afonso Campos (1914-2002), então diretor do Banco do Nordeste, que dirigiu uma saudação, em nome de sua cidade natal, aos prelados presentes, ressaltando o significado da reunião.

Chama a atenção a participação do prefeito e de um campinense na abertura do evento, visto que seus discursos trataram dos principais problemas da cidade, em particular, a questão de distribuição de energia elétrica e abastecimento de água, mencionadas no tópico anterior. A opção de abrir o IEBN com esses discursos, que incluiu “teses paraibanas” e municipais elaboradas pela COMUDE, caminhou na perspectiva valorizada pelos estudos de comunidade que compunham o repertório da Igreja, e preconizavam a necessidade de despertar as comunidades locais para a discussão e busca do seu próprio desenvolvimento. Outros estados também enviaram representantes e comissões para participarem do evento.<sup>307</sup>

Retornando ao evento, o campinense Aloísio Campos afirmou que sua cidade natal, mesmo sem muitos estímulos, estava “emergindo do *black-out* e morrendo de sede”, e mesmo assim não se desesperou e se empolgou em recebê-los.<sup>308</sup> Segundo o jornal católico *A Cruz*, o discurso de Campos foi demoradamente aplaudido, ele teria feito uma síntese de “dados atualíssimos sobre o Nordeste, constituindo verdadeira introdução aos trabalhos que se iniciavam”.<sup>309</sup> O *Correio da Paraíba*, por sua vez, comentando o mesmo discurso, afirmou que a visão desse técnico coincidia com as linhas gerais e ideias que o jornal defendia para um programa de “reerguimento da área do país”. A população nordestina, apontava o jornal, produzira apenas 15% da renda nacional, porcentagem que baixou em 1954 para 13%. Assim, apesar da densidade populacional, fato de progresso econômico e social em qualquer parte do mundo, a região continuaria “marchando na

---

<sup>307</sup> Exemplo de outras contribuições regionais para os debates do IEBN, observamos na entrevista do deputado da bancada do PSD paraibana, Janduí Carneiro – futuro candidato ao governo paraibano. Em reportagem ao jornal joaopensoense *O Norte*, o referido deputado afirmou que participaria ativamente do IEBN, “sugerindo medidas de ordem práticas condizentes com a situação aflitiva do seu estado”. O deputado afirmou que o conclave deveria ser realista e apresentar soluções imediatas e também providências governamentais a longo prazo. Entre as primeiras estaria o angustioso problema da imigração, fomentando o estabelecimento de amparo e triagem dos imigrantes nordestinos em alguns pontos do sul, sobretudo, no Rio de Janeiro. Esses pontos deveriam ter a função de prestar assistência imediata aos necessitados, articulando a distribuição destes imigrantes nos diversos locais de trabalho previamente ajustados à especialização de cada um. O deputado procurou destacar também, que em sua concepção, essa atribuição fundamental deveria ser exercida pelo Instituto Nacional de Migração e Colonização (INIC). *O Norte* [João Pessoa], 24/05/1956: 1).

<sup>308</sup> *Correio da Paraíba* [João Pessoa], 24/05/1956:1.

<sup>309</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 27/05/1956:1.

retaguarda”. Os elementos destacados para tal atraso foram a falta de avanço tecnológico em relação à economia agrária na região. Mesmo o cultivo de algodão, frisava o periódico, “lavoura que cultivamos há mais de um século, seja a cada de açúcar, a nossa mais antiga cultura agrícola, que data do período colonial, seja o milho ou o feijão, qualquer um desses produtos é aqui colhido em quantidades mínimas em relação à área cultivada”. Campos destacou ainda em seu discurso que recuperação do Nordeste demandava “um programa de investimentos bem orientado da ordem de três bilhões de cruzeiros em cada exercício e pelo período de vinte anos”.<sup>310</sup>

Posteriormente, João Gonçalves de Souza – recorrentemente citado nesta tese por sua participação junto às semanas ruralistas – foi o relator do tema do dia, *Agricultura, Colonização e Planejamento*. Natural de Lavras da Mangabeira-CE, esse técnico teve seu discurso mimeografado e entregue aos prelados e técnicos presentes, como ocorreu com os demais relatores. Durante a apresentação dos relatórios, não eram permitidos discursos ou conferências. A presidência da mesa receberia apenas pedidos de esclarecimento para resposta no período da tarde.

Ao fim dos trabalhos pela manhã desse primeiro dia, Dom Helder Câmara, fez uso da palavra e focalizou em apresentar os objetivos do encontro, retomando a colaboração da presidência da República durante as reuniões preparatórias do Catete.<sup>311</sup> Na ocasião, o sacerdote cearense destacou que os bispos nordestinos zelariam pelo cumprimento das promessas que ali fossem feitas. Afirmou mais explicitamente a posição vigilante da Igreja quando anunciou que o então presidente Juscelino Kubitschek viria pessoalmente para encerrar o conclave e tomar nota de suas conclusões.

Na tarde do dia 21, iniciaram-se as reuniões dos grupos de estudo, sendo debatidos questões relativas à exposição de Gonçalves de Souza. A sessão, segundo o jornal *A Cruz*, foi movimentadíssima, com várias interferências dos bispos e técnicos, que deram boa medida do interesse despertado pelo assunto. Em conclusão, ficou assentado que o funcionamento desse grupo deveria dar-se a partir de sua divisão em três subgrupos, respectivamente de Agricultura, Crédito Rural e Colonização, a fim de elaborar as deliberações da discussão destes temas.<sup>312</sup>

À medida que o evento ocorria, os grupos buscaram aprofundar as discussões e traçar considerações que fariam parte de um documento final (ANEXO III–Grupo de

---

<sup>310</sup> *Correio da Paraíba* [João Pessoa], 25/05/1956:3.

<sup>311</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 27/05/1956:1.

<sup>312</sup> *A Cruz* [Rio de Janeiro], 25/05/1956:7.



estudos durante o IEBN). Todas as noites, Dom Helder Câmara, como relator-geral, recolhia os relatórios dos 6 grupos de estudo que compunham o IEBN. Além de servirem de base para a Declaração dos bispos do Nordeste, os resultados obtidos também deveriam subsidiar ainda um plano de atividades das diferentes dioceses da região.<sup>313</sup>

No dia 22, pela manhã, na sala de reuniões da sede da Associação Comercial campinense, o tema “Serviço Social Educativo” foi exposto por Alydia Pereira Reis. Católica e formada pela faculdade de Serviço Social no Instituto de Educação Familiar e Social no Rio de Janeiro, essa técnica abordou os chamados aspectos “humanos e sociais”. Seu discurso apontou a perspectiva de que o elemento econômico não esgotaria as formas de se compreender a realidade daquela região.

Em seguida, Edgar Amarante discorreu sobre o tema “O problema da Eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para a sua solução”, trazendo ao plenário os dados recentes no período sobre as ações daquela hidroelétrica e a sugestões oportunas sobre seu uso entendido como “vital ao progresso do Nordeste”. Segundo o técnico, a escassez de energia na região estava causando a falta de incentivos para a introdução de práticas agrícolas modernas. Afirmou ainda que um plano de obras e expansão da CHESF para o ano de 1956 estava em andamento e previa o início de trabalhos de escavações subterrâneas para a instalação da Segunda Casa de Máquinas em Paulo Afonso (...). Além disso, também já estariam encaminhados estudos para a eletrificação da região do Rio Grande do Norte e da região de Bonfim Juarez, na Bahia.<sup>314</sup> Esse tema, como vimos durante a reunião preparatória, mobilizava diversos interesses, como teria afirmado o governador do Rio Grande do Norte, “Paulo Afonso é outro Nordeste”.

Na tarde do mesmo dia, conforme planejado, o grupo relacionado ao debate sobre Agricultura, Crédito e Colonização ocorreu subdividido em três subgrupos. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, o método de constituição dos subgrupos deu melhores resultados, permitindo um aprofundamento quase impossível em grandes plenários e seria uma prova da serenidade com que os estudos estavam sendo conduzidos.

No dia 23, Rômulo de Almeida foi relator do tema *Planejamento e Investimento*. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, a participação do economista baiano foi uma das melhores contribuições da reunião promovida pela CNBB. Em seu discurso, Almeida afirmou que o Nordeste seria “um bom campo de investimento” e que seria imperativo

---

<sup>313</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 24/05/1956: 1.

<sup>314</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 24/05/1956: 1.

planejar os investimentos para a região. Nesse sentido, “o desenvolvimento não poderia ser baseado apenas no princípio da assistência ou na invocação da justiça, mas na confiança da produtividade dos investimentos”. Para tal, o desenvolvimento do Nordeste deveria ter como condição e objetivo primeiro a redução da instabilidade, decorrente principalmente de fatores aleatórios como a variação do tempo, a área sertaneja, a grande dependência em geral da agricultura, os azares do comércio exterior, as incertezas das políticas federais (pagamentos e planos de governo) políticas de câmbio, distribuição regional.<sup>315</sup> Segundo o economista, para alcançar maior produtividade em investimentos para a região à época, era preciso: a) melhor estudo e projeto; b) coordenação dos investimentos, entre diversos órgãos e entidades, c) estabelecimento de prioridades se os recursos são escassos. Além disso, Almeida chamou atenção para a necessidade de “distinguir o combate às secas e o combate aos efeitos das secas”. Esse economista estava à frente do órgão responsável pela execução do Plano de Metas, o Conselho de Desenvolvimento. A sua participação dialogava com a visão dos bispos, afinal, o desenvolvimento na perspectiva cristã – como preconizado pelos bispos – não era contra a participação do estado, ao contrário, convocava esse e outros interessados a cooperarem para atingirem o desenvolvimento das comunidades onde os projetos fossem desenvolvidos.

Paralelamente às sessões relatadas por Rômulo de Almeida, ocorreu na sede da associação o desenvolvimento das atividades relativas ao tema *Planejamento e Assistência Social e Econômica* – entre os presentes nesta sessão estava o economista e representante do ponto IV – Florindo Villa Alvarez.<sup>316</sup> Por fim, o tema *Igreja diante dos problemas nordestinos* foi relatado pelo bispo pernambucano, Dom José Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Os militares também participaram do evento. Às 20h30, no campinense clube, o comandante do 1º grupamento de engenharia, tenente coronel Onofre de Brito, proferiu palestra sobre os seguintes temas: O exército e a fixação do homem nordestino a ação do 1º grupamento de Engenharia e suas unidades rodoferroviárias no Nordeste e deficiências administrativas (suas consequências) em relação aos problemas nordestinos.<sup>317</sup> No quadro geral que apresentou sobre o sistema de transporte na região, O coronel afirmou que as ferrovias em tráfego na região nordestina indicavam que não havia um sistema

---

<sup>315</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 25/05/1956:1.

<sup>316</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 24/05/1956:1.

<sup>317</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 25/05/1956:1.

ferroviário, mas “apenas, descontinuados trechos de estradas de ferro, nascidas em um planejamento de conjunto, ao sabor de solicitação políticas, sociais ou econômicas locais”. Como resultado, o militar afirmou que houve “a falta de ponderável intercâmbio social e econômico entre os estados nordestinos”, tornando-se “uma barreira ao progresso regional”, uma vez que “agrava o isolamento da região em relação ao restante do país”, tornando mais “complexa a solução do problema e se refletindo no desconforto do elemento humano, na carestia da vida, no desestímulo a produção e na maior dificuldade de interiorizar a nossa civilização que não transpõe a orla litorânea.” E, em relação às rodovias, Onofre de Brito destacou ainda que a situação verificada seria muito semelhante, afirmando que a via rodoviária Rio-Bahia, principal ligação entre o norte e sul do país, permanecia como uma “estrada de terra batida”.<sup>318</sup>

No dia 24, os trabalhos dos grupos e subgrupos estavam praticamente encerrados. Enquanto os grupos e subgrupos do IEBN funcionavam no exame das teses relatadas, em uma das salas da associação comercial, segundo o jornal *Correio da Paraíba*, ocorreu um encontro entre o prefeito Elpídio de Almeida, Dom Otávio Aguiar, Aluísio Campos, Alvinho Pimentel, monsenhor Severino Mariano e outros como José Targino, secretário da Viação e obras públicas do Estado”. Essa reunião teve como objetivo debater o problema da água em Campina Grande. Na ocasião, foi elaborada uma diminuta com as reivindicações da cidade no que diz respeito à construção da adutora de Boqueirão. Na diminuta havia também a sugestão de um adiantamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico no valor de 40 milhões de cruzeiros ao Banco do Nordeste, que o reporia no prazo de um ano, a fim de que os serviços da adutora não sofressem maiores demoras.<sup>319</sup>

No dia 26, último dia de evento, o presidente Juscelino viajou para Campina Grande acompanhado do senador Assis Chateaubriand (1892-1968), proprietário e diretor dos diários e rádios associados e do jornal *O Norte*. Às 16h20 horas daquele dia, JK foi recebido pelo então governador da Paraíba, Flávio Ribeiro (1882-1963), e pelo prefeito de Campina Grande. Após sua chegada, o presidente cumprimentou as tropas do exército que estavam em forma no aeroporto para lhe prestar as honras militares.<sup>320</sup>

Depois de receber saudações das autoridades presentes, Juscelino ficou hospedado na residência de Alvinho Pimentel, amigo que fizera durante a já mencionada

---

<sup>318</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 12/05/1957: 4.

<sup>319</sup> *Correio da Paraíba* [João Pessoa], 24/05/1956: 4.

<sup>320</sup> *O Norte* [João Pessoa], 27/05/1956: 3.

visita de JK, ainda como candidato, à cidade no ano de 1955. Em seguida, o presidente foi ao encontro dos bispos no palácio episcopal, onde ocorreu uma reunião preparatória para o encerramento. Nessa reunião preliminar à sessão de encerramento, Dom Helder teve a oportunidade, a pedido do próprio presidente da República, de “expor minuciosamente o que fora o trabalho exaustivo de magno conclave”. Assim, perante os 19 prelados nordestinos, Juscelino teria tomado conhecimento das conclusões a que chegaria o conclave na cidade.

Sobre a chegada de JK, o jornal *Correio da Paraíba* destacava que apesar das “controvérsias políticas do período”, era necessário receber JK com as devidas honrarias, visto que seu mandato “lhe foi conferido em pleito livre pela vontade soberana do povo.” Assim, destacou o jornal,

Num país como o nosso, onde as instituições democráticas são frágeis e instáveis, por força de fatores ligados à nossa própria formação histórica, precisamos, para salvaguardar o regime, preservar a legitimidade do poder e respeitar o princípio de autoridade, sem o que caminharíamos para o caos político em marcha acelerada.” O chefe da Nação vem a Paraíba num momento excepcional, quando o episcopado do Nordeste se reúne em Campina Grande com o objetivo de estudar os problemas da região e oferecer soluções concretas e positivas, capazes de nos tirar da situação de atraso em que nos encontramos. Ninguém ignora que a faixa territorial a que pertencemos é uma das regiões mais subdesenvolvidas do globo e em que a produtividade do trabalho atinge os mais baixos níveis.<sup>321</sup>

No periódico, é manifesta a percepção da democracia como relacionada à manutenção da ordem e do poder vigente. Entretanto, embora o discurso reconhecesse o novo governo, afirmava que a Paraíba não estava sendo “feliz com o novo governo que se instaurou a 31 de janeiro”. No plano político, o estado teria sido relegado a uma posição secundaríssima, incompatível com as suas tradições e com o seu passado no conceito da fundação brasileira”. Apresentando um quadro da conjuntura estadual junto ao governo federal, foi destacado:

Não temos, como tínhamos outrora, nenhum homem público nosso ocupando posição de relevo nos altos quadros da administração federal. No plano administrativo, a coisa ainda é muito pior. O nosso estado nada recebeu do atual governo da União. E mesmo as verbas que lhe são consignadas no orçamento da República não vem sendo distribuídas, como ocorria anteriormente. Os nossos estabelecimentos de ensino superior estão ameaçados de fechamento, porque o Ministro da Fazenda, por força de seu programa financeiro, não libera os auxílios que nos tocam. As repartições federais se acham numa situação de ineficiência das mais lamentáveis, visto por que as dotações a elas

---

<sup>321</sup> *Correio da Paraíba* [ João Pessoa], 26/05/1956: 3.

relativas se acham igualmente retidas. Estamos já no fim do inverno e o governo federal nenhuma contribuição deu à nossa lavoura, porque não recebeu nem verbas, nem máquinas, nem sementes, nem inseticidas, nem nada. A maternidade Cândida Vargas fechou recentemente quatro enfermarias, pois a legião brasileira de assistência que a mantém cortou-lhes a verba que recebia. É possível, porém, que o presidente da república modifique suas diretrizes após essa visita ao nordeste e sob a inspiração do congresso que está sendo realizado. E mesmo que isso não ocorra, temos o dever de homenagear o chefe da nação, como se faz em todos os países civilizados, porque ele representa o poder legitimamente constituído. Conservemos, pois, as nossas tradições de educação política e de hospitalidade, mesmo com a fisionomia marcada de decepções e de sofrimento.<sup>322</sup>

No dia 26 de maio, após o encontro no palácio dos bispos, o presidente foi ao clube campinense onde foi realizada a solenidade de encerramento às 22h30. A Rádio Clube de Pernambuco transmitiu a sessão de encerramento do evento que foi comandada por Tavares Macial. Assim, em cadeia, transmitiram a cerimônia os rádios Tamoios do Rio de Janeiro, Borborema de Campina Grande, Poty de Natal e Ceará, e a rádio Clube de Fortaleza.<sup>323</sup>

O primeiro orador da noite foi o ex-governador da Paraíba, José Américo de Almeida (1887-1980), que saudou o presidente JK em nome dos representantes do IEBN. Almeida salientou que Campina Grande havia se transformado “em pousada da Igreja e em cenário de debates que abririam itinerários para novas esperanças”. Destacou a ação pessoal do presidente Juscelino, comparecendo ao “encontro” e colocando-se à disposição dos bispos e técnicos. O tema central de seu discurso foi a análise dos reflexos da carestia. Segundo Ioris, carestia foi uma expressão presente na maioria dos pronunciamentos dos trabalhadores dos anos 1950 e era utilizado em referência aos constantes custos de vida e a sua relação com a deterioração do padrão de vida dos trabalhadores (IORIS, 2017: 290-291). Almeida encerrou sua participação destacando que as medidas discutidas pelos bispos seriam absolutamente exequíveis por parte do governo. Em suas palavras, sozinhos os bispos não poderiam “fazer a bem das coletividades, se não forem secundados pelo apoio decidido de todos, incluindo poderes constituídos, povo, imprensa e rádios. Do contrário, tudo ficaria no terreno apenas das belas teorias”.<sup>324</sup>

Dom José Távora, por sua vez, ao ter a palavra, buscou definir e justificar mais

---

<sup>322</sup> *Correio da Paraíba* [ João Pessoa], 26/05/1956: 3.

<sup>323</sup> *Diário de Pernambuco* [ Recife], 26/05/1956:1.

<sup>324</sup> *Diário de Pernambuco* [ Recife], 08/06/1956:12.

uma vez a posição e atuação da Igreja em face dos problemas da região. Segundo o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, mais uma vez frisou o discurso da CNBB de que sua competência e linha de ação seria em relação ao terreno religioso e moral e mesmo nas repercussões diretas ou indiretas que os problemas econômicos ou sociais provocavam. O clérigo afirmou ainda que a instituição não pretendia interferir no campo de ninguém, mas, por outro lado, não negaria a sua colaboração. Para o bispo, as exigências técnicas e administrativas do Nordeste ultrapassariam os organismos estatais destinados a operar na região. E a conjuntura humana, por seu turno, requereria uma ação corajosa mais forte, mais profunda e mais ampla, no campo do econômico, do social e do espiritual e, até aquele momento, o tratamento dado seria se assemelhava a uma medida preliminar. O bispo evocava a perspectiva de desenvolvimento integral, conduzido pelo estado, planejado e coordenado. Dom Távora destacou ainda que, até o IEBN, muito pouco se teria feito em favor dos trabalhadores rurais, rendeiros e pequenos agricultores. O bispo pernambucano fundador da Juventude Operária Católica, mencionou estudos sobre os problemas rurais, efetuados por sacerdotes em várias oportunidades, citando por exemplo universidades rurais e outros centros de ensino, que abriram suas portas para cursos destinados a dezenas de padres e bispos. Destacou as semanas ruralistas que, concomitante ao encontro em Campina Grande, estavam sendo projetadas como a de Viamão, no Rio Grande do Sul, em cooperação com o Serviço de Informação Agrícola. Esses eventos promoveriam, em suas palavras, uma descoberta mais precisa dos problemas do meio rural, utilizando modestos elementos humanos, especialmente os jovens, para tarefas colaborativas. O resultado, segundo o clérigo, seria o aparecimento de líderes rurais capazes de amadurecer duas finalidades: pregar o amor à terra e lutar para que a terra fosse provida de elementos culturais, econômicos e sociais que a permitiriam mitigar os constrangimentos que provocam o êxodo rural. Encerrou seu discurso destacando que a Ação Católica Rural apoiaria, cada vez mais, essas iniciativas.<sup>325</sup>

O discurso de JK no evento foi escrito pelo pernambucano Álvaro de Barros Lins. Com orgulho, o jornal *Diário de Pernambuco* afirmou que “no período o chefe da casa civil demorou 48 horas dedicando-se à elaboração do discurso que teve tamanha repercussão”.<sup>326</sup> A seguir imagem do presidente durante o seu pronunciamento, ao seu

---

<sup>325</sup> *Gazeta de Notícias* [Rio de Janeiro], 30/05/1956: 8.

<sup>326</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 26/05/1956: 3.

lado esquerdo, parecendo ouvi-lo atentamente, Dom Hélder.

**Figura 11.** Juscelino e os bispos do Nordeste no Palácio dos Bispos em Campina Grande.



**FONTE:** Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional.

Em seu discurso, Juscelino celebrou a escolha da palavra encontro, destacando: “Nem reunião, nem congresso, nem conferência: e sim encontro”. Nas palavras do presidente, aquela não seria uma “uma assembleia qualquer”, ao passo que sugeria uma “deliberação sincera de afinar corações e inteligências” com propósitos para entendimento de uma ação conjunta. Assim, “quando termina o encontro, não há separação, pois já está feito o congraçamento em profundidade capaz de conduzir a uma colaboração que soma sem confundir e multiplica sem dispersar”. Sua afirmação de que os poderes temporais e espiritual não se opunham pretendia evidenciar o caráter democrático que ele buscou destacar - aspecto caro para Juscelino para fazer frente aos episódios de golpe contra sua posse e também para se desvencilhar de possíveis associações com o conturbado período autoritário de Vargas.

Segundo JK, “ao tomar frente das questões sociais para algumas regiões”, a Igreja não estaria fora de seus “limites próprios”. Embora o presidente tenha reiterado que o país não teria, efetivamente, “religião oficial,” afirmou que o IEBN abriu em “aspectos singulares” mais um capítulo da relação entre Igreja e Estado. O presidente também se referiu a Dom Helder Câmara, afirmando que ele seria uma figura “extraordinária” e um “apóstolo moderno”, “dividido harmonicamente, e não dilacerado, entre a contemplação e a ação”.<sup>327</sup>

Apresentando sua posição frente o quadro político mais amplo do país, JK depositou sua fé na Igreja Católica, que, em sua perspectiva, tinha “força moral suficiente para influir decisivamente no sentido de criar no Brasil aquele estado superior de boa-fé e colaboração desinteressada nas relações entre os homens e aquela capacidade impessoal de serviço ao bem comum, que seriam os sinais por excelência do amadurecimento político”, uma vez que

[...] certos líderes infelizmente ainda não foram educados nem preparados para colocar as ambições privadas, os ressentimentos pessoais e as invejas mortificadoras abaixo das autênticas exigências da coisa pública os misteriosos grupos políticos de apaniguados e áulicos. Assim imagino o governo no regime presidencialista, e assim o formei e dirijo, como uma associação de personalidades, de iniciativas e energias, sem a preocupação de prioridades, rivalidades e intrigas. Somente deste modo, com um Poder Executivo assim compreendido e um regime presidencialista assim conceituado, poderemos governar sem preconceitos, quanto às ideias e sem limitações quanto aos problemas nacionais. Vejo o Nordeste, por exemplo, como Brasil e só como Brasil.<sup>328</sup>

Na ocasião, o presidente destacou ainda que os preladados nordestinos “demonstravam-se espiritualistas e práticos” e que as circunstâncias do IEBN “parecia convidar um homem de governo para uma grande confissão em público”. Nessa direção, JK aproveitou o ambiente para estabelecer alguns aspectos da gestão que adotaria. Enfatizando que o Nordeste seria parte integrante da economia nacional, Juscelino procurou dar uma primeira resposta à recorrente queixa das elites nordestinas de que a região seria abandonada pelas autoridades em detrimento do centro-sul brasileiro. Segue trecho do discurso:

Não dirão jamais que não falei claro e a tempo. Não poderão dizer jamais que não planejei, não executei e não me dispus a agir em termos de governo, sempre com tenacidade, decisão e energia, como é do meu dever. Pretendo, como o farei mais adiante, abordar alguns problemas

---

<sup>327</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:12.

<sup>328</sup> IDEM:13.



vitais do Nordeste, mas não desejo emprestar meu discurso de hoje um significado regional, nem há mais problemas somente regionais no entrelaçamento e na tessitura das diversas fases da realidade nacional. É pela caracterização do quadro político do Brasil que devo começar, sendo-me lícito que de assuntos de política me ocupe e neles até me alongue numa reunião de autoridades eclesiásticas – é que não vou tratar de política partidária ou facciosa, e me justifico com a doutrinação de Rui Barbosa em Haia: A política está sempre presente e qualquer assembleia quando fixada no sentido superior da arte de reger os destinos dos homens e ciência de promover o bem comum na sociedade.<sup>329</sup>

O presidente afirmou ainda que não teria ido à “Campina Grande para anunciar milagres, nem lançar promessas”. Em suas palavras o ambiente do encontro representava “singular ressonância nacional”. Juscelino também buscou destacar as ações que até aquele momento já estavam sendo realizadas em favor da região. Ele relacionou o IEBN a ações que a Igreja já vinha realizando, como a Cruzada de São Sebastião em apoio à urbanização das favelas cariocas, que também estava implementando um plano de autofinanciamento da Campanha, que consistiria em conjugar a solução para o problema de casas populares, tema também discutido durante o IEBN. Esse ponto de seu discurso é importante, foi clara a intenção de JK de procurar mobilizar outros setores, em particular, privados a uma maior participação na sociedade. A perspectiva era a de que o governo estaria empenhado em estimular a colaboração das entidades não governamentais a partir, por exemplo, da “cooperação dos particulares”.

Destacando a perspectiva de industrialização do Nordeste, o presidente afirmou ainda

[...] Ocorreu-me agora outra promessa da campanha eleitoral, e como não rengo as promessas feitas, e as transformo fielmente em compromissos, reafirmo a minha ideia de fazer uma região central no Nordeste em outro Estado de São Paulo. Aproximação nada arbitrária ou fantástica: e a fiz com o pensamento na capacidade de industrialização do Nordeste por efeito desse fator novo, extraordinariamente irradiante de energia e força que é a Paulo Afonso. Estou estimulando empresas privadas a se instalarem nas proximidades da Paulo Afonso, e ainda ontem recebi em audiência industriais de alumínio, para os quais descrevi o quadro das vantagens de Paulo Afonso e as excelências de seu parque industrial num futuro próximo. Essencial agora é a elaboração de um Plano do Nordeste, não para as gavetas burocráticas, mas para ser executado ao ar livre, sem hiatos ou desfalecimentos, ao mesmo tempo com rigor científico e ímpeto bandeirante.<sup>330</sup>

---

<sup>329</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:14.

<sup>330</sup> IDEM:20.

Para atender a essa expectativa, JK afirmou que seriam necessárias não apenas ações em “matéria da engenharia hidráulica ou agrônoma, e sim de um conjunto de medidas sincrônicas”. Evocando assim a necessidade de um “Plano do Nordeste”, a perspectiva era que o governo estaria “apoiando, coordenando e executando um programa de ação oficial no Nordeste”. Significará isto, continuou o presidente, um amplo sistema cooperativo entre a União, os Estados, os municípios e as empresas de iniciativa privada, sistema capaz de assegurar, com a coordenação das respectivas atividades, um rendimento de trabalho e de aplicação de recursos suscetíveis de gerar novas riquezas e de contribuir para que o homem nordestino se fixe e se multiplique na sua própria região.” Juscelino lançou um “apelo” aos bispos, no sentido de que” os sacerdotes pudessem influenciar “os homens de dinheiro e de visão para que aqui mesmo [no Nordeste] desenvolvam suas atividades ou implantem novas empresas, utilizando os lucros auferidos no fomento de empreendimentos que se tornem fontes de trabalho para as populações regionais.<sup>331</sup>

Contudo, como discutiremos no capítulo seguinte, o “Plano Nordeste” ao qual se referiu, contudo, ganhou contornos mais definidos sob a alcunha de “Operação Nordeste”, apenas a partir de 1958. Ainda em seu discurso, o presidente mencionou as reuniões preparatórias que ocorreram no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Sua intenção foi demonstrar como estava afinado com seu discurso em relação a região e que não somente durante aquela cerimônia final e solene, com a vinda de uma comitiva oficial, com sua presença e discurso de encerramento, teria se dado a colaboração do governo federal.

O presidente salientou que os textos do IEBN traziam recomendações objetivas, concretas, práticas e que “experiência-piloto” não implicou na criação de novos órgãos estatais, nem determinou especiais financiamentos. Exige apenas, e principalmente, “iniciativa, competência, ação, aproveitamento dos recursos existentes, unidade no comando das providências”. Para o chefe do executivo, afirmou, representou uma “tranquilidade para o poder público” perceber a forma como os “guias espirituais da nação” estavam “dispostos a uma atuação apostólica para a qual “chamam em ajuda não apenas o clero - notadamente os admiráveis e devotos párocos rurais”, mas também o laicato católico, especialmente através da Ação Católica”. Citando o papa Pio XII, Juscelino encerrou o seu discurso declarando que para o “chefe da Cristandade”, deveria ser reconfortante saber que “a frente das dioceses da maior nação católica do mundo estão

---

<sup>331</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:21-22.

autópticos homens de deus, a altura dos tempos e das dificuldades que nos esperam”.<sup>332</sup> Por fim, o presidente concluiu frisando ser temente a Deus e inteiramente a serviço de seus semelhantes como cidadão e como chefe de governo.

Embora tenha sido recorrente no discurso presidencial que haveria a preocupação de driblar a burocracia, percebida como um dos entraves ao desenvolvimento da região, observamos que decretos provenientes do IEBN mostram a implementação de medidas dialogando com os tradicionais departamentos que por ali já atuavam. Era ainda pouco tempo para que o Conselho de Desenvolvimento, instaurado no primeiro dia de seu governo, pudesse executar o seu plano de Metas, amplamente analisado pela historiografia.

As sugestões dos bispos, sistematizadas por Dom Helder, deram corpo a *Declaração dos Bispos do Nordeste* e foram incorporadas ao programa administrativo de Juscelino. Resultado de estudos e planificações anteriores – seja nas reuniões preparatórias ou por meio das semanas ruralistas, as indicações dos bispos e técnicos foram organizadas em programas de execução imediata e a longo prazo (ANEXO IV - 19 Decretos assinados por JK derivados do IEBN).

A declaração foi organizada em oito partes, a saber: I) Sentido do Encontro dos Bispos do Nordeste; II) Planejamento e Investimento; III) Agricultura, Crédito Rural e Colonização; IV) Serviços sociais e educativos; V) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF; VI) Programa de execução imediata; VII) A Igreja em face dos problemas do Nordeste e VIII: Conclusões. Já nas primeiras páginas deste documento os bispos optaram por apresentar antecipadamente algumas conclusões do evento. A justificativa para a disposição dos itens era o objetivo de mostrar apreço também aos estudos que possibilitariam ao Nordeste surgir “com atitude nova perante o governo federal”, além de facilitar o entendimento do capítulo das conclusões relativas a Planejamento e Investimentos ao “nosso clero e ao laicato católico, especialmente à Ação Católica” e aos políticos nordestinos de vários partidos, nas esferas municipal, estadual ou federal para que “se interessassem” sobre a mudança de mentalidade pretendida no tocante aos problemas nordestinos.<sup>333</sup> O documento registrou a advertência que foi destacada durante todo evento, que a Igreja não seria fiadora dos compromissos assumidos e permaneceria em vigília até que os problemas fossem resolvidos. Uma

---

<sup>332</sup> IDEM:28.

<sup>333</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:34.

“paterna advertência aos economistas” do país também foi registrada. Os bispos nordestinos enfatizaram que “a economia que se isola e corta ligações com a moral se torna inhumana e irreal”. A seguir um trecho do documento no qual os bispos indagam os economistas

Com quanta complacência e orgulho contemplaram o aumento mundial do comércio, o intercâmbio, através dos continentes, de todos os bens e todos os inventos e produções, o caminho triunfal da difundida técnica moderna, que transpunha todos os limites do espaço e de tempo! Hoje, ao contrário, na realidade, que é o que experimentam? Veem já que essa economia, com as suas gigantescas relações e vínculos mundiais, e com a sua superabundante divisão e multiplicação do trabalho, coopera de mil maneiras para tornar geral e mais grave a crise da humanidade, ao passo que, se não a corrigisse nenhum freio moral, e se nenhum olhar para além da terra a iluminasse, não podia deixar de terminar numa indigna e humilhante exploração da pessoa humana e da natureza, numa triste e pavorosa indignação por um lado, e por outro lado, numa discórdia atormentadora e implacável entre privilegiados e destituídos: desagradados dos efeitos que não ocupam o último lugar na larga cadeia de coisas que conduziram à imensa tragédia atual.<sup>334</sup>

Em outro trecho da Declaração, fica claro que os bispos tinham dimensão do importante papel que desenvolviam como mediadores sociais.

Alegra-nos que nosso Encontro tenha propiciado ocasião oportuna para a aproximação de Órgãos que não têm direito de se desconhecem e ainda menos de se hostilizarem. Alegra-nos mais ainda que nossa Reunião tenha dado margem a uma experiência de entrosamento de órgãos públicos, entrosamento que, se não é o planejamento global de que o Nordeste precisa é, sem dúvida, passo importante para o planejamento que há de vir. Nosso papel foi de estimuladores do bem comum, incentivadores da paz social. Mas é fundamental para nós deixar absolutamente claro que não podemos responder pela concretização do plano de ação aqui anunciado. Sem dúvida, na medida de nosso alcance, velaremos para que a experiência se inicie, prossiga e chegue a bom termo, pois vemos, sabemos, sentimos que o povo já não suporta ilusões. Com a devida vênia dissemos isso pessoalmente ao Exmo. Presidente da República e acreditamos que, se apesar do aviso, Sua Excia. anuncia a experiência é por estar no firme propósito de, a qualquer preço, exigir que cada Órgão cumpra a parte de compromisso que assumiu.<sup>335</sup>

No documento foram definidos ainda quatro critérios que intitularam como “causas gerais e básicas de ausência de planejamento” na região: a) de ordem científica com a falta de pessoal técnico habilitado para coleta e análise de dados, por exemplo; b) os de limitações estratégicas, uma vez que os programas regionais adotados tinham limitações, foi citado o caso das obras contra as secas que atingiriam os efeitos do

---

<sup>334</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:35-36.

<sup>335</sup> IDEM:61.

fenômeno e não as causas – como a falta de acesso à terra por grande parte das populações; c) de desarticulação dos órgãos públicos que trabalhavam na região e d) de falta de uma política financeira adotadas pelos estados em consonância com outros órgãos da União e a falta de coordenação entre os órgãos que atuavam na região.

Além da questão relativa ao planejamento, os bispos chamaram atenção para as questões de “ordem moral” que não seriam “menos graves e menos influentes”. Afirmando os prelados que havia a proliferação de projetos, importando em pulverização de verbas, mas em muitos casos devido a questões eleitorais de políticas partidárias e interesses locais, pouco importavam os “planos regionais de sentido mais amplo e construtivo”. Os clérigos chamaram atenção ainda ao desvio das verbas por parte de funcionários que “desonraram a classe e usaram dinheiro público de maneira criminosa, tendo quase sempre o cuidado de agir sem deixar impressões digitais”. Na visão dos bispos não se tratava apenas de empregar capitais mais de fazê-los render socialmente.

O mapa a seguir, publicado no impresso carioca *Revista da Semana*, apresenta detalhes sobre os locais nordestinos sujeitos às obras determinadas pelos decretos presidenciais.

MAPA 7: Recorte da Revista da Semana sobre as obras do IEBN.



FONTE: Revista da Semana [Rio de Janeiro], 14/7/1956:15.

O mapa indica as localidades em que projetos derivados dos decretos do IEBN. A maioria deles referia a obras de infraestrutura, podemos observar pelo mapa que as mesmas se concentraram na faixa litorânea do Nordeste – que também corresponde a sua área a mais úmida próxima da Mata Atlântica – que já neste período se encontrava exaurida pela monocultura da cana de açúcar, em função da sustentação de tradicionais latifúndios e engenhos. Os decretos ainda dinamizavam e articulavam a ação de alguns órgãos que atuavam na região. O decreto 11º, por exemplo, aprovava o plano para instalação de postos nos roteiros de migrantes nordestinos para o sul do país. A função foi atribuída ao Instituto Nacional de Colonização, mas o decreto estabelecia ainda que para tal fim o órgão contaria com a cooperação de outras entidades como a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o SESP dentre

outras.<sup>336</sup>

#### 4.4 Repercussão do IEBN e seus primeiros resultados

O país já foi surpreendido muitas vezes pelos traumas das conspirações tendentes a modificar as situações de ordem legal, e esse vezo permanece como tendência a influir no ânimo de certos grupos tangidos pela fantasia dos aspirantes à ditadura. Esses restos de totalitarismos andam no ar, soprando murmurações tendenciosas quanto ao funcionamento do regime, que no seu oblíquo entender [de Juscelino Kubitschek] está em decadência e não deu os frutos que dele eram esperados. A opinião sensata da maioria do país se coloca em sentido contrário, disposta a defender os ditames democráticos e a garantir o funcionamento normal do regime estruturado pela Carta de 1946.<sup>337</sup>

Acima observamos o destaque de um artigo no *Jornal do Brasil* que recuperava o discurso do presidente Juscelino Kubitschek no encerramento do IEBN. O impresso carioca destacou que golpes eram recorrentes na cena política brasileira e indicou que o pronunciamento de JK no encontro dos bispos teria sido o mais importante de seus discursos até aquele momento. No perspectivado jornal, o discurso “veio fortalecê-lo perante a opinião pública que o recebeu como a confirmação” de que ele teria “as rédeas do governo e cumpre todos os encargos e tarefas da administração.” No impresso também foi destacado:

Ao contrário dessas maquinações extralegais, o que o Brasil precisa para se restabelecer é um banho de legalidade e de moralização administrativa, e esses objetivos podem ser alcançados muito mais dentro da Constituição do que fora dele. O povo, que adquiriu a consciência de sua soberania, exercida através do voto, não tolera mais esse devaneio dos que buscam o poder a qualquer preço, procurando na sombra os caminhos da anormalidade para sobressaltar a Nação, já traumatizada em excesso nestes últimos anos. O poder terá que ser uma consequência da consulta à vontade coletiva; só está esta credenciada a indicar os únicos autorizados a dirigir os seus destinos políticos, econômicos e sociais.<sup>338</sup>

De modo geral, as repercussões do IEBN na imprensa foram unânimes em destacar o papel do evento como um importante canal de comunicação entre o governo e a sociedade. Além disso, em muitas reportagens o empenho do governo federal, sua atenção à região e à dimensão democrática de suas ações foi destaque. O jornal *O Diário de Notícias* publicou que em Campina Grande JK teria proferido seu “mais longo

---

<sup>336</sup> IEBN [Campina Grande], 1956:181.

<sup>337</sup> *Jornal do Brasil*, [Rio de Janeiro], 26/05/1956: 3.

<sup>338</sup> IDEM: 3.

discurso”<sup>339</sup>. O jornal carioca *A Noite*, por seu turno, noticiou que o presidente demonstrou liderança política, unidade governamental e o debate democrático, em seu discurso no Encontro dos Bispos.<sup>340</sup> Para *O Cruzeiro*, o balanço teria sido dado e a convicção geral em relação ao evento era “de confiança e esperança”. Vamos aguardar, destaca o jornal, a primeira tomada de conta que os próprios prelados solicitaram ao presidente. Por meio dela, poderemos saber, dentro de um ano, mais ou menos, se o Nordeste acertou o caminho ou se ainda continuaria perdido entre a seca e o abandono.<sup>341</sup>

A edição de 9 de junho de 1956 de *O Cruzeiro* destacou que o então presidente teria realizado em Campina Grande “uma revisão de atitude em face da política.” O jornal noticiava que a omissão no plano político em relação ao Nordeste havia sido abandonada pelo governo federal, o que entre seus efeitos tinha o peso negativo para a execução do seu programa administrativo. Assim, “se no governo de Minas”, Juscelino conseguiu se distanciar com vantagem das disputas partidárias, no impresso foi frisado que “na presidência da república [JK] não pode fugir a encarar as tarefas políticas, sob pena de costumar-se a perda de liderança, inerente ao desempenho das funções presidenciais”. No final do artigo, foi afirmado que Juscelino “traria no sangue e nos êxitos de sua carreira a marca do desprezo estado-novista pela composição política e a crença na eficiência dos métodos de ação direta”. É por isso que ele prefere a administração à política.” Portanto, segundo o jornal, as gestões e negociações lhe pareciam “interminável e inócuo como técnica de comando e de governo”. Resta saber, prossegue o periódico, se vencer as barreiras que aí estão criadas e se romper dentro de si mesmo os preconceitos contra a política, que fazem dele um político da linhagem de Getúlio Vargas.<sup>342</sup>

Recorrentemente expressões como: “prático”, concreto, “trabalho planejado” e “comunicação de pensamentos” foram usadas para descrever o evento. Resgatando o empenho dos envolvidos, em *O Cruzeiro* foi destacado que os “bispos e técnicos trabalharam como mouros, dia e noite, elaborando um plano de ação exequível e eficiente” Com os bispos destacaram durante o IEBN, o jornal também sinalizou que era preciso uma ação ordenada e imediata, pois os órgãos do poder público não se entendiam, “apesar de operarem dentro das mesmas finalidades”.<sup>343</sup>

---

<sup>339</sup> *Diário de Notícias* [Rio de Janeiro] 27/05/1956: 1.

<sup>340</sup> *A Noite* [Rio de Janeiro] 26/05/1956: 1.

<sup>341</sup> *O Cruzeiro* [Rio de Janeiro] 30/06/1956:3.

<sup>342</sup> *O Cruzeiro* [Rio de Janeiro], 09/06/1956: 101.

<sup>343</sup> Também foi destacado que esse plano teria como objetivos fundamentais: coordenação imediata dos planos e programas de fundo rural e industrial, na base de recursos já existentes no orçamento, visando a retirar desses recursos, que sobem a oito bilhões de cruzeiros para o nordeste. O periódico destacou, o que



No entanto, a participação de JK no IEBN também foi alvo de críticas. Na coluna Tribuna Parlamentar, do jornal *A Tribuna da Imprensa*, João Duarte Filho afirmou que em Campina Grande teria sido o “primeiro dia do Presidente” à frente do país. Segundo o articulista, Juscelino teria se “cansado” de ser o “irresponsável como o filhinho de papai (...), mimado como o nonozinho da titia”. Agora, “o ungido (...), beijando os anéis dos bispos em Campina Grande, teria “sagrando-se, então, presidente de verdade. Segue trecho integral do periódico,

Fez bonito, não resta dúvida. Assumiu, de uma vez, tudo quanto poderia ser assumido, é presidente da República, é chefe dos ministros e, como quem diz, desafiante e classe “conheceu, papudo”, também é comandante-chefe das Forças Armadas. Disse e fechou a cara para Lott. O primeiro dia do recém-assumido foi dia de demonstração positiva da assunção. Veio aos gritos, dando ordens, marcando prazos de trabalho, trabalhando como um desadorado. Numa noite saíram 19 projetos de lei. Na manhã seguinte já havia uma comissão para construir a previdência social, várias outras para abastecer o Rio e Schmidt. E as comissões de salário-mínimo tiveram 15 dias de prazo para apresentar relatório. O homem assumira mesmo.<sup>344</sup>

Em seguida, o jornal continuou afirmando que a medida de Juscelino teria contrariado João Goulart, ex-ministro de Vargas e na ocasião vice-presidente do país. Jango, segundo o jornal, estava em viagem pela Europa e também teria “fechado a cara”. Segue trecho do impresso,

Houve, entretanto, quem não gostasse da assunção tão generalizada e usurpadora. Jango, interrompendo um pouco seu passeio nas Europas, soletrou, em francês, a notícia da assunção e também fechou a cara. Não lhe cheirava bem o gesto inopinado de títere que, com tantos arruídos, tentava quebrar as ordens de titiritero. E despachou seu secretário de volta para mobilizar, aqui, a defesa de seus domínios. Ora, pelo texto expresso do cambalacho entre Juscelino e Jango, a previdência social de porteira fechada e cofre aberto, ficou sendo propriedade privada, feudal e mantenedora, do Partido Trabalhista, isto é, do próprio Jango. E a primeira medida de Juscelino, depois de ter assumido a presidência da república em Campina Grande, foi justamente organizar uma comissão para estudar a reforma da previdência social, isto é, da rica e bela fazendinha privada de Jango. E que comissão organizou ele em suas fumaças de presidente da república recém-empossado toda, todinha de gente adversa a Jango, uma gente que Jango, quando ministro enconstara, pusera de lado, desdenhara todo o tempo. Eram técnicos, sim, bons, honestos, independentes técnicos, técnicos até dos melhores, como Helvécio ou Geraldo de Faria Batista. Boa comissão era aquela organizada por Juscelino. Era uma gente que sabe onde tem as ventas, que entende do riscado, que não faz peleguismo barato.

---

já era sabido, que no orçamento “as verbas eram pulverizadas”, isto é, sem “alguma aplicação, ou mal aplicadas, no maior número de casos (IDEM: 101).

<sup>344</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 31/05/1956: 3.

Uma comissão bem composta, que tinha, além de tudo, uma qualidade muito necessária ao tempo e à previdência: não era gente de Jango. Era gente da velha guarda do Ministério, do tempo em que o ministério se vinha construindo com capacidade, cultura, honestidade, bons propósitos.

Jango, porém, da Europa, vetou a comissão escolhida por Juscelino, o presidente da república declara sê-lo, efetivamente, sobretudo e principalmente sobre todos.

E qual foi o resultado? Juscelino ganhou para Jango? Qual nada. Juscelino perdeu. Helvecio Xavier Lopes foi forçado a demitir-se da comissão. A comissão se extingue com sua saída, pois que não é possível acreditar dada a qualidade moral de quase todos os demais membros, que nenhum deles permanece, saindo Helvecio assim, forçadamente, somente porque Jango o veta. E se veta Helvecio, veta, naturalmente, os demais. O que Jango, em verdade, veta é a comissão toda, o instituto da comissão, o intuito com que Juscelino criou a comissão. O que Jango veta, com todas as letras, é o próprio Juscelino, sua intromissão em matéria de previdência social.

Em que ficamos, portanto? Juscelino é o presidente ou não é? Assumi ou não assumi em Campina Grande? Pois, se assumi, se é o presidente, se é um homem e não apenas um nono qualquer, mantenha a comissão, negue a demissão pedida por Helvecio, vamos ver quem tem mais castanhas para vender.<sup>345</sup>

O tom jocoso, presente no jornal, foi recorrente em outros periódicos. Um exemplo pode ser observado no jornal *Diário de Pernambuco*, que indagava: “qual a necessidade de [Juscelino] afirmar que seria presidente?” Para o jornal pernambucano “talvez [seja esse] o único reparo à fala do presidente durante o IEBN.” O impresso destacava que os oposicionistas “não poderiam ser levados a sério, quando apenas se restringem a um campo assim tão restrito de intriga de bastidores”. Ao passo que o presidente, como sinalizava seu discurso, parecia ter sido visivelmente atraído pela polêmica da oposição que deseja jogá-lo contra o ministro da Guerra, em manobra que se vem arrastando há meses.” Continua o texto, que devido sua densidade, compartilhamos na íntegra:

Pois no real cenário da resistência, que ocorreu até agora capaz de marcar uma real oposição no país? Honestamente, nada. O sr. Arinos, retornando de longa viagem, não se renovou: disse precisamente o que afirma antes. Responderá, talvez, que a culpa não seja sua – e sim da realidade nacional, que não mudou. Como poderia mudar, para a oposição, se esta insiste em não aceitar a posse dos eleitos como um legítimo resultado das urnas populares? O que não mudou, portanto, foi o espírito de oposição – que ainda prefere um golpe de estado à continuidade democrática atual. É esse mesmo espírito que alimenta dissensões nas classes armadas e deseja transformar oficiais transviados em líderes políticos: que promove festas políticas suspeitas, a fim de lançar classes militares em desassossego; e que, ao surto da anistia

---

<sup>345</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro] 31/05/1956:3.

ampla, favoreceu as escândaras, a fim de criar maiores dificuldades ao processo de estabilização governamental. De sorte que o presidente, em discurso meditado, decidiu apanhar a luva suspeita da oposição sistemática, para afirmar-se o que sempre foi, depois de 31 de janeiro, o chefe da Nação, com os direitos e deveres e sobrecargas inerentes. Mas, além desse debate de ordem meramente política, no qual o presidente informa que não ignora a força do seu mandato e os direitos que ele impõe, o sr. Kubitschek abriu melhores rumos para a região nordestina. Chega a aludir um “Plano do Nordeste”, que efetivamente precisa ser executado e com urgência. Sabe o presidente que nenhum país no mundo pode ser grande, enquanto manteve desníveis econômicos de suas regiões. O exemplo clássico dos Estados Unidos pode ser invocado: e somente na época moderna, com o robustecimento da riqueza no sul do território americano, os Estados Unidos puderam atingir a sua real unidade política, esquecendo-se de vez os velhos e graves ressentimentos que levaram à guerra intestina.<sup>346</sup>

O jornal lembrou o correr da campanha de 1955 quando JK, como candidato, havia percorrido as regiões Nordeste e Norte do país. Em seu percurso, Juscelino teria parado justamente em zona dura, entreposto do sertão nordestino. E, na perspectiva do jornal, o encontro dos bispos, “sem dúvida alguma avivou ainda mais a memória” do então presidente. No impresso foi destacado ainda a aproximação entre a própria região da qual o presidente era oriundo, o Norte de Minas Gerais,

O sr. Kubitschek volta-se para o Nordeste – depois que discutira problemas fundamentais de outras regiões brasileiras. Tem o presidente grandes dívidas com os nordestinos e estes, quando escolheram substancialmente um mineiro, nas urnas, foi também porque a sua área agreste se toca com a de Minas Gerais. Inconscientemente, talvez, os eleitores nordestinos procuram o candidato que tinha mais contato administrativo com áreas típicas de dificuldade. Essas zonas estão atravessando momentos de alta dramaticidade, que se tornam ainda mais cruas, porque o agreste e a região de mata sofrem óbices diversos, mas igualmente penosos. A produção nordestina está caindo, segundo as estatísticas recentes, já baseadas nas culturas atuais e nas próximas. Os financiamentos particulares são cada vez mais difíceis; pois o dinheiro praticamente não circula no Nordeste e é excessivamente caro. E os financiamentos oficiais continuam inteiramente equivocados, pois, além de oferecidos através de uma burocracia que ainda não pode ser vencida, pelas agências do Banco do Brasil, bem raras exceções, estão sendo feitas na base dos planos da gestão Gudin, quando as necessidades nacionais eram inteiramente diversas. É fácil concluir que o combate à inflação, sem total lucidez, produz em seguida a falta de produção – perigo que o país está correndo e crise que poderá abater-se, de modo irresistível, sobre o governo do senhor Kubitschek.<sup>347</sup>

O jornal sinalizou, contudo, que do seu discurso, rico de densidade política ao tratar o fenômeno nordestino, sugere outras apreciações, pois o presidente abriu, de fato,

---

<sup>346</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 26/05/1956:1.

<sup>347</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 30/05/1956: 3.

um palpitante campo para a boa polêmica sobre assuntos vitais brasileiros.<sup>348</sup> Preferimos no discurso do presidente justamente essa parte, rica de substância, em que ele demonstra não estar alheio aos reclamos do seu país. Parece que o presidente, fiel ao seu ritmo pessoal de produzir em curto prazo, impacienta-se com a máquina nacional. Não poderia tocá-la de modo diverso, pois este primeiro ano de seu governo deverá ser transporto unicamente no lastreamento de obras econômicas e financeiras tão reclamadas. Disponha-se o presidente a ouvir críticas difusas, arma-se de paciência e, por todos os meios possíveis, combata a inflação; as grandes obras do governo virão a seu tempo e jamais viriam se a inflação prosseguisse.

No mesmo texto foi destacada ainda as disparidades entre a região e o sudeste do país, em relação ao fornecimento de energia elétrica. Importante crítica ao trecho do discurso onde Juscelino prometeu que faria uma nova São Paulo na região:

Com 300.000 kw São Paulo fez a sua indústria e Paulo Afonso, oferecendo já os seus 600.000 kw parece ainda um fantasma na zona que cobre. Dizia-me a propósito o sr. Lourival Fontes que “Paulo Afonso parece um “mamouth” miraculosamente surgido para dar luz às cabanas”. E, na verdade, os planos correlatos para o aproveitamento nacional e imediato da energia: o deslocamento de indústrias, técnica e capitais para o nordeste, a abertura de estradas econômicas, a desapropriação das terras nos arredores dos açudes; a penetração da saúde e da educação – como partes essenciais do grande planejamento, tudo isso ficou por fazer. E a própria energia para as “cabanas” das capitais nordestinas é presentemente difícil, pois as usinas que a transformam e o material que possuem, caem de podres e não podem suportar a carga elétrica do Rio.<sup>349</sup>

O jornal ponderou no discurso do presidente aquilo que considerou mais do mesmo. A usina hidroelétrica de Paulo Afonso, lembra as grandes obras de engenharia que se tornaram fantasmas no início do século XX, como argumentou Hardman, em sua análise sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O autor demonstrou como essa obra colossal, que ligaria a Amazônia brasileira e a bolivariana, em pouco tempo viu suas estações abandonadas. Mesmo se tratando de outro período, observamos que uma ênfase demasiada nos triunfos das grandes obras de engenharia persistia, o resultado e seus efeitos, contudo, pouco pareciam mudar a realidade social e condição de vida das populações. No *Diário de Pernambuco* foi destacado ainda que já naquele momento parte do material da nova usina, que ainda estava por funcionar, já caía de podre.<sup>350</sup>

---

<sup>348</sup> IDEM: 3.

<sup>349</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 30/05/1956: 3.

<sup>350</sup> IDEM:3.

Ainda sobre o discurso de Juscelino, procedemos a mais uma edição do jornal carioca *Tribuna da Imprensa* na qual foi afirmado que a valentia do discurso do presidente no IEBN foi imposta pelo “Correio da Manhã”. Segue trecho do impresso:

O “Correio da Manhã” vinha anunciando em editoriais à disposição de romper com JK, embora todo o resto do jornal mantenha a linha de apoio incondicional ao governo. As fundações da independência estavam preocupando JK que procurou um entendimento pessoal com o sr. Paulo Bittencourt. O Encontro realizou-se afinal, nas vésperas do discurso de Campina Grande. Foi na residência do sr. Paulo Bittencourt e a ele estiveram presentes, além de JK e do diretor do Correio da Manhã, o sr Álvaro Lins e Augusto Frederico Schmidt, que foi o articulador do entendimento. JK fez a Bittencourt uma exposição dramática das dificuldades do seu governo, dificuldades econômicas, financeiras, políticas e militares. Anunciou a disposição de executar um programa administrativo que lhe assegurasse a recuperação da opinião pública, passo para a libertação da tutela do general Lott.

O sr. Paulo Bittencourt, porém, foi intransigente: eu e JK assumiria a presidência da República ou o “Correio” romperia com o governo.

JK terminou cedendo e ali mesmo determinou ao sr. Álvaro Lins que introduzisse no discurso já quase pronto o trecho em que afirma que está governando, vai exercitar o presidencialismo, não abdica de prerrogativas, etc. O “Correio” gostou e já está elogiando novamente a JK, afirmando os editoriais pelo resto do Jornal.<sup>351</sup>

No *Jornal do Brasil*, em edição de 7 de junho de 1956, o artigo “defenda-me Deus” atribuía ao discurso do presidente em Campina Grande o caráter de “polêmico”. Segundo o periódico, o discurso de Juscelino estaria “concorrendo para aumentar a inquietação geral”. Segue trecho do artigo:

[...] ninguém sabe o que há. Mas o tom de desafio em que se fala” daria a impressão de que o presidente sentiria “que há algo contra a estabilidade de seu governo. Não há quem possa aceitar que sejam dirigidas a oposição suas incentivadas. Essa oposição, que, detendo o governo, foi surpreendida pelos golpes de 11 e 21 de novembro, não teria, agora, elementos para articular atos que justificassem os receios de que se deixou contaminar o presidente, a tal ponto que os disseminas até em ambientes impróprios aos desabafos políticos, como a conferência dos bispos do nordeste e o supremo tribunal federal”.<sup>352</sup>

No periódico foi argumentando que os políticos opositoristas nada poderiam “realizar contra a estabilidade do presidente”. Continua o jornal: “os militares que serviam ao governo de 2 de agosto, destituídos do comando, nada poderiam fazer”. Logo, “a palavra do presidente da República, dizendo -se ameaçado, não se dirige, certamente, a seus adversários políticos, quer civis, quer militares.” Nessa direção, “essa explosão, junto a pastores de almas e pastores das ovelhas tresmalhadas da legalidade, serviu para

<sup>351</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 31/05/1956: 3.

<sup>352</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 07/07/1956: 3.

aumentar a inquietação no país.” Segundo o periódico, o presidente levava tão a sério a questão que “aproveitava até ocasiões impróprias” para tratar o problema. Assim, continua o texto: “preferimos aceitar como equívoco os temores do presidente. Um chefe do governo que vê as instituições ameaçadas, que se prepara para resistir a subversão do regime e a sua própria derrubada não tem vagar para visitas, discursos e devaneio de poetas bucólicos”. Encerrando o texto, afirmava o jornal: “a não ser assim... o presidente deve repetir a frase atribuída a Voltaire: deus me defenda dos amigos, que dos inimigos eu me defendo.”<sup>353</sup>

Embora o jornal de oposição tentasse negar, a historiografia e registro do período mostram que, efetivamente, havia um clima de tensão em torno da posse de JK. Inclusive, o período foi marcado pelos dois primeiros *impeachments* da história republicana brasileira dos presidentes Carlos Luz e Café Filho. Benevides apresenta mais detalhes da conturbada posse de JK, a autora afirma que por uma ironia da História, o mais ativo dos governos do chamado "período democrático", presidido pelo único civil que "começou e terminou seu mandato no prazo previsto pela Constituição", instalou-se em pleno estado de sítio e graças à intervenção militar (BENEVIDES, 1981:72).

Entre a documentação arrolada, o editorial da revista *Manchete* reservado ao IEBN é um dos que mais nos chama atenção. Ao reportar os acontecimentos do evento, além de ter procurado destacar textualmente o clima de vigília por parte da Igreja em relação às respostas das agências públicas ao evento, circulou no impresso registros fotográficos interessantes, com clara intenção de frisar aos leitores que o IEBN não teria ocorrido sem constrangimentos. No primeiro momento, a revista destacou que os bispos teriam comparecido assiduamente ao evento, sob a legenda: “A chapelaria demonstra que os bispos do nordeste não faltaram ao encontro”.<sup>354</sup>

---

<sup>353</sup> IBIDEM:3.

<sup>354</sup> *Manchete* [Rio de Janeiro],09/06/1956:47.

**Figura 12.** Chapelaria durante uma das reuniões do IEBN.



**FONTE:** *Manchete* [Rio de Janeiro], 09/06/1956: 47.

Além da ampla participação - foi salientado que aos “cochichos do plenário” os bispos teriam acompanhado os debates que que sempre ocorriam “em altas vozes”. Em seguida, a imagem dos bispos durante uma das apresentações de tema durante o IEBN.

**Figura 13.** Bispos durante o IEBN



**FONTE:** *Manchete* [Rio de Janeiro], 09/06/1956: 47.

O editorial da *Manchete* destacou a atuação de Dom Helder como o grande articulador do evento. Segundo a revista, o bispo cearense teria trabalhado assiduamente, chegando mesmo a “perder alguns quilos”. Levantava-se cedo e pouco descansava.” O texto frisou que o bispo trabalhava de manhã, à tarde e à noite, devassando aqueles relatórios, esmiuçando as informações que lhes chegavam às mãos, dirimindo dúvidas, concatenando dados. Nestes sete dias, muitas foram as vezes em que o arcebispo do Rio de Janeiro, com seu “staff”, atravessou a madrugada, preso a mesa de trabalho.<sup>355</sup>

A revista destacou do discurso de Dom Hélder, especialmente a frase que se tornou um aforismo para os bispos durante o evento: “Juscelino Fará e a Igreja Vigiará”. Na imagem a seguir, capturada por um dos repórteres da *Manchete*, vemos Juscelino abraçando Dom Hélder. Com os braços espaçados e olhando para baixo. Mais do que o frígido abraço, a imagem no seu canto direito superior, parece ter a intenção de nos revelar ainda olhares atentos, como de testemunho. Os olhares, juntamente com os microfones, parecem fiar os acordos do evento que estavam sendo ali estabelecidos. A imagem revela também o bispo que foi chamado pelo então presidente de “extraordinário”, firme, com

---

<sup>355</sup> *Manchete* [Rio de Janeiro, 09/06/1956: 48.



sua indumentária, representando a sociedade civil e os interesses da Igreja. De outro lado, chefe de Estado, aparentemente sorrindo, cabisbaixo, parecendo constrangido. Sob a imagem há uma caixa de texto com os seguintes dizeres: “O estado e a Igreja não podem trilhar caminhos diversos quando estão em jogo os interesses de uma população inteira. O Encontro dos bispos do Nordeste foi uma amostra do que poderão fazer, marchando unidos, os clérigos e os técnicos do governo do País.” Segue a imagem:

**Figura 14.** Presidente Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara



**FONTE:** *Manchete* [Rio de Janeiro], 09/06/1956: 47.

Em todo caso, sejam as avaliações da imprensa, negativas ou positivas, o IEBN consagrou o retorno da influência da Igreja junto ao Estado. Embora houvesse afinidades com o programa de desenvolvimento do governo federal, também havia divergências, principalmente quanto à ênfase no crescimento econômico preconizada pela agenda de desenvolvimento estatal.

Investigações sobre os efeitos concretos do evento começaram a ser realizadas logo após sua ocorrência. Durante a segunda semana ruralista de Diamantina – que ocorreu em junho de 1956 e que também contou com a participação do presidente

Juscelino – o IEBN foi lembrado. Da mesma forma, durante a primeira semana ruralista de Limoeiro, em setembro do mesmo ano, o êxodo rural foi o tema de destaque, inevitavelmente o IEBN também foi abordado. A semana ruralista coordenada pela diocese pernambucana de Nazaré da Mata, dirigida pelo bispo Dom João Sousa Lima<sup>356</sup>, citou o “conclave de Campina Grande onde todos os bispos do Nordeste se reuniram para debater o problema social rural, dispensa comentários, o assunto está na ordem do dia e já não há tempo a perder com protelações”.<sup>357</sup>

Outro exemplo ocorreu em 1958 com a publicação do documento final do IEBN pelo Serviço de Documentação da Presidência, portanto, como parte da propaganda oficial do JK. No mesmo ano ocorreu ainda a publicação do livro *Campina Grande: Missão Cumprida*, pela Imprensa Oficial. Essa obra discutia a realização da empreitada aconselhada pelos prelados nordestinos, na resolução do abastecimento urbano da cidade paraibana. Em relação aos recursos liberados por Juscelino, dentro do plano de execução imediata, o livro destaca que as obras do açude Boqueirão ocorreram em tempo “recorde”. Para completar sua construção, os engenheiros do DNOCS trabalharam incessantemente, unindo-se a 3.000 operários em trabalho integral, 24 horas por dia, em turmas que se revezavam, desprezando feriados e domingos” –. No livro foi afirmado ainda que o açude do Boqueirão tornou “possível a adução do Rio Paraíba, 536 milhões de metros cúbicos de água estão aí armazenados”.<sup>358</sup>

O serviço foi inaugurado em Campina Grande com a presença do presidente aos 7 de novembro de 1958. Em seu discurso na ocasião, JK procurou articular nacionalmente a obra recém realizada. Em suas palavras, o seu governo não visava “o aplauso, o julgamento”, mas que seria julgado “de futuro, como o governo que decolou, em termos decisivos de conquista do território pátrio, de equilíbrio entre as regiões brasileiras, o problema nacional.” Em seguida, o presidente afirmou que a construção de Brasília marcaria o fim de uma era e o início de outra. Projetando o “país do futuro a nova capital obedeceria “a mesma determinada orientação geradora de acontecimentos grandes e pequenos – todos com uma mesma intenção, um mesmo sentido, e uma direção única – Três Marias, Furnas, as estradas de penetração no interior, o serviço de água desta e de várias cidades” (1958: 37).

---

<sup>356</sup> Esse bispo, entre 1949 e 1955, atuou como bispo auxiliar em Diamantina e participou de sua primeira semana ruralista, posteriormente, em 15 foi nomeado arcebispo de Manaus.

<sup>357</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 09/09/1956: 6.

<sup>358</sup> BRASIL, 1958: 7.

Discurso do ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, na ocasião da inauguração, nos apresentou mais dados sobre o novo sistema de abastecimento de água de Campina Grande. Em suas palavras, as máquinas presentes no sistema adutor, seja na estação elevatória ou na de tratamento, contavam com energia elétrica trazida diretamente de Paulo Afonso, na tensão de 66.000 volts. O ministro afirmou que a construção dessa obra pelo governo federal atestaria o interesse do presidente no progresso e desenvolvimento da cidade paraibana.<sup>359</sup> Para o dirigente da pasta de Viação e Obras Públicas, nunca os recursos públicos teriam sido tão bem aplicados como naquele momento em que o Nordeste assistia uma terrível seca. Uma forte estiagem incidia sobre a região no período, nos diversos estados assolados pela estiagem havia cerca de 536.000 homens empregados em obras federais e amparados, exclusivamente, pelo governo da república. Esse número seria quase duas vezes e meia o total de flagelados assistidos em 1952, quando “houve uma seca considerada a pior daqueles tempos”.<sup>360</sup> O ministro encerrou defendendo a necessidade de uma ação conjunta, entre “empresários privados, desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como a criação da atividade industrial no Nordeste” para solução dos seus problemas econômicos. Em suas palavras era tempo de “ater menos a obras assistenciais do que a realização de problemas de desenvolvimento econômico”. O ministro destacou também que em pouco tempo haveria a transferência da sede do DNOCS para “o coração da terra das secas”. Medida que, em sua perspectiva, iria marcar uma nova fase para esse departamento: a fase do planejamento global e “in loco”.<sup>361</sup>

A partir da inauguração do açude do Boqueirão, Campina Grande com seus cem mil habitantes passou a usufruir de um abastecimento de 25 milhões de litros de água, o que renderia 227 litros diários “per capita”, o que implicava um total sete vezes maior do que antes. O novo volume poderia atender o dobro da população do período. O governo federal empatou para a obra a quantia superior a 250 milhões de cruzeiros, cinco vezes maior do que o declarado no IEBN. Segundo Souza (2013), o novo serviço de abastecimento de água contemplava inicialmente apenas algumas localidades centrais da cidade e alguns bairros aproximados. O autor argumenta, a partir da análise de periódicos campinenses, que os populares da cidade não foram beneficiados imediatamente com esse melhoramento, e aqueles que podiam obter e usufruir do recurso queixavam-se da

---

<sup>359</sup> IBIDEM: 45.

<sup>360</sup> IDEM: 47.

<sup>361</sup> IDEM: 47.

inconsistente disponibilidade, coloração diferenciada e sabor desagradável da água, algo que causava certo estranhamento e desconfiança (SOUZA, 2013: 313). Esses fatores, segundo os técnicos e especialistas do saneamento, estariam associados à ausência de uma estação de suavização e filtragem. Na prática, o sistema Adutor do Boqueirão de Cabaceiras levaria alguns anos até que os seus serviços fossem normalizados (SOUZA, 2013: 157)

De modo semelhante, os demais projetos frutos dos decretos federais relacionados ao IEBN, tiveram seus efeitos limitados. Evidentemente, dada os limites do texto, não analisamos todos os resultados diretamente. Reservamos para o próximo capítulo uma reflexão mais aprofundada. Contudo, das reflexões apresentadas até aqui cabe destacarmos que o IEBN teve seus resultados muito associados a forma já tradicionais que as agências públicas na região não surtiram o efeito desejado, mesmo as de caráter imediato uma vez que pouco tratavam da origem e condições que perpetuam a pobreza, a desigualdade na distribuição de renda, e a questão da reforma agrária, por exemplo, tema que pouco repercutiu nos decretos e conclusões desta primeira edição do evento.

O contexto não foi diferente mesmo considerando as medidas que não se referiam a construção de obras de infraestrutura, como a criação e ampliação de postos de migração suscitadas durante o IEBN, que analisaremos no capítulo seguinte. Embora tenham sido construídas redes temporárias e permanentes de atendimento ao migrante – e também de atendimento clínico-laboral, prevalecia nessas ações uma percepção limitada da saúde pública e, portanto, uma saída transitória para emergências (CUETO, 2015: 256). A tecnologia das vacinas e dos novos medicamentos que estava assente no otimismo sanitário do pós-guerra – e que foi expressa nas ações e convênios derivados dos eventos dos bispos, se defrontou com muitos outros problemas como quadro de fome, desnutrição e pobreza com efeitos diretos na eficácia das ações do governo federal.

#### **4.5 Considerações Finais**

A articulação dos bispos nordestinos junto aos 33 órgãos públicos que atuavam na região do Nordeste brasileiro deu origem a medidas robustas que buscaram assistir as populações nordestinas diante dos efeitos da seca e do atraso em relação a outras regiões do país. E, como observamos, esses decretos estavam vinculados às formas tradicionais de enfrentamento a esses elementos considerados como flagelos regionais. Entretanto, é importante frisar que, certamente, estas ações produziram efeitos que amenizaram o

quadro dramático da região, mas não foram suficientes. As obras de engenharia entre outros recursos tecnológicos por si foram se mostrando cada vez mais insuficientes para transformar as estruturas econômicas arcaicas que concentravam terra, poder e renda nas mãos de latifundiários e coronéis nordestinos. Conjuntura essa que, como efeito, estava diretamente relacionada à expulsão dos segmentos mais pobres daquela sociedade em momentos de crise, como períodos de seca, por exemplo.

Diante disso, ainda que nos anos 1950 segmentos do catolicismo enfatizassem que era preciso voltar-se com atenção ao campo a fim de evitar agitações sociais e possíveis respostas subversivas a realidade, isso não foi o suficiente para encorajar, transformações radicais que se confrontavam com os interesses da base de apoio política de Juscelino, especialmente as oligarquias rurais. As recomendações sobre melhorias na educação técnica e ênfase nos recursos tecnológicos se enquadram como medidas que culpabilizam em última análise as populações nordestinas. Isto é, a falta de conhecimento e de uma mentalidade ruralista que fosse moderna, comprometia o destino destas populações. Como refletiu Buckley, atribuiu-se “a incapacidade dos agricultores sertanejos de resistir às secas era em grande parte resultado de sua própria ignorância e mau planejamento, e não do acesso insuficiente à terra e água (BUCKLEY, 2009: 157).

O IEBN, embora tenha conseguido propor uma avaliação positiva ao recém-iniciado governo de Juscelino, teve os anseios dos bispos frustrados no que se refere ao atendimento das questões sociais – ainda que elas tenham sido discutidas moderadamente nesta edição do evento. O evento de Campina Grande foi silencioso sobre o lugar e a voz dos camponeses e trabalhadores rurais que eram o alvo dessas políticas, e da mesma forma silencioso sobre suas organizações emergentes, as liga camponesas que desde 1955 - com apoio de segmentos protestantes, vinham se organizando tecendo críticas a estrutura agrária vigente no período e desde o Nordeste se espalhava para outras áreas do país. Na mesma direção, em seu documento de conclusão, O IEBN faltou o tema da propriedade da terra - e o latifúndio, de modo que a reforma agrária não desempenhou nenhum papel especial na contabilização da migração, pobreza, fome ou doenças, por exemplo. Embora, durante o evento e em suas conclusões tenha se suscitado a questão da desapropriação de açudes da União, a questão não foi contemplada nos decretos presidenciais.

Três anos depois de sua primeira edição, um novo Encontro dos Bispos do Nordeste foi convocado pela CNBB. O evento ocorreria na capital potiguar, Natal. Entre as duas edições, diversas as semanas ruralistas permaneceram como uma das ações das dioceses católicas. De Natal, o então padre Eugênio Sales, que desde 1945 atuava junto a

um organizado e engajado Serviço de Assistência Rural (SAR), mobilizava aquela que foi uma das primeiras arquidioceses do país a realizar semanas ruralistas, tendo sido a primeira no ano de 1951. O encontro de Natal transcorreu em um contexto político e social muito mais contencioso do que quando ocorreu o evento de 1956. Como veremos no próximo capítulo, o retrato do Nordeste, como área a ser governada a partir de 1956, tornou-se muito mais dramático e as políticas públicas para a região precisavam ser muito mais complexas do que as apresentadas na campanha presidencial de 1955 ou mesmo das que resultaram os debates do IEBN. O tratamento da questão da reforma agrária, por exemplo, não poderia ser silenciado. Nesses termos, um encontro, aberto e democrático, aos moldes do que foi preconizado pelo IEBN, embora necessário, foi se tornando cada vez mais difícil.

Nessa nova conjuntura, setores católicos mais conservadores cada vez mais passaram a criticar a CNBB e os bispos nordestinos pelo que consideraram um engajamento político impróprio, não compatível com os deveres pastorais. Os bispos nordestinos reagiram. Outras vozes, por seu turno, elogiaram as iniciativas do clero nordestino, embora sinalizassem dúvidas sobre sua sustentabilidade política e financeira em tempos de crise. Ao passo que a dinâmica da guerra fria tornava mais tensa e difícil a manutenção de um debate sobre a promoção do desenvolvimento em termos democráticos. O estado brasileiro permanecia com demasiada fé em uma visão de desenvolvimento essencialmente assente em industrialização e crescimento econômico.

## **CAPÍTULO 5: A Igreja Católica, o governo Juscelino e o Nordeste: O IIEBN, antecedentes e primeiros resultados**

O capítulo analisa a segunda edição do Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Natal, capital do Rio Grande do Norte, no ano de 1959. O IIEBN pretendia avaliar as ações do governo federal na região e ainda apresentar sugestões e experiências que vinham sendo desenvolvidas pelos bispos desde a primeira edição na Paraíba no ano de 1956. O texto evidencia como a retórica otimista e democrática de Juscelino Kubitschek - manifestada desde o IEBN, precisou cada vez mais se acomodar a interesses poderosos que tinham bases sólidas na ordem social e política brasileira, especialmente no campo. Nesse contexto, muitas das respostas do IEBN, desenvolvidas ao longo dos três anos do governo Juscelino até 1959, foram percebidas como substanciadas, levando em consideração tradicionais interesses ao passo que reformas mais profundas – como as relacionadas à mudança na estrutura agrária do país, por exemplo, foram evitadas. Para o entendimento desta conjuntura, o nosso texto considera e analisa o período anterior ao IIEBN, como aspectos da história e ação da arquidiocese de Natal, cidade-sede da nova edição.

Entre maio de 1956 e maio de 1959, especialmente na região do Polígono das Secas, a maioria da população brasileira permaneceu competindo com os interesses e a violência de poderosos latifundiários. Outros fatores que tornaram o período ainda mais instável de um ponto de vista da administração pública, foram uma crise econômica somada aos esforços para erguimento de Brasília - nova capital - e meta síntese de JK, alinhado a fatores sanitários e ambientais, como uma epidemia em 1957 e um intenso período de seca em 1958. Esses elementos contribuíram para que se acentuasse o êxodo rural em busca de melhores condições de vida – com acentuado fluxo de pessoas em direção ao centro sul do país. No Nordeste, sujeitos a níveis “infra-humanos” de vida - como recorrentemente foi destacado pela Igreja via CNBB, muitos indivíduos encontravam-se sem terras para plantar, sem salários, sem assistência e obrigados a cumprir exorbitantes pagamentos os chamados foros e o cambão<sup>362</sup>. Em resposta a essa conjuntura, por exemplo, foram organizadas as Ligas Camponesas. Além das ligas,

---

<sup>362</sup> Sinteticamente, o cambão consistia em dias de trabalhos da semana que deveriam ser pagos pelo trabalhador rural ao dono da terra sem nenhuma remuneração (SILVA, 2007, p. 17). Em entrevista realizada para o documentário “Testemunho – Julião”, de 2022, o próprio explicou a origem do nome “cambão”, em suas palavras seria o nome que se dá a haste do pé de milho após a retirada das espigas, em suas palavras: “não serve para nada”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CvMMDZguxYk>. Acesso em 28/02/2022.

também observamos outros setores da sociedade como políticos e outras sociedades em busca de reformas estruturais no país e um desenvolvimento mais participativo.

Contudo, mesmo diante desse quadro dramático e de respostas governamentais que pouco alteravam a realidade precária do Nordeste, na segunda edição de seu encontro, os bispos nordestinos mostraram apoio irrestrito às respostas públicas de socorro e apresentaram uma avaliação positiva do governo Kubitschek. A Igreja Católica mantinha a postura defendida desde a Semana Ruralista de Campanha, destacando especialmente a necessidade do cumprimento da “função social da terra” e a fim de se precaver contra possíveis agitações sociais. Porém, no contexto do IIEBN, dificilmente poderia ser mantida a defesa da harmonização entre as classes – que permeou a primeira edição do evento e os discursos da cúpula da CNBB durante toda a década de 1950.

Naquela altura, os debates sobre a realidade socioeconômica do Nordeste davam cada vez menos espaço à seca como uma das principais explicações para as precárias condições regionais e discrepância entre o desenvolvimento em relação ao centro-sul do país. Muitos desses debates foram influenciados por estudos produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Outro aspecto importante para essa mudança de perspectiva foi a formação de uma burocracia técnica no Brasil, que passou a incluir, além de engenheiros civis e militares, os economistas. Nessa conjuntura, na nova reunião dos bispos, a defesa por maior planejamento e algumas reformas não poderia ser uma agenda descartável.

Durante a seca de 1958, quando pelo menos meio milhão de nordestinos foram atingidos, a perspectiva de acomodação de classes – defendida pela Igreja enquanto Terceira Via, sobretudo para a população pobre, soava como um apoio à camada mais abastada da sociedade. Assim, o evento em Natal tão cedo foi anunciado e em suas primeiras repercussões já destacava que iria tratar sobre a reforma agrária. Conforme noticiado no jornal *Diário de Natal*, a perspectiva do evento na capital potiguar era a discussão de uma reforma agrária para o país dentro de um plano elaborado pelos bispos e que preconizava “o aproveitamento das riquezas do Nordeste”, mas também o debate sobre os “aspectos humanos e sociais” na região.<sup>363</sup>

Entretanto, como veremos, o discurso da necessidade de reformas abriu brechas para que setores mais conservadores dentro da Igreja Católica também se tornassem mais ativos no debate. Alguns bispos católicos acompanharam a reação dos grupos mais

---

<sup>363</sup> *Diário de Natal* [Natal], 21/05/1959:7.



privilegiados do país que se sentiram ameaçados com mudanças que poderiam alterar seus *status quo*. Em tempos em que cresciam os temores sobre propostas radicais – a dinâmica da Guerra Fria esvaziou o lugar cada vez mais ao centro (ou da chamada terceira via) entre esquerda e direita que a CNBB vinha mantendo. Assim, ao passo que setores mais conservadores iam se manifestando, setores mais à esquerda dentro do próprio catolicismo também se radicalizavam - especialmente entre os leigos. Esse aspecto, produziu impacto dentro da hierarquia que atuava junto a CNBB, marcando o fim de um ciclo de engajamento de quase dez anos desse órgão junto aos debates sobre desenvolvimento numa perspectiva mais integral.

É preciso levar em conta que no ano em que ocorreu a segunda edição do encontro dos bispos nordestinos, a ilha de Cuba na América Central testemunhou a derrubada do ditador Fulgêncio Batista - que tinha o apoio dos EUA, por guerrilheiros liderados por Fidel Castro e Che Guevara, em 1º de janeiro de 1959. O movimento, reconhecido como Revolução Cubana, ajudou a intensificar a atenção dos Estados Unidos, líder do bloco capitalista, para a América Latina. O Nordeste do Brasil, por sua precária situação socioeconômica, seu tamanho e pela importância do país no continente, foi percebido, nas palavras de Dom Eugênio Sales, como o “calcanhar de Aquiles do Brasil”, (...) onde o problema do subdesenvolvimento seria muito mais crítico do que em outras partes do país”. De acordo com esse clérigo, prevalecia a percepção de que no período havia “o Nordeste, com todos os seus problemas explosivos, e quase um outro país no Centro-Sul” (AMMANN, 2015:20).

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica a âmbito global também passava por profundas mudanças, como a morte do pontífice Pio XII, em 1958, e a eleição de João XXIII (1958-1963). Este último, em 1959, convocou toda a Igreja para preparar o que seria o seu maior concílio nos últimos trezentos anos – o Concílio do Vaticano II. Realizado entre 1962 e 1965, em quatro sessões de dois meses cada, o evento foi encerrado por Paulo VI (1963-1978). Nesse período, desde Roma, fortaleceu-se a defesa aos desafios enfrentados pelos países pobres e pelos trabalhadores no campo. O Vaticano II enfatizou a missão social, a noção de “povo de Deus”, a valorização do diálogo ecumênico e a liturgia mais acessível (SCOTT, 1989: 62-63). A experiência da Igreja brasileira arrolada ao longo dos anos 1950 informou muito a Igreja que desde Roma que se transformava nesse novo contexto. A atuação de bispos brasileiros, como Dom Hélder é reconhecida à época e na literatura e seu engajamento não foi isolado do contexto que temos analisado nesta tese.

No período, a CNBB também passava por mudanças. Em 1958 a presidência da comissão permanente da conferência que era assumida pelo Cardeal Dom Carmelo de Vasconcelos Mota passou a ser gerida pelo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara – arcebispo do Rio de Janeiro, de perfil mais conservador e que – diante a fama e proeminência que os seus bispos auxiliares (Dom José Távora e Dom Hélder Câmara) vinham tendo, – contribuiu ao articular a transferência dos mesmos de sua arquidiocese para o Nordeste do país (COSTA, 2014). Dom Távora, em 1958, foi nomeado arcebispo de Aracaju, no Sergipe – para onde levou sua atuação com o operariado industrial, além de toda a movimentação junto a realização das semanas ruralistas; Dom Hélder, por sua vez, em 1964, seria nomeado arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco.

Foi nessa conjuntura de tensões e transformações que os bispos nordestinos, via CNBB, se articularam para mais um encontro junto aos técnicos federais. O evento ocorreu entre 24 e 26 de maio de 1959 e contou mais uma vez com a presença do presidente da República. Pouco antes de sua realização, Juscelino havia instalado oficialmente, em Recife, em 25 de abril de 1959, o Conselho do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO), encarregado de orientar e supervisionar as atividades do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) –o GTDN foi o primeiro passo do que veio a se consolidar como “Operação Nordeste” (OPENO)<sup>364</sup>. Essa operação tornou-se uma meta do governo Juscelino e tinha como objetivo desenvolver o Nordeste, ela foi anunciada como “Plano Nordeste” na IEBN em Campina Grande. Entre as diversas ações que a OPENO englobou, inclui-se os encontros com os bispos nordestinos, a criação do CODENO, e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o ápice da operação. Essa autarquia, criada em dezembro de 1959, foi a resposta político institucional do governo Kubitschek à crise acentuada da região e contou com o apoio da Igreja e de outros setores da sociedade brasileira.

O capítulo situa os antecedentes, realização e primeiros efeitos do IIEBN. Nosso argumento caminha no sentido de destacar qual a importância e influência da ação da CNBB e deste evento no contexto de criação da SUDENE. Embora a historiografia não indique uma causa única para a criação desta autarquia, nosso argumento vai no sentido de destacar a importância da Igreja Católica em dar a chancela político-institucional ao

---

<sup>364</sup> Uma obra chamada “Operação Nordeste” foi publicada por Celso Furtado em 1959. Segundo Pellegrino, o conteúdo do documento GTDN (1959) precisava de uma versão resumida que fosse mais acessível à mídia e, portanto, ao consumo público, caso da referida obra de Furtado (PELLEGRINO, 2003: 104).

processo de elaboração e implementação do novo órgão. Esse apoio foi fundamental, considerando que mesmo entre as elites nordestinas houve divergências sobre os rumos do desenvolvimento regional, vide que as oligarquias rurais da região temiam, por exemplo, uma possível perda de seu *status quo* para capitais industriais do centro-sul do país, considerando que um dos objetivos da nova autarquia era o desenvolvimento industrial na região.

Em um primeiro momento, analisamos a atuação da Arquidiocese de Natal, destacando a movimentação da Igreja, não só em Natal, mas em todo o estado do Rio Grande do Norte, com suas três dioceses: Mossoró, Caicó e Natal, que já possuíam um histórico de atuação conjunta visando assistir as populações menos favorecidas sob seus auspícios. Eugênio Sales (1920-2012), futuro arcebispo de Salvador (1968-1971) e, posteriormente, arcebispo e Cardeal do Rio de Janeiro (1971-2001), foi uma das vozes mais expressivas da arquidiocese potiguar, onde atuou como padre e bispo auxiliar. Seu protagonismo à frente dos trabalhos, sob a autoridade de Dom Marcolino Dantas (1888-1967), Arcebispo de Natal, lhe rendeu proeminência nacional e internacional. Nesse contexto, as diversas formas de atuação da igreja norte-rio-grandense a consolidaram como reconhecida autoridade em formas de enfrentamentos a problemas socioeconômicos. As dioceses rio-grandenses foram pioneiras no uso das semanas ruralistas como estratégia voltadas para a resolução de problemas no meio rural, tendo sido a primeira semana ruralista sendo realizada em 1951, em Natal. Com expertise e experiência, adquirida em muitas destas ações, a arquidiocese de Natal sediou a segunda edição do encontro dos bispos nordestinos, onde mais do que avaliar as iniciativas engendradas no IEBN de 1956, procuraram apresentar também uma avaliação do próprio governo JK, que já se aproximava do final de sua administração. Assim, de Natal, para todo o Nordeste- que, como veremos, a partir de 1959, também passou a incorporar o estado do Maranhão, os bispos católicos recomendaram, mais uma vez ao Estado, a necessidade de um *desenvolvimento integral*. No segundo tópico, analisamos o contexto do país entre as duas edições do evento, no qual fatores de ordem sanitária, ambiental, políticas e econômicas ajudaram a acentuar a crise do país no período e a emergência de ações que desenvolvessem o Nordeste. No terceiro tópico examinamos a edição do IIEBN, evidenciamos como em um contexto cada vez mais conflituoso a Igreja conseguiu mobilizar diversas agências públicas, organismos privados e internacionais. A premissa de que reformas mais profundas ocorreriam “com, sem ou contra a Igreja” tornou-se cada vez mais evidente. Foi nessa conjuntura, que os bispos sinalizaram que a criação e

institucionalização da SUDENE – poderia ser a chave de mudança nas políticas até então voltadas para a região.

### **5.1 A Igreja em Movimento: A arquidiocese de Natal**

Durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), a capital do Rio Grande do Norte, Natal, foi palco de manobras dos Aliados. A cidade ganhou maior visibilidade por compor e facilitar a rota em direção à África – criação de bases aeronavais (CAMPOS, 2007: 100-108). Ao seu redor foi construída a base militar de Parnamirim.<sup>365</sup> O tráfego aéreo tornou-se intenso e, além do progresso urbano, o fluxo migratório de municípios e estados vizinhos para a capital do estado também se acelerou. Campos demonstra também como a posição estratégica não isentou a cidade de problemas relacionados à saúde pública, como epidemias diante do fluxo aéreo internacional que se intensificou (IDEM, 100-108).

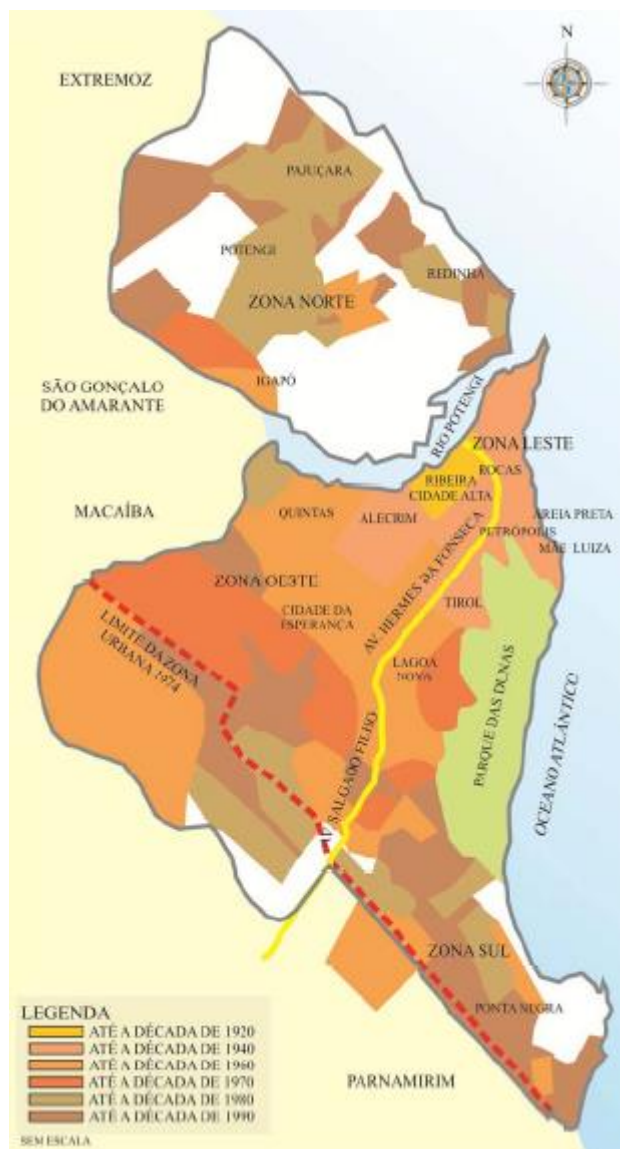
Além dos novos bairros na cidade do Natal, do ponto de vista moral da Igreja, o número de “bebidas, programas noturnos” entre outras atividades tornou insuportável o nível de vida. Em entrevista que rememorava momentos específicos de sua atuação na região entre as décadas de 1940 e 1960, o Monsenhor Expedito, pároco de São Paulo do Potengi, interior potiguar, afirmou que em Natal “ninguém podia competir com a força do dólar”. Para ele, a vida urbana desmantelava valores tradicionais e da família cristã. No entanto, após a guerra, uma crise eclodiu na cidade. Os estadunidenses se retiraram, tendo permanecido apenas o restrito mercado interno. Monsenhor Expedito destacou que nesse período multiplicaram-se os conflitos individuais e de grupos diante da realidade do desemprego e miséria. Para o sacerdote, a situação piorou ainda mais com as secas e escassos invernos entre os anos de 1946 e 1948. Tecendo um panorama da crise na cidade, o clérigo definiu como doloroso o dia a dia “dos pedintes, dos desabrigados, enfermos, moribundos, prostitutas em decadência que perambulavam” pelas ruas. Foi diante desse quadro que, em suas palavras, a Igreja buscou atender a população pobre e marginal, estimulando a criação ou mesmo criando, “escolas de emergência, ambulatórios e centros sociais, na zona periférica da cidade.” Articularam-se campanhas diversas de caridade.

---

<sup>365</sup> Destacando a importância estratégica de Natal nesse contexto, Cordeiro afirma que ocorreu um encontro entre o presidente estadunidense Franklin Roosevelt com Getúlio Vargas, em 28 de janeiro de 1943 (CORDEIRO, 2012: 55).

Organizaram-se instituições de assistência a menores abandonados e difíceis”.<sup>366</sup> Em 1950, a cidade do Natal alcançou a marca de cem mil habitantes.

**MAPA 8.** Mancha da expansão urbana de Natal, entre as décadas de 1920 e 1990



**FONTE:** LIMA, 2012:64.

A área rural da cidade, assim como no interior do estado, na perspectiva do sacerdote, também não se encontrava em situação favorável. Dando ênfase a aspectos morais, Monsenhor Expedito frisou que das áreas rurais seria oriundo os “excedentes para gangues de menores e 80% das prostitutas” da cidade. Quanto aos serviços públicos, destacou que quase todos funcionavam de forma medíocre e tinha-se a surpresa de constatar a necessidade de criar serviços privados paralelos para remediar precisamente

<sup>366</sup> MARINS, 1965: 40-41.

essa incapacidade de serviços do Estado.<sup>367</sup>

Em 1950, segundo dados do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), o Rio Grande do Norte tinha uma população de 967.921 habitantes. A distribuição da população no estado indicava que 26,2% encontrava-se nas áreas urbanas, e a grande maioria de 73,8% na zona rural. A média de vida no estado foi indicada como relativamente curta. No decênio 1940-1950, a idade média dos norte-rio-grandenses era de 42,7 anos. Enquanto a média nacional atingiria 46 anos. A mortalidade no estado, por sua vez, seria expressa pela elevada proporção média anual de 21.18 óbitos por 1.000 habitantes, os dados também se referem ao decênio 1940-1950. Essa proporção seria superior à média nacional no período, que era de 20.60 óbitos anuais por 1.000 habitantes. Em termos econômicos, em 1950, 73% da população desse estado se dedicava às atividades primárias. Segundo o documento, esse percentual caracterizaria “o subdesenvolvimento de sua economia”.<sup>368</sup>

A perspectiva era a de que com uma visão panorâmica dos problemas que afetavam o estado, a Igreja poderia desenvolver na capital ou no interior uma ação “intimamente conjugada e correspondente”. Foi com esse propósito que em dezembro de 1949 foi organizado na Arquidiocese de Natal, o Serviço de Assistência Rural (SAR) Esse organismo desenvolveu, a partir de momentos diferentes, atividades variadas, podemos destacar algumas: missões rurais, cooperativas de produção artesanal, sindicatos rurais, clubes agrícolas, escolas de alfabetização pelo rádio e semanas ruralistas (PAIVA, 1992: 4-5). Embora o SAR estivesse vinculado à arquidiocese da capital, mãe das sufragâneas de Mossoró e Caicó, esse órgão tinha âmbito estadual.

Em 1951, isto é, antes mesmo da criação da CNBB, as dioceses do Rio Grande do Norte já vinham atuando através do SAR com o objetivo de “recuperar as populações do campo” e nesse ano realizou, dentre suas ações observamos a promoção de semanas ruralistas realizados no estado. O papel da hierarquia católica norte riograndense recebeu destaque nacional e internacional, e sua experiência informou a própria CNBB, inclusive, no contexto do IIEBN – que exigia maior expertise para o debate de alguns temas.

No entanto, é importante destacar que o contato entre os sacerdotes e a população nem sempre ocorreu de forma tranquila. Monsenhor Expedito nos relata um exemplo disso ao tratar sobre a seca que atingiu o município de São Paulo do Potengi em 1953.

---

<sup>367</sup> IDEM:41.

<sup>368</sup> GARCIA, 1969.

Segundo o sacerdote, o município foi invadido duas vezes por nordestinos “flagelados”. A lentidão dos serviços governamentais para iniciar os trabalhos de socorros, em suas palavras, teria tornado o clima na região “tenso”. Uma das principais estratégias adotadas pelas autoridades, via Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para contornar a situação face ao agravamento da seca, nessa cidade com em outras partes do Polígono das Secas, era a abertura de vagas de serviços em obras públicas “para os homens que, deixando suas terras, vinham em busca de recursos”. Porém, mesmo com essas medidas, afirmou o sacerdote, chegavam notícias de exploração dos trabalhadores e “havia insatisfação por toda parte”. A situação tornava-se mais complicada considerando que muitas vezes “o povo não acreditava nos padres, pois via os parentes deles, políticos, os roubando” ao passo que “os homens da Igreja nada diziam e nada faziam”. Só depois da seca de 1953, frisou Monsenhor Exedito, sob orientação do então padre Eugenio Sales, um grupo de sacerdotes “deixaram tudo por uma semana inteira e foram olhar os lugares onde estavam as frentes de trabalhos dos homens”. E, a partir dessa aproximação, como destacou, “a grande massa começou a acreditar mais na Igreja.”<sup>369</sup>

A abertura de frentes de trabalho (construção ou manutenção de açudes, estradas, entre outras coisas) por parte do DNOCS era a tradicional ação de enfrentamento aos efeitos da seca e visava garantir a fixação dos nordestinos à região, oferecendo empregos e alimentos. Partindo em grupos diferentes para ver “o mais possível do que ocorria na região diante da seca”, o sacerdote descreve a experiência de ter verificado o andamento de algumas obras na região. Em suas palavras,

Fomos verificar, por exemplo, um açude que se construía em Lajes. Ali os homens eram vergonhosamente roubados. Em Angico, Dom Tavares levou-nos ao local das turmas. Construía-se o açude de Pata-Xoca. Em 10 horas do dia. Sol de rachar. O mormaço criava a ilusão de que tudo fervia. O ar quente e irrespirável subia da terra seca. Um poeirão imenso levanta-se da terra trabalhada por uma multidão de homens vestidos de farrapos. Era uma procissão de gente. Paramos a camioneta debaixo de um pé de juazeiro. Assim que o povo nos viu, correu para nós: São vigário, salve a gente desta miséria”. Falava um homem com os olhos esbugalhados, suando. Parecia aterrorizado. – “Isto é uma matança dos pobres. A gente não tem por onde escapar. Finda havendo bala aqui”, disse outro, não com entonação de ameaça, mas com profunda amargura na voz seca e dura.<sup>370</sup>

O sacerdote afirmou que depois disto, eles não sabiam o que fazer. Juntamente com sua equipe retornaram a Natal abatidos e angustiados. E, além de buscar por auxílios

---

<sup>369</sup> MARINS, 1965: 43-44.

<sup>370</sup> MARINS, 1965: 44.

financeiros, lançaram ao mesmo tempo “protesto pela imprensa falada e escrita”. Segundo o prelado, os auxílios chegavam e, invariavelmente, passavam pelas mãos dos políticos locais que aproveitavam tudo em benefício próprio. Citando o que “um matuto lhe teria explicado”, monsenhor Expedito descreveu o que chamou de um “exemplo vivo” de como agiam os políticos nordestinos, a saber: “São vigário, é como se fosse dividir uma cesta de frutas entre dois e o que fizesse a divisão assim distribuísse em partes iguais – um pra mim, outro pra você, outro pra eu. De novo, um pra mim, outro pra você, outro pra eu...e assim por diante, até terminar o conteúdo da cesta”. A crítica a essa conjuntura foi caracterizada no que, posteriormente, ficou chamado de “Indústria das Secas”.<sup>371</sup> Monsenhor expedito, reforçando a perspectiva da Igreja de antecipar-se em relação a possíveis agitações comunistas – evidenciando conhecimento das ideias preconizadas pela carta pastoral de Campanha (1950) – afirmou que em 1953, “só não teria estourado o comunismo ali, por verdadeiro milagre”, pois “o campo estava completamente aberto”.<sup>372</sup> Contudo, os resultados obtidos das ações dos sacerdotes, de acordo com o próprio sacerdote, foram escassos, pois “as estruturas eram soberanas”. Entretanto, o povo “verificou que a Igreja sofreu com eles”.

A atuação desses prelados, especialmente via SAR, é tema na literatura a partir do que é identificado como o “Movimento de Natal” - destaque as análises de Ferraro (1968) e Camargo (1971). Esses estudos indicam várias atividades desenvolvidas pela Igreja Católica no Rio Grande do Norte, contudo, poucos se aprofundam na análise das semanas ruralistas realizadas nesse estado. Com a articulação do SAR, as três dioceses do Rio Grande do Norte foram pioneiras nas realizações desses eventos no país. Nesse estado, as semanas ruralistas receberam a designação de semanas estaduais, reflexo da atuação coordenada e conjunta das dioceses católicas no estado.

Embora o protagonismo das ações da arquidiocese de Natal recaia sobre a atuação do sacerdote Eugênio Sales, fundamental foi o apoio do arcebispo, Dom Marcolino Dantas. Como destaca seu apelo dirigido em janeiro de 1951 ao clero e ao governo para que salvassem os campos.

O grito de alerta é este: Mais interesse pelas causas dos pobres, mais alimento para o corpo e mais catecismo para a alma; mais cooperativismo, para ajudar aqueles que querem trabalhar e não tem os meios. Mais instrução técnica e mais instrumentos para a moderna

---

<sup>371</sup> Designação dada à estratégia corrupta de políticos que se aproveitaram do cenário de seca na região do Polígono das Secas. A expressão “Indústria da Seca” teria sido popularizada pelo jornalista Antônio Callado (1917-1997) e uma série de publicações que realizou no jornal *Correio da Manhã*.

<sup>372</sup> MARINS, 1965: 44-45.



lavoura, mais oração e mais trabalho; mais espírito de sacrifício e mais caridade; mais amor a Deus e mais amor ao próximo!

E, depois disso, veremos os campos lourejando... os silos transbordando...os caminhões carregando...e o povo contente....a Pátria engrandecida....e Deus amado e louvado...

Coragem, gente nordestina, coragem! O futuro será vosso, se o presente vos pertencer! Avante! Avante.<sup>373</sup>

O apelo refletia ecos da I Semana Ruralista do Rio Grande do Norte que ocorreu entre os dias 22 e 27 de janeiro de 1951 na Escola Prática de Jundiáí, município do Natal. Para a realização do evento, o padre Eugenio Sales, um dos principais articuladores, trocou diversas correspondências com o então Monsenhor Helder Câmara – que no ano anterior, enquanto secretário nacional da Ação Católica – havia participado da Semana Ruralista Caxambu – MG, onde ocorreu o lançamento da Pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós”. Nas correspondências, Dom Hélder, que também esteve presente na semana ruralista de Natal, teceu sugestões sobre temas e datas a serem definidas. Além desse sacerdote, participou também da primeira semana ruralista do RN, João Gonçalves de Souza, católico e representante do Brasil junto FAO, que discutiu o bem estar rural como base da nacionalidade.

Em preparação para o evento foi feito um inquérito em municípios pertencentes a diferentes regiões do estado. A semana ruralista ocorreu com aulas e demonstrações práticas e um público médio de 250 pessoas. Além de reuniões “para o povo”, ocorreram aulas especializadas para sacerdotes, professores rurais e agricultores.” No âmbito do evento, assim como em outras dioceses do período, foi criado um impresso dedicado à questão de formar uma nova mentalidade na população. Em Natal, o jornal recebeu o nome de *O Ruralista* e teve pelo menos cinco números publicados e, ao longo de suas oito páginas, apresentou relatórios das atividades desenvolvidas durante o evento, bem como observações pontuais, recomendações e publicidade relacionadas à modernização da agricultura no país.

No final da ISRRN, foi publicada uma pastoral coletiva assinada pelos bispos Dom Marcolino (Bispo de Natal), Dom Delgado (Bispo de Caicó) e Dom João Batista Portocarrero Costa (Bispo de Mossoró). A pastoral apresentou os princípios que deveriam orientar o trabalho de assistência rural no estado. Foi destacado como objetivo do documento o de desenvolver e aperfeiçoar as beneméritas missões rurais nas dioceses daquele estado. Dentre as conclusões da pastoral, destacamos o trecho a seguir:

Reconhece-se que a ignorância do povo é um entrave sério à solução do

---

<sup>373</sup> Marcolino, Bispo de Natal [AMAN] 02/01/1951.

problema da saúde nos meios rurais. A mortalidade infantil é agravada pela deficiência ou não existência de postos de puericultura, cursos para noivas, clubes para mães, etc. As doenças mais comuns são verminoses e algumas vezes surtos epidêmicos de tifo, varíola, sarampo e papeira. Uma vez que há falta de médicos, as consultas são feitas aos práticos e até mesmo aos curandeiros.<sup>374</sup>

A citação dá um panorama dos problemas na perspectiva da Igreja, indica como o espaço rural estava permeado não apenas das tradições católicas, mas também de curandeiros populares. Os bispos do Rio Grande do Norte advogavam como necessário a cooperação de todos “da cidade e do campo”. Solidariedade econômica, técnica, profissional, intelectual, moral e religiosa<sup>375</sup> Baseados naquilo que definiram como “linguagem realista da sociologia moderna”, esses sacerdotes reclamaram a extensão dos direitos trabalhistas “aos Irmãos do campo” a fim de que fosse possível evitar o “nefasto êxodo rural”. Além disso, defenderam a criação de cooperativas que poderiam ter os fundos complementares dos governos estadual e federal. Onde não existiam as cooperativas, continuam os sacerdotes, deveria ser realizado um trabalho de financiamento e assistência de modo semelhante aos serviços e propaganda e criação da rede de instituições e cooperativas.<sup>376</sup>

Na Pastoral, os bispos citaram ainda a Semana Ruralista de Caxambu (1950), realizada pela diocese de Campanha-MG, destacando o pioneirismo dessa semana rural em contemplar as famílias rurais. Esse aspecto indica como esses eventos estavam articulados antes mesmo do acordo entre a CNBB e o Ministério da Agricultura em 1955 para realização das semanas ruralistas. Destacaram a urgência da atenção ao “mundo rural” no sentido de não permitir que resultasse “em improdutiva luta de classes, patrões e trabalhadores”, mas que esses se aproximassem, “nas bases cristãs da justiça e da caridade.” Preconizando, portanto, mais uma vez, a harmonização entre as classes. Os bispos indicavam para sua resolução, o “problema rural” deveria ser atacado em seus múltiplos aspectos e destacaram que “se todos no campo sofrem consequência do relativo abandono do que vivem, os mais atingidos seriam o pequeno proprietário sobretudo o trabalhador se casa ou terras próprias”. Assim, dentre as indicações os prelados recomendaram a urgência da instalação nas dioceses de missões rurais ambulantes, que abrangeria: assistência religiosa e moral, serviço assistencial médico dentário, educacional, diversional, ao par de indispensável orientação agropecuária das populações

---

<sup>374</sup> ISRN [AMAN], 1951:3.

<sup>375</sup> ISRN [AMAN], 1951: 3.

<sup>376</sup> ISRN [AMAN], 1951:6.

– tendo sido destacado que deveria se ter “cuidado de evitar paternalismo e despertar a melhor colaboração dos próprios assistidos”.

Esses elementos, como discutimos anteriormente, demonstram como a sociologia e seus produtos, tal como as discussões dos estudos de comunidade, estavam permeando a práxis religiosas, uma vez que a percepção de que os próprios indivíduos deveriam engajar-se no desenvolvimento de sua comunidade era uma das premissas dessa disciplina de âmbito sociológico. Além disso, estava afinada com a perspectiva que nesta tese denominamos de desenvolvimento integral. Por fim, em suas recomendações finais, os bispos do Rio Grande do Norte destacaram que as missões deveriam ainda se aproximar dos proprietários para conquistá-lo para um apoio moral e material à grande obra. Esse destaque evidencia a consciência dos padres de seu papel e sua prática como mediadores culturais.

Tal como em outras edições das semanas ruralistas realizadas no país na década de 1950, o Serviço de Informação Agrícola (SIA) do MA se comprometeu a colaborar oferecendo assistência técnica, áudio visual, material para clubes agrícolas e material pedagógico. Com apoio desse órgão, o SAR realizou em setembro de 1951, a segunda semana ruralista do Rio Grande do Norte, na cidade de Pau dos Ferros, sob a coordenação da diocese de Mossoró. Nessa edição, no espaço reservado às reuniões dos sacerdotes, sob a direção de Dom João Costa, bispo de Mossoró, reuniram-se 20 sacerdotes das dioceses de Natal, Caicó, Mossoró e Limoeiro para estudarem, em comum, os problemas das populações rurais.

As conclusões da IISRRN indicavam: a instalação de cursos de ruralismo para professoras, com apoio e cooperação dos departamentos de educação e agricultura, orientação rural nas escolas normais e seminários; b) a necessidade da localização das escolas normais com terrenos aptos a agricultura; c) a necessidade que o ensino estivesse acima das competições partidárias, constatada a nefasta influência do meio rural; d) verificada a importância do cooperativismo na solução dos problemas rurais, a necessidade de despertar líderes cooperativistas; e) a necessidade da formação de pequenos grupos nas capelas, como futuro núcleos da ação católica. Esse último aspecto reforça a importância dos leigos no projeto alçado pela Igreja.<sup>377</sup> O evento repercutiu de modo que o jornal curitibano Diário da Tarde, destacou que o evento congregou lavradores do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, com uma frequência de 300

---

<sup>377</sup> IISRRN [AMAN],1951:2.

lavadores, criadores, sacerdotes e professores rurais em aulas promovidas por técnicos federais e estaduais. No mesmo periódico foi destacado que mais de duas mil pessoas assistiram a aula de horticultura, clubes agrícolas e mecanização da lavoura.<sup>378</sup>

A atuação do SAR não se restringiu apenas no território norte-rio-grandense. Em 1952, além da SR de Caicó, o SAR colaborou com a realização do evento nas cidades de Areias, no brejo paraibano, e de Surubim, localizada na zona da mata pernambucana. De acordo com relatório da arquidiocese de Natal, nesses eventos, o SAR contribuiu participando de seminários, círculos de estudo e vários grupos. Na semana ruralista de Caicó, por exemplo, além da participação nos círculos de estudo, integrantes do SAR deram uma aula sobre indústrias rurais caseiras, as senhoras e moças com os seminaristas, conversamos sobre clubes agrícolas<sup>379</sup>. No evento realizado em Surubim, entre 8 e 12 de setembro de 1952, foram três os temas em que se dividiram os grupos de estudos: a) produção agrícola; b) relação entre proprietários de terra, c) reideiros, foreiros e trabalhadores. Além disso, ocorreram 19 aulas e demonstrações de campo para os presentes com uma presença diária de 403 pessoas, distribuídas em: 196 proprietários, 98 trabalhadores, 188 professoras e 21 sacerdotes. E, de acordo com o relatório das conclusões do evento, nas reuniões noturnas compareceram diariamente 1.500 pessoas, no encerramento cerca de 3.000 pessoas.<sup>380</sup>

O mapa a seguir indica os locais onde aconteceram as semanas ruralistas localizadas em nossa pesquisa a partir da atuação da hierarquia norte-rio-grandense com o auxílio do SAR, incluído os eventos realizados por esse órgão na Paraíba e Pernambuco.

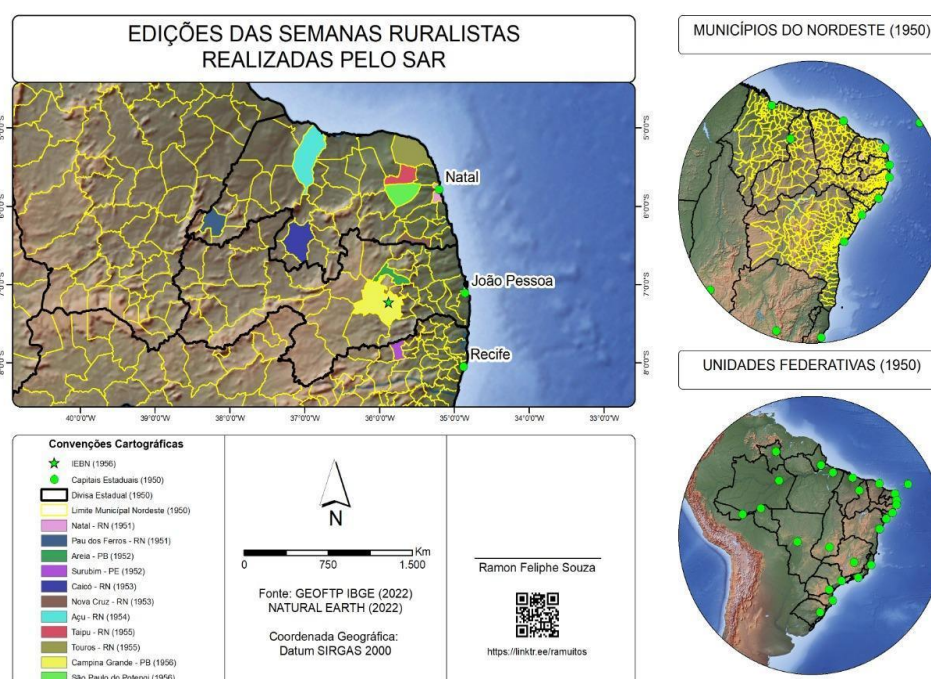
---

<sup>378</sup> *Diário da Tarde* [Curitiba], 11 /10/1951:2.

<sup>379</sup> IISRN [AMAN]: 31/12/1952.

<sup>380</sup> SR de Surubim [AMAN], 8-12/09/1952:3.

## MAPA 9. Edições das Semanas Ruralistas realizadas pelo SAR



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

As semanas, realizadas em diferentes regiões do território norte-rio-grandense e em outros estados, incluindo o Vale do Açu, o Agreste e Seridó potiguar, buscavam considerar as particularidades ambientais e comunitárias de cada região para não as negligenciar nas discussões sobre o desenvolvimento regional. Destacamos a singularidade da VISRRN, que teve “caráter volante” e ocorreu simultaneamente em dois municípios, respectivamente, Touros e Taipus, entre 12 e 17 de setembro de 1955. No relatório desse evento, foi destacado que o esforço era uma “tentativa de sentir de perto” as necessidades da população do campo, “para com ele encontrar soluções práticas e satisfatórias”. O relatório frisou ainda que o deslocamento dos técnicos “para o próprio local onde labuta e sofre o nosso pequeno agricultor apresenta duas vantagens: 1ª) a possibilidade de orientar os assuntos, conforme a realidade do meio; 2) facilitar a presença de maior número de camponeses.<sup>381</sup> Perspectiva que também bebia na influência dos estudos de comunidade de inspiração na sociologia rural estadunidense – que entre suas características defendia a ênfase na difusão de novas tecnologias para o incremento da agricultura.

Em preparação para o evento, uma equipe composta por assistentes sociais,

<sup>381</sup> IVSRRN [AMAN], 12-17/09/1955:3.

vigários e líderes locais percorreu os dois municípios, durante uma semana, promovendo reuniões com a população a fim de “explicar o sentido da semana e pedir-lhes sugestões para o desenvolvimento da mesma”. Também recorreram a publicação de boletins e propaganda via alto-falantes para explicar o sentido do evento a população (ANEXO V – Programa de divulgação). Lourdinha, uma das técnicas do SAR, que trabalhou na semana, disse acreditar que aquela teria sido uma das melhores edições do evento realizadas até então, mas que o deslocamento teria aumentado muito o trabalho. Por outro lado, salientou, o encontro entre criadores, agricultores e prefeitos “trouxeram maiores frutos”. A técnica afirmou que a equipe do SAR teria sido convidada pelo prefeito de Caiçara, para nos dias 12 e 13 de novembro, realizar uma mesa redonda discutindo aspectos semelhantes naquela cidade. Ficou acordado com o prefeito que seria feito um levantamento prévio das condições em que se encontrava o município. Ainda na correspondência, indicou a frequência dos participantes na semana, afirmando que o dia reservado a Taipu teria sido um sucesso, pelo menos, “480 agricultores e criadores participaram do churrasco realizado.” Dentre outras conclusões práticas desse evento, a técnica destacou, por exemplo, que as prefeituras de São Bento e Baixa Verde iriam pagar, cada uma, Cr\$5.000,00 a um médico, ficando este com a obrigação de passar uma semana sim e outra não em cada um desses municípios. O mesmo acordo foi feito entre as prefeituras de Taipu e Touros.<sup>382</sup>

Para citar outro exemplo nas semanas estaduais, procedemos a VIII semana realizada em São Paulo do Potengi, entre 17 e 22 de setembro de 1956, que reuniu um total de 2.449 pessoas ao longo das 22 reuniões especializadas que ocorreram no evento. Na exposição realizada estavam à mostra, 6 tratores, 20 pulverizadores, 214 bois atrelados às suas máquinas agrícolas.<sup>383</sup> Foi durante essa edição, segundo o monsenhor expedito, que chegou à nomeação do então padre Eugênio Sales, para bispo auxiliar de Natal.<sup>384</sup> Esse sacerdote, além de trabalhar junto com outras lideranças regionais, manteve-se afinado com Dom Hélder Câmara com o objetivo de dar à Igreja uma coesão nacional desde a primeira semana ruralista do Rio Grande do Norte, em 1951. Por conta desta colaboração e cooperação, decidimos intitular este tópico de: “A Igreja em Movimento” não como um instrumento retórico que pretende diminuir a importância e o destaque que merece o “Movimento de Natal”, mas, para demonstrar que o mesmo fez parte de um

---

<sup>382</sup> IVSRRN [AMAN], 1955.

<sup>383</sup> VIISRRN [AMAN, 17-22/09/1956.

<sup>384</sup> MARINS, 1965:42.

movimento mais robusto e articulado pela hierarquia católica.

### **5.1.1 Paróquia Local, Igreja Global: Dom Eugênio Salles e as redes católicas no continente Americano**

Entre outras atividades que Dom Eugênio Salles realizou com a anuência e articulação com a CNBB, podemos destacar uma extensa viagem pela América Latina e Estados Unidos em 1957.<sup>385</sup> Representando o episcopado brasileiro, o então bispo percorreu mais de mil quilômetros entre os territórios da Colômbia, Panamá, Porto Rico e Estados Unidos. A viagem foi financiada pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA), órgão binacional criado em 1953, com recursos mistos do Brasil e dos EUA, vinculado ao Ministério da Agricultura do Brasil, um dos muitos acordos firmados com o Ponto VI, que, segundo Mendonça (2010), tinha como função estimular a organização de “comunidades rurais” aptas a consumirem a tecnologia norte-americana.

Segundo o relatório apresentado por Dom Eugênio, entre os objetivos da viagem estavam: a) Observação em região árida (caprinocultura e algaroba); b) Educação pela Rádio; c) Organização de Comunidades e participação no Congresso Internacional de Serviço Social; d) Habitação Popular; E) Organização Rural Católica Americana – National Catholic Rural Life – Reunião dos Diretores Regionais da Vida Rural Católica Americana; F) Participação no Seminário Interamericano de Desenvolvimento de Crédito Agrícola, no Panamá.

O bispo acariense, da região do Seridó do estado, percorreu as redes católicas da América Latina levando o conjunto de experiências realizadas pelo SAR. Até aquele momento, 1957, por exemplo, dentre as várias atividades esse órgão já tinha realizado pelo menos seis semanas ruralistas, e já tinha atingido todas as paróquias da arquidiocese, contemplando um total de 32 municípios. Segundo o relatório de atividades daquele ano, em cada uma das paróquias e municípios o SAR contava com um centro social ou outra instituição equivalente de organização de comunidade. Além disso, o órgão estaria treinando líderes em outras dioceses como Mossoró, Caicó e, além estado, em Sobral, Campina Grande e a prelazia de Bragança. Nas considerações finais do relatório que apresentou sobre a viagem, Dom Eugênio afirmou: “minha posição de bispo e o caráter de representante do episcopado brasileiro, em diversas circunstâncias, muito vieram facilitar as observações, os debates elucidativos e contatos com autoridades nos

---

<sup>385</sup> Relatório de Viagem [AMAN], 1957:1.

países percorridos.”<sup>386</sup>

Sobre sua passagem pelo Peru, o bispo destacou os aspectos biofísicos do país, em particular no que diz respeito ao departamento de Piura, que “estava localizado em plena região desértica que se estende dos Andes à orla marítima.” O aspecto árido o levou inevitavelmente a fazer comparações com a realidade de sua diocese no Nordeste brasileiro. Observando o plantio de algodão - que na região peruana era desafiado pelas “condições desérticas e pragas” - o bispo afirmou: “esse quadro faz sobressair o valor da irrigação e ver sob primas da esperança o problema do Nordeste, onde se conta com condições mais favoráveis.” Dom Eugênio também argumentou que “nosso homem seria imensamente superior ao índio peruano, viciado na chicha e na coca, com um aspecto deprimente”. Na ocasião, o bispo também destacou aspectos da caprinocultura e do plantio de algaroba (*Prosopis juliflora*) no departamento peruano. Sobre esse último, afirmou que essa espécie vegetal cresceria no deserto, contrastando com o ambiente. Fornecendo madeira e alimento para o homem e o gado. Ele também enfatizou que: “a algaroba, no Nordeste, além da ajuda alimentícia”, solucionaria, “em parte, o problema da pastagem”. Durante sua estada no Peru, o clérigo visitou ainda uma escola agrícola, constatando que alguns alunos contavam com bolsas de estudo e que apesar do “aspecto material um pouco deficiente”, na escola, a obrigação de produzir determinada quantia anual “estimulava o trabalho e, sua localização dentro do deserto, ofereceria bom treinamento para vencer o meio.” Em suas observações, o sacerdote frisou que bom treinamento e tecnologia, como a irrigação, por exemplo, seriam boas formas para “vencer o meio”.<sup>387</sup>

Na Colômbia, as observações do bispo se concentraram nas ações desenvolvidas pela *Action Popular Cultural* (APC), que, em suas palavras, se apresentavam como algo “monumental”. Iniciada em 1948, já em 1951, a APC abrangia todo aquele país. Dom Eugênio Sales apresentou dados detalhados da atuação desse órgão com destaque as Escolas Radiofônicas que buscavam promover educação de base, ministrando conhecimentos de “aritmética, leitura, geografia, histórias bíblicas e pátria, educação cívica, urbanismo”. O bispo observou que naquele país o número de alunos via rádio cresceu exponencialmente, em 1948, havia 2.000 alunos nas escolas e em 1957 o número chegou a 230.000. Na visão do sacerdote, as Escolas Radiofônicas tinham dentre seus

---

<sup>386</sup> IBIDEM:3.

<sup>387</sup> IDEM:4.



efeitos o melhoramento da vida dos camponeses em todos os seus aspectos. Tendo em vista que “procura criar no homem do campo a consciência de que deve melhorar sua casa, as estradas, as pontes, os jardins, as águas e a vida familiar”. Ainda segundo o bispo, além de procurar atingir os problemas estruturais, essas escolas davam destaque aos programas de recreação, esportes, músicas, melhoria de vivendas e combate ao álcool.

Segundo Dom Eugênio, já se registrava o número de 14.560 – casas melhoradas em consequência da emissora de rádio. O bispo detalhou aspectos da organização e estrutura dos modelos das escolas radiofônicas colombianas como, por exemplo, a existência nas emissoras de um Departamento de Emissões Radiais, que funcionava sob a direção de um sacerdote encarregado da “segurança ideológica de todos os programas, e de um secular, técnico em matéria e de produção de programas”. Uma das críticas apresentadas às escolas radiofônicas colombianas seria, em suas palavras: “a falta de técnicos em organização da comunidade em seu “*staff*” central e a pouca ênfase dada, em suas atividades, a este aspecto essencial”. O bispo chamou a atenção para aspectos preconizados na perspectiva dos “estudos de comunidade”, que orientavam as ações desenvolvidas na sua arquidiocese no nordeste do Brasil e, em sua perspectiva, poderiam render bons resultados. Em seguida, o clérigo frisou que “o sistema empregado na Colômbia com modificações e adaptações terá extraordinário sucesso no Brasil”.

Ainda em território colombiano, o bispo destacou a atuação que há 22 anos um pároco vinha desenvolvendo no município de Fómeque, que na época tinha uma população de “14.000 habitantes e na sede 3.500”. O bispo destacou o movimento paroquial na cidade que em termos gerais teria suas atividades em várias frentes, tais como: a) Junta do clero Rural; b) Educadores de Cundinamarca – Associação de Mestres Rurais; c) Escola Normal Rural para homens e mulheres, fornecendo diplomas e sendo frequentada por elementos de toda a Colômbia; d) Escola Vocacional Feminina, com 3 anos, equivalente ao curso ginásial; e) Escola Vocacional Masculina, com idêntico nível escolar; f) Ação Paroquial. De acordo com Dom Eugênio, a paróquia estava dividida em comitês para homens, mulheres e jovens. O comitê de adultos seria constituído de dois homens e de duas mulheres. O de jovens, seriam formados por duas moças e dois rapazes. Entre suas observações, Dom Eugênio destacou também que os comitês promoveriam reuniões semanais com grupos distritais, em todo o município. “Os dirigentes recebem formação com base nas ideias da justiça e da caridade, em função da comunidade.” Mais uma vez, destacando esse aspecto de perspectiva sociológica.

Em Porto Rico, o bispo auxiliar de Natal relatou aspectos da condição de Estado Livre

e Associado aos Estados Unidos daquela ilha. Apresentou destaque ao fato de que o Departamento de Instrução Pública porto-riquenho atingiria 1/3 do orçamento total do Estado, que no período seria um orçamento anual de US\$700.000. Esse órgão, segundo o bispo, atuando em apenas uma parte de Porto Rico, teria um orçamento maior do que toda a CNER (atual no Brasil) em 1957. Também apresentava aspectos da organização distrital, onde 40 organizadores de grupos se distribuíram na orientação de 320 comunidades em que a ilha estava dividida. O prelado afirmou que Porto Rico ofereceria experiências sociais muito interessantes e que se apresentava como um “laboratório”. Entretanto, ele destacou como aspecto negativo, a abundante presença do dólar americano – “o que não existe em outros países.” Além disso, afirmou que “em vários aspectos, há características muito estatais, o que representa algo de negativo diante do Serviço Social, máxime no seu método de organização de comunidade.”<sup>388</sup>

Nos Estados Unidos, o sacerdote visitou o estado de Illinois, onde participou da reunião Nacional de diretores de obras católicas, promovida pela NCRL. O bispo esteve em contato com todos os dirigentes da Vida Rural, visitando ainda, Des Moines, Iowa, sede da organização nacional. E, por intermédio do secretário executivo da Vida Rural, pode visitar o meio rural de Iowa como fazendas e paróquias. Segundo Dom Eugênio, em 7 horas de viagem, ele teria percorrido “100 milhas através de granjas”. Na visão do bispo, a agricultura de milho naquele país seria “avassaladora.” Ao observar uma paróquia rural, em Des Moines, o bispo afirmou que visitou uma excelente escola onde havia 2 padres. Nas escolas “os alunos chegam pela manhã, almoçam, retornam à casa às 2:30 horas”. Há, ainda, um grande ginásio de jogos. Em Washington, o bispo procurou estabelecer contatos para entendimentos futuros entre o episcopado estadunidense e brasileiro “visando um estudo de problemas comuns”. Demanda defendida pela CNBB, órgão que Sales representou em sua viagem e que, por efeito, também teve o aval de Dom Hélder Câmara, secretário-geral. No breve relato sobre esse país, Dom Eugênio Sales afirmou que do contato de viagem “sobressaem uma grande organização administrativa e financeira”, lições que, como ele afirma, já estariam sendo aproveitadas nos trabalhos que via SAR a arquidiocese de Natal já vinha realizando. Especificamente acerca da reunião entre membros do episcopado desses países ocorreria anos depois, em 1959, contando com clérigos de três países do continente, Estados Unidos, Brasil e Canadá.

Finalmente, no Panamá, que foi a última parada de sua viagem, Dom Eugênio Sales

---

<sup>388</sup> IDEM: 4-5.

afirmou que presidiu a 5ª mesa de trabalho no Seminário Interamericano do Desenvolvimento de Crédito Agrícola. Em seu discurso no evento, o bispo afirmou que buscou “dar um maior destaque à parte social, nos trabalhos de crédito supervisionado”.<sup>389</sup>

Da experiência relatada por Dom Eugênio em sua viagem como representante da CNBB, é interessante frisar esse bispo ao retornar da viagem e relatar suas impressões, as realizou a partir de uma perspectiva que buscou compreender aspectos da organização das comunidades que visitou, portanto, em uma perspectiva que estava assente em conhecimento sociológico que vinha sendo defendido pela conferência dos bispos brasileiros com um dos instrumentos para a promoção de um desenvolvimento mais incluyente e cristão. Ao final do relatório, o sacerdote teceu agradecimentos ao ETA e frisou que a rápida e cansativa viagem, realizada por automóveis, trens e avião, surtiu uma recompensa excepcional e compensadora.

Segundo Paiva, o mérito do Movimento de Natal esteve na assimilação dessas experiências inovadoras e na capacidade de incorporá-las às suas atividades (PAIVA, 1992: 22). Considerando o protagonismo de Dom Eugênio nesse movimento, observamos, por exemplo, que muitas das observações do sacerdote realizadas na viagem de 1957 resultaram em experiências concretas na arquidiocese de Natal. A XIV Semana Ruralista do Estado, por exemplo, que ocorreu logo após a viagem de 1957, viu reflexos dessa experiência. No evento, foi defendido e recomendado o uso do rádio como importante recurso junto às populações do campo. Segundo o relatório do evento, seriam três os seus objetivos: 1) reunir os sacerdotes, líderes rurais por excelência, para ministrar conhecimentos relacionados com: a) a pastoral b) os meios de comunicação com a massa; c) a sociologia Rural e d) a pesquisa. O Segundo objetivo seria promover um curso intensivo de economia doméstica para líderes do sexo feminino e o último, por sua vez, o de debater o problema da reforma agrária do Rio Grande do Norte.

As observações da experiência radiofônica na Colômbia durante a viagem do sacerdote, inspiraram a primeira aula de um curso a distância no Brasil, promovida pela arquidiocese de Natal em 20 de setembro de 1958 (PAIVA, 1992: 121). O monsenhor Expedito referiu-se a essa experiência, dizendo: “Dom Eugênio, com seu pioneirismo trouxe pra cá a experiência das escolas radiofônicas da Colômbia. A turma arregaçou as mangas e, em dois anos, tínhamos 146 escolas radiofônicas nesta paróquia.” Os

---

<sup>389</sup> IDEM: 5.

monitores, segundo o monsenhor, “recebiam treinamento e orientação através do SAR, incluindo catequese e missa por rádio.”

A Emissora de Educação Rural foi pioneira no Estado em matéria de alfabetização, na emissão de técnicas agrícolas, noções de higiene e conscientização política religiosa (MULATINHO, 2019: 33). Mulatinho afirma que 1 kilowatt (KW) garante o alcance da Rádio Rural a 20 municípios, num raio de 150 quilômetros, em torno da capital potiguar (IDEM: 64).

Essa experiência da arquidiocese de Natal foi discutida durante o IIEBN. Aliás, observamos que foi a partir do evento desta nova edição do encontro dos bispos que a experiência e uso do rádio se espalhou para outras dioceses brasileiras, em convênio com o Ministério da Educação, formando o Movimento de Educação Básica (MEB), em 1961. Uma das primeiras dioceses a abraçar o programa, foi a Arquidiocese de Aracaju que estava sob a direção de seu recém chegado bispo, em 1958, Dom José Távora.<sup>390</sup>

Além das escolas radiofônicas – aspecto bem explorado na historiografia sobre as ações do SAR, chama atenção a questão da espécie nativa da algaroba, espécie vegetal descrita e recomendada nas observações do relatório de Eugênio Sales. A introdução dessa espécie no Brasil, segundo Burnett (2017), envolveu uma grande diversidade de atores, dentro do cenário desenvolvimentista, que a entendiam como um dos meios para a salvação socioeconômica da região. A introdução da planta no semiárido nordestino ocorreu nos anos 1940 e foi marcada por experimentações científicas e debates<sup>391</sup>, tendo sido a Igreja Católica, um dos autores envolvidos nesse contexto. Relatórios de atividades do SAR, discriminam as atividades desse órgão nesse sentido. No ano de 1959, por meio dos clubes agrícolas, o SAR mobilizou campanhas de reflorestamento pelo plantio da algaroba, além do incentivo a criação de “hortas, fossas, janelas floridas”. Foram feitas 550 pequenas hortas, plantadas 600 mil mudas de algaroba, apenas no município de São Paulo do Potengi foram plantadas cerca de 185.000 mudas dessa espécie.<sup>392</sup> Durante algumas semanas ruralistas também se plantaram algumas mudas. Além disso, na ocasião do II Encontro dos Bispos do Nordeste, quando se discutiu a criação de um serviço de

---

<sup>390</sup> Segundo Farias, inspirado nos ensinamentos de Paulo Freire, as lideranças do movimento preparavam e ensinavam o método nas comunidades espalhadas pelos departamentos do MEB pelo Brasil. O sujeito deveria se (re) conhecer dono de sua história, para isso deveria lutar pelas condições necessárias tentando romper os obstáculos produzidos de sua realidade (FARIAS, 2017: 7).

<sup>391</sup> A espécie também foi usada para reflorestar e recuperar regiões áridas e semiáridas no Brasil, Peru, Sudão, Índia, África do Sul e Cabo Verde. No entanto, atualmente um dos efeitos da introdução da espécie no país, dá-se a atribuição da espécie como “invasora” e ameaça para a flora nativa (BURNETT, 2017: 149:174).

<sup>392</sup> SAR [AMAN], 1957:9.

fornageiras no Nordeste, foi recomendado o cultivo da algarobeira.

No curto intervalo de três anos entre as duas edições dos eventos convocados pela CNBB, fatores de ordem diversas expuseram ainda mais a discrepância entre os índices de desenvolvimento humano das populações nordestinas em relação a outras regiões do país e do mundo. Apesar das medidas tomadas para solucionar os entraves ao avanço da região – mesmo após evento de 1956 em Campina Grande, com esse evento inovando no que se refere ao caráter articulado entre os órgãos federais que por ali atuavam, as respostas federais ainda estavam ligadas ao modo tradicional com que algumas destas mesmas instituições atuavam – particularmente a abertura de frentes de trabalho capitaneada pelo DNOCS. Nas ações públicas, portanto, permanecia a ênfase em tecnologia, pouco foi aprofundado ou proposto sobre mudanças para combater a desigualdade e a falta de acesso à terra entre outros aspectos que estariam na base da pobreza que acometia a sociedade no período. Diante disso, muitas das medidas do governo federal eram paliativas – pois a violência e exclusão da maior parte das populações permanecia.

## **5.2 Antecedentes do IIEBN: O governo JK e agravamento da crise social no Nordeste**

O novo encontro dos bispos nordestinos realizado na capital potiguar em 1959 tinha como objetivo avaliar o encaminhamento dos decretos instituídos na reunião anterior, de 1956. Em Natal, os bispos demonstraram simpatia à recém lançada *Operação Nordeste*, a partir da qual o governo federal incorporou o Nordeste a uma de suas metas de desenvolvimento. No tópico demonstramos que o nascimento e consolidação de uma nova política para essa região não devem ser interpretados apenas como resultado do compromisso do presidente de fazer o país avançar “50 anos em 5”. É muito menos apenas como fruto de reflexões e esforços de importantes intelectuais e mediadores culturais, como os sacerdotes católicos ou economistas. O movimento das populações nordestinas em busca de melhores condições de vida foi fundamental. Para mostrar esta situação, analisamos a seguir o contexto entre os três anos da primeira e segunda edição do Encontro dos Bispos do Nordeste. Nesse período foram muitos os desafios para que a região fosse efetivamente incorporada à agenda de desenvolvimento da gestão de Juscelino. Para alavancar a consolidação de seu plano de metas, o governo precisava responder aos interesses de sua base eleitoral, que incluía setores das oligarquias rurais e

da burguesia industrial em ascensão – esse aspecto justifica as reformas moderadas em lugar de medidas mais revolucionárias, como, por exemplo, a reforma na estrutura fundiária concentrada nas mãos de tradicionais oligarquias.

Um resultado contíguo desse processo foi o fato de que apesar das novas tecnologias a sociedade nordestina assistiu ao aumento da violência e exclusão sobre as populações rurais. Deste modo, além da capacidade de conciliar interesses, foram necessários outros esforços do governo federal, pois no período questões de ordem sanitária, ambiental e social ajudaram a expor os limites da democracia brasileira constituída em prol dessas elites. No texto observamos esses esforços a partir das chamadas “Operação Pan-Americana” e a já mencionada “Operação Nordeste”. Interpretamos essas operações como mobilizações do governo federal que preconizavam coordenação, participação integrada, planejamento estratégico, emprego conjunto de forças – como se fosse um esforço de guerra, o que justifica o nome com ressonância militar. A análise desses esforços nos dá uma visão mais geral dos aspectos da sociedade brasileira sob a gestão do governo Juscelino. Essas duas operações ajudaram a situar o Nordeste, em termos globais, em um sertão subdesenvolvido e um dos pontos mais importantes na dinâmica da Guerra Fria no continente.

### **5.2.1 “Operação Pan-Americana”**

Era 1957, segundo ano do governo de JK, quando o país enviou uma comissão para uma conferência internacional na Argentina que procurava debater os problemas econômicos e comerciais do continente. Na ocasião, uma epidemia de influenza incidiu sobre o mundo e foi um indicativo para o governo brasileiro de que era necessário solucionar problemas relacionados à nossa realidade. Discutimos a seguir, como uma variedade de discursos relacionando o episódio epidêmico foram relacionadas com o desenrolar da participação brasileira no referido evento e, de modo mais amplo, com a agenda política externa do Brasil no período.

Em fevereiro de 1957, uma epidemia provocada pelo vírus influenza do subtipo A (H2N2) se espalhou pelo globo desde a China. A doença ficou conhecida como “Gripe de Singapura”, “Gripe Indiana” e, principalmente, “Gripe Asiática” e é pouco abordada pela historiografia. Era o segundo ano do governo de Juscelino Kubitschek que, pelos jornais do país, viu o crescente medo da sociedade brasileira de ser atingida pela gripe. Assim como em outros eventos epidêmicos, nessa epidemia existe uma estrutura narrativa

observável, semelhante a “dramaturgia” das epidemias proposta por Rosenberg (1992), que seria marcada por um primeiro momento de negação, seguindo pela busca por explicações de diversas ordens, do surgimento de respostas mais efetivas ao fenômeno epidêmico e, por fim, do esquecimento e retrospectão do fenômeno ocorrido.

Meses antes da confirmação do primeiro caso no Brasil, a imprensa já havia materializado a gripe asiática para seus leitores e, por meio deles, para a sociedade brasileira (HOCHMAN, 2021: 6). E, antes mesmo da confirmação dos primeiros casos no país, a epidemia já alterava o cotidiano da sociedade. Há registros do disparo do preço do limão e dos medicamentos antigripais. Em Recife, por exemplo, alguns donos de farmácias alegavam que a alta se justificava pelo esgotamento do estoque de medicamentos<sup>393</sup>. A princípio os jornais brasileiros destacaram que a doença não avançaria em território nacional. Contudo, o vírus deu a volta ao mundo em menos de dez meses (LEMOS, 2013: 48). Em duas ondas, 1957-1958, os principais sintomas da doença foram dores no corpo, febre alta e coriza.

Os primeiros casos no Brasil foram registrados em julho e na segunda quinzena de agosto de 1957<sup>394</sup>. A gripe de 1957 foi a segunda grande epidemia do século XX. O seu grau de letalidade era menor do que o da epidemia de gripe de 1918 e, ao contrário do que do contexto em que ocorreu essa última, a tecnologia biomédica pôde produzir respostas eficazes à situação. Assim, se na epidemia de 1918, as estimativas indicam entre 20 a 100 milhões de óbitos, quarenta anos depois, o mundo já contava com antibióticos e vacinas contra o vírus influenza que, por sua vez, foi identificado e isolado por cientistas britânicos na década de 1930. Nessa conjuntura, em 1957 foi rapidamente desenvolvida uma vacina contra a epidemia que se tornou a principal aposta das autoridades mundiais de saúde no controle da epidemia.

Entretanto, isso não implica dizer que a população aceitou passivamente o uso dessa tecnologia. Há registros em jornais, por exemplo, de desconfiança em relação à rapidez com que as vacinas teriam sido produzidas. Esse aspecto é interessante pois implica entender que a primazia da ciência no debate público como uma contínua construção. A estimativa é que essa doença tenha levado a óbito entre dois e quatro

---

<sup>393</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 05/07/1957: 1.

<sup>394</sup> Brandão, defendeu tese sobre saúde pública contemporaneamente a epidemia de 1957, na qual apresenta alguns dados sobre o avanço da doença no período. Segundo este autor, do Chile, onde apenas na capital, a cidade de Santiago, teria sido registrado 750.000 casos e 1.200 óbitos, a epidemia se alastrou à Argentina e, posteriormente, desse último país, facilmente o território brasileiro, a partir do município de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina (IDEM, 1958:25).

milhões de pessoas no mundo (VIBOUD, Cécile *et al*, 2016).

Além das tecnologias biomédicas, o trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS) merece destaque. A agência monitorou casos da gripe de 1957 em vários países e compartilhou instruções. No dia 17 de maio, quando a OMS recebeu as primeiras notificações da doença, em seguida, anunciou a ocorrência da gripe em outras partes do globo, prevendo uma epidemia com ampla extensão geográfica. Então, esse órgão encaminhou amostras do novo vírus a alguns laboratórios para produção de vacinas (COSTA, 2015: 44) – isso inclui laboratórios brasileiros.<sup>395</sup>

Em 1957 uma das primeiras providências do ministério da Saúde foi solicitar a abertura de crédito especial para dobrar a atenção à saúde pública nos portos e aeroportos brasileiros. A princípio, o pedido foi negado pelo Tribunal de Contas, que alegou que o ministério havia solicitado recursos sem ressaltar o caráter de urgência e, segundo o tribunal, o país não corria risco de contágio. A decisão seria baseada “no regime de contenção de despesas”.<sup>396</sup> Após duras críticas da imprensa e pressão política, a decisão foi revertida com o argumento de que a concessão evitaria uma “calamidade” indesejada (HOCHMAN, 2021: 52).

Segundo Hochman (2021), naquela altura, Kubitschek não havia sido atingido pelas críticas da imprensa que, em sua maioria, foram dirigidas ao ministro da saúde. O autor lembra que o ministro, assim como o presidente, teria sobrevivido à epidemia de 1918 e tinham a memória do que era preciso para combater uma epidemia. Contudo, apesar de médico - é importante frisar - como discute Hochman, que o tema da saúde pública não estava entre as prioridades políticas de Juscelino, cujo foco voltava-se para o programa econômico e para a construção de Brasília. Depois de dois meses de silêncio, JK convocou uma reunião com ministros, além de governadores de Estado, o prefeito da capital e autoridades militares. Essa convocação foi anunciada em discurso oficial por rádio, o único do presidente sobre a gripe asiática, para indicar que o governo acompanhava com preocupação a marcha da epidemia na América do Sul apesar de não ter “letalidade apreciável” (IDEM: 69).

---

<sup>395</sup> Os Institutos e laboratórios brasileiros foram fundamentais para o enfrentamento da crise sanitária provocada pela epidemia de gripe. Em São Paulo, o Instituto Adolfo Lutz, e Butantan isolou o vírus no início de setembro, em seguida, o vírus também foi identificado no Rio de Janeiro pelo Instituto Oswaldo Cruz e pelo Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil – hoje, respectivamente, Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda naquele ano, o vírus foi identificado e isolado em Belo Horizonte (Instituto Ezequiel Dias), Salvador (Instituto Biológico da Bahia), Rio Grande do Sul (Instituto de Pesquisas Biológicas) assim como nos estados do Amazonas, Sergipe e Pará (Instituto Evandro Chagas) (BRANDÃO, 1958: 26-27).

<sup>396</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 16/06/1957:5-11.



A reunião ocorreu no dia 12 de agosto de 1957, das 10h40 às 11h23, no salão azul do Palácio do Catete. O *Jornal do Brasil* destacou a ocasião como a abertura do “fogo contra a gripe”. Além do presidente da República, estiveram presentes o chefe do gabinete civil e militar, ministros do governo, entre outras autoridades públicas e médicos.<sup>397</sup> Segundo o periódico, o encontro ocorreu entre “acessos de tosse, espirros, olhos injetados e lenços nas mãos.” Esse evento instituiu a Comissão Especial de Estudo e Planejamento do Combate à Gripe (CEECG) que tinha dentre suas principais resoluções: a) centralizar a ação executiva referente a defesa da gripe; b) solicitar os governadores que apressem as constituições de comissões estaduais e locais do mesmo tipo, a fim de que se ponham com comunicação constante com a comissão central, trazendo-a informada de qualquer surto epidêmico assinalado. Foi também dessa reunião que se chegou à conclusão que a epidemia no país seria inevitável e que era limitada a capacidade brasileira de produção de vacinas. Posto isto, foi também estabelecido após a assinatura do presidente a abertura de um crédito de 30 milhões de cruzeiros para o combate à gripe.<sup>398</sup> Em seu conjunto, essas ações constituíram-se mais um contíguo de intenções e recomendações gerais, “como estimular a produção de vacinas por diferentes instituições e apelar para o auxílio das universidades públicas e entidades médicas na divulgação de medidas preventivas e na assistência à população” (HOCHMAN, 2021: 12).

A despeito da defesa das tecnológicas biomédicas no enfrentamento à epidemia, observamos que a doença avançou por todas as regiões brasileiras – e como foi destacado na imprensa de estados como Maranhão e Ceará, apenas a tecnologia da vacina não parecia suficiente para contornar seus efeitos. A indicação recorrente de que para combater a gripe seria preciso ter uma boa alimentação o quê nesses estados dificilmente poderia ser cumprido para maior parte de suas populações. No *Diário de Pernambuco*, sobre a incidência da epidemia de gripe no Ceará, por exemplo, foi destacado que o combate à epidemia ocorreria “além dos remédios”, seria necessário também alimentação rica em vitaminas, sem a qual o doente iria sucumbir em pouco tempo. Nessas circunstâncias, continua o jornal, seria “fácil de imaginar os efeitos funestos de um surto de gripe asiática como este que ora se abate sobre todo o Ceará” – um dos últimos estados a registrar casos da doença. Em pouco mais de uma semana circulando na capital, Fortaleza, o vírus já teria feito mais de 70 mil vítimas - podendo os casos chegarem à casa

---

<sup>397</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 13/08/1957:7.

<sup>398</sup> IDEM: 7.

dos duzentos mil.<sup>399</sup>

O jornal *Tribuna da Imprensa* destacou que quando a epidemia começou as autoridades sanitárias brasileiras afirmaram que a mesma era benigna e “não havia nada demais”. Entretanto, naquela altura, agosto de 1957, a epidemia já estaria “brincando de chicotinho com o governo”, pois: “sai de um e vai para outro”. No período estariam atacados pela gripe, o ministro da saúde Maurício de Medeiros e toda a sua família, e o ministro da Guerra, o general Lott. Segundo o jornal, inclusive, esse último seria favorável à demissão do primeiro.

Foram recorrentes também especulações acerca do estado de saúde do presidente<sup>400</sup>. Era setembro de 1957 quando o jornal *O Poti* afirmava que a doença teria conseguido penetrar “até no palácio das laranjeiras”, haja vista que as duas filhas do presidente adoeceram.<sup>401</sup> Houve casos fatais entre as autoridades, como em 1958, em uma segunda onda, a doença levou a óbito o titular da pasta da Marinha, o almirante Alves Câmara.<sup>402</sup> Não há dados oficiais sobre o número de casos no Brasil. Arrolamos alguns dados disponibilizados na imprensa. Ao final de 1957, jornais como o *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa* noticiaram que a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, chegaria a um milhão de “afetados pela asiática”. Os jornais basearam-se na análise de sanitaristas que afirmavam que apenas um em cada cinco gripados notificou o caso à saúde pública. Até aquele momento, outubro de 1957, havia cerca de 209.996 registros nos serviços de saúde no distrito federal. O total de óbitos na cidade era de 414.<sup>403</sup> O *Diário de Pernambuco* em nota afirmou que a “gripe Singapura” teria chegado ao Recife a bordo de um “luxuoso paquete”. Segundo o jornal, a moléstia tomou conta da população da capital pernambucana e em pouco mais de um mês contraíram gripe cerca de 293.199 pessoas, o total de óbitos foi de 250. Os dados sobre a doença no interior também não foram levantados com precisão, mas o periódico afirmava que as autoridades contariam no *hinterlândia* daquele estado 90 mil pessoas atacadas pela influenza<sup>404</sup>. Em Maceió, capital do estado de Alagoas, houve a incidência de 4.541 casos de indivíduos, havendo o registro de apenas 6 óbitos<sup>405</sup>. No Piauí, até o dia 23 de novembro de 1957, teriam sido

---

<sup>399</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 17/11/1957: 6.

<sup>400</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 09/08/1957: 3.

<sup>401</sup> *O Poti* [Natal], 22/09/1957:1.

<sup>402</sup> *O Poti* [Natal], 15/08/1958: 1.

<sup>403</sup> *Tribuna da Imprensa*, 01/10/1957: 2 & *Diário de Notícias*, 13/11/1957: 6.

<sup>404</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 01/01/1958: 26.

<sup>405</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 27/10/1957: 4.

calculados cerca de 28 óbitos em consequência da gripe, e um total de 13.243 gripados<sup>406</sup>.

Em um rápido balanço das atividades durante o ano de 1957, o ministro da Saúde destacou o episódio epidêmico como um “acontecimento imprevisto e extraordinário” e o fato mais importante ligado ao seu ministério naquele ano<sup>407</sup>. Entretanto, apesar de ter significado um desafio no início da gestão de Juscelino, esse episódio logo foi esquecido dos debates públicos e mesmo nos espaços acadêmicos foi objeto de poucos trabalhos (HOCHMAN, 2021). O episódio revelou a incapacidade brasileira de produzir vacinas para atender toda a população. Além disso, demonstrou problemas endêmicos no país, como a fome, que comprometeu o potencial das tecnologias biomédicas como solução para a crise que acometeu o país. Foi recorrente a denúncia na imprensa, por exemplo, de doenças nada novas para a sociedade brasileira - tuberculose, tifo, que segundo o país estavam matando tanto quanto a própria gripe. No contexto da pandemia da gripe de 1957-1958, outros desafios também se apresentaram na gestão de JK e se permearam com o contexto epidêmico.

O Ministro da Fazenda durante o governo de Juscelino Kubitschek, José Maria Alkmin (1901-1974), viajou à Argentina com o objetivo de participar da Conferência Econômica dos Estados Americanos em Buenos Aires organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). O evento, realizado entre 14 de agosto a 4 de setembro de 1957, ocorreu em um período em que o vírus da epidemia de gripe já circulava na capital argentina. A conferência da OEA tinha como pautas principais :I – Convênio Econômico Geral; II – Desenvolvimento Econômico; III- Comércio Exterior; IV – Cooperação Técnica; V- Transporte. Participando do evento, o ministro da fazenda contraiu a gripe e seu estado de saúde repercutiu na imprensa brasileira de modo negativo.

A epidemia incidiu sobre o território argentino em clima de inverno e de agitação política (ÁLVAREZ, 2020: 7-11.). O país estava em plena atividade da Revolução Libertadora, ditadura cívico militar que encerrou o segundo mandato presidencial de Juan Domingo Perón (1895-1974) em 1955. Além disso, a sociedade argentina se recuperava de uma epidemia de poliomielite, que em 1956 teria afetado cerca de 6.5000 crianças, provocando na grande maioria paralisia infantil (IDEM, 2020: 6). No decurso do evento da OEA, Alkmin contraiu gripe e se viu impedido de regressar ao Brasil. Contudo, o estado de saúde do ministro – mineiro de Bocaiúva e amigo pessoal de JK, não parecia

---

<sup>406</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 06/12/1957: 4.

<sup>407</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 01/02/1958: 2.

ser o único “malogro da Conferência de Buenos Aires”<sup>408</sup>. Robert Anderson, secretário do tesouro estadunidense e representante da delegação de seu país, precisou antecipar o seu retorno a Washington abandonando o evento. Como destacou o editorial do *Diário da Noite*, isso representou o virtual “fim da Conferência Econômica Interamericana”.

O retorno antecipado sinalizava uma continuidade com a postura que vinha sendo tomada pelo governo dos EUA em relação à região latino-americana. Pouca atenção e financiamento vinham sendo recebidos pelos países dessa última região por parte dos governos estadunidenses, haja vista que a Europa e Ásia, quer pelo contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quer pela proximidade geográfica com a URSS, pareciam mais expostas a influência comunista sendo prioridade na agenda de ajuda externa dos EUA (SIMON, 2012).

Nos debates propostos pelas delegações brasileiras e argentinas durante a Conferência de Buenos Aires observamos o destaque a esse aspecto. O ministro brasileiro, por exemplo, em uma declaração por escrito à imprensa, afirmou que a sua participação no evento visava reforçar a solidariedade pan-americana sob o aspecto econômico. Para Alkmin, as relações interamericanas deveriam ser consideradas de uma forma mais dinâmica a fim de corrigir as deficiências. Seguiu em mesma direção o discurso inaugural, do ministro da fazenda argentino, Adalberto Krieger (1920-2001), que apresentando um “resumo do dilema continental”, frisou que os investimentos norte-americanos na América latina eram insuficientes e que na última década teriam atingido “somente 202 milhões de dólares anuais”.<sup>409</sup>

Nesse cenário, como observou Silva (1992), as delegações brasileiras durante o evento atuaram em total harmonia com as propostas da política externa do governo Juscelino, buscando defender os ideais pan-americanos, esforçando-se por manter a harmonia continental indispensável para completo desenvolvimento do Continente. Oliveira e Monteiro (2020) destacam, por exemplo, o fato de a delegação brasileira ter recomendado ao Conselho Interamericano Econômico e Social entrar em contato com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a participar dos estudos para a criação do mercado regional latino-americano. E, como observamos no discurso do ministro da fazenda argentino, o seu país sinalizava na mesma direção.

Na condução dos trabalhos da Conferência de Buenos Aires foi perceptível a

---

<sup>408</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 28/08/1957:3.

<sup>409</sup> *Diário do Paraná* [Curitiba], 17/08/1957: 4.

primazia de apontamentos oriundos da CEPAL. Fundada em 1947, esse órgão esteve sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e sob a influência de seu pensamento se tornou uma matriz política de peso<sup>410</sup>. O economista paraibano, Celso Furtado, que atuou neste órgão, a CEPAL representou um esforço intelectual com o objetivo de pesquisar os problemas do continente e procurar os argumentos necessários para sustentar a tese da industrialização com auxílio do Estado, e também foi um contraponto à influência norte-americana, com estes até se colocando contra a sua criação, para não terem uma concorrência contra a Organização dos Estados Americanos (FURTADO, 1988: 85).

Um exemplo da tensão entre os dois órgãos pode ser evidenciado em um artigo do jornal *Diário do Paraná*, onde lê-se que Prebisch, estava de passagem por Buenos Aires na ocasião da Conferência da OEA e não teria sido convidado para assistir o evento. O editorial atribuiu o fato “a rivalidade existente entre a OEA e a CEPAL”. Continua o texto: Os jornalistas, aqui reunidos, insistem em perguntar a opinião dos delegados, com relação ao comércio com o Oriente. Na maioria dos casos, a resposta é favorável à liberdade irrestrita de trocas.<sup>411</sup>

Os debates e resultados da Conferência da OEA em Buenos Aires repercutiram na imprensa brasileira. E oscilou o tom das críticas dirigidas à pasta da fazenda. O jornal carioca *Imprensa Popular* (vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)) frisou que o povo brasileiro estaria ameaçado se as delegações que representavam o país no evento aceitassem “arranjos entreguistas”. Pois, segundo o jornal, as conferências interamericanas vinham sendo “geralmente assinadas pela conclusão de tratados e acordos, que significava novos grilhões para o nosso país.” As delegações que nos representam, continua o texto, “já vão para os encontros dispostas a novas entregas aos Estados Unidos em troca de algumas mesquinhas concessões”. Criticando ainda a postura

---

<sup>410</sup> De acordo com Carvalho (2019), a instituição também foi um centro de formação de economistas para todo o continente, sendo a principal referência desse saber científico na região por um bom período. Muitos dos nomes que foram ganhando peso, como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Aldo Ferrer, Aníbal Pinto, etc., passaram pela Comissão em algum momento (CARVALHO, 2019:5).

<sup>411</sup> De fato, a atenção dos EUA para a América Latina estava dispersa. Segundo Stanley Hilton (2017) o auge da relação Brasil-EUA teria ocorrido na Segunda Guerra Mundial. Contudo, findo o conflito, a reconstrução da Europa e a proteção aos países asiáticos – mais próximos geograficamente da URSS e, portanto, da sua influência, capitalizaram os esforços e recursos estadunidenses. Além disso, como argumento os autor, nos anos do pós-guerra as autoridades brasileiras operacionalizam ainda dentro da estrutura de Guerra, esse aspecto, fazia com que as solicitações brasileiras a fim de angariar recursos junto ao EUA, por exemplo, não cumprissem requisitos técnicos e ao cabo não consolidasse. Esse aspecto mobilizou características peculiares da política externa brasileira que foi muito bem analisada por (VIZENTINI, 2003). *Diário do Paraná*, 17/08/1957:4).

dos estadunidenses afirmava que embora esses falassem “muito em panamericanismo, em solidariedade continental”, sob tal bandeira praticam “a política de domínio na América Latina”. Portanto, continua o texto, “as exigências do interesse nacional eram a resistência ao imperialismo norte-americano e a solidariedade a luta pela emancipação econômica dos povos da América Latina.”<sup>412</sup>

No editorial de *O Jornal*, por sua vez, foi destacado que “por muitas circunstâncias” o Brasil seria um “mediador natural” no aspecto político como no econômico. Nessa direção, continua o periódico, o ministro da fazenda brasileiro teria correspondido “perfeitamente as concepções da política pan-americana do nosso país e ao interesse de evitar que em Buenos Aires tantos esforços já feitos, no sentido da consolidação do interamericanismo, viessem a ser prejudicados. A nota se encerrou indicando que Alkmin teria dado provas da fidelidade à tradição da nossa diplomacia”<sup>413</sup>

*O Jornal do Brasil* destacou que o ministro Alkmin, antes de cair de cama com a gripe, teria feito um discurso pitoresco a respeito dos bons resultados colhidos pela política financeira em execução no atual governo. Contudo, sugeriu o jornal, o panorama financeiro pintado pelo ministro durante o evento, talvez estivesse inspirado na beleza de Buenos Aires, haja vista que em território brasileiro tinha “forte colorido dramático”. Prossegue a descrição do jornal:

[...] a inflação não foi contida como proclamou no seu discurso continental. As emissões continuam em ritmo ininterrupto, visíveis os seus efeitos sobre o encarecimento da vida, não só nos grandes centros, como no *interland*, sendo que naqueles os fenômenos se apresentam agravando com o impacto dos sem-trabalho que aumentaram bastante nos dias de ausência do ministro da fazenda.<sup>414</sup>

Na mesma direção, destacou o *Tribuna da Imprensa*, apesar da conferência ter debatido os problemas econômicos e comerciais do continente, era preciso “vencer obstáculos” da nossa própria crise<sup>415</sup> Em outra edição do mesmo jornal, foi afirmado que Maurício Medeiros - da pasta da saúde, pediu a Alkmin que ficasse em Buenos Aires, de quarentena. O editorial afirmava: bastava ele sem gripe o mal tremendo que fazia com as finanças do país.<sup>416</sup>

A gripe do ministro também foi destacada no jornal *O Globo*. Por meio de uma

---

<sup>412</sup> *A Imprensa Popular* [Rio de Janeiro], 13/08/1957:3.

<sup>413</sup> *O Jornal* [Rio de Janeiro], 27/08/1957:

<sup>414</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 28/08/1957:3.

<sup>415</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 05/09/1957:6.

<sup>416</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 29/08/1957: 4.

conversa de telefone, Alkmin, na Argentina, gripado, esperando ordens médicas para retornar ao país, afirmou que na conferência da OEA as informações sobre a abertura de créditos para o Brasil eram controversas. Segundo o ministro, não havia uma posição declarada da delegação dos EUA no que se referia a questões de financiamento – essa nota também foi publicada no *Jornal do Comércio*.<sup>417</sup>

O editorial do *Diário do Paraná* afirmou que a “ducha fria da conferência”, teria sido o regresso antecipado de Anderson, já citado chefe da delegação estadunidense.<sup>418</sup> No *Correio da Manhã*, a participação brasileira na Conferência da OEA também não foi vista positivamente. No jornal foi destacado que a viagem do ministro da fazenda “começou com a notícia de um empréstimo de 100 milhões de dólares e terminou com um surto de gripe asiática”.<sup>419</sup>

O adoecimento por gripe do ministro da fazenda em um evento internacional se deu em um contexto de importante debate sobre a política externa do país e abriu espaços para o uso da doença como metáfora na cena política brasileira. Essas representações da doença evocando analogias e alusões à aspectos sociais e políticos que se pretendia depreciar ou estigmatizar corrobora com os apontamos de Hochman - que utilizando o conceito de *framing* de Rosenberg (1992), afirma que a epidemia de 1957, via imprensa, se tornou uma moldura a conformar o debate público e a vida social brasileira em um período em que se sobressaiam discursos da Guerra Fria e pela ampla participação de atores políticos (HOCHMAN, 2021). Ao mesmo tempo em que foi emoldurada, a doença também se tornou uma moldura para diversas situações da vida social, ao ter sido associada ao malogro de Juscelino em relação a sua política externa com os EUA.

Outro ponto importante que a postura do país durante o evento da OEA nos sinaliza refere-se a constatação de que o governo brasileiro, como destaca Moura (1991), não teve um alinhamento “simples e automático” com os EUA. Segundo esse autor, em termos de política externa, o período de 56-61 pode ser caracterizado por uma política externa matizada, complexa, cheia de ambiguidades, fragilidades, descompassos e contradições.

Juscelino tinha consciência da necessidade de financiamento externo para a execução de seu plano de governo e, já no ano 1957, se apresentavam os primeiros desafios, tais como: dificuldades de atração de investimentos externos somadas a

---

<sup>417</sup> *Jornal do Comércio* [Rio de Janeiro], 32 /08/1957:

<sup>418</sup> *Diário do Paraná* [Curitiba], 17/08/1957: 4.

<sup>419</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 1957:

desaceleração do crescimento e da progressiva queda das receitas de exportações do principal produto brasileiro no período, o café (SILVA, 2005). Apesar dessas dificuldades, a construção de Brasília seguia a todo vapor. Repercutiam-se ainda as recomendações de medidas cada vez mais austeras vindas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Greves espalharam-se por todo país, a movimentação das populações das áreas rurais seja se organizando a fim de reclamarem seus direitos – com as ligas camponesas, por exemplo, ou migrando, fugindo da fome, da violência e da exclusão ao acesso à terra, estavam cada vez mais difíceis de contornar. Dessa forma, o ambicioso plano de metas cuja execução esteve assente em três pontos principais: (1) atração de capital estrangeiro; (2) ampliação da participação do setor público; e (3) estímulo às inversões privadas. Via-se cada vez mais comprometido (TOMÉ & SALOMÃO, 2017).

Foi nessa conjuntura que Juscelino abriu margem para uma nova fase de relacionamento com os EUA, marcando aspectos da política externa brasileira. E, como vimos, sinais de busca por uma nova postura já podiam ser vistos como exposto durante a conferência da OEA na Argentina. Com a Operação Panamericana, segurança nacional e desenvolvimento, embasam o argumento de que as mazelas causadas pelo subdesenvolvimento seriam fatores de instabilidade política para os governos democráticos. Essa iniciativa multilateral teve o seu ápice com a Política Externa Independente (PEI), aspecto muito bem analisado por Vizentini<sup>420</sup>.

No âmbito político-diplomático, o alinhamento com o bloco ocidental é observado até 1958. Em março deste ano, a partir de correspondências trocadas entre o presidente brasileiro e estadunidense, teve início a iniciativa brasileira chamada Operação Pan-Americana (OPA). Em 28 de maio de 1958, Juscelino enviou uma correspondência ao presidente dos EUA, o republicano Dwight D. Eisenhower (1890-1969), que governou esse país de 1953 a 1961. O brasileiro procurou chamar a atenção para as condições precárias dos povos latino americanos. JK chegou sugeriu ao líder estadunidense uma ampla revisão da política externa daquele país para com a América Latina por meio da adoção de um conjunto de diretrizes e de políticas para a superação do

---

<sup>420</sup> Descrevendo o pano de fundo internacional da política externa durante o governo JK, o autor afirma que no plano internacional teria ocorrido as primeiras fissuras no comando das superpotências da Guerra Fria além de uma afirmação vigorosa de independência política de um número crescente de nações do mundo subdesenvolvido, especialmente, ex colônias europeias. Alinhamento as grandes potências deixava de ser uma regra absoluta da política internacional no plano regional, um rígido domínio político e a imposição de uma visão de segurança hemisférica por parte dos EUA começava a se acentuar (VIZENTINI, 2003: 195-216).



subdesenvolvimento. Segundo Silva, JK soube catalisar politicamente os acontecimentos ocorridos em algumas cidades sul-americanas, por ocasião da vinda do vice-presidente estadunidense – Richard Nixon (1913-1994) – a Argentina para a posse de Arturo Frondi. Após essa ocasião, Nixon aproveitou para visitar outras capitais da América do Sul, com o objetivo de reforçar as relações com a região. Entretanto, ele enfrentou certa hostilidade e várias manifestações contrárias. Em Lima e Caracas, por exemplo, ocorreram violentas manifestações populares contra a sua presença, forçando a sua comitiva a suspender a viagem. No *Jornal do Comércio* foi destacado que o vice-presidente dos Estados Unidos, teria declarado em entrevista à televisão estadunidense que com sua recente viagem à América do Sul, certos chefes de governo estavam agora convencidos do real perigo comunista nos seus países. O vice-presidente declarou que os comunistas haviam mostrado as suas cartas ao organizarem as manifestações contra a sua pessoa.<sup>421</sup>Esses acontecimentos sinalizaram, aos EUA, um acirrado antiamericanismo na região. Na correspondência, JK lamentou o ocorrido e afirmou que esses acontecimentos prejudicavam a unidade americana e enfraquecem a causa da democracia – retórica de segurança continental.

O Brasil buscou apoio dos demais países do hemisfério sul para que, unidos, viessem a obter maiores vantagens em termos de comparação com a potência do Norte. (SILVA, 2005: 13). Essa autora afirma ainda que a cooperação internacional dos países latino-americanos buscava ampliar o enfoque, que antes era exclusivamente bilateral com os Estados Unidos para âmbito regional, procurando fortalecer as economias da região. No contexto em que a OPA se estabelecia, países da América Latina, como Argentina e Brasil, encontravam-se sob governos democraticamente eleitos e investiam no desenvolvimento de projetos nacionais semelhantes que colocavam grandes possibilidades de interação. Além disso, compartilham a premissa de que para a formulação das políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento de seus respectivos países era indispensável a ajuda financeira dos Estados Unidos. Um resultado da OPA, a vinda ao Brasil do secretário de estado John Foster Dulles (1888-1959), em agosto de 1958 (SILVA, 2005: 44).

A Operação Pan-Americana (OPA) foi também uma tentativa de ampliar a influência e (re) posicionar o Brasil no hemisfério americano. Kubitschek, utilizando os argumentos principais em pauta no cenário da Guerra Fria, buscou sensibilizar o governo

---

<sup>421</sup> *Jornal do Comércio* [Rio de Janeiro], 30/06/1958 e 01/07/1958:1.

norte-americano para o perigo de uma possível penetração do comunismo na região, apresentando-se como uma vertente desenvolvimentista possível para as nações subdesenvolvidas da América Latina. O presidente brasileiro tentava incrementar os investimentos e o patrocínio dos EUA com o intuito de promover e de garantir o projeto nacional-desenvolvimentista do Brasil (SIMON, 2012). O governo brasileiro reivindicava uma participação maior na política internacional do continente. Silva (2005) traça um resumo da operação que também teve críticos.<sup>422</sup> Segundo a autora, a perspectiva multilateral da proposta brasileira não agradava aos Estados Unidos. Esse último país considerava os problemas da América Latina associados exclusivamente com o comunismo. Desse modo, deixavam de lado qualquer proposta de financiamento do desenvolvimento interno e de promoção da industrialização. Por conta dessa conjuntura, os resultados recorrentes da OPA não foram os desejados pela delegação brasileira e pelas delegações da região (SILVA, 2005:60). A autora apresenta ainda um princípio de flexibilidade na política externa norte-americana para a América Latina fica inicialmente evidenciado, quando os EUA aceitam, em parte, os postulados contidos na proposta brasileira, da OPA, os quais buscavam estabelecer uma relação entre desenvolvimento e segurança. O primeiro passo foi aceitar que as condições de Subdesenvolvimento das economias latino-americanas geram instabilidade política, o que abria espaço para penetração de ideologias estrangeiras no sistema interamericano. O segundo passo foi tentar obter um consenso, entre os governos da região, em torno da solidariedade americana, por meio da condição do conflito EUA e Cuba para o âmbito da OEA. O terceiro, que se iniciou no governo de Eisenhower (Fundo para o Progresso Social), e teve continuidade no Governo Kennedy (Aliança para o Progresso) foi, finalmente, o de oferecer ajuda econômica e financeira aos países latino-americanos. (SILVA, 2005: 69).

Em direção semelhante, os autores Bueno e Cervo (2008), destacam que a OPA não teve resultados concretos e se configurou mais como uma intenção. Entretanto, como Silva chama atenção, a despeito dos seus resultados concretos, o lançamento da OPA

---

<sup>422</sup> A autora cita vários exemplos de críticas. Consideramos o caso de alguns diplomatas, que percebiam que o encaminhamento inicial da OPA trazia um caráter personalista e publicitário, o que sinalizava uma diplomacia paralela, liderada pelo presidente, sem se reportar ao Itamaraty. Alguns deles, como o chanceler Macedo Soares, consideram a proposta da OPA uma ameaça às relações Brasil- -EUA. Para eles, a proposta poderia gerar ambiguidades e dificultar o relacionamento não só com o Brasil, mas com todo o continente. O conteúdo político da proposta encontrava oposições, sobretudo, pelo seu viés multilateral de cunho hemisférico, que preconizava o fortalecimento das relações entre os países da América Latina e uma atitude mais incisiva dos EUA. Isso diferia notavelmente da tradicional política externa brasileira, inclusive durante o governo de Getúlio Vargas, anterior a JK. Essa é apontada como uma das razões pelas quais o ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, pediu exoneração do cargo e foi substituído por Francisco Negrão de Lima, em julho de 1958 (SILVA, 2005:54).

serviu como forte fator de mobilização, por parte dos países do continente. A autora destaca ainda que houve uma sensível mudança no posicionamento dos EUA em relação a América Latina. Haja vista que a partir de seu lançamento inúmeras reuniões, conferências, debates, assinaturas de declarações e troca de cartas, além de vigorosa produção de documentos relativos à situação econômica de países da América latina - destaque as relações Brasil-Argentina que foram tema de sua tese (SILVA, 2005:54).

Um dos argumentos que sustentavam a OPA era a premissa de que desenvolvimento econômico e o consequente fim da miséria seriam as melhores formas de combater a penetração do socialismo (SIMON, 2012: 145). É, sobretudo, nessa perspectiva que em meio ao engajamento do presidente Juscelino Kubitschek para a consolidação de sua iniciativa continental, o Nordeste foi elencado como uma de suas prioridades. Somado ao fato dessa região ser identificada à época como uma das mais subdesenvolvidas do Mundo, em 1958, uma forte estiagem incidiu sobre a área do Polígono das Secas atingindo cerca de meio milhão de pessoas. A dramática situação obrigou o governo a providenciar uma nova forma para o tratamento dos problemas regionais, colocando em movimento a chamada “Operação Nordeste”. No período, mudanças ocorriam também em nível de governo, no ano de 1958 Alkmin e Medeiros deixavam, respectivamente, as pastas da Fazenda e da Saúde.

### **5.2.2 “Operação Nordeste”**

O ano de 1958 foi difícil para a administração de Kubitschek. Era meado de seu mandato e, do ponto de vista das contas externas, um momento crítico para a economia brasileira. As exportações de café diminuíram ao menor valor durante toda a década. Além disso, houve uma contração no investimento estrangeiro aliado a um aumento das obrigações relativas ao pagamento dos juros da dívida externa (TOMÉ & SALOMÃO, 2017: 95). Simon (2012) afirma que problemas oriundos da recessão estadunidense do biênio 1957-1958 repercutiram na América Latina, sobretudo com a deterioração dos termos de trocas comerciais e a diminuição de investimentos.

Concomitantemente, no mesmo período, em 1957, consolidou-se a formação da Comunidade Econômica Européia (CEE), com a assinatura do Tratado de Roma. Esse processo de integração regional, doravante, representou dificuldades no acesso de produtos brasileiros de exportação em função das preferências comerciais criadas intrabloco e aquelas concedidas às colônias europeias, sobretudo as africanas. No plano

interno, os problemas maiores apareciam nos ramos ligados ao comércio exterior e às finanças governamentais. Os gastos públicos destinados à construção de Brasília e ao programa de industrialização e o declínio dos fluxos de comércio exterior desembocaram em déficits do orçamento federal. Além disso, havia a exorbitante inflação (SIMON, 2012: 144-145). O aumento da carestia favoreceu o aparecimento de fortes pressões contra o governo por parte dos setores nacionais prejudicados e mobilizações por meio de greves.

Somada a essa conjuntura, em 1958 incidiu sobre a área do Polígono das Secas uma forte estiagem que atingiu áreas parciais de seis estados nordestinos, com maior intensidade nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, compreendendo uma área aproximada de 650.00km<sup>2</sup> com uma população total de 7 milhões de habitantes. O fenômeno contribuiu para acentuar o êxodo rural das populações nordestinas, rumo ao centro-sul do país ou em áreas mais próximas do chamado meio Norte, nos estados do Maranhão e Piauí. Secas semelhantes à de 1958 só teriam sido observadas nos anos de: 1915, 1919, 1930, 1931, 1932, 1942, 1951 e 1953.<sup>423</sup>

Ximenes (2013), citando dados do IBGE de 1960, afirma que em janeiro de 1959, 1.188 municípios integravam o Polígono das Secas. A área delimitada pelo polígono abrigava todos os estados do Nordeste, exceto Maranhão, e incluía também algumas cidades de Minas Gerais. Pelo menos 455 municípios pertenciam integralmente ao polígono e 109 parcialmente. Os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba tinham acima de 80% dos municípios inseridos na área do polígono das secas.

O estado do Rio Grande do Norte foi um dos mais atingidos pela estiagem de 1958. O sacerdote potiguar, monsenhor Exedito – que como vimos anteriormente desde a década de 1940 atuava na capital e interior daquele estado, nos dá um quadro geral do cenário nordestino diante a estiagem. O sacerdote afirmou que na ocasião a esperança perdurou até a festa de São José, no dia 19 de março de 1958, porém, também não choveu. A lavoura teria sido muito afetada, a palavra utilizada pelo clérigo para definir o período foi, “desespero”. Segue trecho do seu relato,

Os patrões não forneceram dinheiro aos empregados. Era evidente que seria dinheiro perdido, não haveria colheitas nem lucros. É impressionante o fenômeno. De um momento para outro morrem todas as esperanças. Pânico geral. As pessoas veem-se abandonadas, correndo o risco de perder tudo. A fome passa a ser a companheira de cada dia. As crianças choram. Há uma expressão de incerteza e desconfiança em cada fisionomia. O fenômeno assume características

---

<sup>423</sup> Relatórios do ETENE, 2002: 27.

de psicose coletiva. Ninguém quer ficar isolado. O grupo é afinal uma defesa. Então os flagelados agregam-se em grupos de 800, 1000 homens. São capazes de tudo.<sup>424</sup>

A estrutura agrária no estado – não muito diferente em todo o país, era perversa e violenta, e tornava-se ainda mais insuportável no período das secas. As populações mais expostas, sem terras e sujeitas a cobrança de valores altos para plantar e subsistirem, viam-se diante de uma “verdadeira catástrofe” - como descreveu monsenhor Expedito. Em suas palavras a seca era...

Uma ameaça e uma triste realidade que o nordestino sertanejo enfrenta conformado, lutando por subsistir. E o homem fica feliz se conseguir o mínimo para sobreviver. Esse mínimo não é "não passar fome", mas "não morrer de fome". Na seca, é Pe. Avila Coimbra que nos relata, o sol é causticante. Tudo murcha, amarelece, seca. E dos oiteiros de declive suave não verem mais o vento agradável que traz conforto; sopra apenas o vento quente que traz poeira, fadiga e doença. Mas isto ainda não é seca. Diz-se seca somente quando não chove muito tempo a fio. Aliás, normalmente não há suficiente queda pluviométrica, nem mesmo nos quatro meses hibernais. Quando as chuvas caem fora da estação, os efeitos são também desastrosos, como a seca. Então os gêneros de primeira necessidade, tais como milho e feijão, sofrem as terríveis consequências. Tivemos visto um depoimento recente. Com a última estação chuvosa fora do normal, os prejuízos foram consideráveis e um pobre homem nos dizia em S. Paulo do Potengi: - Nem a farinha pude comprar. A chuva levou tudo o que eu tinha e o que poderia colher!<sup>425</sup>

A percepção da seca e seus efeitos mobilizou o tom das respostas para a região do Polígono das Secas, confundindo até mesmo esse fenômeno com a própria identidade da região. As chuvas, que contrastam com o pauperismo provocado pela estiagem, em excessos também causavam grandes perdas, como deixa evidente as despesas com enchentes que ocorreriam poucos anos depois desta grande seca. O relato do clérigo é interessante na medida em que amplia o entendimento sobre a conjuntura em que viviam as populações nordestinas no período. Indicando, por exemplo, que as questões ambientais não deveriam continuar sendo unilateralmente a chave explicativa para o movimento migratório e o subdesenvolvimento regional. Era preciso considerar também a má gestão dos recursos públicos, tal como a falta de silos suficientes para armazenamento de alimentos, a estrutura agrária assentada em latifúndios e o poder das oligarquias rurais, a ganância dos políticos e a corrupção.

---

<sup>424</sup> MARINS, 1961: 45.

<sup>425</sup> IDEM: 42.

Além disso, contribuindo para prolongar os efeitos da seca, é preciso levar em conta a ação humana na região, seja pela agricultura e pecuária, bem como as próprias obras públicas executadas pelo governo, tais como construção de estradas e barragens, que atravessaram a região alterando o curso de rios, aspectos de solo a partir da terraplanagem para a construção, por exemplo, provocando impactos consideráveis na biodiversidade local, especialmente na região caracterizada pelo bioma da Caatinga com suas biotas raras e endêmicas. A dinâmica interação da construção dessas obras com as características ambientais, conseqüentemente, também podem ter produzido impactos sobre a vulnerabilidade epidemiológica das populações e na intensificação dos efeitos da seca.

Monsenhor Expedito afirma que diante a seca de 1958 voltaram as “notícias de invasões as feiras”. Buscando atender as necessidades da população, com a orientação de Eugênio Sales, sacerdotes da arquidiocese de Natal chamaram para si a responsabilidade e a partir de uma empréstimos tomados com o comércio natalense criaram alguns postos de abastecimentos de água (CAMARGO, 1971: 71). A Igreja montou seu próprio barracão e vendia seus produtos a metade do preço. Monsenhor Expedito descreve que a fila de “flagelados” na frente do barracão era enorme, tendo sido necessário mobilizar as forças armadas para impedir o saque ao barracão.

Na capital potiguar e no interior, vigários católicos na hora da homilia dominical liam telegramas do bispo pedindo a mobilização em favor dos flagelados “em âmbito de diocese e de região”. No Rio de Janeiro, Dom Eugênio articula-se com Dom Hélder a fim de chegar aos órgãos federais e obter recursos e frentes de trabalho junto à população. No período, através do DNOCS, a reação dos padres conseguiu a continuação das obras de uma estrada. Nessa e em outras obras, de acordo com relato de monsenhor Expedito, os que tinham “a felicidade de encontrar serviço” não recebiam dinheiro, mas sim um vale de alimento. Contudo, afirmava o clérigo, muitos trabalhadores deixando o local de trabalho e partindo até a cidade em direção ao “barracão” do fornecedor para a troca dos vales. Ao entregar os vales adquiriam o correspondente em farinha, açúcar, cereais e às vezes carne de sol. Esta “remissão” era levada para família, para que por mais alguns dias, pudesse subsistir, embora precariamente.”

Explicando melhor a organização deste trabalho, o sacerdote afirmou que cada grupo de 20 flagelados constitui uma turma com respectivo chefe. Este último tinha por missão anotar o trabalho de cada membro do grupo e fornecer ao escritório os dados para a aquisição do respectivo vale. Somente aquele barracão aceitava descontar o vale. Os

trabalhadores, “nem viam a cor do dinheiro”. Ao passo de que, o proprietário dos barracões “impunham o preço que queriam”, davam a “sua medida”, e “empurravam gêneros da qualidade inferior ao preço dos de primeira classe, chegando até mesmo a vender “alimentos estragados”. Contudo, já nesse período, sinalizou o clérigo, verificou-se a tempo que se corria o risco de estar agindo com paliativos. Cuidava-se dos efeitos e não se atingiam as causas. Era a Indústria da seca, “planejada e executada pelos políticos, em favor de seus respectivos bolsos.”<sup>426</sup>

Foi robusto a colaboração da Igreja norte-rio-grandense que diante a seca de 1958 conseguiu mobilizar cerca de dez mil voluntários. A intensa atividade desenvolvida nesse período foi demonstrada por Favero (1968) que analisou as correspondências enviadas e recebidas por Dom Eugênio entre meados de março e meados de junho de 1958. De acordo com esse autor, nesse período o arcebispo-auxiliar de Natal teria expedido 136 telegramas: 26 a autoridades federais; 9 a prefeitos; 92 a vigários do interior; 9 a bispos. Recebeu: 145 telegramas: 22 de autoridades federais ou estaduais; 5 de autoridades municipais; 65 de vigários do interior; e 6 de bispos.

Segundo o relatório de 1958, o SAR naquele ano, criou o setor de assistência aos flagelados; inaugurou a emissora de educação rural, estabeleceu as bases da fundação Pio XII, entidade que objetiva a reforma agrária no Rio Grande do Norte. Além disso, a Igreja teria se responsabilizado pela alimentação de 8 mil homens.<sup>427</sup> Nesse mesmo ano, a emissora da arquidiocese já teria alcançado 4.508,30 horas de irradiação. Ainda no ano da seca, foi realizada a XIV semana ruralista do RN, a qual teve tríplice objetivo: 1) Reunir os sacerdotes - líderes rurais por excelência, para ministrar conhecimentos relacionados com: a) a pastoral; b) os meios de comunicação com a Massa) a sociologia rural d) a Pesquisa; 2) Promover um curso intensivo de economia doméstica para líderes do sexo feminino; 3) Debater o problema da reforma agrária no Rio Grande do Norte. O relatório desse evento se encerrou afirmando que o mesmo teria sido um autêntico testemunho do “muito que se pode fazer quando, em bases democráticas, utiliza-se as forças vivas da comunidade”.<sup>428</sup>

Importante também, no mesmo período, foi a ação da Igreja Católica no estado do Maranhão sob a liderança do arcebispo de São Luís, Dom José Delgado. Tal como nos eventos realizados no Rio Grande do Norte, as semanas ruralistas maranhenses foram

---

<sup>426</sup> MARINS, 1961: 45.

<sup>427</sup> SAR [AMAN], 1958: 4.

<sup>428</sup> XIVSRRN [AMAN], 1958: 8.

adjetivadas como semanas ruralistas estaduais. Uma particularidade interessante dos eventos realizados nesse estado refere-se especialmente a perspectiva de defesa ecológica presente nos discursos sobre a região – e questão importante nos discursos de Dom Delgado<sup>429</sup>. Entre 2 a 9 de fevereiro de 1958, ocorreu a VIII Semana Ruralista do Maranhão, no município de Rosário – com sessões de estudos realizadas em São Luís. O evento organizado pelo SIA e pela Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA) de São Luís teve como tema o “problema da terra”<sup>430</sup> O latifúndio foi indicado pela comissão organizadora do evento como um “cancro social, responsável por uma série imensa de injustiças, quando não o estopim de revoluções sociais de consequências lamentáveis”. A VIISR estadual considerou que a solução dos problemas ligados à distribuição de terras não se daria de imediato, portanto, deveria ser estudada com atenção. Assim, o evento buscou elaborar um “levantamento da situação jurídica das terras”. Segundo uma circular da comissão organizadora que foi publicada no *Jornal do Maranhão*, se bem resolvido no Maranhão a distribuição irregular de terras, o estado veria uma das causas do seu atrofamento solucionada.<sup>431</sup> Sob o título de “lançadas as bases da nova ‘lei áurea’”, um projeto de lei debatido e elaborado durante essa semana ruralista foi encaminhado ao governador *José de Matos Carvalho*, com uma proposta de redistribuição de terras naquele estado.<sup>432</sup>

Ainda em território maranhense, especificamente no contexto da estiagem de 1958, chama atenção a IX semana ruralista estadual, que foi realizada no município de Bacabal, no vale do rio Mearim. Durante essa SR, as autoridades maranhenses chamaram atenção do governo federal para aquela região, conhecida como “corredor da Amazônia”, que teria recebido, sem assistência federal, nordestinos fugindo do quadro dramático que se instalara com a estiagem do período. Dom Delgado juntamente com o governador do Maranhão, encaminharam uma carta ao presidente Juscelino, na qual, além de argumentos debatidos durante a semana ruralista, reforçava mais uma vez a necessidade de mudança estrutural na distribuição de terras naquele estado e a defesa do meio biofísico regional.

---

<sup>429</sup> Um exemplo pode ser observado na ocasião da XI semana ruralista do Maranhão onde discutiu-se sobre ajuda técnica necessária para a realização de um levantamento aereo fotográfico da região do vale do Mearim visando o estudo do aproveitamento “racional das terras” banhadas por esse rio. No relatório do evento, foi destacado que nessa área, para fins de colonização, deveriam ser respeitadas “as necessidades de conservação de uma parte rica em matas virgens, a salvaguarda de seus rios, lagos e fontes” (XISRM [AMAN], 1959:4.

<sup>430</sup> *Jornal do Maranhão* [São Luís], 10/12/1957:1.

<sup>431</sup> *Jornal do Maranhão* [São Luís],10/12/1957:2.

<sup>432</sup> *Jornal do Maranhão* [São Luís],16/02/1958: 1.



Segue trecho do relatório do evento que dá mais detalhes da conjuntura da seca de 1958,

Informamos a Vossa Excelência que, sem a mínima assistência, a região de mearim bacabalense recebeu, à granel, ou de enxurrada, no presente ano, nada menos de CEM MIL nordestinos. Grande parte dessa população fica exposta a ser dizimada pelas doenças locais, desconhecidas na região de origem, por falta de qualquer providência governamental ou particular de assistência sanitária ou mesmo humana. Para reparar mal, de tão graves consequências, e evitar que, sem amor à terra e aos seus recursos naturais, venham essas populações, desalojadas pela SECA de suas terras onde trabalhavam, arruiná-la, com a devastação de suas matas, a extinção de seus mananciais, de sua caça, de seu peixe, além de representar uma permanente ameaça ao futuro do MARANHÃO, urge, sem perda de tempo, a interferência do Governo da República, para minorar os efeitos desse flagelo inquietante da vida nacional.<sup>433</sup>

A fixação das levas de nordestinos, portanto, dependeria da salvação não só da população diante o quadro sanitário da região, mas também das suas “riquezas” – na visão essencialmente extrativista do meio biofísico, considerando sua exploração de modo “racionalizado”, portanto, consciente. O relatório do evento solicitava ainda a criação de uma comissão especial constituída por “elementos de confiança maranhenses”, do exército, da Igreja e da União.

Além da atuação da Igreja aqui exposta no engajamento dos sacerdotes do Rio Grande do Norte e do Maranhão, a estiagem de 1958 mobilizou verbas vultosas do governo federal da ordem de 50 milhões de cruzeiros. O ano de 1958 foi o de maiores “despesas realizadas” em “obras contra as secas”. Segundo o DNOCS, foram destinados Cr\$ 5.024.987.812,80<sup>434</sup>. E, tal como em estiagens anteriores, os recursos foram direcionados à tradicional medida de política pública empregada pelo DNOCS. Foram criadas 78 novas frentes de trabalho do governo, a construir canais, poços, rodovias e barragens, além das obras já existentes.<sup>435</sup> Nesse período, de acordo com Ximenes, as frentes de trabalho chegaram a reunir “cerca de 200 mil pessoas” com remuneração de Cz\$40,00/dia (XIMENES, 2013: 6). Esse número representa, segundo a autora, 14% da população total dos três estados mais afetados pela estiagem de 1958. Em julho de 1958, mais de 438 mil trabalhadores foram recrutados nos projetos públicos. Representavam 1,8 milhão de pessoas e 28% da população total daqueles estados. Mas, a despeito das obras, ao longo do ano, aproximadamente 200 mil pessoas emigraram para São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, Maranhão.

---

<sup>433</sup> [Grifos da Fonte] IXSRM [AMAN], 1959: 3.

<sup>434</sup> DNOCS, 1959: 22.

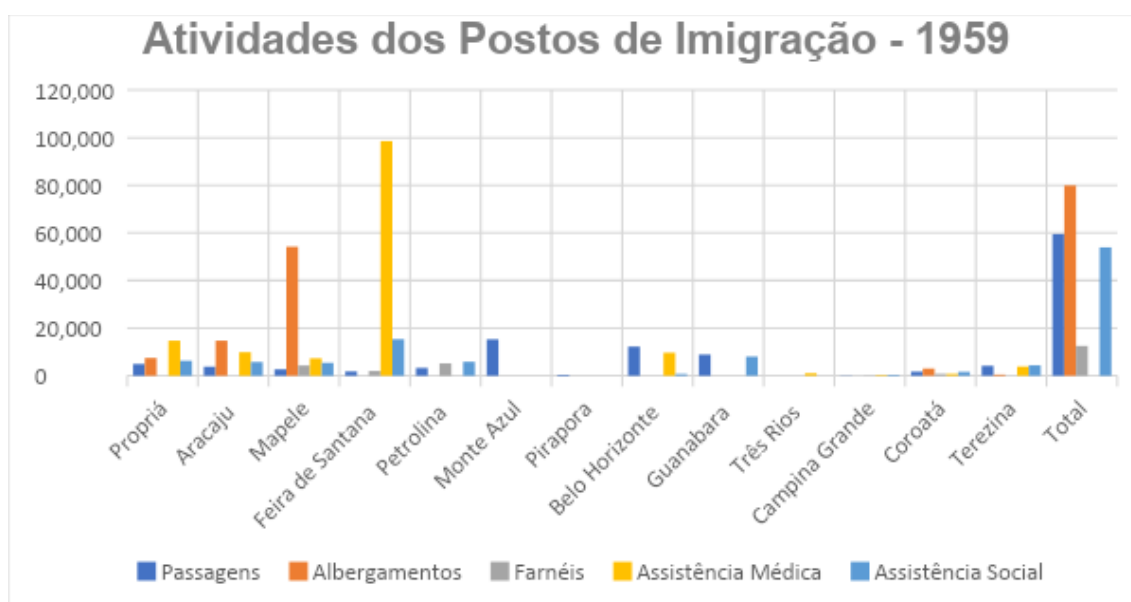
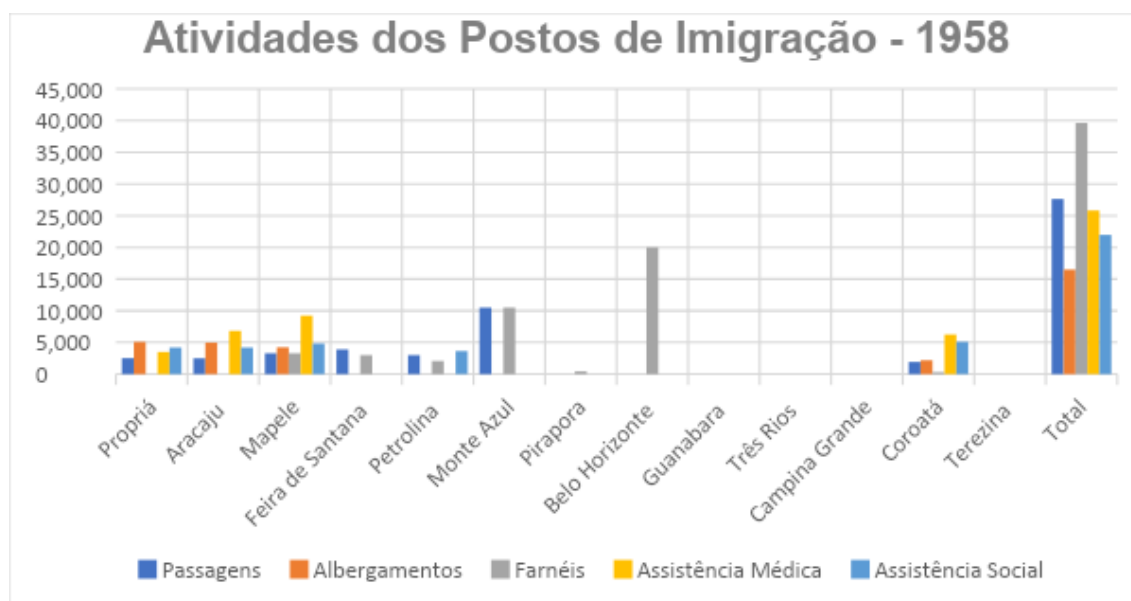
<sup>435</sup> DNOCS, 1958: 32.

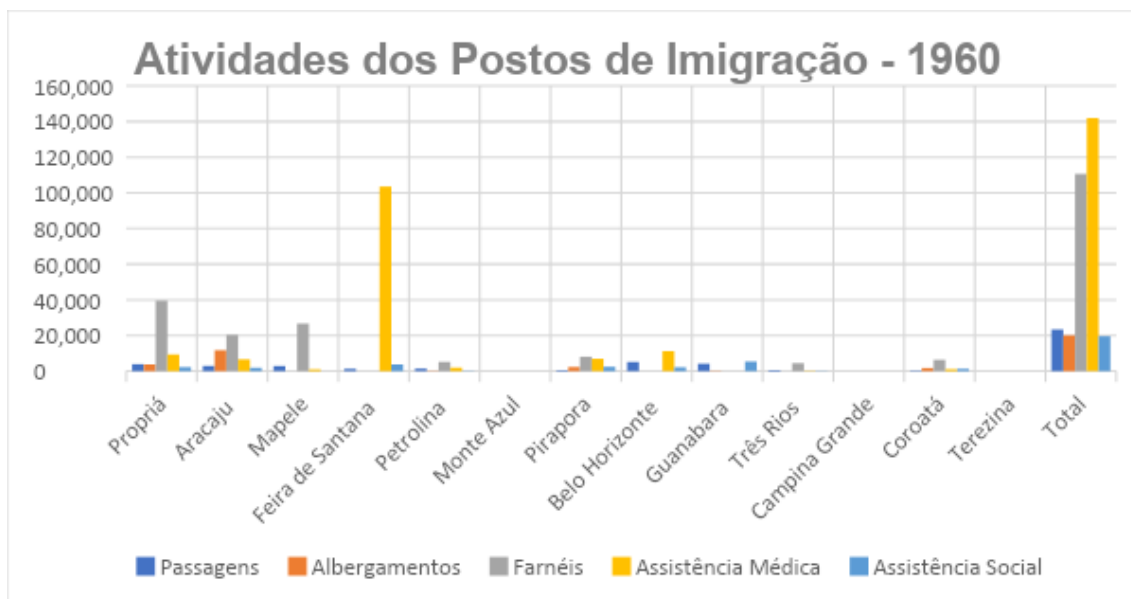
Outra fonte importante para um quadro geral da seca de 1958, podemos observar em relatórios do Instituto Nacional de Migração (INIC). Esse órgão criou os chamados Postos de Migração, unidades que seriam responsáveis pelo atendimento ao migrante e que surgiram após o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, 1956. Em síntese os postos de migração deveriam “disciplinar” as correntes migratórias “através de uma série de tarefas que iam desde o fornecimento de passagens, a colocação (obtenção de trabalho) para o migrante até a sua vacinação, distribuição de farnel de viagem (espécie de bolsa com mantimentos), nos locais onde há uma interrupção de viagem, um albergamento com alguma assistência alimentar, médica e social.”. As unidades migratórias instaladas designavam-se a postos de recepção e encaminhamento.

No ano de 1958, dos 13 postos com dados disponíveis, apenas oito estavam em atividade. Para se ter ideia de como a estiagem de 1958 ajudou a intensificar a crise social na região, de acordo com Pacotinha, as várias hospedarias espalhadas pelo Brasil afora mantida por aquele instituto (Ilha das Flores, Corinto, Tapana, Eduardo Ribeiro e Getúlio Vargas, respectivamente, no Distrito Federal, Minas Gerais, Belém, Manaus e Fortaleza), deram abrigo, alimentação e atendimento médico -hospitalar (na maioria das vezes muito falha, desde alimentação), a um número superior a 45.300 imigrantes apenas em 1958, quando no ano anterior 1957 tal atendimento teria atingido somente, 5.442 imigrantes. Outro exemplo refere-se a Hospedaria Getúlio Vargas, cuja capacidade para 600 pessoas deu abrigo a cerca de 12.000 nordestinos. Número que foi aumentando à medida que a seca ia se prolongando.

A seguir dados referentes ao ano de 1958-1960 sobre 13 Postos de Migração – sendo um deles em Belo Horizonte, Minas Gerais, pois parte do território mineiro estava no Polígono das Secas e sua capital era uma das rotas de migração.

**Figura 15.** Registro de atividades nos Postos de Imigração





**FONTE:** (SOUZA, 1961, s/p.).

Em 1958 nos chama a atenção a expressiva quantidade de farnéis oferecida pelo posto de migração em Belo Horizonte (20 mil), evidenciando a passagem de migrantes nordestinos, especialmente baianos e norte mineiros. A assistência médica neste ano somou 25.826 mil atendimentos e cerca de 27.638 passagens distribuídas. Os dados referentes ao ano de 1959 e 1960 nos dão a impressão clara de que a fixação e subsistência das populações nordestinas - alvo da política de criação dos postos de migração - permanecia um problema. Haja vista que mesmo após a seca de 1958, a movimentação das populações nordestinas se acentuou. Essa conjuntura nos leva a inferir, tal como a percepção de monsenhor Expedito, citada anteriormente, que as medidas tomadas até aquele momento eram “paliativas”. Portanto, ao passo que açudes e estradas eram construídos, ou mesmo que medicamentos e alimentos eram distribuídos, fortalecia-se também a segurança dos proprietários de terras, suas colheitas e gado, e não era reduziu a vulnerabilidade dos habitantes mais pobres à seca ou às demandas de exploração de seus proprietários (BUCKLEY, 2009).

Monteiro (2020) nos apresenta um contexto importante que nos permite refletir sobre os efeitos mais diretos destas medidas. Segundo a autora, em dezembro de 1958 foi organizada pelo (INIC) uma força tarefa, denominada “Operação Flagelados”, contando com o apoio da Marinha, Aeronáutica e Exército, tendo como objetivo fazer o deslocamento, em curto prazo, de 12 mil migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza. Segundo a autora, Aníbal Teixeira, diretor do INIC, argumentava que essa operação teria se iniciado no dia 05 de dezembro, quando o navio Almirante

Alexandrino transportou 600 migrantes para a hospedaria existente na ilha de Flores (Rio de Janeiro), que seriam destinados aos cafezais no Paraná e para a região de Goiás. Outros haviam sido enviados para Brasília e Anápolis (360), mas 80%, ou seja, 10 mil “desejavam ir para a Amazônia”. Na região norte, muitos seriam alocados nos núcleos de colonização existente em Santarém e outras localidades próximas, desenvolvendo o plantio “em suas próprias terras, de malva, pimenta do reino, arroz, milho e outros cereais”<sup>436</sup> Contudo, a autora destaca que jornais oposicionistas afirmam que a “Operação Flagelados” visava somente escoar essa população pobre migrante para outras paragens e que não tinha preocupação de como seriam esses seriam recepcionados nas outras hospedarias dirigidas pelo INIC ou onde os mesmos seriam empregados: Notícias procedentes de Santarém e de Manaus, trazidas por pessoas chegadas recentemente a Fortaleza, indicavam que numerosas famílias de emigrantes andavam pelas ruas das cidades, pedindo esmola. Isto significa que a única preocupação dos promotores da “operação flagelados” consiste apenas em organizar a retirada em massa, não havendo, porém, recepção e encaminhamento nos locais de destino<sup>437</sup> (MONTEIRO, 2020:31-32)<sup>438</sup>.

Obviamente, o socorro prestado a esses migrantes que viajavam em condições difícilíssimas teve seu valor e serviu de alívio a muitos que, como descreveu o Monsenhor Expedito, “estavam desesperados”. Entretanto, em relação à assistência à saúde, por exemplo, as vacinas e medicamentos sendo distribuídos para uma população que permanecia subnutrida, à margem da terra, da renda, ou seja, sem poder exercer uma cidadania plena, pouco surtia efeitos a longo prazo e não mudavam a realidade da população alvo. Esses modos *operandi* foi visível em vários níveis das ações estatais - como anteriormente observamos em relação a vacinação no contexto da chamada “Operação Asiática” durante a epidemia de 1957. O estado, ao fugir das reformas estruturais, paradoxalmente, fortalecia o subdesenvolvimento que ele mesmo pretendeu tanto combater. Ao preconizar a aposta do crescimento econômico via industrialização, o

---

<sup>436</sup> Diário de Notícias [Rio de Janeiro], 20/12/1958:3.

<sup>437</sup> Jornal Voz Operária [Rio de Janeiro], 17/01/1959:1.

<sup>438</sup> A autora afirma que discursos sobre a regulamentação das migrações internas ocorreram durante o II Encontro de Bispos do Nordeste, dentre as diversas propostas, foi indicado que as hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus deveriam ser transformadas em hospedarias de zona rural, sendo constituído um grupo de trabalho para executar essa proposta. Monteiro argumenta que apesar da ideia não ter sido concretizada, nos possibilita problematizar que após essa grande estiagem da década de 1950, a preocupação com o deslocamento constante dessa população pobre migrante assustava sobremaneira os habitantes dos grandes centros urbanos do país, sendo necessário afastá-los de qualquer maneira para o campo e impedi-los de migrar quando houvesse outra instabilidade climática (MONTEIRO, 2020: 31-32).

Estado defendia que na esteira desse processo seria proporcionado bem-estar para toda a população, o que não ocorreu. A maioria dos brasileiros testemunhou essa conjuntura “tendo que lidar com necessidades e preocupações mais imediatas” (IORIS, 2017: 287).

As migrações, portanto, eram mais uma das formas das populações agirem face à experiência da seca. Outra seria a procura de socorro com sociedades privadas, como as mantidas pela Igreja. A expressiva movimentação dessa população no período analisado produziu impactos sobre a percepção e a organização do mundo social dos atores que pensavam sobre o desenvolvimento do Nordeste. Por parte da Igreja Católica, a partir dos exemplos da arquidiocese de Natal e São Luiz, observamos que o foco no assistencialismo perdeu espaço para a intensificação dos debates sobre a necessidade de reformas mais profundas, maior planejamento e intervenção estatal. O governo brasileiro, por sua vez, diante o quadro dramático e crescente movimentação dos atores regionais, convocou a “Operação Nordeste” (OPENO).

O presidente da República solicitou que o Grupo de Trabalho<sup>439</sup> para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956, após o I Encontro dos Bispos realizado em Campina Grande, viesse a cumprir sua missão e apresentasse um relatório sobre o desenvolvimento da região. Dentre os grupos de trabalho criados pela administração Juscelino, o GTDN era o que até aquele momento parecia menos ter se desenvolvido. Criado com o objetivo de elaborar uma nova política para a região, o órgão só foi conclamado a elaborar um estudo sistemático sobre a região no contexto da seca de 1958. A Meta 31, como então foi chamada essa operação, chegava tarde – meados do mandato de Juscelino Kubitschek, mas apresentava um plano para o desenvolvimento do Nordeste, tratado até então, se comparado com a acelerada construção de Brasília e o boom industrial do Centro-Sul, como o filho enjeitado (D’AGUIAR, 1964:7).

Com isso, efetivamente, o “Plano Nordeste” mencionado por Juscelino no encontro dos bispos - analisado no capítulo anterior, consolidou-se como “Operação Nordeste” e foi convocado para assumir a direção do GTDN, o economista paraibano, Celso Furtado. Era setembro de 1958, quando Furtado voltava para o Brasil após sua

---

<sup>439</sup> A criação de grupos de trabalho foi uma tendência do governo Juscelino. Somada a outros dispositivos, os GT's estiveram vinculados a chamada “administração paralela” do governo JK; os grupos de trabalho representavam eficientes assessorias que preparavam projetos de lei ou de regulamentação sobre um determinado projeto em vista- e não simples relatórios – visando, principalmente, maior eficiência na padronização da oferta e manipulação dos incentivos. Como destacou Benevides, serviam como ponte entre Executivo e Legislativo. Comprometidos com o estudo de viabilidade de implementação de uma meta específica, os grupos de trabalho foram sendo gradativamente criados do início do governo até meados de 1959 (BENEVIDES, 1979:229).

estadia em Cambridge na Inglaterra, no King's College, onde produziu uma de suas mais importantes obras, Formação Econômica do Brasil (PINTO,2020: 76).

Furtado fazia parte de uma nova corte de tecnocratas que afirmavam sua própria experiência como planejadores regionais, os economistas. Ele já estava fora do país há pelo menos 10 anos trabalhando junto a CEPAL, onde aprimorou sua abordagem da teoria do desenvolvimento, orientado pelo já citado economista argentino, Raul Prebisch. A experiência adquirida junto à Cepal – e o interesse pessoal pelo Nordeste, foi a oportunidade ideal para que Furtado fosse um ator de expressão na busca pelo desenvolvimento nordestino.

Juscelino e Furtado se conheceram em Petrópolis. Na ocasião, Furtado pôde esboçar seus planos para o desenvolvimento da região da qual era nativo. Juscelino convidou o economista para coordenar o GTDN. Ao assumir a direção deste GT, Furtado, por conseguinte, ficou à frente da Operação Nordeste. Esse economista ao indicar os “pontos de estrangulamento ao desenvolvimento do país”, pautado no modelo de centro-periferia de Prebisch, indicava soluções para o problema regional que se inclinava para uma dimensão social da seca e tecendo críticas à chamada “solução hídrica”. Como observou Buckley, para tecnocratas como Furtado, na verdade, tratava-se de uma questão política de domínio desigual sobre a comida e a água. Isto é, o problema central era que seria necessário reformas visando uma reconfiguração social visando acabar com a fome e migração forçada, processo que em última instância tinha como objetivo reorganizar a economia regional, “aumentando a produção em vários setores, para sustentar uma população crescente mesmo nos anos de seca” (BUCKLEY, 2022: 207).

Além da seca, outros elementos ajudaram a chamar atenção de Juscelino para a região do Nordeste e o levou a convocar Furtado para coordenar esse processo. São exemplos as derrotas eleitorais sofridas naquele ano (eleições estaduais e municipais) - a oposição ao presidente vencera em estados como Pernambuco e Bahia (PINTO,2020: 76). Além do quadro eleitoral desfavorável, observamos ainda uma série de eventos já mencionados nesta tese e que estiveram articulados por atores regionais como o Congresso de Salvação do Nordeste (1955), o Seminário de Garanhuns - PE (1959).

Ainda em 1958, entre os dias 29 de julho de 1 de agosto de 1958, ocorreu o “Encontro de Salgueiro”, na cidade do interior pernambucano de nome homônimo. O evento teve como um dos principais articuladores a Comissão das Secas da Assembleia Legislativa de Pernambuco, presidida pelo deputado Barreto Guimarães. O encontro defendia que os problemas dos estados situados na área do Polígono das Secas não

poderiam ser defendidos senão em termos regionais. O evento reuniu parlamentares, técnicos e estudiosos. Em declaração ao jornal *Diário de Pernambuco*, Barreto Guimarães afirmou que esperava convidar o presidente Juscelino Kubitschek para encerrar o evento, este último que tem sido tão sensível aos problemas do Nordeste, não faltará, estou certo com o seu apoio às decisões do Encontro de Salgueiro.<sup>440</sup> Contudo, em Salgueiro compareceram dois governadores nordestinos, Cordeiro de Farias e Pedro Gondim; os outros, assim como Kubitschek, enviaram representantes, sendo o deste último o comandante do IV Exército, general Machado Lopes.

O temário do evento discutiu: 1) Aspectos sociais e econômicos do Nordeste; 2) Obtenção e aproveitamento das águas, na zona seca 3) Transportes, comunicação e abastecimento; 4) Alimentação, saúde; 5) Carta acordo, visando o fortalecimento da unidade de ação<sup>441</sup> Nas resoluções do Encontro de Salgueiro a crença no planejamento foi defendida, bem como chamaram atenção para a necessidade de mais pesquisas sobre as secas na região, e também sobre cerca de 127 projetos de estradas e irrigação. Essa reunião também solicitava a transferência do GTDN e do DNOCS para o Nordeste. À época, já se ventilavam os rumores de criação de uma instituição reguladora para a região, sendo esse o ponto principal de discussão que permeou o Encontro.

No ano seguinte, no dia 17 de fevereiro de 1959, ocorreu a solenidade de lançamento da Operação Nordeste, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Estiveram presentes parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e Dom Hélder Câmara, que se sentaram à mesa junto com o presidente Kubitschek e Celso Furtado. Nessa reunião, Furtado apresentou o relatório do GTDN. Com o título de “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”.

O documento foi apresentado para os governadores do Nordeste, políticos da região e da imprensa. Na introdução do relatório – que na interpretação de Ferreira (1999) é ao mesmo tempo teórico e prático<sup>442</sup>, o documento foi definido como “um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderiam modificar os dados desse

---

<sup>440</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 18/05/1958: 3.

<sup>441</sup> *Correio da Manhã* [Rio de Janeiro], 26/07/1958: 6.

<sup>442</sup> Em primeiro lugar, se constitui, praticamente, na primeira tentativa de elaboração de um específico planejamento do desenvolvimento econômico no Brasil, a partir do conceito de desigualdades regionais. Em segundo, fundamentou uma tentativa de aplicação das idéias da CEPAL de superação do subdesenvolvimento de uma região diagnosticada como deprimida e periférica inserida no contexto de um país, também periférico no contexto internacional, que exibia um centro dinâmico importante, no caso a região Sudeste, tendo a industrialização como fator fundamental de alavancagem. Portanto, a sua importância é tanto teórica quanto prática. No que se segue, procuraremos discuti-lo à luz destes pressupostos (FERREIRA, 1999: 44).



problema e encaminhar uma solução definitiva dos mesmos”. Dividido em quatro seções, além da introdução, a saber: O Nordeste Na economia Brasileira; Elementos Dinâmicos da Economia do Nordeste; Aspectos Econômicos do Problema das Secas; e Plano de Ação, o relatório contava com 94 páginas. Embora tenha sido publicado em nome do GTDN e seus técnicos, Furtado que o havia escrito.<sup>443</sup>

Através desse documento, foi apresentado uma análise detalhada sobre a economia nordestina e indicados planos de ação para reverter o quadro de perda de importância econômica da região e torná-la menos suscetível a graves impactos gerados pelas secas no semiárido. Dentre os pontos centrais para a resolução de problemas regionais estava: a disparidade dos níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul e a concentração verificada naquele; a regressividade do sistema tributário e a falta de compreensão institucional dos problemas da região, que acabam por acentuá-los através de programas de industrialização que privilegiam o Centro-Sul. O documento evocava a experiência de Furtado junto a CEPAL, em harmonia com a proposta da OPA defendida por Juscelino. Nessa direção, as soluções hídricas - como a construção e manutenção de estradas e barragens empregadas pelo DNOCS, foram criticadas.<sup>444</sup>

Assim, ao invés de se concentrar no clima e na hidrologia, como o fazia o DNOCS sem sucesso, o GTDN preocupou-se em examinar o contexto econômico mais amplo em que ocorreram as secas. Preconizando, por exemplo, uma intervenção estatal ampla, planejada de forma integrada, atacando em várias frentes os seus problemas estruturais mais relevantes, tal como relativos à renda.<sup>445</sup> Essa perspectiva, como vimos, vinha sendo destacada por outros setores da sociedade, tal como os sacerdotes brasileiros.

Outro ponto importante a se destacar refere-se ao fato de que o relatório do GTDN

---

<sup>443</sup> O estudo se originou no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, daí ter ficado conhecido, por muitos anos, como Estudo do GTDN, de autoria coletiva. Anos depois, ao voltar do exílio, Celso Furtado esclareceu: "o texto fora concebido e escrito por mim, mas evitei encaminhá-lo ao presidente da República com texto oficial introdutório assinado por mim. Essa tática foi providencial para sua sobrevivência quando caíram sobre nós os dias sombrios da ditadura militar, que me cassou os direitos e tornou 'suspeito' tudo o que contivesse o meu nome. Com efeito, ele pôde continuar a ser utilizado e citado, atribuindo-se a autoria ao GTDN. Desligado do nome do seu autor, pôde exercer a sua função de desvelador da realidade nordestina." (FURTADO, 1989).

<sup>444</sup> É importante salientar que em 1959, em meio a duras críticas e denúncias de corrupção esse órgão completava seus 50 anos de existência.

<sup>445</sup> De acordo com Ferreira, o plano de ação proposto pelo GTDN estava assente em quatro diretrizes básicas: a) intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrária da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e tomá-las mais resistentes ao impacto das secas; d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida (FERREIRA, 1999: 46-47).

não foi o primeiro documento importante a apresentar críticas à tradicional “solução hídrica”. Destacar esse aspecto não diminui o valor desse documento, ao contrário, demonstra como o mesmo avançava em diálogo com aspectos técnicos e científicos do período. Nesse sentido, ressaltamos que igualmente importante foi o relatório elaborado pelos técnicos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste, publicado em 1958. De acordo com Duarte (2002), os relatórios elaborados no ETENE sobre a seca desse período vão além da identificação da abrangência territorial daquele desastre natural e das perdas econômicas por ele provocadas. As análises, econômica e demográfica, continuam constituem diagnósticos relativos a uma extensa área da região nordestinas excluídas apenas a Zona da Mata e o Litoral Oriental e a Zona Fisiográfica do Meio Norte (basicamente o Estado do Maranhão), que naquela época não fazia parte do Nordeste (DUARTE, 2002:7-16). Em relação a esse último ponto, o documento do GTDN avança, uma vez que na perspectiva de Furtado o Maranhão era fundamental para a colonização.<sup>446</sup>

O documento do GTDN indicava desdobramentos importantes da OPENO, a criação de um organismo que planejasse o desenvolvimento regional (SUDENE) e a criação de um Conselho Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO).<sup>447</sup> Ao

---

<sup>446</sup> Os relatórios do ETENE insistem também na necessidade de industrialização do Nordeste como contraponto às desvantagens físico-climáticas, principalmente na zona semiárida. Para desenvolver esta última, os relatórios apontam a necessidade de políticas que propiciassem o desenvolvimento de uma agropecuária com níveis de produtividade satisfatórios. Os relatórios sugerem ainda - como o faria posteriormente o documento do GTDN - uma ação simultânea visando à industrialização do Nordeste e a emigração controlada, para áreas de colonização, de parte da população mais vulnerável aos efeitos da seca. Os relatórios justificam essa política tanto como uma forma de aliviar a pressão demográfica em extensa área do Polígono das Secas, como uma solução para o povoamento dos espaços vazios então existentes no país. A proposta de um plano articulado de industrialização e colonização (a par de medidas voltadas para a diminuição da economia de subsistência na zona semiárida e para o aumento da produtividade da agricultura canavieira na Zona da Mata) é tida como uma importante contribuição apresentada, também pelo GTDN, para o desenvolvimento da região (DUARTE, 2002:7-16).

<sup>447</sup> Após a reunião, diversos dos governadores informaram à imprensa suas avaliações daquele encontro com o presidente da República. Cid Sampaio, de Pernambuco, afirmou que tinha boas impressões sobre as palavras do presidente Kubitschek e a exposição do economista Celso Furtado em todo o decorrer da reunião. Declarou ainda que estaria confiante em que muito se fará pelo desenvolvimento econômico do Nordeste, como o apoio a colaboração, como é lógica, dos governadores de todos os Estados. O governador da Paraíba, Pedro Gondin, também se mostrou favorável as explanações no lançamento da OPENO. Afirmou que apenas lhe preocuparia a constituição do órgão de sustentação de Operação. Os recursos que lhe sejam postos em mãos, e o desembaraço de sua mão precisam ser dinâmicos. O governador de Sergipe, afirmou após a reunião ratificava seu crédito ao presidente da República. Munis, o governador de Alagoas, afirmou que o presidente teria surpreendido a todos com expressões de decisão que ultrapassaram a expectativa no que se refere ao início imediato da Operação Nordeste. Parsifal Barroso, governador eleito do Ceará - cujo a eleição representava a derrota do partido de Juscelino, também se mostrou favorável, afirmando que a OPENO era oficializada pelo poder legislativo, naquela reunião, como prova das intenções que vem ao encontro das aspirações nordestinas. Também os deputados dos estados nordestinos foram ouvidos na mesma reportagem. E a propósito da importante Operação Nordeste, Barreto Guimarães, de Pernambuco, presidente da Comissão das Secas da Assembleia de Pernambuco, se mostrou otimista com o

final da cerimônia em Petrópolis, o presidente assinou mensagem ao Congresso encaminhando projeto de lei para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e um decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) - que com vida provisória e com sede no Recife, implantaria a nova política até a aprovação da lei referente à nova autarquia. Entretanto, até sua aprovação em dezembro, a autarquia seria alvo de debates e críticas. Na segunda edição do encontro dos bispos do Nordeste, como veremos adiante, somaram-se as mobilizações que engrossaram o caldo de reivindicações e críticas à falta de planejamento para o Nordeste e a favor da institucionalização do novo órgão.

Apenas em março de 1959, o conselho deliberativo da CODENO foi instituído pelo presidente Juscelino com indicações de representantes de alguns ministérios e órgãos federais, nove governadores dos estados compreendidos no Nordeste e Dom Hélder Câmara.<sup>448</sup> O fato de um dos membros integrantes da CODENO ser o secretário geral da CNBB, representou o reconhecimento oficial da ação dos bispos nordestinos e um esboço de uma nova forma de tratamento para a região. Contudo, a participação da instituição religiosa no referido conselho, como veremos, não esteve isenta de críticas.

A instalação do CODENO ocorreu no dia 25 de abril de 1959 no Teatro Santa Isabel, em Recife, capital pernambucana. Na ocasião compareceram os governadores de Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Bahia, Piauí, representante do governador de Alagoas, e o governador do Maranhão. Em um discurso de 20 laudas - com trechos escritos pelo próprio Juscelino e por Celso Furtado<sup>449</sup>, o presidente deu mostras de como estiveram imbricadas as relações entre a política externa do país e o desenvolvimento nordestino. Juscelino afirmou que a Operação Nordeste seria a aplicação, por um país, dos princípios da Operação Pan-americana.<sup>450</sup> Demonstrando, em suas palavras, que a sociedade brasileira seria capaz “de fazer dentro de casa, aquilo que almejamos, em escala

---

plano de recuperação regional apresentado no evento. Afirmou que o “diagnóstico foi perfeito, entretanto, a terapêutica foi muito fraca para a importância da moléstia”. O deputado afirmou que o Encontro de Salgueiro (1958), do qual foi um dos organizadores, teria tido conclusões muito mais precisas e importantes. Afirmou: muitos dos que participaram do encontro do Salgueiro – prosseguiu- estavam ontem presentes no Catete. De vários ouvi comentários semelhantes. Por outro lado, fiquei otimista. Na exposição do presidente deu cunho nacional aos problemas que até agora eram tidos como regionais. **FONTE:** *Jornal do Comércio* [Rio de Janeiro], 20/02/1959: 1.

<sup>448</sup> Os nomes envolvidos eram, Celso Furtado, diretor executivo e representante do BNDS, Mário Magalhães, pelo ministério da Saúde, Josué Monteiro, pelo Ministério da Educação, Parente Pessoa, pelo DENOCS, Dom Helder Câmara, CNBBB, Fernando Mota, pelo Banco do Nordeste, Osvaldo Menezes, pelo Ministério da Agricultura, Francisco Mendes, pelo Ministério da Fazenda e Guimarães Duque, pelo Ministério da Viação. **FONTE:** *Diário de Natal* [Natal], 03/03/1959:1.

<sup>449</sup> *Última Hora* [Rio de Janeiro], 25/05/19:4.

<sup>450</sup> *O Globo* [São Paulo], 27/04/59:3.

maior, para o continente.”

É importante frisar também nesse evento a participação dos embaixadores da Colômbia, Costa Rica e do Equador. O embaixador equatoriano, Ricardo José Chiriboga, realizou um discurso na ocasião. O político elogiou a iniciativa de Juscelino por ter lançado a OPA, afirmando que a OPENO seria uma importante etapa da primeira. Em suas palavras: “Todos nós sentíamos essa tremenda necessidade de sairmos do subdesenvolvimento, mas faltava quem desse corpo a esse anseio. Houve, porém, um homem com coragem e com vontade capaz de tornar a iniciativa em um movimento que nos trará a justiça social que desejamos”. No jornal *O Globo* o discurso do político foi descrito como “uma peça oratória das mais desvanecidas para o Brasil e para o presidente Juscelino”. Segundo o impresso: “Estamos na hora da unidade das américas, asseverou, estamos congregados em torno de uma filosofia, uma ideia – a operação pan-americana – que será a salvação dos nossos povos”. Para o embaixador equatoriano, a iniciativa do presidente brasileiro, demonstrava que ele seria “não apenas um brasileiro, mas um cidadão das américas”. A participação de representantes de outros países no debate sobre o desenvolvimento brasileiro chama atenção para o fato de que “os principais elementos das políticas de desenvolvimento que estavam sendo buscados pelas autoridades brasileiras encontraram eco entre grupos semelhantes em outras partes do mundo” (IORIS, 2017:132).

Terminada a solenidade de instalação do CODENO, do Recife, no mesmo dia, 25 de abril de 1959, o presidente rumou para Garanhuns, interior pernambucano, a 230 quilômetros dali, onde foi presidir o início os trabalhos do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação Pernambucana da Indústria. Como afirma Cabral (2011), esses foram os dois primeiros eventos para a apresentação da SUDENE no estado onde o órgão seria sediado. Esse autor afirma que cerca de 400 pessoas estiveram presentes na abertura dos trabalhos dos quais Celso Furtado estava à frente (CABRAL, 2011: 27). Na ocasião, o economista paraibano estabelecer os seus primeiros entendimentos com grupos privados<sup>451</sup> Furtado chegou a dar palestras no Seminário, argumentando que a industrialização nordestina seria a única forma de garantir sua prosperidade, sendo a iniciativa privada enormemente necessária nesse aspecto. Na ocasião também esteve presente Dom Hélder Câmara, que também havia estado em Recife para o lançamento da

---

<sup>451</sup> *Jornal do Comércio* [Rio de Janeiro], 04/03/1959:1.

CODENO.

O Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste buscou apreciar um programa de industrialização do Nordeste. Nesse evento foram realizados estudos sobre a implantação de siderurgia, criação de novas indústrias, utilização de matérias primas locais, modernização das indústrias já existentes, desenvolvimento de indústrias alimentícias, expansão do mercado regional, modificação da estrutura agrária – sobre reforma agrária destaque a atuação do deputado Josué de Castro. Segundo Carvalho, o evento foi de importância fundamental para o estabelecimento de um consenso, entre o empresariado, sobre o Nordeste e a atuação do CODENO, que continuou após a criação da Sudene e permitiu o uso dela por parte desta classe - positivamente ou não (CARVALHO, 2019: 128).

Chama atenção editorial do jornal *Diário de Pernambuco* sobre a tese de José Arthur Rios, apresentada no evento, acerca da necessidade de reforma agrária. Segundo o jornal, a tese do sociólogo se identificava com o pensamento e orientação da Igreja “diante da necessidade de reforma agrária no país, que dê melhores condições de vida ao trabalhador rural das diferentes regiões.” Segundo o periódico,

A base da tese do sr. José Arthur Rios é a desapropriação das terras férteis, na faixa litorânea, e na região semiárida junto às vazantes e ao redor dos açudes. Se recomendada, e posteriormente concretizada, pode vir a representar uma tomada de posição contra o sistema das grandes plantações (os “plantations system” que caracterizaram o sul dos Estados Unidos) que dão ao Nordeste agrário a nota mais viva e colorida, no conjunto econômico regional.

Que orientação ideológica assume o sociólogo Arthur Rios – uma quase “vedete” neste Seminário de técnicos e homens responsáveis – ao formular esses problemas? Parece ser a de um líder católico- e ele o é – de extrema avançada. Estou quase certo de que, vestido de batina, seria um daqueles “Padres Operários” que causaram espanto aos católicos mais ortodoxos, na França e no Mundo.

O desenvolvimento integral do Nordeste exige a modificação da estrutura agrária -destaca no documento básico preparado para a comissão especial do Seminário- e, ao mesmo tempo, o planejamento coordenado da agricultura e da indústria. Essa modificação da estrutura agrária, que será baseada, fundamentalmente, numa intervenção estatal, dependerá, de início, de uma providência governamental para desapropriação de áreas férteis e imediata implantação de colônias de lavradores que se dedicam à produção de alimentos. Essas áreas deverão abranger: a) terras da zona da Mata onde existem as melhores condições de umidade e fertilidade e onde a pressão demográfica e a concentração de propriedade é máxima; b) terras ao redor dos açudes, em torno dos centros urbanos e nas zonas em que se pretende introduzir indústrias; c) terras das vazantes e pé de serra, onde há condições para o desenvolvimento da lavoura de subsistência das terras as próprias serras, onde o cultivo desorientado vem prejudicando a conservação do

solo.<sup>452</sup>

A aproximação com a perspectiva dos bispos nordestinos é evidente. E muitas dessas questões, como veremos, foram tratadas no IIEBN. Por fim, no Seminário, os industriais demonstraram que também tinham em suas preocupações o lançamento de algum órgão planejador para a região, como indicam estudos feitos por economistas da CNI - entre eles, João Paulo de Almeida Magalhães - para o evento, que delinearão a defesa da “criação de um organismo capaz de executar política de desenvolvimento econômico nesta área”<sup>453</sup> Nesse sentido, o apoio de Juscelino foi bastante estratégico, como forma de aproximar-se de uma classe altamente interessada - e essencial - para o projeto que então se lançava.

A conjuntura arrolada até aqui nos demonstra, como argumenta Carvalho (2019), o problema nordestino e sua escalada atingiu várias frentes, grupos e níveis sociais dos mais distintos, reforçando a urgência de soluções e o caos que se colocava no cotidiano regional. E a Igreja católica acompanhou ativamente essa conjuntura. A discussão das disparidades regionais deu-se de maneira simultânea em vários espaços, por grupos nem sempre ligados, mas que tinham em mente um mesmo objetivo: tentar entender os porquês de ser o Nordeste, naquele momento, o lugar que ameaçaria o Brasil como uma “bomba-relógio” (CARVALHO, 2019:128). Os eventos mencionados acima, por exemplo, somados ao IIEBN que analisaremos no tópico a seguir, reivindicam um caráter prático, a defesa ao desenvolvimento e, por conseguinte, constituíram-se como apelos e contribuições fundamentais para a criação da SUDENE<sup>454</sup>. Entretanto, o encontro dos bispos nordestinos, mais do que reclamar a criação de uma autarquia para o desenvolvimento daquela região, em suas conclusões já considerava a sua existência. Nas recomendações finais deste evento, inclusive, os bispos chegaram a propor sugestões à autarquia cuja lei, apresentada em fevereiro de 1959, ainda estava em votação. Como demonstramos nos tópicos anteriores, por sua experiência e expertise - em particular, durante a seca de 1958, a Igreja norte-rio-grandense foi a sede da segunda edição do

---

<sup>452</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 01/05/1959:1.

<sup>453</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 15/01/1959: 3.

<sup>454</sup> Um apoio inicial conseguido por Celso Furtado ao projeto da Sudene se destaca. O de Paulo Bittencourt, então diretor do *Correio da Manhã*, à época o principal jornal da capital. Este jornal foi fundamental para a receptividade geral do projeto e para colocar o assunto na pauta de discussão política do País. Inicialmente, pode-se destacar a publicação de entrevista com Celso Furtado falando do projeto da Sudene e, depois, a série de matérias feitas por Antônio Callado no Nordeste -que popularizou a expressão “Indústria das Secas” e, em geral, tratava sobre as consequências das políticas do DNOCS, nas quais relata a exploração do trabalhador rural pelos latifundiários e a luta das Ligas Camponesas contra esta exploração (CABRAL, 201:22)

evento da CNBB, que com mais afinco que na edição anterior, reivindicou mudanças no tratamento federal para com a questão regional.

### **5.3 Fé e esperança: II Encontro dos Bispos do Nordeste**

Três anos depois do 1º Encontro dos Bispos do Nordeste na Paraíba, foi a vez da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, receber a segunda edição do evento convocado pela CNBB, nos dias 24, 25 e 26 de maio de 1959. A nova reunião colocou em plenárias políticas do governo e da oposição em um contexto cada vez mais crítico na região nordestina. O principal argumento era a necessidade de regular as discrepâncias entre o Nordeste e o Centro-sul do país. Em maio de 1959, todo contexto arrolado nos tópicos anteriores, somados ao movimento dos atores nordestinos, foi fundamental para que durante o evento temas como “reforma agrária” - que pouca atenção recebeu na edição de Campina Grande, não fossem desviados.

Nos arquivos da Arquidiocese de Natal, consta que seriam distribuídas pelo menos 310 credenciais para o evento da CNBB. Entre os participantes estavam o presidente da República, os governadores da Paraíba e do Rio Grande do Norte, respectivamente, Pedro Gondim (1914-2005) e Dinarte de Medeiros Mariz (1903-1984). Representantes comerciais e representantes de diversos órgãos públicos federais e internacionais, como José Irineu Cabral da ABCAR e Akida Ohtami, embaixador do Japão, também estiveram presentes (ANEXO VI - Lista dos Bispos signatários do IIEBN).

No jornal *Diário de Natal* foi destacado que os pontos expostos durante o Seminário de Garanhuns, realizado em Pernambuco no mês anterior, seriam analisados no IIEBN. Além disso, aconteceria o debate sobre reforma agrária, dentro de um plano elaborado por Dom Hélder Câmara. O editorial destacou que ocorreriam debates sobre o aproveitamento das riquezas do Nordeste e, sobretudo, os seus aspectos humanos e sociais. Como na primeira edição do evento, os bispos defenderam o desenvolvimento integral e enfatizavam a necessidade de que a agricultura recebesse igual tratamento às ações que visavam a industrialização do país. No jornal carioca *Folha Popular* destacou-se que a reunião dos bispos buscava se posicionar diante da reforma agrária,

Como se sabe, os bispos anunciaram em Garanhuns a sua discordância de algumas resoluções do seminário ali realizado como proposta do economista Celso Furtado, que, manifestando-se contrariamente à reforma agrária defendida pelo Clero, apresentou como caminho para resolver a crise econômica e social do Nordeste, proposta no sentido de um desoltamento da fronteira agrícola, da região em direção ao

Como afirma Gomes (2007), a reforma agrária, assim como as reformas distributivas, só se tornou fundamental para o desenvolvimento econômico, no pensamento de Furtado, no pós-1964.<sup>456</sup> Antes disso, esse economista percebia que a política de desenvolvimento para o Nordeste deveria abarcar diferentes linhas de ação, correspondentes às diferentes características ecológicas de cada sub-região nordestina.<sup>457</sup> Furtado defendia a criação das “frentes de colonização” com base no escoamento do excedente populacional e na criação de uma infraestrutura que permitisse o escoamento da produção. A região semiárida deveria se especializar na produção de xerófilas e na pecuária, além de diminuir a agricultura de subsistência. Esses aspectos foram preconizados no documento final do GTDN.<sup>458</sup>

Para a Igreja Católica, embora houvesse fissuras dentro de si sobre a questão, como afirmou Dom Hélder em entrevista ao jornal *O Globo* na época do evento, “parecia impossível ignorar a necessidade da reforma agrária”. Citando estudos da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), na mesma entrevista o bispo destacou que o “relevante assunto” seria discutido no IIEBN em termos “extra partidários e interpartidários”. Afirmou também que os sacerdotes dispunham de “estudos serenos e de valor”, como os da aludida comissão. Criada em julho de 1951, durante o governo de Getúlio Vargas, a CNPA estava vinculada ao ministério da Agricultura até ser extinta e substituída pelo Conselho Nacional de Reforma Agrária, criado pelo Decreto nº 612-A, de 15 de fevereiro de 1962 (BERCOVICI, 2020:217). Seu objetivo era realizar estudos e projetos relacionados à reforma da legislação agrária e acesso à terra própria. O primeiro trabalho da comissão, *Diretrizes de uma reforma agrária*, provocou duras críticas da Sociedade Rural Brasileira e das federações das associações rurais de São Paulo e do Rio

---

<sup>455</sup> *Folha Popular* [Rio de Janeiro], 30/05/ 1959:2.

<sup>456</sup> Embora o tema “reforma agrária”, com relação ao problema do desenvolvimento econômico do Nordeste, tenha sido trabalhado por Furtado no texto *A Operação Nordeste*, que corresponde a uma conferência proferida por ele no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esse tema só foi abordado depois da exposição principal, no momento do debate com as pessoas que acompanhavam tal evento. Para o economista paraibano, a reforma agrária seria, nesta região semi árida da caatinga, contraproducente, pois eliminaria suas bases econômicas (GOMES, 2007: 162).

<sup>457</sup> Na perspectiva de Furtado, no semiárido, mais especificamente na região de caatinga, havia-se implementado uma economia extremamente vulnerável à seca. Seria, então, primordial um melhor aproveitamento dos recursos da região e, para isso, era preciso reorganizar sua agricultura, que teria como pressuposto diminuir a densidade populacional, por meio do deslocamento da fronteira agrícola nordestina, principalmente rumo às terras úmidas do Maranhão, as quais são mais férteis e poderiam ser destinadas à produção de alimentos para o restante do Nordeste (IDEM: 162).

<sup>458</sup> GTDN, 1959: 84.



Grande do Sul. Diante da oposição de amplos setores ligados aos interesses agrários dominantes, as atividades da comissão pouco contribuíram para medidas concretas, apesar de terem acrescentado novos dados para o amplo debate nacional sobre reforma agrária. Entre alguns dos membros desta comissão, estiveram presente Josué de Castro, José Artur Rios, João Gonçalves de Sousa, atores recorrentemente citados nesta tese e envolvidos em debates e ações mobilizados e mediados pela Igreja Católica, como as semanas ruralistas.<sup>459</sup>

Durante a década de 1950 e 1960, havia no interior da Igreja duas tendências bem nítidas: uma “anti” e outra “pró” reforma agrária. Segundo Amado, ambas tinham em comum o anticomunismo (AMADO, 1996: 31). A tendência “pró reforma” foi expressa a partir dos bispos nordestinos que viemos analisando ao longo desta tese. Sacerdotes que via CNBB, desde o início da década de 1950 vinha discutido a questão agrária e a necessidade de reformas. Entretanto, “mesmo congregando algumas das mais expressivas novas lideranças do clero”, essa ala encontrou resistências dentro da Igreja. A outra tendência, por seu turno, mais conservadora, era constituída por bispos importantes que, de acordo com Amado (1986), eram de “grande destaque no país, tanto em ambientes intelectuais quanto entre os católicos”. Dentre eles destacavam-se, Dom Antônio de Castro Mayer (1904-1991), Bispo de Campos – SP- autor de livros publicados em vários países, Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999), – bispo de Jacarezinho – PR, que foi destacado por Amado como pioneiro no meio católico da luta contra os aspectos socialistas e “anticristãos” da reforma agrária<sup>460</sup>. No início dos anos 1960, essa última ala mobilizou-se, juntamente com outros setores conservadores da sociedade, em um forte movimento civil que apoiou o golpe de estado de 1964, interrompendo, portanto, o debate sobre um desenvolvimento mais inclusivo e integral.

Apesar de todo o movimento discutindo reforma agrária, o governo Juscelino deu pouca prioridade ao tema. Mesmo com todo o apoio ao capital industrial, nada impedia Kubitschek de ter uma grande base de apoio - talvez a sua mais importante - dentro dos setores ruralistas, mais ligados ao seu partido, e principalmente aqueles que fossem mais

---

<sup>459</sup> CNPA: Disponível em: [http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-nacional-de-politica-agraria-cnpa#:~:text=COMISS%C3%83O%20NACIONAL%20DE%20POL%C3%8DTICA%20AGR%C3%81RIA%20\(CNPA\)&text=Tinha%20como%20objetivo%20estudar%20e,e%20o%20bem%20Destar%20rural](http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-nacional-de-politica-agraria-cnpa#:~:text=COMISS%C3%83O%20NACIONAL%20DE%20POL%C3%8DTICA%20AGR%C3%81RIA%20(CNPA)&text=Tinha%20como%20objetivo%20estudar%20e,e%20o%20bem%20Destar%20rural). Acesso em 27/09/2022.

<sup>460</sup> Terceiro bispo da diocese: D. Geraldo de Proença Sigaud teve seu episcopado em Jacarezinho durante os anos de 1947-1961, quando foi transferido para a arquidiocese de Diamantina (MG). Segundo Amado, já em 1953, D. Sigaud já havia publicado um artigo sobre a questão do ponto de vista conservador (AMADO, 1996: 35).

destinados à produção para consumo interno (MOREIRA, 1998). Segundo essa autora, nesse período a sociedade brasileira teria assistido à ampliação do setor agrário<sup>461</sup>, que, ao contrário do que supunham alguns intelectuais desenvolvimentistas—especialmente ao vinculados ao ISEB, não era contra o projeto de industrialização de JK. A autora argumenta ainda, que a elite rural que deu estabilidade ao governo de Juscelino acreditava que a reforma agrária se reduzia à simples modernização do latifúndio ou a industrialização da agricultura. Os setores agrários foram um dos mais interessados no processo de direcionamento ao mercado nacional, portanto, em total consonância com a meta prioritária de Juscelino, a Construção de Brasília - que incluía ainda a construção de um cruzeiro rodoviário (MOREIRA, 1998:177).

Portanto, com JK, a perspectiva federal preconizava a modernização agrícola por meio da difusão de tecnologias e da instrumentalização para o trabalho em detrimento de uma reforma agrária. Salvo em pequenos ajustes e ações, seja por pressão de movimentos sociais ou por fatores ambientais, como evidenciamos na mobilização de bispos nordestinos durante a seca de 1958. Foi nessa conjuntura, que diante a maior tensão ideológica dos inícios dos anos 1960, a reforma agrária se projetava como produto de confrontação aberta e direta (BASTOS, 1984). Exemplo disso é o lema “na lei ou na marra” mobilizado por organizações vinculadas às Ligas Camponesas. Em Recife, em 1959, houve a desapropriação de uma fazenda, o Engenho da Galiléia, que estimulou a expansão das Ligas para vários outros estados brasileiros.

É preciso considerar ainda que, no período em questão, a Revolução Cubana estimulou ainda mais o clima de tensão em relação à influência que poderia exercer para movimentos populares no Nordeste. Nessa conjuntura, cada vez mais, as medidas governamentais repercutiam na opinião pública, principalmente em relação à realidade nordestina, como pertencentes à esfera dos discursos e da retórica. Críticas contundentes passaram atingir mais diretamente órgãos públicos como o DNOCS e o próprio presidente da República.

Diante disso, as ações governamentais, inclusive as vinculadas aos decretos derivados do IEBN em 1956, precisavam ser reavaliadas, aspecto que mais uma vez mobilizou os bispos nordestinos, culminando na convocação do IIEBN. Desde o Rio de Janeiro, Dom Hélder trabalhou nos preparativos do evento. No Palácio São Joaquim, sede

---

<sup>461</sup> Segundo a autora, o movimento para o interior reforçado com a construção da nova capital, foi uma ótima oportunidade para aquisição de terras ainda inabitadas, vide a pouca atenção dada ao programa de colonização pelo governo, além da crise do Serviço de Proteção ao Índio (MOREIRA, 2008:186-188).

da CNBB, ocorreram pelo menos duas reuniões entre este bispo e Dom José Delgado, de São Luís, Dom Otávio Aguiar, de Campina Grande, Dom Severino Mariano, de Pesqueira, Dom Eugênio Sales e Dom José Távora – naquela altura Bispo de Aracaju, para tratar da organização do encontro em Natal.<sup>462</sup>

O IIEBN também contou com reuniões sob a orientação de Dom Eugênio em Natal, o bispo auxiliar organizou comissões preparatórias, sendo elas: de hospedagem, propaganda, recepção e organização interna da reunião.<sup>463</sup> Em meio aos preparativos chama atenção um telegrama enviado à arquidiocese pelo prefeito de Caraúbas, do interior do Rio Grande do Norte. O telegrama é mais uma evidência dos diferentes interesses que se encontram tendo no evento dos bispos um momento e espaço para debates e indicações segue o texto da correspondência:

Neste momento histórico para o Rio Grande do Norte eu relembro mês de outubro de 1933 quando na qualidade de prefeito deste município hospedei nossa casa grande presidente Getúlio Vargas que visitava esta região então assolada por crise climatérica tendo nesse dia numa breve saudação levantando sua candidatura presidente constitucional república hoje quando preclaro presidente Juscelino Kubitschek vem presidir no estado esse certame constituído de ilustre príncipes da igreja católica apoiados governadores diversos estados para apreciação atividades decorrentes reunião diversos estados para apreciação de atividades decorrentes da reunião dos preados teve lugar em campina grande para tratamento solucionar problemas todo nordeste brasileiro ocupando mesmo cargo fui inspirado idêntica lembrança levantando agora candidato presidente república mesmo presidente Kubitschek para que assim ele terminar seu magnânimo programa governamental que vem redimir esta região se a mim permitindo agora falar como humilde prefeito de Caraúbas apresentando sugestões a esse grande certamente eu pediria a construção de açude juventude ou livremente entravados nesse município ou pelo menos término da barragem apanha peixe iniciada no meu governo em 1933. Desde então prestando inestimáveis serviços elevando a capacidade desse reservatório atingir quarenta e cinco milhões metros cúbicos exigindo apenas quinhentos mil cruzeiros para terminar a obra...pediria também criação de escolas de comércio aqui não temos nenhum estabelecimento ensino secundário e profissional nos moldes existentes em Caridade, Ceará. Finalmente pediu ainda a construção nesta cidade de um grupo de trinta casas populares contado terem sido despachadas para cujo terreno se acha doado pela prefeitura.<sup>464</sup>

O episódio demonstra que a defesa de um “planejamento global”, reivindicada e defendida nas ações, seja da Igreja ou de alguns intelectuais e técnicos vinculados ao Estado, esbarrou em interesses regionais muito bem situados. Muitos projetos

---

<sup>462</sup> *Jornal do Dia* [Rio de Janeiro], 12/05/1959: 3.

<sup>463</sup> *Diário de Pernambuco* [Recife], 20/05/1959: 3.

<sup>464</sup> Correspondências recebidas SAR [AMAN].

apresentados como soluções de desenvolvimento para a região, necessariamente, poderiam não ser as melhores alternativas, mas em alguns casos poderiam, por exemplo, suavizar a imagem e ações do presidente diante da opinião pública. A relação com a opinião pública é mais uma evidência de que, como em sua edição anterior, o IIEBN constituía fortes vínculos como propaganda oficial.

O papel e exemplo da Igreja no Nordeste, como a arquidiocese de Natal, vinha informando a CNBB sobre possibilidades de reformas mais profundas, com destaque a estrutura agrária brasileira. Durante o evento, o pensamento dos bispos nordestinos sobre reforma agrária foi expresso pela voz do arcebispo de São Luís, Dom José Delgado. Entre os grupos de estudos mais movimentados do IIEBN estava o “Estrutura Agrária”, que esse bispo presidiu. Esse grupo foi definido no *Diário de Natal* como o mais importante de todos e o que reuniria maior número de matérias.<sup>465</sup> Os grupos de estudos, como na edição de Campina Grande, formulariam indicações, proposições e recomendações gerais que dariam forma a um documento final. Os outros grupos foram: *Educação de Base e Promoção da Classe Operária; Migrações Internas, Agricultura e Abastecimento; Maternidade e Infância e Grupo do Cariri*.

Dom José Delgado vinha desenvolvendo importante papel nos debates sobre estrutura agrária no Maranhão. Como vimos anteriormente, em uma das semanas ruralistas sob sua direção, esse sacerdote apresentou um projeto de lei sobre redistribuição de terras e uma experiência de colonização no Maranhão, esse primeiro foi aprovado pelo governador e enviado à assembleia legislativa estadual. Naquela altura, ocasião do IIEBN, o projeto ainda estava em votação. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Dom Delgado disse: “embora os resultados da semana [ruralista] ainda não tenham dado resultado, a criação da Secretaria de Estado da Agricultura em 17 de maio daquele período trouxe esperança, além de novas estradas”<sup>466</sup> Chama atenção o fato de o estado do Maranhão ter criado uma secretaria de Agricultura apenas nesse período.

Para Dom Delgado, a reforma agrária que seria debatida no IIEBN não se tratava de “um pensamento próprio”, mas um reflexo da doutrina da Igreja. O bispo definiu a posição da instituição como eminentemente comunitária, pois, “mais do que nunca” a Igreja e seus bispos buscavam “a unidade da família humana não divididos em classes que se interdevoram”. A comunidade, segundo o sacerdote, transcendia o poder das

---

<sup>465</sup> *Diário de Natal* [Natal], 26/5/1959:8.

<sup>466</sup> *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro], 26/5/1959:3.

inteligências individuais reclamando reflexões de gerações e de séculos. Portanto, em sua perspectiva, “reformas tangidas pela tendência socializante ou inspirada em paliativos da economia individual-liberal, poderia agravar desastrosamente a situação político-social”. Assim, era preciso “antes de legislar” e de se “pensar uma reforma perfeita, “cumpre-nos, sem demora, com firmeza e animados do mais construtivo patriotismo, enfrentarmos com todos os recursos e pobreza da comunidade brasileira a várias e extensivas experiências de Reforma por todos os quadrantes do Brasil”. Era preciso ainda, continuou, “dar lugar ao melhor esforço de participação do povo [...] para firmar uma legislação menos inconsistente, mais sistematizada e mais sábia em terreno tão movediço”<sup>467</sup>

Ao analisar esse discurso observamos continuidades em relação ao que uma década antes foi defendido na pastoral de Campanha (1950). A novidade está na reelaboração das discussões sobre a comunidade e na defesa de reformas mais profundas, para as quais projetos pilotos poderiam informar caminhos. Naquela altura, além dos projetos do bispo Eugênio Sales, nos vales úmidos do Rio Grande do Norte, a Igreja vinha desenvolvendo uma experiência piloto de reforma agrária no estado de Goiás, sob a liderança de Dom Fernando Gomes, que em 1956 colaborou e compareceu nas edições do IEBN em Campina Grande quando ainda exercia o cargo de bispo de Aracaju (AMADO, 1996).

A seguir um quadro com as principais atividades no evento cuja instalação ocorreu na Escola de Serviço Social de Natal no dia 23 de maio de 1959.

**Quadro 5.** Programação do IIEBN em Natal

<b>Sábado</b> 23/05/1959	<b>20: 00hr:</b> Reunião dos Bispos na Escola de Serviço Social
<b>Domingo</b> 24/05/1959	<b>08:30hr:</b> Reunião privativa dos bispos na escola de serviço social (sala reservada aos bispos) <b>09:30hr:</b> Reunião privativa entre bispos e técnicos, até as 11:30 <b>14: 30hr:</b> Reunião entre bispos, técnicos e pessoas interessadas (devidamente credenciadas pela secretaria até as 17:30). <b>19:00hr:</b> Missa na Catedral metropolitana.

<sup>467</sup> *Diário de Natal [Natal]*, 27/5/1959:6.

<b>Segunda-feira</b> 25/05/1959	<b>8:30hr</b> as <b>9:30hr</b> : Reunião privativa dos bispos <b>9:30hr</b> às <b>11:30hr</b> : Reunião dos diversos grupos de discussão <b>14:00hr</b> : reunião privativa dos bispos <b>15:00hr</b> : continuação das reuniões de grupos de estudo <b>17:30hr</b> : Cock-fael na escola doméstica de Natal <b>20:00hr</b> : Conferência de Celso Furtado Reunião privativa dos bispos
------------------------------------	---

**FONTE:** *Diário de Natal [Natal]*, 27/5/1959:6.

A missa de abertura foi realizada por Dom Hélder Câmara, na catedral metropolitana. Durante o evento ocorreram três tipos de reuniões: privadas, em que os bispos debatiam a partir do ponto de vista da Igreja; mistas, em grupos, nas quais submetem apreciação dos técnicos os projetos e participantes; reuniões plenárias<sup>468</sup> No domingo, antes da missa, os trabalhos começaram pela manhã com a discussão dos principais pontos da agenda em reunião privada.

Em seu discurso, Dom Hélder se referiu ao desequilíbrio econômico da região e parabenizou as ações que o governo vinha realizando em relação ao Nordeste desde o IEBN quando do início do governo JK, em 1956. Em seguida, o sacerdote afirmou que os bispos nordestinos complementam o planejamento da Operação Nordeste, dando-lhe “uma nota humana e cristã”.

O economista Celso Furtado participou da segunda edição do encontro dos bispos nordestinos e discursou defendendo que caberia à Igreja incentivar as lideranças locais e aplicar as capitais na região. Para o economista, não seria possível resolver o problema do Nordeste limitando as preocupações apenas ao setor público, uma vez que grande parte dos investimentos seriam de responsabilidade do setor privado. Portanto, em sua perspectiva, a Igreja ajudaria no convencimento de bons “homens cristãos”. Furtado – relata ter sido sabatinado pelos bispos, em uma reunião a portas fechadas, sobre a Operação Nordeste que, em suas palavras, em nada se chocava com as ações empreendidas pela Igreja até então.

No dia 25 de maio, Juscelino chegou a Natal para presidir a cerimônia de encerramento sob forte chuva. Na ocasião, o avião que transportava o presidente teve que

<sup>468</sup> *Diário de Notícias* [Rio de Janeiro], 27/05/1959: 2.

sobrevoar o espaço aéreo da cidade por cerca de 20 minutos antes de fazer um pouso de emergência. O aeroporto estava cheio de autoridades e políticos para recepcionar o presidente. Ao descer do avião, Juscelino, apesar de toda chuva, de dentro de um Jeep passou em revista contingentes da Aeronáutica, Exército, Marinha e Polícia Militar. Depois de receber cumprimentos do governador do Estado, o presidente dirigiu-se à Faculdade de Serviço Social de Natal, onde se reuniu privativamente com os bispos do Nordeste.

No teatro Alberto Maranhão, com todas as suas dependências lotadas, ocorreu o encerramento do IIEBN. À mesa estavam sentados o presidente da República, o núncio Apostólico, Dom Hélder Câmara, e os governadores Dinarte Mariz e Pedro Medeiros.<sup>469</sup> Improvisando um discurso, JK afirmou: “Dom Hélder criou dificuldades para mim – ao comentar o pedido de energia elétrica para o Rio Grande do Norte”. Em seguida, continuou o presidente: Vou cumprir o que Dom Hélder me pediu, criando agora uma dificuldade a Celso Furtado, a saber: que antes de acabar o meu governo tem que tomar todas as providências para a inauguração em tempo da energia elétrica oriunda da usina de Paulo Afonso. Aliás, essa demanda, assim como em Campina Grande, partiu da necessidade de apresentar resultados imediatos.

Ainda em seu discurso, o presidente relembrou algumas de suas realizações no governo de Minas Gerais e no país, afirmando ter superado muitas de suas metas – inclusive as ditas “exageradas”. Ao abordar a colaboração da UDN, o presidente afirmou que a paixão política teria explodido sempre fora da OPENO para impulsioná-la, pois mesmo esse partido pediu a urgência para o projeto da SUDENE na Câmara.<sup>470</sup>

O IIEBN, na perspectiva do presidente, era um bom exemplo “das íntimas relações que se estabeleceram no Brasil entre poder espiritual e temporal, independentes, mas prontos a todas as formas de cooperação eficaz, dentro do respeito mútuo e a bem do interesse nacional”. Ainda em seu discurso, o presidente perguntou:

Como se executaria o planejamento regional agora feito pela Operação Nordeste, se a força moral da Igreja não tivesse ajudado o governo embora na mesma região, não se prestavam mútuo auxílio, não se completavam, trabalhando fragmentariamente, com grande desperdício de verbas e técnicos? Como se haveria de traçar ampliar e arrojadamente, o programa de reabilitação do nordeste, se não

---

<sup>469</sup> *Diário de Natal* [Natal], 25/05/1959: 7.

<sup>470</sup> Para Moreira, dentro do próprio partido de Juscelino, o PSD que era de base abertamente rural, e na maior legenda partidária de oposição, a UDN, existiam grupos progressistas como os chamados “Ala Moça” do PSD e a Bossa Nova da UDN. E, segundo a autora, foi graças a eles que seus partidos passaram a encampar certas demandas populares. No plano mais geral, continua, defendiam reformas sociais e modificações políticas que os aproximavam dos parlamentares trabalhistas (MOREIRA, 1998: 166).

precedido de ensaios encorajadores, como o desenvolvimento econômico dos vales secos e do Baixo Piranhas e Apodi, sem a descoberta, pelos senhores Bispos, de maneira prática de dinamizar os vales úmidos nordestinos. Ou sem experiências, como as do Grupo Cariri e Grupo Lagoas, que provaram como, através de bem orientada política de créditos, é possível modificar a fisionomia de zonas, não só tradicionalmente secas, mas visitadas pelo desânimo e privadas de esperança?<sup>471</sup>

O presidente então destacou que as propostas a serem sugeridas pelos bispos “certamente aumentariam a eficiência da Operação”:

Os bispos julgaram ainda, continua Juscelino, indispensável recomendar ao governo a bem do superior interesse público, que o planejamento regional não excluísse a pronta execução de inadiáveis projetos locais de alcance imediato. Afirmou que Deus premiaria bispos, o que não estava em seu poder, e pediu que os bispos seguissem colaborando, nesta e em outras tarefas, que dependem da sorte, a prosperidade e a paz da nossa pátria. Segundo o presidente “a inspiração caridosa da igreja, o desejo enérgico de salvar da miséria(...), o cuidadoso exame global, da conjuntura nordestina e o plano de ação consubstanciado na OPENO representam uma fase nova e decisiva na batalha de recuperação do nordeste, em que não mais nos limitaremos a paliativos assistenciais, mas tentaremos eliminar a próprias causas do subdesenvolvimento nesta parte do país.”<sup>472</sup>

Na perspectiva de Juscelino, os bispos foram os animadores e promotores do trabalho que começou a ser realizado. Para o presidente a tarefa “imensa, ambiciosa, mas inadiável e necessária”, não seria levada adiante com esforço exclusivo “do governo ou de qualquer instituição privada”. Para esta empresa, continuou o presidente, havia também necessidade de fé e de esperança, sem os quais “nos faltariam caminhos”. Em análises historiográficas, recorrentemente, é citado e rememorado o significado de esperança durante a gestão de JK (BENEVIDES, 1991). O papel da fé – domínio das religiões por excelência, ainda é pouco analisado.

Na ocasião de encerramento, Dom Hélder resumiu as atividades desenvolvidas, afirmando que os bispos estavam vitoriosos no intento de provar que seria possível entrosar os órgãos que atuavam dispersos na região e que em terra seca se poderia fazer boa agricultura. Os bispos nordestinos congratularam a OPENO, que de acordo com o secretário geral da CNBB seria a aplicação da OPA dentro das fronteiras do Brasil, classificando essa última como “uma bandeira profundamente cristã”. Haja vista que seria “paradoxal sustentar no estrangeiro uma Operação Pan-Americana e manter dentro do

---

<sup>471</sup> *Diário de Natal* [Natal], 27/05/1959: 3.

<sup>472</sup> IDEM:3.



nosso país um desnível calamitoso entre o Nordeste e a região centro-sul”. Em seguida, o bispo cearense indagou: “onde vamos parar neste mundo em que mais da metade da população vive em subdesenvolvimento? Em seguida, Dom Hélder frisou: “não queremos parar na América. Nós queremos é livrar o mundo do subdesenvolvimento.” Na ocasião, o clérigo se referiu a Celso Furtado como “Jovem nordestino de imensa capacidade”, ressaltou como cordial o encontro dos bispos com o CODENO e que tinha esperanças de um perfeito entendimento. Para Dom Hélder era preciso “ensinar as pessoas a ver a necessidade do planejamento regional de longo prazo, mas pequenos projetos ajudam a dar paciência para esperar o plano regional”. Assim, o papel da Igreja seria a de uma mediadora na criação de uma consciência em prol de um desenvolvimento nacional. Por fim, esse bispo encerrou seu discurso lembrando que a Igreja seria apartidária e que os partidos políticos precisam entender que a recuperação do Nordeste só ocorreria se fosse considerada uma questão acima dos partidos.

Depois de três dias de orações e estudos, os bispos apresentaram mais uma *Declaração dos Bispos do Nordeste* - 22 sacerdotes foram signatários do documento.<sup>473</sup>. Na primeira parte, a declaração trazia onze afirmações dos bispos, as quais afirmaram o direito e dever de interessar-nos pela situação temporal do povo, “de corpo e alma”, sobretudo em área subdesenvolvida como o Nordeste, além disso, os bispos afirmaram congratular a OPENO “cuja a bandeira o Brasil, em hora feliz, desfraldou”. Os clérigos afirmaram ainda defender a necessidade de planejamento econômico – “completado por aspectos humanos e por implicações sociais” para que o mesmo não se tornasse “inumano e irreal”. No documento, as afirmações sobre “desenvolvimento” e “reforma agrária”, respectivamente, 4 e 5, são transcritas integralmente a seguir:

- 4) Afirmamos, dentro desse pensamento, e baseados nas Conclusões dos Grupos de Estudos do Encontro, que o desenvolvimento econômico do Nordeste:
  - a) só atingirá sua eficiência plena se se apoiar no esforço consciente e voluntário das forças atuantes de toda a comunidade, para o que se torna urgente a preparação, em todos os seus níveis, de líderes, especializados em modernas técnicas de organização comunitária, tais como a

---

<sup>473</sup> Dom Antônio (Arcebispo de Fortaleza), Dom José (Arcebispo de São Luiz), Dom Marcolino (Arcebispo de Natal, representando por D. Eugênio Sales, Dom Adelmo (Arcebispo Coadjutor do Exmo. Arcebispo de Maceió, Dom Avelar (Arcebispo de Teresina), Dom José (Bispo de Sobral, representado por Dom José Bezerra Coutinho), Dom Francisco (Bispo do Crato, representado por Dom Vicente Matos), Dom Aureliano (Bispo de Limoeiro do Norte), Dom João (Bispo de Barra do Rio Grande), Dom José (Bispo de Penedo), Dom José, Bispo de Montes Claros.; Dom Afonso (Bispo-prelado do Limoeiro), Bispo Paulo (Bispo de Caruaru, Dom Antônio (Bispo de Petrolina), Dom Eliseu (Bispo de Mossoró), Dom José (Bispo de Garanhuns, Dom Manoel (vigário Capitular de João Pessoa), Dom José (Bispo de Aracaju), Dom Otávio (Bispo de Campina Grande), Dom Severino (Bispo de Pesqueira, Dom João (Bispo de Afogados da Ingazeiras, Dom Manoel (Bispo de Caicó) (IIEBN, 1959[AMAN]: 3).

promoção do cooperativismo, do serviço de extensão rural e de outros processos de educação de base;

b) supõe que a agricultura regional mereça tratamento igualitário, sob todos os aspectos, ao que se vier a dar ao desenvolvimento industrial;

c) exige medidas não só relativas a um melhor nível alimentar mas também providências que visem à saúde pública, tendo-se em vista que as populações nordestinas são em geral subnutridas, e consequentemente vulneráveis no seu estado sanitário, razão pelo qual devem ser promovidos locais referentes a problemas sanitários e de assistência à maternidade e infância, para que se possa contar com gente sadia para os empreendimentos visados no Nordeste;

d) terá necessidade de elaboração imediata de um plano de trabalho que permita assegurar aos migrantes nordestinos uma assistência humana condigna, sobretudo aparelhando os postos de migração e modificando a orientação das hospedarias para que venham a cumprir adequadamente suas finalidades, uma vez que são ainda precárias as condições de assistência, em particular quanto ao problema de transporte e colocação.<sup>474</sup>

Na afirmação 5), os bispos alegavam a esperança de ver o problema da reforma agrária no Nordeste equacionar-se oportunamente com salvaguarda, dentre outros, dos seguintes princípios:

a) apoio técnico e financeiro do Poder Público a particulares desejosos de dar um destino social mais adequado às próprias terras, através de planos que importem na gradativa promoção de famílias rurais, abrindo assim acesso à propriedade das glebas;

b) exemplo do Poder Público de adoção de planos racionais relativos a terras de sua propriedade, mediante formas de colonização de tipo novo, em que atuem Grupos de Trabalho de que participem Órgãos como o M.A., o INIC, o DNOCS, o BMB, o SSR, e a ANCAR, e em que o objetivo também seja o gradativo acesso à propriedade por partes das famílias selecionadas;

c) maior estabilidade do trabalhador rural à terra que cultive, mediante o estímulo à adoção de contratos legais de arrendamento e de parceria agrícola, em bases de justiça social;

d) em casos especiais, e tendo em vista ampliar e diversificar o parque de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da população nordestina ou visando a outros fins de interesse social, aquisição, pelo Poder Público, mediante preços justos, de terras da zona úmida ou valorizadas por obras dos Poderes Públicos, quando improdutivas ou utilizadas com exclusiva finalidade especulativa;

e) cuidado extremo em evitar açosamentos demagógicos, paixão partidária, personalismos, de vez que se trata de matéria delicada e facilmente explosiva, cujo tratamento legal, partindo dos estudos da Comissão Nacional de Política Agrária, deve ser confiado a grupo interpartidário especialmente constituído para esse fim.<sup>475</sup>

Os bispos encerravam esse primeiro momento da Declaração, reiterando o

---

<sup>474</sup> IIEBN[AMAN], 1959: 18-19.

<sup>475</sup> IDEM: 19-20.

propósito de oferecer colaboração ao Governo. Assim, “através de todas e de cada uma de suas circunscrições eclesiais”, se daria a implantação gradual e progressiva da Operação Nordeste. O documento trazia também um balanço dos projetos decorrentes de Campina Grande e atribui uma avaliação positiva da situação em que se encontravam os planos sugeridos pelos bispos e pelos técnicos desde aquela reunião.

Dentre os planos que “iam muito bem”, os bispos citam como exemplo o decreto n.39.287, que dispõe sobre medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos vales secos do baixo piranhas e Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Nessa região teriam sido inaugurados: 153 casas populares, como parte de um programa de 500 habitações; 10 maternidades, 12 postos de puericultura, 1 conjunto educacional com cerca de 400 m<sup>2</sup> de cobertura, abrangendo escola normal rural, escola de comércio e escola de economia doméstica; rodovia Mossoró-areia branca; patrulha de irrigação no Vale do Açu; grupo gerador de energia elétrica na cidade de Açu e oficinas de reparos de máquinas em Mossoró. Mais de 200 motobombas já estariam, afirmava o documento, irrigando 1.200 hectares nos Vales do Açu e Apodi e outras 200 estão sendo instaladas, o que assegurará a irrigação antes do fim do ano, de 2.000 hectares, entre outras medidas.

Na direção desses projetos se encontravam importantes prelados como Dom Eugênio Sales e Dom Eliseu Mendes, esse último bispo de Mossoró. Contudo, mesmo tendo contribuído para uma maior integração dos órgãos públicos na região, até aquela altura a mobilização dos bispos nordestinos e as ações governamentais que apoiavam não vinham sendo suficientes para mudar aspectos fundamentais que tornavam dura a realidade das populações da região. Ao invés de mudanças profundas, o que se viu foi a adoção de políticas assistenciais e pontuais, que não questionavam a origem da pobreza, e apostaram em demasiado na difusão de novas tecnologias. Essa conjuntura evidencia, portanto, que o discurso dos bispos de vigilância intransigente defendido na edição do evento em 1956, em prol de um desenvolvimento integral, converteu-se em complacência diante o apoio às medidas de um estado que preconizava essencialmente crescimento econômico via industrialização.

As resoluções da *Declaração dos Bispos do Nordeste* foram elaboradas tendo em conta os debates tratados nos grupos de estudo. Muitos dos resultados do IIEBN estavam diretamente associados às ações que vinham sendo elaboradas pela CNBB, mas particularmente pelas ações da arquidiocese de Natal via SAR. A criação de emissoras rurais é um exemplo, pois foi debatida por comissão técnica durante o grupo de “Educação de Base e Promoção do Operário”, e deu forma, ao Movimento de Educação

de Base (MEB), estabelecido em 1961, e que apostava no rádio como ferramenta ideal para empreender serviço de educação de base das populações rurícolas.

Ainda no documento final do IIEBN, observamos que os sacerdotes elaboraram suas sugestões considerando, inclusive, a atuação da SUDENE, ainda que o seu projeto estivesse em votação no congresso – aprovação que só se consolidou em dezembro de 1959. O reconhecimento da Igreja, via CNBB, foi importante para a recepção à nova instituição que emergia em um contexto de críticas e de acentuado interesse nos rumos da região Nordeste do Brasil.

Além da *Declaração dos Bispos*, o final do IIEBN foi acompanhado pelo lançamento de 30 decretos federais (ANEXO VII – 30 decretos assinados por JK derivados do IIEBN) – 10 a mais que na edição de Campina Grande. Preconizando cooperativismo, extensão rural e processos de educação de base, os decretos englobam os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí.<sup>476</sup> O Polígono das Secas permanece influenciando a orientação das ações federais, vide a inclusão do território mineiro nos decretos.

A solenidade de assinatura dos decretos decorrentes do evento ocorreu no dia 8 de julho de 1959, no Rio de Janeiro, no Palácio das Laranjeiras. Na ocasião, estiveram presentes o núncio apostólico, Dom Armando Lombardi, o cardeal Dom Jaime Câmara, Dom José Távora e os ministros Mário Meneghetti, Lúcio Meira e Mario Pinotti.<sup>477</sup>

#### **5.4 Repercussão e primeiros resultados: A Criação da Sudene**

O jornal *O Globo* destacou que se o IIEBN tivesse ocorrido no Rio sua ressonância teria sido muito maior à altura do que nele ocorreu, contudo, o evento não teria sido menor que o de Campina Grande.<sup>478</sup> Apesar da afirmação sobre a baixa repercussão, em editoriais de imprensa no centro sul e no nordeste do país - e mesmo na imprensa católica internacional, observamos reportagens sobre o evento da CNBB. O jornal *The Catholic Transcript*, do programa de Vida Rural Católica Americana, dos EUA, reportou que nos últimos três anos bispos nordestinos, financiados com fundos públicos, debateram o progresso econômico no Nordeste do Brasil. No periódico foi enfatizado que muitos dos projetos estavam sob a direção de bispos locais em cooperação com especialistas em

---

<sup>476</sup> *Folha Mineira* [Juiz de Fora], 07/08/1959: 1.

<sup>477</sup> *Jornal Comércio* [Rio de Janeiro], 08/07/1959:1.

<sup>478</sup> *O Globo* [São Paulo], 08/06/1959: 13.

planejamento do governo<sup>479</sup>

Celso Furtado declarou ao jornal *Diário Carioca* que o encontro teria sido a oportunidade de um esclarecimento mútuo sobre os problemas da região. Para o economista, os representantes da Igreja na região, naturalmente, focalizaram as questões de seu ponto de vista particular. Coube aos técnicos da CODENO colocar os problemas no conjunto regional “sem perder a visão da floresta”.<sup>480</sup> Na semana seguinte ao IIEBN, Furtado convocou o conselho deliberativo do CODENO para um balanço de seus primeiros meses de existência. Ao mesmo jornal, o economista declarou que estava trabalhando intimamente com os parlamentares da Câmara Federal, acompanhado a tramitação do projeto de lei de criação SUDENE que ainda estava em votação.

Segundo Dom Hélder, se no primeiro encontro, os técnicos compareceram e foi preciso até uma certa insistência para que fossem, em Natal, a presença dos representantes dos órgãos federais e estaduais teria sido “espontânea e traduziu a confiança nascida ao longo dos três anos que nos separam do IEBN”. Para esse bispo, da parte de todos houve “boa vontade sincera em cooperar” para que o Nordeste pudesse quanto antes “acompanhar o ritmo todo desenvolvimento do Centro-sul”,<sup>481</sup> Em entrevista ao jornal *O Globo*, o prelado lembrou a colaboração entre o Ministério da Agricultura e a Igreja, e afirmou que os bispos consideraram que entre os técnicos mais devotos que atuam no Nordeste, estariam os servidores deste ministério. Segundo o secretário geral da CNBB, não seria possível conseguir maior rendimento e rapidez na atuação do MA sem dotá-lo de uma estrutura atualizada, de maior soma de recursos e flexibilidade na sua aplicação, bem como condições de ampliações ampliar o seu quadro técnico e valorizar estes profissionais (...). O bispo recordou o convênio firmado em julho de 1955, entre dioceses brasileiras e o “Serviço de Informação Agrícola,” relativo à realização das Semanas Ruralistas, que em suas palavras teria sido o ponto de partida de um entendimento que desde então só teria crescido.

Apesar das avaliações positivas do evento, a opinião pública não foi inequívoca quanto à participação da Igreja nos debates sobre desenvolvimento. Um exemplo pode ser observado na crítica publicada no jornal *O Semanário* que reconhecia não ser nenhum “inconveniente a colaboração dos bispos do Brasil ao esforço da emancipação econômica” do país, contudo, desde que ocorresse “dentro de certos limites”. No jornal

---

<sup>479</sup> *The Catholic Transcript* [Filadélfia], 23/07/1959:12.

<sup>480</sup> *Diário Carioca* [Rio de Janeiro], 31/03/1959: 6.

<sup>481</sup> *O Globo* [São Paulo], 08/06/1959:3.

foi enfatizado que já era sabido que para que uma nação consiga romper o chamado “círculo vicioso da pobreza”, seria indispensável a formação de uma “consciência nacional, esclarecida e atuante, sem a qual se torna impossível executar os planos traçados, que exigem continuidade e por vezes sacrifícios em determinadas fases”. E o clero, foi destacado no periódico, poderia cooperar com muito êxito na tarefa de criar o espírito desenvolvimentista, sobretudo nas áreas mais atrasadas de nossa pátria. Entretanto, segue o texto:

**[...] O que não se pode admitir, porém, é a interferência direta dos padres no problema, para elaboração de programas paralelos, cuja execução desviará recursos já escassos, impossibilitando a imprescindível coordenação.**

Há alguns meses, o presidente da república encarregou o Celso Furtado de elaborar um plano visando ao desenvolvimento do Nordeste. O grande economista brasileiro realizou um trabalho de envergadura. Procedeu inicialmente, com a equipe que o auxilia, às pesquisas necessárias, fazendo o diagnóstico da economia regional. Tudo foi estudado, pesado, medido. Houve estimativa dos fatores produtivos existentes, como recursos naturais, mão-de-obra, etc, sendo quantificados os termos de intercâmbio dentro das relações inter-regionais. Também se previam os recursos disponíveis para a devida distribuição pelos setores.

Agora, começava a fase da execução, com a elaboração pelo setor público e pelo setor privado, dos projetos específicos, que seriam avaliados para estabelecer-se a seriação de prioridades. É claro que a superintendência da Operação Nordeste, ao ter de decidir da sorte dos projetos, levaria em conta, entre outros critérios, a produtividade do capital nos diferentes empreendimentos, uma vez que esse elemento é extremamente escasso entre nós. Mas, muitos outros aspectos influíram na avaliação, notada demente o relativo aproveitamento da mão de obra ociosa ou subutilizada.

Estava tudo muito bem, quando os bispos se reuniram mais uma vez no Congresso. E desse encontro surgiu outro plano que foi levado ao Presidente da República, havendo sua excelência expedido atos para assegurar-lhe a execução.

São evidentes os prejuízos decorrentes dessa interferência direta dos bispos na parte técnica da Operação Nordeste. Programação econômica não é assunto para excursão turística de leigos ou delirantes, mesmo que se trate de figuras respeitáveis como as do clero brasileiro. Nos país em que se leva a questão a sério, o planejamento é feito por uma oficina central, constituída de funcionários de “estado maior” dedicados às suas tarefas em regime de tempo integral. Aqui ao contrário, se adotam planos preparados por pessoas que, além de não serem especializadas, têm suas vistas voltadas permanente para cogitações absorventes, porque são de natureza espiritual.

Em face do que ocorre, os recursos que já eram limitados, insuficientes, se desviaram em parte para o programa dos bispos, que sustenta uma série de medidas, traçadas com o melhor dos propósitos possíveis, mas sem um nexo de conjunto. Como calcular agora a produtividade dos investimentos, em cada setor e a repercussão deles nos demais, por força da interdependência setorial?

No programa de Operação Nordeste se previa a produtividade do capital em cada projeto e os efeitos para frente e para trás, tanto os diretos como os indiretos, buscando-se na parte referente à industrialização, criar um parque integrado, a fim de se minimizarem os custos e maximizar o produto. Com o advento, entretanto, da operação dos bispos não há meio de evitar distorções na seriação de prioridades. Poderá haver emprego de capitais em iniciativas de menor produtividade, em detrimento de outras mais interessantes do ponto de vista econômico, prejudicando-se, desta forma, um melhor rendimento da economia em conjunto, sua produtividade global, enfim.

E o curioso, em tudo isso, é que o ilustre D. Hélder Câmara é membro da CODENO em virtude de um ato presidencial. Mas não comparece às reuniões, segundo estamos informados. Não toma conhecimento do órgão do governo, preferindo continuar o seu trabalho paralelo. O que nos preocupa no caso é a atomização, a fragmentação dos recursos da Operação Nordeste, para iniciativas dispersas, e a subversão dos critérios técnicos, que deveriam prevalecer sobre interesses demagógicos ou de outra ordem.

A vulgarização das idéias sobre planejamento econômico está propiciando a invenção desse campo de trabalho. Do mesmo modo que todo mundo se julga capacitado a receitar penicilina, a um doente, qualquer pessoa, de outra formação intelectual, se sente à altura de elaborar um programa de desenvolvimento obra que exige trabalho demorado e penoso de uma equipe de entendidos em diversas disciplinas econômicas, como a colaboração de grande número de especialistas setoriais.

Também no tocante ao problema da reforma agrária e, em resumo, a adoção de uma estátua, de um corpo de leis, modificando o uso da propriedade, a “tenência” da terra, a fim de aumentar a produção e a produtividade e estabelecer uma distribuição funcional da renda agrícola mais justa e progressista. E o estimado D. Helder Câmara está igualmente nesta jogada. Coita ele (cortado) ao que anunciam os jornais de colonizar uma faixa de terra Brasil Central, para ali localizar algumas famílias, que serão certamente assistidas com verbas do governo, sem cálculos prévios de custos e produtividades. A esse projeto de colonização do seu autor, enfaticamente, o nome de plano de reforma agrária.

**A coisa chegou a um ponto que até o senhor Ibrahim Sued, uma cabeça em que não entra nem dor de cabeça, opina diariamente a respeito de assuntos econômicos, dando palpites sobre se os investimentos em Brasília são rentáveis a curto ou a longo prazo. E com tamanha “competência” que o Sr Eugênio Gudim lhe chamou colega, em artigo divulgado no jornal “O Globo” da semana passada. É o fim.**<sup>482</sup>

A crítica acima é mais uma evidência de como os bispos católicos, via CNBB, se vincularam e até definiram uma agenda positiva para o desenvolvimento brasileiro. Uma agenda que estreitasse os laços da Igreja com as comunidades rurais e que, ao mesmo tempo, sugerisse caminhos não socialistas para a reforma agrária. Essa mobilização não ocorreu apenas com o objetivo de conter o comunismo, mas também por meio de uma

---

<sup>482</sup> [Grifos da Fonte] *O Semanário* [Rio de Janeiro], 18 – 24 /07/1959: 3.

visão que se assentava em discussões científicas e mesmo de ordem teológicas que esse segmento religioso vinha passando no período. Contudo, como foi destacado no texto acima, os bispos eram do campo da fé e não técnicos, portanto, o envolvimento no desenho de políticas também recebeu críticas. Talvez em reconhecimento a iniciativa dos sacerdotes católicos, observamos o zelo do articulista que ao realizar sua crítica se refere aos clérigos como “senhores bispos”.

A despeito das críticas, pouco depois do encerramento do IIEBN, observamos seus primeiros resultados. No dia 21 de novembro de 1959, foi inaugurada em Sergipe uma emissora de Rádio, primeira iniciativa concretizada daquele encontro.<sup>483</sup> Sob a orientação de Dom José Távora, os projetos iniciados em Aracaju, em 1961, colocaram em marcha o processo que culminaria com a criação do MEB (Movimento de Educação de Base). Outro fato que, posteriormente, foi associado como um dos principais resultados do IIEBN, ocorreu sete meses após sua realização, em 15 de dezembro de 1959, após a aprovação da lei no. 3.692, que criava a SUDENE. Vinculado diretamente à presidência da República, a SUDENE tinha o *status* de Ministério e, conseqüentemente, rápido acesso ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, fato que criou condições favoráveis quanto ao processo decisório (SILVA FILHO, 2009:8). A nova autarquia seria, portanto, um órgão de articulação e intermediação política das reivindicações estaduais junto ao Governo Federal (COLOMBO, 2013:82-83). Representando uma redefinição do papel do Estado na Região, aspecto fazia frente a recorrente crítica - evidente nos dois encontros dos bispos nordestinos, acerca da falta de entrosamento dos órgãos regionais.

Constituída por um conselho – o qual já não continua mais a participação de Dom Hélder Câmara, e uma secretaria técnica, a autarquia nasceu como fruto da ação coletiva da região, organizada, responsável e consciente, na busca de conseguir decisões capazes de promover o desenvolvimento do Nordeste (SILVA FILHO, 2009: 14). Essa autarquia contou além do apoio dos bispos – e de outros eventos mobilizados por atores nordestinos reclamando uma nova política para a região, com várias manifestações que declararam apoio ao projeto que propunha a autarquia até sua aprovação. Exemplar foi a série de reportagens do jornalista Antônio Callado publicadas no jornal *Correio da Manhã* entre 10 e 23 de setembro de 1959. As reportagens de Callado traziam denúncias à oligarquia agrária nordestina – do latifúndio e seus coronéis e deu forma às críticas enquadradas na

---

<sup>483</sup> A *Cruz* [Rio de Janeiro], 22/11/1959: 2.



expressão “Indústria das Secas” – já mencionada nesta tese.

Essa conjuntura, além do receio de mudanças radicais na estrutura do país, endossou um forte ceticismo que rondava as expectativas relacionadas à criação de um novo órgão. Como resultado contíguo desse processo, no período de maior tensão política no país, com o golpe de 1964, atores que defendiam essas reformas como Dom Hélder e Celso Furtado, por exemplo, foram chamados de comunista. Nem mesmo os bispos foram poupados das críticas, em tempos de crescente preocupação com reformas radicais, o tom anticomunista presente nos discursos e ações dos bispos e a posição de Terceira Via – observados nos I e IIENB, por exemplo, não foram suficientes para afastar as críticas. Setores conservadores dentro da Igreja se projetaram na cena nacional apresentando uma visão de reforma agrária compatível com os interesses das elites conservadoras do país.

Com a SUDENE, a superação do atraso relativo do Nordeste deveria ter como fundamento uma intervenção estatal ampla, planejada de forma integrada, atacando em várias frentes os seus problemas estruturais mais relevantes. A autarquia nasceu com a expectativa de alguns problemas, como a questão Agrária, seriam resolvidos. Embora em relação à terra, a perspectiva defendida pelo seu superintendente, Celso Furtado – pelo menos antes de 1964, preconizava o deslocamento da fronteira e uma política de colonização e não de distribuição de terras. Ela também foi percebida pelas oligarquias rurais como uma ameaça potencial. Como destaca Moreira (1998), a manutenção dos latifúndios brasileiros – muitos deles, aliás, não revestidos de todas as formalidades legais – era, para vários ruralistas, uma questão acima de qualquer negociação e representava uma rejeição inequívoca à reforma agrária distributiva de terras – perspectiva essa que, por sua vez, foi reclamada pelos bispos em seu IIEBN.

Nessa conjuntura, em particular, a partir de 1959, reações violentas e abertamente hostis a qualquer tentativa de se realizar a reforma agrária ou qualquer modificação no domínio fundiário e social desses setores se acirraram. A forte influência da dinâmica da Guerra Fria nesse processo não pode ser descartada, o receio do avanço comunista tornava mais forte os interesses estadunidenses nos rumos do país, sobretudo, no Nordeste indicado no período como a maior região subdesenvolvida no continente.

Foram diversas as formas intervenções e influências dos EUA no período, buscando mobilizar grupos da sociedade brasileira, junto com governos estaduais e setores mais conservadores– inclusive dentro da Igreja. Essa conjuntura revela que setores da sociedade brasileira – especialmente suas elites, preferiram enfrentar os fantasmas do socialismo e das desapropriações por meio de golpes de Estado e na instauração de

regimes militares, autoritários e ditatoriais, do que abraçar as reformas necessárias para mudar as estruturas de um país desigual, marcado por um fosso social que se agrava diante calamidades ambientais e sanitárias, como mencionamos anteriormente com a epidemia de 1957 e a grande fome de 1958.

Especificamente dentro da Igreja Católica, como destacou Beozzo, tanto a Revolução Cubana de 1959, quanto a eleição de Jânio (1961) e a posse de João Goulart (1963) foram fatos que contribuíram para que uma “guinada conservadora” ocorresse no interior da Igreja Católica (BEOZZO, 1994) Nesse período, merece destaque um pequeno grupo contrário à reforma agrária e discordante das posições oficiais da CNBB, liderado pelos bispos Dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina, e Dom Castro Mayer (LENZ, 2002: 600). Bispos que segundo Caldeira (2009) eram protótipo máximo do catolicismo conservador do Brasil durante o Concílio do Vaticano II.

Esses bispos atuaram com força no meio social através de marchas, manifestações populares, uso de rádios e jornais para disseminar o perigo comunista, a defesa da fé, da liberdade e da família. Numa perspectiva mais de ação, num âmbito regional, o cardeal Dom Vicente Scherer, por exemplo, sempre se posicionou contrário à reforma agrária e às diretrizes que documentos da CNBB evidenciaram no período. O referido líder religioso criou um órgão promotor da organização dos pequenos agricultores, denominado de FAG (Frente Agrária Gaúcha), com a intenção de criar organizações sindicais, concorrer com o PTB, PCB e Ligas Camponesas na tutela dos pequenos agricultores (CNBB, 1976).

Nesse contexto de radicalização política, algumas das reivindicações dos bispos nordestinos durante o IIEBN foram interpretadas essencialmente como comunistas – o que acarretou em perseguições a muitos sacerdotes que vinham se envolvendo em debates sobre aspectos sociais do país. Dom Hélder Câmara, por exemplo, já na segunda metade dos anos 1960 sofreria acusações na imprensa de “semear o comunismo no país” com destacado na manchete do jornal *Tribuna da Imprensa*. As atividades e discursos que envolviam esse bispo, por exemplo, sofreram censura na tentativa de diminuir sua influência que, como vimos, durante a década de 1950 havia sido vigoroso e atuante na busca pelas soluções de problemas relacionados ao desenvolvimento nacional, especialmente no Nordeste.

## **5.5 Considerações Finais**

O capítulo analisou os antecedentes e primeiros efeitos do IIEBN. A pomposidade e robustez do evento da CNBB, buscava sinalizar que o desenvolvimento nordestino era uma questão nacional. Tal como foi recorrentemente destacado pelos bispos e pelo próprio presidente JK, desde 1956, isto é, quatro meses após o início de seu governo, já era clara a intenção de promover o desenvolvimento da região e corrigir as fossas de desigualdade em relação ao centro-sul do país. A Igreja ajudou a compor uma narrativa de empenho na defesa do Nordeste por parte de sua administração. Contudo, apesar do predomínio de uma retórica que buscava primazia no tratamento da região, como discutimos ao longo do texto, foi apenas na conjuntura da seca de 1958 que, efetivamente, a agenda de desenvolvimento do governo federal em termos de planejamento para se tornou mais clara e o Nordeste foi incorporado como uma das metas do governo Juscelino, com a criação da SUDENE.

É importante frisar o fato da intensa estiagem de 1958 ter ajudado a pressionar e pôr em evidência a aguda crise que se vivia na região, marcada pela pobreza, doenças endêmicas e por uma estrutura agrária injusta que como um de seus efeitos mais perversos, deflagraram a população mais vulnerável a subnutrição, fome, doenças e o êxodo. A seca ajudou a acelerar a busca por uma nova forma de tratar os problemas da região em um contexto que, concomitantemente, era favorável a elaboração e emergência de debates sobre entendimentos que ampliaram as chaves explicativas para o atraso regional, escapando a um determinismo ecológico para uma dimensão mais social dessa conjuntura. Essa última perspectiva considerava que mais do que o clima, o atraso da região e o crescente êxodo que se observava se relacionava a insegurança alimentar, a pobreza, a estrutura fundiária desigual e altamente concentrada. Nesse contexto, o capítulo discute como a CNBB, informada pela experiência adquirida por meio de ações – nada isoladas, capitaneadas pela arquidiocese de Natal no enfrentamento aos efeitos das secas e no combate ao êxodo, mobilizou-se para mais um encontro dos bispos nordestinos com o presidente da república e seus técnicos. O mais interessante foi notar como foi intenso o debate entre a hierarquia católica, ativistas eleitos (como os que atuavam no SAR), as estruturas do Estado, privadas e agências internacionais.

O discurso dos bispos durante o IIEBN em 1959 não se distanciava do que há uma década havia sido defendido na Pastoral de Campanha (1950). No entanto, em Natal, os bispos precisavam ser muito claros quanto à defesa das reformas que consideravam necessárias para assegurar “uma revolução antes que o povo a fizesse” e isso implicava na defesa de reformas redistributivas mais radicais. Entretanto, essa postura, na virada

para os anos 1960, em que uma série de fatores atijassem os ânimos e interesses na região, abriu espaço para que setores conservadores da Igreja se manifestassem.

A Revolução Cubana ajudou a fortalecer graves tensões tendo como foco a região Nordeste do país e diversos segmentos foram convocados a apoiar os EUA, inclusive os bispos. Outros membros da hierarquia católica passaram a transitar na cena pública, com apoio de setores poderosos da sociedade que se sentiram ameaçados pela ação dos bispos da CNBB, liderados por Dom Hélder Câmara. Nem mesmo o tom anticomunistas e a postura de *Terceira Via* nas ações da CNBB, ajudou a abafar as críticas, que no início da nova década tornaram-se muito mais tensas.

Essa virada conservadora foi importante e apoiou o movimento golpista de 1964 a partir do qual teria ocorrido a deterioração da cooperação entre os bispos nordestinos via CNBB que há pelo menos uma década debatendo um desenvolvimento mais integral. Em seguida, em alguns casos, essa deterioração foi seguida por perseguições e mesmo atentados de morte. Assim, de um período marcado pelo convite ao encontro e ao debate, à luz de orações, vigilância da sociedade ao governo – haja vista que a Igreja tinha defendido durante o I e IIEB o aforismo: “o governo fará, e a Igreja vigiará”, a sociedade vivenciou a partir do início dos anos 1960 um período marcado por negacionismo, censuras, perseguições, e tempo de vigília – não para manifestação da fé, mas de agentes de um estado militar ditatorial e autoritário que dominaram o país por 21 anos. O Movimento Educação de Base, criado em 1961, que foi engendrado nas discussões da última reunião dos bispos nordestinos em Natal, com o golpe, também foi interrompido.

Posto isto, consideramos que o IIEBN encerrou um vigoroso processo de aproximação entre o Estado e a CNBB – que vinha sendo desenhado desde o início dos anos 1950 com a realização das primeiras semanas ruralistas. Um segmento da Igreja Católica foi habilidoso em articular-se de modo robusto com o Estado, compartilhando a defesa de aspectos da agenda de desenvolvimento em alta no período. Assim, apesar da divergência de perspectivas entre diferentes esferas da sociedade sobre o *qual desenvolvimento* (IORIS, 2017) ideal para o país, observamos que ocorreram acomodações e complacência, uma vez que muitas das ações das agências públicas receberam apoio irrestrito nas ações que realizavam.

A complacência dos bispos é manifesta, por exemplo, na avaliação positiva as ações do governo de JK, pois embora entre as duas edições do evento da CNBB pouco tenha sido feito para expandir as bases da cidadania brasileira, particularmente, para as populações rurais, as ações do governo federal para a região foram destacadas como

positivas. Por outro lado, a incapacidade do governo federal de aplicar medidas mais integrais, isto é, de um ponto de vista de um desenvolvimento cristão – que era reivindicado pelos bispos nordestinos, dá sinais de sua dimensão autoritária e conservadora antes mesmo do golpe de 1964 – haja vista o caráter vertical das ações. A opção por modelo de desenvolvimento cuja a ênfase na industrialização não ocorria em mesma proporção a questões fundamentais para o bem estar e cidadania da população como saúde, educação e entre outras políticas públicas, expõe os limites da democracia no período.

## **CAPÍTULO 6: “A democracia e a Igreja podem perder a América Latina”: A CNBB e o início dos anos 1960**

Abrindo as reuniões dos bispos e técnicos realizadas em Campina Grande e Natal, o presidente da República assinou, nos últimos dois anos, 49 decretos para estabelecer o sistema coordenado que reúne 37 órgãos federais, notadamente dos Ministérios da Agricultura, da Saúde, Educação e Viação, o Serviço Social Rural, o INIC, a Comissão do Vale do São Francisco, bem assim o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a ABCAR. Numerosos convênios foram formados em consequência dos decretos presenciais, envolvendo verbas no orçamento que totalizam cerca de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros. Para 1961 os recursos deverão ser ainda maiores.<sup>484</sup>

Ao longo dos capítulos anteriores demonstramos como um grupo de bispos católicos, via CNBB, contribuiu para a construção de um Brasil, entre os anos de 1950 e 1964, marcado por maior participação civil. Essa mobilização, como indica a publicação do *Diário da Noite* destacada acima, foi robusta. O engajamento desse segmento religioso junto ao governo e suas agências produziu transações de vultosos recursos públicos, decretos e fluxo de pessoas, ideias, materiais com a perspectiva de assistir as populações rurais brasileiras, em particular, as populações nordestinas dos efeitos do subdesenvolvimento. Mais do que sinalizar uma nova mudança na ação pastoral, o envolvimento dos clérigos ajudou a colocar em evidência conhecimentos sociológicos em espaços não institucionais como nas paróquias católicas. Essa colaboração se orientou pela modernização agrícola por meio da difusão de tecnologias (sementes, ferramentas máquinas agrícolas) e conhecimento em higiene, saúde, agricultura para alavancar o desenvolvimento das comunidades rurais do país e, com efeito, reverter o êxodo rural que era acusado pelo crescimento desordenado das áreas urbanas no centro-sul brasileiro. Entretanto – apesar dos alertas dos sacerdotes que desenvolvimento não se resumia a industrialização, os desdobramentos e respostas das respostas dadas pelo governo nem sempre coincidiram com as propostas iniciais. A realidade de violência, miséria e falta de terras das populações nordestinas, por exemplo, pouco se alterou no intervalo de tempo entre os dois encontros dos bispos nordestinos, por exemplo.

Era 3 de junho de 1960, quando Dom Hélder Câmara fez um discurso naquela que foi a última reunião dos bispos nordestinos com a participação de JK no cargo de presidente da República. O evento ocorreu em Brasília. Segundo o bispo cearense, “não era humanamente possível fazer mais do que foi feito pelo presidente Juscelino

---

<sup>484</sup> *Diário da Noite* [Natal], 20/06/1960: 6.

Kubitschek ao Nordeste e a sua gente, nas dolorosas emergências da seca de 1958 dramáticas enchentes que ocorreram no ano de 1960. Dom Hélder fazia referência às reuniões de Campina Grande e Natal e as providências tomadas pelo governo federal para acudir as populações nordestinas como a criação da SUDENE. No seu discurso, o bispo cearense mencionou a Operação Pan-americana, afirmando que o seu “espírito teria por finalidade socorrer a quem vive à beira da morte pela fome”, considerando que o maior pecado do século XX seria ver dois terços do mundo, cujas populações viviam na miséria.<sup>485</sup>

Era final de seu governo e JK tinha como aposta para a sua sucessão - naquelas que seriam as últimas eleições realizadas sob a égide da constituição de 1946, o General Henrique Teixeira Lott (1894-1984). No entanto, essa foi a primeira derrota política de Juscelino, pois foi eleito o ex-prefeito e governador da cidade de São Paulo, Jânio Quadros (1917-1992).

Com relativa folga (45% dos votos), Quadros assumiu a presidência do país aos 31 de janeiro de 1961, conduzindo a UDN ao poder depois de um longo período. Segundo Nicolau, a sua eleição promoveu também uma combinação incomum: o principal partido de direita do país e “um vice-presidente eleito por um partido de esquerda, João Goulart, do PTB (NICOLAU, 2022:161). Foi notória a popularidade de Quadros na sociedade do período. Com discurso conservador e moralista – que repercutiu também na elaboração de alguns de seus decretos, como o que previa a proibição das rinhas de galos e o uso de biquínis, o novo presidente contou com representações e símbolos tão famosos quanto os do seu antecessor. O *jingle* de sua campanha, por exemplo: “Varre, varre, vassourinha”, em referência a promessa de empreender uma luta contra a corrupção, marcava aquela que era uma das mais contundentes críticas ao governo de JK.

### **6.1 A CNBB e os governos de Quadros e Goulart**

Já no início de sua gestão, foi sinalizado por Quadros que pretendia manter os laços estreitos com a Igreja Católica. Em 1960, eleito, mas ainda não empossado, Jânio recebeu correspondência de Dom José Távora, naquela altura arcebispo de Aracaju. O bispo escreveu em nome da CNBB afirmando que era preciso enfrentar o analfabetismo que na época atingia cerca de 20 milhões de brasileiros e brasileiras que seriam “vítimas

---

<sup>485</sup> *Última Hora* [Rio de Janeiro], 03 /06/1960: 5.

da ignorância, em tudo o que diz respeito à Educação de Base e, mais, corridos pela fome, ou subnutrição, quando não pelas doenças endêmicas.<sup>486</sup>

Pouco depois, no dia 28 de novembro de 1960, foi publicada a resposta de Quadros endossando seu desejo de cooperar com o episcopado brasileiro. Em suas palavras: “Deus permita que essa cooperação oferecida no início do meu governo se amplie em outros gestos de entendimento que beneficiem o povo”. Foi nessa conjuntura que em 1961, foi estabelecido convênio entre a CNBB e o Ministério da Educação e Cultura, por meio do decreto nº 50.370, assinado no dia 21 de março daquele ano, foi criado o Movimento de Educação de Base.

Fruto dos debates sobre o uso do rádio como instrumento de educação durante o IIEBN, o referido convênio estabelecia a quantia Cr\$ 414.300.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões e trezentos mil cruzeiros) para o Banco do Brasil S.A., à disposição do MEB para a manutenção do programa. Foi previsto também importante colaboração com o Ministério da Viação e Obras Públicas, à época responsável pelos canais de radiodifusão, na criação e ampliação de emissoras católicas. O programa teria a duração de cinco anos, e já no primeiro ano de atuação 15 mil escolas radiofônicas foram instaladas (FÁVERO, 2004). A CNBB colocou a disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à Representação Nacional de Emissoras Católicas (RENEC) criada em 1959. A educação de base - que sinteticamente, podemos definir como “o conjunto dos ensinamentos destinados a promover a valorização e o soerguimento das comunidades” (IDEM:4).

Outro exemplo do estreitamento entre o poder temporal e espiritual no período pode ser observado na abertura do primeiro colégio trabalhista do Brasil, em Volta Redonda. Na ocasião, Jânio chegou a citar a encíclica social "*Mater et Magistra*" (Mãe e Mestre), publicada no dia 15 de maio de 1961, pelo papa João XXIII, como uma autoridade para o programa legislativo que estaria planejando. Essa encíclica celebrava os 70 anos da *Rerum Novarum*, propondo reflexões sobre o “bem comum” (NASCIMENTO, 2008:18). Essa encíclica buscava ser uma resposta às preocupações do papa João XVIII a diversos problemas sociais, como a desigualdade no âmbito do trabalho, a baixa remuneração dos operários e o subdesenvolvimento” (MARGOLINER, 2009: 38-39). E também buscava ser uma reação à Revolução Cubana e seus efeitos no continente latino-americano. Em seu discurso na ocasião, o presidente afirmou que

---

<sup>486</sup> A *Cruzada* [Aracaju], 31/12/1960: 3.



pretendia fazer do Brasil – com a maior população católica do mundo - uma "democracia cristã dinâmica". Citando a mensagem papal na referida encíclica, Jânio afirmou que se recusava a uma espécie de democracia "na qual aqueles que entram no mundo pobres têm a garantia de morrer pobres."<sup>487</sup>

Com a participação de Jânio, um terceiro Encontro dos Bispos do Nordeste chegou a ocorrer, em 24 de fevereiro de 1961. Realizado em Brasília, o evento contou com a presença de Dom Hélder Câmara, Dom José Távora, Dom Eugênio Sales e Dom Josse III. Também participaram da reunião o jornalista José Aparecido, assessor do Presidente da República, e Monteiro Filho, representante do Brasil no Ponto IV<sup>488</sup>. Porém, sua realização e resultados não repercutiram tanto como as edições anteriores do evento da CNBB<sup>489</sup>. E na ocasião segmentos mais conservadores dentro do próprio catolicismo se colocaram contra a perspectiva que vinha sendo defendida pelos bispos nordestinos junto a CNBB. Além dos grupos mais conservadores, a trajetória pessoal de bispos nordestinos, como Dom Hélder e Dom Eugênio Sales, se divergiram e ajudaram a compreender como a dinâmica da Guerra Fria interagiu com a práxis da Igreja.

## 6.2 Novos encontros e atores

Nos primeiros anos da década de 1960, portanto, a Igreja, via CNBB, permaneceu atenta à perspectiva de “antecipar-se na revolução social”. Contudo, no período a atmosfera era tensa, chamada por Dom Eugênio Sales de “atmosfera pré-revolucionária”. Dando um quadro geral sobre o Nordeste no período, esse bispo afirmou em uma entrevista de 1963 que:

A Crise no Nordeste do Brasil é muito parecida com o confronto em quase todos os países da América Latina. Há uma revolução social em curso. Em todo continente, os valores, as lealdades e as estruturas sociais tradicionais vacilam. As massas se levantam contra o velho sistema. Não vemos com clareza a novidade que irá sair de novo dessa efervescência. Há mais foco na revolta contra o velho do que na formação de uma nova sociedade. De fato, muitos dos líderes que mais trabalham para a mudança não tem uma ideia clara para onde a transformação poderá levá-los. Existem sérios perigos nessa situação. A democracia e a Igreja podem perder a América Latina (AMMANN, 2015:19).

Na mesma entrevista, o bispo auxiliar de Natal foi perguntado se havia alguma

---

<sup>487</sup> *The Monitor* [Filadélfia] 04/08/1961:13.

<sup>488</sup> *Última Hora* [Rio de Janeiro]24/02/1961: 4.

<sup>489</sup> Há referência também há um IV Encontro dos Bispos do Nordeste, sem registros encontrados.

tentativa construtiva no sentido de desenvolver o Nordeste, e destacou que a SUDENE seria o maior esforço desse tipo até aquele momento e frisou que almejava o seu sucesso. Em suas palavras, os bispos teriam solicitado e se envolvido em sua criação. Segundo Dom Eugênio, a Igreja acompanharia de perto o trabalho daquela autarquia e planejava seu próprio trabalho em articulação com as atividades do novo órgão governamental. Contudo, o prelado chamava atenção para o fato de que “em uma região subdesenvolvida muitas vezes o governo também seria “subdesenvolvido”. Segundo o clérigo, no Nordeste, a política no período teria como base muito mais pessoas do que programas partidários. Haveria, em suas palavras, muitos discursos inflamados, demagogia, mas pouco esforço em realizar um programa”. Relacionando a conjuntura ao contexto político do período, o bispo afirmou,

O problema é mais profundo ainda. Sua raiz é que não há democracia real. O poder está com as classes privilegiadas. As políticas não servem ao bem comum, mas ao bem de uma facção. As outras classes apoiam um ou outro segmento de olho o que podem usufruir de quem chegue ao poder. Já os grupos de oposição, até o nível mais baixo, são excluídos de todos os serviços oficiais e, geralmente, os seus interesses são completamente ignorados pelo novo governo. Quem assume o poder pode tirar proveito de sua posição para enriquecer em empregos públicos e beneficiar-se de fundos públicos. As promessas de reformas feitas durante as campanhas eleitorais são totalmente esquecidas. Estou apresentando generalizadas. Existem exceções notáveis, graças a deus (AMMANN, 2015: 54).

Talvez pela percepção conflituosa desse contexto, Dom Eugênio tenha se posicionado duramente contra a aproximação de movimentos leigos católicos de alguns segmentos mais à esquerda. Como veremos mais adiante, por exemplo, esse posicionamento provocou uma cisão no grupo de bispos nordestinos junto a CNBB, quando ocorreu o rompimento da Juventude Universitária Católica (JUC), que vinha, por exemplo, se aproximando da União Nacional dos Estudantes (UNE).

As críticas ao fim e ao cabo influenciaram a própria cúpula da CNBB que, como veremos, vinha passando por dissensões, o governo federal enfrentava percalços do ponto de vista econômico. Jânio Quadros assumiu o país no momento em que se vivia uma crise no balanço de pagamentos – sobretudo pelo montante de empréstimos durante o governo de JK. Loureiro (2021) indica que já no primeiro ano de sua gestão, Quadros precisava quitar US\$718,8 milhões em obrigações externas, correspondentes a mais de 56% do valor total das exportações de 1960. Considerando esse panorama – o presidente endossou uma estratégia que, dentre seus principais objetivos visava a ampliação do mercado externo brasileiro, a Política Externa Independente (PEI). Por meio da PEI, o governo

chegou a negociar, em tempos de Guerra Fria, com outros países além dos países capitaneados pela Otan e o Pacto de Varsóvia<sup>490</sup>. Como consequência, recebeu críticas e assistiu certo isolamento político, com destaque às críticas e apontamentos elaborados pelo jornalista Carlos Lacerda que, mais uma vez, destacou-se na cena política nacional como um dos principais atores da reação.

No dia 28 de agosto, sete meses depois de ter assumido o governo, Quadros renunciou à presidência da República. Por meio de um bilhete escrito à mão, com poucas palavras, Jânio declarou: “Ao Congresso Nacional nesta data, e por êste instrumento, deixo com o Ministro da Justiça, as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República”.

Segundo alguns editoriais da imprensa brasileira, a postura não era nova em sua trajetória política – na revista *Manchete* foi destacado que aquela teria sido sua terceira renúncia e que Jânio sabia que os militares iriam tentar o impedimento de João Goulart. Evidenciando como essa conjuntura pegou de surpresa alguns setores da sociedade, no mesmo impresso foi reportado ainda que alguns partidários de Jânio, em vários pontos do país, ainda tinham esperanças de que o Congresso não aceitasse a sua renúncia, como se o bilhete fosse um ato unilateral”.<sup>491</sup>

Porém, a renúncia foi aceita e no lugar de Quadros assumiu a direção do país, por duas semanas, o deputado Paschoal R. Mazzili (1910-1975). O vice-presidente, Jango, estava em viagem oficial à República Popular da China. Esse aspecto, somado ao seu passado e legado como ex-ministro do trabalho de Vargas e vice de Juscelino, tornou aquela ocasião ideal para que a oposição se manifestasse contra a sua posse alegando que o mesmo iria trazer o comunismo ao país. Os militares chegaram a publicar um manifesto.

Assim, embora, dentro da legalidade, o que não justificava empecilhos a sua posse, João Goulart foi impedido de assumir a presidência do Brasil. Esse aspecto é mais um registro que sinaliza como ações golpistas contra governos legitimamente estabelecidos não são novidades na história brasileira. É preciso frisar também que, por outro lado, foi esse mesmo legado que emprestou a Jango grande credibilidade junto a segmentos de trabalhadores brasileiros.

Como solução para o choque de interesses sobre quem governaria o país, Jango

---

<sup>490</sup> É importante frisar que nesse período acentuaram-se os movimentos descolonizadores na África e Ásia – o ano de 1960 foi conhecido como o ano da África, e trouxe novos atores para a dinâmica da guerra fria. Foi nessa conjuntura que Quadros inaugurou a PEI.

<sup>491</sup> *Manchete* [Rio de Janeiro], 1961:27.

assumiu o governo dentro de um sistema parlamentarista comandado por um primeiro-ministro, o mineiro Tancredo Neves (1910-1985). Para chegar a esse ponto, foi preciso muita barganha política com o Congresso e os Militares, especialmente resultado da mobilização liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1992-2004) – cunhado do então presidente. A “Campanha da Legalidade”, como o movimento ficou conhecido, reclamava que a constituição fosse cumprida e o poder entregue ao eleito. Os golpistas não conseguiram o apoio necessário para impedir a posse de Goulart.

Sob o parlamentarismo, Jango assumiu o país em um período marcado por desequilíbrio econômico externo que veio acompanhado por grave instabilidade social. E, essa última, por retroalimentação, veio acompanhada de instabilidade política, Loureiro descreveu muito bem esse contexto,

Como era de se esperar, a deterioração econômica das frentes externa e doméstica produziu forte instabilidade social. O nível de conflito no campo e na cidade, medido pelo número de greves e manifestações públicas, atingiu patamares significativos. Apenas em 1963 a quantidade de greves chegou na casa de trezentas, concentradas principalmente em áreas urbanas e no Sudeste do país. Demandas a favor de reformas socioeconômicas estruturais, sobretudo em questões como propriedade fundiária, impostos e direitos trabalhistas, ganharam crescente apoio na sociedade civil (LOUREIRO, 2021:82).

Loureiro chama atenção ainda ao fato de que, para dar “um respiro a Brasília” e garantir a estabilidade no setor externo, o governo brasileiro fez uma série de acordos com os Estados Unidos. No período, esse último país buscava reorganizar a agenda de sua política externa visando a segurança continental – em resposta aos eventos de janeiro de 1959 em Cuba. Um exemplo do interesse estadunidense pode ser visto por meio da chamada Aliança para o Progresso (AP) lançada durante a administração de John F. Kennedy (1917-1963), que durou entre 1961 e 1963, ano em que ocorreu seu assassinato.

Legitimada com a *Carta de Punta Del Leste*, em março de 1961 no Uruguai, a Aliança para o Progresso incluía metas de taxa de crescimento e defendia uma série de reformas em educação, saúde e serviços domésticos. Cueto a definiu como uma ambiciosa abordagem de desenvolvimento (CUETO, 2007:148). A AP teria vigência de dez anos e preconizava gastos de 80 bilhões de dólares em auxílio ao desenvolvimento dos países latino-americanos. A Aliança também pedia industrialização, reforma agrária e redistribuição de renda. Assim, com a ajuda de cientistas sociais dos Estados Unidos, as nações latino-americanas deveriam enviar planos e projetos nacionais detalhados de desenvolvimento para revisão. Importante frisar que, naquele contexto, a perspectiva era despolitizar muitas dessas questões e reivindicações, tal como relacionadas à reforma

latifundiária.

Quando aprovados esses projetos, o financiamento deveria fluir diretamente de fontes do governo dos EUA, bem como de instituições internacionais de empréstimo, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. Também se esperava que os latino-americanos promovessem políticas que resultassem em aumento do investimento privado nas economias nacionais (LATHAM, 2000: 69-70).<sup>492</sup> Sob o guarda-chuva da Aliança, várias agências da Guerra Fria foram trabalhar na região Nordeste, incluindo a Agência Central de Inteligência, o Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre (AIFLD), o programa Food for Peace, USAID e o Catholic Relief Services (CRS).

Nessa conjuntura, além de instituições estadunidenses entidades no contexto doméstico também foram criadas e receberam recursos desse país – muitos como parte de contenção e desestabilização da administração de Jango no país (LOUREIRO, 2021). Um exemplo – que tem sido recorrentemente citado em análises históricas, como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), de 1961 – sobre o qual discorreremos melhor adiante e a Cáritas – que orgânica a CNBB desde 1954 coordenava a distribuição de doação de alimentos oriundas dos EUA e, no período, passou a receber alimentos da campanha “Alimentos para a Paz” da Aliança para o Progresso.

A Igreja também teve intensa interação com esse novo cenário. Para situar essa conjuntura tomamos como exemplo o “Acordo para as Obras Públicas de Agências Voluntárias no Nordeste”, estabelecido em 13 de abril de 1962 em Washington, DC. O acordo teve como signatários a SUDENE, a USAID, Catholic Relief Services e a CNBB e tinha como propósito cumprir a agenda da Aliança para o Progresso em um “vasto esforço para propiciar vida melhor a todos os habitantes do continente”<sup>493</sup>. No contexto de sua assinatura, havia acabado de ser instalado um escritório da USAID em Recife, esse órgão deveria atuar em parceria com a SUDENE para administrar e fiscalizar a utilização de recursos da AP.

O convênio determinava que a USAID contribuiria com a importância de Cr\$ 475.000.000, 00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros) para financiar

---

<sup>492</sup> Além da premissa de acelerar o desenvolvimento da América Latina, é importante enfatizar que outros fatores também explicam a origem do programa. Como foi destacado por Latham (2000), a Aliança para o Progresso, também foi produto demandas latino-americanas, ansiedades estratégicas, experiência anterior em desenvolvimento, preocupações com as repercussões da ação militar e esforços para moldar os laços econômicos hemisféricos (LATHAM, 2000:71).

<sup>493</sup> Convênio [AMAN] 1962: 2.

projetos voluntários que deveriam ser aprovados de acordo com regras previamente estabelecidas. A finalidade era financiar pequenos projetos de obras públicas que atuariam conjuntamente com outros órgãos que atuavam na região Nordeste, especialmente o Catholic Relief Services, que trabalhava em coordenação com organizações voluntárias registradas nos EUA. Assim, projetos de organizações voluntárias selecionados receberiam, através da SUDENE, recursos da USAID na forma de gêneros alimentícios (Alimentos para a Paz) e de dinheiro.<sup>494</sup> Nos termos do acordo, foi estabelecido como organizações voluntárias: a) associações civis legalmente constituídas; b) as cooperativas; c) as associações de classe e d) as dioceses ou paróquias. Teriam prioridade os seguintes projetos a) agropecuários (colonização, desbravamento de terras e conservação de solo, serviços de irrigação, drenagem e saneamento, reflorestamento etc); b) infraestrutura (construção de pequenas pontes, estrada de acessos e mercados públicos) e c) construção de sistema de abastecimento de água, serviços de saúde, educação, habitação e recreação, em pequenas comunidades. Foi determinado pelos critérios do acordo que a escolha das obras voluntárias selecionadas para receber recursos precisariam passar pela avaliação de uma comissão constituída por três bispos da região nordestina que seriam indicados pela CNBB. As prerrogativas do acordo alegavam que não se tratava de um projeto isolado “sem vínculo com qualquer programa global de desenvolvimento”.<sup>495</sup>

Entretanto, enquanto o discurso da Igreja Católica, vinha desenvolvendo experiências piloto na busca de um possível modelo mais comunitário e integral de desenvolvimento, defendendo, por exemplo, que não seria contra a propriedade privada e defendendo o chamado uso social da terra e sua desapropriação quando necessário. Perspectiva que também foi defendida por intelectuais e políticos do período como Josué de Castro. Em última análise, se divergia da perspectiva do superintendente da SUDENE, Celso Furtado, que por seu turno preconizava a expansão das áreas de colonização avançando, por exemplo, em direção ao estado do Maranhão.<sup>496</sup> Além dessas diferentes perspectivas, havia ainda a proposta de reforma agrária defendida pela Aliança para o Progresso – que apostava na modernização agrícola ao invés de mudar a estrutura agrária, em termos de propriedade. Os efeitos mais diretos dessa cooperação e dos projetos mobilizados a partir deste convênio ainda carecem de mais estudos. Ao fim e ao cabo,

---

<sup>494</sup> IBIDEM:4.

<sup>495</sup>IDEM.5.

<sup>496</sup> IDEM: 5.

como Loureiro (2021) observou, é fato que os financiamentos da Aliança para o Progresso não cumpriram seu objetivo principal. E, ao contrário de uma década de desenvolvimento, os anos 1960 viram os recursos deste financiamento contribuir para desestabilizar governos por toda a América Latina e financiar ditaduras.

Ao passo que a sociedade brasileira via cada vez mais esses interesses internacionais e domésticos se encontrando tendo o Nordeste como alvo de suas ações, na cena política, o país experimentou dezesseis meses de parlamentarismo. Em 6 de janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, os eleitores optaram pelo retorno ao presidencialismo. A Igreja, especialmente o grupo de bispos nordestinos da cúpula da CNBB, apoiou o retorno ao sistema político presidencialista e procurou despertar a consciência política dos seus fiéis na ocasião e recomendarem a participarem do plebiscito.

Esse apoio foi tema de um artigo publicado no jornal *A Tribuna da Imprensa* que destacava a especial atenção do governo federal ao caso dos transportes do eleitorado das zonas rurais colocando a disposição viaturas do serviço público, trens da rede ferroviária federal e até aviões da FAB. Segundo o jornal, Hugo de Faria, chefe da casa civil do governo Goulart, teria retornado juntamente com os prelados brasileiros de uma viagem feita a Roma para mais uma seção do Concílio Ecumênico no Vaticano II. Na ocasião, o chefe da casa civil procurou convencer os bispos a publicarem uma Pastoral em favor do plebiscito, mas teve “êxito parcial em sua missão”. Os bispos consideraram mais “prudente” dispensar qualquer manifestação escrita, preferindo a recomendação verbal durante os sermões nas Igrejas, portanto, a orientação dos padres se limitaria a incitar o eleitorado a comparecer às urnas. A ação da Igreja concitando o eleitorado católico a não deixar de votar no dia 6, segundo o impresso, representou uma conquista substancial nesse esquema de incitamento, haja vista que muitos chefes políticos do interior vinham encontrando dificuldades em encaminhar o eleitorado rural as urnas, considerando que a data - 6 de janeiro, coincidia com o “Dia de Reis”. Assim, sendo dia santo de guarda, estava sendo impedimento para a prática de atos políticos. Entretanto, a recomendação dos bispos, destacou o jornal, essa dificuldade seria superada.<sup>497</sup>

No plebiscito de janeiro 1963, a vitória de Goulart – herdeiro político e conterrâneo de Vargas, foi esmagadora, com 80% dos votos. Assim, João Goulart assumiu o executivo do país com plenos poderes. Mas a tensa atmosfera política

---

<sup>497</sup> *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 11/12/1962: 4.

permanecia. Concomitantemente às investidas de seu governo, como demonstrou Loureiro (2021), fortalecia-se no período a veiculação de imagens conspiratórias contra o comunismo e o seu governo.

Segundo Presot, foi nesse período que o país viveu a fase do mais agudo do anticomunismo do século XX (PRESOT, 2004: 30). A autora destaca duas fragorosas derrotas de Jango, o Plano Trienal e o Estado de Sítio, como elementos que fizeram com que o presidente não tivesse alternativa senão a de buscar apoio entre as forças reformistas e nacionalistas (PRESOT, 2004). A primeira derrota se relaciona ao fracasso de seu plano de desenvolvimento, o Plano Trienal (1963-1965), elaborado pelos ministros da pasta do planejamento e da fazenda, respectivamente, Celso Furtado e San Tiago Dantas. Sinteticamente, as medidas previstas pelo plano compreendiam limitações de crédito, cortes nos gastos públicos, cortes nos subsídios, fim das subvenções e contenção salarial. A tentativa era de "compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50." Entretanto, em poucos meses, um semestre após o seu lançamento, já era possível perceber suas consequências: uma grande perda salarial para a classe trabalhadora, que resultou em protestos por parte dos sindicatos, como de outras organizações nacionalistas e de esquerda. As elites, que começavam a sentir os resultados dessas pressões, passaram a desferir suas primeiras e duras críticas.

Outro aspecto que enfraqueceu o "edifício governamental" foi o pedido de decretação de Estado de Sítio feito pelo presidente, que foi recusado. O pedido foi feito em fins de 1963, sob a justificativa de reação às críticas feitas por Carlos Lacerda que, em jornal americano, teria comparado o governo Goulart "a um veículo que vai montanha abaixo sem freios". Somava-se as críticas desse jornalista, outros fatores como a "indisciplina nas PMs estaduais e 'sublevação de graduados e soldados(...) frequentes reivindicações salariais agravando a crise político-social". E, "por fim, apontava-se o fato de existirem governadores de importantes estados "conspirando contra a nação". (PRESOT, 2004: 53-54). Diante dessa tensa conjuntura, no início do ano de 1964, o governo deu uma "guinada à esquerda". Assim, com Goulart permanecendo na presidência, o debate passou de: se a reforma agrária e a sindicalização rural deveriam existir; para: quem controlaria o processo e os sindicatos uma vez formados (WELCH, 2006).

Entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)- com sucursais em vários estados brasileiros,



foram financiados também com recursos estadunidenses e possuíam forte caráter anticomunista. Esses órgãos contribuíram para a percepção de que no período algo precisava ser feito para evitar uma eminentemente da tomada do poder do país pelos comunistas.<sup>498</sup>Incluía-se nessa mobilização contra Jango, tendências da própria Igreja Católica. Assim, se ao longo desta tese examinamos um segmento do catolicismo que viu na sindicalização e no envolvimento das questões sociais uma melhor maneira de combater o apelo comunista, no início dos anos 1960 um grupo mais conservador também se engajou, ao lado do paternalismo do setor privado e colocando-se contra as reformas (WELCH, 2006: 33).

Em 1960, um grupo de bispos conservadores publicou uma obra intitulada: *Reforma Agrária - Questão de Consciência* de 1960. Segundo Starling, este livro foi uma “importante síntese conservadora sobre o problema rural” do período (STARLING, 1986:258) Assinado por Dom Geraldo Proença Sigaud - naquela altura arcebispo de Diamantina, Dom Antônio de Castro Mayer, do fundador da TFP, Plínio Correa de Oliveira e o economista Luiz Mendonça de Barros, essa obra nos permite perceber a posição de um segmento da Igreja Católica (e, também, da sociedade brasileira) que se opunha a toda alternativa e compreensão possível de reforma agrária (AMADO, 1996: 36). Com 400 páginas, o livro publicado pela Editora Vera Cruz, dividia-se em duas partes:

Na primeira parte, os autores colocaram a necessidade de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais e de o Estado dar um amparo maior à agricultura. Entretanto, consideravam desnecessária a mudança na estrutura agrária para atingir o intento da melhoria de vida do agricultor. Fracionar as terras, segundo os autores da obra, seria um “atentado ao direito de propriedade, firmado no 7º mandamento da lei de Deus”. Além disso, a divisão das terras destruiria as elites rurais, consideradas “prestadoras de insígnies serviços ao país”. Portanto, aprovar uma lei de reforma agrária seria acarretar um problema de consciência porque “a aplicação desta lei anticatólica a uma nação católica lançaria numa crise de consciência muitos adquirentes de terras partilhadas.”

---

<sup>498</sup> Segundo Starling, o IBAD foi criado no Rio de Janeiro por um grupo de empresários e militares, o instituto possuía um caráter profundamente conservador e feição nitidamente anticomunista, diretamente articulada com a CIA. A autora afirma que a partir da posse de Goulart, em 1961, o IBAD desenvolveu ações com o objetivo de conduzir um amplo processo de mobilização conservador-oposicionista, o que levou esse instituto agir em vários setores da sociedade, sincronizando, por exemplo, suas atividades com organismos paramilitares e anticomunistas, como o Movimento Anticomunista (MAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD), entre outros. Em que pese a sua atuação, a autora argumenta que o IBAD, a partir de 1962, na prática se constituiu como um “braço tático, englobado por uma estrutura muito mais ampla e sofisticada”, o IPES. Esse último, por seu turno, foi fundado no final de 1961 também por empresários e militares do eixo Rio-São Paulo e tinha como objetivo não apenas derrubar o governo Goulart, mas “estabelecer-se no poder de Estado para dali realizar seu projeto de classe” – que de modo geral, segundo Starling, representava a força política da fração multinacional-associada do país (STARLING, 1986:46).

Na segunda parte da obra, era acentuado mais o aspecto técnico e econômico. Argumentava-se que a pequena propriedade não tinha autonomia e, por isso, deveriam existir conjuntamente médias e grandes propriedades, a fim de que houvesse o aproveitamento da terra. E, por fim, o livro concluía que, se o Poder Público desse o amparo devido para a agricultura, nosso país viveria com a desejada fartura. O problema, portanto, segundo os autores, não era a questão agrária, mas a questão agrícola (AMADO, 1996: 36).

A obra foi bem recepcionada no período por setores conservadores da sociedade brasileira, o episcopado do Paraná, por exemplo, chegou a publicar um manifesto que foi emitido pela emissora da TV Tupi. Outro exemplo, refere-se ao fato de os autores da obra terem sido convidados a participarem de uma sessão da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa de São Paulo (AMADO, 1996: 36). Em Minas Gerais,<sup>499</sup> também foi organizado manifesto de fazendeiros mineiros, assinado por 1.477 ruralistas de diversas regiões daquele estado, que consideraram a obra do clero conservador (STARLING, 1986: 258).

O arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes - que junto a CNBB com apoio de Dom Hélder realizava a experiência piloto de reforma agrária no território sob sua influência, especificamente na Fazenda Conceição, foi uma das autoridades eclesiásticas que reagiram criticamente contra a obra. Em um artigo, o prelado colocou-se em posição radicalmente oposta à obra. Afirmou que o livro “Reforma Agrária: uma questão de consciência”, carecia de uma visão “mais ampla, objetiva e atualizada do problema rural” (AMADO, 1996: 37). Para o arcebispo de Goiânia, a obra limitava-se a trazer uma crítica, mas não apresentava uma saída cristã para o problema. E, além disso, lembrou que a Igreja Católica seria contra não apenas ao comunismo, mas também ao liberalismo econômico – propositalmente não mencionados pelos autores do livro conservador (IDEM 37). Seu discurso retoma a perspectiva que a Igreja sinalizou desde a sua primeira semana ruralista, em 1950.

O Movimento de Educação de Base também foi alvo de discussões entre membros da hierarquia católica e outros setores conservadores. A publicação da cartilha chamada

---

<sup>499</sup> Em sua obra, na nota 39, Starling dá mais detalhes sobre a recepção da obra na sociedade mineira. Segundo a autora, entusiasmados com essa publicação, alguns fazendeiros mineiros destacavam alguns pontos que julgavam “fundamentais” para “solucionar” a área rural: crédito fácil para os proprietários de grandes propriedades que as desejem colonizar; crédito fácil para o equipamento de propriedades; assistência técnica aos agricultores; concessão de terras devolutas aos pequenos agricultores sempre que por este meio possam ser convenientemente exploradas; crédito especial para melhoria das moradias dos colonos e medidas congêneres. Starling afirma ainda que cerca de 1.477 ruralistas mineiros, de diversas regiões discutiram esses pontos em um manifesto, entregue ao presidente da Comissão de Estudos da Reforma Agrária, Milton Campos. No manifesto os fazendeiros mineiros declararam apoio às posições defendidas pelo clero conservador no livro Reforma Agrária Questão de Consciência (STARLING, 1986, 258.)

“viver é lutar”, que buscava ser um instrumento didático para a conscientização social do aluno, a partir da realidade em que se situava, gerou insatisfação por parte do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que chegou a afirmar que seria “obra do comunismo de Dom Hélder Câmara” e solicitou a apreensão da cartilha. Vários técnicos sergipanos e nacionais participaram da elaboração da referida cartilha, que foi supervisionada por Dom José Távora, então bispo de Aracaju.

Esse bispo disse em sua defesa a Denizard Pinheiro, delegado responsável pela apreensão dos livrinhos, ser contra o comunismo e em suas palavras frisou que lutaria “até o último momento da minha vida para que meu país possa viver livre de qualquer regime totalitário”. E, completou, que sua “posição firme, de guarda e pregadora do Evangelho, não me dá o direito de ficar calado diante das injustiças sociais, assim como não admito o ódio entre homens e classes” (NASCIMENTO, 2008: 163).

No período, as críticas dirigidas aos bispos junto a CNBB, como Dom José Távora, por exemplo, foram ofuscadas pela repercussão das encíclicas *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, de 1961 – citada, como vimos, pelo presidente Quadros. Além desta carta encíclica, merece destaque a *Pacem in Terris*, de 1963, que foi elaborada no contexto do Concílio Vaticano II. As declarações do papa João XXIII nesses documentos o fizeram conhecido como papa dos pobres, uma vez que denunciavam a forma como os trabalhadores estavam sendo tratados e defendia a sua organização em sindicatos. Esses documentos chegaram ao Brasil e endossam algumas ações que setores da Igreja já vinham realizando – como é o caso dos bispos nordestinos articulados via CNBB. Um dos impactos desses documentos no país está no fato de que contribuíram para que houvesse menos resistência dentro de alguns setores Igreja acerca dos trabalhos sociais que a CNBB vinha desenvolvendo (LIMA, 2012: 53). Foi nessa conjuntura, que cada vez mais, como aponta Amado (1996), a Igreja não ficou de fora da discussão sindical.

André Franco Montoro, ministro do Trabalho de Jango por um breve período, colocou em prática as primeiras regras federais para a formação legal dos sindicatos rurais. Montoro também era líder do partido democrata-cristão, essa conjuntura somada a repercussão dos encíclicas papais, contribuiu certamente para que as organizações sindicais – que desde a década anterior encontravam resistência para se oficializar, ganhassem maior impulso no país. Segundo Welch (2006), enquanto Montoro controlava o ministério, as organizações ligadas, em particular, à igreja teriam melhor chance de serem reconhecidas pelo governo. Entretanto, Montoro saiu da pasta e “o confidente de Goulart, João Pinheiro Neto entrou”. Pinheiro Neto acreditava que o PCB era um aliado

importante e útil no esforço de Goulart para fazer reformas estruturais que acabariam por reduzir o apelo de massa da retórica revolucionária. Em novembro, ele emitiu novos regulamentos de formação de sindicatos rurais, substituindo os de seu antecessor por regras que tanto católicos e comunistas progressistas achavam mais fácil de implementar. Sob essas regras, mais de 100 sindicatos - com essas diversas influências, foram rapidamente reconhecidos nacionalmente, com 20 adicionados às listas apenas em São Paulo.

Contudo, por volta do biênio 1961-1962, uma ruptura da coesão do grupo de bispos nordestinos que vimos e analisamos, conseqüente, contribuiu para o enfraquecimento e perda de hegemonia desse segmento religioso no período. E, certamente, as críticas que vinham sendo cada vez mais recorrentes, inclusive, no seio do próprio catolicismo, contribuíram para tensionar mais ainda o desenrolar deste contexto.

Apesar da cooperação entre o governo de Jango e a CNBB, o anticomunismo ainda permanecia no centro dos debates. Porém, parecia cada vez mais difícil sustentar um ambiente democrático, e após a revolução cubana havia o receio de qualquer proposta que soasse a esquerda demais. Ao mesmo tempo, ainda que avisados por padres e políticos para temerem os comunistas, trabalhadores e camponeses brasileiros, simpatizavam com eles porque prometiam uma vida melhor do que a dos latifundiários, comerciantes e financistas capitalistas (WELCH, 2006). Seja a legalização dos sindicatos rurais que crescia nos campos e nas cidades, seja o aumento das ligas camponesas.

Junto de outros líderes importantes, como sua esposa, Alexina, Francisco Julião e as ligas alcançaram outras regiões do país. A influência de Julião aumentou, especialmente, após a desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, no estado de Pernambuco. Julião, enquanto liderança desse movimento, foi perspicaz na construção das imagens e representações das Ligas como um movimento inserido na dinâmica da Guerra Fria do período, o que o fez conhecido nacionalmente e internacionalmente – como evidencia sua participação registrada no documentário *"Brazil - The troubled land"* de 1961.<sup>500</sup> As Ligas, assim como os bispos nordestinos em seus encontros, também tinham estratégias para conscientizar e se tornar mais familiarizada com as comunidades

---

<sup>500</sup> Trata-se de um olhar americano sobre as tensões na zona da mata pernambucana. Produzido para a rede de televisão estadunidense ABC. De acordo com Celso Furtado, em *A Fantasia Desfeita*, o documentário que não foi exibido no Brasil, mas teve grande repercussão nos EUA foi fundamental para convencer a opinião pública norte-americana da importância de seu governo apoiar os projetos de desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <https://youtu.be/o4reXhCCF54>. Acesso em 06/03/2022.

que estavam envolvidas. A aproximação com segmentos religiosos foi uma das estratégias. Como afirmou o próprio Julião em uma de suas entrevistas, as ligas não eram contra a religião, inclusive, enquanto liderança afirmou que muitos membros da comunidade eram convidados para conhecer as ligas, dentre eles: o prefeito, o juiz e o vigário. Assim, quando a Igreja Católica recusou a prestar apoio, as ligas teriam recorrido a pastores protestantes.

Sobre esse contexto, Vilela e Barros analisaram, por exemplo, como protestantes presbiterianos e batistas na cidade pernambucana de Goiana, com histórica tradição no plantio de Cana de Açúcar, foram colocados “ao lado dos habituais ‘centros do comunismo’, tais como sindicatos e ligas, e acusados de difundir entre os camponeses o suposto “Credo Vermelho”: Os autores afirmam que a defesa por um “evangelho social”, por parte destes pastores, foram intencionalmente confundida pelas autoridades policiais como ações dos comunistas, e as igrejas “dos crentes” seriam os auxiliares dos trabalhadores rurais nessas questões. A “prova” do seu envolvimento seria o aumento dos casos de ações trabalhistas nos cartórios daquele município. (VILELA & BARROS, 2020: 10).

Outra estratégia recorrente das Ligas, além da aproximação de segmentos religiosos, foi o uso de aforismos e mensagens que o povo decorasse, como o lema recorrentemente citado na literatura: “Na Lei ou Na Marra”. Aspecto que segundo Julião atribui as Ligas, um caráter poético. Na perspectiva de seus líderes, o lema preconizava reivindicar a legislação, antes de mais nada. Um Congresso realizado em 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, por exemplo, teria ocorrido muito mais numa perspectiva na lei – e não por uma imposição dos trabalhadores. Ao contrário, Julião buscou frisar que a violência e repressão dava-se por parte dos proprietários e seus representantes políticos como ficará evidente, após a realização do referido congresso. O evento realizado na capital mineira foi denominado de I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e reuniu aproximadamente 7.000 pessoas. A maior delegação presente era oriunda do Nordeste, chefiada por Julião, seguida de Minas – principalmente de Três Maria e do Vale do Rio Doce.<sup>501</sup> O presidente João Goulart também participou desse evento que é indicado como um marco da unidade dos movimentos rurais e das reivindicações em favor da reforma agrária.<sup>502</sup>

---

<sup>501</sup> *Última Hora* [Rio de Janeiro], 15/11/1961: 2.

<sup>502</sup> A segunda edição do evento ocorreu em Maringá, no estado do Paraná. O evento foi duramente reprimido por setores conservadores da Igreja, dentre eles o bispo Dom Sigaud, naquela altura bispo de

Um relatório das conclusões do referido congresso foi debatido em plenária. Os principais temas em debate foram: reforma agrária, arrendamento e parceria, pequenos e médios proprietários, direito, assalariados e semi-assalariados rurais, organização das massas trabalhadoras do campo, reivindicações democráticas e sociais (OLIVEIRA & CAMISASCA, 2021: 11-12). Essas autoras destacam que esse evento pode ser indicado como o momento de consolidação do campesinato no espaço público dado sua importância e repercussão. Após o seu encerramento, Julião foi escolhido como seu orador oficial e juntamente com outros dirigentes, foi a Brasília entregar a declaração e discutir seus pontos principais com o presidente João Goulart.

Após o Congresso em BH, o governo federal passou a acelerar o processo de incentivo à sindicalização rural, além de impulsionar a criação de órgãos e a implementação de projetos responsáveis pela realização da reforma agrária. Em 1962, o governo aprovou a Lei nº 4.132, em 10 de setembro, regulamentando a “desapropriação por interesse social” por decreto para “promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar seu uso ao bem estar social” (BRASIL, 1962). Era uma iniciativa para tentar limitar a propriedade privada de acordo com sua função social, tal qual previsto no artigo 147 da Constituição Federal de 1946. Essa legislação foi seguida da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro do mesmo ano, que criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), órgão responsável, dentre outras atribuições, por executar a reforma agrária no país.

Com o maior protagonismo dos sindicatos, muitos outros interesses procuraram acompanhar e orientar esse processo de formação e organização – como vimos a participação de outros segmentos religiosos, por exemplo. Nessa conjuntura, setores da Igreja Católica que reivindicavam tradição no trabalho de campo buscaram inserir-se nesse processo formando lideranças para trabalhar com os sindicatos. Inclusive, salões paroquiais muitas vezes serviam de sede para reuniões sindicais.

Nesse sentido, mais uma vez, a arquidiocese do Rio Grande do Norte foi uma das pioneiras nesse processo. Em 1960, foi criado na arquidiocese potiguar o setor de sindicalização rural, a partir do qual se buscou incrementar o associativismo e sindicalização nas áreas rurais por meio do SAR. O novo setor procurou desenvolver

---

Jacarezinho na porção norte daquele estado. A Igreja, nessa região, organizou um evento na mesma ocasião em que ocorreria o Congresso que contaria com a participação do deputado Julião. A política local se preparou para conter conflitos, que foram inevitáveis. Manifestantes católicos jogaram bombas no local de realização do evento.

atividades em sindicatos industriais no meio rural, através de entendimento com vigários, líderes e pessoal de empresas, motivando a organização sindical em indústrias que funcionam no meio rural, realização de cursos de formação social, por exemplo.

Em 1960 foi criada na cidade do Natal a Fundação Pio XII, que vinha atuando tendo como finalidade a colonização agrícola, com melhoria da estrutura agrária, dentro da legislação em vigor, orientação e humanização das migrações internas, luta por uma legislação adequada a solução do problema de terras, o desenvolvimento da educação das comunidades rurais, e prestação de assistência religiosa, técnica e médica. Essa fundação pretendia realizar uma experiência de reforma agrária no vale do Pium com terras adquiridas pelo governo da entidade.<sup>503</sup> Além disso, no mesmo período, junto a diocese vinham sendo mantidos entendimentos com organismos católicos internacionais, por exemplo, a Miserear, do episcopado alemão contra a doença e fome no mundo, pro civitate Christiane – movimento para a evangelização da Itália; da Conferência Episcopal Canadense, da Conferência Episcopal Norte-Americana, organismos multilaterais e universitários, como FAO – que ofereciam bolsas de estudo para jovens brasileiros com cursos relacionados a sociologia, liderança de comunidade.

Em uma conjuntura de crescimento de setores da Igreja Católica envolvidos na organização dos sindicatos, em termos de Guerra Fria, o anticomunismo destacou-se como elemento de aproximação e acomodação dessa agenda com interesses estadunidenses. Em Pernambuco foi organizado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SOPRE) sob a liderança dos Padres Paulo Crespo, o SORPE contribuiu com a criação de diversos sindicatos rurais na região. Inspirado no SAR, a entidade pernambucana procurou atuar na região de Jaboatão, na zona da Mata pernambucana, região vinculada a produção de cana de açúcar, se constituindo como mais um exemplo da atuação do catolicismo no meio sindical. Além deste serviço, como destaca Cruz, com perspectiva semelhante, outros serviços se espalham pelo Nordeste, tais como: a) 1960 - Equipe de Sindicalização do SAR - Rio Grande do Norte; b) 1961 - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) - ligado aos Círculos Operários; 1961 - Equipe de Sindicalização do Secretariado de Planejamento da Arquidiocese de Teresina - Piauí; 1961 - Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba - apoiada nos Círculos Operários; 1961 - A Equipe de Sergipe; 1962 - As equipes de Maranhão e Bahia - criados e mantidos pelo MEB; 1962 - O Serviço de Orientação de Alagoas (SORAL), ligados aos Círculos

---

<sup>503</sup> SAR [AMAN], 1959: 12.

Operários (CRUZ, 1982: 45).

Como temos discutido, a Igreja Católica não era um bloco monolítico, por isso, como bem salientou Silva (2020), a atuação desse segmento religiosos com o mundo rural e diante as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores não geraram um único caminho de ação. No início dos anos 1960, a luta contra o subdesenvolvimento também foi claramente se transformando na principal orientação de militantes católicos, até então subordinados à CNBB (LIMA, 1979).

A Ação Católica e os seus grupos especializados, gradativamente, foi se radicalizando e se aproximando da esquerda e se distanciando do próprio episcopado. A Juventude de Universitários Católicos (JUC), por exemplo, foi se inserindo-se cada vez mais nas estruturas da UNE, atingiu seu ponto culminante no I Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado em Salvador em maio de 1961. Na ocasião, a JUC combateu o projeto da Lei de Diretrizes e Bases defendido abertamente pela hierarquia católica. Segundo Salém, logo a hierarquia começou a exercer pressões sobre a JUC, a qual, por sua vez, não recuou.

Com efeito, no mês seguinte, o então arcebispo de Natal na ocasião, Dom Eugênio Sales, aproveitou a reunião do XI Conselho Nacional da JUC, ocorrido em Natal, para desvincular a representação diocesana da direção nacional, sob a alegação de desvio ideológico. Em outubro de 1961, a JUC foi admoestada oficialmente pelo episcopado e, já em 1962, Dom Hélder Câmara foi afastado do cargo de assistente nacional da Ação Católica, tendo sido substituído pelo beneditino Dom Cândido Rubens Padin, nessa época igualmente bispo auxiliar do Rio de Janeiro e assistente da ACB – essa movimentação sugere que a substituição foi uma indicação de Dom Jaime Câmara. Na conjuntura descrita acima, não havia mais espaço para conciliação. Assim, mais e mais militantes juristas abandonam o movimento e ingressam na recém-fundada Ação Popular (AP), de progressiva tendência maoísta. Fundada em 1962, a AP, segundo Salém, nasceu num contexto em que os segmentos mais especializados da Ação Católica abandonaram a perspectiva desenvolvimentista pela revolucionária, nacional e anti-imperialista (SALÉM, 1981: 25). Esse aspecto inevitavelmente produziu atritos com a hierarquia. Esse grupo laico especializado surgiu com um desejo de autonomia, numa perspectiva contrária à da cúpula da hierarquia católica e também atuou na fundação de sindicatos rurais, em disputas não somente com a Igreja, mas também com o PCB (SILVA, 2020: 75).

Salém afirma que, esse grupo, mais do que a hierarquia, estariam mais próximos



da pobreza e da realidade vivida pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Assim, como leigos buscaram avançar nas discussões sobre as reformas do país. Entretanto, apesar do avanço desse segmento catolicismo, “o mesmo não ocorreu com o episcopado, mesmo com aquela sua minoria mais consciente” (SALÉM, 1984: 24-25).

Essas fissuras da Igreja eram reconhecidas no período. Concomitantemente a esse contexto de dissensões e coesão institucional dentro desse segmento religioso, os trabalhadores rurais do país continuavam a viver em meio a violência e repressão. Cada vez mais organizados, esses movimentos reivindicatórios dos trabalhadores viram ocorrer assassinatos e violenta repressão antes mesmo do golpe de 1964. Milícias violentas, convocadas por latifundiários, perambulavam pelos campos e intimidavam trabalhadores que reivindicavam mais direitos. O assassinato do negro, protestante e agricultor, João Teixeira em 1962 – que foi líder camponês e um dos fundadores da liga de Sapé na Paraíba é um dos exemplos mais emblemáticos. Morto numa emboscada, João foi baleado nas costas — com três tiros de fuzil, disparados por policiais trajados de vaqueiros, a pedido de proprietários rurais da região onde vinha desempenhando sua atuação. Elizabeth Teixeira, trabalhadora rural e viúva de João, com seus nove filhos mobilizou-se em denunciar os abusos cometidos na vida do esposo sofrendo perseguições exílio durante os tempos de ditadura.<sup>504</sup>

Foi diante dessa violenta e conflituosa conjuntura que, para acelerar o ritmo das então chamadas "reformas de base", o presidente Goulart solicitou ao congresso que criasse a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) e conseguiu aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural. A SUPRA, pelo decreto 53.700, era indicada como de interesse social. Considerando, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, a um comércio odioso, a um comércio intolerável. O decreto excluía as propriedades com menos de 500 hectares, as que

---

<sup>504</sup> A vida e morte desse líder camponês, inspirou as filmagens de “Cabra Marcado para Morrer”, do cineasta Eduardo Coutinho. As filmagens foram iniciadas em 26 de fevereiro de 1964, foram interrompidas 35 dias depois pelo golpe militar. Coutinho retomaria o documentário no início da década de 1980 e o lançou em 1984. Na continuação das gravações, Coutinho entrevistou Elizabeth Teixeira e correu o Brasil em busca dos filhos espalhados de João Teixeira. Além da família, vários personagens relacionados às lutas da Liga Camponesa de Sapé também compõem o documentário. Para mais informações, ver: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/02/ha-57-anos-o-cabra-marcado-joao-pedro-teixeira-era-assassinado-na-paraiba>. Acesso em 06/03/2022.

estivessem situadas em áreas urbanas e suburbanas e aquelas que apresentassem eficiente exploração econômica (GOMES DA SILVA, 1971). Na esteira desse processo, ocorreu em janeiro de 1964, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Esses eram alguns passos do presidente em direção ao estabelecimento das reformas de base. Todos os objetivos dessas reformas foram explicados por Jango em um discurso realizado aos 13 de março de 1964, em um comício que reuniu um público estimado de 150 mil pessoas, na frente da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Segundo Aarão Reis, as reformas consistiam em:

A reforma agrária pretendia distribuir terra aos camponeses, expropriando-se dos grandes proprietários que seriam indenizados com títulos da dívida pública. Assim, seria possível aumentar a produção de alimentos, abastecer as cidades e ampliar o mercado interno. A reforma urbana tinha o objetivo de regulamentar o mercado imobiliário, protegendo os inquilinos. A reforma educacional visava adequar currículos e pesquisas às demandas da chamada realidade nacional e mobilizar a sociedade para liquidar o analfabetismo. A reforma do estatuto dos capitais internacionais enfatizava a regulamentação de remessa de lucros para o exterior. A reforma bancária disciplinaria a especulação e o mercado financeiro. A reforma política tinha por fim a efetiva universalização do voto, incluindo soldados e graduados das Forças Armadas e, principalmente, os analfabetos que constituíam quase 50% da população adulta (REIS, 2014:78).

Na ocasião do comício, o presidente discursou ao lado de figuras como Leonel Brizola e Miguel Arraes - esse último naquela altura era governador de Pernambuco. O presidente agradeceu as organizações sindicais que contribuíram para a promoção daquele encontro e foi ovacionado durante todo o discurso.

De início, afirmando-se como presidente de todos os brasileiros – uma população no período de oitenta milhões no período, Jango destacou que seria necessário coragem para fazer frente a dura realidade da população brasileira. Em suas palavras, terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizados pretendiam inviabilizar aquele encontro, “entre o povo e o seu presidente”. O presidente destacou que membros da oposição teriam afirmado que “aquela concentração seria um ato atentatório ao regime democrático”. Mas, ao contrário, em sua visão, negar-se a fazer as reformas reclamadas pela nação é que seria um atentado a uma “democracia legítima”.

O presidente afirmou que seu governo situava sua política social dentro da “autêntica doutrina cristã, particularmente a que diz respeito à nossa realidade agrária”. Especificamente sobre a reforma agrária, o presidente declarou na ocasião que executá-

la seria o “complemento da abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria”. Em suas palavras,

Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar seus sentimentos cristãos na mistificação de uma indústria do anticomunismo. Insurgindo o povo até contra os grandes e luminosos ensinamentos dos últimos Papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é quem nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos.

É dentro desta autêntica doutrina que o governo brasileiro vem procurando situar a sua política social, particularmente no que diz respeito à nossa realidade agrária.

O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem também trabalhadores (...) nem também os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações{...}. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo que tem fé numa justiça social, mais humana (...). Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a disseminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria.

Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranquilizadora para a Nação, o que posso dizer-lhes é que só conquistaremos a paz social através da justiça social.<sup>505</sup>

Jango demandava, portanto, uma revisão da Constituição vigente uma vez que essa “não atenderia mais aos anseios do povo e do desenvolvimento” do país, considerando que legalizava “uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana”. Para o presidente era preciso ampliar a democracia e pôr fim aos privilégios de uma minoria, frisando “que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e podendo ser votado.” E referindo-se diretamente aos trabalhadores Brasileiros, declarou:

[...]E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos o governo e o povo – operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros, que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação econômica e social deste país.

O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é “progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”.<sup>506</sup>

---

<sup>505</sup> GOULART, 2009: 80 -81.

<sup>506</sup> IBIDEM: 82.

Foram mencionados ainda pelo presidente outros decretos que estariam engendrados dentro das reformas de base, como o decreto de encampação de todas as refinarias particulares, à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos e a reforma universitária.<sup>507</sup> Jango citando exemplos de países como Japão, Itália, México e Índia, os quais, independente de seus regimes políticos, naquele período estariam em luta contra a praga do latifúndio improdutivo. Após essa afirmação, o presidente frisava que a reforma agrária, portanto, não seria um “capricho de governo ou programa de um partido”.

A reforma agrária seria, nas palavras de Jango, “produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo”. O presidente também entendia a reforma agrária como “uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver”, considerando a necessidade de garantir direito de “propriedade” para quinze milhões de brasileiros que trabalham na terra e apenas dois milhões e meio de proprietários. Portanto, sendo indispensável não só para aumentar o nível de vida das populações do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

O extenso discurso do presidente fez ainda referência ao Rosário. Esse foi o estopim para a reação de setores conservadores mais católicos. Na ocasião, Jango referiu-se diretamente ao movimento chamado “A Cruzada do Rosário em Família” (CRF) que ocorreu no país entre 1961 e 1964.

De acordo com Presot, essa organização constituiu uma espécie de embrião das Marchas da Família com Deus pela Liberdade<sup>508</sup>. Arquitetada pelo padre irlandês Patrick Peyton e, lançada nos Estados Unidos em 1945, a CRF desde então percorreu diversas cidades do mundo, como Londres, Sydney e Washington. As principais capitais do Brasil assistiram esse movimento que, sob o slogan: “A Família que Reza Unida Permanece Unida”, pretendia difundir o rosário como a grande arma na luta contra o comunismo. A autora afirma, a título de elucidar a importância do movimento, que em 1962, no Rio de

---

<sup>507</sup> No discurso o presidente se referiu as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas, e Destilaria Rio Grandense que, em suas palavras, “passariam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional” (IBIDEM: 87).

<sup>508</sup> Mas as marchas foram apenas uma expressão disso A Cruzada do Rosário em Família (CRF). De acordo com Cordeiro, a CRF é exemplo de um movimento mais amplo realizado por setores conservadores da Igreja Católica no Brasil, no contexto das décadas de 1950 e 1960 na elaboração e disseminação de um discurso anticomunista de fundo essencialmente religioso. Tal quadro se agravou de modo especialmente intenso no contexto de polarização política que marcou os primeiros anos da década de 1960 no Brasil e no desenrolar da crise que culminou no golpe civil-militar de 1964 (CORDEIRO, 2021: 12-13).

Janeiro, a Cruzada reuniu, segundo estimativas otimistas dos organizadores, cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas (PRESOT, 2004, 22-23). Assim, Goulart mencionou os “rosários” em um contexto que este se tornava algo mais que um poderoso símbolo do culto à Virgem Maria e transformava--se em uma poderosa arma na luta contra o comunismo ateu na América Latina (CORDEIRO, 2021: 12). Nesse sentido, a despeito do sucesso da empreitada de Jango e das esquerdas no dia 13 de março, o seu discurso na Central do Brasil alarmou grupos diversos das direitas brasileira, que argumentavam em defesa do Congresso, da Constituição, da manutenção da propriedade, da ordem legal e da segurança nacional. Mas evocavam também as tradições cristãs, a defesa da Pátria e da família (CORDEIRO, 2021: 8).

Ofendidos pela menção ao rosário feita por Goulart, grupos femininos, inicialmente em São Paulo, posteriormente, em todo o país, se articularam em um “movimento de desagravo ao rosário”. Esse movimento inspirou, posteriormente, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que entraria para a história como umas das maiores, senão a maior, manifestação contra o comunismo na década de 1960 (SILVA, 2019: 47), e sobre a qual discorreremos melhor mais adiante.

Toda essa conjuntura revela que no período anterior ao golpe de Estado, como argumenta Silva, Deus esteve em disputa pelos atores políticos em contenda. Para esse autor, a política não era coisa que se esgotava em si e não conseguia conter, portanto, em suas categorias de sentido, toda a realidade humana no imanente histórico. Assim, Deus e Nossa senhora passaram a frequentar quartéis, passeatas, tribunas e tribunais (SILVA, 2018: 21).

De todo modo, o discurso de Jango e a assinatura de “decretos populares” tiveram apoio de outros segmentos da Igreja Católica, especialmente dos grupos articulados em torno de Dom Helder e junto à CNBB que analisamos. Uma publicação do jornal *Última Hora*, do dia 24 de março, afirmava que Jango não dava “trégua aos seus adversários”. E teria marcado um almoço com o Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e com Dom Helder Câmara. Nessa ocasião, já havia sido anunciada a transferência de Dom Hélder como novo arcebispo de Olinda e Recife. Esse bispo afirmou ao presidente que na ocasião de sua chegada ao Recife, no dia 12 de abril, faria uma alocução, de caráter nitidamente reformista, de acordo com a doutrina social da Igreja.<sup>509</sup>

---

<sup>509</sup> *Última Hora* [Rio de Janeiro], 24 e 25/03/1964: 5.

A despeito desse apoio, o discurso de 13 de março foi o último grande ato público de João Goulart que, 18 dias depois, ao fim daquele mesmo mês, sofreria um golpe de estado. A reação de segmentos conservadores da sociedade brasileira veio de forma avassaladora – como deixou evidente as marchas gerenciadas por segmentos católicos e outros segmentos conservadores da sociedade brasileira que temiam que as reformas comprometessem alguns de seus privilégios.<sup>510</sup>

O jornal *Tribuna da Imprensa* destacou que Jango falava em reformas com o propósito de tomar o poder. Outra resposta ao comício veio dias depois, na cidade de São Paulo, em 19 de março, onde cerca de 500 pessoas marcharam pelas ruas em protesto às reformas anunciadas por Jango, a partir da chamada “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade<sup>511</sup>”. Mais de cem entidades civis estiveram envolvidas na realização do evento, além do apoio do governo de São Paulo, inclusive os bispos conservadores que mencionamos ao longo deste tópico.

As marchas constituíram-se por uma ampla frente de grupos de direita e conservadores conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que consideravam sob ameaça pelo governo trabalhista de Goulart (CORDEIRO, 2021: 03). Essas passeatas surgiram como uma espécie de pedido às Forças Armadas por uma intervenção salvadora das instituições, e, posteriormente ao golpe, passaram por uma ressignificação de seu discurso, transformando-se numa demonstração de apoio e legitimação do golpe militar (PRESOT, 2004).

É importante frisar que apesar das diferentes visões, expressas nos bispos junto a Dom Hélder e, do outro lado, junto ao bispo conservador Dom Sigaud, “um e outro não subsumiam o catolicismo” (SILVA, 2018: 27). Assim, na batalha discursiva pela apropriação da tradição católica para a afirmação de políticas econômicas, o presidente gaúcho saiu derrotado.

O ato derradeiro para deflagrar o golpe contra o governo de Goulart ocorreu na

---

<sup>510</sup> Mesmo nas regiões do interior do país a reação foi imediata. Silva observou em Diamantina Indispensável para este trabalho é ressaltar que, em relação ao comício de João Goulart na Central que o jornal da arquidiocese intitulado, A Estrela Polar se absteve de fazer uma reportagem sobre o comício de Goulart. E, em contrapartida, afirma a autora, noticiou todos os eventos promovidos pela direita na luta anticomunista, deixando evidente a postura dos editores em mostrar apenas o que seria “interessante”, segundo os grupos conservadores da Arquidiocese de Diamantina que no período era orientada pelo bispo Dom Sigaud (SILVA, 2019:43).

<sup>511</sup> Em sua dissertação, Presot analisou as marchas, afirmando que as principais capitais do país, bem como em cidades interioranas. Para além da investigação acerca da abrangência do movimento, procuramos voltar o nosso foco para o aspecto multifacetado destas passeatas, uma vez que, a partir da relação com as culturas políticas de determinada região, as marchas eram recriadas em sentido e significado (PRESOT, 2004).

madrugada de 31 de março. O general diamantinense Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, sob a liderança política do governador Magalhães Pinto, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro (SILVA 2019: 53). No dia 01 de abril, já deflagrada a sublevação, os principais comandos militares se articularam para dar seu apoio à ofensiva de Minas Gerais e cabal para o sucesso dessa mobilização foi o fato dos governadores civis não se colocaram contra o movimento subversivo militar, tal como o governador mineiro Magalhães Pinto (SILVA, 2019:16).

Os Estados Unidos, por meio da operação *Brother Sam*, sinalizavam seu apoio ao movimento golpista, ao disponibilizar uma frota naval em direção a América do Sul – além do apoio financeiro. Na ocasião, no Rio de Janeiro, jornais considerados com tendências subversivas foram invadidos e incendiados. Mesmo fim teve a sede da União Nacional dos Estudantes na cidade. No interior de Minas, no mesmo dia, a cidade de Governador Valadares no Norte de Minas assistiu ao ataque de proprietários e latifundiários que fuzilaram e invadiram a sede de um importante sindicato de trabalhadores rurais e depredaram a sede do jornal.

As marchas da Família com Deus e pela Liberdade continuaram ocorrendo, após o golpe, legitimando em diversas escalas o apoio civil ao regime golpista. Eram pouco mais de quatro horas da tarde de dois de abril de 1964 e, nas ruas do Rio, crescia o número de pessoas que, em seu auge, chegou a cerca de um milhão de pessoas, que procuravam expressar o seu apoio ao golpe militar. Da Igreja da Candelária partiu uma "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que prometia sucesso semelhante ao ocorrido em São Paulo. Presot indica que 69 Marchas da Família com Deus pela Liberdade, teriam sido realizadas nas capitais e interiores dos estados, entre 19 de março e 01 de junho de 1964 (PRESOT, 2004:71). E, pouco depois, em 15 de abril, Castelo Branco tomou posse como presidente da República. Em pouco tempo se verifica na imprensa imagens do mesmo como um “bom católico”.

A ala conservadora da CNBB mostrou-se simpática ao golpe e, mesmo antes da chegada ao poder do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, diversos membros da hierarquia católica apoiaram o fim do governo de Jango. Em abril de 1964, depois de acirrada disputa interna, a CNBB divulgou uma declaração apoiando o movimento golpista (SALÉM: 17). A declaração desse órgão apresentou-se rachada. Uma parte teria sido escrita pelo conservador bispo de Diamantina, Dom Sigaud, e outra por Dom Hélder. Ao passo que o primeiro apoiava o golpe e louvava a Deus por ter livrado o país do

comunismo, o segundo, por seu turno, sinalizava os excessos do novo regime e reiterava os compromissos da Igreja. A despeito de escassas oposições, em geral, o apoio foi a visão dentro do episcopado nacional ao movimento golpista que prevaleceu ante aos fatos.<sup>512</sup>

## 6.2 Considerações Finais

Com afirmou Lima (1979:53), a CNBB não ter se pronunciado criticamente em relação a instauração da ditadura exprime a incapacidade dos setores progressistas – que viemos analisando ao longo dos capítulos, de continuar orientando o comportamento da Igreja no seu conjunto, bem como sua capacidade de exercer uma maior participação no desenho de políticas mais inclusivas voltadas para a sociedade. Apesar da falta de unidade da declaração- o fato é que, fundamentalmente, o texto apoiava o golpe (SALÉM, 1981: 26-27).

Embora estudos indiquem que muitos setores que apoiaram o golpe de estado – como a CNBB e o próprio JK, o fizeram por motivos completamente diferentes do que se seguiu com os militares no poder, acreditando que seria uma medida provisória. O país foi submerso em 21 anos de um poder ilegítimo, que instaurou um tempo de terror marcado por autoritarismo, violência e suspensão de direitos civis. As consequências dessa complacência tiveram um preço alto. Haja vista que na conjuntura ditatorial, a participação dos cidadãos na esfera pública era limitada e desencorajada e por pressão da mesma Juscelino foi cassado do cargo de Senador da República acusado de corrupção e de ter sido apoiado por comunistas. Essa experiência ressalta, portanto, a importância de uma sociedade democrática que - ainda que dentro de certos limites, permite que possam existir vozes divergentes que promovam debates sobre direitos, e ainda a maior participação social no contexto de elaboração de ações públicas.

O golpe desorganizou o Movimento de Natal, já que muitos dos seus líderes leigos foram presos por conta da luta em prol da reforma agrária. Dom Eugenio Sales, sua principal liderança, em 1964 saiu da capital potiguar para assumir o cargo de arcebispo

---

<sup>512</sup> Em 2014, ocasião do 50º aniversário do golpe desferido contra a frágil democracia brasileira em 1964, completado no dia 1º de abril de 2014, a CNBB emitiu declaração intitulada "Por tempos novos, com liberdade e democracia". Nele, a instituição assumia que apoiava os militares num primeiro momento. De acordo com Silva, a meia culpa do discurso oficial se justifica pela contradição no fato de que a entidade foi, ao mesmo tempo, reconhecida como uma das instituições mais importantes no período da redemocratização e uma das primeiras entidades a ter apoiado publicamente o golpe (SILVA, 2017: 84-85).



em Salvador, capital baiana. Em seguida, a partir de 1971, Dom Eugenio retirou-se do Nordeste para não mais retornar, uma vez que assumiu a partir desse ano o arcebispado no Rio de Janeiro. Esse bispo a partir de então teria sua trajetória marcada como um dos apoiadores e amigos da ditadura militar, mas ao mesmo tempo algumas ações contradizem tal apoio, vide sua colaboração abrigo de refugiados de outras ditaduras que no período haviam se instalado no continente.

Dom Hélder, por sua vez, seguiu para o Nordeste onde permaneceu como arcebispo de Olinda e Recife até sua morte, em 1999. Dom Hélder foi atingido pela repressão da nova conjuntura política por diversas vezes, especialmente após a instalação do Ato Institucional nº5 (AI5), em 1968, quando se tornou mais intensa a repressão da ditadura brasileira. Em 26 de maio de 1969, ocorreu o brutal assassinato do Padre Henrique de 29 anos, responsável pela pastoral da juventude na arquidiocese de Dom Hélder. Segundo Salém, depois de ser várias vezes anonimamente ameaçado, Padre Henrique foi sequestrado pelo grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC), amanhecendo, no dia seguinte, torturado degolado em um campo próximo a Universidade Católica (SALÉM, 1981: 48). Membros de outras religiões, como evangélicos que também estiveram atuantes no meio social também foram perseguidos e exilados.

O Movimento de Educação de Base no contexto da nova conjuntura política enfrentou crises. Farias afirma que lideranças desse movimento sofreram um duro golpe, pois os militares juntamente com a direita católica restringiram o seu papel político. Assim, o MEB que tinha centralizando seus trabalhos para a alfabetização dos moradores das zonas rurais da região, viu ser retirando em parte, sua linha histórica que consistia na Educação Popular com base na autonomia do educando – ideias que no período dialogavam com as pesquisas e abordagens do educador pernambucano Paulo Freire. Não é sem propósito que, em 1967, por exemplo, foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como uma das formas de esvaziar a ação política do MEB. Segundo Farias, no município baiano de Amargosa, por exemplo, equipes do MEB na década de 70 chegaram a utilizar material do MOBRAL para as atividades na diocese (FARIAS, 2017: 8).

Após 1964, a SUDENE – na qual os bispos nordestinos via CNBB depositaram sua esperança, foi desarticulada e seu superintendente, Celso Furtado, teve seus direitos políticos cassados. Assim, de modo mais amplo, como destacou Ferreira (1999), a partir desse período, ocorreu um sistemático e deliberado aborto do planejamento no Brasil.

Contudo, embora essas experiências tenham sido interrompidas, o golpe e a ditadura militar não foram suficientes para extirpar e desarticular a consciência e mobilização dos trabalhadores do campo e de muitos segmentos da sociedade que resistiram à repressão.

Especificamente sobre a relação entre Igreja e Estado, observamos que embora tenham passado por momentos de muita tensão, esses campos nunca romperam completamente suas relações (KOPANYSHYN, 2015: 99). Mesmo com reconhecidas fissuras no seio da própria instituição. A CNBB ficou mais conservadora e preocupada mais com sua organização interna, do que com os temas que na década anterior vinha se engajando. A CNBB passou por uma reorganização, aumentando o número de sua cúpula central de 7 bispos para 37, enfraquecendo a posição dos bispos percebidos como progressistas.

## **Considerações Finais**

A tese abordou a experiência do catolicismo brasileiro entre a década de 1950 até o movimento golpista de 1964, nesse período a partir da CNBB um grupo de bispos, militantes especializados e leigos buscou se aproximar das ciências e seus produtos. Os bispos nordestinos investiram na intersectorialidade entre diferentes agências e atores sugerindo uma perspectiva de desenvolvimento que fosse menos excludente. O estudo chama atenção para como a religião pode desempenhar um papel importante nos processos de desenvolvimento. O papel desempenhado pelo catolicismo foi fundamental para mobilizar, por exemplo, o engajamento voluntário para assistir marginalizados e necessitados, como vimos por exemplo em relação às atividades desenvolvidas durante as semanas ruralistas e também junto ao Departamento Nacional de Endemias Rurais e dioceses católicas no período do governo de Juscelino Kubitschek.

No texto buscamos evidenciar que a Igreja Católica não é um bloco monolítico. E que, como as instituições e crenças baseadas em fé, é diversa e acessa facetas locais, nacionais e transnacionais. Mas, a despeito dessa conjuntura, a questão segue sendo pouco apreciada como um dos componentes que envolve o processo de desenvolvimento. Devido às referidas características, dentro da mesma religião observamos visões profundamente divergentes sobre o que significa desenvolvimento. Assim, se de um lado observamos um grupo de bispos nordestinos reclamando uma perspectiva de desenvolvimento mais incluyente e assente em conhecimento científico, do outro observamos um grupo de bispos que defendem explicitamente interesses e estruturas políticas mais conservadoras e líderes ditatoriais, com a circulação de imagens conspiratórias e na contramão de indicações e estudos que já à época sugeriram reformas que poderiam produzir transformações sociais mais profundas. Nesse sentido, retomando a afirmativa de James (2011), a fé pode ser um combustível poderoso – mas inflamável – para mudança e para o desenvolvimento. Portanto, como qualquer combustível precisa ser manuseado com cuidado.

Nesse sentido, ao passo que instituições e governos devem aumentar sua alfabetização religiosa, para considerar esse campo não apenas com uma voz, mas um ator crucial para o desenvolvimento, haja vista a influência da religião em diversos cenários da sociedade, por outro lado, é preciso que os próprios segmentos religiosos e seus atores estejam abertos ao diálogo com outros segmentos da sociedade, incluindo campos como ciência e mesmo outras religiões, o contrário disso, como vimos em relação

ao período analisado nesta tese, pode exacerbar a desigualdade e o conflito.

Esta tese não pretende recomendar ou resolver problemas relacionados ao processo de desenvolvimento. Mas se há uma dimensão social importante no que essa história conta, certamente se refere ao fato de contextualizar como a experiência democrática que o país vivia no período facilitou que a busca e consolidação de um modelo de desenvolvimento menos excludente pudesse ser debatida por um segmento fora da estrutura estatal, a CNBB, até ser abruptamente interrompido pelo golpe de 1964. O movimento golpista colocou fim “não apenas à principal experiência democrática que o país viveu desde então, mas também a ambiciosa tentativa de desenvolvimento, dentro de um cenário político não autoritário, de todo o século XX (IORIS, 2017: 345).

Assim, a manutenção da democracia deve ser constantemente aprimorada e nunca limitada ou extirpada. É esse sistema político que pode garantir um horizonte possível para a busca e construção de um país mais inclusivo e de visões alternativas de desenvolvimento que contribua para desafiar o termo, o conceito e a prática do desenvolvimento. É nesse sentido que este estudo pretende contribuir a narrar uma experiência histórica que trata abre espaço para uma visão crítica sobre os limites de desenvolvimento. Essa reflexão é importante, haja vista que é preciso buscar, examinar e articular meios para que seja superado o vicioso ciclo de hierarquizar aspectos econômicos em relação a outras dimensões endógenas a esse processo de desenvolvimento. Na atualidade, cada vez mais é evidente que não existe desenvolvimento concreto sem saúde universal, cidadania, justiça, distribuição de renda, cultura, educação, liberdade, entre outros aspectos que, em perspectiva semelhante, alguns bispos nordestinos já nos anos 1950 recomendaram. Com efeito, nos anos seguintes ao golpe, devido à amarga censura, as críticas e recomendações ao governo em favor de um bem estar social e de um desenvolvimento mais inclusivo, deram lugar à poesia e às receitas de bolos. A ditadura não só interrompeu uma experiência mais democrática no país, como também reorientou as estratégias e ações que a Igreja Católica, via CNBB, fora da burocracia estatal, vinha desenvolvendo como importante mediadora no desenho das políticas públicas no período.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias Impressas

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de & FARIAS, Carlos Aldemir (orgs). **Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros. Pelos caminhos do Potengi**. Ed. Natal: Flecha do Tempo, 2013.

AZEVEDO, Tales, **O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**, 1954.

COUTO, Ronaldo Costa. **O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza. Brasil**: Planeta, 2013.

GOULART, João (1918-1976) **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Org: Wanielle Brito Marcelino. Brasília: FUNAG, 2009.

PILETTI, Nelson. **Dom Helder Câmara: o profeta da paz**. São Paulo: Contexto, 2008.  
SALEM, Helena. A Igreja dos Oprimidos. São Paulo, ed. Brasil Debates, 1981.

MARINS, José. **Renovação Paroquial**. São Paulo do Pontengi. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1965.

### Leis, Decretos, Documentos Oficiais

- Carta da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para Dom Eugênio Salles (Acerca do II Encontro dos Bispos do Nordeste, 1959);
- Carta da Câmara Municipal de Natal (1959);
- Resumo Estatístico do Rio Grande do Norte (1969);
- Justificativa para a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional (1957);
- Execução dos Convênios Decorrentes do II Encontro dos Bispos do Nordeste (1962);
- Decreto 39.282 - Instalação de núcleo colonial no Vale do Rio Mearim – MA (1956);
- Decreto 39.291 – Instalação de núcleo colonial em Pindorama – AL (1956);
- Decreto 39.293 – Instalação de núcleo colonial Bahia - BA (1956);
- Relatório de Atividades Serviço de Informação Agrícola (1956);
- Palestra de José A. Viera, diretor do Serviço de Informação Agrícola, no IV Congresso Católico de Vida Rural (Santiago, 1954).

### Documentos Eclesiásticos

A) Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD).

- Correspondência recebida pelo bispo Dom José Newton. Data: 17 de abril 1956.

- Correspondência enviada a Dom Hélder Câmara. Data: 23 de abril 1956.
- Relatório da Primeira Semana Ruralista de Diamantina. Data: 4 a 11 de julho de 1955.
- Relatório da Segunda Semana Ruralista de Diamantina. Data: 4 a 11 de julho de 1956.
- A Voz de Diamantina
- A Estrela Polar

#### B) Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (SAR)

- Nordeste desafio e Missão da Igreja no Brasil;
- Aos Cristãos e a todos os homens de boa vontade;
- Telegramas (Acerca do II Encontro dos Bispos do Nordeste, 1959);
- Relação dos Bispos participantes do II Encontro dos Bispos do Nordeste (Transporte, Hospedagem, Alimentação etc., 1959);
- Declaração dos Bispos do Nordeste (1959);
- Síntese da Prática Pastoral da Igreja do Nordeste (14 Dioceses, 1979);
- Síntese das Conclusões do Seminário Latino Americano de Bem-estar Rural (Rio de Janeiro, 1953);
- Relação sobre o acesso da Imprensa ao II Encontro dos Bispos do Nordeste;
- Relatório do II Encontro dos Bispos do Nordeste;
- Curriculum Vitae dos Bispos do Brasil (1979);
- Relatório da Nunciatura Apostólica do Brasil (1956);
- I Congresso Arquidiocesano de Líderes Rurais (Natal, 1960);
- “Nosso Mundo, Mundo Rural” – Boletim Rio Grande do Norte (1959);
- Terceiro relatório Anual ACAR (1951).

#### C) Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Catedral Diocesana de Campina Grande.

- 1: Livro de Tombo da Catedral Diocesana de Campina Grande. Data: 1956.

#### D) Arquivo Metropolitano do Rio de Janeiro

- A Ordem
- Revista Eclesiástica Brasileira

#### E) Arquivo Dom Lamartine (Recife)

- A Ordem
- Catolicismo

#### F) Hemeroteca Digital

- Correio da Manhã
- Jornal do Dia

## 1) BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. **Algunas reflexiones económicas y no tan económicas**. Política y sociedad, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015.

ALVAREZ, A. C. **Los años que vivimos en pandemias: La poliomielitis, la Gripe Asiática y la Gripe de Hong Kong**. Semejanzas y diferencias con el Coronavirus (Argentina 1957-2020). 2020.

ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. p. 261. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AMMANN, S. B.; GUERRA, M. J. C.; SANTANA, O. E. (Org). **Dom Eugênio Sales em Natal: Fé e Política**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

AMADO, W. T. **A igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil: 1950-1968**, v. 1, p. 1-267, Editora da UCG, 1996.

ANDES, S. J. C.; YOUNG, J. G. (Ed.). **Local Church, Global Church: Catholic Activism in Latin America from Rerum Novarum to Vatican II**. Catholic University of America Press, 2016.

ARAÚJO, M. M. O Movimento de Natal e a indústria das secas (1958). Revista Educação em Questão, v. 26, n. 12, p. 198-211, 2006.

ARY, J. C. A. **FNE e o semiárido: da obrigação à otimização**. Revista Econômica do Nordeste, v. 44, p. 199-212, 2013.

BARIANI, E. **O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 161-167, Jan./Abr. 2007.

BASTOS, E. R. **As Ligas Camponesas**, v. 1, p. 1-144. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BARBALHO, H. G. **A área mais perigosa do hemisfério ocidental: o Nordeste do Brasil como problema político dos EUA (1961-1963)** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em História. Natal, 2020.

BARREIRO, I. M. de F. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579831300, 2010.

BENEVIDES, M. V. de M. **O Governo Kubitschek**, p. 1-302. 1ª edição. ISBN-13: 978-8521903987. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1976.

BENEVIDES, C. A. C. **Camponeses em marcha: estudo das ligas camponesas paraibanas (1960-1964)**. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de mestrado,

Curitiba, 1985.

BEOZZO, O. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo**. São Paulo: Revista de Cultura Teológica, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 8 ed., 1994.

BERCOVICI, G. **A questão agrária na Era Vargas (1930-1964)**. História do Direito, Biblioteca Virtual de Periódicos da Universidade Federal do Paraná. v. 1, n. 1, p. 183-226, Paraná, 2020.

BIROLI, F. **Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)**. Revista Brasileira de História, v. 24, p. 213-240, 2004.

BOSI, A. **Economy and humanism**. Revista de Estudos avançados, v. 26, p. 249-266, São Paulo, 2012.

BOVÉE, D. S. **The middle way: The National Catholic Rural Life Conference and rural issues in the 20th and 21st centuries**. American Journal of Economics and Sociology, v. 75, n. 3, p. 762-808, 2016.

BRANDÃO, C. A. **As trevas da iluminação: Energia elétrica em Campina Grande (1940-1960)**. Universidade Federal de Campina Grande. Dissertação de mestrado, 2014.

BRUNEAU, T. C. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Editora Loyola, Volume 3, Coleção Temas Brasileiros. p. 1-442; 1974.

BUCKLEY, E. E. **Political impediments to technological diffusion in Northeast Brazil, 1909–1964**. Comparative Technology Transfer and Society, v. 7, n. 2, p. 146-171, 2009.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 525 p. ISBN 85-230-0661-3., 2002.

BURNETT, A. **A “saga” político-ecológica da algaroba no semiárido brasileiro**. Revista de Estudos Sociais, v. 19, n. 38, p. 148-175, 2017.

CALDEIRA, R. C. **Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 7, n. 15, p. 178-178, 2009.

CAMARGO, C. P. F. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, p. 218, 1971.

CAMPBELL, J.; MOYERS, B. **O poder do mito (The Power of Myth, 1986)**. p. 250, 33ª ed. Editora Palas Athena, 2022.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **A república do pica-pau amarelo: uma leitura**



- de Monteiro Lobato**, São Paulo: Martins Fontes, p. 173-173, 1986.
- CARDOZO, A. **1960. Sudene–resistência e desconfiança**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 8, p. 35-43, 2018.
- CARMINATI, C. J.; DA SILVA, A. B. **O papel da Reação Católica na formação da nação nos tempos de Capanema (1934-1945)**. Revista Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 204-221, 2019.
- CARVALHO, A. F. P. **A Doutrina Social da Igreja e o Desenvolvimento-Contributos e Reflexões Críticas**. Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 2014.
- CARVALHO, L. S. M. G. **Luta pelo futuro: o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)** - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
- CALDAS, Bruno Tropia. **Velho Tejuco moderno: a presença da arquitetura de Oscar Niemeyer em Diamantina-MG**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Rido de Janeiro, 2014.
- CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro; BENITEZ, Leila. Depósitos superficiais diamantíferos da região de Diamantina, Serra do Espinhaço (Minas Gerais). **Geociências** (São Paulo), v. 23, p. 31-42, 2007.
- CICONELLO, A.; MORONI, J. **Participação social no governo Lula. Avançamos?** Editora da Associação Brasileira Organizações Não Governamentais – ABONG. Brasília, 2005.
- CONDINI, Martinho. **Dom Hélder Câmara: modelo de esperança na caminhada para a paz e a justiça social**. Dissertação (Mestrado), PUC- São Paulo, 2004.
- CORDEIRO, A. G. de S. **O bairro da Ribeira como um palimpsesto: dinâmicas urbanas na cidade de Natal (1920-1960)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.
- CORDEIRO, J. M. **A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964**. Revista de História. São Paulo, 2021.
- COLOMBO, L. A. **A ascensão e queda de uma instituição: a SUDENE no sistema federativo brasileiro**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. São Carlos, 2013.
- COSTA, I. S. **Os bispos nordestinos e a criação da CNBB**. Revista Interações, v. 9, n. 15, p. 109-143, 2014.
- COSTA, L. M. C. **Avaliação do sistema de vigilância epidemiológica da influenza no Brasil, 2010-2013**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de

Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2015.

CRUZ, D. S. **A Redenção Necessária; Igreja Católica e sindicalismo rural 1960-1964**. Campina Grande. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 1982.

CRUZ ESQUIVEL, J.; MALLIMACI, F. **Religión, medioambiente y desarrollo sustentable: la integralidad en la cosmología católica**. Revista de Estudios Sociales, n. 60, p. 72-86, 2017.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Université de Rennes II. Arquivo Nacional, 2018.

CUETO, M. **La “cultura de la sobrevivência” y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar, p.255-273, 2015.

CUETO, M. **Saúde, Desenvolvimento e Participação Comunitária**. In: O valor da Saúde- História da Organização Pan-Ammericana da Saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

FURTADO, R. F. D’Aguiar. **A batalha da SUDENE**. In: Arquivos Celso Furtado. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, A. G. S. **Práticas de escrita: os diários manuscritos das alunas da Escola Normal Rural de Conselheiro Mata (Diamantina, MG) -1950-1962**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, UFVJM, Diamantina, 2017.

DOMBROWSKI, Osmir. A opção pelo estado: um estudo sobre o envolvimento da Igreja católica com o problema da reforma agrária no Brasil. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 223, p. 41-54, 2006.

DU TOIT, N. B. **Does faith matter? Exploring the emerging value and tensions ascribed to faith identity in South African faith-based organisations**. HTS: Theological Studies, v. 75, n. 4, p. 1-7, 2019.

DULCI, O. S. **Política E Recuperação Econômica Em Minas Gerais**. Humanitas. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

ECAR, A. L. **Debates sobre o ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Matos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943)**. 2017. 295 f. Tese de Doutorado em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Gobierno Bolivariano de Venezuela, Ministerio del Poder Popular para la Cultura. Venezuela, 2007.

FARIAS, S. O. **Movimento de Educação de Base (1961-1966): algumas histórias, muitas lutas.** Editora da Universidade Federal de Sergipe. Cadernos do tempo presente, n. 26, Pernambuco 2017.

FÁVERO, O. **MEB –Movimento de Educação de Base primeiros tempos: 1961-1966.** Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação. Editora Évora, Portugal, 2004.

FELDHUES, P. R. P. **A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste brasileiro: o desenvolvimentismo nas páginas de desenvolvimento & conjuntura (1957-1964).** 2014. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

FERREIRA, A. **A SUDENE e o Nordeste: sobre os primórdios de sua atuação.** Revista de Ciências Sociais, v. 30, n.1/2, p. 44-57. Fortaleza, 1999.

FERREIRA, E. Q. **Notas sobre o Concílio Vaticano II: entre a renovação e a volta à antiga tradição.** UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, v. 5, n. 2, p. 302-312, 2017.

FERREIRA, N. V. C.; DE LIMA, S. C. F. **Uma formação intelectual e social conveniente [...]: formação de professores rurais (Brasil, 1942-1963).** Cadernos de História da Educação, v. 19, n. 3, p. 942-960, 2020.

FERNANDES, A. C. **O Turíbulo e a Chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FIGUEIREDO, A. P. **A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da igreja nas políticas públicas no Brasil.** Editora da Fundação Mariana Resende Costa. Belo Horizonte, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber - 7a ed.** Editora Forense Universitária, p. 151-219. Rio de Janeiro, 2007.

FURTADO, C. **A Comissão Econômica para a América Latina.** 1988 In: FURTADO, C. Essencial. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FUSER, C. **A economia dos bispos: o pensamento econômico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (1952-1982).** Editora Bienal São Paulo, 1987.

GARCIA, M. V. **Resumo Estatístico do Estado do Rio Grande do Norte.** Centro de Estatística Religiosa e Investigações sociais (CERIS). Recife, 1969.

GARRET, Laurie. Transição da Saúde. **A era do Otimismo: vamos erradicar a doença.** In: GARRET, Laurie. A próxima peste: novas doenças num mundo em desequilíbrio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 39-59, 1995.

GODOY, J. H. A. **A práxis de Lebre: economia humana, desenvolvimentismo católico e a industrialização do Nordeste.** Revista Religião & Sociedade, v. 36, p. 188-219, São Paulo, 2016.

GODOY, J. H. A. **Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebre: Desenvolvimentismo e Práxis Progressista Católica nas Décadas de 1950 e 1960.** Revista de Ciências Sociais Dados, v. 63, Paraíba, 2020.

GÓIS JUNIOR, E. **Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930).** Revista Saúde e Sociedade, v. 23, p. 1445-1457, 2014.

GOMES, Â. C.; HANSEN, P. S. **“Apresentação” Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e Ação Política.** Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

GOMES, A. M. C.; FARO, C. **O Brasil de JK.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GOMES, F. A.; OLIVANDO, F. **O evangelho segundo Perón: uma análise das relações entre a igreja católica e o Peronismo-1946 a 1955.** Ameríndia - História, cultura e outros combates. 2007.

GOMES, J. **Estado, movimentos sociais e reforma agrária: as duas fases do pensamento de Celso Furtado no pré-1964.** Lutas Sociais, n. 17/18, p. 156-169, 2007.

GONÇALVES, Juscelino dos Santos. **A prática da queimada no saber tradicional e na concepção científica de risco: estudo sobre o uso do fogo por pequenos produtores rurais do Norte do Estado de Minas Gerais.** Dissertação, Viçosa: UFV, 2005.

GOODWIN Jr., J. W. **Cidades de papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG. (1884 – 1914).** Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

HARAWAY, D. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Others.** Chicago: Prickly Paradigm, 2003.

HAUSTEIN, J.; TOMALIN, E. **Keeping Faith in 2030: Religions and the Sustainable Development Goals. Findings and Recommendations.** Leeds., 2019.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento. As bases da política de saúde pública no Brasil.** São Paulo, Editora Hucitec/Anpocs, 1998.

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. **A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo.** In: CASTRO GOMES, Angela de. [org]. Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HOCHMAN, G. " **A gripe asiática vem aí!": crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957)**. Revista Ciencias de la Salud, v. 19, 2021.

HOCHMAN, G. **God and Crops: Health, hunger and development in Brazil** (Congress of the Latin American Studies Association), 2012.

HOCHMAN, G. " **O Brasil não é só doença": o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, p. 313-331, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas** - 1968. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1972.

IBER, P. **El imperialismo de la libertad: el Congreso por la Libertad de la Cultura en América Latina (1953-1971)**. In: Benedetta Calandra & Marina Franco, La guerra fría cultural en América Latina, 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 219 p., 2012.

IORIS, R R. **Qual desenvolvimento? Os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 408 p., 2017.

JAMES, R. **Churches in Development**. Swedish Mission Council Report N°2, 2009.

JAMES, Rick. **Handle with care: Engaging with faith-based organisations in development**. Development in Practice, v. 21, n. 1, p. 109-117, 2011.

KOPANYSHYN, E. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis**. 2016. 131 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

KROPF, S. **Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)**. 2009. 596 p. Tese (Doutorado em História social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

KIRBY, D. **Religion and the cold war**. 1. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan London, 2002.

KUHN, D D; COSTA, A M. **Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul**. **Revista IDeAS**, v. 11, n. 1, p. 34-66, 2017, ago. 2019

LAFER, C. **JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Trad. Maria Victoria Benevides. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 256 p., 2002.

LATHAM, M E. **Modernity, Anticommunism and the Alliance of Progress**. In: Modernization as Ideology: American Social Science and "Nation Building" in the Kennedy Era (New Cold War History). Chapel Hill. The University of North Carolina Press; New edition. 2000. 302 p.

LIMA, L G S. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis:

Vozes, 1979.

LIMA JUNIOR, José Ferreira. **Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: Uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã**. Dissertação (mestrado) Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008

LIMA, N T. **O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões**. In: Jacob Finkelman (Org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/OPAS. 2002. p. 328.

LOPES, T C; MAIO, M C. Sociólogos Rurais, Modernização e Ideais de Comunidade na América Latina: O Caso do Office of Foreign Agricultural Relations (1930–1940). **Dados rev. cienc. sociais**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p 1-41, jan. 2021.

LOPES, T C. O Instituto de Ciências Sociais e a Sociologia no Rio de Janeiro: Entrevista com Alzira Alves de Abreu. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, n. 1, p. 299-324, jan/abr. 2020.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação. Religião e Política na América Latina**. Expressão Popular: São Paulo, 2016.

LOUREIRO, F P. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 207 p.

MAINWARING, S et al. **A Igreja católica e a política no Brasil, 1916-1985**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 304 p.

MAIO, M C. **A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**. In: Faulhaber, P.; Toledo, P. M. (orgs.). Conhecimento e Fronteira: história da ciência na Amazônia. Brasília/Belém: Museu Goeldi/Parelo 15, pp. 975-1017: 51, 2001.

MARGOLINER, Jonnathan Monteiro. **A encíclica Mater et magistra (1961) como leitura de uma época: o século XX e as questões sociais**. 2009. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MARTINS, M L. As variáveis ambientais, as estradas regionais e o fluxo das tropas em Diamantina, MG: 1870-1930. **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 141-169, 2006.

MARTINS, M L. Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). **Fino Traço Editora**, Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, M L. O garimpo e as paisagens rurais do passado na Diamantina oitocentista. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 13, n. 1, p. 302-333, 2020.

MEIRA, J. F. P. **Apontamentos para uma geo-história do vinho em Diamantina**

- (1817-2000). Revista Espinhaço. Minas Gerais, 2019.
- MENDONÇA, S R. **Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo, v. 15, n. 29, 2010.
- MONTENEGRO, A T. **As ligas camponesas e os conflitos no campo**. Saeculum -. Revista de História, João Pessoa, n. 18, p. 11-31, jan./jun. 2008.
- MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: Pensamento social da CNBB**. São Paulo: Autores associados, 1982.
- MOREIRA, V M L. **Brasília: a construção da nacionalidade - um meio para muitos fins, 1956-1961**. Vitória: Edufes. 1998.
- MOURA, G. In: GOMES, Angela de Castro et al. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.
- MULATINHO, A F. **As mediações socioculturais numa jornada de 60 anos: vozes da Rádio Rural de Natal**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- MUNIZ, E S A. **Basta aplicar uma injeção? Saúde, Doença e Desenvolvimento: o Programa de Erradicação da Boubá no Brasil (1956-1961)**, Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.
- NICOLAU, N S. **Clubes Agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016.
- ÖHLMANN, P et al. **A New Journal for a New Space: Introducing Religion & Development: Introductory Article**. Religion and Development, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2022.
- OLIVEIRA, N S. **Estudos de Comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 521-550, 2011.
- OLIVEIRA, S S R et al. **O auditório da Secretaria de Saúde e Assistência Pública de Minas Gerais: lugar de memória dos trabalhadores em Belo Horizonte (1961-1964)**. Revista Tempo e Argumento, v. 13, n. 34, p. e0302-e0302, 2021.
- PAIVA, M M. **Igreja e Renovação: Educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

PEREIRA, L M. **Emergência e desenvolvimento do regionalismo Norte-Mineiro: um enfoque histórico.** Revista Cerrados. (Unimontes), vol. 4, núm. 1, enero-diciembre, p. 43-55, 2006.

PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória.** Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PICOLIN, J C. **Juscelino para presidente do Brasil: As estratégias de comunicação política na campanha eleitoral de JK em 1955.** In: Trabalho apresentado no XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação. 2002.

PICOLIN, J C. Peixe vivo em Água Fria: Juscelino e Propaganda Política. IN: QUEIROZ, A. **Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras.** São Paulo, Summus Editorial, 2006.

PINHO, S. O. C. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

PINTO, G L H. **Celso Furtado, 100 anos: A Operação Nordeste.** Economia&história: especial Celso Furtado. 76-82. 2020.

PONTES, K D S. **A parceria frustrada: JK e os Estados Unidos.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 342 p., 2019.

PRESOT, A A. **As Marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964.** 2004. 150 p. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

PURCELL, F. **Connecting Realities: Peace Corps Volunteers in South America and the Global War on Poverty during the 1960s.** Historia Crítica, n.53, p. 129-154, 2014.

RAMOS, F. **Intempéries, Encontro de Salgueiro e Celso Furtado como agentes catalizadores da idealização da SUDENE.** " Disponível em: <http://procondel.sudene.gov.br/ArtigosDetalhes.aspx?Id=1003>.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo Reino de Deus: Igreja Católica e sexualidade – de Jesus a Bento XVI.** 5º edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 475 p.

REIS FILHO, D A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, J. **Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950).** Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 21, p. 261-283, 2008.



ROCHA, D J V. **Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956| Natal, 1959).** EDUEPB, 2016.

RODEGHERO, C S. **Campo X Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul.** Anos 90, v. 5, n. 7, p. 148-176, 1997.

RODRIGUES, L P M. **Territórios rurais e desenvolvimento no Rio Grande do Norte: política e planejamento.** 2016. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ROSENBERG, C. **Framing disease: Illness, society and history.** In: Explaining epidemics and the other studies in the History of Medicine. Cambridge, 1992.

SARTORIUS, R. **The Notion of “Development” in Ubuntu.** Religion and Development, v. 1, n. 1, p. 96-117, 2022.

SCHALLENMÜELLER, C J. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SCHELLINI, S A et al. **Tracoma: ainda uma importante causa de cegueira.** Revista Brasileira de Oftalmologia, v. 71, p. 199-204, 2012.

SEIDL, E. Uma elite pouco (re) conhecida: o episcopado brasileiro. **Tempo Social**, v. 29, p. 35-60, 2017.

SERBIN, K P. **Church-State Reciprocity in Contemporary Brazil: The Convening of the International Eucharistic Congress of 1955 in Rio de Janeiro.** Duke University Press, 1996.

SERVILHA, M M. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa.** Rio de Janeiro: Consequência. 400 p., 2015.

SILVA, C M. **De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil.** Guarapuava, 232 p., 2015.

SILVA, C M et al. **Antropoceno: os desafios de um novo mundo.** Revista Virtual de Química, v. 10, n. 6, p. 1619-47, 2018.

SILVA FILHO, Leonides Alves. **SUDENE: 50 anos – Uma abordagem político institucional e administrativa.** Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2009.

SILVA, K N. **A Estrela Polar e a ditadura civil-militar: um estudo sobre a formação do consenso através do discurso anticomunista da Arquidiocese de Diamantina, Minas Gerais (1961-1972).** 2019. 99 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

SILVA, M A O. **Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos no Seridó Potiguar (1964-1979)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2007.

SILVA, N A. **Uma história da ideia de direitos humanos no Brasil a partir dos bispos católicos da CNBB (1952-1989)**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVA, R et al. O governo JK e o Grupo de Trabalho de Controle e Erradicação da Malária no Brasil: encontros e desencontros nas agendas brasileira e internacional de saúde, 1958-1961. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 95-114, 2015.

SILVA, R et al. Um método chamado Pinotti: sal medicamentoso, malária e saúde internacional (1952-1960). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 519-544, 2011.

SILVA, R R N. **“Radiaciones continentales”: circulação de modelos educacionais para a educação rural no espaço Brasil-México (1940-1950)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.

SILVA, V L C. **Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguaiana: as relações Brasil-Argentina (1958- a 1962)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

SIMON, S. A. S. Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961). **Universitas: Relações Internacionais**, v. 10, n. 1, 6 set. 2012.

SILVEIRA, E J S. Religião, Religiões, Mais uma vez. **Interações**, v. 12, n. 21, p. 4-9, 2017.

SILVEIRA, R P S. **(Re)lendo "História de Campina Grande" de Elpídio de Almeida: uma construção histórica da "grande" campina**. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SOBRINHO, A A. **Desenvolvimento em 78 rotações: a indústria fonográfica Rozenblit (1953-1964)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993

SOBRAL, E. **“Favela: um grito de liberdade! Os conflitos sociais urbanos”**. II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, Nucleas/UERJ: 1-14., 2012.

SOUSA, Ione Celeste J de. **Instruir a Pátria, plantar no Sertão: a semana ruralista da Escola Normal Rural de Feira de Santana – 1935**. VIII Encontro Estadual de História (ANPHU-BA), Feira de Santana, 2016.

SOUZA, F B. **Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande-PB (1950-1958)**. 2013. 168f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 - 1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, p. 105-159, 1983.

SOUZA MARTINS, J. **Los campesinos y la política en el Brasil**. Editora González Casanova. University of Buenos Aires, v. 4, p. 9-83, 1985.

SOUZA, N. **Do rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007). Um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe**. Revista de Cultura Teológica, n. 64, p. 127-146, 2008.

SOUZA, Ramon Felipe. **Do Sertão Saudável à cidade doente: Saúde e meio ambiente na História de Diamantina**. (SYN) THESIS, v. 13, n. 2, p. 21-40, 2020.

STARLING, H M M. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. 2. ed. Vozes, 1986. 375 p.

TEDESCO, J C et al. Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 33, n. 52, p. 105-121, 2020.

THOMÉ, E M et al. De sonhos e fracassos: a influência do cenário externo sobre o Plano de Metas. **Reflexões Econômicas**, Ilhéus (BA). n.3 v.2., p.88-99 2017.

THOMSEN, J. **The sustainable development goals as space and sparring partner for religious actors in development**. Ny Mission, v. 32, p. 25-33, 2017.

VARAJÃO, G F D C. **Por uma Geografia de Diamantina-MG**. 2015. 233 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 fev 2015.

VIBOUD, C et al. Global mortality impact of the 1957–1959 influenza pandemic. **The Journal of infectious diseases**, v. 213, n. 5, p. 738-745, 2016.

VIZENTINI, P G F. **Desenvolvimento e segurança na Ásia-Pacífico: Problemas e perspectivas, da Pax Americana ao pós-guerra fria**. Indicadores Econômicos FEE, v. 23, n. 4, p. 180-200, 1996.

VIZENTINI, P. **Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)**. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 195-216, 2003.

VILAR DE CARVALHO, A et al. **A igreja católica e a questão agrária: alguns elementos para a análise dos pronunciamentos de episcopado brasileiro no período de 1945-1964**. Igreja e questão agrária. Seminário " Igreja e questão agrária". Rio de Janeiro, 23-25 nov.1983.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política.** Tese (Doutorado) Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2014.

VILELA, M. A. F.; BARROS, A. V. **Trabalhadores rurais e o “credo vermelho”:** experiências protestantes na Liga Camponesa em Goiana, Pernambuco. *Mundos do Trabalho*, v. 12, p. 1–18, 2020.

WATERHOUSE, A C. **Food & prosperity: balancing technology and community in agriculture.** Rockefeller Foundation, 2013. 248 p.

WELCH, C. **Keeping Communism down on the Farm: The Brazilian Rural Labor Movement during the Cold War.** *Latin American Perspectives*, v. 33, n. 3, p. 28–50, 2006.

WYATT, Z.; WELTON, K. M. God and a “Little Bit of Magic”: Faith and Healing through the Lens of Cambodian Trauma Survivors. **International Journal of Social Science and Religion (IJSSR)**, p. 1–20, 23 fev. 2022.

XIMENES, Luciano Feijão. **Efeitos da Ocorrência de Secas sobre Indicadores Agropecuários do Estado do Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 7, n.1, 2013. (Informe Rural Etene)

ZIAI, Aram. **Post-development concepts? Buen vivir, ubuntu and degrowth. In: Fourth international conference on degrowth for ecological sustainability and social equity.** p. 143-154, 2014.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### Formação e vínculos de alguns membros da SAAT

Nomes	Formação e trajetória	Participação em sociedades
Oliveira Viana	Jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo. Realizou estudos e pesquisas sobre a “formação brasileira”. Foi diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934); membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho Indústria e Comercio.	SAAT
Belisário Penna (1868-1939)	Médico, Diretoria Geral de Saúde Pública (1904-18), director do Serviço de Profilaxia Rural (1918-20), diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde (190-22); chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (1927-28); diretor do DNSP (1931) e ministro da Educação e Saúde (1931-2).	SAAT Ação Integralista Brasileira (AIB, membro da Câmara dos 40)
Alcides Gentil	Jurista, jornalista, professor (Escola Normal, Pedro II) e escritor, publicou “Ideias de Alberto Torres” (1938).	SAAT (Fundador e secretário)
Augusto Sabóia Lima	Jurista e magistrado no DF (Juizado de Menores e Vara Criminal), considerado “pupilo de Alberto Torres” publicou “Alberto Torres e sua obra” (1918)	SAAT
Cândido Mota Filho	Advogado, professor, jornalista, ensaísta e político paulista (senador, deputado constituinte, prefeito, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura), fundador da Ação Nacional do P.R.P., diretor do DIP em São Paulo; Ministro da Educação e Cultura (1954).	SAAT
Paulo Roquette Pinto	Filho de Edgard Roquete Pinto, botânico, Professor, autor de “História Natural”; participou da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (RJ, 1934) organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores	SAAT Sociedade dos Amigos das Árvores (diretor)
Juarez Távora	Militar, participou dos levantes tenentistas e da coluna Prestes, Ministro da Agricultura de Vargas (1932-34), deputado constituinte (1934).	SAAT
Plínio Salgado	Jornalista, escritor e político, fundou e presidiu a Ação Integralista Brasileira;	SAAT
Félix Pacheco	Jornalista, proprietário do <i>Jornal do Comércio</i> , deputado, senador, Ministro das Relações Exteriores (1922-26); fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do DF.	SAAT

**FONTE:** As informações foram elaboradas por Nicolau em sua dissertação de mestrado. De acordo com a autora, os dados s reunidos a partir de consulta aos *Relatórios do Ministério da Agricultura, A Lavoura, Correio da Manhã, Correio Paulistano, Correio de S. Paulo* e bases de dados biográficos localizados na *internet* (NICOLAU, 2016:30-33)

## ANEXO II

### Lista dos Bispos signatários do IEBN

- † ANTONIO, Arcebispo de Fortaleza, rep. D. Expedito Eduardo, auxiliar
- † MOISES, Arcebispo da Paraíba, rep. D. Manoel Pereira, auxiliar
- † RANULFO, Arcebispo de Maceió, rep. D. Adelmo Machado, Arceb. coadj.
- † JOSÉ, Arcebispo de S. Luiz, rep. D. José Távora, aux. Rio de Janeiro
- † ANTONIO, Arcebispo de Olinda e Recife
- † MARCOLINO, Arcebispo de Natal, rep. D. Eugenio Sales, auxiliar
- † AVELAR, Arcebispo de Teresina
- † JOSÉ, Bispo de Sobral, rep. D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
- † JOÃO, Bispo de Barra
- † FERNANDO, Bispo de Aracajú
- † JOÃO, Bispo de Nazaré
- † FRANCISCO EXPEDITO, Bispo de Garanhuns † PAULO, Bispo de Caruarú
- † FELÍCIO, Bispo de Penedo
- † ELISEU, Bispo de Mossoró, por si e por D. Francisco Pires, Bispo de Crato
- † ADELINO, Bispo de Caicó † OTÁVIO, Bispo de Campina Grande
- † HELDER, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Secretário Geral da C.N.B.B.
- † AURELIANO, Bispo de Limoeiro, rep. Por D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
- † Mons. SAMPAIO, Vigário Capitular de Pesqueira.

### ANEXO III-

#### Grupo de estudos durante o IEBN



**FONTE:** *Jornal do Comércio* [Rio de Janeiro], 23/051956:5.

## **ANEXO IV**

### **19 Decretos assinados derivados do IEBN**

- 1.** Núcleo Colonial no vale do Rio Mearim
- 2.** Construção do Porto de Itaqui
- 3.** Núcleo de abastecimento de Fortaleza
- 4.** Núcleo colonial do Vale do Rio Parnaíba
- 5.** Porto de Areia Branca
- 6.** Vales do Baixo Piranhas e Apodi
- 7.** Aproveitamento do Açude Curema
- 8.** Escoamento do Fosfato de Olinda
- 9.** Núcleo de Abastecimento do Recife
- 10.** Núcleo Colonial de Pindorama
- 11.** Postos de migração em Pernambuco, Sergipe e Bahia
- 12.** Núcleos Coloniais na Bahia
- 13.** Construção de Casas Populares
- 14.** Gado e Indústria Leiteira em Paraíba e Alagoas
- 15.** Sementes e mudas para o Nordeste
- 16.** Indústria Animal na Bahia e no Nordeste de Minas Gerais
- 17.** Prêmios para a Instalação de Armazéns e Silos
- 18.** Abastecimento de água em Campina Grande
- 19.** Núcleo Colonial de Petrolândia



ANEXO V

Programa de divulgação

*Cópia enviada a nosso Pai do Sr. 167*

*a Católica*

**Juventude Masculina Católica**  
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL  
Praça Pio X, 335  
NATAL - Rio G. do Norte

**PROGRAMAS DIVULGADOS PELOS AUTO-FALANTES E IMPRENSA, DIARIAMENTE**

**HOMENS DO CAMPO!** Tomai conhecimento da solução de vossos problemas, participando da SEMANA RURAL, a realizar-se na Escola Prática de Agricultura de Jundiá, em Macaíba, de 22 a 27 de Janeiro.

O Serviço de Assistência Rural, da Ação Católica, promovendo a SEMANA RURAL espera o comparecimento das forças vivas de nosso Interior.

=|=|=|=|=|=|=|=|=|=|=|=|=|=|=|

Tomar consciência dos problemas do campo é condição indispensável para sua solução. Comparecei à "SEMANA RURAL", de 22 a 27 de Janeiro.

x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x\*x

**AGRICULTORES E CRIADORES DO ESTADO**  
Participai da SEMANA RURAL a ser realizada na Escola Prática de Agricultura, em Jundiá, de 22 a 27 de Janeiro.

0+0+0+0+0+0+0+0+0+0+0+0+0+0+0

Forças Rurais do Estado, vós sois o alicerce e o sustentáculo da Sociedade. Uní-vos! Estudai em conjunto, vossos problemas, defendei vossos interesses.

5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5

A Semana Rural é um encontro entre agricultores, criadores, sacerdotes, professores e técnicos. Nessa ocasião, por todos os meios que o progresso dispõe, serão tratados de modo prático os assuntos que se relacionam com o campo.

Participai da SEMANA RURAL, a ser realizada em Jundiá, de 22 a 27 de Janeiro.

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

Atenção lavradores e criadores! A SEMANA RURAL a realizar-se de 22 a 27 de Janeiro próximo, em Jundiá, fornecerá conhecimentos teóricos e práticos, aumentando a produção em sua fazenda.

5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5+5

O homem do campo precisa de orientação técnica e profissional para a sua fazenda, granja ou sítio. Participai da SEMANA RURAL, de 22 a 27 de Janeiro em Jundiá.

\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*+\*

Atenção, Fazendeiro! A SEMANA RURAL, promovida pelo Serviço de Assistência Rural da Ação Católica, está dependendo do vosso apoio e compreensão!

Natal, 21 de Junho de 1951

## ANEXO VI

### Lista dos Bispos signatários do IIEBN

II - ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE  
Natal, Rn - 24 a 26/5/59 534

Participantes

I - AUTORIDADES ECLESIÁSTICAS

A - Nuncio Apostólico

1. Dom Armando Lombardi - Rio de Janeiro

B- Arcebispos

2. Dom Helder Câmara - Rio de Janeiro  
3. Dom Adelman Machado - Maceió - Al  
4. Dom Antônio Lustosa - Fortaleza - Ce  
5. Dom Avêlar Vilela Brandão - Teresina - Pi  
6. Dom José Delgado - São Luiz - Ma

C- Bispos

7. Dom Afonso Ungarelli - Pinheiro - Ma  
8. Dom Antônio Campelo - Petrolina - Pe  
9. Dom Aureliano Matos - Limoeiro do Norte - Ce  
10. Dom Eliseu Mendes - Mossoró - Rn  
11. Dom Eugênio de Araújo Sales - Auxiliar de Natal  
12. Dom João Mota - Afogados - Pe  
13. Dom João Muniz - Barra - Ba  
14. Dom José Adelino Dantas - Garanhuns - Pe  
15. Dom José Alves Trindade - Montes Claros - Mg  
16. Dom José Bezerra Coutinho - Sobral - Ce  
17. Dom José Tavora - Aracaju - Se  
18. Dom José Terceiro - Penêdo - Al  
19. Dom Manoel Pereira - João Pessoa - Pb  
20. Dom Manoel Tavares - Caicó - Rn  
21. Dom Mariano Aguiar - Pesqueira - Pe  
22. Dom Octávio Aguiar - Campina Grande - Pb  
23. Dom Paulo Hipólito - Caruaru - Pe  
24. Dom Vicente Matos - Crato - Ce

## ANEXO VII

### 30 decretos assinados por JK derivados do IIEBN

1. Obras de Emergência no Norte de Minas Gerais
2. Cultura do Algodoeiro de Fibra Longa
3. Construção da Barragem no Rio Parnaíba
4. Desenvolvimento do Vale do Rio Parnaíba
5. Abastecimento de Aracajú
6. Aproveitamento de Vales úmidos de Sergipe
7. Cultivo de forragens no Nordeste
8. Construção de rede de armazéns e silos em Sergipe
9. Desenvolvimento da Criação de Gado e da Indústria Leiteira em municípios de Pernambuco
10. Aproveitamento econômico do Rio Carás, no Ceará
11. Aproveitamento da Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape, na Paraíba
12. Valorização Econômica do Vale do Rio Jaguaribe, no Ceará
13. Aproveitamento do Vale do Rio Pajeú, em Pernambuco
14. Experiência-piloto de Colonização do Maranhão
15. Recuperação do Vale do Rio Marituba, em Alagoas
16. Aproveitamento de Vales Úmidos do Rio Grande do Norte
17. Aproveitamento da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú, no Ceará
18. Desenvolvimento Econômico-social no Nordeste de Minas Gerais
19. Aproveitamento das águas do Rio São Francisco para irrigação de Zona Alagoana
20. Programa de Educação de base no Nordeste com a utilização da Radiodifusão
21. Programa de Educação de base em Sergipe com utilização da radiodifusão
22. Programa de Educação de Base para o Norte de Alagoas
23. Programa de fomento ao artesanato rural do Rio Grande do Norte
24. Programa de treinamento de dirigente e líderes cooperativistas no Maranhão
25. Postos de migração em Pernambuco, Sergipe e Bahia
26. Transformação das hospedarias de migrantes em Fortaleza, Belém e Manaus em hospedarias de Zona Rural
27. . Obras de Saneamento em Natal, Rio Grande do Norte
28. Aproveitamento do Vale do Rio Brumado e sua área de influência
29. Grupo de trabalho para planejar e executar uma campanha de educação e saúde nas áreas suburbanas e rural de Teresina e municípios vizinhos
30. Coordenação dos Trabalhos